

64005
T81.6005
IN
V.3

REVISTA TRIMENSAL

— DO —

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

DE

Santa Catharina

VOLUME III --- 1914

Assignatura annual 4\$000

Toda a correspondencia deve ser dirigida a sede do

Il Instituto á rua Alvaro de Carvalho n. 6 (sobrado)



FLORIANOPOLIS

Typ da Escola Artifices

1915

THE LIBRARY OF THE

FEB 19 1981

UNIVERSITY OF ILLINOIS

REVISTA TRIMENSAL

— DO —

Instituto Historico e Geographico

DE

Santa Catharina

PUBLICADA SOB OS AUSPICIOS DO GOVERNO DO ESTADO

Commissão de Redacção

Desembarçador Manoel G. de Arruda Camara

Manoel dos Santos Lostada

Henrique da Silva Fontes

VOLUME III --- 1914



Florianopolis—Estado de Santa Catharina

INDICE

	PAGS.
Directoria	
A pesca da Baleia—por L. A. Boiteux	3
Uma carta sobre a colonisação do Sahy	13
Auto de remoção da sêde da Villa de Porto Bello etc	17
Compilação	21
Porto Bello	29
Achêgas para a bibliographia e cartographia catharinenses por L. A. Boiteux	32
Ligeiros traços biographicos de socios fallecidos	55
Catharinenses illustres	59
Provisão régia.	65
Santa Catharina no passado	67
Cartas intimas do Coronel Fernando Machado de Souza	72
Manuel Manso de Avelar—por H. Fontes	76
A Provincia de Santa Catharina em 1797	82
A pesca da baleia em Santa Catharina	86
Relação dos passaportes, etc.	94
Relação das embarcações apresadas, etc.	102
Noticiario	103
Edital	108
Factos e Referencias	108
Sobre o corte de madeiras	113
Relação dos socios do Instituto	116

DIRECTORIA

1914 --- 1915

Presidente — Capitão Tenente Lucas A. Boiteux.

1. Vice — Bacharel Henrique da Silva Fontes.

2. Vice — Dr. Joaquim D. Ferreira Lima.

1. Secretario--Professor Fernando Machado Vieira, (reeleito)

2. Secretario — Gustavo Adolpho da Silveira.

Orador — Dr. Joaquim Thiago da Fonseca, (reeleito)

Thesoureiro—Major Arthur M. B. Oliveira Lima. (reeleito)

Commissão da Revista

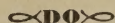
Bacharel Henrique Fontes, Dezembargador Manoel C. de Arruda Camara e Major Manoel dos Santos Lostada.

Commissão de Syndicancia

Dr. Nerêu Ramos, Monsenhor Francisco Topp e Dr. Augusto Fausto de Souza.



REVISTA TRIMENSAL



Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina

Volume III

Florianopolis, 1914

1° e 2° Trimestres

A pesca da Baleia ^(*)

HISTORICO

Conta-nos Frei Vicente Salvador, em sua preciosa „Historia do Brazil„ que a pesca da baleia teve inicio em nossa patria no decorrer do anno de 1603.

Introduziu-a o biscainho Pedro Orecha, vindo de Portugal, com duas *nâus* tripuladas por patricios seus, em companhia do Governador Diogo Botelho.

Como grande falta de azeite se fizesse notar na Bahia atirou-se elle á pesca dos enormes cetaceos, que naquellas paragens eram abundantes.

Não estando ainda tal industria sujeita a direitos, conseguiu elle grandes proventos que lhe permittiram regressar abastado á terra natalicia

Deixou, porém, entre os portuguezes discipulos peritos e dignos continuadores. Como tal industria se apresentasse assaz lucrativa, o governo portuguez, seguindo antigo systema ainda hoje não desprezado pelos nossos consummados legisladores, lobrigou nella opima fonte de receita e, sem tardança, pôl-a em almoeda.

Organisaram-se logo empresas, que arremataram a exploração da nova e promettedora industria, por limitado numero de annos, entrando para o Erario-real com determinadas quantias annuaes.

(*) Capitulo XV do trabalho «A vida maritima catharinense», em elaboração.

Diz Frei V Salvador: ... «e se arrenda cada anno por parte de S. Magestade a huma só pessoa por 600\$000 pouco mais ou menos pera lustro de Ministros.»

Em 1615 havia na Bahia um francez de nome Julien Michel que, associado a um portuguez, obteve contrato da pesca por 7 annos.

Concorriam tambem a ella dous navios biscainhos que, annualmente, se apresentavam na costa.

Em 1688 já havia uma Armação de baleias no Rio de Janeiro. A Camara desta cidade creava em 1691 um imposto sobre azeites para pagamento dos Governadores.

Uma ordem regia de 3 de Maio de 1696 mandava fazer o recenseamento do rendimento e despeza do contrato da Armação das baleas, durante todo o tempo que a sua administração correu pela Fazenda-real

A 10 de Janeiro do anno seguinte foram baixadas novas ordens sobre o contrato das baleias.

A 22 de Novembro de 1698 appareceu outra carta-regia sobre o assumpto.

Em 1717, o governo da metropole mandava que o governador da Praça de Santos informasse se no porto de Santa Catharina «ha abundancia de peixe e se pode haver pescaria de Baleyas»

Em carta de 20 de Setembro de 1722 Cezar de Menezes, Capitão general de S. Paulo, informava a el-rei que um tal Manoel Rodrigo de Araujo offerecia de 8.000 a 9.000 cruzados annuaes pela exploração da pesca de baleias em Santa Catharina, com a condição de não poder vender azeite em mais partes de que nas villas de Santos, Paranaguá e S. Francisco.

Como resposta a 17 de Junho do anno seguinte, se declarou que o contrato da pesca de baleias e venda de azeite fosse arrematado em Lisboa e não em S. Paulo, affixando-se editaes nas villas de S. Francisco e Paranaguá para conhecimento dos interessados.

Parece que o dito governador havia feito o contrato, pois, a 22 de Maio de 1726, mandava sustal-o até posterior determinação.

A ordem regia de 5 de Março de 1732 mandou cumprir o contrato realizado com Domingos Gomes da Costa, Braz de Pina e mais socios para, a pesca de baleias

em Santa Catharina. O prazo desse accordo era de 10 ann. s. findos os quaes seriam entregues ao governo a Armação, seus pertences e 12 escravos.

Esse contrato foi feito por Alvará de 18 de Agosto de 1729, dando-se começo á primeira armação na ilha de S. Sebastião, capitania de S. Paulo.

A 15 de Maio de 1733 foi o contrato suspenso. Após elle assignou-se outro, por provisão de 14 de Fevereiro de 1741, em que tomaram parte Thomé Gomes Moreira e mais sete commerciantes lisboêtas, pelo prazo de 12 annos.

A 18 de Novembro de 1746 inauguravam a capella da Armação da Piedade, enseada de Magalhães, á barra do norte do porto da capital

Warden, referindo-se á epocha de 1755-1770 em sua "Histoire de l'empire du Brésil", diz: «Carvalho estabeleceu uma companhia exclusiva para a pesca da baleia, que tinha sua séde na ilha de Santa Catharina com estabelecimentos na costa da Bahia e Rio». Terminado o contrato com Thomé Gomes Moreira succedeu-lhe João da Costa Pereira de sociedade com outros portuguezes. Em virtude da má administração soffreu a empreza grandes prejuizos.

A 1.º de Abril de 1765 o contrato da pesca da baleia foi arrematado em Lisbôa por Ignacio Pedro Quintella e mais sete socios pelo prazo de 12 annos, comprehendendo as Armações da Bahia e Rio de Janeiro, pela quantia annual de 80.000 cruzados, pagos 20.000 na Bahia, 40.000 no Rio, 10.000 em S. Paulo e 10.000 em Santa Catharina. Durante esse contrato foram recolhidas á Armação da Piedade 523 baleias. De accordo com a provisão de 9 de Julho de 1772 fundaram na costa oriental da Ilha de Santa Catharina a Armação da Lagoinha com uma capella sob a invocação de Sant'Anna. A empreza fez grandes despesas com embarcações,apparelhos,escravos e reedificações de predios. Pagou, além disso, dous francezes para examinares os cetaceos, afim de vêr se encontravam nelles o ambar pardo e o espermacete.

Essas materias sô foram descobertas após a chegada ao Rio, em 22 de Setembro de 1773, de um bergantim americano, procedente de Boston. Contratados os norte-americanos, foram distribuidos pelos baleeiros portu-

guezes e, assim, obtiveram os emprezarios grandes resultados desde Abrolhos até a nossa latitude. O peixe, porém, começou a escassear chegando a ponto das embarcações levarem quatro mezes no mar sem colhêr um só. No Rio e Lisbôa existiam já varias refinações de espermacete dirigida por francezes.

Durante os doze annos do contrato (não tendo havido pesca no ultimo anno devido á invasão hespanhola) teve a sociedade o lucro de 4 milhões de cruzados, vendendo a 140 reis a medida (4 garrafas de azeite) no Rio de Janeiro. Os hespanhoes quando invadiram a ilha, tomaram conta da Armação da Piedade e nella fizeram pesca. So a 16 de Julho de 1778 é que a entregaram aos portuguezes (*)

Nesse anno a Sociedade reformou por mais 12 annos o contrato, entrando para o Erario-publico com 100.000 cruzados, distribuidos pelas Capitánias já enumeradas.

Ao mesmo tempo inaugurou a armação de S. João Baptista de Itapecoroy, apezar da decadencia da exploração do espermacete.

Desse estabelecimento foi por muitos annos administrador o Capitão Manoel Machado de Souza, avô do Coronel Fernando Machado, heroe do Itororô.

Durante o contrato houve anno em que foram pescados para mais de mil cetaceos, sendo o lucro superior a um milhão de cruzados.

La Perouse, o illustre e infeliz navegador francez, que nos visitou em 1785, diz em sua narrativa: A pesca da baleia é muito abundante, mas é propriedade da corôa arrendada a uma companhia de Lisbôa; esta companhia tem nessa costa tres grandes estabelecimentos nos quaes se pescam todos os annos cerca de 400 baleias, cujo producto, tanto de azeite como de espermacete, é enviado para Lisbôa pelo Rio de Janeiro. Os habitantes não passam de méros espectadores dessa pesca, que não lhes proporciona vantagem alguma.». No fim do contracto, as Armações de baleias de Santa Catharina foram avaliadas em 116:854\$139 reis, tendo sido a pesca muito regular. No governo de João Alberto de Miranda Ribeiro (1793-1807)

(*) Em Outubro de 1862 falleceu Francisco Ribeiro Martins, remador das lanchas de pesca de baleias daquelle tempo.

os portuguezes Joaquim Pedro Quintella e João Ferreira Solla arremataram o contrato da pesca por 12 annos, entrando com a importancia de 120.000 cruzados para os cofres publicos.

Em 1795 fundaram a Armação de S. Joaquim de Garopaba e no anno seguinte a de Sant'Anna de Imbituba, supplemento daquella. De 1793 a 1795 foram pescadas 254 baleias; de 95 a 96 pescaram-se 496, tendo sido retiradas desses cetaceos 11:250 pipas de azeite de 200 medidas cada uma.

Em officio de Miranda Ribeiro de 1797 ao Conde de Rezende, Vice-rei do Brazil, diz: «As duas sumacas do Contracto da Pesca das Baleias, não se occupão senão em transportar effeitos do mesmo contracto; conduzindo-os das Armassõens de Itapocoroia, Lagoinha, Garopaba, e do Porto de Imbituba em Villa-Nova para a Armassão grande da Barra do Norte desta Ilha». No mappa G. dos generos e effeitos que se exportam annualmente, no anno de 1796, lê-se:—«Da Ilha de Santa Catharina e freguezias mais proximas da terra firme 820 quintaes (49:200 kilos) de barbas de baleias, 2:288 pipas de azeite e 8 caixões de cola de baleia; de Villa-Nova 180 pipas de azeite; e da Villa de S. Francisco 350 pipas de azeite».

A Camara Municipal do Desterro, em carta a el-rei, dizia: «que a pesca chegava a render aos seus contratadores 200 a 300 mil cruzados por anno e 10.000 ao estado».

Chegando ao governo da metropole diversas reclamações sobre os inconvenientes das restricções das pescarias de baleias e do privilegio de Armações fixas no Brazil e Cabo Verde, determinou el-rei, por alvará de 18 de Maio de 1796, que ficasse abolido o privilegio, facultando a pesca da baleia e o preparo do azeite, mesmo aos estrangeiros os quaes, desde que gozassem dessa concessão por 10 annos, seriam considerados subditos da corôa.

As Armações catharinenses em 1801 passaram a ser administradas pelo governo, por não terem apparecido licitantes.

Pelo inventario a que se procedeu, verificou-se que as Armações dispunham de 525 empregados e estavam avaliadas em 176.424\$787. Logo que o governo começou a administrar-as elevou o preço do azeite, que era de 140 reis a medida para 320 reis.

Devido, porém, a concorrência estrangeira vio-se elle obrigado a baixar o preço para 240 reis e, pouco depois, para 200 reis.

Cada baleia dava, em média, 16 pipas de azeite e 14 a 16 arrobas de barbatanas. Sendo o preço da medida (4 garrafas) de azeite 320 reis e de uma arroba (15 kilos) de barbatanas 5\$000, rendia cada peixe 1 conto de reis.

Em 1807 fundaram na ilha da Graça, á barra do norte de S. Francisco, uma nova Armação, supplemento da de Itapicoroy.

Pela provisão de 20 de Julho de 1808 estabeleceu-se a fórma de pagamento da arrematação; o decreto n.º 2 e as instrucções de 17 de Agosto do anno seguinte, determinaram que pelo Erario se procedesse á administração e arrecadação da pescaria de baleia.

O inglez John Mawe na sua narrativa «Voyages dans l'interieur du Brésil», pgs 78 e seguintes, escripta no principio do seculo passado, elogia uma das Armações que encontrou em Santa Catharina

Paulo José Miguel de Brito criterioso autor da «Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina», escripta em 1816, assim se refere a pesca da baleia: «A pesca das Baleas, e a extração do azeite destes cetaceos he outro ramo de industria dos habitantes desta Capitania; e sem duvida aquelle que maiores interesses tem dado ao Estado; porem acha-se hoje em grande decadencia, e cedo o veremos totalmente extinto, se quanto antes não se tomarem as convenientes medidas .. Adiante, em nota, continua:» Desde o anno de 1801, em que findou a arrematação de Quintella, tem sido este contrato das Baleas administrado pela Fazenda Real nesta Cidade e desde então constantemente tem ido em decadencia, como ninguem ignora: a razão he obvia: a má administração.

«Não sei de quem he a culpa, nem he da minha intensão criminar a pessoa alguma, nem argindo os vivos, nem inquietando as cirzas dos mortos. porém seja quem fôr o culpado, mostrarei aqui a differença do rendimento desta pesca entre o tempo do Contratador e o tempo que ella tem sido administrada pela Fazenda Real, de administração. No tempo do mencionado Contratador havia abundancia de tudo quanto era necessario nas Armações,

tudo era bem pago, e a tempo, e como nesta pesca se empregão muitos homens em differentes serviços, e diversos officios, havia empenhos, e de grandes personagens para ser admittido qualquer homem no serviço da pesca ou nas officinas das Armações, porque acabada a pesca infallivelmente se pagava a todos e a cada hum o seu trabalho, com generosidade. Por tanto, e porque havia mais lanxas, mais arpoadores, mais escravos, e finalmente mais dinheiro, sempre as pescas forão abundantes: houve annos em que se pescarão 253,254 Balêas, como aconteceu em 1793 e 1795, e nos quatro que decorrerão desde o primeiro até 1796 pescarão-se 750 daquelles Cetaceos, que produzirão 11.250 pipas de azeite de 200 medidas cada huma, as quaes vendidas pelo preço então corrente de 160 por medida produzirão 360 contos de reis, (valor bruto) ou 90 contos em cada hum dos quaes quatro annos sobreditos. Depois da administração pela Fazenda Real tudo foi gradualmente e a menos, e mormente de poucos annos para cá, em que ella começou a faltar dinheiros precisos para o costeamento das Armações, e para os pagamentos das pescas, e por conseguinte os homens que nestas se empregavam, começarão a fugir deste arriscado trabalho pois que a muitos se deixou de pagar a pesca de trez annos successivos; de tal sorte que em 1813 e 1814 foi indispensavel mandar prender muitos daquelles homens, e remettel-os presos para as Armações, donde fugião depois, se os Administradores não lhes pagavão de suas algibeiras, e que a Fazenda Real lhes devia; appello para o testemunho dos mesmos Administradores

„Em consequencia de tão má administração, até as pescas forão sendo menores, de modo que em 1813 apenas se matarão 34 Baleias em todas as seis Armações, que hoje ha na Capitania! Estas 34 Baleias produzirão 510 pipas de azeite de 200 medidas, que vendido pelo preço actual de 200 réis a medida devião produzir um valor bruto de 20 contos e quatrocentos mil réis; deste valor se deve diminuir a despeza feita com a pesca, e o costeamento das seis Armações neste anno, com ordenados, salarios, etc. e por tanto o valor liquido que restar para a Fazenda Real, deve ser mui diminuto, talvez nullo.

„ Isto porem não succederá, se o contrato se arrema-

tar, porque a Fazenda Real conta com o preço da arrematação certo, e livre de despesas, e os Arrematantes saberão melhor que ella promover os seus interesses, e fazer com que as pescas sejam mais abundantes, porque não porão no mar somente 25 ou 30 lanxas, mas sim 50 ou 60; e pagarão tudo bem, e promptamente, por seu proprio interesse..

Brito esqueceu de dizer que, muitas vezes, a administração real lançou mão dos soldados do Regimento da Terra. Os pobres *barrigas-verdes* eram, afinal, como diz o vulgo, paus p'ra toda obra. Durante essa nefasta administração a divida para com os empregados alcançava a 23.418\$590. O ultimo Administrador das Armações catharinenses, por conta da Fazenda real, foi o Capitão Jacintho Jorge dos Anjos Correa.

Por termo e condições de 10 de Julho de 1816, lavrados perante a Junta Administrativa do Thesouro publico no Rio, a firma Siqueira e Lima, que a 1 do mesmo mez havia arrematado a administração da pesca de baleias do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catharina, se obrigou a entrar durante o prazo de 12 annos, a contar de 1.º de Janeiro de 1817, com a quantia de 21 contos annuaes, pagos em quartéis, para a Fazenda-real, levando-se em conta o azeite gasto no Arsenal de Marinha, illumination da cidade e das Repartições publicas ao preço de 120 reis á medida. Por esse contrato as fabricas, utensilios e escravos das Armações lhes seriam entregues e lhes era dada permissão para fundarem novos estabelecimentos.

A administração seria reconhecida como real e os administradores como membros da Junta. Siqueira e Lima formaram uma sociedade particular, ficando o primeiro com quatro oitavos de interesse; o segundo com um oitavo, Carneiro, Viuva e Filhos com dous oitavos e Joaquim Antonio Alvares com um oitavo. Este ultimo tomou a direcção e administração da Sociedade, mas não foi feliz.

Como houvesse perda passaram a dirigi-lo Siqueira e Lima, vindo este para Santa Catharina, afim de reformar abusos, melhorar as Armações arbitrando-se-lhe ordenado e gratificação emquanto durasse essa visita temporaria.

Pelo inventario procedido ao realizar-se trespasse, os

edifícios,apparelhos, etc., das Armações catharinenses foram avaliados em 111 668\$620. Existiam, então, 363 empregados dos quaes 84 eram valetudinarios.

Lima veio para Santa Catharina em 1819. Na pesca de 1816 mataram 71 baléias, na de 1817-80, na de 1818-86., na de 1819-59., e, finalmente, nas successivas capturaram 651 cetaceos. As despesas com salarios, generos, fardamentos e mantimentos para os escravos, montavam de 24 a 25 contos. Cada escravo recebia 60 réis diarios.

Lima não correspondeu na sua missão as esperanças dos socios, pois, nem ao menos mandava o azeite necessario para o consumo do Rio, obrigando Siqueira a comprar-o a 480 rs á medida. Reuniram-se os socios e mandaram um procurador tomar a administração dos estabelecimentos de pesca em Santa Catharina, pedindo a ellei que pelo thezouro, se enviasse ao Governador da Capitania uma portaria, que foi lavrada em 5 de Dezembro de 1821., afim de compellir o socio Lima a entregal-a. Este negou-se a cumprir a ordem. Ignoro o fim dessa original contenda.

G. H. Langsdorff em seu trabalho „Voyages and Travels,“ em 1817, refe-se tambem ás Armações de pesca e fabricas de azeite de Santa Catharina. O distincto historiador Francez Ferdinand Denis (1820) diz da Armação da Piedade: « Este estabelecimento proprio para derreter a gordura dos cetaceos é, indubitavelmente, o mais bello e o mais vasto que no Brazil existe, visto que nos reservatorios, que contem o azeite, poderia com facilidade mover-se uma pequena embarcação » (1)

O illustre naturalista francez A. Saint Hilaire, que nos visitou em 1830, deixou uma memoria sobre a pesca em Itapocoroy, infelizmente ainda inedita. Por provisào de 2 de Abril de 1823 mandou-se recolher á côrte toda a harbatana de baleia que constava haver nas Armações de Santa Catharina do tempo da Administração por parte da Fazenda-real e entregal-a no Armazem da Intendencia de Marinha no Rio de Janeiro.

Pela resolução da Assembléa geral e decreto de 13 de Novembro de 1827 determinou-se que as Armações

1 Foi Administrador della o catharinense Major Silvestre José dos Passos que falleceu octogenario a 26 de Junho de 1850,

de pesca de baleias, seus terrenos e edificios, embarcações, escravos e utensilios, fossem contratados e arrematados. Todas as Armações catharinenses, excepção da de Nossa Senhora da Piedade, foram vendidas. Pelos annos de 1847-48 os terrenos dessa ultima foram repartidos com os colonos allemães, por determinação do governo provincial.

Apresentaram-se em nossos mares innumerous baleeiros norte-americanos e taes depredações commetteram que afugentaram d'elles, por muito tempo, as baleias. Em 1841 tinham nos mares do sul 600 embarcações com 13.000 homens empregados na pesca da baleia. De então para cá um ou outro cetaceo tem sido pescado em aguas catharinenses.

Em 1857, as Armações da Bahia procuravam ainda entre nós pessoal apto para o serviço da pesca da baleia e preparo de azeite, como timoneiros, arpoadores, tacheiros e mestres de fazer azeite.

Em 1864 ainda uma tentativa se fez entre nós para a pesca desses cetaceos. Os snrs. Antonio Mancio da Costa e Joaquim Fernandes Capella estabeleceram uma Armação nos Ganchos. Em Setembro daquelle anno conseguiram matar uma baleia e um baleote. Não vingou, porém, tão util tentativa.

Os antigos mestres. por desgraça, não deixaram escola...

Hoje só restam ruínas informes, carcassas desmanteladas de cetaceos, a attestarem a grandeza e valor de uma industria assaz lucrativa que, em passados tempos, o mar catharinense immensamente piscoso proporcionava e que o tempo e os homens deixaram criminosamente desaparecer.

Lucas Boiteux



Uma carta sobre a colonisação do Sahy

O documento que em seguida publicamos foi-nos remettido pelo nosso operoso e benemerito consocio snr. dr. José Arthur Boiteux. O projecto de colonização nelle enunciado tornou-se realidade, mas infelizmente de ephemera duração.

Almeida Coelho dá-nos a tal respeito os esclarecimentos que seguem: «Um estabelecimento colonial foi principiado em terras devolutas do Rio Sahy no municipio de S. Francisco, sob a inspecção e direcção do Dr. Mure, em principios de Janeiro de 1842, com colonos francezes que para ali vierão em duas porções; mas expirou no anno de 1843 por desavenças entre elles e o Director. Para este estabelecimento que prometteu o dito Dr., de francezes industriosos, e a quem illudio com grandes vantagens e um decantado communismo concorreo o Estado com somma avultada de dinheiro e concessões de terras; tudo, porém, foi infructuosamente empregado, e assim era de esperar, por isso que não é com relojociros, ourives, modistas, etc, mas sim com outros homens que podem ser povoados os nossos sertões. A abertura de estradas e canaes, a navegação de rios, arroteamento de terras. o córte de madeiras, que tudo exige insanos trabalhos e incommodos, antes dos demorados gozos, não se obtem com homens nascidos entre as delicias de Paris e Versailles.

A mesma colonia, na Fula que dirigiu em 1855 á Assembléa, Provincial, se refere o presidente dr. João José Coutinho com estas palavras:

«Essa colonia de que tanto se fallava antes da chegada dos colonos teve principio em Janeiro de 1842 com o estabelecimento dos primeiros com que logo se deshouv-rão, e não obstante ter chegado mais 117 no mesmo anno pode-se dizer, que expirou em 1843, pois dos 217 apenas nella existião no fim desse anno 9 individuos. Isso mais me convence, de que o communismo não pode achar abrigo entre nós.»

(NOTA DA REDACÇÃO)

«Illmo. e Exmo. Snr. Presidente.

Antes de partir da Provincia de Santa Catharina tenho a honra de participar a V. Exa. alguns particulares sobre os resultados da minha viagem.

Querendo evitar detalhes inuteis não devo comtudo esconder a V. Exa. que o Rio de São Francisco me parece offerecer as melhores proporções para o estabelecimento da Colonia Industrial, da qual tenho apresentado o projecto aos Ministros de Sua Magestade.

Hei achado ali um vasto e fertil terreno, caxoeiras abundantes e elevadas, um vasto e seguro porto que talvez não ha igual no Mundo; a que se junta a vantagem da Linha de Defeza ja aberta que offerecerá uma facil e breve communicação com o interno do Imperio pelo caminho da Coritiba; pois se vai cada um dia aperfeiçoando mais.

Este caminho nos dará os meios de aqui termos a preços muito commodos a carne fresca, a qual é o primeiro elemento da alimentação para os nossos Colonos, e de podermos abrir um commercio muito extenso de permuta entre a França e as povoações internas do Brazil.

Faltam estas vantagens e condições á Enseada de Garopas, que depois de São Francisco parece mais apropriada para a realização de meu projecto.

Os terrenos aproveitaveis ali ou estão já muito distantes da beira-mar, ou têm possuidores; as Caxoeiras poucas, a administração menos concentrada, e por isso não pode ser tão favoravel para ajudar meus projectos.

O Rio de Itajahy apresenta uma barra perigosa, um fundo menos profundo; nenhum ou pouco terreno devoluto, beira rio, e esperanças menos brilhantes de commercio com a Provincia de São Paulo.

O Rio de Itapocù, que não hei podido visitar, não offerece por ora meios de communicação com o mar; se a poder haver algum dia, será por meio de um canal de junção que se deverá abrir entre elle e algum dos affluentes do Rio de São Francisco, como terei a honra de expor a V. Exa. quando a occasião se apresente.

Tenho pezar de não haver visitado a Armação grande de Santa Catharina, onde o Snr Commandante do Patacho Bellico recusou tocar, deixando-a atraz quando eu dormia, depois de ter-me prometido expressamente o contrario comprometendo assim o bom exito da minha commissão, como fez em varias outras occasiões, das quaes é inutil fallar agora

Emfim, e voltando ao objecto principal desta Carta:

o terreno que parece mais conveniente para a minha Colonia é a península situada defronte a Ilha de São Francisco, no triangulo, cujos tres lados são banhados pelo Rio São Francisco, pelo do Palmitar até o Sahy grande, e pelo mar grosso.

Os unicos obstaculos que nisto se encontrão, são: 1° A occupação de todas as margens desta península com o fundo de meia legoa para mais. Este não se pode remover de todo, mas em parte desapparecerá, sendo obrigados os respectivos moradores a dar a passagem livre thê o mar, e comprando-se alguns terrenos a boca desses caminhos. O 2° he a posse talvez illegal de alguns moradores, e a concessão feita ao Ilmo. Snr. Coronel d'Oliveira Camacho de duas legoas quadradas de terreno, que abraça quasi toda a sobredita península. Este segundo obstaculo, que parecia insuperavel, já foi removido, graças á generosidade e patriotismo illuminado do Ilmo. Snr. Coronel que cedeu a bem da fundação do estabelecimento dos direitos que tem ao terreno que lhe foi concedido.

A' vista de um tão admiravel sacrificio, creio poder requerer ao Governo de Sua Magestade a concessão da sobredita península, e obter d'elle ou do Governo Provincial uma nova concessão da península inteira, exceptuadas as margens occupadas, ficando livre das condições impostas pelas Leis Provinciaes de 1836 aos Empreendedores de Colonias, pois que se achão contrarias aos contractos de engajamento dos Colonos e ao feito com o Governo

Devo observar a V. Exa. que essas leis determinando os direitos respectivos dos Colonos e dos Empreendedores e contemplando um só caso particular, limitão em demasia a liberdade dos contractos. Devo ponderar tambem sobre isto a V. Exa. que o verdadeiro Empreendedor desta Colonia industrial é o mesmo Governo, e que elle não se achava nas circumstancias de um Empreendedor particular; e tem exigido de nós outras condições, outras seguranças e compensações de seus avanços que as que são dadas a um Capitalista privado.

Enquanto á concessão inteira da Península, que talvez seja um pouco maior que o terreno concedido ao Ilmo. Snr. Camacho, isso terá a vantagem de dar ao estabe-

lecimento limites naturaes, e de evitar despesas e inconveniente de Medições e Demarcações, e eu espero que a vinda ao Brasil de uma primeira Colonia Industrial merecerá, seja do Governo. seja da Assembléa Provincial esse favor que animará muito aos nossos Colonos, e os consolará em parte da occupação geral de todas as margens da península do Sahy que devem achar tantas vantagens na fundação de nosso estabelecimento.

Observarei ainda que cortando-se arbitrariamente um terreno que a natureza talhou para conservar-se unido, muitas obras de utilidade publica, como canaes e caminhos. se tornará impossivel realisal-as. ou não haverá todas as proporções convenientes para se construirem. Me limito a estes assumptos principaes que são bastantes, creio, por agora, e a responder a vontade que Vossa Exa. me exprimio

Sô me resta agradecer a V. Exa. a coadjuvação activa e efficaz que tem prestado ao bom successo de minha Commissão, assim como todos os Commandantes Militares, e outras Authoridades dos Districtos que tenha atravessado e para os quaes fui portador das Cartas de recommendação de V. Exa

Espero de sua bondade que V. Exa. fará toda a dilligencia possivel para a conclusão deste negocio, reflectindo quanto tempo tenho gastado, e devo gastar ainda, as enorme distancias que deve atravessar a minha correspondencia com o Governo. e com os Colonos, e a necessidade de concluir cedo um tratado definitivo, afim de que elles cheguem ao Brasil no decurso do anno corrente.

Poucos dias depois desta Carta, minha Esposa chegará com o Patacho Bellico a Santa Catharina; ella pode fornecer a V. Exa. outros documentos, se forem precisos, tendo visitado commigo todos os pontos mais interessantes do litoral. sendo muito bem informada de tudo quanto tem occorrido.

Eu não tenho precisão de a recommendar de novo a V. Exa., conhecendo toda a sua bondade a seu respeito.

De V. Exa. obrigadissimo Criado

Doutor *Bento Mure.*

Rio de São Francisco, 27 de Fevereiro de 1841.

AUTO da Remoção da séde da Villa de Porto Bello para a Freguezia da Foz de Tijucas e installação desta, inaugurando-se a Villa de S. Sebastião do novo Municipio de São Sebastião de Tijucas, da Comarca de São José d'esta Provincia de Santa Catharina, como abaixo se declara &

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta annos, Trigesimo nono da Independencia e do Imperio, aos trez dias do mez de Junho do dito anno, nésta Freguezia da Foz de Tijucas, do Termo da Villa de Porto Bello, da Comarca de Nossa Senhora da Graça, da Provincia de Santa Catharina, em uma acanhada salla da caza destinada pelos encarregados de a promptficarem para servir de Paço da Camara Municipal, e nella celebrar a Camara Municipal suas sessões, cuja caza pertence á José Alves de Araujo Lima; ahí achando-se presente o Tenente José Antonio da Silva Simas, Presidente da dita Camara Municipal com todos os Senhores Vereadores, e mais Empregados da Camara Municipal, todos abaixo assignados; e havendo o Senhor Presidente aberto a primeira sessão da Camara Municipal n'este lugar, dado conhecimento a Camara Municipal do contheudo da respeitavel ordem do Exmo. Sr. Presidente d'esta Provincia, datada de trinta do mez proximo preterito, que determina, que a Camara Municipal, em observancia do Art. 4º da Lei Provincial n. 464 de 4 de Abril de 1859, fizesse remover a séde da Villa de Porto Bello, para esta Freguezia, lavrando-se auto da remoção, em que se conterà o Decreto, sendo este da

forma e teor seguinte:—Resolução de 4 de Abril de 1859 —N. 464. *João José Coutinho*, Presidente da Provincia de Santa Catharina —Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa provincial Decretou e eu sancionei a Resolução seguinte: Artigo Primeiro Será elevada á cathegoria de Villa a Parochia do Santissimo Sacramento de Itajahy, logo que seus Municipés tenham promptificado, á sua custa, caza para as sessões da Camara. Artigo Segundo—Esta Parochia, a de Camboriú e a de Nossa Senhora de Itapocoroy serão desmembradas dos Municipios de Porto Bello e de S. Francisco, de que ora fazem parte, e formarão um novo Municipio denominado de Itajahy. Artigo Terceiro—O Municipio de Itajahy se regulará pelas actuaes Posturas de Porto Bello, enquanto a Camara respectiva não confectionar as suas. Artigo Quarto —A séde da Villa e Porto Bello passará para a Villa de S. Sebastião de Tijucas, logo que na nova Villa tenham os habitantes promptificado caza para as sessões da Camara. Esta Freguezia, a de Porto Bello e a de S. João do Alto Tijucas, que fica desmembrada do Municipio de S. Miguel, formarão um Municipio com a denominação de São Sebastião. Artigo Quinto. O Municipio de Itajahy pertencerá á Comarca de Nossa Senhora da Graça, e o de São Sebastião á de S. José. Artigo Sexto. Ficão revogadas as disposições em contrario. Mando portanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir, tão inteiramente como n'ella se contem. O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Governo da Provincia de Santa Catharina, aos quatro dias do mez de Abril de mil oitocentos e cincoenta e nove, Trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio, *João José Coutinho*. A Camara Municipal, em vista da citada ordem, e a Lei referida, una-

nimemente deliberou que se cumprisse suas disposições; e logo pelo dito Presidente foi declarado, que esta Freguezia ficava d'ora em diante elevada á cathegoria de Villa, com a denominação de Villa de São Sebastião, compondo-se seu Municipio das Freguezias de São João do Alto Tijucas e de Porto Bello, e pertencendo á Comarca de São José desta Provincia de Santa Catharina; o que tudo foi approvedo pela Camara Municipal, visto se haver feito a remoção da séde da Villa de Porto Bello, que fica sendo de hoje em diante uma Freguezia d'este Municipio de São Sebastião de Tijucas, tendo por limites ao Norte as vertentes do Morro denominado do Boy, e ao sul os designados na Resolução de 3 de Maio de 1854, n. 359. Assim inaugurada esta nova Villa de S. Sebastião, a Camara deliberou que se dêsse publicidade ao auto, convidando-se tambem ao Reverendo Padre Vigario da Igreja Matriz d'esta Villa para que se digne celebrar um Te Deum, em acção de Graças ao Todo Poderoso Supremo Creador do Universo, a cujo religioso aeto assistirão a Camara Municipal, Funcionarios Publicos e mais pessoas do Povo d'esta Villa, que se dignarem concorrera este solemne acto, o qual concluido, e regressando a Camara Municipal ao Paço de suas sessões, acompanhada de muitissimas pessoas, ahi forão dados attenciosos e respeitaveis "Vivas" a sua Magestade o Imperador O SENHOR DOM PEDRO SEGUNDO, á Constituição Politica da Nação Brasileira, á Religião Catholica Apostolica Romana e ao Exmo. Snr. Presidente d'esta Provincia o Dignissimo Senhor Doutor Francisco Carlos de Araujo Brusque, concluindo-se todos estes actos as duas horas da tarde, pouco mais ou menos, do sobredito dia. De tudo para constar se lavrou o presente Auto, em que assignou a Camara Municipal, com todos os seus Empregados. Eu José Mendes do Costa Rodrigues, Secretario que a escrevi, e tambem assignei. José Antonio da Silva Simas—Miguel

Francisco de Souza—João José Gonçalves—José Pedro de Miranda—Bento Vieira Rebello—José Maria e Silva—Francisco Pereira. O Fiscal, Florentino Corrêa da Silva. O Secretario, José Mendes da Costa Rodrigues. O Procurador, Salvio Antonio de Souza Medeiros. O Porteiro, Joaquim Florencio da Silva.



COMPILAÇÃO

Dos objectos mais essenciaes e permanentes de que está encarregado o commandante do Rio S. Francisco Xavier, como ha de constar das ordens que existem no archivo do mesmo commando: e alguns apontamentos de insirucção para regular a sua conducta no mesmo commando.

(Manuscripto original offerecido ao Instituto Historico)

Perolas— Deve ter actualmente quatro soldados do destacamento empregados em *extrair* as perolas dos mariscos denominados *sururús*, que se acham no lôdo dos mangues, e fazer que no fim de cada oito dias elles deem conta das que acharam, as quaes separadas se devem embrulhar em papel com os rótulos—Bairro de Saguassú, Rio das Arêas, etc. Depois de completar dous mezes nesta pescaria, deve-se acondicionar em uma acceiada boçeta todas as perolas' que serão enviadas ao Ilmo Snr, governador. Continuará a mesma diligencia com o methodo referido, fazendo a remessa de dous em dous mezes, até receber ordem para suspendel-o.

Pelles— Deve ter sempre dous soldados na caçada dos *guarás*, os quaes devem dar conta no fim de cada oito dias, e não consentirá que no verão matem os filhos que ainda não estão bem empennados e tem penas negras; devem só matar os que as tem todas vermelhas: e pelo inverno (que é quando ha mais e com cor perfeita) deve occupar mais um soldado n'esta diligencia. As sobreditas pelles devem ser penduradas em uma corda separadas umas das outras, e expostas à ventilação do ar, que lhes faz beneficio, alem de se pôrem ao sol

de dous em dous dias. Igualmente mandará caçar *tucanos* para se lhes tirar as pelles, com as quaes se praticará o mesmo, cortando a uns e outros as penas e bicos: e tambem mandará caçar *maitacas* e *papagaios do sertão*, dos quaes sô se aproveitam as azas. Depois de ter uma bôa collecção das sobreditas pelles, na vespera de partir a embarcação cuidará em apromptar as remessas, mandando descarnar bem alguns fragmentos de gordura, lavando-as com aguardente da terra, e pulverisadas com uma mltura de alcanfôr triturado com a pimenta combari, immediatamente se pôe a secar. Depois recolhem-se em uma caixa feita de proposito, arrumando as carnaes com carnaes, e pulverisando todas as camadas com o mesmo mixto. A polvora para esta caçada vem do Rio de Janeiro, remettida por Francisco Xavier Cardoso Caldeira, * e os mais generos que são precisos para apromptarem as remessas, que todas serão dirigidas ao dito Caldeira em carta e relação da despeza feita, que será paga pelo Capitão mór João Pereira Lima. Tambem mandará matar lontra para fazer remessas das pelles, e dos buchos de pescadas, que devem ser seccos ao sol, abrindo-os primeiro quando estão frescos.

Insectos Terá grande cuidado em comprar insectos dourados logo que principiar o verão, os quaes se pagam a cinco reis, mas é necessario animar os rapazes com alguns vintens, alem da paga ordinaria, para procurarem com diligencia: não comprará os que tiverem as azas brandas, porque assim não servem, mas sim os que tiverem duras, que é signal de estarem com a brilhante côr na sua verdadeira perfeição, e de terem chegado ao ordinario crescimento. Sômente deve aproveitar as azas: guardará porem alguns inteiros dos maiores, que com as azas irão na remessa. Os denominados *Rubis* conservam-se inteiros, e não se lhes tirem as azas. Guardem-se todos em latas, misturando-se com alguns pedaços de alcanfôr e entre algodão para se não quebrem. Serão da mesma fôrma includos na remesas todos os insectos que apparecerem da cor brilhante e feito

(*) Illustre catharinense, conhecido por «Xavier dos Passaros», de que já tratamos na Revista Catharinense de José Johanny, preparador que foi do muséo.

esquesito; emquanto vivos estarão separados, embrulhados em algodão ou em papel, para não se devorarem ou despedaçarem uns aos outros. Não consentirá que alguma outra pessoa compre insectos dourados que não seja para remessa; e quando lhe conste que houve algum estravio, os mandará tomar por ordem do Illmo. e Exmo. Snr. vice-rei, pagando-os para ajuntar á remessa

Borboletas—No 1.º de Fevereiro mandará dous soldados, cada um com sua rêde, apanhar borboletas, que devem ser as azues, assetinadas, as côr de perola, brancas rendadas, amorcegadas, e as verdes com riscos negros; e nesta diligencia devem se empregar todos os dias para aproveitar o tempo em que as ha, apanhando-as com delicadeza, sem lhes quebrarem as barbas ou as pernas, e muitos menos mancharem o mimoso pello que ellas tem. omde está a engraçada côr que as faz tão estimaveis. pois com estes defeitos para nada servem: não se apanharão as velhas, que se conhecem por terem as azas rôtas, antes devem-se deixar para não extinguir-se a sua propagação. As borboletas se pregam nas caixas com alfinetes em bôa ordem, pondo-as com as azas levantadas e os pés direitos como se estivessem vivas, deitam-se na caixa alcanfor, e assim se remettem para o Rio de Janeiro.

Animaes—Deve diligenciar e apanhar-se algum animal raro, para ser remettido com toda a segurança para a capital á presença do Illmo Snr. governador. com a relação da despeza ao provedor da Real fazenda, conforme as ordens de Sua Magestade e do Snr. vice-rei do Estado: e com toda a brevidade apromptará e remetterá tudo o que lhe pedir o Caldeira. conforme a ordem de Sua Ex.^a. porque é da sua inspecção e arranjo dos objectos ou generos acima já espendidos. Para nenhuma das sobreditas remessas se occupam os paisanos sem ordem superior, só sim pagando-lhes o seu trabalho.

Cochonilha Como os lavradores já sabem beneficiar sufficientemente a cochonilha, que produz bem n'este districto, é necessario mandar algumas vezes passar revista as suas plantações e fazem colher a cochonilha, porque alguns individuos por preguiça o não fazem, perdendo o lucro que esta dá: e quando o trouxerem, deve-se pesar na sua presença e pagar-lhes logo, e não de-

morar para outro dia. porque perdem a viagem para seus sitios que são distantes, e tambem precisam de dinheiro para remediarem as suas necessidades. Os nomes dos lavradores serão lançados em um caderno, assim como o lugar onde moram, e a cochonilha que trouxerem, a qual deverá pôr-se ao sol algumas vezes. Antes de fazer a remessa para a capital o pesara na presença do anspeçada ou cabo que a conduzir, e a lata deve ir amarrada e lacrada para não haver profusão d'elle pelo caminho.

Café—O reverendo vigario Bento Gonçalves Cordeiro e o capitão-môr João Pereira Lima ficaram de fazer cada um a sua plantação com numero de pés que chegue para repartir pelos lavradores mais curiosos em tempo competente do que então deve dar parte ao Ilmo. Snr. governador para determinar como fôr servido.

Despachos de escravos—Por pretexto algum deixará passar escravos para as partes do Sul sem que seus senhores prestem fiança, e vão debaixo de guia, conforme alvará de Sua Magestade. Os das embarcações que vierem do Rio de Janeiro mettidos na Intendencia como marinheiros se quizerem seguir viagem para o Sul igualmente devem ir debaixo de guia, não a trazendo do Rio de Janeiro, porque a intendencia foi estabelecida para outro fim Assim tambem não deixará passar escravo algum (excepto crioulos e mulatos) para as partes da capitania de S. Paulo, sem mostrar certidão do provedor da real fazenda do Rio de Janeiro de que tem pago os direitos a Sua Magestade de ir por terras mineraes.

Ouro—Não consentirá se tirem nos rios de Itapicurú e Tajai sem apresentarem licença do Ilmo. e Exmo. Snr. vice-rei do Estado, mandada cumprir pelo Ilmo. Snr. governador, e deve ter uma pessoa de confidencia dos mesmos moradores de cada um dos rios, para o avisarem de qualquer tentativa que haja sobre este objecto para dar as providencias necessarias, além da recommendação que deve ter o cabo da guarda da barra do Aragarim, e o official das ordenanças da costa de Itapocoroia.

Madeiras Por pretexto algum consentirá que se cortem paós de peroba senão conforme o alvará de Sua Magestade; e aquellas pessoas que quizeram negociar com

esta qualidade de madeira, só o poderão fazer com licença sua, quando as madeiras forem para os arsenaes do Rio de Janeiro, devem se conduzir debaixo de guia passada pelo mesmo commandante.

Terras incultas — Não deve consentir que pessoa alguma se estabeleça, e deite matos abaixo para fazer roças em terras de Sua Magestade, sem apresentar legitima concessão ou titulos primordiaes.

Pãos de canoas. — Deve conceder a interina licença immediatamente prescripto ao morador que quizer fazer alguma canoa, tirando-a dos matos d'El-Rei, se achar que é justo; porém deve apresentar-lhe uma petição feita ao Ilmo. Snr governador, onde peça a confirmação da licença obtida, especificando as dimensões e qualidade do pao, e enviará à presença de S. S. em carta fechada com a sua informação.

Farinhas — Dará preferencia, na conformidade da ordem para a compra das farinhas aos contractadores que estão encarregados do soccorro das tropas do Rio Grande, auxiliando aos mestres das embarcações para carregarem com brevidade pelo justo e commum preço que correr na terra; porém deve ter feito primeiro um calculo da necessaria para a tropa militar desta repartição e povo, e depois deve preferir a qualquer negociante d'este genero o procurador do contracto das armações na compra da que fôr necessaria para o fornecimento das mesmas armações reaes.

Despachos — Não deve demorar despachos das embarcações que vem commerciar a este porto, porque causa grave prejuizo ao commercio; antes deve politico e urbano estimular a que voltem outras vezes.

Instrucções para regular a sua conducta

1.º Deve cuidar o fazer todo o possivel para que o Dr. ouvidor, camara, vigario e povo respeitem no ultimo grão de perfeição ao Ilmo. Snr. governador e ás suas ordens com grande submissão e fiel obediencia, sem jamais consentirem em tempo algum que qualquer individuo, tanto na ausencia como na sua presença, dê supposas e sinistras interpretações ás suas respeitaveis ordens;

porque a restricta observancia nesta regra além de ser obrigação inherente ao estado de subdito tem por legitima consequencia a tranquillidade e socogo dos povos, a quem o respeito e temor do castigo faz conter nos seus deveres sem sucitarem murmurações e desobediencias, e facilmente se conduzem para a sua felicidade e augmento; com um meio insinuante se lhes vae persuadindo da grande vantagem que tiram da sincêra vontade com que obedecem ao superior, que Deus lhes deu para cuidar nos seus interesses. e castigal-os pelos seus crimes, sempre a fim de felicital-os.

2° Conservará harmoniosa amizade com o Dr. ouvidor de Parnaguá obsequiando-o civilmente, e procurará tel-a tambem com os commandantes das villas confinantes para os ter propicios nas deligencias do real serviço quando fôr necessario deprecar a sua autoridade.

3° Não deve ultrapassar os limites da sua jurisdicção, mas sim estudal-a para não aviltar a auctoridade depositada na sua pessoa, liberalisando os seus poderes a individuos que representam outros empregos; subtrahindo-se tambem quanto lhe fôr possivel de armar a sua jurisdicção contra outra, porque estes conflictos são origens de funestas consequencias e causam grandes incommodos e perplexidades ao povo, ao qual se deve convencer com a lei e a razão.

4° Deve conservar a amisade do Reverendo vigario e igualmente tel-a com a camara. capitão-môr, capitães de auxiliares, deixando-lhes livres as suas privativas jurisdicções, das quaes deve-se instruir quanto lhe fôr possivel, para a que não deixe usurpar as que lhe pertencem na qualidade militar, que representa n'esta villa no poder a pessoa do Illmo. Snr. Governador d'esta Capitania, por abandonar a sua autoridade e offender ao sagrado respeito que se deve ao mesmo Snr.

5° Deve cuidar e trabalhar para profundar e radicar bem no seu espirito a prudencia e humanidade, e não deixar levar dos enthusiasmos suggeridos de idéas e cerebrinas, decidindo os casos ou factos de vulto que succederem fora do commum, sem primeiro os levar à respeitavel presença do Ill. Snr governador com toda a verdade, singelesa e circumstancias, esperando a sua decisão; e só em caso de imminente perigo e tristes circuns-

tancias é que deve decidir, consultando primeiro as ordens sobre casos identicos com toda a reflexão e prudencia, dando immediatamente parte ao Il^{mo}. Snr. governador.

6. Os povos do Rio de S. Francisco (fallando genericamente) são muito humildes, obedientes e generosos, ainda que não deixam de ser desconfiados. do que parece causa a sua grande pobreza, que os põe na necessidade de andarem de humildes trajos. E' necessario tratál-os com bom modo, soffrendo as suas ignorancias e rusticidades, na consideração de que n'esta villa ainda tudo está na infancia, ao mesmo tempo que elles naturalmente não deixam de ter habilidade; é necessario ensinal-os com paciencia, e despertál-os da inercia e estupidez em que os tem posto o máo e lamentavel exemplo dos seus antepassados, que como mal epidemico tem grassado por um funesto encadeamento até o presente. Isto se não pôde fazer em pouco tempo. porque além de se não conseguir, é imprudencia com a humana força querer fazer mudar em um instante todos os costumes encanecidos de um povo; porém gradualmente se virá a conseguir, applicando todas as forças com o intuito de o fazer feliz.

7. Deve nos requerimentos de queixas que lhe fizerem ouvir e enforma-se bem dos officiaes de auxiliares ou ordenanças d'aquelle bairro onde succedeu o facto, e ver se pôde. a força de persuasão e industria, restabelecer a boa sociedade e amizade; e quando for caso em que se não possa usar deste bello e sublime antidoto, deve usar com cautela (cabendo na sua jurisdicção) do triste e ultimo remedio da prisão, sem comtudo se tornar inflexivel, conforme a natureza do delicto, aos rogos e peditorios do Reverendo vigario, juiz, capitão mór, etc.

8. Deve tratar com bom acolhimento aos Curitibanos que descerem pela serra a fazer negocio, porque voltam outra vez para fazerem exportação como são trigos, carnes. sebo, congonha, etc, e assim se attrahe e reanima este commercio. sem o qual quasi que não pôde subsistir o Rio de São Francisco: tratará da mesma maneira aos que vem da villa de Parnaguá com negocio.

9. Ainda que é sciencia quasi incomprehensivel a de conhecer os homens, todavia deve vigilantemente, como

um objecto mais essencial para o bom governo, affastar de si com inflexivel constancia os maledicos e mentirosos detractores, que com as suas intrigas e emposturas fazem castigar e desprezar os innocentes e premiar os seus cumplices; pois estes pessimos individuos, como monstros da sociedade, só cuidam para os seus sordidos interesses em calumniar, deturbar e incommodar a gente sensata, alterando assim a tranquillidade e santa paz publica.

1o. Finalmente, nos officios dos Illms. Snrs. governadores achará uma plena instrucção, e as ordens por onde se deve dirigir e governar: lendo-as repetidas vezes preencherá de luses e sciencia para manter os povos em uma perfeita harmonia e paz; nos sobreditos officios aprenderá a dissipar as intrigas e enredos nos seus principios, para que não cheguem a entrelaçar-se com profundas raizes, das quaes os fructos são bem amargosos; e tambem não fatigará a respeitavel presença do Illmo. Snr. governador com intempestivas, pueris e enfadonhas partes.

Villa de Nossa Senhora da Graça, 1º de Março de 1791.

José de Castro Ramos, alferes.



PORTO BELLO

Aucto da Posse e Juramento da instalação da Camara Municipal da Villa de Porto Bello. Anno do Nascimento de tNosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e a res, aos sete dias do mez de Dezembro n'esta nova Villa de Porto Bello, d'onde se achava o presidente da Camara Municipal o Capitão Joaquim Rodrigues Pereira, o qual se achava monido de dar a dita posse por procuração que fez ao Snr. Juiz de Paz Salvio Antonio de Souza Medeiros, na conformidade do Decreto de vinte e dous de Julho de mil oitocentos e trinta e tres, e por elle deu posse aos Vereadores da Villa de Porto Bello, ficando assim desmembrada da Capital por determinação do Conselho Administrativo, em virtude do Decreto da Creação. em observancia do que prescreve o Art. 3º do Codigo Criminal, e o Art. 1º das Instrucções de 15 de Dezembro do anno passado, cuja deliberação que foi mandada executar, consta da Sessão Extraordinaria do mesmo Conselho, de 1º de Março deste anno, e é do teor seguinte: Apresentou o Exmo. Snr. Presidente o Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça de 11 de Janeiro, para dar-se execução ao Codigo do Processo Criminal, e Instrucções a que se refere o Decreto de 13 de Dezembro ultimo. Consequentemente passou o Conselho a deliberar sobre a divisão dos Termos, na forma do Artigo 3.º do Codigo, e primeiro das Instrucções. E resolveu que ficasse substituido com os seus limites actuaes: o da Villa

de Lages, Laguna e São Francisco, e que o da cidade se subdividisse em quatro, sendo um o da mesma Cidade, comprehendendo todas as freguezias da Ilha; outro o de São José, comprehendendo a Freguezia da Enseada de Brito; outro o de São Miguel, comprehendendo a Colonia Allemã; e outro o da Villa de Porto Bello, comprehendendo o Curato de Itajahy, a dividir-se do de São Francisco pelo rio Gravatá. E sendo ali o dito presidente em sua propria caza, comparecerão os cidadãos, o Sargento Mór João Corrêa Rabello, o Snr. Antonio José da Silva, o Snr. Bernardo Dias da Costa, o Snr. Tenente Luiz Rodrigues Pereira, o Snr. Francisco José de Souza e Conceição, e o Snr. João da Cunha Bittancourt como immediato em votos pela escusa apresentada do Vereador Salvio Antonio de Souza Medeiros, por se achar exercendo o lugar de Juiz de Paz, que tinha reunido a maioria de votos para Vereadores. E aquelles que presentes forão deferir o mencionado juramento; segundo a forma prescripta no Artigo 17 da Carta de Lei de 1º de Outubro de 1828, depois do que lhe deu Posse dos lugares que lhes competia, ficando no de Presidente, o Snr. Capitão Joaquim Rodrigues Pereira, por ser o mais votado.

Cumprido assim o que determina o Artigo 3º do Decreto de 13 de Novembro de 1832, se houve por juramentada, empossada e instalada a Camara Municipal da Villa de Porto Bello, de que se lavrou este acto que assignarão Presidente e mais vereadores. Eu Francisco José de Souza e Conceição o escrevy. — O Presidente Joaquim Rodrigues Pereira — João Corrêa Rabello — Antonio José da Silva — Bernardo Dias da Costa — Luiz Rodrigues Pereira Rebello — Francisco José de Souza e Conceição — João da Cunha Bittancourt. E por não haver mais que tratar seguimos a Igreja Matriz ao solemne Te-Deum Laudamus acompanhados do Reverendo Parocho, e mais cidadãos, em acção de Graças, e a

ordem do dia 9 será a renomeação dos officiaes da Camara, e levantou-se a sessão. — O Presidente, Joaquim Rodrigues Pereira -- João Corrêa Rebello — Antonio José da Silva — Bernardo Dias da Costa — Franciso José de Souza e Conceição — Luiz Rodrigues Pereira Rebello — João da Cunha Bittancourt.



Achêgas para a Bibliographia e

Cartographia catharinenses

POR

LUCAS A. BOITEUX

368—João Antonio Rodrigues de Carvalho — Projecto de uma estrada da cidade do Desterro até as Missões do Uruguay e outras providencias que devem servir de ensaio ao melhoramento da provincia de Santa Catharina. 1824 (Revista do I. H. Brasileiro, vol 7. pg. 534)

369—João Augusto dos Santos Porto (Capitão Tenente)— Combate naval de 16 de Abril. 1895.

370—João Bernardino Bormann (General)— Dias fratricidas. 1901. 3 vols.

371—João Capistrano Bandeira de Mello Filho (Dr) —Falla com que abriu a 1. sessão da 21. legislatura da Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina em 1 de Março de 1876. Desterro typ. Lopes. 1876.

372—João Capistrano Bandeira de Mello Filho (Dr) —Relatorio com que passou a administração da provincia de Santa Catharina ao dr. Alfredo d'Escagnolle Tau-nay em 7 de Junho de 1878 Rio de Janeiro, typ. 5 de Março, 48 pp

373—João Carlos Pardal (Brigadeiro) - Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da provincia de Santa Catharina na 2. sessão ordinaria da 2. legislatura provincial em 1839. 18 da Independencia e do Imperio, pelo respectivo presidente. Desterro, typ. Provincial. 1839

374—João de Bittencourt Pereira Machado Memoria sobre a ilha de Santa Catharina, sua popnlação, agricultura, commercio e recursos necessarios para a pôr em bom

estado de defesa. 1822. (Archivo do Ministerio do Exterior).

375—João de Bittencourt Pereira Machado e Souza —Memorial que dirigeio a Sua Magestade Imperial

376—João da Costa Ferreira (Tenente-Coronel)—Mapa da provincia de S. Paulo. 1790-92

377—João de Souza Mello e Alvim (Coronel)—Carta chorographica da provincia de Santa Catharina contendo as divisões territoriaes e judiciaes, as distancias das cabeças dos municipios á capital da provincia, superficie quadrada de cada um dos municipios e uma estatistica da população. 1847. (Archivo Militar).

378—João Francisco A. Roscio—Compendio noticioso do Continente do Rio Grande de S. Pedro até o districto do governo de Santa Catharina. 1781 (Bibliotheca Nacional).

379—João Francisco de Souza Coutinho (Commendador) —Relatorio apresentado ao Exmo. Presidente da provincia de Santa Catharina. o Capitão-tenente Pedro Leitão da Cunha por occasião da posse deste em 26 de Dezembro de 1862. Desterro, typ. de J. A. Livramento. 1863, 30 pp.

380—João José Coutinho (Dr.)—Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina dirigiu á Assembléa Legislativa da Prbvincia no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em a 1.ª de Março de 1851. Desterro, typ. *Novo-Iris* 1851

381—João José Coutinho (Dr.)—Falla que o Presidente da provincia de Santa Catharina dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em 1.ª de Março de 1852. Desterro, typ. *Catharinense*. 1852.

382—João José Coutinho (Dr.)—Falla que o presidente da Provincia de Santa Catharina dirigio á Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria a 1. de Março de 1852. Desterro, typ. do *Conser-vador*. 1853.

383—João José Coutinho (Dr.) --Falla que o Exmo. Snr. Presidente da Provincia de Santa Catharina dirigio á Assembléa Legislativa provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em 19 de Abril de 1854 Desterro typ. do *Correio Catharinense*.

384—João José Continho (Dr.)—Falla que o Exmo Snr Presidente da Provincia de Santa Catharina dirigio á Assemblêa Legislativa Provincial no acto d'abertura de suasessão ordinaria em 1. de Março de 1855. Desterro, typ. do *C. Catharinense*.

385—João José Coutinho (Dr.)—Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina dirigio á Assemblêa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em 1. de Março de 1856. Rio de Janeiro, typ. Laemmert.

386—João José Coutinho (Dr.)—Falla que o presidente da província de Santa Catharina dirigio á Assemblêa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 1. de Março de 1857. Rio de Janeiro, typ. Villeneuve, 1857.

387—João José Coutinho—(Dr.)—Falla que o presidente da provincia de Santa Catharina dirigio á Assemblêa Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1. de Março de 1858. Santa Catharina, typ. de Germano A. Maria.

388—João José Coutinho(Dr.) Falla que o presidente da Provincia de Santa Catharina dirigio á Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1. de Março de 1859.

389—João José Coutinho(Dr.)—Relatorio apresentado ao Exm. Vice-presidente da provincia de Santa Catharina o dr. Speridião Eloy de Barros Pimentel por occasião de passar-lhe a adminisração da mesma provincia em 23 de Setembro de 1859. Desterro, typ. de J. J. Lopes. 24 pp.

390—João José Coutinho(Dr.)—Nota relativa a antiguidade da velha, hoje cidade de Nossa Senhora da Graça do rio S. Fracisco. 1859 (In. fol. Instituto H. Brasileiro.)

391—João José de Andrade Pinto—(Dr.)—Relatorio apresentado ao Exm. Presidente da provincia de Santa Catharina o dr. Ignacio da Cunha Galvão, por occasião de passar-lhea administração da mesma em 26 de Abril de 1861. Desterro, typ. de Germano A. M. 12 pgs.

392—João Justino de Proença—(Almirante)—O melhor porto ao sul do Brazil. 1884.

393—João Joaquim da Silva Guimarães—Descripção

da costa da Provincia de Santa Catharina comprehendida entre a parte das Bombas e a barra do norte do rio S. Francisco. 1849. in. 4°. peq de 1 fl. 13 pp. (Bibliotheca de Marinha)

394—João Rodrigues Chaves (Dr. — Falla com que abriu a 2.ª sessão da 22.ª legislatura da Assemblêa Legislativa Provincial de Santa Catharina, dm 2 de Fevereiro de 1881, Desterro, typ. Margarida. 1881.

395—João Rodrigues Chaves (Dr.)—Relatorio com que passou a administração da provincia ao Exmo. Sr. Dr Joaquim Augusto do Livramento. 3. Vice-presidente em 9 de Março de 1882. Desterro, 1885

396 João Silveira de Souza (Dr)—Memorial apresentado ao governo contra o decreto de 16 de Janeiro de 1865.

397- João Thomê da Silva (Dr) Falla dirigida á Assemblêa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de Março de 1874 pelo Exmo. Presidente de Provincia Desterro, typ. Lopes. 1874

398—João Thomê do Silva (Dr.)—Falla dirigida á Assemblêa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 21 de Março de 1875 pelo Sr. Presidente da Provincia Desterro, typ. Lopes. 1875.

399—João Vicente Leite de Castro (Marechal) —Anita Garibaldi: 1911.

400—Joaquim Augusto do Livramento (Dr.)—Relatorio com que ao Exmo. Sr. Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos, presidente da provincia, passou a administração em 5 de Abril de 1882 Desterro, 1885

401-- Joaquim Augusto do Livramento (Dr)—Officio com que passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves em 6 de Setembro de 1882. Desterro 1885.

402—Joaquim Bandeira de Gouvêa (Dr)—Relatorio que o Exm Sr. Presidente da Provincia de Santa Catharina dirigiu a Assemblêa Legislativa Provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 26 de Março de 1871. Desterro typ. da Provincia 1871.

403—Joaquim Bandeira de Gouvêa (Dr.)—Relatorio com que passou a administração da provincia de Santa Catharina ao Ex^{mo} Snr. Dr Guilherme Cordeiro Cintra, 1. Vice-presidente em 7 de Janeiro de 1872. Desterro, typ. Lopes, 24 pp.

404. — Joaquim da Costa Barradas (Dr.) — Estudos e documentos sobre a questão de limites entre Santa Catharina e Paraná. 1891. im 8°.

405. — Joaquim de Almeida Coelho — Memorias e documentos. 2vols. ineditos.

406. — Joaquim da Silva Ramalho (Dr.) Relatorio com que os Exmo. Sr. Dr. Lourenço Cavalcanti de Albuquerque passou a administração da provincia de Santa Catharina em 7 de Maio de 1878. Desterro, typ. da *Regeneração*, 42 pp.

407. — Joaquim da Silva Ramalho (Dr.) Relatorio que ao Exmo. Sr. Dr. Antonio d' Almeida de Oliveira passou a administração da provincia em 18 de Abril de 1879. Desterro, typ. da *Regeneração*. 26 pp.

408. — Joaquim Eloy de Medeiros (Conego) — Relatorio com que passou a administração da provincia ao dr. Abdon Baptista, 1º. Vice — presidente em 26 de Junho de 1882. Desterro, typ. da Republica. 1890.

409. — Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva (Arcypreste) — Biographia do Irmão Joaquim (R. I. H. Brasileiro, vol 39 e Revista I. H de Santa Catharina vol I. pp. 49-59, 1902.

410. — Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva (Arcypreste) — Dicionario geographico, historico e estatistico da provincia de Santa Catharina. 1867. (Inedito) Instituto H. Brasileiro.

411. — Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva (Arcypreste) — Memoria historica sobre a Colonia allemã de S. Pedro de Alcantara na provincia de Santa Catharina. 1848. Revista do I. H. Brasileiro, vol 10.)

412 Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva (Arcypreste) Noticia geral da provincia de Santa Catharina. 1873.

413. — Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva (Arcypreste) — Auto- biographia. (Inedito.)

414 Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva (Arcypreste) Biographia do Alferes Varella.

415 Joaquim José Pinto Bandeira Noticia da descoberta do Campo de Palmas, etc., até Dezembro de 1850. (Revista do I H. Brasileiro, vol. 14. pg. 425).

416 Joaquim Thago da Fonseca (Dr). Almanach de Santa Catharina para 1910. Florianopolis; typ. Moderna.

416—Joaquim Thiago da Fonseca (Dr.)—De floresta à cidade (Nucleo Annitopolis) 1911.

417—John Luccock--Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil. 1820. in 8°

418—John Murray--Experiencias do carvão de Santa Catharina *Revista de Engenharia* 28-VIII-83, V, 229 Rio de Janeiro, 1888.

419—Jorge C. Bleyer (Dr.)--Die Waldindianer Santa Catharina (Os indios da matta virgem de Santa Catharina) 1904

420--Jorge de Almeida—Fortes e Fortalezas (Artigos)

421—José Antonio Teixeira Cabral (Tenente coronel) Mappa ou planta topographica planispherica da imperial provincia de S. Paulo.

422—José Arthur Boiteux (Dr.)--Santa Catharina—Questão de limites. 1890.

423—José Arthur Boiteux (Dr.)—A costa catharinense. Rio de Janeiro. 1911.

424—José Arthur Boiteux (Dr.)—A imprensa em Santa Catharina. R. Janeiro 1911.

425—José Arthur Boiteux (Dr.)—O Estado de Santa Catharina na Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro. 1912.

426—José Arthur Boiteux (Dr.)--Diccionario historico e geographico do Estado de Santa Catharina (1° volume 1913.

427—José Arthur Boiteux (Dr.)—Anuario catharinense para 1904. Florianopolis.

428—José Arthur Boiteux (Dr.)—Archivo catharinense. Revista mensal. Rio de Janeiro-1908. Seis numeros.

429—José A. Boiteux—Thiago da Fonseca—Almanach catharinense para 1896.

430—José Bento de Araujo (Dr.)—Falla com que abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura Provincial de Santa Catharina em 6 de Março de 1877. Desterro, typ. Lopes. 1877. In fol. 32 pp.

431—José Bento de Araujo (Dr.)—Relatorio com que ao Exm. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho, 1º Vice-presidente, passou a administração da provincia de Santa Catharina em 14 de Fevereiro de 1878. Desterro typ. da "Regeneração," 1878. 42 pp.

432—José da Costa Gama (Engenheiro-civil)—Memoria

sobre o problema da viação do Estado do Rio Grande do Sul. Porto-Alegre. 1910. Um mappa.

433—José Dias de Lima—A estrada de Ferro da provincia de Santa Catharina á de S. Pedro do Sul. 1869. in 8º.

434—José Eduardo Wandenkolk—Defesa. 1839. (Bibliotheca nacional).

435—José e Francisco Koeller—Relatorio da exploração do rio Iguassú feita em 1866. (Vide Relatorio do Ministerio da Agricultura de 1867).

436—José Egydio Garcez Palha (Capitão tenente)—Ephemerides Navaes. Rio de Janeiro. 1891.

437—José Egydio Garcez Palha (Capitão-Tenente)—Combates de terra e mar.

438—José Fereira de Mello (Dr.)—Officios com que passou a administração da provincia ao Conego Joaquim Eloy de Medeiros em 6 de Março de 1889. Desterro, typ do Conservador.

439—José Garibaldi—Memorias.

440—José Gonçalves dos Santos Silva—Cartas acerca da provincia de Santa Catharina. 1857.

441—José Gonçalves dos Santos Silva—Leis em conflito com o dineito de occupação e conquista ou a provincia de Santa Catharina e seus confins com a provincia do Paraná 1865 Desterro, typ. J. J. Lopes, 190 pp. in 8º

442—José Gonçalves dos Santos Silva—O Irmão Joaquim (Artigos)

443—José Gonçalves dos Santos Silva—Documentos. 2 vol. ineditos.

444—José Ignacio de Abreu Lima (General)—Synopsis ou dedução chronologica de factos mais notaveis da historia do Brazil.

445—José Joaquim Machado de Oliveira (Brigadeiro)—As aguas thermaes da provincia de Santa Catharina. 1842.

446—José Joaquim Machado de Oliveira (Brigadeiro)—Noticia sobre o carvão mineral das margens do Tubarão na provincia de Santa Catharina.

447—José Joaquim Machado de Oliveira (Brigadeiro)—Quadro historico da provincia de S. Paulo.

448—José Joaquim Machado de Oliveira (Brigadeiro)—Carta chorographica da provincia de Santa Catharina,

etc. Rio de Janeiro, 1845. (Archivo Militar).

449—José Joaquim Machado de Oliveira (Brigadeiro)—Carta corographica da provincia de São Paulo, 1856. Ms.

450—José Johanny (Advogado)—A Republica Catharinense (Revista Catharinense, Laguna, 1911.)

451—José Johanny (Advogado) — O Padre Manoel João. (Revista Catharinense, Laguna, 1911.)

452—José Johanny (Advogado)—O Conselheiro Souza França (Revista Catharinense, Laguna)

453—José Johanny (Advogado) — O General Laurentino (Revista Catharinense, Laguna.)

454—José Johanny (Advogado)—Exportação da Laguna, 1819-1820., (Revista Catharinense, Laguna)

455—José Johanny (Advogado)—O fim da Republica Catharinense. (Revista Catharinense, Laguna.)

456—José Johanny (Advogado)—Revista Catharinense, publicação semanal. Laguna.

457—José Lustosa da Cunha Paranaguá. (Di.) — Relatorio com que ao Ex.^{mo} Sr. Coronel Manoel Pinto de Lemos, 1.^o Vice-presidente, passou a administração da provincia de Santa Catharina em 22 de Junho de 1885. Des-terro, typ. do Jornal do Commercio.

458—José Maria Cabrer—Carta espherica de la Confederacion Argentina y de las Repnblicas del Uruguay y del Paraguay, que comprende los reconocimientos practicados por las 1.^a e 2. sub-divisiones Espanõla y Portuguesa en cumplimiento del tratado preliminar de limites de 11 Octobre de 1877. (1802) Paris. 1853.

459—José Maria Paranhos do Rio Branco (Barão do Rio Branco)—Statement submitted by the U. S. of Brazil to the President of U. S. of America as alles teatee under the provinsion of the treaty concluded Setember 7, 1889, between Brazil and the Argentina Republic, 1894 6 vols. in 8.

460—José M. F. de Abreu—Reflexões sobre a comarca de Curytiba.

461—José Pereira da Silva—Historia da fundação do Imperio Brasileiro.

462—José Pereira da Silva—Plutarcho Brasileiro.

463—José Pereira Linhares—Descripção do municipio do Rio Regro. comarca da Lapa 1861. In. foll. 8 foll.

464—José Teixeira Raposo — Explicações necessarias 1888.

465—José Teixeira Raposo—Relatorio apresentado ao governador do Estado de Santa Catharina Dr. Felipe Schmidt pelo Secretario do Estado em Julho de 1899. Florianopolis, typ. Moderna, 1900

466—José Toribio Medina—Juan Diaz de Solis. Chile 1897.

467—José Toribio Medina - Coleccion de documentos inéditos para la historia de Chile.

468—José Nolasco da Fontoura Pereira da Cunha (Capitão-tenente) — Relatorio sobre os diversos trabalhos preparatorios da canalisação do rio Mambituba, reconhecimentos de seus territorios, etc. (Relat. da presidencia do Rio Grande do Sul, 1861)

469—José Vieira da Rosa (Capitão)—Chorographia de Santa Catharina. Florianopolis; typ. Moderna. 1905.

470—José Vieira da Rosa (Capitão) — Resumo da chorographia de Santa Catharina. Florianopolis, typ. Moderna. 1906.

471—José Vieira da Rosa (Capitão) — O valle do Itajahy («Revista Catharinense», Laguna).

472—José Vieira da Rosa (Capitão)—Sul do Estado. (Artigos na «Folha do Commercio», Florianopolis.

473—J. P. Calogeras—Le fer nickelé de Sainte Catherine (Revue Scientifique, tomo L, pp. 591-594. Paris. 1892. Abstract h. Jahrb Mineral, 1883. I. p. 480).

474—J. P. Calogeras—Meteorito de Santa Catharina. ("Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, Maio 29, 1892).

475—Juan Lopes de Velasco—Geografia y descripcion universal de las Indias. 1559.

476—Juan Sanches de Viscaya—Carta y descripcion del Rio de la Plata y Brazil. 1539.

477—Julio Parigot—Minas de carvão de pedra de Santa Catharina (1841) In 8.º de 12 pp.

478—Julio Parigot—Memoria sobre as minas de carvão do Brazil Rio de Janeiro, typ de J. Villeneuve e Comp: 1841 In 4.º de 30 pp. e uma estampa.

479—Julio Parigot—Memoria terceira sobre as minas de carvão de pedra de Santa Catharina. In 4.º de 39 pp.

480—Julius Michaelis—Umas ideias sobre a posição

commercial da provincia de Santa Catharina (Conservador do Desterro, n. 255, 258 e 273 de 1885).

481—J. Villiers de l'Isle Adam—Carta topographica e administrativa de Santa Catharina, etc. Rio de Janeiro. 1848.

482—J. W. Norie—Sailing directions for the coast of Brazil and Rio de la Plata 1841. 2 vols. in 8°

K

483—King—Fritz Roy—Sailing directions for South America. 1850, In 8°

484—Koster—Travels in Brazil. 1816. 2 vols 1817.

485—Koster—Reisen in Brasilien (Voyages pittoresques, scientifiques et historiques en Amerique. Brésil 2 vols. 1846).

L

486—Ladislau dos Santos Titára—Notificador corographico das provincias da Bahia, Santa Catharina. S. Paulo e Rio Grande do Sul. (Ms.)

487—La Peyrouse—Voyage autour du monde. 1797

488—Leonce Aubé—La province de Sainte Catherine et la colonisation au Brésil 1861.

489—Leonce Aubé Notice sur la province de Sainte Catherine

490—Leonce Aubé—Notice sur Dona Francisca. 1857.

491—L. J. Duperrey—Voyage autour du monde sur la corvete Coquille. 1829, 3 vols. in 4 (Vide tom. 1° pp. 58 e tom. IV)

492—Lourenço Cavalcanti de Albuquerque (Dr.)—Relatorio com que ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho, 1° Vice-presidente, passou a administração da provincia de Santa Catharina em 11 de Dezembro de 1879. Desterro, typ. da Regeneração, 56 pp.

493—Lucas Alexandre Boiteux (Capitão-tenente)—Ephemerides catharinenses (1500-1910) Publicadas n, "O Dia" de Florianopolis. 1911.

494—Lucas Alexandre Boiteux (Capitão tenente)—Notas para a historia catharinense 1912. Florianopolis, typ. da Livraria Moderna. In 8°, 437. pp.

495—Lucas Alexandre Boiteux (Capitão tenente)—Santa Catharina porto militar. (Artigos na “Folha do Commercio,” de Florianopolis 1911).

496—Lucas Alexandre Boiteux (Capitão tenente)—Santa Catharina—Rio Grande. Questão de limites (Artigos na “Folha do Commercio,” Florianopolis, 1912).

497—Lucas Alexandre Boiteux (Capitão tenente)—Poranduba catharinense (Artigo no “Jornal do Commercio” do Rio, Agosto 1911).

498—Lucas Alexandre Boiteux (Capitão tenente)—Os França da Laguna. (Notas) “Revista catharinense” Laguna).

499—Lucas Alexandre Boiteux (Capitão tenente)—Achêgas para a bibliographia e cartographia catharinense.

500—Lugones El Imperio jezuítico. Buenos Ayres

501—Luiz da França Almeida e Sá—Compendio de geographia do Paraná. 1871.

502—Luiz de Cemitille (Frei)—Noticias sobre os indios Caingangs.

503—Luiz Delphino dos Santos (Dr.)—Ao povo catharinense. 1863.

504—Luiz Ferreira Gualberto (Dr.)—Contribuição para a historia do Estado de Santa Catharina. Fundação de S. Francisco do Sul (Revista do H. I. de Santa Catharina, vol I, pp 60-74. 1902).

505—Luiz Ferreira Gualberto (Dr.)—Denominação de Santa Catharina. (Revista catharinense, Laguna, fas. III e VI).

506—Luiz Gonzaga de Campos—Note on the locality of the Santa Catharina meteorite (Revista do Observatorio do Rio de Janeiro.)

507—Luiz Gonzaga de Campos—Nota sobre a localidade do ferro nativo de Santa Catharina. Meteoritos brasileiros (Revista do Observatorio, vol III, n. 5. pp. 65-68. Rio de Janeiro). 1888.

508—Luiz Gonzaga de Campos—Minas de carvão do Tubarão, Santa Catharina. 49 pp. com mappas e perfis 4°. Rio de Janeiro. 1890 (E’ a segunda parte do Relatório apresentado ao Gol Glycerio).

509—Luiz Pedreira do Couto Ferraz—Relatorio apresentado ao Ministro e Secretario dos Negocios do Imperio pelo encarregado do governo imperial de inspeccionar

as colonias do provincia de Santa Catharina.

510—Lunay—Sur le fer nickelé de Sainte Catherine. (Extrait d'un lettre adressé a Mr. Daubrie). Comptes rendus de l'Ac. de Sc. LXXVV, 84-85, Paris 1877.

511—L. Wagner—Paraná-Santa Catharina (Revista Industrial, Janeiro de 1878, vol II; pp 9-10).

512—Luiz Ramirez—Carta sobre a viagem de Sebastião Cabot (Revista do I. H. Brasileiro).

513—Limites de S. Paulo [Relatorio da presidencia de 1852]

514—Lettre a Mr l'Abbé de Pradt par un indigène de l'Amerique du Sud.

M

515—Macedo Soares—Notas lexicographicas acerca de alguns nomes topicos do Paraná.

516—Manoel Ayres de Casal—Corographia brasílica. 2 vols, in 8º, 1833. Segunda edição de 1845.

517—Manoel da Costa Fraga—Mappa hydrographico, historico e analytico da provincia de Santa Catharina. (Bibliotheca Nacional.)

518—Manoel da Costa Pereira—Apontamento avulso, apresentado á presidencia de Santa Catharina onde servio por mais de 30 annos (Ms. inedito).

519—Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro—Informação sobre os limites da provincia de S. Paulo com as suas limitroples. 18+6.

520—Manoel da Silva Mafra (Dr.)—Exposição historico-juridica por parte do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Paraná. Rio de Janeiro, Imprensa nacional. 1901.

521—Manoel da Silva Mafra (—Dr.)—Questão de limite entre Sant Catharina e Paraná. Allegações do Estado de Santa Catharina. Acção originaria nº. 6. 1902 in 8º.

522—Manoel da Silva Mafra (Dr.)—Acção originaria nº.7. Notas à sustentação do sembargos do Estado do Paraná ao accordão do Supremo Tribunal Federal. 1904.

523—Manoel de Figueredo—Hydrographia. 1632.

524—Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão (Dr.)—Relatorio apresentado pelo 2º Vice-presidente de Santa Catharina ao Presidente o Exmo. Sr. Dr. André Cordeiro de Araujo Lima por occasião de passar-lhe a Ad-

ministração da mesma em 3 de Janero de 1870. Desterro, typ. de J J. Lopes, 1870. In pol. 38 pp.

525—Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão (Dr.)—Relatorio apresentado pelo 2º Vice-presidente da provincia de Santa Catharina ao 3º Vice-presidente Sr. Dr. Ignacio Accioli de Almeida por ocasião de passar a administração da mesma a 27 de Janeiro de 1873. Desterro, typ. Lopes. 18 pp.

526—Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão (Dr.)—Notas geograficas e historicas sobre a Laguna desde a sua fundação até 1750 Desterro 1881. (2ª edição de 1884, muito mais desenvolvida na parte historica).

527—Manoel Eufrazio de Azevedo Marques—Apostamentos historicos e geograficos, biograficos e estatísticos da provincia de S. Paulo. 2 vols. 1879

528—Manoel Joaquim de Almeida Coelho (Major)—Descrição succinta de algumas madeiras conhecidas no mercado da cidade do Desterro, na provincia de Santa Catharina. 1849. in 12:

529—Manoel Joaquim de Almeida Coelho (Major)—Memoria historica da provincia de Santa Catharina. 1856. A 2ª edição é de 1877.

530—Manoel Joaquim de Almeida Coelho (Major)—Memoria historica do extincto Regimento de Infantaria de Linha da provincia de Santa Catharina. 1853.

531—Manoel Joaquim de Almeida Coelho (Major)—Informação sobre a provincia de Santa Catharina. 1869. Ms. inedito

532—Manoel Joaquim de Almeida Coelho (Major)—Biographia do Coronel Fernando da Gama Lobo Coelho e seu filho Brigadeiro José da Gama Lobo Coelho d'Eça 1859. Rio de Janeiro. typ de Paulo Brito.

533—Manoel Joaquim de Almeida Coelho (Major)—Biographia do Brigadeiro Manoel Soares Coimbra ("Re vista catharinense " Laguna, 1911).

534—Manoel Joaquim Machado (Tenente)—Mensagem do governador provisório do Estado de Santa Catharina lida na abertura do Congresso do Estado a 14 de Julho de 1892. Desterro typ. do Jornal do Commercio. 1892.

535—Manoel Joaquim Machado (Tenente)—Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa em sua sessão

extraordinaria pelo presidente do Estado, em 6 de Maio de 1893. Desterro, Gabinete "Sul Americano". 1893.

536—Manoel Joaquim Machado (Tenente)—Manifesto ou exposição historica do governo de Santa Catharina de 1891 a 1894

537—Manoel Marques Guimarães—Memoria historica da provincia de Santa Catharina por M. M. G. encarregado da fundação e administração da Armação das baleias de Garopaba (Ms. dos seculos XVIII e XIX.)

538—Manoel Marques Guimarães—Apontamentos. (Começados em 1795 e continuados por seu filho do mesmo nome. (Ms).)

539—Manoel Pinto de Lemos—Relatorio com que passou a administração da provincia ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Lara da Fontoura Palmeiro em 28 de Junho de 1885. Desterro, typ. da "Regeneração". 1885 6 pp.

540—Manoel Vieira Tosta (D.)—Relatorio apresentado pelo 1.º Vice-Presidente ao Presidente o Exmo. Sr. Dr. Francisco Ferreira Chaves por occasião de passar a administração da mesma em 18 de Maio de 1870. Desterro, typ. Lopes. In. foll 12 pp.

541—M. A. Pissis—Memoire sur la position geologique des terrains de la partie australe du Brésil et sur les soulevements qui, a diverses époques, ont changé les reliefs de celte contree. (Comptes rendes de l'Ac. de Sc. XIV, 1644-1646. Paris. Imp. nationale, 1842, in 4.º 60 pp. 2 castes e 5 pranches.)

542—M. A. Pissis—Memoire, etc. (Memoria do Instituto de França. Tomo X. pp. 353-413. 2 ged. 3 fig. e 1 carta).

543—Martin del Barco Centenera (Frei)—Argentina.

544—Martin F. Navarrete—Coleccion de las viajes y descubrimientos, etc. Madrid. 1837. (Vol. III. pp. 49).

545—M. Barral—O piloto do Brasil ou descripção das costas da America Meridional. 1834.

546—M. Barral—Plan de l'île et du detrot de Sainte Catherine au Bresil levè em 1831.

547—M. de Anglés y Gastari—Los Jesuitas en el Paraguay. Madrid. 1789.

548—Milliet Saint-Adolphe—Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil. 1845, 2 vols. in 8.º.

549—Monsenhor Pizarro—Memorias historicas do Rio de Janeiro.

550—Mappa do mez de Dezembro de 1798 do Regimento de Infantaria de linha da Ilha de Santa Catharina de que é Coronel Manoel Soares Coimbra. Em 1 de Janeiro de 1799. (Bibl. Nacional.)

551—Mappa da provincia de S. Pedro do Sul e terrenos adjacentes das provincias limitrophes, Rio de Janeiro. 1843

552—Mappa topographico da provincia do Rio Grande do Sul, Londres, na lith. de Macluse, Macdonald e Macgregor.

553—Mappas de Santa Catharina (1717-1879). Exitem na Bibliotheca Nacional do Rio. (120 exemplares)

554—Memoria sobre uma estrada pela costa desde a cidade do Rio de Janeiro até a villa do Desterro em Santa Catharina. 1814. Instituto historico e geographico Brasileiro).

555—Muricy (Dr.)—Ligeiras noticias sobre a provincia do Paraná. 1875.

N

556—Nicolau Joaquim Moreira—Noticia sobre a Agricultura do Brazil

557—Nicolau Pederneira (Dr.)—Relatorio da inspecção procedida na Colonia Nova Veneza no Estado de Santa Catharina ("Diario Official" de 13-VII 1893).

558.—Noticia da entrega da Ilha de Santa Catharina aos hespanhòes em 26-3-1777 (sic) etc. (Revista do I. H. Brasileiro).

559.—Noticia da povoação e fundação da villa da Laguna por Francisco de Britto Peixoto que foi Capitão-mór della, etc. (Bibliotheca Nacional. Cod. CLXXIII (16-39 fls. in 21x14

O

560.—O. A. Derby—The Santa Catharina meteorite ("American Journal Science" CXXIX, 33-35, 496, New-Haven, Janeiro de 1885).

561.—O. A. Derby—Is the S. Francisco do Sul (Santa Catharina) iron a meteorite? ("Science", XX, 254-25, New-York Novembro 4, 1892.)

562.—O. Constadt —Brasilien, Land und Leute. Berlin. 1877.

563.—O. Doerfell—A Colonia D. Francisca na provincia de Santa Catharina ao sul do Brasil.

564.—Oreste Araujo—Resumen de la historia del Uruguay. Montevideo. 1905.

565.—Oscar Rosas—Revista de Santa Catharina. Organ dos interesses moraes e materiaes do Estado. Publicação quinzenal. Rio de Janeiro, 1895. Sahiram 6 ns.

P

566 Paul—Ehrenreich.—Anthropologesche studien uber die Urbewohner brasilien. 1897.

567—Paul Perrin—Les colonies agricoles du Brésil, etc. Paris, Juin, 1912

568—Paul Walle—Au Bresil. Etats de Paraná et de Sante Catherine. etc. Paris, 1912.

569—Paul Walle—Au Brésil. La colonisation. Reseignements pratiques á l'usage des emigrantes.etc. Paris.

570—Paulo José Miguel de Brito—Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina. Rio de Janeiro. 1816.

571—Paulo José Miguel de Brito—Plano hydrographico da Ilha de Santa Catharina e da terra firme adjacente rectificado no anno de 1814. (vide "Memoria".)

572—Paulo José Miguel de Brito—(Tenente-coronel)—Planta hydro-topographica da capitania de Santa Catharina.

573—Patricio A. Sepulveda Ewerard—Memoria discriptiva das fortificações da provincia de Santa Catharina. 1841, (Archivo Militar).

574—Pedro Affonso Fereira (Dr.)—Relatorio com que passou a administração da Provincia de Santa Catharina ao 4. Vice-presidente Exmo. Sr. Tte. Cel. Luiz Ferreira do Nascimento Mello no dia 8 de Outubro de 1873. Desterro, typ. J. J. Lopes. In fol. 14. pp.

575—Pedro Affonso Ferreira (Dr.)—Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina pelo presidente no acto da abertura da sessão em 2 de Junho de 1873. Desterro, typ. Lopes.

576—Pedro Leitão da Cunha (Capitão-tenente)—Relatório apresentado ao Exmo. Sr. 1 Vice-presidente da provincia de Santa Catharina o commendador Francisco José de Oliveira, por occasião de passar-lhe a administração da mesma provincia em 19 de Dezembro de 1863. Desterro, typ Livramento. 42 pp.

577—Pedro Lopes de Souza—Diario da Navegação etc. 1531.

578—Pedro Taques de Almeida Paes Leme—Nobiliarquia paulistana. (Rev. do I. H. Brasileiro).

579—Pedro Taques de Almeida Paes Leme—Historia da capitania de S. Vicente, desde a sua fundação em 1531 por Martim Affonso de Souza, etc. 1772 (Revista do I. H. Brasileiro, vol IV).

580—Pedro Trompowsky Taulois (Major)—Ao Dr. Alberto Fric. Palmas (Santa Catharina).

581—Pereira Coruja—Anno historico Sul-Rio Grandense.

582—P. Guevara —Historia del Paraguay. Buenos-Ayres. 1900.

583 —Pedro Lozano—Historia de la conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman. Buenos-Ayres 1874.

584—Pedro Rivas—Efemerides americanas.

585—Ponce de Leon—Relacion de Misiones. 1788.

586—P. L. S. (Presalindo Lery Santos?)—A colonia Azambuja desde a sua fundação. Ligeiras considerações 1882.

587—P. Magre—Reseignements sur la partie de cote comprise entre l'île de Sainte Catherine et Buenos Ayres, traduit du «Pilot americain de Blunst» 1827. in 8.

588—Presalindo Lery Santos O Almirante Barão da Laguna, senador do Imperio, 1880, in 8

589—Paraná e Santa Catharina. Questão de limites. Rio de Janeiro. typ do "Jornal do Commercio", 1905.

590—Parecer da Commissão fiscal sobre o porto de S. Francisco (Estrada de ferro Pedro I).

591—Peças justificativas da innocencia de Felix Antonio Teixeira Nunes, etc. 1827. (Bibliotheca Nacional)

592—Pier Liberale Rambaldi—Amerigo Vespucci.

593—Primeiras tentativas de uma communicação franca com a villa de Lages e a capitania de S. Paulo, ordenadas pelo governador da provincia de Santa Catharina

Tenente- coronel José Pereira Pinto em o anno de 1787.

594—Provincia do Brazil. Mappas do Paraná (1755-1877) 12 exemplares. (Bibliotheca Nacional)

595—Quadro das forças existentes nas Capitánias do Rio de Janeiro, Santa Catharina, etc; em 1776. (Revista do I. H. Brasileiro).

R

596—Ramuzio—Obras.

597 R. Avé Lallemant (Dr.)-Reise durch Sud-Brasilien in Jahre 1858 1^o vol. in 8^o, 1859, Leipzig.

598 —Raynal (Abbé)- Histoire philosophique, etc.

599.—Ribeiro de Almeida (Dr.)-Ensaio sobre a salubridade e pathologia da Ilha de Santa Catharina e em particular da cidade do Desterro 1864. In 8^o

600—Rocha Pombo--Paraná-Santa Catharina.

601—Rocha Pombo—Historia do Brazil. (Em publicação),

602—Robert Southey - History of Brazil.

603—Rodolpho Baptista--Notas historicas ("Revista catharinense,, Laguna, 1911).

604—Rodrigo de Acuña (Dr.)—Carta de um senhor de estos Reinos, con fecha em Pernambuco a 15 de Janeiro 1527.

605—Rodrigues da Costa (Dr.)—Os sambaquis no sul de Santa Catharina ("Revista catharinense, Laguna, 1911).

606—R. Monner Sans—Misiones guaraníticas. Buenos-Ayres. 1892.

607—Romario Martins—Historia do Paraná. Curitiba.

608—Romario Martins--O rio Sahy. Curytiba. 1904.

609.—Romario Martins—Lages.

610.—Roussin (Almirante)—Navigation aux côtes du Brésil. 1821.

611.—Roussin (Almirante)—Le pilot du Brésil ou description des côtes de l'Amerique meridionale entre Sainte Catherine et Maranhão. 1845. 2 vol. Ilustr.

612.—Ruy Diaz de Guzman—La Argentina. Buenos-Aires. 1900 (A 1^a. edição è de 1635).

613,—Recenceamento da comarca de Palmas, E. do

Paraná (sic). Republica dos E. U. do Brazil. 1890. In 4º 1892.

614—Registo dos Conselhos de guerra feitos na ilha de Santa Catharina em 1777, sobre a evacuação da mesma ilha, (Mes. do I. H.) Brasileiro.

615—Relação das forças hespanholas que tomaram a Ilha de Santa Catharina e a Colonia do Sacramento. (Revista do I. H. Brasileiro.)

616—Relação da artilharia e mais petrexos entregues na ilha de Santa Catharina ao general Hespanhol 1777. (Mes. do I. H. Brasileiro.)

617—Relatorio da Commissão Scientifica á provincia do Paraná.

618—Relaciones de probanzas en el pleito entre el capitan Francisco de Rojas y Sebastian Cabot. ("Historia 1, 108, 456, 459).

619—Republica catharinense. Documentos para sua historia. ("Revista catharinense," Laguna, 1911)

620.—Revista Catharinense. Publicação mensal destinada á defeza do interesses do Estado Capital federal 1900. Sairam 7 numeros

621 Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. 73 vols.

622—Revista do Instituto Historico e Geografico de S. Paulo.

623—Revista do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina. 4 fasc. 1902—1913

624—Revista do Instituto Historico e Geographico do Paraná.

625—Rio S Francisco do Sul. (Vide jornal "A Luz" Rio de Janeiro, 1872, vol I, pg. 365).

S

926—San Roman —Historia general de la Índia oriental 1557

627—Sebastião Paraná—Chorographia do Paraná Curitiba. 1899

628—Sebastião Paraná—O Brasil e o Paraná.

629—Sebastião Antonio Rodrigues Braga—Memoria sobre o projecto de estabelecimento de uma Estrada de ferro de Santa Catharina a Porto Alegre 1870.

630.—Sebastião Rodrigues da Costa—Descrição do municipio da Laguna, comarca do mesmo nome. 1881. (Bibliotheca Nacional).

631 Sergio Nolasco de Oliveira Paes Preludios literarios (Encontram-se nelles a biographia do Commendador Erancisco José de Oliveira) Florianopolis, typ: Gutenberg. 1913.

632.—Severo Amorim do Valle (Dr.)—Exposição ao eniregar a 6 de Março de 1849 a presidencia ao dr. Antonio Pereira Pinto. Desterro, Typ. Provincial. 1849. 12 pp.

633—Severo Amorim do Valle (Dr.)—Falla que o Exm. Sr. 3 Vice presidente de Santa Catharina dirige áAssembléa Legislativa provincial no acto da abertura de sua sessão ordinaria em 1.º de Março de 1849. Desterro, typ. Provincial.

634—Silverio Candido de Faria—Opuscuio

635—Silvestre José dos Passos—Memoria sobre a abertura de huma estrada de comunicação entre a capital de Santa Catharina e a villa de Lages. 1813 (Vide jornal "O Patriota,, Rio de Janeiro, n.º 3, pg 23 Bibliotheca Nacional).

636—Simão de Vasconcellos (Padre)—Chronica da Comanhia de Jesus do Estado do Brazil.

637—Speridião Eloy de Barros Pimentel (Dr.)—Relatorio apresentado ao exm. Sr. Presidente da provincia do Santa Catharina o dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque pelo Vice-Presidente por occasião de passar-ihe a administração da mesma provincia a 21 de Outubro de 1859. Desterro typ. Lopes. 1859. 8 pp.

338—Santa Catharina e Paraná. Estudos e documentos sobre a questão de limites. 1891

T

639—Teixeira de Mello—Ephemerides nacionaes. 2 vol

640—Telemacho Borba (Coronel) Breve noticia sobre os indios Caingangs' etc' ("Revista Paranaense." 1882)

641—Theodoro R. Oswiencinsky—Die colonia Dona Francisca in Sud Brasilien. 1853.

642—Theodoro Sampaio—O tupi ua geographia nacional.

643—Theodoreto Carlos de Faria Souto (Dr.) Relatório com que abriu a 2.^a sessão da 24.^a legislatura da Assembléa Provincial de Santa Catharina em 25 de Março de 1883. Desterro, typ. do "Caixeiro. 1883.

644—Theophilo Nolasco de Almeida (Capitão de corveta)—Exposição de Florianopolis. Conferencia realizada no Centro Catharinense: Rio de Janeiro, typ. Leuzinger. 1906,

645—Thomaz da Costa C. Rebello da Silva. — Memoria sobre a provincia das Missões, offerecida ao Ex. m. Conde de Linhares, Ministro e Secretario dos Negocios Estrangeiros e de Guerra (Archivo do Ministerio do Exterior).

646—Tobias Beker (Capitão)—Os farrapos na Laguna (Jornal do Commercio, Desterro. 1893-94).

647—Toledo Piza (Dr.)—Questão de divisas. Santa Catharina-Paraná. (Correio Paulistano 1867).

648—Tristão de Alencar Araripe—Guerra civil no Rio Grande do Sul. 1881. in 8^o.

U

649—Ulderico Schmidel—Historia y descubrimiento del Rio de la Plata y Paraguay. Buenos Ayres. 1881.

650—Um perigo possivel (Artigo do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro de 6-II-1899.

V

651—Vaillant—Voyage autour du monde 1836-37.

552—Vasconcellos Drummond—Artigos sobre Santa Catharina no Jornal de Voyages. 4820.

653—Vasconcellos Drummond—Anotações á sua biographia.

654—Vicente Machado (Dr.)—Artigos no Jornal do Commercio do Rio de 13 a 20 de Outubro de 1891.

655—Vicente Pires da Motta (Conselheiro)—Relatorio apresentado ao Exm. 1. Vice-presidente da provincia de Santa Catharina o commendador João Francisco de Souza Coutinho. por occasião de passar-lhe a administração da mesma provincia em 23 de Setembro de 1865 Desterro. typ. Lopes. 14 pp.

656—Vicente Pires da Motta (Conselheiro)—Relato-

rio do presidente da provincia de Santa Catharina apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.^a sessão da 11.^a legislatura. Desterro, typ. Desterrense. 1862.

657—Vicente Salvador—Historia do Brasil (Annaes da Bibliotheca Nacional).

658—Vidal José de Oliveira Ramos Junior.—Mensagem apresentada ao Congresso representativo do Estado em 26 de Julho de 1903 pelo vice-governador. Florianopolis, typ. Moderna. 1903.

659—Vidal José de Oliveira Ramos Junior (Coronel) — Mensagem apresentada ao Congresso representativo do Estado em 14 de Julho de 1904 pelo Vice-Governador. Florianopolis, Livraria Moderna, 1904.

660—Vidal Jose de Oliveira Ramos Junior (Coronel) —Mensagem apresentada ao Congresso representativo do Estado a 30 de Julho de 1905 pelo Vice-Governador Florianopolis, typ. d'ODia. 1905

661—Vidal José de Oliveira Ramos—Mensagem apresentada ao Congresso representativo do Estado em 23 de Julho de 1911 pelo Governador. Florianopolis, typ. d' "O Dia" 1911.

662—Vidal José de Oliveira Ramos—Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de Julho de 1912 pelo Governador. Florianopolis, typ. d' "O Dia", 1912.

663—Villas Bôas (Coronel) —Noções topographicas e militares do municipio da Laguna, provincia de Santa Catharina, (Revista do I. H. de S. Catharina. vol. I. pp 27-36).

664—Virgilio Varzea—Santa Catharina. A Ilha. 1900.

665—Virgilio Varzea—Garibaldi na America

666—Viriato Hall (Capitão-tenente)—Praticagem e roteiro da costa sul do Brazil.

667—Visconde de Santarem—Richerches historiques et bibliographiques sur Americ Vespuce et ses voyages.

668—Visconde de Bom Retiro—L'empire du Brésil dans l'exposition universele de 1851.

669—visconde de S. Leopoldo—Resumo historico da provincia de Santa Catharina (Vide Annaes da Provincia de S. Pedro, do mesmo auctor 1829, 2. edição.

670—Vittorio Bressanelli—Nucleo Esteves Junior, 1911.

W

671—Waldemar Schultz e Barão O. Byrn.—Mappa da provincia de Santa Catharina do Imperio do Brazil com as partes adjacentes das provincias do Paraná, S. Pedro do Rio Grande do Sul, etc. Dresde. 1864.

672—Wettstein (Dr.)—Basilien und Blumenau. Leipzig, Friederich. Enzelmann. 1907

673—Willem Lacman—Descripção da viagem do Itajahy ao Uruguay (Tradução publicada no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro).

674—Willem Lacmann. (Dr.)—Ritte und Rasttag in Sud-Brasilien 1907. Dietrich. R.

675—W. Rogers—A cruising voyage round the world. 1768.

Z

676—Zacharias de Góes e Vasconcellos—Questão de limites entre a provincia do Paraná e Santa Catharina. 1857. in 8 (Bibliotheca Nacional).

677—Zeferino de Souza—Rellaçam da maneira porque celebrou o presidente da provincia de Santa Catharina o dia 12 de Outubro de 1825. (Bibliotheca Nacional)

FIM

Ligeiros traços biographicos

de socios fallecidos.

Almirante José Marques Guimarães

Nasceu em Florianopolis a 25 de Abril de 1838, sendo filho legitimo de Manoel Marques Guimarães e d. Anna Alexandrina de Abreu.

Assentou praça de Aspirante a 1 de Março de 1853, sendo promovido a Guarda-marinha a 7 de Dezembro de 1857. Depois de embarcar em varios navios da esquadra, foi promovido a 2º Tenente a 2 de Janeiro de 1860. Como official da corveta *D. Izabel* naufragou no cabo Spatel a 11 de Novembro do mesmo anno. Foi promovido a 1º Tenente em 2 de Dezembro de 1862. Occupou nesse tempo o lugar de deputado provincial. Em Novembro de 1864 recebeu a Medalha de distincção de 1ª classe por ter, com risco da propria vida, feito salvamentos em New-York e Marselha. Em 1865 commandando o vapor *Chuy* partiu para a campanha do sul, onde tomou parte em varios combates, portando-se sempre com bravura.

Foi promovido a Capitão-tenente a 21 de Janeiro de 1861 e nomeado commandante da *Araguary*.

Teve varios elogios no mesmo anno, sendo agraciado com a commenda da Rosa. Em 1869 foi nomeado para dirigir o estabelecimento naval do Cerrito. A 12 de Dezembro de 1869 foi promovido a Capitão de Fragata. Em 1871 foi nomeado cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e obteve a Medalha de Campanha com passador de ouro. Desempenhou varias commissões entre 1873 e 79. Foi promovido a Capitão de Mar e Guerra a 4 de Dezembro de 1880. Em 1883 seteve encarregado da montagem do pharol do Arvoredo. Commandou depois varios navios e a flotilha do Alto-Uruguay.

Com a proclamação da Republica foi nomeado Presidente do Paraná. Promovido a Contra-Almirante a 8 de Janeiro de 1890 e Vice-Almirante a 11 de Junho de 1899. Foi durante o seu almirantado Inspector de Arsenal de Marinha, Chefe do Commissariado d'Armada, comandante de divisão, Chefe do Estado Maior, Consultor effectivo do Conselho Naval e Director da Escola Naval. Falleceu no Rio de Janeiro de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro de 1903

Era sócio correspondente do nosso Instituto.

Almirante José Pinto da Luz

Filho legitimo do commendador João Pinto da Luz e d. Maria Amalia da Luz nasceu a 8 de Setembro de 1843 no Desterro. Assentou praça de Aspirante a 27 de Janeiro de 1857, sendo promovido a Guarda-marinha a 30 de Dezembro de 1860. Após varias viagens ao estrangeiro e ás nossas costas foi promovido a 2.º Tenente em 9 de Dezembro de 1862. Em 1864, já 1.º Tenente, partiu para o Prata para servir na esquadra de operações. Tomou parte na campanha do Paraguay distinguindo-se sempre, e recebendo varios elogios. Foi promovido a Capitão-tenente a 2 de Dezembro de 1869. No commando de varios navios desempenhou cabalmente as commissões ordenadas. Em 1872 foi nomeado commandante da Escola de Aprendizes Marinheiros deste Estado. Por seus serviços no Uruguay e Paraguay foi nomeado cavalleiro da Ordem de Christo. Depos de muitas outras commissões de embarque foi promovido a Capitão de Fragata a 9 de Novembro de 1885 e a Capitão de Mar e Guerra (por merecimento) a 6 de Julho de 1890. Contra-Almirante a 9 de Agosto de 1894; Vice-Almirante a 8 de Outubro de 1902 e reformou-se em Almirante a 26 de Novembro de 1903. Durante seu almirantado commandou varias divisões navaes, occupou os cargos de membro effectivo do Conselho Naval, de Chefe do Commissariado d'Armada e Ministro da Marinha no governo Campos Salles. Falleceu a 27 de Novembro de 1903. Era socio correspondente do nosso Instituto.

Dr. Arlístides Milton

Nasceu na cidade da Cachoeira, estado da Bahia, em 1848. Occupou com distincção os cargos de Juiz municipal na Bahia, Juiz de Direito do Piauhý, Chefe de policia do Sergipe e deputado provincial e geral. Fez parte da Constituinte. Publicou varias obras de real valor.

Foi um dos fundadores de Instituto historico da Bahia e era socio correspondente do nosso.

Falleceu no Rio de Janeiro a 27 de de Junho de 1904.

Dr. Luiz Betim Paes Leme

Nasceu no Rio de Janeiro no anno de 1865. Bacharelou-se em letras em 1865, formando-se depois em Engenharia civil. Entre outras commissões que desempenhou destacam-se as exercidas em nosso Estado como director das colonias Itajahy e Principe D. Pedro. Por duas vezes foi Director dos Correios na Capital Federal. Falleceu em Petropolis a 19 de Fevereiro de 1904. Era socio correspondente de nosso Instituto.

Conselheiro Manoel Francisco Correia

Falleceu a 11 de Julho de 1906, este illustre socio correspondente do nosso Instituto.

Foi senador pelo Paraná, Ministro d'Estado por varias vezes, Director do Tribunal de contas e membro de varias associações beneficentes e de letras.

D. José de Camargo Barros

Nasceu em Indayatuba, estado de S. Paulo, a 24 de Abril 1858.

Seguindo a carreira ecclesiastica foi sagrado Presbytero a 14 de Março de 1883, Conego a 15 de Dezembro de 1888, conde Romano, Prelado domestico de S. Santidade; Bispo a 24 de Junho de 1894, Assistente ao So-

lio Pontificio, Bispo de Paraná e Santa Catharina a 30 de Setembro de 1894, Transferido para a Diocese de S. Paulo a 9 de Novembro de 1903

Pereceu no naufragio do vapor *Sirio*, na costa hespanhola, a 5 de Agosto de 1906, quando regressava de uma viagem a Roma. Era socio correspondente de nosso Ynstituto.

Dr. Augusto C. Miranda Azevedo

Nasceu em S. Paulo na cidade de Sorocaba. Formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1878.

Desde moço morejou na imprensa, batendo-se ao lado de Lopes Trovão e outros, pelo regimen republicano. Foi o fundador do partido republicano de Guaratinguetá. Em 1884 fixou residencia na capital paulista onde conseguiu grande clientela. Foi representante de S. Paulo na Constituinte; e do Brasil no Congresso de Medicina em Vienna d'Austria

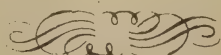
Era lente da Faculdade de Direito de S. Paulo. Falleceu em S. Paulo a 12 de Março de 1907. Era socio correspondente do nosso Instituto.

Dr. Francisco de Paula Oliveira Guimarães

Naaceu na Bahia a 6 de Agosto de 1862. Formou-se em medicina. Em 1874 entrou para o Exercito como Cirurgião. Servio por alguns annos em nosso Estado

Deputado federal pela sua terra natal em 1890; Prefeito do Bahia de 1896 a 1900; Presidente da Camara dos deputados, sendo reeleito quaatro vezes.

Falleceu como general de brigada em 1908. Era socio correspondente do nosso Instituto.



Catharinenses illustres

TENENTE-CORONEL

Manoel Luiz da Silva Borges ⁽¹⁾

N'um dos ultimos transportes que chegaram á Santa Catharina com colonos das ilhas dos Açores, veio um obscuro casal da ilha de S. Jorge, de origem portugueza, cujo chefe chamava-se Pedro Luiz. Installaram-se na Lagôa e ahi nasceu o primeiro filho, que teve o nome do pae—Pedro Luiz—depois veio a casar-se com D. Maria Rosa, nascida no mesmo logar. descendente tambem de outro casal açoriano. Dedicavam-se á lavoura, Com a sua morte deixaram os seguintes filhos: Manoel Luiz, José, Matheus, João, Bernardo, Maria e Jacintha. O primeiro nasceu em 1777. Em 1793 entrou para o serviço das armas como simples soldado. Passou a cabo no anno seguinte, e a furriel em 1796.

N'este posto, estando uma tarde em exercicio com a sua companhia, não poudo conter a indignação vendo o Capitão maltratar um seu camarada injustamente e sahiu a defendel-o com palavras moderadas. O Capitão não tolerou a defesa; enraivecendo-se insultou-o, seguindo o insulto de um golpe de espada que Manoel Luiz viu-se forçado a rebater com a alabarda que empunhava. Immediatamente foi preso. Tres dias depois, durante uma noite tormentosa, conseguiu fugir da prisão, auxiliado pelo mesmo camarada por amor de quem se sacrificara e que entendera dever-lhe patentear sua gratidão proporcionando-lhe a liberdade. Vencendo innumeras difficuldades, illudindo a perseguição, Manoel Lu-

(1) Excerpto da "Vida do General Osorio" por seu filho Fernando Osorio.

iz tomou o rumo do Rio Grande onde, esfarrapado, faminto e quasi extenuado de fadiga, foi bater, por acaso, à porta do Tte. Thomaz José Luiz Osorio, na freguezia de N. S. da Conceição do Arroio.

O Tenente agasalhou-o carinhosamente, e informado de seu infortunio, forneceu-lhe do necessario e empregou-o como pião em suas lavouras. Mezes depois, portando-se sempre bem, apaixonou-se pela filha mais moça do Tenente, chamada Anna Joaquina. Esta tinha por madrinha a viuva de um official, possuidora de grande fortuna, que se appôz formalmente ao casamento. Casou por fim, apezar de cortadas as relações com a madrinha.

Quando Manoel Luiz mandou correr os pregões de seu casamento, addicionaram por equivoco ao seu nome o apelido —Silva Borges—, de sorte que, assim feitos pelo parcho as denunciações, foi apregoado com o nome de Manoel da Silva Borges, pelo qual ficou sempre conhecido, passand' elle a assignal-o. A seu pedido, não lhe herdaram os filhos esse apelido de Silva Borges, porém sim o de Osorio, querendo d'est'arte perpetual-o por consideração á sua esposa e seu sogro. Deste casal nasceram dez filhos: Francisco, Anna, Manoel Luiz José, Maria, Eufrazia, Rosa, Clarinda, Pedro e Felicia.

Ahi se estabeleceram e depois mudaram-se para N. S. da Patrulha. Havendo D. Diogo de Souza, recebido ordens de organizar o Exercito de Observações, Manoel Luiz apresentou-se voluntariamente. Marchou de Porto-Alegre, commandando uma companhia de milicianos, sendo furriel, por ter recusado marchar o commandante d'ella.

Fez a campanha de 1811 e 12 voltando condecorado e elevado ao posto de Capitão, por distincção. Trouxe uma cicatriz, Canção de um Minuano. Tomou parte na campanha de 1816 a 21 no Estado Oriental. Esteve na batalha de Catalan em 4 de Janeiro de 1817. Em combate perdeu tres cavallos, distinguindo-se por extraordinario valor.

Foi Manoel Luiz quem deu o signal de alarma no acampamento, presentindo a approximação do inimigo. No momento em que, na madrugada do referido dia 4, como de costumefazia todas as manhãs, ajoelhou-se para

rezar, baixando a frente, divisou o inimigo por entre o lusco-fusco do alvorecer, desfechou um tiro para o rio e assim prevenio o exercito. Em 6 de Fevereiro foi promovido a maior por distincção.

Fez a campanha da Independencia no Estado Oriental. Em 1822, requereu para ser aggregado ao seu Regimento no posto de Tte. Coronel; a informação que obteve do Governador das Armas, depois Duque de Saldanha, foi a seguinte: «Este official é digno pela sua conducta prestimo e valor, de merecer a graça que implora.»

O Imperador concedeu-a por carta-patente, dada no Rio de Janeiro a 11 de Fevereiro de 1824.

Na Cisplatina foi nomeado commandante da linha do Uruguay; e havendo paz. Saldanha o convidou para uma sociedade entre ambos com o fim de obter couros na campanha e envia-los á Europa. Manoel Luiz accetou; empregou em compras d'aquella mercadoria o seu capital. Saldanha fez a remessa; depois retirou-se para a Europa e nunca deu conta ao socio. Commandando a referida linha do Uruguay, Manoel Luiz tinha o seu ponto de parada no Salto, e ahi, descansando um dia, deitado sobre uma rede, desprendeuse esta e elle teve a infelicidade de, com a queda, quebrar tres costellas. Seguiu então para o Rio Grande, e em Sta. Anna, alcançando melhores, foi incumbido de reunir gente no municipio de Caçapava para engrossar as fileiras do exercito á braços com a revolução da Cisplatina. Com as reuniões que fez entrou para a fileira. Com a guerra do Rio da Prata (1826) transpondo o rio Uruguay para Corrientes, na brigada de cavallaria a que pertencia, compartilhou da victoria de 5 de Novembro, em Meriñay.

Após o victoria dirigio ao Regimento de seu commando, a seguinte Ordem Regimental, assaz denunciativa de um caracter militar:

Margem do Uruguay, 9 de Novembro de 1826.

O Tte. Coronel commandante do corpo, dá os agradecimentos aos Snrs. officiaes, officiaes inferiores, soldados, pelo distincto comportamento que, no dia do corrente, tiveram na frente do inimigo que com valor atacava a nossa retaguarda, porém, sendo por vós rechassada a sua tentativa com a maior intrepidez e coragem, fica cheio

da mais completa satisfação, principalmente, por n'essa hora lhe caber a honra de ir á testa de tão bravos soldados. Camaradas! Eu vos recomendo e peço que em outra qualquer acção, que a sorte vos destine, a vossa subordinação e valor sejam iguaes, ou maiores; que jamais deis as costas ao inimigo, não sò pelo risco que corre a vida, como pelo descredito e infamia que podem manchar e denegrir as vossas heroicas acções. Novamente, repito, os meus justos agradecimentos pela gloria que me cabe de tão feliz resultado nascido no mesmo tempo da boa ordem e diciplina do Regimento, que confio em nossa honra e brio conservareis para continuação de mais alguns feitos.»

Anteriormente o Visconde da Laguna General do Exercito Brasileiro, mandara, do seu Quartel General de Montevidéo, em 20 de Junho de 1825, ao governo imperial, uma—«Relação dos officiaes mais recommendaveis pelos serviços feitos princilpalmente á causa do Brasil» N'essa relação incluía, com estes termos, a seguinte informação relativa ao Tenente Coronel da 2.ª linha Manoel Luiz: «Este official commandou um esquadrão de Milicias no sitio d'esta Praça, desempenhando com muito acerto as suas obrigações, pelo que o julgo digno da consideração de S. M. Imperial.,»

Em consequencia do desastre que soffrera no Salto sentio-se bastante adoentado e resolveu pedir reforma. Foi-lhe esta concedida; e o Decreto do Governo datado de 1 de Agosto de 1828 declarando que “eram longos e distinctos os seus serviços” o recompensou com uma pensão de 360\$000 annuaes, sujeitando a sua approvação ao Poder Legislativo. Della não gosou, pois nunca a votaram. Em 1836 o Tenente Coronel Manoel Luiz da Silva Borges marchou com um esquadrão, que reuniu em Capanga, a juntar-se com a Divisão da legalidade sob o commando de Bento Manoel Levava o seu filho José. Como soubesse por falsas informações que Osorio se achava ao lado da revolução, escreveu-lhe:

„Manoel—Estoume apromptando para marchar em defesa da legalidade. Se tu és dos revolucionarios, que desconhecem a authoridade do Presidente Araujo Ribeiro e tramam a separação da provincia—podes con-

tar em mim um inimigo mais com quem brigar. Adeus —Teu pae-Manoel da Silva Borges “

No combate do Passo da Rosario (17-3-36) que demoveu Bento Manoel de não atacar a Corte-Real foi elle que atacou na frente e primeiro forçou o passo, tendo a seu lado os dois filhos José e Manoel.

Durou o combate uma hora, sahindo vencedores os legalistas, ficaram prisioneiros Corte Real 150 mortes e outros tantos feridos.

Dahi o Coronel Borges voltou para Caçapava afim de seguir para Santo Antonio tomar o commando das forças legaes, mas veio a fallecer, rodeado dos seus, a 26 de Junho de 1836. Deixou a familia pobre. Um dia, atormentada pelas necessidades, lembrou-se sua viuva de documentar-se para requerer aquella pensão acima referida, que apesar de decretada, seu marido não conseguira. Era presidente do Rio Grande o catharinense Feliciano Nunes Pires, que ao requerimento deu a seguinte informação: « Desde muitos annos conheci o Tenente Coronel Manoel Luiz pela sua dedicação ao serviço publico e por seu prestimo nelle, o que lhe grangeou decretar-se -lhe uma pensão que, durante a sua vida, não chegou a ser approvada. Elle fallaceu na lucta actual, em que trabalhava efficaçmente pela integridade do Imperio. Seus bens foram por isso mesmo estragados pelos rebeldes. Deixou avultado numero de filhos dos quaes os varões capazes de pegar em armas, seguem seu patriotico exemplo

Alem dos serviços militares prestou outros de ordem politica, ligado ao partido liberal moderado. Exerceu cargos de eleição popular, como os de Juiz de Paz e Vereador Presidente da Camara Municipal de Caçapava. Por seu espirito de justiça, por sua honradez e probidade, gozou de invejavel reputação. Seus conselhos eram ouvidos com acatamento.



Provisão Regia de 27 de Fevereiro de 1813

MANUSCRIPTO AUTHENTICO

D. João por graça de Deos, Principe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber à vos Ouvidor da Comarca de S. Pedro do Rio Grande e Santa Catharina, que sendo vistos na Mesa do meu Desembargo do Paço, os requerimentos que me fez Thomaz José de Aquino, morador na Villa da Laguna, em que me queixava de irregulares e violentos procedimentos que com elle tinheis praticado, não só de o privardes de cincoenta braças de terrenos, a titulo de baldios da Camara da mesma Villa, de cuja posse se achava ha mais de vinte annos, e que fazião parte do seu sitio denominado o Paulista, havido por compra que fizera a José da Silveira e sua mulher Magdalena da Silva, afim de conceder o sobredito terreno a Domingos José da Silva, para n'elle se estabelecer como vo-lo havia requerido mas tambem de o mandardes prender e carregar de ferros por quatro dias na enxovia da cadeia d'aquella Villa, por haver reclamado de semelhante violencia e injustiça o que o obrigára a desamparar a sua casa e familia e vir a esta Côrte afim de emplorar-me o remedio e providencia que estes factos exigião; e sendo igualmente vista a informação que a este respeito vos mandei dar, e os mais papeis que por huma e outra parte se produzirão, sobre o que tudo foi ouvido o Desembargador Procurador de minha Corôa e Fazenda; fui servido desapprovar e revogar (como por esta desapprovo e revogo) ambos os sobreditos despoticos e intoleraveis procedimentos que muito merecem o meu real desprazer, e se fazem dignos de providencia: quanto ao primeiro, em que prévastes ao supplicante da sobredita porção de terreno, para a conferides a outrem do mencionado sitio, de que se achava de posse por titulo de compra desde 1790 até o presente, com approva-

ção da Camara da dita Villa. que o mandou demarcar a favor do supplicante, e assim tambem de Ouvidor vosso antecessor, como se observa nos documentos que o dito supplicante ajuntou: porque não era da vossa competencia conceder de aforamento os terrenos e baldios das Camaras, nem mesmo das ditas Camaras, devendo guardar-se a fôrma prescripta na lei de 23 de Julho de 1766 para semelhantes aforamentos, nem ainda quando fosse isso de vossa competencia ou da Camara, podia proceder-se no caso precedente a esse aforamento, principiando pelo violento despejo ordenado contra o supplicante, sem ser ouvido e convencido competentemente, guardada a forma de direito. como he expresso na Ord. do liv. 1.^o tit.^o 66. § 11, muito mais a vista dos titulos de que se acha munido o mesmo supplicante, que a Camara reconheceu attendiveis na sua primeira resposta ou informação que vos deu em 30 de Junho de 1810. posto que a Camara actual. por manifesta suggestão, mudasse de opinião na sua ultima resposta e informação que tambem vos deu Quanto ao segundo procedimento: porque sendo notoriamente odiosas e prohibidas por diversas leis as prizões de potencia não vos era licito proceder por este modo a prisão contra o supplicante e muito menos dar o castigo de ferros, devendo sempre conformar-vos com as disposições das saudaveis leis promulgadas sobre este importante objecto Pelo que estranhando-vos hum e outro procedimento como despoticos e arbitrarios. por serem deliberados por vós contra a positiva forma prescripta nas citadas leis. sem se guardar a ordem de direito, vos determino, quanto ao primeiro dos ditos procedimentos, que reponhais tudo no antigo estado, e a Camara da referida Villa se passa tambem ordem com data d'esta. para que assim o fique entendendo e observe na parte que lhe toca; mandando-vos outrosim remettâes á Mesa do meu Desembargo do Paço certidão de ficarem cumpridas estas minhas reaes ordens, e o supplicante (a quem hei por bem dever o direito salvo para perdas e damnos) de posse de todo o terreno de que foi esbulhado E quanto ao segundo procedimento, vos determino que nos casos que para o futuro occorrerem, procedaes na fôrma que as leis estabelecem. Advirtindo-vos. que es-

ta vos fica notada para se tomar conta na vossa residencia, e a mesma façais registrar nos livros da Ouvidoria dessa Camara' para que a todo tempo conste, como assim o tenho ordenado.

O Principe Regente Nosso Senhor o mandou pelos Ministros abaixo assignados, de seu Conselho, e seus Desembargadores do Paço.—Joaquim José da Silveira a fez no Rio de Janeiro aos 27 de Fevereiro de 1813. Bernardo José de Souza Lobato a fez escrever. Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira. Bernardo José da Cunha Gusmão e Vasconcellos.



Santa Catharina no Passado

Em 1803, no governo do Coronel Joaquim Xavier Curado, esteve entre nós uma divisão da armada russa, sob o commando do Almirante Adão Kruzentern. Nella viajava o naturalista G. H. Langdorff que, em 1817, publicou em inglez as impressões de sua viagem em um livro que tem o titulo de—"Voyages and Travels". Transcrevemos a traducção de um trecho da parte referente á Santa Catharina, que nos foi offerecida ha annos.

CAPITULO I

No dia 18 de Dezembro avistámos a ilha de Santa Catharina e recebemos as boas vindas, posto que afastados para mais de 60 leguas maritimas, de um bando enorme de borboletas. Provavelmente vinham ellas de terra, tocadas por vento muito forte

O tempo era bello, o horizonte claro e navegávamos directamente para a costa.

As quatro e meia da tarde nos encontravamos tão proximos que podiamos distinguir, arvores, rochedos e outros objectos. Estavamos esperançados julgando que naquella mesma noite ou pela madrugada poderíamos fundear e gozar plenamente todas as delicias do Brazil, quando uma violenta tempestade de trovões, vento, e chuva desencadeou-se com tal impetuosidade que fomos obrigados a nos afastar de terra e procurar a nossa segurança; com tal sudoeste não nos aventuramos a nos approximar de terra senão no dia 20.

CAPITULO II

Estadia em Santa Catharina —A cidade de Nossa Senhora do Desterro.—Usos e costumes dos habitantes —Dansa de escravos negros.—Excursão á terra firme.—Artes, conhecimentos e instituições publicas.—O fabrico do azeite.—Historia natural.—Observações medicas

O panorama da ponta de terra que avistavamos, coberta por uma alfombra de um verde muito vivo, semeada de flores de milhares de especies, nos promettia a todo instante o maior prazer durante a nossa estadia naquelle sitio e o mais confortavel bemestar.

A ilha de Santa Catharina e a costa fronteira da terra firme são constituídas principalmente de bellos rochedos; entretanto os mais elevados cumes alcançam apenas uma altura mediana e se acham cobertos de arvoredo; as subidas são escabrosas e interceptadas por profundos valles. Notámos ao longo da costa muitos regatos e ilhotas, encontrando-se a terra abundantemente regada por muitos ribeiros, cascatas, torrentos e rios. O littoral é em parte arenoso e em parte bordado de rochas graniticas contra as quaes as vagas quebram com tanta furia occasionando tão fortes resacas, que impossivel se torna a aproximação do navio. O contorno da ilha, embora constituido por penhascos, era assaz encantador para quem, apòs uma viagem de dous mezes, só avistára o azul profundo das aguas. Como era encantadora a vista daquella terra da qual nos avisinhavamos; cuja natureza era tão favorecida e na qual reinam todas as bellezas imaginaveis; enfim, tudo que podia encantar a vista e deleitar o coração.

Um bello promontorio emergia do seio das aguas e a verdura dos oiteiros orlava-se de ouro que recebia dos raios do sol poente. Viamos a todo instante junto á praia para a qual singravamos muitas embarcações; finalmente enfim a 21 proximo de uma pequena fortaleza chamada Santa Cruz, na ilha do Anhatomirim. O meu espirito se encontrava tão fascinado por aquelle sitio encantador. Devo confessar que minhas idéias eram levadas talvez para a extravagancia; porém, não obstante isso,

quanto mais me avisinhava de terra mais achava que a realidade excedia a minha expectativa.

O numero e variedade das flôres, a belleza de seu collorido, suas especies e fôrmas eram na verdade dignas de admiração e o delicioso aroma com que ellas enchiam a athmósphera parecia a todo momento que tinhamos o corpo exilado e elevado o espirito.

Grandes borboletas, que eu admirára unicamente nos gabinetes dos curiosos. volitavam no espaço em numero prodigioso; e plantas, que eu sô conhecêra nas estufas dos nossos museos levantavam seus ramos com soberba magestade. Os colibris doirados sugavam as flôres da bananeira e os cantos dos passaros somente ouvidos nos valles profundos deleitavam a um tempo o ouvido e o coração. Aves de todas as qualidades voavam de uma choupana á outra excedendo em tudo quanto á belleza, simplicidade variedade e eram as que se collocam artificialmente como ornamentos nos jardins europeus. Cada coisa que eu via excitava-me mais a imaginação pela sua fôrma; causava-me ao espirito e ao coração uma impressão maior do que posso descrever. Pela tarde regressei para bordo enlevado e enriquecido com uma grande collecção de plantas e insectos.

O que aqui maior admiração me causou entre todas, vindo juntar-se a dos meus compaheiros, foi a particular admiração pelo genero, variedade e belleza de côres entre as borboletas.

A ilha de Santa Catharina fôrma uma pequena porção da provincia a que ella dá o nome. Tem 25 milhas de extenção e tem alguns pontos de 8 a 9 milhas de largura e ainda em outros unicamente de 3 a 4. A ponta de NNW. demôra na latitude de 27° 19' 00" sul e longitude de 47° 49' 20" oeste segundo a observação do Capitão von Krusenstern e Dr. Horner. E' separada da terra firme por um estreito que na parte mais larga só tem 200 braças. Todas as entradas do porto estão guardadas por fortalezas montadas com artilharia e guarnecidas; porém, não obstante isto, em caso de ataque pelo inimigo não são capazes de oppôr muita resistencia.

Pequenos navios como brigues, hiates, etc. podem tomar a entrada do sul para ganhar o povoado; mas os grandes navios só podem fazel-o pela do norte. Esta ul-

tima é defendida por dous pequenos fortes um dos quaes fica na ponta NW. da ilha e é chamado forte da Ponta Grossa; o outro está proximo da terra firme sobre a pequena ilha de Anhatomirim e tem o nome de Santa Cruz. Na vizinhança deste ultimo, grandes navios encontram um seguro e conveniente ancoradouro. O principal povoado desta ilha e capital do governo é a cidade de Nossa Senhora do Desterro. Fica ao SW. da ilha cerca de dez milhas maritimas do ancoradouro acima mencionado e ao pé de um consideravel outeiro, e conta entre 400 a 500 casas. O numero de habitantes da ilha de Santa Catharina é avaliado em 10.000 que (1) Ha entre os habitantes gente de todas as classes, mas poucos são ricos. As casas são de pedra e rebocadas, as ruas são na maioria regulares. Ha mercadores e mecanicos de todas as especies; e grande abundancia de generos de toda a qualidade é trazida diariamente dos arredores para o mercado. Nas numerosas lojas se encontram quasi toda a sorte de mercadorias europeas que contribuem para o sustento e descencia da vida, como por exemplo: ferragens, vidros, porcelanas, estofos de lã e seda, pannos, espelhos, papel, etc. Mas estes objectos, como é de suppor, são extremamente caros. Os habitantes de toda a provincia são folgasões, hospitaleiros e pacatos; grande hospitalidade reina entre elles e são muito sociaes entre si. Reunem-se sempre á tarde em pequenas familias entre as quaes prevalecem inteiramente os costumes portuguezes; dançam, riem, brincam, cantam, tocam e podem ser realmente tomados por aqueles cujas maneiras imitam. Seus instrumentos usaes são a guitarra e o psalterio. A musica é expressiva, agradável e melodiosa; os cantos são no geral, como é costume em toda parte, sobre o amor e moças, namoros proporcionados por cupidos, corações abertos, sobre modinhas e lontananzas. As mulheres não são feias. Entre as da mais alta classe, que são vistas sempre como na Europa, ha com justiça muito pronunciada belleza. No geral são de estatura mediana, de tez morena, bem feitas, de cabellos castanho-escuro e olhos negros e cheio de fogo. Vimos, entretanto, algumas que eram acanhadas. Recebem seus hospedes com grande cortezia e não são

(1) Roto

retraídas como o bello sexo nos tempos idos. que vivia fechado todo o anno e só podia vêr um estranho pelo buraco da fechadura ou então batendo-se à porta. Embora irreflectidamente ellas não deixam de ter pequenas intrigas de amor. Passeiam sempre juntas e em toda parte. Os mais insignificantes presentes de objectos europeus: ouropel, pulseiras, brincos e outras coisas deste genero são muito bem recebidos. O vestuario de ambos os sexos acompanha a moda europêa; unicamente os enfeites são feitos do melhor e mais fino material que possa ser encontrado. A musselina, o linho fino, o nan-kim e a seda são particularmente procurados. Este Governo é de creação moderna. Vae desde o Rio Grande, que está aos 32° sul, até o governo de S. Paulo, que está aos 25°.

E' principalmente povoado desde este ultimo governo. O governo portuguez ficou com muitos privilegios seus como por exemplo: a dos navios. tanto nacionaes como estrangeiros, sahindo ou entrando no porto pagam muito menos do que outro imposto no Brazil.

A provincia é fertil e tudo que é necessario a vida é extremamente barato. A natureza produz tudo o que pode auxiliar a actividade e industria do homem. Fructas de grande variedade de especies dão produzidas em grande quantidade. Laranjas, limões, limas, bananas, espinafre, pecegos, melões, melancias, figos, cacáo, nozes e uvas, tudo abunda na ilha. O milho cresce tão bem quanto o arroz e outras coisas. Batatas hespanholas, *convolvulos batatas*, inhame, carás, *dioscorea*, *alata*, e outras sortes de vegetaes são cultivados. A tapioca, é chamada no Brazil *mandioca*, raiz cassava, *jatropha maniot*, é o principal alimento de grande parte dos habitantes e é comida em vez do pão. As partes mais delicadas da raiz da tapioca dão um verdadeiro sagú branco que é comido pelas mais altas classes. As partes mais grossas, sob o nome de farinha de pau, são comidas pelos pobres. Pão escuro e pão branco só se encontram entre os mais trataveis e ricos do povo."

Infelizmente aqui termina a traducção do interessante livro de Langdorff.

SUBSIDIOS PARA UMA BIOGRAPHIA

Cartas intimas do Coronel Fernando Machado de Souza

— « » —

CARTA 82

Minha querida velha do coração

Mando te abaixo um trecho da parte dada pelo Visconde de Porto Alegre sobre o combate do dia 3 de Novembro de 1867.

Assim commença o General Visconde de Porto Alegre; "O Tenente Coronel Fernando Machado de Souza, Commandante da 11^a. Brigada de Infantaria, pelo denodo, bravura, pericia e enthusiasmo com que se houve durante o combate no qual sendo ferido e contuzo de bala retirou-se apenas da frente do inimigo o tempo preciso para curar-se; concorrendo da maneira mais efficaz para que o inimigo não só penetrasse pela parte do Sul do grande reducto, quando grande força avançava, como tambem forçando-o a retirar-se." Muitos forão os chefes que relativamente ao mesmo combate assim se manifestam.

Teu Velho que te estima

Fernando Machado

Potreiro Pires, no Paraguay, 20 de Março de 1868.

CARTA N 106

Minha querida velha do meu coração.

A 18 do corrente recebi a tua carta n^o 116 de 1^o do corrente, outra de nossa Mãe e um boletim da Revista publicando combates e assaltos e tudo quanto serve para embalar o espirito publico sempre illudido e cansado d'esperar, mas sempre credulo em acreditar nas mentiras e falsidades que de proposito se faz espalhar.

Vamos ao que serve, porque tenho-te muitas vezes dito que não me occupo em fallar a respeito da guerra, e acho conveniente assim proceder.

Os jornaes publicão tudo e o que elles dizem é mais agradável do que si fosse eu o quem dissesse. O que importa que os jornaes mintão escandalosamente, que phantasem boas noticias sobre o estado da guerra e isso nada influe sobre a mesma guerra nem minora os males e soffrimentos dos que cá estão e levão a alegria e a consolação ás familias? Portanto que continuem os jornaes a mentir publicando sempre boas noticias da guerra porque, repito, dahi resulta um bem para as familias e nenhum mal para ninguem. Esta desastrosa guerra é hoje sustentada pelo capricho e interesse dos partidos politicos e só dura porque os que della fazem jogo e arramba não correm o menor risco, não soffrem a minima consequencia. Não acredites em nada, tudo é uma verdadeira palhaçada, um escandalo inqualificavel. Infeliz e desgraçado de quem serve de instrumento a esse capricho, como eu e meus compacheros que estamos aqui para isca e quaes victimas promptas a caminhar para o sacrificio de sangue. Hoje só se faz derramar sangue para illudir que ha guerra! Que barbarismo!

.

.
Adeus. Abençoa aos nossos filhos.

Teu velho

Fernando Machado

Humaytá, 17 de Agosto de 1868

CARTA N. 136

Minha querida velha do coração.

A tua ultima carta é a de n.º 143 de 15 de Julho.

Pela nova organização do Exercito passei a commandar a 5.ª. Brigada de infantaria composta do 1.º, 7.º, 13.º. batalhões do Exercito e do corpo 53 de Voluntarios da Patria fazendo a mesma Brigada parte do 3.º. Corpo do Exercito, denominado o Exercito da Vanguarda sob o commando de Osorio.

Hoje iamos marchar para o Tebiquari e não o fazemos tão somente ao tempo que está pessimo.

Si é verdade que nos vamos internar no Paraguay com certeza vamos soffrer muito.

Acho e tu tambem muita demora em nossas cartas.

Quando esperava mais approximar-me de ti é quando o destino mais me afasta ! Deus nos dê resignação e paciencia evangelica. Adeus, minha querida velha. Saudades, abraços para ti e bençãos para nossos filhos.

Teu velho

Fernando Machado

CARTA N 148

Acampamento no Chaco em frente a Villeta e junto ao arroio do mesmo nome, 4 de Dezembro de 1868.

Minha muito querida velha de meu coração.

No dia 27 de Novembro passei para este lado (Chaco) e depois de marchar por pessimos caminhos aqui acampei á noite.

Estamos em frente á Villeta vendo o exercito e fortificações inimigas, e o inimigo vendo o nosso exercito. Tudo se prepara para fazer-se esta uoite a passagem, não obstante o máo tempo e o pessimo estado dos caminhos. Agora mesmo está embarcando a artilharia e ferramenta. Passei para o 2º corpo do Exercito sob o commando de Argollo, denominada a Columna da vanguarda. Querem por força fazer de mim um cão de fila ! Será o que Deus quizer.

Ainda uma vez Adeus.

Teu velho

Fernando Machado



Manuel Manso de Avelar

Natural de Lisboa, de onde veio com tenra idade para o Brasil, foi Manuel Manso de Avelar um dos mais antigos moradores da ilha de Santa Catharina depois da mallograda tentativa de colonização de Francisco Dias Velho. Numa petição feita em 1722 requereu para justificar que residia na ilha havia perto de vinte annos (Doc. Int, vol. XXXII, pag. 312 a 317); e numa carta que escreveu no mesmo anno ao governador de S. Paulo diz haver já "corentanos" que assstia na ilha (id., ibid., pag. 303 a 305).

A elle se refere o viajante francez Amadée Frezier, que em 1712 esteve na ilha, dando-lhe até o titulo de governador (ver "Santa Catharina ha 200 annos" — pelo capitão-tenente Lucas A. Boiteux, na Rev. do. I. H. e G. de Santa Catharina, II, pag. 123 a 132)

Manuel Manso foi casado com D. Orbana Rodrigues Velha, natural de S. Francisco e irmã de D. Theodosia Rodrigues Velha, mulher do capitão Salvador de Souza. Do seu consorcio conseguimos determinar duas filhas: D. Clara Mansa de Avelar, que foi casada com Francisco Antonio Branco; e D. Isabel Rodrigues de Mira, que desposou Balthazar Soares Louzada. Em 1722 dizia Avelar ter sessenta annos de idade. Em 1731 ainda era vivo, conforme se verifica do livro de casamentos da freguezia do Desterro.

Tinha principio o posto de capitão, sendo mais tarde, talvez em 1720, provavelmente em recompensa de algum serviço, elevado a sargento-mór.

Entre elle e Francisco de Brito Peixoto, povoador da

Laguna, se accendeu grave malquerença que originou longa e renhida lucta.

Facilmente explicavel é essa inimizade. Brito, descendente de familia conhecida e respeitada em toda a capitania e fóra della; filho do primeiro povoador da Laguna, de quem fóra auxiliar e era continuador; servidor leal do rei, em cujo serviço se sacrificára e encanecera; não poderia ver sem magua o ascendente que, entre os moradores da ilha, exercia Manso de Avelar, forasteiro sem illustre prosapia, sem trabalhos merecedores de galardão e, na sua opinião, um explorador do contrabando e pirataria criminosamente feitos com barcos estrangeiros em prejuizo da villa da Laguna. A Manso, homem de acção, afeito a selvatica liberdade, habituado a ter prerogativas de chefe entre os cento e tantos brancos da ilha e entre os navegadores que aqui tocavam, não sorriria de certo a sujeição ao capitão-mór da Laguna.

Mais ainda. O antagonismo entre Manso e Brito é a lucta fatal entre o Desterro e a Laguna, que se personifica nos chefes das duas povoações.

A Laguna, fundada não por aventureiros, mas por poderoso e conceituado paulista que do seu rei recebera convite para essa empresa e que nella empenhara seus haveres; com as suas prerogativas de villa, com as vastas campanhas do sul opulentas de gado, com as férteis terras da bacia do Tubarão, a Laguna, tão bem nascida e fadada, tem dominio sobre a ilha de Santa Catharina e não quer abrír mão delle. Por seu lado o Desterro, povoação mais antiga, apesar da desdita lacrimavel de Dias Velho, que quasi a despovoou de vez, vae dando gasalhado a individuos de varias procedencias, muitos até de "má nota e fugidos de outras capitancias", e entra a progredir, devido ao aprazível do seu aspecto, ao piscoso de suas aguas e mórmente á sua condição de franco, seguro e excellente porto de mar, o ultimo do sul do Brasil, por-

to conhecido de todos os navegantes dos mares meridionaes e frequentado por navios castelhanos e francezes.

A sujeição á Laguna é um entrave ao seu evoluir que o Atlantico favoneia, o Atlantico, que por estreita e pouco favoravel passagem penetra na Laguna em que se espelha a povoação de Brito Peixoto.

As duas povoações têm para sua prosperidade factores differentes: os interesses da Laguna estão encerrados na terra, os do Desterro enthesouram-se no mar. Ellas devem amparar-se e completar-se, mas o natural que a hegemonia caiba á que tem mais faceis meios de se communicar com os mercados consumidores e fornecedores. Neste caso está a da ilha de Santa Catharina, mas a subalterna é ella. Natural, ineluctavel mesmo, é, pois, o antagonismo entre as duas povoações e seus chefes e moradores. Nessa lucta cheia de alternativas foram, de parte a parte, sacrificadas por vezes a verdade e a justiça.

Em 1720, por ordem do governador do Rio de Janeiro, foi preso Brito Peixoto pelo juiz ordinario da Laguna Manuel Gonçalves Ribeiro. Não sabemos quaes os motivos da prisão, mas Brito attribuiu-a a intrigas de Manso. No anno seguinte, apresenta-se o povoador paulista completamente rehabilitado, galardoado com a patente de capitão-mór da Laguna que lhe foi expedida por D. João V. (Docum. Int. vol. XIII, p. 199) portador de uma ordem de prisão contra Avelar expedida pelo governador de S. Paulo em data de 16 de Novembro (id., ib., XII, pag. 17 a 19).

Manuel Manso que era accusado de contrabandear com embarcações francezas de parceria com o francez Pedro Jordam e o juiz ordinario da Laguna Manuel Gonçalves Ribeiro, foi preso em fevereiro do anno seguinte e levado para a Laguna. Ahi o "tiverão mettido em huns grilhoens de ferro tres mezes e meyo, avexado", sendo depois remettido para o calabouço da fortaleza de Santo

Amaro da Barra Grande de Santos. Seus bens foram confiscados, sendo aberta contra elle uma devassa presidida pelo juiz ordinario da Laguna Francisco Correa de Souza. Este, na carta que por essa occasião escreveu ao governador, deixa impressa toda a sua parcialidade no pedido que faz de não ser dada audiencia a Manuel Manso e a seu companheiro de prisão Gonçalves Ribeiro, "porque levam muitos papeis falsos de varios homens que lhes tem affeição" (id., vol. XXXII, pag. 255). Da prisão, em resposta do governador, escreveu Manso uma carta apologetica, que tem a data de 10 de agosto, e em 8 de novembro dirigiu á mesma autoridade nova carta de defesa (id., *ibid.*, pag. 301 a 305).

Suas palavras e os protectores que sem duvida tinha, modificaram o pensar de Rodrigo Cesar, como se pode deduzir das cartas escriptas em resposta a este pelo capitão-mór da Laguna e pelo juiz ordinario da mesma villa, cartas louvaminheiras, allegadoras de serviços, de boa vontade e de honestidade e até acompanhadas de presentes (id., *ibid.*, pag. 259 a 257, e 274 a 289). O capitão-mór, que na lancha em que seguiram os presos remettera a seus parentes de Santos, para ser entregue ao Governador, "um pacote com vinte e duas pelles de patos mui bem beneficiadas e cobertas", enviou-lhes depois, para terem o mesmo destino, "dentro de hum surram de couro muito bem beneficiado sete couros de onça". O juiz ordinario foi acolher-se ainda á sombra do secretario particular do governador, Gervasio Leite Rabello, a quem mimoseou com um bugio e fez promessa de um barril de peixe.

Manso requereu ao juiz de fóra de Santos, dr. Antonio dos Santos Soares, uma justificação, que, foi despachada a 25 de Junho de 1722. As testemunhas que nella depuseram entre as quaes figura o ajudante Sebastião Rodri-
Bragança, que foi depois capitão-mór da villa do Desterro,

foram unânimes em innocentá-lo na accusação de que era arguido, levando a denuncia, conforme affirmara Manso á conta da inimizade existente entre elle e o capitão-mór da Laguna, com quem estava mancommunado o juiz ordinario, tambem inimigo do sargento-mór de Santa Catharina.

Sem pormos as mãos ao fogo pelos que juraram nessa justificação e sem as arriscarmos tambem em prol da veracidade dos que testemunharam a devassa aberta em Santa Catharina, observaremos contudo que uma das imputações feitas a Manso e constante da ordem de prisão contra elle expedida (id., XII, pag. 17 a a 19) é a de ter em 1720, de sociedade com Manoel Gonçalves Ribeiro, feito com o capitão de um navio francez contracto escripto para fornecimento de couros que seriam dados em pagamento de negros da costa e de certas fazendas da França. Entretanto, a carta desse official dirigida a Manso, a qual foi apresentada como documento de defeza, é a melhor prova da innocencia do accusado. Nella o francez verbeira, em termos polidos, mas energicos, a recusa de viveres que Manso lhe fizera, e diz que, no caso de elle persistir numa teimosia tão contraria ao espirito das ordens do rei de Portugal, se verá na necessidade de os tomar á força, obrigando-o a receber o pagamento devido (Id., XXXII, pg. 306 e 307). Da flagrante falsidade dessa accusação, se pode inferir o valor e justiça das outras. Note-se tambem que da narração de Frezier resalta que Manso não vivia de contrabandear.

Solto e justificado voltou o sargento mór Avelar para o Desterro, onde já se achava em Novembro de 1724, como se vê de um termo de casamento em que figura na qualidade de testemunha. Elle e seu povoado lucraram com a perseguição que os tornou conhecidos e apreciados do governador de S. Paulo. Com data de 16 de janeiro de 1725, transmittiu Rodrigo Cesar a ordem abaixo.

“Por ser conveniente ao serviço de S. Magestade que Deus guarde, que a povoação da Ilha de Santa Catharina se augmente, procurará Manoel Manso de Avelar pôr todo o cuidado em fazer-se tão importante serviço, concorrendo com a sua actividade, prestimo e zello para que em breve tempo execute a diligencia de que o encargo e tambem que as casas dos moradores sejam de telha, e o Capitão mor Francisco de Brito Peixoto lhe não porá impedimento, antes lhe dará toda a ajuda necessaria, sendo-lhe pèdida pela confiança que faço do dito Manoel Manso de Avelar espero obre de sorte no que lhe encarrego que tenha que agradecer-lhe e S. Magestade que Deus guarde que remunerar-lhe. (Id vol. XIII, pag. 46 e 47).

Como complemento desta determinação no dia seguinte era expedido ao capitão-mor da Laguna um regimento pelo qual ficavam isentas de dar entrada na villa da Laguna as embarcações que se destinassem á Ilha de Santa Catharina permittindo se tambem aos indios e castelhanos o commercio directo com os moradores da ilha. (Id. ibid pag 47 a 49). No anno seguinte o Desterro foi elevado a villa.

Manso de Avelar e sua povoação saíram vencedores.

Henrique Fontes



A Provincia de Santa Catharina em 1797

SANTA CATHARINA

Extracto do relatório de João Alberto de Miranda Ribeiro, dirigido ao cunho de Rezende, em 17 de Novembro de 1797,

Illmo. Exmo. Sr.—Em observancia do respeitavel officio de V. Ex., de 20 de Dezembro do anno passado, em que V. Ex. foi servido ordenar-me que lhe remetteste uma exacta conta da Extensão e Limites desta Ilha e mais districtos de sua jurisdicção, com todas as mais circumstancias que se contem no referido officio, vou satisfazer do melhor modo que me foi possivel a ordem de V. Ex.

Para maior clareza do methodo que me propuz, vão enumerados os artigos que extrahi do mesmo officio de V. Ex. . . . pelo modo seguinte.

Art. I—Da extensão e limites de Santa Catharina e mais districtos de sua jurisdicção.

.

Villa de N. S. da Graça do Rio S. Francisco
—Situada em uma ilha junto á terra firme, a qual por si tem 6 legoas de N a S. pela costa do Mar Grosso. Tem de extensão para a parte do Norte 5 legoas, a saber: Desde a villa até o pontal da barra do Norte—2 legoas; e d'ahi até o rio Sahy—ultima extremidade deste governo, 3 legoas, onde confina com a villa de Guaratuba, pertencente á capitania de S. Paulo. Para a parte do Sul 16 $\frac{1}{4}$ legoas, desde a villa até o rio Cambary Guassú,

onde parte com a freguezia de S. Miguel; comprehende a armação de Itapacoroya que lhe fica na distancia de 11 $\frac{1}{4}$ legoas e o rio de Itajahy 2 $\frac{1}{2}$ ao sul de Itapacoroya.

Para a parte de Leste confina com a costa do Mar Grosso. Tem fóra da barra na distancia de 2 legoas até a ilha de Jerobatuba, ilha Grande, ilha de Fóra, e ilhotas de terra que dão abrigo as embarcações, pela parte de oeste. Para a parte de oeste: por diferentes rumos até o porto das Tres Barras, por mar tem 7 legoas e dahi por terra até o boqueirão ou Quiry, 4 legoas, onde parte com a villa de Curityba pertencente a capitania de S. Paulo. Total das legoas de N a S — 21 $\frac{1}{4}$.

Freguezia de S. Miguel—Situada na terra firme ao S. da antecedente. Tem de extensão por parte de N— 9 legoas até o rio Canbury-Guassù, onde parte com a freguezia da villado rio S. Francisco; comprehende a enseada das Garoupas, que fica distante da igreja da freguezia 6 $\frac{1}{2}$ legoas, o rio das Tijucas Grandes, 4 $\frac{1}{2}$ legoas; e a armação grande da barra do Norte, 3 legoas. Para a parte do sul 1 $\frac{1}{4}$ de legoa até o rio Quebra-Cabas, onde parte com a freguezia de S. José; comprehende o rio Biguassù que fica distante da igreja da freguezia 1 $\frac{1}{2}$ legoa. Para a parte de Leste, fica separada da ilha pelo mar e lhe fica distante a freguezia das Necessidades, e defronte 2 $\frac{1}{2}$ legoas; e para o Sul—a villa capital na distancia de 3 legoas. Para a parte de Oeste, fica o sertão de terra firme. Total das legoas que tem de N a S—10 $\frac{3}{4}$.

Freguezia de S. José—Situada na terra firme ao S. da antecedente. Tem para a parte do Norte 1 $\frac{1}{2}$ legoas, até o rio do Cubatão, onde parte com a freguezia

da Enseada de Brito. Para a parte de Leste fica separada da ilha pelo mar, e distante da villa capital 1 1/2 legoa. Para a parte de Oeste, 16 legoas pelo caminho do sertão até a Guarda do Castello Melhor, onde está o marco que divide da villa das Lages, pertencente a Capitania de S. Paulo; do referido marco á villa das Lages, que vão ainda 15 1/2 legoas. Total das legoas que tem de N. a S. — 3 1/4.

—

Freguezia de N. S. do Rosario da Enseada de Brito—Situada na terra firme, ao S. da antecedente. Tem para a parte de N. 1 1/2 legoas até o rio Cubatão, onde parte com a freguezia de S. José. Para a parte do S. 6 legoas até o páo da Rainha no meio do matto de Garupaba, onde parte com a freguezia de Villa Nova, comprehende a armação de Garupaba distante da freguezia 5 1/2 legoas. Para a parte de L. fica separada da ilha pelo mar, distante da villa capital 3 1/2 legoas. Para a parte de O, fica o sertão de terra firme.—Total das legoas que tem de N. a S.—7 1/2.

—

Freguezia de Villa Nova de Sant'Anna—Situada na terra firme ao S. da antecedente. Para a parte do N. 4 legoas, até o páo da Rainha, no meio do matto da Garupaba onde parte com a freguezia da Enseada; comprehende a armação de Imbituba no porto da freguezia, distante da Igreja 1 1/2 legoa. Para a parte de L. confina com a costa do Mar Grosso. Para a parte do S. 2 legoas até meia praia depois do morro de Taipirova, onde extrema com a freguezia da Villa de Laguna. Para a parte de O, 16 ou 17 legoas até a serra que forma os fundos do sertão. Total das legoas que tem de N. a S. -6.

Villa de Santo Antonio dos Anjos da Laguna — Situada na terra firme ao S. da antecedente. Tem para a parte do N. 2 1/2 legoas até meio da praia depois do morro de Igy, onde extrema com o freguezia de Villa Nova. Para a parte do S. 20 legoas desde a Villa até o Registro das Torres; ultima extremidade desta capitania; cujo registro já pertence ao governo do continente do Rio Grande. Para a parte de L. confina com a costa do Mar Grosso. Para a parte de O., confina com o sertão e com a serra que, proximo das Torres, lhe fica na distancia de 5 legoas, e vão alargando, de sorte que na extremidade de N. se suppõe ficar a dita serra na distancia Total das legoas de N. e S. 22 1/2.

Total de toda a Capitania; Para a parte do N. 33 1/2 legoas, desde o estreito da freguezia da Villa da Capital do Desterro, ate o rio Sahy, ultima extremidade desta com a capitania de S. Paulo. Para a parte do S. 39 1/2 legoas, desde o referido estreito da Villa Capital até o registro das Torres, do continente do Rio Grande, ultima extremidade deste governo. Para a parte de O., confina com o sertão e com a serra quo lhe fica em differentes distancias como se ve acima, na villa de S. Francisco 11 legoas, freguezia de S. José 16 legoas e nas Torres, 5 legoas.

Total de legoas que tem de N. a S. 72 2/3.

A PESCA DA BALEIA

EM SANTA CATHARINA

Memoria sobre a maneira de poder a nação tirar o maior interesse para os Cofres Nacionaes, recurços para o Serviço da Marinha de Guerra, e vantagem para a Prosperidade Publica, das Armaçoens da Pescaria das Baleias, existentes na provincia de Santa Catharina.

Illmo. e Exm.^o Senr.

Pesso Licença a V. Exa, para apresentar-lhe a Memoria incluzza que, desconsolado por vêr o estado de nociva paralização em que há hum anno existem as Armaçoens da Pescaria das Baleias n'esta Provincia, e reciozo de ver qualquer d'a dar-se-lhe hum rumo nada proveitozo a Nação, e muito noscivo ao Serviço da Marinha de Guerra se acazo por qualquer maneira for outra vez subtrahida a administração por conta do Estado a Armação da Piedade, tomei adeliberação d'escrever. V. Exa. lendo-a, e formando sobre ella o seu jnizo, com aquella razão clara de que he doptado, e como conhecedor d'esta Provincia e suas localidades, dar-lhe-há depois o destino deque ajulgar digna. Espero que V. Exa se dignará perdôar a minha ouzadia, e que eu aproveite esta occazião para confeçar que sou com o mais profundo respeito,

Illm.^o e Exm.^o Senr. Marquez de Maceyò

De V. Exa.

O mais attent^o e obrigado subdt.^o

Miguel de Souza Mello e Alvim

Santa Catharina 3 de Julho de 1827.

Há n'esta Provincia quatro Armaçoens de Baleias pertencentes ao Estado a saber: Piedade, Lagoinha, Itapacoroy com seu suplemento da Ilha da Graça, e Garupaba com o suplemento de Imbituba. A Sociedade que setinha encarregado de sua administração em 1816 por doze annos, obrigando -se a entregar no Thesouro Publico da RiodeJaneiro, a quantia de vinte e hum contos de reis annualmente, tendo soffrido grandes prejuizos, entregou por encampação as Armaçoens á Fazenda Publica em Julho de 1826.

Desde 1825 estava inteiramente paralizada a pesca, que fas o unico objecto d'estes estabelecimentos, com os quaes a Fazenda Publica despende cada mez a quantia de oito centos mil reis em pagamentos a empregados, e sustentação da escravatura, sem. delles retirar hum real de proveito. Alem do gravamen que soffrem os Cofres da Fazenda Publica, hé tão bem muito atendivel avexação que experimentão os povos d'esta Provincia agricola com a privação d'Azeite para Luzes, objecto de primeira necessidade para o trabalho das Çafras dos Engenhos de Farinha, e de Cana, executado pela maior parte durante a noite; assim como padecem tão bem pela mesma falta toda a população d'esta Provincia, e athé a do Rio de Janeiro. São logo estes Estabelecimentos, no estado d'estagnação em que se achão, mui onerosos a Nação, e de nenhum Soccorro as necessidades Publicas. Hé portanto da maior urgencia indagar o meio comque elles longe de serem peizadas ao Estado lh. sejam proveitosos, suprimdo ao mesmo tempo esperas de hum objecto de primeira necessidade. He este meio unico qbe eu mepersuado haver descoberto. As Armaçoens sahirão das mãos da Sociedade administradora tão desfalcadas de Escravatura robusta, e de tudo, que não será mais possivel

fazer-se outra vez pescaria em todas ellas, sem meter ao menos cem escravos novos. Igualmente seria percizo despende d'avanço grandes somas para provêr todas as Armaçoens dos Utencilios necessários, e para reparar os edificios que em todas vão em ruina. Estas enormes, e indispensaveis despesas adiantadas afastão quaes quer emprehendedores de solicitarem a sua arrematação, e poem o Estado em perplexidade sobre o destino que convenha dar a taes estabelecimentos. A situação calamitosa em que a Sociedade administradora deixou as Armaçoens den onstra por hum factal exemplo que o estado não deve tornar aconfialas a Emprehendedores particulares, quer seja com o nome de arrematação, quer de administração. Os edificios arruinados por falta dos necessários reparos, os Armazens quaze varridos, esobre tudo a Escravatura, a bela Escravatura da Nação quaze aniquilada.

Dezaparecerão todos os Negros robustos de mediana idade cos que restão são quaze todos decrepitos ou menores. He pois indispensavel que estes Estabelecimentos sejam administrados por conta do Estado com huma administração methodica, regular, esuave para recuperar dos males que cauzou, hade cauzer sempre, huma administração estranha esomente animada do sequiozo espirito do interesse. A experiencia tem mostrado que depois que se multiplicarão as Armaçoens ao longo da costa de minuiuo vizivel mente afluencia das Baleias sobre a mesma Costa: o que com effito devia acontecer, porque o cardume do peixe, correndo por exemplo do Sul para o Norte, e sendo perseguido na pequena Armação de Imbituba a primeira do Sul afasta-se para o mar, ficam todas as mais Armaçoens, d'aquella para o Norte laborando em vão.

Assim nunca se fzerão mais pingues pescarias do que quando antigamente so pescava huma Armação, athé duas. Parece-me portanto que o Estado deve re-

unir nas duas Armaçoens da Piedade, e da Lagoinha toda a Escravatura, que actualmente somão duzentos e trinta e oito individuos de ambos os sexos e todos os mais meios que se achão espalhados por todas as Armaçoens os quaes não sendo bastantes para guarnecer atodas são comtudo suficientes para collocar as duas ditas em estado de trabalharem no Pescaria das Baleias athé agora abandonada. A pesca deve ser feita só nas duas precitadas Armaçoens e pelo mesmo methodo de que este anno se faz ensaio na Armação da Piedade: isto he, sem que a Fazenda gaste quantia alguma adiantada nem arisque a Escravatura nas Lanxas. A Fazenda só tem d'emprestar as Lanxas, e utensilios da Pesca aos Balieiros homens livres, moradores da Costa, e de pagar-lhe porcada Baleia de conta que entregarem nos sarielhos da Armação certa quantia, que no anno prezente foi ajustada por 250\$000 rs, etalvez para ofuturo possa vir aser por menos. O Corte do tóucinho, e sua frictura hé feito pelos Escravos da Fazenda. Quero supor por hum calculo moderado que só se empregão dezaeis lanxas, e que se pesquem por anno vinte e cinco Baleias. Dando huma por outras dez oito pipas d'azeite serão por todas 450 pipas deduzentas medidas, esendo o azeite a 400 rs a medida (como deve ser, visto o acrescimo de preço de todas as couzas, e do mesmo azeite que actualmente se vende aqui Extrangeiro a 560 rs.) importarão as 450 pipas em trinta e seis contos de reis, dos quaes deduzindo 6:250\$000 rs. aos Balieiros restão para a Fazenda 29.750\$000 reis, esupondo finalmente que a despeza total com o costeo das duas Armaçoens em todo hum anno hé de 9:750\$000 rs (o que hé de sobra) restão liquidos para a Fazenda 20:000\$000 reis, afora a Barbatana artigo tão bem muito interessante. Este calculo pouco pode deferir da verdade, e espero que o Ensaio d'este anno o compro-

vará. Alem do proveito exposto, hé tão bem de indispensavel necessidade que a Armação da Piedade se conserve sempre por contado Estado por ser asituação mais propria para hum Arsenal de Marinha, e Depozito dito daqualidade de soccorros para as Embarcaçoens de Guerra, cujo ancoradouro hé junto d'esta Armação distante cinco legoas da Cidade. Na mesma Armação hà todos os edificios necessarios a hum Arsenal, assim como muitos Escravos bons carpinteiros de Maxado, Calafates, Polieiros. Serradores etc. cujo numeros epode conservar e augmentar, applicando os novos crioulos a aprender os mesmos Officios com os Escravos Officiaes velhos, no que se não deve perder tempo, attenta a avançada idade dos Mestres. Na Bahia ou saco da Piedade, ha bastante fundo eas melhores localidades para fabrico de Embarcaçoens de todo oporte eathè para estaleiros de construção. Noa Maltos da Armação hà ainda abundancia de madeiras de Ley. Amelhor agoada fica nas praias damesma Bahia. Assim aquella posição goza de todas as vantagens da natureza, eda arte para ser de muita utilidade ao serviço da Marinha de Guerra. O local da armação, e mesmo a sua Bahia ficão defendidas de qualquer insulto, levantando hum bataria de doze pessos de Calbre 18 da Ponta da Armação, e outra de seis Pessas de Calibre 12 sobre o morro da Vigia que lhe fica sobranceiro. Desta maneira pode apnele mesmo Estabelecimento prehenxer dous fins de muito interesse á Nação, e utilidade ao Serviço. A Armação da Lagoinha alem da sua posição vantajoza para a Pesca das Baleias, situada na costa de Este d'esta Ilha, tem muitos, e bons terrenos para plantação de maddioca, e serve assim de Seleiro para sustentar de farinha toda a Escravatura das duas Armaçoens, Demonstrado o paru do que o Estado pode tirar das duas Armaçoens da Piedade, e Lagoinha, resta indicar o destino que pode dar-se ás de Itapacoroy.

ede Garupaba com mais vantagem da Nação, esem desfalque nos intereces da Fazenda. A Armação ne Itapacoroy, hé situada quetorze legoas ao Gorte da Frsguezia de S. Miguel, etreze legoaf ao Sul da Villa do Rio S. Francisco. Seus edificios, e excelente Capella, estão edificados em hum aprazivel Sitio, no centro de hum vasto, eformozo porto. Todo aquele espaçozo distrito hé muito fertil, epovoado, eseus numerosos moradores, distituídos inteiramente de 2occorros espirituaes pela grande distancia, e intranzitaveis caminhos que há entre as duas frequenzias, clamão porhumna Igreja para sua Matriz, esedarião por muito felices se Sua Magestade Imperial lhes concedesse para esse efeito a Caplla da Armação. N'esta hypothese o lugar da Armação convertido em ireguezia, retornaria embreves tempos humna Povoação florecente; ea Eazenda Publica aforando em pequenas porçõens os terrenos da Armação huns no lugar do Arraial para edificarem, eos mais distsnte para cultura, arrecadaria empoucos annos ovalor actual dos mesmos terrenos. Querendo tão bem irdenizar-se do Valor dos Edificios, parte dos quaes deverão ser cedidos com a Capella para residencia do Padre, econsistorio, o conseguiria facilmente mediante humna pequena taxa temporaria, que os povos voluntariamente querem pagar, sobre alguns artigos de exportação d'aquelle Districto: por exemplo 20 reis em cada alqueire de Farinha, ou de arroz que se embarcasse por espaço de dez annos. Os Armazens deverião conservar-se por conta da Fazenda para servirem de depozito aos goneros de Lavoura para exportação; em cujos alugueis lucraria constantemente a mesma Fazenda Publica. Pelos tres artigos expostos, parece-me que em menos de dez annos teria a Fazenda recebido com excesso o valor de toda aquella Armação, deque agora não ti.á nem hé possivel tirar o menor lucro; antes está servindo de permanente motivo de consi-

deravel despeza; eo que vae a ser inevitavelmente hum montão de ruinas seria convertido em huma liuda, eflorecente Povoação. Quanto fica dito da Armação de Itapacoroy hé exatamente applicavel á de Garupaba Fica esta sitnada entre as Freguezias de Villa Nova, eda Enciada de Brito, a seis legoas da primeira, e cinco da segunda, ea sua elevação a Freguezia muito havia de concorrer par a prosperidade d'aquelle Destricto, sem detrimento da Fazenda Publica. Hé certo porem que seu porto hé muito inferior ao de Itapacoroy. Anão merecer a aprovação Soberana o expediente indicado para as duas Armaçoens de Itapacoroy, e de Garopaba, então hé melhor vender-se em haste publica, retirando primeiro a Escravidura, as Lauzas, e utensilios para as duas que devem conservar-se, da Piedade, e da Lagoinha, pois que as duas Armaçoens assima estão sendo mui peizadas ao Estado sem haver meio de retirar d'ellas interesse algum. Quanto aos Suplementos da Ilha da Graça, d de Imbituba, huma vez retirados della, e recolhidos á Piedade. os poucos utensilio que lá existem, o resto que consiste em pequenos e arruinados edificios, hé perfeitamente insignificante, e não há terrenos alguns anexos ataes Suplementos. Recapitulando o que fica dito parece-me haver demosntrado 1°. Que fazendo-se a Pesca pela maneira indicada deve rezultar mui attendivel interesse aos Cofres da Fazenda Publica: 2°. Que do Estabelecimento na Armação da Piedade sepodem, edevem tirar grandes recurços para o Serviço da Marinha de Guerra, quer para aprompta expedição das Embarcaçoens que tocarem n'este porto, quer para economico fabrico das que expressamente vierem fazer obra:3°. Ffinalmente que pela facturado azeite, artigo de primeira necessidade, e pelo estabelecimento de novas Freguezias, e Povoçoens nos Sítios de Itapacoroy, e de Garupaba se promove efficazmente a prosperidade publica. O que deixo expen-

diso hé o que entendo em minha consciencia. A mesma consciencia me instiga a que leve ao conhecimento do Justo, Paternal Governo de Sua Magestade Imperial as minhas ideias sobre tal objecto. Ellas são o resultado de muitas reflexoens, de repetidas conversações com homens antigos, praticos, e inteligentes da materia, e do conhecimento perfeito da localidades, trazaçoens, e mais circumstancias relativas ao assumpto: conhecimento adquirido em déz annas de residencia no Paiz, como Intendente da Marinha, e Deputado da Junta da Fazenda, e ultimamente como Encarregado tão bem da Administração Geral das Armaçoens da Pescaria das Baleias n'esta Provincia.

Ilha de Santa Catharina 30 de Junho de 1827.

Miguel de Souza Mello e Alvim



RELAÇÃO dos passaportes reaes que se expedirão pela Secretaria
do Governo da Ilha de Santa Catharina, e dos papeis
com que sahirão as Embarcações etc.

1812

1.—Do porto da ilha de Santa Catharina á villa da Laguna d'onde hade voltar ao porto da mesma ilha. Hiate *S. Domingos*, mestre Miguel Luiz. Senhorio o Cap. mór Manoel Francisco da Costa. Passaporte de 14-1-1812.

2—Idem, idem Lancha *Santos Barros*, mestre Eleuterio da Silva. Senhorio Cap. Francisco de Paula Tavares. Passaporte de 14 de Janeiro de 1812.

3. Idem do da Côrte do Rio de Janeiro, d'onde hade voltar ao porto de sahida. Lancha *N. S. da Piedade*, mestre e senhorio José Joaquim Neves. Passaporte de 21-1-1812.

4—Idem para o de Montevideó, d'onde hade voltar ao porto da mesma Ilha bergantim *Dois Irmãos*, mestre e senhorio Pedro José de Macedo. Passaporte de 23 de Janeiro de 1812.

5—Do porto da Laguna, para o Rio de Janeiro, donde hade voltar ao mesmo porto de sahida, bergantim *Belizario* mestre Albino José da Rosa, senhorio Manoel Gonçalves Barreiros. Passaporte de 30 de Janeiro.

6—Do porto da Ilha de Santa Catharina para o da Côrte do Rio de Janeiro, donde hade voltar ao mesmo. Hiate *Brevidade* mestre Francisco José de Mattos. Senhorio José Antonio da Costa. Passaporte de 30-1-1812.

7—Do Porto da Ilha para a Laguna donde hade voltar ao primeiro Lancha *Bom Jesus de Iguape*, mestre Anto

nio Faancisco Xavier. Senhorio Antonio Furtado de Mendonça. Passaporte de 31-1-1812.

8—Do Porto da Ilha para a Côrte donde regressará ao 1.ª sumaca *S. Antonio. S. Josè e Almas*, mestre Joaquim José de Sant'Anna. Senhorio Josè Pereira. Passaporte de 7-2-1812.

9—Do Porto da Villa do Rio de S. Francisco para a Corte do Rio de Janeiro e regresso á mesma a Villa sumaca *N. S. da Graça e S. Francisco de Paula*, mestre José Joaquim da Silva, Senhorio Francisco Paula Reis. Passaporte de 13-2-1812.

10 Do Porto da Villa do Rio S. Francisco a Côrte do Rio de Janeiro donde regressará ao de sahida sumaca *Vencedor*, mestre José Nicolau Manado. Senhorio Jacinto Fernandes Dias. Passaporte de 13-2-1812.

11—Do Porto da Laguna ao da Côrte donde regressará ao de sahida sumaca *Boa Sorte*, mestre José de Souza Machado. Senhorio José Antonio Tavares. Passaporte de 21-2-1812.

12 Do Porto da Villa de Santa Catharina para Montevidéo, onde voltará com escala pelo Rio Grande a Lancha *Piedade*, mestre e senhorio José Joaquim Neves. Passaporte de 2 de Março de 1812.

13—Do Porto da Ilha para a Côrte do Rio de Janeiro com escala pela Laguna donde regressará sumaca *Boa Esperança*, mestre Joaquim Antonio. Senhorio Capitão Francisco de Paula Tavares. Passaporte de 23 de Março de 1812.

14—Do Porto de Santa Catharina para Pernambuco, devendo voltar ao mesmo porto sumaca *Magalona*, mestre Antonio Joaquim. Senhorio Bento José da Costa. Passaporte de 2 de Abril de 1812.

15—Idem para o do Rio grande de S. Pedro, devendo regressar ao mesmo de sahida a sumaca *Arlequin*,

mestre e senhorio João Baptista Lopes. Passaporte de 11 de Abril de 1812.

16—Do Porto da Villa da Laguna para o Rio de Janeiro, regressando ao mesmo de sahida sumaca *Caxoeira*, mestre Paulo Gouçalves Ribeiro, Senhorio Tte. Cel Francisco de Souza França. Passaporte de 21 de Abril.

17—Do Porto da Ilha de Santa Catharina para Laguna, regressando ao mesmo de sahida Lancha *Bom Jesus de Iguaçu*, mestre Joaquim Manoel de Jesus. Senhorio Antonio Furtado de Mendonça. Passaporte de 16 de Maio de 1812.

18—Do Porto de S. Francisco para o Rio de Janeiro, sumaca *Vencedora*, mestre José Nicolau Marado, senhorio Jacinto Fernandes Dias. Passaporte de 8 de Maio 1812.

19—Do Porto da Ilha de Santa Catharina para Moçambique, voltando pelo Rio de Janeiro, bergantim *Providente* mestre Jeronimo Domingues. Senhorio José Francisco de Araujo. Passaporte de 9 de Maio de 1812.

20—De S. Francisco para o Rio de Janeiro, devendo regressar ao mesmo de sahida, lancha *Santa Rita* mestre e senhorio Joaquim José de Souza. Passaporte de 4 de Junho de 1812.

21—De S. Francisco para o Rio de Janeiro, regressando ao mesmo porto sumaca *N. S da Graça* e *S. Francisco de Paula*, mestre José Joaquim de Souza e senhorio Francisco de Paula Reis. Passaporte de 15 de Julho de 1812.

22—De S. Catharina para a Laguna, hiate *S. Domingos* msstre Miguel Luiz, senhorio e C. Mor Manoel Francisco da Costa. Pp. 18 de Junha 1812.

23—Da Laguna para o Rio de Janeiro, donde hade voltar, sumaca *Libertina* mestre Carlos José da Cunha. Senhorio José Pinto Lopes & Comp. Passaporte de 20 de Junho 1812.

24—Do Porto de Santa Catharina para o Rio de Janeiro onde hade voltar ao de sahida, lancha *Alleluia*, mestre Alexandre José de Jesus, senhorio Antonio Madeira de Maude. Passaporte de 2 de Julho de 1812.

25—Do Porto da Ilha de Santa Catharina para o da Côrte, donde ha de ir a Pernambuco e regressar ao porto de sahida a sumaca *Triunfo*, mestre e senhorio José Maria Henriques. Passaporte de 9 de Julho de 1812.

26—Do Porto da Laguna para o Rio de Janeiro, a sumaca *Livramento* mestre Domingos Fernandes de Oliveira. senhorio o Tte. Cel. Francisco de Souza França. Passaporte de 21 de Julho de 1812.

27—Do Porto da Ilha para o Rio de Janeiro seguindo até Pernambuco, donde regressará a sumaca *Mendigue*, mestre e senhorio Manoel Cardoso da Fonseca. Passaporte de 24 Julho de 1812.

28—Do Porto da Ilha para a Villa de S. Francisco, donde seguirá para o Rio de Janeiro e regressar ao porto sumaca *Santo Antonio*, mestre Joaquim José de Sant'Anna, senhorio José Pereira. Passaporte de 23 de Julho de 1812.

29—Do Porto da Ilha para a Laguna, lancha *Bom Jesus de Iquape*. mestre Joaquim Manoel da Costa, senhorio Antonio Furtado de Mendonça. Passaporte de 4 de Agosto de 1812.

30—Do Porto da Ilha para o Rio de Janeiro, bergantim *Anna*, mestre Joaquim Ignacio da Silva, senhorio Luiz José de Souza. Pp. 14 de Agosto de 1812.

31—Da Laguna para o Rio de Janeiro, donde voltará ao mesmo porto sumaca *S. Sebastião*, mestre Estacio José, senhorio Manoel Rodrigues da Cunha. Passaporte de 17 de Agosto de 1812.

32—Da Laguna para o Rio de Janeiro o bergantim *Belisario*, mestre Albino José da Rosa, senhorio Manoel Gonçalves Barreiros.

33—Do Porto de S. Catharina para a Côrte do Rio de Janeiro lancha *Alleluia*, mestre Alexandre José de Jesus, senhorio Antonio Madeira Maude. Passaporte de 22 de Agosto de 1812.

34—Do Porto da Ilha para a Laguna, lancha *Boa União* mestre José Botelho, senhorio Caetano José da Costa Passaporte de 28 de Agosto de 1812.

35—Da Laguna para o Rio de Janeiro, lancha *Boa Sorte*, mestre José de Souza Machado, senhorio José Antonio Tavaras. Passaporte de 18 de Setembro de 1812.

36—De S. Catharina para o Rio Grande onde seguirá para o Rio de Janeiro e voltar sumaca *Coração Grande*, mestre e senhorio João Baptista Lopes. Passaporte de 23 de Setembro de 1812.

37—De S. Catharina para o Rio de Janeiro, lancha *Breviade*, mestre Manoel Francisco Monteiro e senhorio Antonio Francisco de Moura Passaporte de 23 de Setembro.

38—De S. Catharina para o Rio Grande de S. Pedro sumaca *Sant'Anna*, mestre Joaquim José da Silva e senhorio José Estacio Brandão Passaporte de 26 de Setembro.

39—Do Porto da Villa de S. Francisco para Pernambuco, onde ha de seguir para a Villa de Santos e voltar a Ilha a lancha *Santa Rita*, mestre e senhorio Joaquim José de Souza. Passaporte de 7 de Outubro.

40—De Santa Catharina para o Rio Grande do Sul onde ha de seguir para os portos do Norte e voltar a Ilha o Bergantim *Eneas*, mestre Luiz Pereira Madruga, senhorio Manoel Gonçalves Vianna e Manoel Joaquim da Fonseca. Passaporte de 7 de Outubro.

41—Do Porto da Villa de S. Francisco para o Rio de Janeiro a sumaca *N. S. de Graça*, mestre Joaquim José de Souza, senhorio Francisco de Paula Reis. Passaporte de 19 de Outubro.

42—De Santa Catharina ao Rio de Janeiro penque *N. S. de Piedade*, mestre Joaquim Roiz da Silva, senhorio Domingos Luiz do Livramento. Passaporte de 22 de Outubro.

43--De Santa Catharina para Laguna, lancha *Boa União*, mestre Vitorino Alves de Brito, senhorio José Antonio da Costa. Passaporte de 27 de Outubro.

44--Da Laguna para o Rio de Janeiro, sumaca *Caxoeira*, mestre Paulo Gonçalves Ribeiro, senhorio o Tenente Coronel Francisco de Souza França Passaporte de 30 de Outubro.

45—Da Laguna para o Rio de Janeiro a sumaca *Libertina*, mestre Carlos José da Cunha, senhorio José Pinto Lopes. Passaporte de 14 de Novembro.

46—De Santa Catharina para Laguna, lancha *Bom Jesus*, mest e Joaquim Manoel de Jesus, senhorio Antonio Furtado de Mendonça Passaporte de 16 de Novembro.

47—Da Laguna para o Rio Grande do Sul, lancha *Bom Jesus de Iguaçu*, mestre Ignacio Joaquim, senhorio Francisco da Silva França e Antonio da Silva França Passaporte de 28 de Novembro.

48—Do Porto da Ilha para o Rio Grande, donde ha de seguir para a Bahia com escala pelo Rio de Janeiro e regressar a Ilha a lancha *Brevidade*, mestre João Vicente de Jesus e senhorio Antonio Francisco de Moura. Passaporte de 1.º de Dezembro.

49—Do Porto da Ilha para Santos com escala pela Laguna e regresso lancha *S. Thugo Menor*, mestre e senhorio José de Souza Lobo Pq. 16 de Dezembro.

50—Da Laguna para Rio de Janeiro, sumaca *Livramento*, mestre Domingos Fernandes de Oliveira, senhorio Francisco de Souza França. Passaporte de 18 de Dezembro.

51—De Santa Catharina para Imbituba, hiate *S.*

Domingos, mestre Miguel Luiz, senhorio Manoel Francisco da Costa. Passaporte de 23 de Dezembro.

EXTRANGEIROS

1—Bergantim Americano *Brother*, capitão Isaac Miler para a Cidade de Boa Esperança. Passaporte de 21 de Janeiro de 1812.

2—Galera Americana *Atlas*, capt. Joy, para a pesca. Passaporte de 26 de Janeiro de 1812.

3—Bergantim Americano *Leon*, capt. Iray More, para o Rio Grande. Passaporte de 26 de Fevereiro de 1812.

4—Navio Americano *Hercules*. Capt. Sam Flower, para Havana. Pp. 23 de Março de 1812.

5—Navio Americano *Lima*, capitão Salomon Sevain, para o Pacifico. Passaporte de 23 de Março de 1812.

6—Bergantim Hespanhol *N. S. das Dores* para Montevideo, mestre D. Benedito Ramires, em 23 de Junho de 1812.

7—Bergantim Hespanhol *Minerva*, capitão Ventura Felipe Carmona para Montevideo.

8—Bergantim americano *Independencia*, capitão James Percival para o Rio Grande.

9—Galera americana *Dauphin*, capitão Bernard, para pesca de baleas.

10—Galera americana *Leão*, capitão Folger para pesca de baleas,

11—Galera americana *Rabeca* capitão Cofiin para pesca de baleas.

12—Lancha hespanhola *Arnomia do Cabo*, capitão Jaime Pons para Montevideo.

13—Placa hespanhola *S. João Baptista*, capitão José J Buch para Montevideo.

14—Bergantinhspanhol *S. Domingos*, capitão Miguel de la Vega e Berges para o Rio de Janeiro.

Assignado *Thomé Francisco de Souza Coutinho* secretario do Governo.



Relação das Embarcações apresadas pelos Corsarios argentinos,
pertencentes a Catharinenses (1825-1828)

Sumaca - *Princeza Leopoldina*, mestre Manoel Alves dos Santos. Media 107 palmos de quilha, 25 de bôca, 11 1/2 de pontal; arqueava 6 mil arrobas. Era propriedade de Antonio Carvalho Bueno, de S. Francisco.

Sumaca - *Triumpho Navegante* mestre João Antonio Soares. 73 palmos de quilha, 24 de boca, 12 de pontal; arqueava 5500 arrobas. Propriedade de João Vicente Nobrega, de S. Francisco: apresada em frente á barra do Rio de Janeiro.

Patacho—*Conceição de Sena* propriedade de José de Souza Lobo construido em 1825, carga 9.000 arrobas. Desterro.

Sumaca—*União* propriedade de Anacleto José Pereira, construida em Alagoas, de carga de 4.500 alqueires Hiate. *Nova Trindade*, propriedade de Vicente José Ferreira Braga, construido em 1822, corga 1 800 alqueires.

Sumaca—*Senhor dos Passos*, propriedade de Albino da Cunha Telles de carga de 5.500 arrobas.

Sumaca—*Triumpho* da Laguna apresada em frente a ilha das Araras.



NOTICIARIO

Instituto Historico de Santa Catharina

Lê-se no "O Dia" de 27 de Agosto de 1907:

"Nos salões do Club 16 de Abril, gentilmente cedidos por sua digna Directoria, teve lugar a reunião de diversos socios do Instituto Historico, a fim de proceder-se á sua reorganisação. Foi lançado na acta um voto de pesar pelo fallecimento dos socios d. José de Camargo Barros e conselheiro Manoel da Silva Mafra. Depois de tomadas diversas deliberações foi eleita a seguinte directoria:

Presidente—Dr. Lebon Reis; Vice-presidente—Manoel dos Santos Lostada; 1° Secretario—Professor Fernando Machado; 2° Secretario: Pharmaceutico Heitor Luz; Orador—Dr. Thiago da Fonseca; Thesoureiro—Oliveira Lima; Director da Revista—1° Tenente Lucas Boiteux. Foi decidido que terá lugar no dia 7 de Setembro uma sessão commemorativa do 12° anniversario da fundação do Instituto."

Instituto Historico

(Do *O Dia* de 30-1-913)

No salão nobre do Lyceu de Artes e Officios realisou-se hontem uma reunião dos antigos socios do Instituto Historico para tratarem de sua reorganisação, tendo o dr. José Boiteux, depois de expostos os fins da mesma reunião, proposto que os trabalhos fossem presididos pelo

exmo. sr. coronel Vidal Ramos,— um dos fundadores do Instituto, o que foi approvedo.

A gradecendo essa prova de gentileza, s. exa. declarou iniciados os trabalhos.

Foram propostos e aceitos para socios effectivos, os srs. desembargador Salvio Gonzaga, dr. Fulvio Aducci, dr. Joaquim David Ferreira Lima, dr. Victor Lapagesse, dr. Pedro M. T. Taulois, capitão José V. da Rosa, bacharel Henrique Fontes, padre Bellarmino Gomes, padre dr. Henrique Boock, dr. Henrique Rupp Junior, dr. Nereu Ramos, dr. Nestor Passos, dr. Alfredo Trompowsky, capitão João A. Regis, dr. José Benifacio da Cunha e dr. Euripides Ferro, sobre os quaes a commissão de syndicança, composta dos ers. dr. Thiago da Fonseca, Barroso Pereira e agrimsnsor Antonio de Mesquita, emittio parecer favoravel.

Eoi acclamada a seguinte commissão para presidir os trabalhos até a eleição da directoria:

Presidente—Coronel Vidal Ramos;

Vice—Presidente — Dr. José Boiteux;

Secretario—Professor Fernando Machado;

Thesoureiro—Major Oliveira Lima.

Estiveram presentes á reunião os socios effectivos: coronel Vidal Ramos, drs. Antero de Assis, José Boiteux e Thiago da Fonseca, Barrozo Pereira, Antonio Lopes de Mesquita, capitão tenente Lucas Boiteux e professor Fernando Machado.

Foi marcada a proxima segunda-feira, ás 11 horas, no Lyceo para a nova reunião.

Applaudimos de coração esse movimento em prol do resurgimento de uma associação tão utij como o Instituto Historico.

—

Instituto Historico

(Do *O Dia* de 9-II-913)

No salão nobre do Lyceu de Artes e Offícios effectou-se hontem a sessão extraordinaria para posse da nova Directoria e admissão de novos socios.

Presidio os trabalhos o presidente da commissão provisoria exmo sr. coronel Vidal Ramos.

Foram propostos e acceitos socios effectivos os srs. drs. Gomes Ramagem e Selistre de Campos, professor Orestes Guimarães e major Santos Lostada.

Foram propostos e aceitos socios correspondentes os srs. Barão Homem de Mello, General Dr. Thaumaturgo de Azevedo, coronel Ernesto Senna, tenente coronel dr. José Maria Moreira Guimarães, dr. Alvaro Bittencourt Belfort, José Johanny, dr. Felipe Doerke, dr. Victor Konder, dr. Adolpho Konder, dr. Bento Portella, dr. Gustavo de Toledo Piza, dr. Heraclito Ribeiro, dr. Estelita Lins, dr. Americo Nunes, dr. Adalberto, Ramos dr. Erico Torres, dr. Cornelio de Queiroz, dr. Pedro Alexandrino, dr. Candido Leão, dr. Americo Rabello, dr. Fonseca Nunes, dr. Teixeira de Freitas, dr. Moreira Gomes e Pastor Faulhaben.

Terminado o expediente teve logar a posse de nova directoria assim constituida:

Presidente— Coronel Vidal Ramos;

1. **Vice Presidente**—Dr. Bonifacio Cunha;

2. **Vice Presidente**— Dr. Lebon Regis;

1. Secretario—Professor Fernando Machado;
2. Secretario—Horacio de Carvalho;
Orador—Dr. Thiago da Fonseca;
Thesoureiro—Major Oliveira Lima;
Commissão de Syndicancia: coronel Barroso Pereira, Monsenhor Francisco Topp e agrimensor Antonio Lopes de Mesquita.

Em nome da directoria usou da palavra o orador dr. Thiago da Fonseca agradecendo aos consocios a prova de confiança que lhes havido dispensado.

—

Foi resolvida a publicação da Revista do Instituto, sendo eleita a seguinte commissão de Redacção da mesma: desembargador Arruda Camara, dr. Euphrasio Cunha padre Bellarminio Corrêa, Henrique Fontes e capitão Vieira da Rosa.

—

Foram eleitos para a commissão de Contas: Gustavo Silveira, dr. Fulvio Aduccie Santos Lostada.

—

Foi proposto e approvedo cum voto de louvor ao dr. José Boiteux pelo esforço pue desenvolveu em prol da reorganisação do Instituto.

O dr. Boiteux agradecendo despedio-se por ter de seguir para a Capital Federal.

O exm. sr. coronel Vidal Ramos manifestando os agradecimentos do Instituto ao seu fundador dr. Boiteux, nomeou uma commissão para representar o Instituto no embarque do citado consocio.

Estiveram presentes os srs:

coronel Vidal Ramos, dr. Bonifacio Cunha, profes-

sor Fernando Machado, Horacio de Carvalho, professor Henrique Fontes, desembargador Arruda Camara, dr. José Arthur Boiteux, major Oliveira Lima, coronel Barroso Pereira, capitão tenente Lucas Boiteux, Gustavo Silveira, dr. Thiago da Fonseca, dr. Euphrasio Cunha e dr. Ferreira Lima.

Foi designado o dia 18 do corrente para a nova reunião do Instituto, ás 6 horas da tarde no mesmo local.

Instituto Historico

(Do *Estado* 8-X-915)

Graças á nimia boa vontade do Governo do Estado, sempre solícito em attender e animar todas as manifestações progressistas da terra catharinense, o nosso Instituto Historico e Geographico, que vivia ha muito numa obscuridade desoladora, se acha hoje convenientemente installado.

A sua séde social acha-se na rua Alvaro de Carvalho n.º 6, sobrado. Sabemos que entre os socios reina grande satisfação pelo auxilio prestado pelo Coronel Felipe Schmidt governador do Estado, a tão util associação.

A impressão do 5.º fasciculo da Revista do Instituto vae bem adiantada.

Breve, talvez a 12 do corrente, dar-se-ha inicio ás sessões com as eleições da nova directoria.



EDITAL

O Tenente José Antonio da Silva Simas, Presidente da Camara Municipal da Villa de S. Sebastião, da Comarca de S. José d'esta Provincia de Santa Catharina &.

Faz saber por deliberação da Camara Municipal, que sendo hoje o dia faustoso da inauguração d'esta Villa de S. Sebastião, por tersido removida a Séde da Villa de Porto Bello para este logar, na forma do artigo 4. da Lei Provincial n. 464 de 4 de Abril de 1859, convida por isso a todos os habitantes d'esta Villa a terem as frentes de suas cazas illuminadas na noite de hoje. E para que chegue á noticia de todos em geral, mandei lavrar o presente que será publicado e affixado no logar do estylo.

Villa de S. Sebastião, em sessão do dia 13 de Junho de 1860.—O Presidente—*José da Silva Simas*.—O Secretario—*José Mendes da Costa Rodrigues*.



Factos e Referencias

Resolução de 22 de Julho de 1823 por provisão da mesma data, fazia saber Manoel Jacintho Nogueira da Gama, á Junta da Fazenda de Santa Catharina que o Imperador houve por bem, como constava da portaria d'aquella data, conforme a copia authentica inclusa, approvar a offerta que fizerão os militares desta Provincia de 1:118\$ rs. para a construcção de mais huma barca canhoneira para defesa da mesma; e que portanto ordena á mesma Junta que, recebida que seja nos cofres dessa Thesouraria Geral a referida somma, em conformidade da provisão de 2 de Janeiro do corrente anno, seja ella applicada infallivelmente ao seu destino, segundo a exigencia do governo Provisorio, á vista dos competentes titulos e ferias da obra da mencionada barca. O que assim terá entendido e cumprirá sem duvida alguma João José Britto Gomes a fez. Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1823 — João José Rodrigues Vareiro a fez escrever. Manoel Jacintho Nogueira da Gama
(MANUSCR. AUTH.)

Resolução de 26 de Abril de 1824 — Arribando á Ilha de Santa Catharina a sumaca *Ezequiel* de que he Mestre, Socio e Caixa Manoel Francisco Cancelli, o Governo Provisorio reputando a propriedade portugueza, por ter sahido da Bahia com despacho para S. Matheus, a fez embargar com a sua carga e escravos. Requereu o Mestre, pela Secretaria da Fazenda, se mandasse levantar o embargo, visto mostrar pelos documentos que apreseniava, a ser a sumaca e carga propriedade brasileira Mandando-se informar o Governo de Santa Catharina, respondeu que os documentos forão o allegado e parece de justiça levantar-se o embargo

O Conselho que foi consultado, he do mesmo parecer do Procurador da Fazenda, o qual se conforma com o Governo provisório. Rio 2 de Abril de 1824.

Resolução Como parece. Paço 26 de Abril de 1824—
Com a rubrica o S. M. I.—Marianno José Pereira da Fonseca.

(MANUSCR AUTH.)

Resolução de 20 de Maio de 1824 Manoel José de Oliveira e outros, sahindo da Bahia quando evacuarão dali as tropas Lusitanas, abordarão á Ilha de Santa Catharina onde desembarcarão alguns generos A Junta da Fazenda sujeitou-os ao pagamento de direitos de entrada (com a espera de 3 mezes), em virtude do decreto de 12 de Novembro de 1822. Elles recorrerão a S. M. I. para os alliviar de tal obrigação, allegando que as fazendas ferão julgadas propriedade brasileira, por sentença do Ouvidor da Comarca, e são restos das lojas que tinham na Bahia, mostrando-se do seo mão estado, sellos e deminutos preços porque as vendêrão, e terem entrado n'aquella Cidade, e pago ali os dividos direitos, muito antes dos acontecimentos que se occasionarão á desunião da Provincia. Informou a junta de fazenda que não pôde acreditar que sejam restos das lojas, como os supplicantes affirmão, as fazendas em peças inteiras e pacotes, o sal, os barris de vinho e outros molhados, provavelmente introduzidos na Bahia durante a occupação pelos lusitanos. Parece ao Conselho. conformando-se com o Procurador da Fazenda e Junta. que só pôde ter lugar a isenção nos artigos que por escrupuloso exame feito na estação competente, e á vista das relações de descarga, se conhecer que são restos de lojas. subsistindo entretanto as fianças exigidas.

Resolução. — Como parece. Paço 20 de Maio de 1824. Com a imperial rubrica Mariano José Pereira da Fonseca.

(MANUSCR AUTH.)

Portaria de 24 de Maio de 1824 (Impresso avulso) Sendo presente a S. M. I. o officio do Presidente

de Santa Catharina, de 5 do corrente mez, em que expõe a duvida se deve ou não proceder-se a eleição dos Conselhos dos Presidentes, mandados crear pela lei de 20 de Outubro do anno proximo passado, visto que, em cumprimento da Constituição do Imperio, se hão de crear os Conselhos Geraes das Provincias, manda o mesmo A. S., pela Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio, participar ao referido Presidente que, não obstante dever-se proceder às eleições dos Conselhos Geraes dos mesma Provincia, devem ter igualmente lugar a dos Conselhos dos Presidentes, por serem muito diversas as suas attribuições. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Maio de 1824—João Severiano Maciel da Costa.

Portaria de 27 de Setembro de 1824 (*Imp. avulso*) S. M. I. tomando em consideração o que lhe representou o irmão Joaquim Francisco do Livramento sobre a necessidade de estabelecer um Seminario de educação na imperial cidade de S. Paulo, para a mocidade pobre e desvalida e o que a este respeito informou o presidente da provincia de S. Paulo, em officio de 11 do corrente: ha por bem ordenar que seja applicada para esse fim a propriedade de Santa Anna, pertencente a Fazenda Nacional e que sem gravame da mesma offerece grandes proporções para hum tão util e pio estabelecimento. O que manda, pela Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio, participar ao Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Fazenda, para que, pela Repartição competente, se hajão de expedir sobre este objecto as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1824. João Severiano Maciel da Costa.

A portaria de 4 de Setembro derigida á Junta da Fazenda da Provincia de S. Paulo mandou entregar o predio da propriedade de Sant' Anna ao irmão Joaquim, procedendo-se as necessarias dazeas.

A portaria de 6 de Dezembro diz que S. M. I. informando-se com que o Presidente da Provincia de S. Paulo expoz no seu officio de 11 de Novembro do anno passado, que servio de informação ao requerimento do irmão Joaquim Francisco do Livramento, em que pedia

huma consignação pelo subsidio litterario daquela Provincia, para as obras do Seminario de Itú: mando pela Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio, participar ao dito Presidente que recebendo já aquelle Seminario huma consignação annual de 200\$ rs. e não podendo por ora o ortado da Fazenda Publica e do subsidio litterario prestar para esse fim auxilios maiores, he de mais evidente utilidade que se proporciasonem os meios necessarios para restabelecimento do novo Seminario de Santa Anna, como se acha determinado. em beneficio da mocidade da dita Provincia. Pa acio do Rio de Janeiro, em 6 de Dezembro de 1824 Este-
vão Ribeiro de Resende.



Sobre o côrte de madeiras

Ilmo. Exmo. Snr.

Como Deputado da Camara da Ilha de Santa Catharina, nomeado por ella para vir a esta Côrte na honroza Commissão de Congratular a S. Magestade pela sua Exaltacção ao Throno, tendo-o preenchido, e prestado o Juramento de preito e homenagem por parte da Camara e Povos de quem sou representante, tenho a a honra de expôr a V. Exa. o seguinte:

Que o Supp^o tendo sempre dado decessivas provas de bom e grato Vassallo, e somente movido de zello Nacional, querendo ser util ao Estado, vendo em total abandono e relaxação em que se acha a Administração das Reaes Côrtes das Madeiras d'aquelle Capitania, donde Resido á dez annos, pertende representar a S. Magestade o que se segue.

Que comprehendendo a Capitania da dita Ilha, huma extensão de 86 leguas de oeste desde o Rio Sahy que o limita para o Norte, athé o Rio Mambituba que e limita para o Sul, com muitas e excelentes Mattas de donde se podem tirar avoltadas porções de madeira de Construcção para o Real Arcenal desta Côrte, e muito principalmente os navegaveis Rios do Tubarão, Una, Embahu, Cubatão, Maruhy, Tijucas, e o famoso Tajahy, alem da Enseada das Garoupas, Itapocoroya e Rio São Francisco; apenas o Estado annualmente, e ás vezes de dous em dous annos se utiliza de hum simples carregamento de madeiras conduzidas em hum pequeno Bergantim para esta Côrte, quando pelo menos podia carregar cada hum mez hum Bergantim com madeiras de Construcção: foi tal a desgraça

d'aquella Administração, que vindo a dois annos áquella Ilha o Bergantim de S. Magestade denominado o Atrevido para fazer hum pequeno concerto, e carregar de madeiras, alli se demorou hum anno a esperar que as houvessem cortadas.

As causas que produziram aquelle effeito, cessão immediatamente, que se mude de Administração, como passo a ponderar.

O Supplicante não só já foi por S. Magestade encarregado do Corte das Madeiras, mas tambem dos mais objectos que constão do Original Officio junto, mas nada pôde effectuar por motivos que a decencia faz callar; más o Estado e a Nação tendo a felicidade de ter a V. Ex. a testa de tão importante Repartição, motivo este porque o Supplicante se delibéra a propor a V. Ex. os artigos seguintes:

1. — Que o Supplicante se offerece sem ordenado, penção, ou emmolumento algum para ser Intendente das Mattas ou Corte das Madeiras da Capitania da Ilha de S. Catharina, e como tal poder designar as estações, e paragens onde se devão fazer.

2. — Que os Soldados qui alli ficãrão com destino para fazerem este Serviço, deverão receber as ordens do Supplicante em tudo que fôr relativo ao dito Serviço, assim como a Barca Real que alli serve de transporte e seus empregados.

3. — Que a todo e qualquer Miliciano que pelo Supplicante gratuitamente e fôr nomeado para o dito trabalho pelo tempo de oito dias, o Governador lhe dará dois mezes de licença, em cujo tempo não fará serviço algum Militar; e sendo este o principal ponto, se deve observar á risca.

4. — Que o Governador, Intendente de Mar^a., Juiz de Fóra, Junta de Fazenda, e mais autoridades publicas, cada hum em suas respectivas Jurisdicções darão auxi-

lio, e cumprirão as requisições que pelo Supplicante lhe forem dirigidos nem tão pouco poderão tomar conhecimento algum sobre a administração do Snpplente, salvo o que positivamente lhe fôr determinado pela Secretaria do Estado, de quem o Supplicante directamente e receberá as ordens, e fará as competentes participações.

5.—Que as Embarcações que forem aquella Ilha para conduzirem Madeiras, deverão ancorar nas paragens que o Supplicante de accordo com o respectivo Commandante assentarem para melhor commodidade do embarque, e segurança da Embarcação.

Finalmente nomear-lo e authorizado assim o supplicante sem que este e as mais pessoas que se houverem de empregar n'aquelle trabalho fação dispendio algum á Real Fazenda, excepto a dos soldados e ferramentas que alli se achão estabelecidas, e supplicante promete e afiança fornecer o Real Arcenal desta Corte com as madeiras de construção em ta ta abundancia, que causará admiração ver a quanto monta aquelle ramo de riqueza Nacional que se acha em total abandono.

A proposição do Supplicante he verdadeira, e muito interessante à Real Fazenda, sem augmento de despesa alguma.

O Supplicante s'm quer que depois de ter mostrado ao Estado pelo espaço de alguns annos o quanto tem interessado a Real Faz.^a sua Administração, que Sua Magestade o recompense com aquellas Graças que pelos seus serviços se fizer merecedor.

Estes os Sentimentos do Supplicante que tem muita honrra em ser.

de V. Exa.

O mais reverente e humilde criado

Antonio Mendes de Carvalho

Concedido tudo e se passou as ordens.
Por Carta Regia de 15 de Maio de 1818.

Relação dos Socios do Instituto

FUNDADORES

- 1— Affonso Cavalcante do Livramento, Official d'Armada
- 2— Alfredo Pinto de Vasconcellos, Official d'Armada
- 3— Amaro Pessôa, Professor.
- 4— Amos L. Post. Industrial.
- 5— Antonio P. da Silva e Oliveira, Coronel
- 6— Arthur M. de Barros Oliveira Lima, Funccionario Federal.
- 7— Augusto Fausto de Souza, Engenheiro-civil.
- 8— Emilio Gans, Professor
- 9— Feliciano Marques, Guarda-livros.
- 10— Felipe Schmidt, Official do Exercito.
- 11— Francisco T. da Cunha Mello Sobrinho. Magistrado.
- 12— Gustavo Adolpho da Silveira, Funccionario estadual.
- 13— Gustavo Richard, Coronel.
- 14— Hercilio Pedro da Luz, Engenheiro-civil.
- 15— Joaquim Thiago da Fonseca, Magistrado
- 16— José Arthur Boiteux. Advogado.
- 17— Luiz Antonio Ferreira Gualberto, Medico.
- 18— Manoel C. de Arruda Camara. Dezembargador
- 19— Polydoro Olavo de Santiago, Engenheiro civil
- 20— Thomaz Cardoso da Costa, Proprietario.

EFFECTIVOS

- 1— Alfredo Adolpho Goeldner. Engenheiro-civil.
- 2— Antero Francisco de Assis, Magistrado.
- 3— Antonio Lopes de Mesquita, Agrimensor.
- 4— Antonio M. Barroso Pereira. Funccionario estadual.
— Archangelo Ganarini. Sacerdote.
- 6— Aristides Mello, Advogado.
- 7— Bento Machado Portella, Magistrado.
- 8— Carlos Victor Wendhausen, Negociante
- 9— Dorval Melchhiades de Souza, Official d'Armada.
- 10— Eduardo Horn. Negociante
- 11— Emilio Blum, Coronel
- 12— Felisberto E. Bezerra Montenegro, Magistrado.

- 13--Fernando Caldeira de Andrade, Advogado.
- 14--Fernando Machado Vieira, Professor.
- 15--Firmino Theotonio da Costa, Proprietario.
- 16--Francisco Topp, Monsenhor.
- 17--Francisco Xavier de Mattos, Medico.
- 18--Fulvio C. Aducci, Advogado.
- 19--Gustavo Lebon Regis, Official do Exercito.
- 20--Heitor P. da Luz e Silva, Pharmaceutico.
- 21--Henrique Book, Sacerdote.
- 22--Henrique de Almeida Valga, Advogado.
- 23--Henrique Fontes, Professor
- 24--Henrique Rupp Junior, Advogado.
- 25--Horacio Nunes Pires. Funccionario estadual.
- 26--Horacio Serapião de Carvalho, Professor.
- 27--Joaquim David Ferreira Lima, Medico.
- 28--José Bonifacio da Cunha, Medico.
- 29--José Vieira da Rosa, Official do exercito.
- 30--Lucas Alexandre Boiteux, Official d'Armada.
- 31--Manoel dos Santos Lostada, Professor.
- 32--Nereu Ramos, Advogado.
- 33--Orestes Guimarães, Professor
- 34--Pedro M. Trompowsky Taulois, Official do exercito.
- 35--Raulino Adolpho O. Horn, Pharmaceutico.
- 36--Sergio Nolasco d'Oliveiro Paes. Funccionario estadual.
- 37--Vasco de Albuquerque Gama, Magistrado.
- 38--Victor Lapagesse, Official do exercito.
- 39--Vidal José d'Oliveira Ramos, Coronel.

CORRESPONDENTES

- 1--Adelino de Luna Freire, Professor.
- 2--Affonso d'Escragnolle Taunay, Engenheiro civil.
- 3--Alfredo E. da Silva Maia, Engenheiro civil.
- 4--Antoniô Olynto dos Santos Pires, Engenheiro civil.
- 5--Antonio de Toledo Piza. Engenheiro civil.
- 6--Arthur B. de Castilhos, Medico.
- 7--Arthur Deocleciano de Oliveira, Official d'Armada.
- 8--Augusto Vieira Pamplona, Engenheiro civil.
- 9--Barão de Studart, Medico
- 10--Barão Homem de Mel' Professor.
- 11--D. Eduardo Duarte Silva, Bispo.

- 12 --Edgard Schutel, Professor
- 13--Eduardo Justino de Proença, Official d'Armada
- 14--Eliezer R. dos Santos Saraiva, Professor.
- 15--Estanislau Vieira Pamplofna, Official do Exercito.
- 16--Euclides Fausto de Souza, Magistrado.
- 17 --Fausto Augusto Werner, Funcionario Federal.
- 18--Francisco A. de Souza e Mello, Official de Armada.
- 19--Francisco A. P. da Costa Filho. Medico.
- 20- Gercino Sant-Anna Oliveira. Conego.
- 21--Gregario F. de Azevedo, Official do exercito.
- 22--Henrique Boiteux. Official d'Armada.
- 23--João Justino de Proença, Official de Armada.
- 24--João Ladislau Ramos, Engenheiro civil.
- 25--João N. Mamfredo Leite, Conego.
- 26--Joaquim F. de Assis Brazil, Diplomata.
- 27--José Antonio Moniz.
- 28--José Augusto Codeceira.
- 29 --José Leite de Vasconcello, Magistrado.
- 30--José Mariano de Camargo Aranha.
- 31--José Valois de Castro, Conego.
- 32--Jovino Jorge Carvalhal, Medico.
- 33--Julio Alves de Brito, Official d'Armada.
- 34--Lauro Severiano Müller, Official do Exercito.
- 35--Leodgardo H. da Luz, Official d'Armada.
- 36--Luiz Nunes Pires, Funccionario Federal.
- 37--Luiz Pio Duarte Silva, Advogado.
- 38--Manoel dos Passos T. de Mendonça, Pharmaceutico
- 39--Manoel P. de Barros Bittencourt, Magistrado.
- 40--Miguel Antonio Pestana, Official d'Armada.
- 41--Raphael Galanti, Sacerdote.
- 42--Raul E. de Faria Ramos. Oficial d' Armada.
- 43--Reinaldo Machado, Medico.
- 44--Roberto T. Leitão de Almeida, Official do Exercito.
- 45--Sebastião Paraná, Advogado.
- 46--Theophilo Nolasco d' Almeida, Official d'Armada.
- 47--Tito Livio L. d' Oliveira Ramos, Official da Exercito.
- 48--Victorino de Paula Ramos, Engenheiro civil.
- 49- Vergilio dos Reis Varzea, Professor.







981.6005

IN

V. 5

Mrs. Carl G. John Jorgensen, pag. 44

REVISTA TRIMENSAL

-- DO --

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

DE

Santa Catharina

VOLUME V--1916

Assignatura annual . . . 4\$000

Toda a correspondencia deve ser dirigida a sede do
Instituto á rua Alvaro de Carvalho n. 6 (sobrado)



FLORIANOPOLIS

Typ. da Escola de Aprendizes Artífices

1916

THE LIBRARY OF THE

1915

UNIVERSITY OF CHICAGO



REVISTA TRIMENSAL

-- DO --

Instituto Historico e Geographico

DE

SANTA CATHARINA

PUBLICADA SOB OS AUSPICIOS DO GOVERNO DO ESTADO

Commissão de Redacção

Desembargador Manoel C. de Arruda Camara

Manoel dos Santos Lostada

Henrique da Silva Fontes

VOLUME V---1916



FLORIANOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATHARINA



INDICE

	Paginas
<i>Dr. Ismael da Rocha</i> ---Caldas da Imperatriz .	3
<i>Capitão Vieira da Rosa</i> ---Questão de Limites .	12
<i>Henrique Boiteux</i> ---Santa Catharina no Parlamento	20
<i>Lucas A. Boiteux</i> ---Sebastião Caboto	26
Uma carta do Irmão Joaquim	43
<i>Laercio Caldeira</i> ---Voluntarios da Patria	47
Ligeiros traços biographicos de socios fallecidos .	52
Documentos da Archivo do Governo	56
Catharinenses illustres---Conselheiro Manoel da Silva Mafra	67
Regimento que se ha de observar no transporte dos ca- saes das ilhas, etc.	74
<i>José G. dos S. Silva</i> ---Cartas a cerca da provincia de Santa Catharina	80
<i>Dr. Gama Rosa</i> ---O combate da Laguna	102
Relação de todos os socios do Instituto	114



DIRECTORIA

Presidente--Capitão-Tenente Lucas A. Boiteux
1. Vice--Bacharel Henrique da Silva Fontes
2. Vice--Dr. Joaquim David Ferreira Lima
1. Secretario--Professor Fernando Machado Vieira, (reeleito)
2. Secretario--Gustavo Adolpho da Silveira
Orador--Dr. Joaquim Thiago da Fonseca, (reeleito)
Thesoureiro--Major Arthur M. de Barros Oliveira Lima. (reeleito)

COMMISSÃO DA REVISTA

Bacharel Henrique Fontes
Dezembargador Manoel C. de Arruda Camara
Major Manoel dos Santos Lostada

COMMISSÃO DE SYNDICANCIA

Dr. Nereu Ramos
Monsenhor Francisco Topp
Dr. Augusto Fausto de Souza.



REVISTA TRIMENSAL

DO

Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina

VOLUME V

Florianopolis, 1916

1º ao 4º TRIMESTRES

Caldas da Imperatriz

(CALDAS DO CUBATÃO)

Na Provincia de Santa Catharina

Pelo Dr. Ismael da Rocha

A presente memoria tem por fim reunir e coordenar os dados mais interessantes em relação ás vertentes de aguas thermaes situadas na Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, a 6 1/2 leguas de distancia da cidade do Desterro e a 4 1/2 da de S. José, a cujo municipio pertence aquella freguesia. Colligindo antigos e preciosos manuscriptos que jaziam ignorados no Archivo da Secretaria do Governo e na Bibliotheca Publica, percorrendo todos os relatorios da Administração, as collecções dos jornaes da Provincia e outras publicações que me foram obsequiosamente confiados, considero trabalho aproveitavel pôr em ordem esses documentos esparsos, que não se acham ao alcance de todos, e registrar ao lado d'elles algumas considerações suggeridas pela minha observação pessoal, quando ha um mez fui visitar o estabelecimento balneario das Caldas da Imperatriz.

E me parece desnecessario encarecer a utilidade de tentativas como esta, destinadas a generalisar as investigações sobre aguas mineraes de nosso paiz, as quaes, com raras excepções, têm estado até agora no mais completo e censuravel abandono.

Entretanto, poucos paizes possuirão tantas nascentes, que vemos dessiminadas por todas as Provincias, e são iguaes si não superiores ás do velho continente. Como é notorio, até bem poucos annos as aguas mineraes da Europa, com os seus esplendidos estabelecimentos de banhos, eram as unicas indicadas aos doentes pelos nossos medicos, que conheciam apenas de nome as do paiz, e isto mesmo porque os Formularios e dictionarios geographicos as mencionavam, ainda que deficientemente. A necessidade de analyses convenientes que indicassem as suas propriedades e applicações therapeuticas, a falta de melhoramentos e commodidades nas localidades onde eram encontradas, quasi sempre a grandes distancias dos centros populosos e ligadas a estes por estradas na sua maioria intransitaveis, davam lugar a que as fontes limitassem os seus beneficios ás povoações mais visinhas, e justificavam a nenhuma importancia que mereciam aos homens da sciencia.

Só nos ultimos tempos tem-se estabelecido uma certa propaganda a favor das aguas medicinaes do paiz, convergindo quasi exclusivamente a attenção para as da Provincia de Minas Geraes, muito estudadas e analysadas por ordem do Governo, proximas do Rio de Janeiro em virtude das faceis communicações pelas estradas de ferro, e já offerecendo aos que as procuram, alem das virtudes therapeuticas, as commodidades e o bem estar que as tornaram actualmente afamadas no Imperio. São, por certo, estas as mais conhecidas; mas, não podendo servir para todas as affecções morbidas, nem acudir ás necessidades dos doentes espalhados em tão vasto territorio como é o nosso, é preciso, seguindo o bom exemplo estabelecido para as de Minas, que se proceda do mesmo modo com as das outras Provincias, competindo aos medicos chamar a attenção para estas, e publicar a discripção das que tiveram occasião de examinar, como já de algumas têm feito distinctos collegas.

Pela minha parte considero isso um dever, e bem ou mal procuro concorrer para a sua vulgarisação, tendo dirigido por vezes diversas communicações á *União Medica* do Rio de Ja-

neiro, cuja redacção com a maior benevolencia as tem dado á publicidade.

Vê-se, pois, que, compenetrado d'essas ideias, com a maior satisfação me encarrego agora de organizar a serie de manuscritos e impressos sobre as Caldas da Imperatriz, contando desde já com a paciencia dos que se dignarem lêr assumpto tão arido, mas de incontestavel importancia para a nossa terra.

1. PARTE

E' impossivel determinar a época da descoberta das vertentes das aguas thermaes situadas em varios pontos da freguezia do Cubatão. A memoria do Snr. Paulo José Miguel de Brito (o documento mais antigo que consultei, escripta em 1816 e publicada em 1829) diz sob o titulo—Aguas mineraes—que nas visinhanças da margem do Norte do Rio Cubatão se descobrirão, ha alguns annos, nascentes de aguas mineraes-quentes, de que varios individuos enfermos têm uzado com reconhecido proveito; "não sei, accrescenta, que existão outras n'esta Capitania."

Em nota ao trecho diz o escriptor que era necessario analysar-se as qualidades e virtudes d'essas aguas, não lhe constando que a exame algum se tivesse ali procedido. Elle mesmo levou para a Côrte, em 1812, algumas garrafas da agua para esse fim, mas nunca soube o resultado.

Refere entretanto que muitos doentes da divisão de voluntarios Reaes fizeram uso d'ella com reconhecido proveito, quando aqui esteve a mesma divisão. Podemos, portanto, concluir que as fontes, depois divididas em Caldas do Sul e Caldas do Norte, já eram conhecidas nos primeiros annos d'este seculo, e talvez antes d'elle, sendo frequentadas pelos habitantes das circumvisinhanças sempre dispostos a apregoar-lhes as virtudes, e por alguns enfermos vindos de longe para pedir as thermaes milagrosas algum allivio para seus males.

Apresentarei em seguida por ordem chronologica tudo quanto se refere á historia das Caldas do Cubatão; providencias dos Governadores, analyses e estudos feitos por medicos e engenheiros, relatorios da Presidencia e artigos de jornaes, tudo é digno de lêr-se e encerra certo valôr que procuro conservar, ora aqui transcrevendo minuciosamente, ora resumido essas curiosidades historicas, que poderão fatigar o leitor, mas precisam ser publicadas.

1817-1821—Datam de 1817 os primeiros actos dos poderes publicos tendentes a aproveitar as Caldas, até então entregues ao povo ignorante.

O Coronel do 2º Corpo de Cavallaria da divisão de Voluntarios Reaes d'El-Rei, João Vieira Tovar de Albuquerque, que em 1817 tomou posse do cargo de governador de Santa Catharina, attendendo á falta de recursos para os doentes que iam tomar os banhos thermaes, fundou com grandes sacrificios nas Caldas do Sul um hospital com quartos para agasalho dos enfermos que concorriam ás thermaes, "sendo administrador d'estas obras e outras, com actividade, honra e intelligencia, o Capitão Mariano Corrêa Borges. Por Decreto de 18 de Março de 1818, e Avisos de 22 de Outubro do mesmo anno e 30 de Agosto de 1820, foi concedida uma legua de terras em quadro para patrimonio d'aquelle hospital; mas o pagamento dos fóros e laudemios respectivos cahio logo em dezuzo, além d'isso o desmazello de um lado e a maldade de outro tiveram a reprehensivel habilidade de tudo destruir, ao ponto de ser preciso, aos que iam aos banhos, construirem barracas ou choças para se accommodarem" (1); e assim foram os annos se passando, e as aguas ficaram abandonadas.

1833—N' *O Expositor* n. 31 de 13 de Julho d'esse anno foi publicado na cidade do Desterro, o seguinte: Exames das aguas mineraes de Santa Catharina pelo Doutor José Maria da

(1)--Memoria historica da Provincia de Santa Catharina pelo Major Manoel Joaquim d'Almeida Coelho.

Cruz Jobim, lente de medecina legal da Faculdade do Rio de Janeiro.

As aguas—Mineraes—d'esta Provincia ficão situadas na terra firme junto do rio—Cubatão—que desce da Serra do mesmo nome; distão cinco leguas da Villa de S. José, e seis e meia da cidade do Desterro. Existem duas fontes principaes, uma chamada do—Sul—, e outra do—Norte—distantes uma da outra cousa de uma legua pouco mais ou menos: a primeira fica do lado direito do rio, e a segunda do lado esquerdo perto de um braço do dito—Cubatão— chamado rio da—Forquilha junto de cada uma das fontes corre um regato; o do Sul, muito maior que o do Norte, é conhecido pelo nome de—Ribeirão das Aguas Claras;—o do Norte não tem nome. A fonte do Sul nasce a vinte passos da margem esquerda do Ribeirão; ella fica collocada em um valle formado pela serra do—Cubatão— com larga abertura do lado do Nordeste para onde teria excellente vista se o mato virgem não a impedisse. As montanhas que ficão ao Sul tem uma elevação extraordinaria, e estão todas cobertas de mato virgem muito viçoso.

A nascente acha-se abrigada por uma parede debaixo da qual corre a agua com velocidade e com grande abundancia por uma telha que apenas a póde conter; d'aqui passa a um canal de páo, d'onde cahe em um tanque com quatro a cinco palmos de profundidade, abrigado com palhas de coqueiro por cima e dos lados. Em alguma distancia está uma choupana quasi em ruinas, onde achamos uma familia desgraçada que para lá se tinha transportado no dia antecedente afim de vêr se restituia á saude de um de seus membros tolhido de rheumatismo chronico. Disserão-nos que no tempo do Capitão General Tovar—houve aqui grandes accomodações para os doentes, do que não vimos nem vestigios. O caminho que conduz a esta fonte póde-se dizer que é bom, e que a pouco custo seria transitavel por séges; vimos por elle sitios encantadores, diversos estabelecimentos muito agradaveis e sadios, a julgarmos pela robustez de seus ha-

bitantes; os pastos são magníficos, as terras muito férteis, e os habitantes geralmente affáveis e hospitaleiros.

A fonte é o lugar mais remoto a que elles têm chegado para o interior da Provincia.

Propriedades physicas da agua.

“Nós a examinamos no dia 26 de Junho ao meio dia, em tempo claro; a temperatura atmospherica era de 17 grãos, tendo sido ás 7 horas da manhã de 10° (thermometro de Reaumur); a da agua, examinada no lugar do tanque em que ella cahia, era de 32°. Nesta temperatura pode-se beber sem repugnancia, o que não aconteceria á agua artificialmente quente no mesmo grão; depois de fria tem um gosto tão agradável como da melhor agua corrente fresca; nada se lhe nota de extraordinario nem na côr, nem no gosto, nem no cheiro em qualquer temperatura que se examine. Cinco pessoas que nos acompanharão banharão-se todas no tanque, e sentirão grande satisfação.

Propriedade Chimicas.

“O acetato de chumbo dá um precipitado branco, devendo sem duvida á presença de alguma materia vegetal, ou vegeto-animal; o nitrato de prata dá um precipitado branco, que se augmenta com pequena quantidade de—ammonia—, e se dissolve em um excesso d’este alkali, o que indica a presença de um hydrochlorato; o acido-sulfurico, e nitritico desenvolve uma ligeira effervescencia com vapores brancos, e cheiro de chloro, o que ainda confirma a presença do hydro-chlorato; a potassa pura a pertuba ligeiramente, assim como uma ebullicão prolongada, sem que ella se torne sensivelmente alkalina, o que parece devido a uma pequena quantidade de sub-carbonato de magnesia. A tintura de nóz de galha, o hydro-ferro-cyanato de potassa, o acido oxalico, e o oxalato de ammonia, o hydro-chlorato de baryta, e de platina, o phosphato de soda, a agua de cal, e a ammonia não a perturbão. Nós examinamos a acção d’estes reagentes—sobre a agua evaporada, e reduzida a terça parte sem obter melhor resultado. A tintura de curcuma,—e de gyrasol—não mudão de côr. O producto da distillação não per-

turba a agua de cal, e ainda que nos parecêo ter um cheiro ligeiramente ammonical, não muda a côr da tintura de gyrasol. O residuo parecêo-nos um pouco unctuososo ao tacto, e mais turvado. Devemos declarar que os nossos reagentes—eram puros, concentrados, extremamente sensiveis uns sobre os outros.

Os principios que julgamos conter a agua são: Hydrochlorato de soda, e talvez ammonio, sub-carbonato de soda, e magnesia, uma materia-vegetal, ou vegeto-animal. A' vista do que nos referiam os habitantes da Provincia, e do resultado que podemos obter do nosso rapido exame, julgamos dever considerar esta agua como ligeiramente estimulante, tanto pelo seu calôr natural, como pela pequena porporção de saes que contêm. Pela sua acção revulsiva sobre a pelle ella tem sido vantajosa no rheumatismo chronico, e poderá sel-o nas paralyrias, nos catarrhos chronicos, em diversas alterações das visceras abdominaes produzidas ou não pelas febres intermittentes, e nas hydropysias ligeiras. Tomada interiormente julgamos ser diuretica, um pouco estimulante, e estomacal, como tivemos occasião de experimentar em nós mesmos, pois que achando-nos encommodados com arrôtos acidulados depois de jantar, não os sentindo mais com um copo que d'ella bebemos. A do Norte têm as memas propriedades que as do Sul, com a unica differença de as acharmos dous grãos mais frias.

“Ainda que não pudemos achar n'estas aguas abundancia de alguma substancia -- mineral -- que lhes dê grande actividade theurapeutica, nunca diremos que ellas são destituídas de utilidade, não só pelo que ouvimos contar de suas virtudes, como porque é possivel que ellas contenhão principios preciosos que se-
jão inapreciaveis pelos—reagentes chimicos. Nós sabemos que muitas aguas thermaes, parecendo identicas ao chimico, são contudo muito differentes pelas suas virtudes, e que aquellas em que se tem podido determinar os principios existentes, e as suas porporções nunca podem ser exactamente imitadas pela arte, o que prova que n'ellas existem muitos principios que as tornão summa-

mente vantajosas na sua applicação á Medicina, e que não podem ser reconhecidos.

E se no ar atmospherico existem as vezes miasmas absolutamente inapreciaveis, que tem tanta influencia sobre a vida, porque não existirão tambem na agua, que é o maior dissolvente da natureza, substancias desconhecidas que lhe dêem grande força therapeutica? Por todas estas considerações julgamos que as aguas mineraes d'esta Provincia são dignas de alguma attenção do Governo; que não seria sem proveito publico mandar-se construir nas do Sul uma casa com accomodações para seis ou oito pessoas, pondo-se á testa do estabelecimento algum individuo intelligente que vigiasse os seus effeitos debaixo das vistas de algum Professor habil d'esta cidade.

Passou por esta Provincia um estrangeiro, que disse ter analysado estas aguas, do que dêem uma nota ao Exm. Presidente o Snr. Nunes, que nos fez o favor de nol-a communicar. Segundo este viajante ellas contêm em 20 litros o seguinte:—Acido carbonico 80 poleg. cub. Não duvidamos que contenhão ligeira porção d'este gaz porque elle se acha em quasi todas as aguas mineraes, mas não o percebemos n'agua distillada misturada com a agua de cal; devemos, porem, declarar que o alambique de que nos pudemos aproveitar para esta distillação era de folha, e porisso pouco proprio.—Acido sulfydrico 160 polegadas cubicas.—Julgamos que o viajante se enganou completamente, porque é impossivel que o cheiro não indicasse a presença de uma substancia tão sensivel ao olfato, e que os sáes de chumbo não dessem um precipitado negro, nem sobre a agua, nem sobre o producto da distillação. Hydro-chlorato de magnezia seis grãos. Pode ser; nós apenas desconfiamos a presença da magnezia. Hydro-chlorato de sódá 8 grãos.—De certo contem. Carbonato de soda 10 grãos.—Não o duvidamos.—Muriato de soda 10 e meio grãos—O Muriato não é o mesmo que o hydro-cholorato? E' só proprio de um charlatão apresentar como cousa differente com nome diverso que é o mesmo.—Sulfato de magnezia 18 grãos—E' falso, não contem nem um a-

tomo de sulfato, porque o hydro-chlorato de baryta de maneira alguma precipita; demais o Sulfato de magnezia não pôde existir no mesmo liquido com o carbonato de soda, porque decompõem-se mutuamente."

1835 — Pela Lei d'Assembléa provincial n. 16 de 12 de Maio de 1835. sancionado pelo Presidente Feliciano Nunes Pires, foi determinado que aquellas terras do patrimonio, de que já nos occupamos, ficassem a cargo da Administração da Camara Municipal de S. José, que arrecadaria os fóros vencidos e os laudemios e faria construir nas Caldas do Sul e nas do Norte uma casa com dez alcovas, pelo menos, para commodo dos enfermos, pagando estes uma pensão de 200 reis diarios pela alcova. A Camara faria um regulamento apropriado para o serviço e direcção do Hospital, ficando ao seu cargo os reparos, acrescentamentos e conservação do edificio. Não tendo-se depois d'isso demorado sinão alguns mezes na administração o referido Presidente, esta lei nenhum effeito produzio, e a Camara de S. José nunca tratou de pol-a em execução.

(Continúa)



Questão de limites

O Excellentíssimo Sr. Coronel Governador do Estado, na sua mensagem, refere-se á questão de limites com o Rio Grande do Sul.

Santa Catharina ainda não tem resolvida a questão com o Paraná, ou por outra, tem-na resolvido e com ganho de causa para si, porém não entrou na sua posse, mas pela feição que as coisas tomaram, não parece duvidosa essa posse, mesmo num futuro remoto.

Surge agora a duvida do Rio Grande sobre o nosso território extremo meridional, e isso por um lamentavel engano na nossa carta geographica, que creou um rio Sertão, com as nascentes na Serrania Geral.

Abordando esse assumpto, é nosso fim exclusivo esclarecer a questão, orientando a opinião.

Não somos nem geographo nem engenheiro e, decerto, a falta de um Dr. antes do nosso nome, terá desmerecido ou desvalorizado os trabalhos de campo, executados no Sul por conta da commissão que chefiamos e a pedido do benemerito Vidal Ramos, que desejou saber o que de verdadeiro ha sobre o rio Mambituba.

No Pontal, á margem esquerda, determinamos a posição geographica, com a precisão que é possivel obter num serviço da natureza do que estantos encarregados.

Empregando um excellente sextante de Hurlimann, no pé, com horisonte de mercurio, obtivemos o seguinte:

Latitude meridional: $29^{\circ} 17' 33'' 98$.

Longitude Oéste do Rio: $6^{\circ} 11' 23'' 54$.

A latitude por nós obtida em duas observações differia da do illustre Almirante von Hoonholtz em 33 segundos de arco e mais 98 centesimos, ou, redusindo a metros, mil e dezenove metros, dando para o valor de um grau, na latitude de 29° , cento e dez mil oitocentos e vinte nove metros, ou sejam 1847 metros para o valor de um minuto de arco, 30 metros para o valor de um segundo e trinta centimetros para o de um centesimo.

Costumamos attribuir a nós mesmos os erros, quando da comparação de um trabalho nosso com o de um homem de valor scientifico do Almirante Teffé, resulta alguma differença. No caso presente, porém, parece natural que attribuamos a um phenomeno muito vulgar no nosso littoral: a mudança continua da barra dos rios que vão directamente ao Oceano.

Mambituba, Mampituba ou ainda Mandituba, como o Uruganga e o Araranguá, são rios que mudam continuamente de fóz, que ora se dirige ao Norte, ora corre para o Sul.

Quem já observou as costas do sul do Estado, deve ter notado que as dunas crescem ou diminuem de altura ao sabôr das ventanias. As areias, levadas pelos ventos, têm formado grandes extensões de terreno eolico, chegando mesmo a obliterar morros e soterrar mattas, como vemos no Araranguá, junto aos Conventos, onde já attingia a mais de 775 metros, galgando por sobre aquelle curioso massiço de arenito triassico (?)

O rio que devia desaguar normalmente á linha littoral, inflecte para um ou outro quadrante, chegando, ás vezes, a deslizar num angulo agudissimo, formado pela direcção que leva a linha da praia.

Os ventos que mais açoitam a costa meridional são o NE. e o SE.

Até Santa Martha, todos o sabem, as nossas praias, apertadas sempre entre dois promontorios, não são muito extensas e a costa tem conservado mais ou menos o rumo geral N.-S. De Santa Martha para o S. porém, as praias enormes, ou antes, a grandissima praia apparece, inflectindo para S O. o que faz com que as nossas terras littorae do S. ganhem muito em graus de longitude.

As nordestias estivaes, que demoram a soprar muitos dias, varrem as areias da margem esquerda para a direita, enfraquecendo aquella e reforçando esta, de modo que o rio, se alguma enxurrada sobrevem, encontrando o caminho assim preparado, rompe sempre ao N. como fez o Araranguá em outros tempos, e como está ainda hoje a fazer o Mambituba, que possui na sua direita alguns kilometros quadrados de alvas dunas e na esquerda terras baixas e banhadas, com excepção do Passo das Torres, onde os comoros se collocaram em amphitheatro, respeitando a margem do rio, onde se ergue algumas casas de pescadores.

A villa de S. Domingos das Torres está quasi a desaparecer pela invasão dessas areias tocadas pelo N E.

O nosso levantamento teve, pois, inicio na barra do rio, pela margem direita, visto ser inacessivel a esquerda.

No passo da Balsa ou das Torres, passamos para o lado catharinense e desse ponto nos dirigimos sempre para o montante.

A 3084 metros encontramos o lugar denominado Curralinhos, ponto de bifurcação da estrada que vem do Araranguá, pelo campo, passando por Morretes, com a que margeia o Mambituba.

A contar da fóz o rio mede até esse ponto 7988 metros.

Com mais 1794 metros attingimos a Sanga da Madeira, sinuosa e profunda, que communica as aguas das lagôas do Som-

brio e Caverá com as do Mambituba, servindo tambem de escoadoiro para os productos do segundo districto Araranguaense, que abastece a villa de Torres.

Da Sanga da Madeira, com mais 2887 metros, chegamos ao Passo do José Ignacio; com 5900 passamos pela confluencia do Sertão e com 8260 alcançamos a Freguezia do Passo do Sertão séde do 2º districto de paz do Araranguá.

A 50615 depara-se com uma praia de pedras roladas, á margem do Mambituba, ponto em que esse rio, dá o furo a que os moradores chamam rio das Canôas ou Sertão, e que vai ao proprio Mambituba, á jusante da freguezia.

O arroio Malacara, que corre da esquerda, desagua a 52811 metros da fóz do rio; a 57115 faz barra o Molha Côco; a 58706 atravessamos o Pintado na sua barra e a 62200 atravessamos o Verde ou Mambituba para a margem Rio Grandense, na estrada que se prolonga com a margem direita do rio e vai até o littoral. Levantamos 84 kilometros até a Serra Geral, tendo notado que o Mambituba só recebe pela margem direita o arroio do Jundiá, não merecendo menção as sangas e córregos que ali existem.

—

Passemos agora um rapido olhar sobre o terreno ribeirinho.

Até Curralinho os terrenos que formam o campo são arenosos, seccos em alguns pontos e arenosos banhados em outros. A sua ondulação mostra a origem eolica, areias outr'ora sopradas para ali, onde com o correr dos seculos tornou-se capaz de permittir uma vegetação de gramineas, butiás, nos logares seccos, gerivás e decotyledoneos nos humidos.

Ao chegar-se, porém, á margem do Mambituba, (que tem este nome até a confluencia do Sertão, sendo Rio da Gloria desse ponto até a Praia Grande e Rio Verde desse lugar até as suas cabeceiras nos Campos dos Josaphats, no municipio de S.

Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul), encontramos com um terreno argiloso, que se estende até a confluencia do Sertão, onde reaparece o terreno arenoso.

Esse terreno argiloso pertence á erosão das rochas do Morro Silveiras, últimos que apparecem na varzea Araranguáense, e que parecem ter a mesma formação dos Conventos, Morro do Soares e os da Villa.

Transpõe-se o Sertão numa solida ponte de madeira e entra-se num terreno ora arenoso ora solido até os Goularts. Dahi para o montante as terras são sempre de argillas, areia e seixos, misturados, e assim vão até aos confins.

A 50.615 metros da fóz, como ja dissemos, o Mambituba divide-se em dous braços: o que recebe o nome de Sertão ou Rio das Canôas, e o que vai sempre com o nome de Mambituba.

Esses dois braços formam a ilha Timbó-peba, notavel pela fertilidade de seu solo.

E' preciso notar, porém, que nas estiagens a communicação do Mambituba com o corixo está em secco, passando as aguas por baixo das pedras, formando itararé.

Quem caminha pela estrada que parte da serra do Fachinal pelo cemiterio, atravessa o Sertão, já bastante correntoso, porém muito proximo do Mambituba, o que indica uma communicação franca entre os dois.

Os tres arroios que vêm ao Sertão pela margem esquerda, o Dois Irmãos, o Sanga da Areia e o Sanga d'Anta, desaguardam muito abaixo do ponto em que o Sertão é vadeado, de modo que não recebendo aquelle corixo mais nenhum rio importante, sómente ás aguas do Mambituba deve as suas proprias.

Isso quer dizer que Sertão e Mambituba, Gloria e Verde, são todos o mesmo rio.

Na Gloria começam as corredeiras, de pequenissimos declives, formadas por uma variedade enorme de pequenos seixos de diabase, basalto, arenitos diversos, ardósias, zeolitos e cristal de rocha, trazidos da Serrania Geral, que desse material é constituida. Naturalmente todo aquelle terreno aravel que vemos em camadas horizontaes provêm da mesma Serrania, terreno cuja fertilidade é proverbial e acceitando qualquer cultura.

Os seixos, á proporção que avançamos para as cabeceiras vão, por uma lei natural, augmentando de diametro e a breve espaço já o leito do Mambituba—Gloria—Verde é forrado de pesados blocos, cuja inercia indica que ali fica o limite de sua perigrinação; indica mais: que o declive é pequeno em relação ao seu peso e que o poder de transporte das aguas é nullo. Elle varia, como sabemos, com a sexta potencia da velocidade.

Até a fóz do Molha Côco ou Rio do Fachinal, o Mambituba conserva a direcção geral de Léste-Oéste, mas naquella confluencia inflecte para Suéste, apertado entre a serra matriz e um seu contraforte que, desprendendo-se dos Campos dos Josaphats, desce pela margem direita, formando um angulo bem agudo e com um comprimento superior a quarenta kilometros. Já na serra da Pedra Branca, ultima subida de Santa Catharina para o Rio Grande, o nosso Estado tem apenas a largura de tres kilometros.

Desse ponto até as cabeceiras o Mambituba tem 15 kilometros e torna-se cada vez mais apertado o valle, que em alguns pontos se transforma em verdadeiro cañon.

As mattas, que sombreiam as margens do Mambituba-Gloria-Verde, são de caracter subtropical. Nos enormes vegetaes que observamos enrolam-se os variados cipós, e as bromelias diversas ostentam suas flôres e fructos.

Os habitantes da margem direita, a quem se pergunte: a que Estado pertencem?—respondem invariavelmente ao de Santa Catharina.

Citamos esse facto em apôio do que affirmamos: que os limites de Santa Catharina com o Rio Grande do Sul são marcados exclusivamente pelo Rio Mambituba.

Este rio, como já dissemos, recebe tres nomes differentes: Mambituba, Mampituba e Mandituba (parecendo ser este ultimo o mais accetivel pelo facto de ter existido abundancia de mandys ali naquellas aguas). Tem este nome até receber o corixo ou furo Sertão ou Canôas. Dessa conffluencia até a Praia Grande, e isso porque corresponde á freguezia rio-grandense da Gloria. na margem direita do rio, tem o nome do Rio da Gloria. Dahi para o montante é Rio Verde, nome aliás justificado plenamente pela côr que apresenta a agua devido ao limo do fundo.

A carta reduzida do Estado, mandada editar pelo illustre Coronel Richard, é uma copia da que foi desenhada pelo notavel desenhista Krohberg, com os valiosos subsidios fornecidos pelo distincto e prestimoso Odebrecht, competentissimo profissional, e por solicitação do então governador Dr. Hercilio Luz, que além de outros melhoramentos dotou o Estado com uma carta Chorographica, que tem servido de base para servicos importantes.

Em tempo declaremos, porém, que a primasia da construcção de uma carta do Estado se deve ao saudoso e distincto engenheiro civil Dr. Pedro Luiz Taulois, que a desenhou na escala de 1 para 500 mil.

Estamos certos que, se ao tempo em que foi ordenado a confecção do mappa do Estado, o illustre dr. Hercilio conhecesse o trabalho do Dr. Taulois, tel-o-ia decerto adoptado.

Voltando agora á carta reduzida, diremos que o desenhista errou em differentes pontos, mudando rios a seu sabôr, de uma bacia para outra.

No caso do Sertão, porém, o erro tem sido de quasi todos, e até o inesquecivel Silva Mafra confunde-o com nm rio especial.

O Sertão é, de facto, o proprio Mambituba, pois que não passa de um desvio formando uma ilha.

Parece que o erro commettido deu logar á pretensão do Rio Grande do Sul, que tambem com relação ao Mambituba anda como andavamos nós, sem saber qual o rio principal.

O que mais pesa na balança, porém, é a descida relativamente facil que ha pela serra do Fachinal, a importancia commercial do segundo Districto Araranguáense, onde veem ter tropas de quasi toda a Região Serrana riograndense e catharinense, em busca dos generos de lavoira que ali são abundantes e por baixo preço.

Além de tudo, foi transportada para Torres a estação balnearia que se fazia na Cidreira, sendo numerosissimas as pessoas que veem áquella villa no verão.

Quando fizemos o levantamento daquella zona encontramos alguns senhores, com os quaes conversamos. SS^{as}. eram do Rio Grande, e fallando sobre a questão, disseram-me francamente que só pretendiam aquelle terreno com aquelles limites porque precisavam de uma boa serra.

Bem se vê que esse augmento não pode prevalecer; entretanto, apesar dos pesares, suppomos que com ignorancia dos factos pelo governo do Rio Grande, a gente de Torres tem mettido as manguinhas de fóra, como costuma dizer o povo, chegando mesmo a pretender a qualificação de eleitores, a fazer casamentos, etc., no nosso territorio.

Talvez, tambem, que não seja estranho a isso um certo movimento que se operou no Araranguá, em favor do Rio Grande, ao qual se queria annexar o nosso municipio. Chegaram mesmo a ser festejados, em Torres, pelo superintendente Pacheco, os que lá foram assignar uma ridicula acta.

Temos certeza de que examinada a questão devidamente, nenhum perigo resultará para nós: mas... exclamemos com o povo: olho vivo !...

Capitão V. da Rosa

Santa Catharina no Parlamento

Padre Lourenço Rodrigues de Andrade

Em consequencia do aviso régio de 23 de Março de 1821 foi jurada, em Santa Catharina, a Constituição tal qual a fizessem as Côrtes de Portugal, como tinha sido jurada no Rio de Janeiro a 26 de Fevereiro.

Na falta de regulamento para a eleição dos representantes foram expedidas a 7 de Março as instrucções pelas quaes se deveriam reger os governadores.

Para representante de Santa Catharina foi escolhido o padre Lourenço Rodrigues de Andrade, parochio da freguezia de Santo Antonio das Necessidades, e para seu substituto o major José da Silva Mafra, commandante da fortaleza de Santa Cruz do Anhato-mirim.

Ambos de familias abastadas, distinctos pelo saber e cheios de patriotismo. A 23 de Julho do mesmo anno embarcaram-se na villa do Desterro para a de S. Miguel os eleitos, passando dahi para a fortaleza de Santa Cruz, donde seguiram a 28 para o Rio de Janeiro e depois para Lisbôa.

"Em 19 de novembro—diz Gomes de Carvalho n' *Os deputados brasileiros*—ajuntou-se á bancada americana o padre Lourenço Rodrigues de Andrade, de Santa Catharina. O deputado da provincia pacifica e ponderada, a qual não desperata o interesse dramatico da Historia com os seus negocios domesticos senão pelos commettimentos de extranhos, apresentou-se ás Côrtes com simplicidade de rustico. Não passou pela mente do candido varão que alguem pudesse arrogar nome e titulo

que lhe não pertencessem. D'ahi a necessidade para a commissão de poderes de acceitar em testemunho da identidade do desmalicioso catharinense provas que não previra a lei eleitoral».

Tão intenso era no padre Lourenço o sentimento patrio que, como um protesto mudo ao execrando alvará de d. Maria, que mandou confiscar todos os teares existentes no Brazil para que nesta colonia não se fabricassem tecidos finos de algodão e linho, permittindo unicamente os grosseiros para os negros, costumava elle trajar-se unicamente com os fabricados em sua terra, onde graças ás boas informações do benemerito governador Pereira Pinto, foram conservados os teares existentes. Em Lisbôa, apresentou-se ás Côrtes com os mesmos trajes; e impassivel ás chocarrices dos collegas portuguezes, continuava o *brazileiro* o seu protesto.

Em Agosto de 1822, chegou á Lisbôa a fatal noticia para Portugal de ter D. Pedro, então principe regente do Reino do Brazil, convocado, por decreto de 3 de Junho d'aquelle anno, Côrtes geraes e constituintes, para se reunirem no Rio de Janeiro.

Recebida tal noticia, os deputados da provincia de S. Paulo apresentaram uma indicação na qual, — visto estarem as provincias de S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas Geraes, Santa Catharina e Rio Grande do Sul e outras em perfeita união com o Principe Real e em dissidencia com Portugal e que o Principe Real já tinha convocado Côrtes geraes e constituintes no Rio de Janeiro, o que implicava soberania separada, — propunham que se declarassem nullas as representações das provincias que haviam adherido ao governo de S. A. Real.

O parecer dado á indicação, energicamente combatido pelos deputados brazileiros, foi que sempre se tem entendido que ha governos de provincias dissidentes e rebeldes, mas nunca disserão, nem entenderão que se estendessem essas qualificações ás mesmas provincias; sendo isto assim não se podem declarar nullas as representações, porque estas referem-se aos povos e não

aos governos; assim são os Srs. Deputados do Brasil obrigados em consequencia a não deixarem o Congresso emquanto as suas provincias não mostrarem por factos que se querem separar de Portugal, só então se póde dizer que cessam esses funcções; antes disto nem elles podem separar-se do Congresso nem o Congresso os póde separar de si. E como agora acontece que de Portugal e do Rio tem ido ordem ás differentes provincias para a convocação de diversas Côrtes, entende a commissão que esta é a occasião mais opportuna para os povos expressarem a sua vontade, e que se elles nomearem deputados para as Côrtes do Brazil, desligados ficam por este factos Srs. Deputados das provincias, que fizerem taes nomeações para contiuaem a residir neste Congresso.

Como era de esperar foi o parecer approved.

Prevalecendo-se os deputados pela Bahia da doutrina expendida pela commissão e approveda pelo Congresso, fundados em uma representação vinda de sua provincia, fundamentaram poucos dias depois uma outra indicação — dizendo que nos documentos recebidos estava evidentemente manifestada a vontade dos povos por elles representados, consentindo sua dissidencia de Portugal, em taes circumstancias declaravam ante o Congresso e o mundo inteiro: 1°. que não podiam continuar no exercicio dos poderes, que lhes tinham sido commettidos, por contrariar tal exercicio a vontade de seus constituintes; 2°. que por essa mesma razão não se julgavam authorisados para assignarem a Constituição, que o Congresso acabava de approved.

Em longo parecer occupou-se a commissão de constituição dessa indicação e. depois de enxergar á falta de authenticidade nos documentos, collocou a questão nas mesmas circumstancias da promovida pela deputação de S. Paulo.

O odio contra o Brazil teve então o seu auge no Congresso portuguez.

Proppôz o deputado por Traz os Montes, Manoel Gon-

galves Pereira, que o decreto de 3 de Janeiro, que convocava Côrtes constituintes no Brazil, fôsse declarado rebelde.

Approximava-se o dia do juramento da Constituição e sempre no intuito de fazer com que o Congresso reconhecesse a separação das provincias que tinham mandado representantes ás Côrtes constituintes do Rio de Janeiro, os deputados de Pernambuco e de Santa Catharina, apoiados na decisão tomada pelo Congresso sobre a moção apresentada pelos deputados paulistas, fundamentaram a seguinte indicação:

«Havendo o soberano Congresso approved o parecer da comissão de constituição sobre uma indicação de alguns Srs. deputados do Brazil em que propunham se lhes dessem por acabadas suas funcções, manifestando a vontade d'aquelles povos: os deputados abaixo assignados, fundados nos mesmos principios propõem, que não podendo agora assignar a Constituição, se lhes defira este acto para o mesmo tempo que o soberano Congresso julge ser aquelle de se conhecer a vontade dos mencionados povos. Lisbôa, 18 de Dezembro de 1822. — *Ignacio Pinto de Almeida e Castro — Pedro de Araujo Lima — João Ferreira da Silva — Antonio José Mei a — Manoel Zeferino dos Santos — José Mariano de Alencar — Francisco Xavier Monteiro da França — Manoel Felix de Veras — Domingos Malaquias de Aguiar — Pires Ferreira — Felix José Tavares Lyra — Francisco Vilela Barbosa — José da Costa Cirne — Francisco de Assis Barbosa — Lourenço Rodrigues de Andrade — Miguel de Souza Borges Leal.*»

Tal indicação, que obrigava a maioria a votar coherentemente com o deliberado anteriormente, provocou tal inquietação que o Congresso não mandou ouvir a comissão de constituição; acceitando porém a proposta, ordenou que tanto ella como o projecto, formulado pela dita comissão, annullando o decreto de 3 de Junho, fôsem discutidos conjunctamente com a indicação dos deputados da Bahia.

Durante trez dias consecutivos tiverão os deputados bra-

zileiros de bem alto defender a dignidade de sua patria, sustentando com vigor e decisão os interesses do Paiz.

Foi approvedo, como era de esperar, não só o parecer como o projecto da commissão de constituição. Para os vencidos, porém, foi um triumpho.

Logo que foi sancionado o decreto approvedo, os deputados brasileiros, cujos sentimentos politicos estavam conformes com quanto se passava em quasi todas as provincias do Brazil, tomarão a resolução de não comparecer, com a assiduidade costumada, ás sessões do Congresso.

Entre os deputados brasileiros, visto serem desattendidas as suas propostas para que se declarassem nullas as suas representações, estabeleceram-se duas correntes de opiniões: uma, que se deveriam retirar immediatamente de Portugal sem a menor consideração ao Congresso, nem ao governo; e outra, que essa retirada tivesse lugar depois de terem conseguido que o Congresso declarasse nullas as representações do Brazil, reconhecendo assim a sua separação de Portugal.

Os da primeira opinião foram os deputados por S. Paulo, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Diogo Antonio Feijó, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e Antonio Manoel da Silva Bueno; e pela Bahia, Cypriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes e José Muniz Coutinho, os quaez, no mez de Outubro, sem que tivessem jurado a constituição, se retiraram para Inglaterra, e dali para o Brazil, sem attenção quer ao Congresso, quer ao governo.

Abertas as sessões do Congresso em Novembro seguinte, depois de encerradas em Outubro após o juramento da Constituição, continuaram os deputados brasileiros, com limitadas excepções, a não comparecer ás sessões, exigindo que se declarassem terminadas as suas funcções parlamentares, por estarem dissidentes os povos que representavam.

Em Março do anno seguinte o deputado pela ilha da Madeira apresentou um projecto, propondo a separação e indepen-

cia das provincias brasileiras, com excepção do Maranhão e Pará; projecto este que foi regeitado. Sobre elle os deputados brasileiros presentes não se manifestaram.

Foi esta a ultima discussão relativa ao Brazil, que teve lugar no Congresso portuguez, o qual no mesmo mez de Março suspendeu suas sessões: e em Maio seguinte foi dissolvido, por ter cessado o governo representativo de Portugal.

Regressou o P. Lourenço á Santa Catharina a 26 de Junho de 1823. Escolhido em 22 de Janeiro de 1826, pelo primeiro Imperador, Senador por sua provincia natal, tomou assento a 5 de Maio do mesmo anno.

Falleceu a 10 de Abril de 1844.

Henrique Boiteux



Sebastião Caboto

(NOTAS HISTORICAS)

A data de 2 de Abril de 1916 marcou o 390° anniversario da partida de Sanlúcar, na Hespanha, da expedição naval chefiada pelo veneziano Sebastião Caboto, a quem a nossa pinturesca ilha deve o nome de «Santa Catharina».

Aproveito, pois, a oportunidade para, em traços geraes, dizer algo da sua vida accidentada e de seus conhecimentos tão discutidos, como tambem para clarear certas duvidas encontradas em nossa historia. A fonte principal em que me abeberei foi o moderno e precioso trabalho do historiador chileno José Toribio Medina, o mais completo que até hoje se tem publicado sobre o ambicioso navegador.

I

Filho do celebre nauta João Caboto, cidadão veneziano, mas de origem genoveza, veio á luz Sebastião em Veneza — a perola do Adriatico — pelos annos de 1479.

Ao que sabemos, teve elle dous irmãos: Luiz, o mais velho, e Santo, o terço.

Devido a revézes de fortuna transferiu João Caboto sua residencia para a Inglaterra (1495), onde Henrique VII, sabedor dos seus conhecimentos nauticos, o aproveitou em varias viagens de descobrimentos.

Sebastião acompanhou o pae á Gran-Bretanha; mas, como está plenamente comprovado, não tomou parte em nenhuma daquellas emprezas maritimas. Dedicou-se, entretanto,

a estudos astronomicos e, especialmente, cartographicos, arte em que se tornou perito, tanto assim que, em 1511, fornecia a el-rei da Inglaterra um mappa de Gascuña e Guyena por 20 schillings. Quanto ao seu saber nautico tinha o grave defeito de pavonear-se com os conhecimentos paternos.

Em 1512 acompanhou Sebastião Caboto, ignoramos no desempenho de que cargo, um corpo de exercito que a Inglaterra enviára á Hespanha para auxilial-a contra a França. Tendo sabido da sua presença na peninsula e conhecedor da fama que gosavam os Caboto, como cosmographos e navegadores, apressou-se el-rei d. Fernando em mandar ao seu encontro, á cidade de Burgos, um dos seus secretarios e o bispo de Palencia, afim de lhe pedirem uma conferencia.

Teve ella por objecto a navegação das Indias e das ilhas dos Bacalhaus e, sobre a sua entrada para o serviço hespanhol. Fazendo-se necessaria uma licença para Sebastião Caboto afastar-se da commissão que desempenhava, afim de tratar pessoalmente com d. Fernando, este apressou-se em obtel-a.

A 20 de Outubro do mesmo anno era Sebastião Caboto admittido ao serviço da Hespanha como «Capitão das coisas de mar», percebendo a paga annual de 50.000 maravedis.

Como fôsse casado na Inglaterra, onde tinha mulher e filha, obteve logo permissão para ir até lá regularisar os seus negocios e trazer a familia.

Em Março de 1514 já se achava de volta á peninsula, porém, viuvo. Em fins desse anno esteve presente á uma reunião de pilotos em que se tratou de varios assumptos nauticos.

A 5 de Fevereiro de 1518 Carlos V nomeou-o «Piloto-mór», dando-lhe, além do soldo, mais 25.000 maravedis como ajuda de custo e a 26 de Setembro de 1520 foi-lhe passado attestado de confiança e pericia.

Algum tempo depois recebeu Caboto propostas inglezas para chefiar uma expedição.

Ambicioso que se mostrava, para a Gran-Bretanha partiu mas, afinal, não alcançou realizar o projecto. Volveu, então, as suas longas vistas para a terra natal—Veneza.

Alardeando grandes conhecimentos nauticos, despachou um emissario secreto ao Conselho dos Dez a informal-o do seu desejo de para lá partir e revelar um segredo do qual dependia a futura grandeza da Republica. A sua intriga não surtiu o desejado effeito. Diante disso voltou á Hespanha, conseguindo ainda augmento de soldada.

Entre 1522 e 23 contrahiui segundas nupcias com Catharina Medrano, viuva de um Pedro Barba, emãe de uma menina. Trouxe-lhe a mulher um dote de 100.000 maravedis, juntamente com um genio auctoritario, bulhento e iracundo, a que elle, afinal, submetteu-se gostosa e passivamente, representando por isso varios papeis ridiculos. Caboto, ao que parece, era desses homens que, no recesso do lar, soffrem horrores da cara-metade, mas que, fóra delle, num desabafo violento, descarregam a atribilis accumulada contra seus mansos subordinados.

Em 1524 reuniu-se em Badajoz uma junta afim de discutirem-se quaes os melhores limites a traçar entre as raias das possessões portuguezas e castelhanas. Caboto nella tomou parte e deu, tambem, o seu parecer, que não estave, afinal, muito de accordo com os conhecimentos nauticos e cartographicos que constantemente ostentava.

Diogo Garcia de Moguer, com franqueza rude, assim se manifestava sobre os conhecimentos do nosso biographado: — «Sebastião Caboto não era marinheiro nem sabia navegar.... e esta navegação (da Africa até a America) não soube tomar S. Caboto com toda a sua *estrutugia*; tomou-a contraria, como homem que não sabia nada».

Pouco depois da reunião da citada junta começou elle a projectar uma expedição, attrahido pela ambição de riquezas, mas sem se animar a expôr os seus projectos a^o el-rei. Sabia el-

le das grandes difficuldades que se apresentavam ás viagens para as Molucas pelo estreito de Magalhães.

A côrte castelhana manifestava desde muito grande empenho em encontrar-se uma passagem para as regiões orientaes, pois, desde Colombo, vinha a crença da sua existencia.

Com o pronunciado intuito de alcançal-a se haviam ditado, em 1512, varias disposições. As viagens de Solis, Magalhães, Estevam Gomes, Jofre de Loaiza, vinham excitando a imaginação de Caboto. Julgava elle, e com razão, da existencia de ilhas ainda desconhecidas nas cercanias das Molucas e acceitava, igualmente, a possibilidade de encontrar-se um novo caminho para ellas, differente do seguido por Magalhães.

Sonhando com a realisação desses projectos e ambicionando riquezas, fez um contracto com Francisco de Lizauz, no qual se «continha que pedia lhe fôsse dada licença para fazer certa armada para ir com ella a certas terras e ilhas, na qual do mesmo modo devia ir o dito Francisco de Lizauz, e que embora só fôsse um delles, gozassem ambos igualmente do proveito que nella se tirasse, porque ambos tinham que vêr com o despacho da dita armada e empenhar nella suas pessôas e dinheiros» (Medina, vol. 1. pg. 59).

Afinal, graças ou não á influencia de seu socio, conseguiu Caboto celebrar com Carlos V—a 4 de Março de 1522, a tão suspirada capitulação. Offercia-se elle a ir com tres ou mais navios (no maximo seis) pelo estreito de Magalhães em demanda das terras de Maluco e outras ilhas e terras de Tarsis, Ophir, Catayo oriental e Cipango ou a qualquer dellas que encontrasse, carregar ouro, prata, pedras preciosas, sedas, drogas e outras mercadorias de valor. Obrigava-se elle a armar, guarnecer, apparelhar e artilhar os navios e abastecer-os por dois annos para 150 pessôas. Carlos V. por seu lado, entraria com 4.000 ducados de ouro, quantia que se calculava bastante para a compra de tres navios armados e apparelhados: com isso seria considerado armador, percebendo a quota estabelecida.

A armada devia ser constituída em Sevilha, levar offici-

aes reaes e um representante dos armadores para a fiscalisação, e estar prompta de fins de Março a meados de Setembro de 1525. Os seus armadores poderiam ser estrangeiros, como trinta dos tripulantes, contanto que não fôsem estes francezes, devindo ao estado de guerra entre a França e Castella. A armada não devia tocar em portos de possessões portuguezas. Caboto foi nomeado capitão general da armada em attenção aos seus serviços, habilidade e aptidões de sua pessoa, com cem mil maravedis de soldo annual, desde o dia da partida até o regresso, além dos vencimentos correspondentes ao de capitão e piloto-mór. Além disso obteve mais 200 ducados ouro pelos seus trabalhos com a armada. No mesmo dia em que foi assignada a capitulação começou el-rei a fazer, generosamente, innumerass concessões a Caboto e aos officiaes e maruja que fôsem na armada.

A 9 de Março do mesmo anno Sebastião Caboto prestou juramento e fez preito e homenagem em Madrid, nas mãos do secretario Juan de Samano, como fidalgo, que guardaria e cumpriria todo o contido na capitulação e as instrucções reaes que lhe fôsem dadas, compromettendo sua pessoa e todos os bens que possuisse ou viesse a possuir.

Organisada, então, a empreza, em que tomáram parte além do rei, como vimos, setenta e tantos armadores, concorrendo Caboto com 49.500 maravedis, iniciaram-se os preparativos dos navios e o recrutamento do pessoal que devia guarnecel-os. Começaram desde logo varios attrictos entre Caboto, os armadores e os representantes reaes; appareceram pretensões descabidas, pedidos absurdos, enredados de intrigas, muitas das quaes tecidas por Catharina Medrano, mulher de Caboto, que tinha os seus protegidos. Desse entrechoque de interesses nasceram grandes desgostos, amargas queixas, odios mal contidos que, cedo ou tarde, explodiriam desastradamente.

Caboto, notando grande interesse por parte de Carlos V na partida da armada, começou a explorar-lhe a fraqueza com, innumeross pedidos. El-rei, de bom grado, lhe foi concedendo

ao mesmo tempo que lhe ia apresentando recommendados seus que, nem todos, Caboto acceitou.

Afinal, após infundáveis contratempos, a 3 de Abril de 1526, faziam-se de vela da barra de Sanlúcar de Barrameda, os quatro navios seguintes: nau *Santa Maria de la Concepcion* (capitanea) de mais ou menos 150 toneladas, com a insignia do Capitão-general Sebastião Caboto, tendo como sub-chefe Martin Mendez e piloto-mór Miguel de Rodas; nau *Santa Maria del Espinar* (conhecida por *Portuguesa*) de 120 toneladas, tendo como commandante d. Rodrigo Caro; nau *La Trinidad*, de 120 toneladas sob o commando de Francisco de Rojas; e caravella *S. Gabriel*, de 35 toneladas, do commando de Fernando de Esquibel.

A tripulação desta esquadilha, do chefe ao ultimo grumete, sommava 210 a 220 homens.

A 10 de Abril davam fundo no primeiro porto de escala, a ilha da Palma, nas Canarias.

Deram-se alli varias deserções e os terriveis fermentos das discordias entre chefes e subordinados começaram a manifestar-se.

A 28 do mesmo mez levaram ancoras em demanda das ilhas de Cabo Verde, em cuja altura Caboto mandou mudar de rumo, com espanto e desconfiança dos pilotos.

Alcançaram o Cabo de Santo Agostinho, nas costas do Brazil, no dia 3 de Junho; mas, como os ventos fôsem ponteiros e as aguas puxassem muito ao norte, resolveu Caboto arribar a Pernambuco.

Alli, á frente de uma feitoria fundada por Christovam Jacques, encontrava-se o portuguez Manuel Braga. Este, como feitor, tinha sob suas ordens onze portuguezes e entre elles o degredado Jorge Gomes.

Os da frota foram por elles muito bem recebidos, permitindo-se-lhes o abastecimento dos navios de agua e mantimentos e a construcção de um batel e de um esquife.

Da pratica que teve Caboto com os portuguezes, soube da

existencia de metaes preciosos no rio de «Solís» e da permanencia na «Ilha dos Patos» de alguns superstites da expedição mallograda daquelle nauta e de desertores da nau de d. Rodrigo de Acuña, perfeitos conhecedores daquellas riquissimas paragens. O cerebro do ambicioso Caboto, diante de narrativa tão tentadora, encheu-se logo de planos grandiosos para alcançar facil riqueza. Resolveu, por isso, abandonar as instrucções recebidas de ir ás Molucas e, rompendo os compromissos tomados, atirar-se, cego, á commoda conquista do ouro.

A 29 de Setembro fez-se de vela e, perlongando a costa, rumou para o suspirado *Porto dos Patos*. A bordo da *Trinidad* vinha como guia e interprete o degredado portuguez Jorge Gomes. Durante a travessia apanharam sério temporal (16 de Outubro), que arrebatou da pôpa da capitanea o batel construido em Pernambuco, havendo necessidade de se abrigar a frotilha á sombra de uma ilha, que por isso tomou o nome de «Buen Abrigo».

J. Toribio Medina julga que a dita ilha é a actual «Raza», á entrada do Rio de Janeiro. Discordo do illustre historiador, não só porque a Raza pela sua fórma, (como o nome indica) e sua pequenez não ampararia da tempestade quatro navios, como tambem porque naquellas paragens outras ilhas se encontram offerecendo melhores abrigos. Propendo para a ilha fronteira á barra de Cananéa e que, até hoje, tem o nome de «Bom Abrigo».

A 19 de Outubro, navegavam os quatro navios ao longo e ao largo da *Ilha dos Patos* (que dias depois tomaria o nome de *Santa Catharina*), quando um vento fresco de léste os obrigou a surgir ao sul della, ao embate de pequena ilha.

Alcançara Caboto a primeira etapa, na realisação dos seus gananciosos projectos.

O *Porto dos Patos* estava alli á vista... Tentaremos agora, escudando-nos sempre nos preciosos documentos apresentados pelo erudito historiographo chileno J. T. Medina, nos dous substanciosos volumes que deu á publicidade sobre o nau-

ta veneziano—esclarecer os pontos controversos, corrigir os enganos, preencher, finalmente, as lacunas que se encontram na Historia catharinense, na parte relativa á passagem de S. Caboto por nossas plagas.

Assistimos a sua chegada ao sul da ilha.

Cabe-nos, pois, desde já desfazer um engano em que incidiu E. Madero na sua *Historia del puerto de Buenos Aires*, citado pelo illustrado dr. L. Gualberto em nota ao seu valioso trabalho—*Denominação de Santa Catharina*, ao declarar que a frotilha de Caboto demandou o nosso porto pela barra do norte quando, justamente, o fez pela entrada opposta.

Vimos que, correndo ao largo e ao longo da ilha de Santa Catharina, para fugir ás vergastadas de forte vento de léste, procuraram os navios abrigo, ao sul della, á sombra de um ilhéu deshabitado que, por isso, foi denominado *do Reparo* (*del Repára* como se lê no mappa de Caboto).

Que nome traz esse ilhéu na actualidade?

Recorramos ás mais antigas fontes.

Luiz Ramirez, que acompanhou Caboto, em preciosa carta que nos legou, deste modo se expressa: «E andamos assim até sexta-feira seguinte, 19 de Outubro, *que llegamos a surgir en una isla tras a una gran montana...*»

Santa Cruz em seu Islario (citado por Medina) diz: «...*al rededor de esta isla* (Santa Catharina) *están muchas islas pequeñas y despobladas, entre las cuales hay una dicha del Reparo* porque fué la primera donde surgimos después que partimos de Hernambuco en la costa del Brazil, reparandonos en ella de um recio viento que traíamos del Este». O chronista G. F. de Oviedo, assim a descreve: «...la isla se llama de Santa Catalina, en torno de la cual hay muchos islotes ó farrellones, y a tres leguas adelante desta isla, *mas al sur, está una isleta que se dice del Reparo*».

O sr. Felix F. Outes no seu trabalho—*El puerto de los Patos*—á pagina 19, acha que a ilha do *Reparo* «és segu-

ramente la conocida hoy con el nombre de *Coral* y cuja posicion coincide con los datos que trae Oviedo».

A' primeira vista parece accetavel tal asserção. No entanto encontro eu nella certas duvidas, que passo a explanar.

Verdade é que, com o nome de *Reparo*, figura a ilha *Coral* em muitas cartas maritimas posteriores á de Caboto (1544); perde depois tal denominação para apparecer com a de *Arboledo del Sud* até meíados do seculo passado, quando apparece com o nome actual.

E' evidente a incerteza dos cartographos.

Não acceto como sendo a *Coral* áilha do *Reparo* de Caboto pelas seguintes razões:

1.º Demorando ella sete milhas ao sul da barra e tres milhas da costa continental, completamente só, não se harmonisa com a descripção de L. Ramirez que diz ficava por traz «a una gran montaña»; e em desaccordo com a de Santa Cruz que a collocava al rededor» da ilha de Santa Catharina.

2.º Não consta dos documentos que Caboto, desde que largou ancora ao abrigo da ilha citada até o investimento da barra, tivesse mudado de fundeadoiro. A' pergunta 6.ª do seu interrogatorio, declara que fundeou *entre tres pequenas ilhas*, depoimento confirmado por testemunhas nos pleitos que lhe foram intentados. Na pergunta X. se lê: «Item, si saben que estando el Capitan General *surto entre tres íslas*, mandó...»

Se assim foi claro está que a ilha do *Reparo* só pode ser uma de um grupo de tres ilhas situado «al rededor» da ilha de Santa Catharina. (Santa Cruz — *Islario*) e por traz de «una gran montaña» (L. Ramirez — *Carta*), mas nunca a ilha *Coral* que, como vimos fica distante e solitaria.

Na parte sul da ilha de Santa Catharina, proximo a ella, existem dous grupos de 3 pequenas ilhas. O grupo de suéste é conhecido pelo nome de «Tres Irman»: Irman de fóra a mais afastada, Irman do meio, a maior, e Irman de dentro ou de terra. Estas duas ficam muito visinhas e offerecem um discreto abrigo ás ventanias de léste.

O grupo de sudoeste chama-se *Papagaios* e compõe-se das ilhotas: Papagaio-pequeno, Papagaio-grande e Araçatuba.

Quem vem do norte, como o fazia Caboto, perlongando a costa oriental da ilha de Santa Catharina, avistará o grupo das *Tres Irmans* muito antes que consiga lobrigar os *Papagaios*, devido não só á posição destes como pela sua projecção sobre o continente.

Assim sendo, é de crêr que Caboto, atormentado pelo rijo vento de léste, procurasse, na occasião, o abrigo mais facil, mais á vista e mais proximo ao porto de destino.

Alli estavam as *Tres Irmans* abrindo-lhe o seio remansoso... Por traz dos dous ilhéos mais visinhos, que distam de terra cerca de uma milha, eleva-se «una gran montaña» coberta de arvoredos, até hoje inda virgem, que vem morrer no mar em costão bravio, delineando o contorno suéste da ilha de Santa Catharina. O abrigo por ellas formado não é muito amplo, confirmando assim o dizer do Capitão Caro: «... habia surgido un poco delante de su nao capitana, en un abrigo, por no haber outro lugar conviniente para surgir, sino á mucho riesgo de la nao, de cualquier viento que viniera... é le hizo levantar la nao, de que hobiera de ser cabsa de se perder ambas naos. (Pergunta 14 da «Probanza» feita a pedido do Capn. Fracisco Rojas).

Do exposto concluo, que a ilha ao embate da qual fundeou Caboto, chamando-a por isso *del Reparo* não é a mesma descripta por Oviedo, hoje denominada *Coral*, mas a maior do grupo das *Tres Irmans*,—a «Irmã do meio» e que demora mais ao sul.

II

Caboto, contemplando o arvoredos frondosos da montanha, que se levantava por traz dos ilhéos, achou-o proprio para delle se tirar a madeira necessaria á construcção de um batel em substituição ao perdido. Pouco depois de haverem dado

fundo, appareceu uma canôa com índios que, por signaes, deram a entender que alli viviam christãos.

Caboto muito se alegrou com isso e, como procurando conservar um segredo que poderia ser desvendado, despachou-os logo com algumas dadivas. No dia 20 de Outubro, pela manhã, veio a bordo um christão, desertor da nau de d. Rodrigo de Acunã, declarando que alli vivia, havia seis mezes, com 14 companheiros, e que, affastados umas doze leguas para o interior (do porto ou da costa ?), moravam dous naufragos de uma caravella de Solis. Com estes é que Caboto desejava fallar e, sem mais demora, mandou chamal-os pelo grumete Antão Falcão.

No dia 23, mais ou menos, chegou á capitanea o portuguez Henrique Montes que, após descrever o seu desterro, deu, com lagrimas nos olhos, larga descripção das fabulosas riquezas existentes no rio de Solis.

Pela tarde do mesmo dia veio juntar-se a elle Melchor Ramirez, o outro supérstite da expedição de Solis, que confirmou a narrativa de Montes, pois, havia pouco, tinha estado naquelle rio como lingua da expedição portugueza de Christovam Jacques. Diante das explendidas informações colhidas, Caboto reunio na camara da náu um conselho de officiaes e, com enthusiasmo, expôz-lhes a resolução de abandonar a espinhosa empreza das Molucas, para abarrotar os seus navios de ouro e outros metaes preciosos, sem grandes fadigas e perigos.

O capitão Francisco de Rojas, a pedido dos companheiros, tomou a palavra e, com toda a franqueza e lealdade, discordou da opinião do chefe, exortando-o a cingir-se ás ordens reaes, a proseguir á viagem, levando auxilio á desbaratada esquadilha de Jofré Loaisa.

Caboto, que nutria grande e antiga odiosidade contra Rojas, voltou a insistir no assumpto, tramando, no intimo, vingança contra o seu subordinado. A esse conselho deixou de comparecer o capitão Gregorio Caro, que se estomagára com Caboto na occaseão de fundear a frotilha na ilha do «*Reparo*».

Prevaleceu, afinal, a vontade autoritaria do chefe.

Satisfeito, resolveu então Caboto entrar no porto, afim de manda construir a embarcação de que necessitava, pois Montes e M. Ramirez lhe haviam dito que «ali junto á do estabamos surtos, tras aquella montaña alta, habia muy buen lugar» e ao mesmo tempo, ao que parece, recolher os dous sobreviventes da armada de Solís e os desertores da náu de d. Rodrigo.

A 28 de Outubro, domingo, mandou Caboto o piloto-mór Miguel de Rodas com o mestre da capitanea sondar o canal de accesso entre a ilha dos Patos e o continente, afim de certificar-se se havia agua para a náu.

De volta, declararam ter encontrado seis braças d'agua na parte mais baixa do canal.

O vento era contrario (provavelmente o nordeste) e tambem a correnteza (vasante), o que difficulta immensamente a entrada aos navios de vela. Aggravar a situação a estreiteza da barra, que mede quinhentos e poucos metros entre os cachopos da ilha de Araçatuba e os penhascos da ponta dos Naufragados.

Caboto temeu da investida, mas os dous subordinados o dissuadiram.

«Em consequencia, diz Medina á pag. 145: levantaram-se as ancoras, e como o vento fôsse contrario e a correnteza muita, disse-lhes Caboto que tinha receio de irem bater em uns penhacos, que estavam alli perto, e nessa conversa se achava com Grajeda, que impunhava o temão, e com Rodas, que tinha o prumo, e quando mal se tinham afastado um tiro de berço (peça curta de artilharia) do fundeadoiro, a náu foi se arrebenar na ponta da ilha de Santa Catharina, tombando immediatamente para um bordo e enchendo-se logo d'agua». Apesar de merecer todo o respeito a interpretação do sr. Medina, baseado na preciosa messe de documentos pacientemente accumulados, não posso acceital-a *in totum*. A maioria das testemunhas inquiridas nos diversos pleitos instaurados na volta da expedição, declara que a náu capitanea, a *Santa*

Maria de la Concepción, naufragou batendo em um *banco* ou *baixio*, ao investir a entrada do porto. Poucas são as que fazem referencia a penhasco, como vamos vêr.

No interrogatorio apresentado por Caboto em o pleito que lhe instaurou Catharina Vasqués, lê-se, na pergunta XII: «Item se saben... que se recelaba que habian de dar sobre unos penñascos que estaban ahí cerca, ...e que estando en esta platica, dió la náó capitana en un *baxo* é se perdió».

Nicolao de Venecia, em seu depoimento, diz:

«... e que se temia que por cabsa desta daria la dicha náó capitana en unos penascos que alli estaban..., la dicha nao dió en tierra.»

Juan de Valdevieso, assim depôz: «...e que andando en estas platicas, la náó descaia, é cuando vieron que descayó, dieron fondo, é dado el dicho fondo, la dicha não dió de través é se perdió».

Este depoimento, ao meu vêr, combinado com os que se referem ao *baixio*, é que explica melhor o facto. Vejamos. A entrada da barra do sul, soprando o nordeste e com maré de vasante, é extremamente difficil aos navios de véla, não só por ser a passagem estreita e ladeada de penhascos como por não se encontrar lazeira bastante para bordejar. Os navios de Caboto eram altos de borda, bolinavam mal e, devido á fórma do casco, rolavam muito. A náó, ao envestir a barra, avançava vagorosamente por se encontrar á sombra da ilha de Santa Catharina; por conseguinte descahia muito, arrastada pela vasante, sobre os rochedos de Araçatuba.

Caboto viu o perigo e chamou a atenção dos pilotos.

«No temais, que bien doblaremos la punta.» --responderam.

Quando a capitanea tocou em vento e ganhou seguimento, já era tarde para montar a ponta do ilhote sem perigo. Largaram o ferro que, por desgraça, não unhou e a náó, batendo de través nas pedras se foi damnificando.

Com o seguimento que tinha, ainda avançou, mas foi aca-

bar encalhada no *banco* de areia situado ao noroeste da ilha de Araçatuba.

Ahi adornou toda e encheu-se d'agua.

Com o vento que soprava e com as aguas puxando ao sul o naufragio não podia se dar na ponta dos naufragados como o suppõe Medina.

O nome *Naufragaãos* ligado á ponta sul da ilha de Santa Catharina, não provêm desse desastre, como parece julgar o douto historiador chileno (nota 30, pg. 145, vol 1) quando diz: «y de ahi acaso que hasta ahora se llame á aquel extremo de la isla *Punta de los Naufragados*». Tal denominação generalizou-se em 1752, anno em que duas sumacas com colonos açoritas, que se destinavam ao Rio Grande do Sul, sossobraram naquella ponta batidas pelo temporal.

Eduardo Madero, julgando que o naufragio da Capitanea de Caboto se dera á barra do norte, aponta como local do sinistro a Lage das Pescadinhas.

Interessante é que tenha o forte de Araçatuba por orago N. S. da Conceição, nome da capitanea de Caboto.

«Logo que se deu o naufragio, Caboto, dando provas de uma cobardia inqualificavel e desprezando todas as leis que determinam ser o commandante o ultimo a abandonar o navio, e sem ter dado a minima providencia para o salvamento dos seus subordinados, mandou açodadamente arriar um bote e com dous ou tres tripulantes procurou a salvação em uma ilha, na opinião de alguns, ou em terra, segundo outros.

Diante desse exemplo de vergonhosa ignavia do chefe, a maruja, entregue a si propria, arrombou paiões, avinhou-se e saqueou quanto pôde. Acudiram, porém, a tempo o capitão Francisco de Rojas e o commissario Montoya que, com inauditos esforços e perigo de vida, conseguiram salvar bôa parte do material e alguns mantimentos, empregando nessa penosa tarefa tres a quatro dias.

A 2 de Novembro, mais ou menos, entrava no porto o resto da flotilha, indo fundear, diz Medina»:... en la desem-

bocadura del rio de los Patos, en el puerto de este nombre».

O sr. Medina discute e rebate a opinião do sr. Felix Outes, quanto a situação do *rio e porto dos Patos*, provando que esses accidentes ficavam no continente fronteiro, á extremidade sul da ilha de Santa Catharina, e não, propriamente, nella.

Estou de accordo com o douto historiador chileno e espero sobre o assumpto escrever detalhado estudo. Não participo, porém, do parecer de ter Caboto estabelecido sua gente na terra firme. Pela carta de L. Ramirez resalta logo a verdade do que expendemos. Diz ella:— «Esta *isla* era mui alta de arboledo, habia en ella cinco ó seis casas de indios *y después que á ella llegamos* hicieron muchas más, porque de la *tierra firme* vinieron muchos é hicieron sus casas...» Outras testemunhas dos citados pleitos confirmam o meu parecer.

Vejamos, agora, se poderemos precisar o local escolhido. Entre as pontas Funda e do Signal, ao sul da ilha, abre-se, fronteira á embocadura do Massiambú, uma discreta enseada, conhecida hoje pelo nome de Caieira.

Nestas proximidades encontra-se a ponta da Terceira que pode bem ser corrupção de *Tercena*, a *tarracena*.

Ao meio della vem lançar-se na bahia um pequeno arroio.

Um pouco ao norte demoram dous sitios denominados *Tanera* e *Taperinhi* que significam em guarany—antiga taba, aldeia abandonada.

Esta circumstancia me faz lembrar as tabas da carta de L. Ramirez.

Julgo, pois, que Caboto amarrou os seus navios em frente á enseada da Caieira. O pessoal estabeleceu-se em terra em ranchos de palha. Deu-se desde logo começo ao preparo do material para a construcção de uma galé de 20 bancos e pouco calado.

Henrique Montes, como conhecedor da terra e da lingua dos naturaes, foi encarregado por Caboto, a 10 de Novembro de 1526, de reunir mantimentos e materiaes.

Com o auxilio dos indios levantaram uma *tarracena* para construcção da galé, casa dos serradores, dispensa para o vinho, uma igreja, casa dos carpinteiros, ferraria, casa da polvora e uma dispensa para Caboto, tudo isso a troco de alguns centos de facas, anzóes, cunhas, punções, tesouras, pentes, avellos, cascaveis, espelhos, pulseiras, etc.

Montes adquiriu para mantença do pessoal e abastecimento da flotilha: 277 veados, 398 gallinhas, 2 antas, 80 patos, 6 porcos monteizes, 200 perdizes grandes, 200 mãos de milho, 40 cestos de inhame, 50 cabaças de mel, 26 cargas de ostras, 300 cargas de raizes de mandioca, 2 cargas de peixe moido, 5 cabaças de manteiga (preparo dos indios com graxa de peixe), palmitos, etc. Além disso tambem forneceram mais os selvicolas 1 canôa, 10 cargas de carvão para as forjas, 90 iguaçabas, fio para o calafeto, cêra, almagre e a madeira.

A terra e seus naturaes, como acabamos de vêr, forneciam fartos e variados meios de subsistencia aos castelhanos navegadores.

Infelizmente, porém, o clima lhes foi adverso. O impaldismo com caracter epidemico atacou fortemente o pessoal e de tal modo que, após quarenta dias de trabalho e quando sò faltava o calafeto, teve que ser suspensa a construcção da galeota. O acampamento de ruidoso e alegre que era transformou-se em lugubre hospital. Nessa triste abertura Sebastião Caboto, que tambem fôra atacado das *calenturas* (sezões), mostrou-se indifferente aos soffrimentos dos seus miseros commandados. O capitão Francisco de Rojas foi a alma caridosa e abnegada naquella horrivel e afflictiva situação, procurando todos os meios ao seu alcance para suavisar os padecimentos dos seus companheiros.

Para os mais desprotegidos creou elle uma enfermaria. Caboto, alma mesquinha, encheu-se de ciumes e procurava, perversamente, desvirtuar a nobre acção de Rojas, assoalhando que este pretendia tornar-se popular e querido da gente com o fito de depreciar-lhe o valor e a autoridade. Nesse interim, tramado por

Sebastião Caboto, deu-se um conflito entre Rojas e o dispenseiro do *Trinidad*.

Aproveitou-se disso o Chefe para prender o capitão, como já o havia feito durante a viagem com o proprio Rojas e outros mais.

Este acto injusto causou sensação no arraial. Afinal, melhorando o estado sanitario, tornou-se possível terminar a galera, que foi lançada ao mar com o nome de *Santa Catharina*. Ao porto em que foi ella construida denominaram da *Galera* ou de *Santa Catharina*. Das sezões morreram 4 a 6 homens dos quaes se conhecem os nomes seguintes: Octaviano de Briene, filho de um dos maiores armadores da frota, Miguel de Valdés, Hernan Mendez, irmão do tenente do capitão-general, e, parece, Pedro Gallego.

Ha bem pouco tempo encontrava-se ainda séria discórdia entre os nossos historiadores a respeito da paternidade e data da denominação — *Santa Catharina*, imposta aos até então conhecidos «Porto e Ilha dos Patos».

Pelos documentos hoje postos á luz sabe-se que tal denominação appareceu em fins de 1526, durante a estadia da expedição de Sebastião Caboto entre nós e, ainda mais, que foi proprio Caboto quem a impôz, como vamos vêr.

O capitão Gregorio Caro, em seu depoimento, diz: «...fueron al dicho rio ó puerto de los Patos, *que despues pusieron nombre la isla de Santa Catalina*».

Gaspar de Cazaña, declara: «...que se llamaba la bahia de los Patos, *á la cual el dicho Sebastian Caboto puso nombre Santa Catalina*.»

Nicolau de Venecia, depõe: «...a sondar entre *la isla que el Capitan General puso (nombre) Santa Catalina*».

O guardião da nau «*Santa Maria de Espinar*» diz: «...entre *la isla grande, que el dicho Capitan habia puesto (nombre) Santa Catalina*».

Na pergunta X do pleito de Catharina Vasques, se lê:

«...que fueron sondar entre la *isla grande que el Capitan Gene al puso nombre Santa Catalina*».

Finalmente, o proprio Caboto declara: «...este puerto de la *Santa Catalina*, que asi *le puso nombre*». Na pergunta X do seu interrogatorio o confirma, dizendo que á ilha grande «*puso nombre Santa Catalina*».

Cabe, pois, a Sebastião Caboto, nauta veneziano ao serviço da Hespanha, a paternidade da denominação até hoje conservada.

Qual a razão que levou Caboto a assim chamal-a? Querem alguns historiadores por ter chegado a frota a 25 de Novembro, dia de Santa Catharina martyr de Alexandria, opinião exarada por dous ou tres companheiros de Caboto em seus depoimentos.

Pedro Dias, á pergunta VII do interrogatorio de Isabel de Rojas, declara: — «iba á la *isla que dice n de Santa Catalina*... é que fué cuando llegó á la dicha *isla la dicha armada el dia de Santa Catalina*, que cae en el mes de Noviembre».

Pela carta, porém, de Luis Ramires a chegada se fixa a 28 de Outubro, como vimos.

Logo, outro motivo levou Caboto áquella resolução. Sabemos que a sua segunda mulher chamava-se Catharina. E' provavel que, desejando elle prestar-lhe uma imperecivel homenagem, resolvesse impôr o nome della á terra que visitava.

Havia, porém, um tropeço a vencer. Aceitariam os seus subordinados sem repugnancia aquella homenagem toda affectiva, exclusivamente sua?... Notou, porém que a 25 de Novembro a igreja festejava o martyrio de Santa Catharina e, habilmente, aproveitou-se disso para pôr em pratica o seu desejo, sem levantar desconfianças. Temos assim explicado o caso. Medina é tambem de opinião que Caboto «la designó asi en homenaje al nombre de su mujer Catalina de Medrano, pero no porque hubiesse llegado á ella el dia 25 de Noviembre.»

(Continúa)

Lucas A. Boiteux

Uma carta do Irmão Joaquim (1)

Louvado seja O Santissimo Sacramento.

Ontem Recebi as suas estimaveis memorias, e vejo o que medis areスペito do que temos conversado, espero ajudado da mizicordia Divina que tudo se hade conseguir apezar do inferno, para que O Senhor Deos seja desaggravado nesta mesma America: com que não percão afé, que com agração do mesmo Senhor tudo se hade vencer, pois avontade Divina he que tudo se obre por humildes de coração, porq. o estylo da sua providencia he escolher as coizas mais despreziveis do mundo para confundir as grandes elevadas; para que deste modo conheção todos, que as suas obras não são effeitos da prudencia humana, se não dispozições da infinita Sabedoria e poder. As obras de Deus são incomprehensíveis aos juizos dos homens: Eu metenho visto bem combatido de contradições contra os projectos da obra a q. estou sengido, nem por isso tenho desmaiado, porque vou fiando-me na mizicordia Divina deque me não ha de faltar.

Remeto incluzo o Compendio dos Estatutos que as nossas Religiozas exercicitão p^a. ficar em sua Companhia p^a. que vá despondo aquelles corações q. dezejão ser do numero das Espozas desaggravistas, principalmente das q. estão em sua Companhia, haver se Deos a despõem p^a. esta tão Santa obra, ou empreza b.... (2) pouco a pouco vão se inflamando nestes deze-

(1) Devemos este precioso documento ao distincto e illustrado consocio, Sr. Firmino T. da Costa, aparentado ainda com o I. Joaquim. Com elle, amavel e gentilmente, nos brindou.

L. A. B.

(2) Roido de traças

jos porq. só o que perseverar he que alcançará a Eterna felid^o assim nos disse o Nosso Redemptor, pois nelle temos huma protecção de hum Deos, junto com o amor de verdadeiro Pai; e se Deos é nosso Pai que tememos, vamos adiante constantes, elle me tem animado pella sua infinita mizicordia. Nós devemos descansar e sujeitarnos aos admiraveis disposiçoes da sua Alta providencia, e com os olhos fexados adorar a mesma mão que péga denós e vai conduzindo, de q. devemos obedecer adotar, e esperando as suas Divinas promessas.

Eu bem sei que V.Mces. não tem posses para suprir alguma despezas, porem isso não servirá de empedimento até que o Nosso Bom Deos mova algum coração para concorrer para esse mesmo fim: deixe tudo nas disposições da mesma providencia: fação sempre diligença de agradar ao mesmo Senhor fazendo sempre obras dignas do seu amor servindo com fedilidade.

Eu vou tendo minha demora porque tem sido percizo de que bastante mortificação me tem cauzado, porem paciencia deme noticias da Ritinha, e me mande-me dizer se a minha afilhada Mariana ja veio da Lagoa para sua companhia, pois tenho dezejo que ella seja huma espoza de Jesus Christo, e que seja huma Santa, e vejo muitos com muitos dezejos, porem poucos perseverantes, pedimos a Ds. q. nos de averdadeira perseverança, para que sejamos do pequeno numero dos escolhidos; e se compadeça das minhas mizerias. O mesmo Snr. nos assista com a sua graça final.

R. J^o. 11 de Maio de 1795.

D... humilde servo

I. Joaquim.

A Irma Antonia q. faça o q. melhor lhe parecer.

Mtas. remendaçoens ás Nossas Irmans Maria, e Faust^a. q. orem sempre pelo obom fim da empreza, o mesmo faço a to-

das em Geral venha huma relação de todas, e daquellas q. estão bem inclinadas p^a. serem Esposas do nosso Bom Fidalgo, porq. quero trazer para cada huma o seu premio, Etc.

A snra. Rita de Jesus Bitancurt

Ge. D E

Moradora no Lugar chamado o da Figr^a.

Sta. Cathar^a.



Voluntarios da Patria

(Contribuição para a historia dos Voluntarios da Patria de Santa Catharina dedicada ao doutissimo historiographo conterraneo---Lucas A. Boiteux.)

Hoje que Florianopolis sáe de casa e vae, festiva, cercar o monumento commemorativo da guerra do Paraguay, rendendo homenagens aos heroes cahidos nos campos da luta e aos que sobrevivem para receber essas manifestações publicas, interessamos, por certo, os dias do Desterro, quando alvoroçado, recebia as primeiras noticias da guerra com Solano Lopez.

E nós, rodeados de velhos jornaes que nos falavam daquelles dias, acompanhavamos a Cidade no seu enthusiasmo justo pelas provas de patriotismo que a mocidade de então dava ao Paiz, alistando-se no exercito nacional como Voluntarios da Patria.

Liamos *Um patriota* discursando aos moços: «Sob essa gloriosa bandeira dos —Voluntarios da Patria— sereis considerados por vossos conterraneos, e commemorados pela posteridade! Esse distinctivo no vosso braço vos ennobreceará e será o merecido orgulho de vossos descendentes.» (1)

E essa voz do passado chegou ainda forte e entusiastica aos nossos ouvidos.

Veu-nos o desejo de commemorar, no dia de hoje, os nossos conterraneos voluntarios, resumindo, aos homens de agora, a historia dessa mocidade que correu tão apressada a defender a Patria ameaçada pelo despota paraguay.

(1) O "Despertador" de 20 de Janeiro de 1865.

A primeira referencia que encontrámos, em *O Despertador*, jornal daquella epoca, sobre o movimento bellico dos catharinenses civis, foi a nota inserta no seu n.º 210 de 17 de Janeiro de 1865.

Diz ella:

Domingo p. passado (15), como fôra annunciado, reunirão-se no logar do edificio onde se acha estabelecida a capitania do porto da provincia, avulta-do numero de cidadãos empregados na vida do mar, e a companhia de Aprendizes Marinheiros.

O Sr. Capitão do Porto fez-lhes scientes que aquella reunião, ou revis-ta tinha por fim organisal-os em um batalhão de voluntarios para opportunamente defender os brios nacionaes, tão vilmente ultrajados pelas republicas Oriental e do Paraguay; que S. Magestade o Imperador sollicito pela de-feza e honra da Patria muito esperava das povoações maritimas desta pro-vincia, tão abundante de homens do mar; que recordava aos cidadãos presen-tes que em todos os tempos, os marinheiros foram os guardas avançados na desafronta da dignidade e honra das nações, e que estava certo de não se-rem perdidas tão honrosas tradições para os briosos marinheiros catharinenses.

...Acha-se, pois, organisado um corpo de voluntarios de marinha que mui-to bons serviços deve prestar na defesa desta cidade, se por ventura for ata-cada por inimigos. (Seguem-se as obrigações dos voluntarios da capitania con-cernentes aos exercicios e outras providencias opportunas. (1)

A guerra ia despertando energias adormecidas; o enthusi-ismo se espalhava por todas as classes. Moços das melhores fa-milias da Cidade, fieis ás tradições da terra catharinense, apres-savam-se a offerecer as suas vidas para as expôr em defesa da Patria nos campos do Paraguay.

O noticiaria do Despertador de 20 de Janeiro «sente-se regosijado pelo procedimento desses jovens brasileiros, que, pre-ferindo vingar as affrontas feitas por esses barbaros inimigos gra-tuitos da Patria commum, abandonaram os seus estudos e com-modidades da vida para irem partilhar com seus irmãos as fadi-gas da guerra em que o Paiz está empenhado.»

Neste mesmo numero, um collaborador registra «o facto digno de ser imitado por outros extremosos pais nesta provincia onde o indifferentismo nacional ainda não polluiu o coração de tantos cidadãos reconhecidamente patriotas.» O facto louvado

(1) Conservamos a mesma orthographia e pontuação desses documentos que vimos publicando.

foi o do sentimento dado pelo veterano da guerra da Independência, coronel José Bonifácio Caldeira de Andrada, aos seus dois filhos menores, Luiz e Fernando, afim de seguirem para o Paraguay, sendo este «o primeiro que se apresentou ao Exmo. sr. Presidente da Provincia para jurar bandeira no corpo de Voluntarios da Patria em sustentação da honra e dignidade de nosso paiz.» (1)

O exemplo medrou. A 20 de Janeiro, uma cerimonia tocante avivou, sacudiu mais o patriotismo da Cidade.

Desterro se endomingou, veio todo á Praça do Palacio para viver e applaudir o juramento que a flôr da sua mocidade ia fazer á bandeira do Brasil.

No dia 20 do corrente, ao meio dia, 17 jovens desta capital que se haviam offerecido como voluntarios da Patria, juraram bandeira no palacio da presidencia. O Sr. Presidente, para tornar o acto mais apparatoso, determinou que uma grande guarda de honra do batalhão do deposito se postasse em frente á palacio.

A' hora indicada, S. Ex. tendo mandado vir um missal e a bandeira da guarda assistiu ao acto solemne do juramento dos 17 voluntarios, cujos nomes são os seguintes:

Fernando Gomes Caldeira de Andrada, João Baptista da Costa e Oliveira, Domingos Vellozo de Oliveira, Manoel Caetano Ferreira, Francisco Antonio de Souza e Mello, Luiz Francisco da Silva, Eduardo Augusto de Noronha, Manoel Francisco das Neves, Amaro Antonio Vieira, Domingos Antonio de Carvalho, Manoel Luiz da Rocha, João Ribeiro da Cruz, Damazio Machado d'Oliveira, Ignacio Barbosa da Silveira, Bruno Caetano da Cruz, Felicio Soares Mangabeira, Manoel Valadares Cunha.

Findo o acto S. Exa. fazendo-se acompanhar desses jovens, tendo na mão a dita bandeira, chegou-se á uma das janellas, e entregou-a ao 1.º da relação supra, dizendo em altas vozes:

---"Aqui estão os voluntarios da Patria que acabão de jurar bandeira..." e em seguida deo vivas a S. M. o Imperador, á Familia Imperial, á Nação Brasileira e aos Voluntarios da Patria, dignando-se apertar a mão de cada um delles em despedida.

Esses vivas forão repetidos enthusiasmicamente por numerozo concurso de pessoas attraídas pela novidade. (2)

A 31 de Janeiro, um minucioso e activo reporter dá-nos conta da «pratica toda patriótica» que o parcho de S. Antonio, Pe. Francisco Pedro da Cunha, fez, «depois da leitura e com-

(1) O "Despertador" de 20 de Janeiro de 65.

(2) O "Despertador" n. 212 de 24 de Janeiro de 1865.

mentação do decreto que crêa os corpos de Voluntarios da Patria, despertando os brios da população, que enthusiasmada pelas verdades annunciadas, começa a manifestar empenho em concorrer á defesa da Patria.».

A provincia respondia ao apello imperial. Dia a dia, novos voluntarios chegavam: de S. Miguel, 11; de Laguna, bandos delles, alegres, felizes pela oportunidade que tinham de revelar, duma forma positiva, o seu amor e devotamento á Patria em perigo.

Já o numero de voluntarios subia a 231 (1).

A Mulher catharinense, as mães dos moços patriotas, as suas irmãs e as suas noivas, manifestaram opprovação ao acto nobre que elles realizaram, promovendo meios para angariarem donativos afim de uma bandeira ser offerecida ao valente corpo de voluntarios. Abençoada pela Egreja a 23 de Julho, foi a bandeira entregue, com grande solemnidade, á guarda dos moços que se aprestavam para a guerra.

Os exercicios se seguiam com enthusiasmo e efficacia. Diz-nos a imprensa de então: «esses briosos catharinenses que se alistaram com nobre intuito de irem engrossar as fileiras dos defensores da honra nacional, têm feito progressos admiraveis na aprendizagem do manejo das armas... Não parecem recrutas de pouco mais de dois mezes de ensino e sim soldados veteranos praticos no manejo e evoluções.»

Bem instruidos, já afeitos á arte guerreira, os nossos voluntarios, então formando o 25º corpo, embarcaram para o theatro da guerra no dia 30 de Julho de 1865.

Desterro compareceu ao embarque dos seus moços. Saudou-os com as lagrimas nos olhos e alegria no coração.

E elles partiram sob os olhares de admiração, de amizade e de amor.

Aquelle pugillio de bravos levava a guiar-lhe os passos a benção duma cidade; sobre as cabeças daquelles moços uma

(1) O "Despertador" de 17 de Março de 1865.

bandeira trabalhada com carinho, ia-lhes segredando que a mulher catharinense aguardava no lar, a fama das suas victorias, as novas do seu heroismo.

Barco, orgulha-te da carga que levas. A mocidade que transportas é a esperança dum povo, as primicias do patriotismo duma cidade, a alegria e orgulho da Casa Catharinense !

24 -V—916

Laercio Caldeira



Ligeiros traços biographicos de socios fallecidos.

Desembargador JOSE* MARIA DO VALLE

Filho do commendador José Maria do Valle e d. Maria Thomazia da Luz do Valle, nasceu na cidade do Deserto, hoje Florianopolis, a 29 de Maio de 1835.

Fez o seu curso de humanidades no Collegio dos Jesuitas desta capital.

Partiu depois para Pernambuco, onde cursou o primeiro anno da Faculdade de Direito de Olinda.

No anno seguinte passou a S. Paulo, terminando seu curso juridico em 1861. Diz delle Almeida Nogueira nas "Tradições e reminiscencias da Academia de S. Paulo":— Um rapagão bem parecido; tez clara e bem clara, cabellos castanhos, cheio de corpo, hombros largos. Trajava com apurado gosto. Alegre, expansivo, dando o cavaco por uma bôa palestra. Inteligente e estudioso.

Principiou o curso em Pernambuco e perdeu um anno em S. Paulo.

De familia abastada, e dispondo de ordens francas, acudia generoso ás agruras dos collegas em apertos para a taxa da matricula, e lhes *imprestava* os necessarios meios.

Do bom coração do Valle abusaram por mais de uma vez os seus companheiros de casa, praticando o peccado (oh! bem venial!...) de pôr em contribuição a sua bolsa para a melhoria do rancho na republica. Assim, em conversa, falavam de uma obra humanitaria a praticar, e de uma subscrição para

o tal fim. O Valle interessava-se pelo caso e fazia questão de entregar logo a sua quota.

Pouco depois, á mesa do jantar, comprehendia elle, pelos risos e propositas indiscreções dos collegas—qual havia sido realmente a boa acção que praticara.

Tinha então o bom espirito de levar a bem a ardilosa lembrança dos seus amigos».

Foram seus collegas de Academia Cerqueira Cesar, Americo Brasiliense e Visconde de Ouro Preto de quem foi grande amigo

Terminado o seu brilhante curso, voltou á terra natal, iniciando a sua carreira na magistratura.

Desempenhou assim, entre nós, os cargos de Promotor publico, Juiz Municipal e de orphãos, Juiz de Direito das Comarcas de S. Francisco, S. José, Tijucas, S. Miguel.

No biennio de 1862-63 foi Deputado provincial «sendo o primeiro a suscitar o magno litigio sobre os limites de Santa Catharina e o Paraná».

Cargos identicos occupou em Santa Maria Magdalena, Rio Bonito, Cantagallo e Barra Mansa, no estado do Rio, e na de S. Matheus no Espirito Santo. Neste ultimo estado foi Chefe de Policia, e seu Presidente durante a guerra contra o Paraguay.

Tendo sido nomeado Desembargador de Matto-Grosso, não aceitou o lugar por motivos de saúde.

Tempos depois fez parte do Tribunal de Relação da provincia do Rio de Janeiro, sendo mais tarde removido para a Côrte.

Aposentou-se em 1893. Foi um dos fundadores e era, quando falleceu, Director-thesoureiro do Instituto Pasteur. Era socio effectivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, do Fluminense e socio correspondente do nosso. Falleceu na cidade de S. Paulo, onde fixára residencia, a 29 de Março de 1914.

Marechal FRANCISCO CARLOS DA LUZ

Nasceu na cidade do Desterro no anno de 1835, sendo filho legitimo do Tenente Coronel José Maria da Luz. Concluido o seu curso de humanidades na terra natal, partio para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Escola Central. Era Alferes alumno com dezeseis annos de idade.

Official distinctissimo e assaz estudioso, foi desde logo encarregado de varios serviços, os quaes executou com grandes elogios. Em 1856 foi promovido ao posto de Capitão.

Foi Repetidor da Cadeira de Physica na Escola Central, Lente de pyrotechnia da E. Militar da Praia Vermelha e Director do Laboratorio pyrotechnico do Campinho. Em 1861 foi reconhecido Deputado geral por seu torrão.

A 14 de Julho de 1881 foi promovido ao posto de Tenente-coronel. No anno seguinte foi galardoado com o titulo de Conselho. Escreveu varios trabalhos scientificos e litterarios de grande valor. No elevado posto de Marechal falleceu o illustre catharinense, na Capital Federal, a 22 de Junho de 1906. Era socio correspondente do nosso Instituto.

Dr. EMILIO MACHADO PORTELLA

Nasceu no Recife em 1860, sendo filho legitimo do Conselheiro Joaquim Pires Machado Portella e de Emilia da Costa Portella e irmão do Almirante, engenheiro-naval, José M. Portella e do dr. Francisco M. Portella. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, residia no nosso Estado ha mais de onze annos. Occupou entre nós os cargos de Chefe de Policia e Juiz de Direito das Camaras de Joinville, Brusque e Laguna. Extremamente humanitario manteve a sua custa Institutos de proteção a infancia. Era casado com dona Adelaide da Silva Machado Portella, e tinha oito filhos Falleceu a 18 de Julho de 1916 na Capital Federal. Era socio effectivo do nosso Instituto. «Magistrado distinctissimo—disse o *Estado*, gozan-

do de um grande circulo de amizades, conquistadas pelas suas elevadas qualidades de espirito e de coração, a triste noticia causou a mais dolorosa impressão no nosso meio social».

Dr. ARISTIDES FERREIRA DE MELLO

Filho unico do dr. José Ferreira de Mello e de d. Joaquina da Silva Mello, nasceu o dr. Aristides a 14 de Setembro de 1873, nesta capital.

”Desde cedo — disse o *Estado* — o dr. Aristides manifestou vocação para a carreira do seu venerando pae — a carreira do direito. E assim é que matriculando-se na Faculdade de S. Paulo, d’ali sahiu com o seu pergaminho em 1892, depois de ter feito um curso brilhante em que se destacou pela sua lucidez de espirito e applicação aos estudos.

Vindo para Florianopolis aqui abriu a sua banca de advogado, que nunca abandonou, acceitando tambem o cargo de Procurador Fiscal da Fazenda Nacional, cargo em que se houve com muito zelo e dedicação. Como cidadão foi de grandes virtudes; a sua politica era a do dever, da honra e do respeito ao regimen.

Abominava a politica partidaria que gira em torno de pessoas e não tem ideal. D’ahi a razão porque tendo sido qualificado eleitor nunca se utilisou do seu voto depois de se certificar da fallencia do nosso regimen eleitoral.»

O dr. Aristides era casado apenas ha dous annos com a exma. snra. d. Maria de Assis Montenegro de Mello. Não deixou descendencia. Falleceu, após prolongados soffrimentos, a 10 de Setembro de 1916, sendo sepultado na vizinha cidade de S. José. Era socio effectivo do nosso Instituto.

Deixou «crescido numero de arrazoados e estudos de direito, scintillações do seu espirito cuidadoso e methodico».



Documentos do Archivo do Governo do Estado

S. FRANCISCO

Illmos. Senhores do Governo — Havendo esta Camara recebido o respeitavel Officio de VV. SS. de 2 do corrente em resposta ao que esta mesma Camara enviou a VV. SS. com o feixo de 19 do passado, em consequencia do Real Decreto de 1.º de Agosto deste mesmo anno recebendo com o obediencia a reprehensão de VV. SS, por haver positivamente dirigido a S. M. Imperial manifestando quanto necessitava a bem da segurança e fortificação desta mesma Villa se ve na necessidade de hir outra vez com toda submissão a respeitavel Presença de VV. SS. Nunca foi da mente, menos do Consideração da Camara obscurecer nem negar a obediencia, respeito que deve, e confessa a Illma. Junta do Governo Provisorio a quem respeita e conhece pela primeira Autoridade Constituida da Provincia; porem sendo-lhe enviado aquele Decreto e recommendado seo cumprimento pelo Dr. Ouvidor da Comarca vendo que no mesmo Decreto S. M. I. constitue responsaveis todas as Autoridades Civis e Militares ao Crime de Lesa Nação quando desedidamente não cumprisem devendo representar logo a Corte as necessidades de munições e pertrechos necessarios para as Fortificações, não tendo a Camara entre os Membros de sua Corporação intilligencia de Direito e se governe mormente por boa vontade natural e razão, intendeo A Camara que ir representar A S. M. I. as necessidades do Paiz e commum, que não ofenderia nem levemente a Illma. Junta do Governo a que tanto respeita e tanto amor

consagra, que por isso mais cencivel se fas o pezar da Camara. Por efeitos da reunião convocada ao Commandante da Companhia de guarnição esperava, resposta, que puzesse a Camara em descanso com elle e com o do Batalhão combinando entre todos que de hum tudo se necessitava, de Tropa por ter apenas Seis Prassas de Artilharia, Acordamos que se dirigisse A Camara a S. M. I. o Commandante da Companhia a Illma. Junta, o do Batalhão ao Governador das Armas, e com a confiança de que Anuindo S. M. I. a representação da Camara em que fas ou as necessidades, Determinará como for do seo Real Agrado, pelos Tribunaes Competentes. Em consequencia do que, espera e roga esta Camara á VV. SS. implorando as Paternaes cuidados que hajão de Considerar o procedimento da Camara por cega obediencia as Determinaçoins do Supremo Imperante, zelo e amor da Patria. Deus guarde a VV. SS. muitos annos. Rio de S. Francisco em Vereança de 19 de Outubro de 1822. Illmos. Snrs. Presidente, Secretario e Vogais do Governo Provisorio da Provincia de Santa Catharina. — *Jacinto Fernandes Dias. Antonio de Barros Lima. Antonio José da Silveira. José Francisco Pereira. Agostinho de Sousa Lima.*

Illmos. Senhores — Incluso dirigimos a guia que acompanhou o officio que a esta Camara veio dirigido pelo Tribunal dos Negocios do Imperio. Deus guarde a VV. SS. Rio de S. Francisco em vereança de 14 de Dezembro de 1822. Aos Snrs. Presidente, Secretario e Vogares do Governo Provisorio da Capital de Santa Catharina. *Jacinto Fernandes Dias—Antonio de Barros Lima—Antonio Jose da Silveira—Jose Francisco Pereira—Agostinho de Souza Lima.*

Illmos. Snrs. do Governo—Temos a participar a V. V. S S. que na tarde do dia oito do corrente concorrendo subitamente não a Officialidade, como alguns soldados do Batalhão Miliciano, que se achavão presentes nesta Villa, acompanhados de cidadãos deste Povo, requererão-nos Camara para o dia seguinte pois que tinham nella que requerer a bem do Serviço de Sua Magestade Imperial, e da Nação, e com efeito no dia desempacientes antes que a Camara se reunisse tocarão o sino da Cadea, e propondo-se-lhes que faltava o actual Procurador que por morar distante não teve tempo de se reunir, requererão viesse suprir o lugar o do anno passado, o que vendo nós, e conhecendo quanto cumpre o dever da Camara manter o socego Publico, e attendendo a taes requerimentos nos dirigimos aos Paços do Concelho, e alli nos foi presente seu requerimento, tal qual do termo incluso se mostra; e depois de lhes ser as suas instancias lido hua, e outra vez, trabalhou a Camara em os socegar, dizendo-lhes de recorrerem a Illma. Junta do Governo da Capital que lhes havia de providenciar, ao que responderão que não tinham sobre este objecto mais que recorrer-se a VV. SS. porque já o tinham feito antes, e que tinham o Despacho (que nos apresentarão) pelo qual VV. SS. lhes concederão recorressem a S. M. I. por si, ou seu Procurador: em tal caso, vendo-se esta dita Camara na urgente necessidade de tomar medidas sufficientes para aplacar a desenfreada paixão de hum Povo amotinado, e ferido, e desvanecer o seu projecto, assentou de commum acordo deliberar-lhe pela forma que do mesmo termo consta: este foi finalmente o modo com que depois de muito trabalho o pode a Camara aplacar, e he lastima Illmos. Snrs. vêr de que só o Tenente coronel Francisco de Oliveira Camacho tenha causado a este Povo tão grande desasocego, sem outro fim mais do que o de sustentar e manter sua desmascarada opinião contra vontade de tantos; e isto no tempo em que tratando-se da nossa Santa Independencia devem os homens estar em tranquillidade d'espírito dispostos somente a sustentar, e pelo contrario apesar nosso vemos a unica força d'este Paiz em desordem,

sendo huma verdade que athé então se acharão fazendo o Serviço com gosto e muita promptidão, sentando Praça voluntarios, como bem pode informar o Tenente Coronel Ajudante d'Ordens do Illmo. Governador das Armas pelo conhecimento que teve na proxima visita que aqui passou. — Deos Guarde a VV. SS. muitos annos. Rio de S. Francisco em Vereação de 14 de Dezembro de 1822. Illmo. Snrs. Presidente, Secretario e Vo-gaes da Junta do Governo Provisorio da Capital de Santa Catharina — *Jacinto Fernandes Dias* — *Antonio de Barros Lima* — *Antonio José da Silva*.

Camara — Secção 41 — Aos dez dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e vinte dous annos nesta Villa do Rio de São Francisco do Sul nos Passos do Conselho, e Salla da Camara aonde foi reunido a requerimento da officialidade e membros do Batalhão Miliciano, e varios cidadãos desta Villa o Juiz Presidente Jacinto Fernandes Dias, o Juiz Ordinario o Capn.-mór Antonio Eugenio de Miranda Tavares com os mais officiaes da Camara e na falta do Procurador actual foi chamado para esta secção o do anno passado Martinho d'Oliveira Cercal commigo Escrivão da Camara, e sendo todos ahi immediatamente comparecerão na mesma Sala da Camara os Officiaes do Batalhão Meliciano desta Villa, Officiaes suball ternos, officiaes inferiores e varios Cidadãos desta Villa, e por ellas conformemente foi dito e requerido, que a bem do seu direito individual, e do Serviço imperial, que pelos muitos justos e poderosos motivos pelos quaes tem requerido contra o Tenente — Coronel Francisco d'Oliveira Camacho, não podem ser por elle commandados no dito Batalhão, e que prezentemente vião com maior magoa do seu coração que a pesar de haver o Povo desta Villa dado huma conta a El-Rey o Senhor Dom João Sexto, havendo requerido por vezes aos Governos da Provincia, havendo as Camaras por duas vezes representado a

Sua Magestade Imperial, em virtude das quaes mandou a Illma. Junta do Governo proceder a hua Inquirição Militar na qual depozirão mais de quarenta pessoas que provarão as culpas, os motivos, e os despotismos que obrou o dito Tenente — Coronel quando Commandou esta dita Villa havendo a requerimento dos Representantes sido sustado do entrega do Commando do Batalhão, mandado pelo Ex-Governador Vallente, apezar de tudo isto e de terem os representantes membros do Batalhão, e mais Povos declarado athé publicamente que não querem ser Commandados pelo dito Tenente-Coronel por buscar este por seu caprixo e vingança que intenta nas pessoas do Povo com maximas, industrias, e protecção de homens que não tem conhecimento de quanto este Povo soffreu do dito Tenente-Coronel que sem respeito as Leis da Nação tem chegado a prometer que hade Commandar aos representantes para delles se vingar; — apezar de tudo isto acaba de receber o Sargentomór João Guilherme d'Almeida que se achava commandando o referido Batalhão, Ordens do Illmo. Governador das Armas da Capital para em cumprimento de hua Portaria de Sua Magestade Imperial de 7 de Novembro proximo passado entregar os papeis, livros, Ordens tendentes ao Commando do Batalhão a elle Tenente-Coronel e vendo os representantes o desgraçado momento da perdição de suas pessoas, de suas familias, e de seus bens, vendo Commandados contra sua vontade por aquelle Official, se recorrem ao Senado da Camara perante quem, protestão pela sua liberdade Constitucional, requerendo que a bem dos seus individuaes direitos, do socego publico, e do Povo que se acha revoltado com este facto, hajão por bem mandar em Nome de Sua Magestade Imperial, cujo Supremo Nome invocão a seu favor como Imperador, Senhor, Pay, e Defensor Perpetuo dos Povos deste Imperio sustar a entrega do Commando do Batalhão no entanto que, requerem recorrer ao mesmo Supremo Senhor, a representar-lhe de viva voz todos os motivos que tem para não serem Commandados pelo referido Tenente-Coronel. O que sendo visto e ouvido por elles Juizes, Presidente e Ve-

readores, e Procurador, resolverão aos representantes, que não sendo occulto á Camara as razões que allegão, e o direito que tem, em consequencia do qual já por vezes ha representado sobre esta materia a Sua Magestade Imperial de que ainda não teve solução, comtudo que a Camara não pôde conhecer de objecto Militar, e não pôde mandar sustar a Portaria de Sua Magestade, cujas supremas detreminações andem ser Religiosamente cumpridas, porem que vendo o desassocego, e sentimentos em que se acha o Povo, dirige por si o Interino Procurador Martinho d'Oliveira Cercal, a representar á Sua Magestade Imperial o dedusido, e pedir o socego e quietação dos Povos, e que os representantes de entre si enviem membros á mesma Soberana Presença; fazer-lhe sabedor de quanto tem requerido, para o mesmo Imperial Senhor o deferir como for do seu Imperial Agrado; que no entanto cumpria ao dever dos representantes como bons subditos, e bons Cidadãos ajudar a Camara a fazer conservar a paz e o socego publico, que regressando os seus enviados gozarão de sua liberdade Constitucional, que tanto lhe confere sua Magestade: E para constar mandarão fazer este termo que assignarão com os representantes; Joaquim José de Oliveira, Escrivão que o escrevi, — O Presidente Jacinto Fernandes Dias. — O Juiz ordinario Antonio Eugenio de Miranda Tavares. — O Vereador Antonio de Barros Lima. -- O Vereador Antonio José da Silveira. -- O Vereador José Francisco Pereira. — O Procurador interino Martinho d'Oliveira Cercal. — O Capitão Leandro José d'Araujo. — O Capitão Antonio Carvalho Bueno. — O Capitão Manoel Ferreira de Souza. — O Tenente Manoel Joaquim de Souza. — O Tenente Manoel Pereira da Costa. — O Tenente Francisco de Paula Reis. — O Alferes Bento Gonçalves de Moraes Cordeiro. — O Alferes Bernardino Fernandes Dias. — O Alferes Francisco Mathias de Carvalho — O Sargento Francisco de Paula Vidal. — O Sargento Manoel Jacinto d'Oliveira. — O cabo Luis Ignacio Henriques. — O Armeiro Manoel Francisco Lopes. — O cabo José Alberto de Oliveira. — O cabo Antonio Leite de Magalhães. — O cabo Bento José

Coelho Guimarães.— O cabo José Joaquim da Silva.— Manoel José d' Azevedo.— Jacinto José de Souza.— Jose Nicolau Machado.— Antonio José de Souza.— Salvador José dos Anjos.— Antonio Correia da Silva.— João Vicente Nobrega.— Manoel Rodrigues de Oliveira Branco.— Joaquim Angelo de Oliveira.— José Ignacio Alves.— Francisco de Paula Teixeira.— Joaquim José Pires.— João Alves da Silva.— Cruz de Antonio Alves.— Cruz de Miguel Teixeira da Silva.— cruz de Firmino José Bernardes.— cruz de Antonio de Castilhos.— cruz de Felisberto das Neves.— Conforme. Escrivão da Camara Joaquim José de Oliveira.

Illmos. Snrs. do Governo. Participamos a VV. SS. que recebemos o Officio de 19 deste mez. e com elle a copia do Imperial Decreto de 1.º do mesmo pelo qual S. M. I. Houve por bem criar a Ordem honorifica denominada—Ordem Imperial do Cruzeiro—a qual copia mandamos cumprir, publicar e registar na fórma por VV. SS. ordenado, do que ficarão os Povos cientes. Deus Guarde a VV. SS. muitos annos, Cidade de S. Francisco em vereança, 30 de Dezembro de 1822. Illmos. Snrs. Presidente. Secretario e Vogaes do Governo Provisorio da Capital de Santa Catharina.—*Jacinto Fernandes Dias.*— *Antonio de Barros Lima.*— *Antonio Jose da Silveira.*— *José Francisco Pereira.* *Agostinho de Souza Lima.*

LAGES

Illmos. Exmos. Snrs.—Acuzamos a receção do officio de VV. Exas, de 3 de Setembro proximo pasado na sua intelligencia daremos a exsecução na parte quenos toca. Deus guarde a VV. Exas. muitos annos. Villa de Lages em vereança de 4 de Novembro de 1822. De VV. Exas. Atentos servido-

res.—Antonio Luis de Cordora.—Aurelio Antonio Paz.—*João José de Oliveira*.—*Joaquim José Ribeiro*.—*Salvador José de Araújo*.

Illmos Snrs. do Governo Provisorio. — Cheios de respeito a sete do corrente termos do officio que VV. SS. nos dirigirão datado de 24 de Outubro concluso o requerimento de Artigos de accusação que fes o Cabo de Esquadra e Commandante do do Rio Canoas Contra o Caapitão de ordenanças e Commandante desta infeliz villa Manoel Cavalheiro Leitão, cujos artigos são verdadeiros não só pelo nosso conhecimento, como pello que informarão o apitão Joaquim Ribeiro de Amaral, o Tenente Balthazar Joaquim de Oliveira e o Juiz de orphãos Nicolas Di... e Abreo e o republicano Caetano José de Souza. Como consta do termo de vereança a fls 138 e fls 139 e execução do Artigo em que trata de reclamar seus Escrivão pois como suplicante foi aclamado unicamente o Pais a que o mesmo Juiz dis... para outra..... o qual Escrivão não tinha levado porem outros Juizes se queixão dos insultos que o dito Capitão tinha feito de que podemos informar a VV. SS. e o maes o respeito e o tomou nos contem.

Deus guarde a VV. SS. muitos annos. Villa de Lages em Camara de 15 de Dezembro de 1822. Illmo. Snr. Governador do Governo Provisorio da Provincia de Santa Catharina.

Bejã muito crescente as maons de VV. SS. o Juiz Presidente e mais officiaes da Camara da Villa de Lages. — *João Antonio Borges, Joaquim José Ribeiro, João Jose de Oliveira, Jose Jacinto de Oliveira, Salvador José de A.*

Illmos. Snrs. do Governo. — Joaquim José Rodrigues, moradores de Lages, Cidadão d'idade de 79 annos, Commandan-

te da Guarda e registro de Canoas, hão quinze annos; Cidadão, que hei sustentado a tranquillidade publica contra facinorozos, que tem dezempenhado diligencias de alto risco, e nenhuma palavra, por nenhuns Governos attendido merecidamente, queixa-se hoje a VV. SS. e vai ver Se a origem ou fonte do atrazo de Lages e se pelos males do Supplicante, se evitão affliçoens de Honradas Viuvax vexames de muitos pobres, e se de huma vez Este Governo Provincial hum dia milhora, o que o passado Governo prometeo, mas que não comprio, pela influencia de quem protege em Lages o Capitão Manoel Cavalheiro Leitão em tal Commando cujo teimosia, e cerração de ouvidos a muitos queixozos, sem duvida, Senhores, hade dar hum fim dezastrô á algum habitante daquella Villa !

Não he a voz da vingança que fala, é a verdade de muitos, e a do Supplicante que offerece a VV. SS. a vida se nenhum só termo menosprezar o respeito devido a VV. SS. na falta daquella pureza, com que se deve fallar á hum Governo. 1º Manoel Cavalheiro Leitão, he um Insultante; 2º He vestido de hum aspecto feroz, quer ser obedecido legalmente em todas as suas desmedidas violencias; 3º Sem intimação alguma, expulsa o Supplicante de sua Commandancia, e inspeção, em que sempre esteve empregado, sem haver-lhe jamais pasiado numeram^{to}. ordenado pelo Marquez de Alegrette. Quando lhe parece, degrada, intromete-se no que pertence á Justiça. Manda chamar á Sua presença este, ou aquelle Cidadão, e tendo já com sigo, o Juiz e o Escrivão, provoca ao misero com as palavras mais insolentes, como succedeo com o Supplicante a ver se respondendo-lhe, o autuava e espulsava. A matadores dá passaportes, como succedeo com João Francisco que tendo matado Pais, e Irmãos, se retirou para o Continente onde foi prezo. Passa concessões de terras, e athe das já possuidas, como succede com a Viuva do Ref. Capitão-mór D. Joaquim, que levando ordens para se lhe entregarem deste anterior Governo, elle bem longe de cumprir, coadjuva os que fez introduzir em seus Campos, fazendo desfeitas continuas a esta honrada Viuva, tendo sido percizo ao

Supplicante e a outros Varoens de Paz, suspender o Filho da mesma Viuva, de matar o Supp^{te}. o que sem duvida acontecerá, se este Bom Governo, não procura com a separação ainda que seja honroza de um Homem segurar a paz dessas rest^{es}. familias! Nhuma pallavra, Senhores, debaixo do pretexto de abridor de estrada, este Homem com seu Empenho nesta Capital, he hum Despota, he hum Tiranno! Já se mostrou, que aquella Cammara recebeo quando sujeita a S. Paulo, ordem do Triunvirato, com a firma Respeitavel do mesmo Bispo, por que tal Homem não fosse proposto em Cargos, digo em postos, quanto mais em governança.

O Anterior Governo prometeo, mandar outro Commandante, porem.... Se ha duvida sobre a verdade expendida, hum Justo Governo, inteiram-se do Povo e dessas Autoridades; mas he percizo q. hum dezalmado de tal espece, esteja desviado do local e que huma Auctoridade incompravel, ouça, escute o depoimento dessas rest^{es}. Familias, que comprão a todo o custo o seu socego em quanto o tal Despota não lembra pertubar! Quem seja Manoel Cavalheiro Leitão, só pode ignorar, quem ensurdeça á voz daquelle Povo consternado. Portanto P. o Supp^{te}. a VV. SS. se dignem mandar restituir ao Supp^{te}. á commandancia e inspecção da Guarda de Canoas onde por tantos annos se tem conservado Com^{te}. com tanta honra, e onde fez seu estabelecimento, e justamente nove Cazaes; ponto aquelle muitas vezes accometido pelo Gentio, sempre rebatiido Supp^{te}. sem vexame, antes com sua propria gente, e que emfim VV. SS. se dignem attender a Verdade examinando-a, ouvindo, e informando-se do Capitão Joaquim Ribeiro do Amaral, ou chamando a esta o tal Cavalheiro, e em sua auzencia procedendo por huma Comissão Militar ouvir aquella triste Povoação sem decobrir-se aqui a mesma diligencia. E. R. M.

CAPITAL

Illmos. Exmos. Snrs.—A esta Camara foi enviado pelo Exmo. Procurador Geral da Provincia o protexto que consta do exemplar inclurso, e querendo, q. sobre este objecto se tome hua deliberação conforme a razão, ou seja ratificada aquella que do mesmo consta mandou por Edital em dacta d'oje, convidar aos Cidadãos de todas as classes afim de comparecerem nos Paços do Conselho, pelas nove horas da Manhã do dia oitto do Corrente. Por cujo motivo roga-se a V. Exas. queirão concorrer á aquelle acto como devendo ter no mesmo hua grande parte. Deos Guarde a V.Exas. por muitos annos. Desterro em Cam^a. Extraordinaria de 4 de Janeiro de 1823. Illmos. Exmos. Snres. da Junta do Governo desta Provincia. *Francisco José Nunes.* — *Francisco Borges de Castro.* — *Francisco Maxado de Souza.* — *Francisco Antonio Pereira Guimarães.* — *José Silveira de Souza.*



CATHARINENSES ILLUSTRÉS

CONSELHEIRO

MANOEL DA SILVA MAFRA

Nasceu o illustre catharinense no Desterro, hoje Florianópolis, á rua João Pinto, então Augusta, numa casa em cujo terreno foi construído em 1838, por se pae, o predio actualmente occupado pelo Club Doze de Agosto. A data do seu natal foi a 12 de Outubro de 1831. «Referindo-se a este auspicioso facto o nosso emerito patricio Virgilio Varzea diz que o nascimento desse proeminente vulto tendo coincidido com a grande data commemorativa do descobrimento da America, este fortuito e feliz assignalamento parecia indicar que elle physica e psychicamente vinha moldado, senão para um extraordinario e grandioso destino futuro, pelo menos para uma posição ou carreira distincta fóra da vida commum.

E o prognostico se realisou» (1)

Foram seus paes o abastado negociante Commendador Marcos Antonio da Silva Mafra e d. Maria Rita da Conceição.

Os seus primeiros estudos foram feitos na escola do severo José Joaquim Lopes, um dos veteranos da nossa independencia.

Com os seus preparatorios concluidos para o Rio de Janeiro partiu a 8 de Dezembro de 1844, a fim de matricular-se no Seminnrio de S. José, pois todo o desejo de sua familia era de vel-o abraçar a carreira ecclesiastica. O espirito do moço catharinense não se coadunou, porém, com o regimen do sacerdocio.

(1) SERGIO NOLASCO--Artigo n.º A Opinião" de 22 de Novembro de 1915.

Matriculou-se, então, em 1851, na Faculdade de direito de S. Paulo.

Almeida Nogueira em interessante trabalho sobre a Academia paulista, assim descreve o nosso biographado: — «Alto, assaz corpulento, bem moreno, cabellos pretos, pouca barba, rosto grande, sempre adornado de oculos escuros; typo de homem serio; e, de feito, o era, pois quando se matriculou, em 1851, no primeiro anno do curso juridico, estava já percorrendo a casa dos vinte.

«Consideravam-no, por isso, os collegas como pertencendo ao grupo do *velhos*. E os seus habitos, seus gostos e modo de vida justificavam esta justificação, sendo certo que Mafra se esquivava systematicamente dos folguedos academicos; quasi chegava a segregar-se da roda dos collegas, para mais estreitar o seu intimo commercio com os livros de Direito..... e da litteratura.

«De litteratura sim, porque não imagine o leitor que elle tenha sido um estudante *casmu ro*, insensivel á arte e á seducção das musas.

«Protestariam contra esse injusto conceito varias produções em versos, poesias sobre o eterno poema do amor, insertos por elle na *Revista do Ensaio Philosophico*.

«Resolvia assim o problema proposto por Silveira de Souza, seu illustre conterraneo; pois achou que—...*o amor com civil faziam liga*,

«Entretanto é força convir elle brilhava principalmente como estudante de Direito, e nessa qualidade fazia jus á classificação entre os primeiros.»

«Teve por algum tempo como companheiros de casa o Evaristo Veiga e o Caetano Pinto, já muito nossos conhecidos. Como é que se poderiam conciliar temperamentos tão diametralmente oppostos ?

«Não se conciliavam muito não, e por isso logo se separou delles o Mafra, como vamos referir.

«Morava nesse tempo á rua Santa Iphigenia, á pouca

distancia da *republica* daquelles rapazes, o tenente-coronel Nênem. Não sabemos se era este o seu nome verdadeiro ou appellido popular.

«Isto, porém, pouco importa. Tinha este tenente-coronel uma filha bastante gentil. O Evaristo e o Caetano Pinto, que se davam na casa, convenceram a graciosa menina de que estava por ella apaixonado... (ora, de quem haviam de se lembrar?) o Mafra, sim, o exquisitão do Mafra, explicavam elles, o qual, por muito acanhado não se animava a revelar o seu amor.

«Dahi por diante, não passava o Mafra pela rua Santa Iphigenia sem que o aguardassem o cumprimento e um amavel sorriso da formosa vizinha. Elle, sem de nada suspeitar, abaixava o rosto vexado, e mal retribuia a delicadeza.

Um dia, ausentes os seus dois companheiros de casa, bateu-lhe á porta, perguntando pelo dr. Mafra.

«Era uma mucama, portadora de uma bandeja de doces.

— «Que deseja?»

«Fallar com o dr. Mafra.»

— «Sou eu mesmo.»

— «O senhor, não; é o dr. Mafra a quem procuro.»

— «O Mafra sou eu mesmo, rapariga!»

— «Não é o senhor que eu conheço por este nome. O dr. Mafra é um moço baixo, de *pince-nez*.

— «Ah! Sim?! Que é isto que você traz ahí?»

— «São uns doces e esta carta, mas que eu só a elle posso entregar.

— «O outro Mafra que você procura, e que se chama Caetano Pinto não está em casa. Você espere-o aqui, se quiser, mas diga á sua senhora moça que tanto ella como eu, que sou o verdadeiro Mafra, estamos sendo victimas das maroteiras do Caetano e do Evaristo.»

«Nesta mesma tarde, o Mafra, justamente encavacado com os dous collegas, separou-se delles e mudou-se para a rua das Flôres.

«Não se limitou, porém, a isto a pilheria. No dia seguinte, logo cêdo, recebia elle a visita do Evaristo, que o interpellou sério, em tom compungido:

— «Que é isto, Mafra? Por uma simples brincadeira...

— «Brincadeira?! Um acto indigno!»

— «...brincadeira de collegas, de amigos.»

— «P'ra o diabo amigos taes!»

— «Tenha paciencia, não fique mal comnosco! Você sabe quanto o estimamos...»

— «Deixe-me, vá embora. Você e o seu comparsa não merecem da minha amizade!»

«Retirou-se o Evaristo e logo após entra na sala o Caetano Pinto.

«Repete-se a mesma scena, dando o Mafra, sem querer, as deixas para a *representação*. Reunidos na rua, entram em confabulação os dois incorrigiveis trocistas.

— «Como é que havemos de fazer—pergunta o Caetano—para nos vingar deste malcreado?»

— «O peor da festa é que temos que dizer adeus aos doces...»

— «Devemos tirar desforra. Como ha de ser?»

— «Occorreu-me uma idéa—disse Evaristo.»

«E foram junto á igreja de S. Benedicto onde estava reunida a respectiva irmandade, composta, em sua maioria, de pretos, para tratar da eleição de juizes, outros funcçionarios e festeiro para o anno seguinte. Dirigiu-se a elle o Evaristo, e fez-lhe vêr que desejava ser o *imperador* da festa, que era uma promessa que fizera, e lhes supplicava que não se oppuzessem áquella sua devoção. Jubilosos annuíram os irmãos de S. Benedicto, e perguntaram-lhe o nome:

— «Manoel da Silva Mafra—respondeu o Evaristo.

«Tomou-se nota. No dia da festa, repleta de povo a igreja, foi proclamado do pulpito, por um dos padres celebrantes, o resultado da eleição dos juizes e mais funcçionarios, e tambem—Imperador por devoção—o academico Manoel da Silva

Mafra. Geral foi a surpresa desta ultima proclamação e que muitos commentarios suscitou nesse e nos dias successivos nas rodas academicas. O Evaristo e o C. Pinto foram em pessoa dar parabens ao *imperador*, e andaram convidando gente para fazer outro tanto.»

Em 1855, após sua formatura, regressou elle ao berço natal.

De parceria com o seu não menos distincto patricio, bacharel Julio de Mello e Alvim, em 1857, poz-se á frente do periodico *Mensageiro*, que se publicava na capital.

Nesse mesmo anno passou a exercer o cargo de Juiz Municipal de S. José, passando, a 6 de Outubro de 1858, a occupar o mesmo cargo no Desterro. Em 1859 esteve, interinamente, como Juiz de Direito da capital.

Foi eleito deputado provincial para o biennio de 1860-61. Por esse tempo contrahio casamento com uma filha do Capitão de mar e guerra João Pedro de Carvalho Raposo, então Capitão dos portos da provincia. Transferio, posteriormente, sua residencia para a provincia do Rio de Janeiro onde exesceu «com raro successo a advogacia, notabilizando-se no fôro fluminense pela sua proficiencia como jurisconsulto, tanto pela austeridade de character».

Em duas legislaturas consecutivas (1881-85) representou a terra natal na Camara dos Deputados.

Fez parte, em 1882, do Gabinete Martinho de Campos como Ministro da Justiça, recebendo, então, o titulo de Conselheiro.

Presidiu, pouco depois, a provincia do Espirito Santo.

Foi presidente do Tribunal civil e criminal, cargo em que se aposentou. «Homem da lei, o conselheiro Mafra exerceu com criterio e integridade varios cargos na Magistadura e na administração.»

«Sobrelevava no conselheiro Manoel da Silva Mafra disse o conde de Affonso Celso ao traçar-lhe o necrologio— a todas as preoccupações espirituaes o amor do direito.

«Considerava-o, em verdade, a *humanaram atque divinarum rerum notitia*. Foi juiz na época em que o mages-tado na sua carreira viajava pelo paiz, de modo que, ao alcan-çar os derradeiros postos, conhecia os homens e as condições da Patria toda, contribuindo, pelas relações creadas nas mais afastadas zonas, para cimentar a cohesão nacional. Presi-dente de provincia, deputado, ministro da justiça, alegre, ex-pansivo a transbordar de bonhomia e cordialidade, apreciava sobretudo pesquisar a solução juridica de um caso intrincado, assegurando a cada membro da sociedade o que procedente-mente lhe tocasse.

«Minutava um agravo com o interesse e o deleite des-fructados por outros, ao soborear um romance».

Convidado em 1895 pelo então governador dr. Herci-lío Luz para patocinar junto ao Supremo Tribunal os direi-tos catharinenses sobre os territorios de oeste, que o Paraná se obstinava em conservar, o illustre Conselheiro acceitou, or-gulhoso. a ardua tarefa e, pela palavra, pelo livro, pela im-prensa bateu-se como um gigante, fazendo resaltar a verdade e a justiça da nossa causa. E o Supremo Tribunal, diante das luminosas razões do nosso illustre patrono, do vigor de sua ar-gumentação cerrada e da copia de documentos historicos apre-sentados, por maioria de votos, em dous luminosos accordãos proclamou o nosso inconcusso direito. Em meio desta lide herculea, envolto nas glorias de sua victoria, na admiração im-perecível dos seus conterraneos, tombou para sempre o inteme-rato luctador, em Nictheroy a 11 de Março de 1907.

Publicou o conselheiro Mafra varios trabalhos importan-tes. Uma de suas obras, muito apreciada no fôro, é a *Juris-prudencia dos Tribunaes*.

«As razões de advogado apresentadas ao Supremo Tri-bunal no memoravel pleito sobre limites entre o Estado de Santa Catharina e o do Paraná, que deu victoria á causa, re-commendam-se tanto pelo vigor da argumentação, quanto pe-la sua importancia como documento historico e valiosa peça

de jurisprudencia». Esses preciosos trabalhos deram-lhe entrada nos Institutos historicos e geographicos de Santa Catharina, Fluminense e Brasileiro.

Hoje os restos mortaes do grande lidador repousam em terra catharinense, em mausoléo de marmore e granito, no cemiterio dos Passos.



Regim^{to}. q. se ha de observar no transporte dos casaes das ilhas da Madeira e dos Açores p^a. o Brasil

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa Sr. de Guiné e da conquista navegação comercio da Ethiopia Arabia Persia e da India etc. por ser conveniente acautelar as desordens que costumam succeder em viagens largas particularmente nos navios em que se transportão molheres, e ser justo q.os q.levam nelles as suas familias tenham a consolação de ver q. se dão todas as providencias necessarias p^a. que ellas sejam conduzidas com toda a honestidade e recato, houve por bem em consulta do meu conselho ultramarino de onze de Julho do presente anno, q.p^a. a conducção dos casaes que tenho mandado se transportem das Ilhas da Madeira e dos Açores p^a. o Brasil se formasse este regimento p^a. ser observado por todos os que forem nos navios em que se fizer este transporte, e pelas mais pessoas a quem estiver encarregado o cuidado delle na parte que lhe tocar na forma seguinte.

1º

O Ministro q. nas Ilhas estiver encarregado desta expedição, e em sua ausencia, o Juiz Ordinario do lugar em que se embarcar a gente, nomearão em cada Navio entre as cabeças de casaes q. Ouverem de embarcar com as suas familias, dous de maior graduação e capacidade com o titulo de Mandante para governarem, na viagem todas as mais familias ou pessoas, que forem transportadas no Navio; e outrosim nomearão um substituto a cada Mandante para o caso, em q. o mesmo Mandante adoeça ou morra na viagem. E se o navio fizer escala

p^a. tomar gente em dous portos das Ilhas de cada hum delles hirà hum dos Mandantes, e o seu substituto.

2º

Todos os homens q. se transportarem das Ilhas ou deste Reino se repartirão por igual em duas companhia p^a. haver de servir, a gente de cada hua com hum dos Mandantes.

3º

Estes Mandantes embarcarão antes que qualquer outra familia do Porto em que estiverem para assistirem ao embarque das mais que forem chegando a bordo, e fazerem observar, desde o principio a boa ordem.

4º

Ao primeiro destes Mandantes que se embarcar entregará o Capitão ou M^e. do Navio, hua das chaves das portas e postigos das camaras em que ouverem de hir as mulheres fican-do outra em poder do mesmo Capitão.

5º

Cada hum dos Mandantes nomeará da sua Companhia 24 cabeças de casaes p^a fazerem guarda dous a cada hua das portas dasditas Camaras a quattros (sic) de quatto horas no dia, que lhe tocar com as armas, que tiverem.

6º

Alóm destes nomeará cada Mandante na sua Companhia dois Recebedores homens fieis, hum para receber os Mantimentos pertencentes às mulheres e crianças e examinar se são conformes as condições do assento, vel-os preparar e fazel-os distribuir de dez em dez pessoas com igualdade; outro para

ter o mesmo cuidado dos mantimentos dos homens e dos meninos de mais de sete annos.

7º

Tão bem nomeará cada hum dos Mandantes na sua Companhia dous serventes, homens casados fieis, para levarem as rações do fogão ás camaras das mulheres. E tanto desta obrigação como da de Recebedor e Guardas, não se poderá escusar algum dos nomeados, visto ser para utilidade com mum.

8º

Cada hum dos Mandantes alternativamente governará hum dia e nelle estarão á sua obediencia todos os passageiros igualmente, mas p^a as guardas e mais ministerios sobreditos fará somente servir os homens p^a isso nomeados da sua Companhia p^a entretanto descançarem os da outra; e o Mandante a quem tocar o dia, terá em seu poder as ditas chaves e distribuirá conforme entender os quartos aos Guardas.

9º

Dentro das Camras das mulheres não entrará homem algum salvo em caso de doença o Cirurgião ou o Capellão- quando for preciso administrar os sacramentos a alguma enferma. Os meninos até a idade de sete annos irão nas camaras das Mulheres.

10º

Não falará homem algum com as mulheres salvo marido a sua mulher, filho a sua mãe, o irmão a sua irmã, e para isto precederá L^{ca} do Capp^{am} o Me^e do Navio e do Mandante os quaes hirão abrir o postigo e estarão presentes enquanto se conservar aberto e o mesmo fará a hora em que forem levar as mulheres a comida e agoa.

11º

Se o Capp.^{am} estiver doente ou de outro modo empedido não ficará as d.^{as} chaves senão do M.^e o do Mandante que não for daquelle dia, ou de algum dos substitutos e se o Mandante do dia estiver doente ou empedido as não confiará senão de de seu substituto ou do outro Mandante.

12º

O dº Min.º o Juiz ordinario nomeará tambem entre as mulheres que forem em cada hua das Camaras duas de mais gradação, e capacidade para que alternativamente aos dias tenham o mando sobre todas as outras da Sua Camara afim q. tambem nellas se conserve bom Governo, e sucego por meio da subordinação.

13º

O Capellam dirá missa ao menos em todos os dias S^{tos} e só nesses dias sahirão as mulheres a ouvilla para o q. seporão prº em ala nas paçagens todos os Guardas e então se abrirão as mulheres as portas, que depois dellas sahirem se tornarão logo a fexar as mesmas mulheres ficarão no lugar mais visinho ao altar, e logo o Capp.^{am} os Mandantes e seus substitutos com todos os Guardas atraz destes a mais gente e depois de todos os Marinheiros Grumetes e mossos de Navio e acabada a missa setornarão a por em ala os Guardas p^a a paçagem das mulheres e recolhidas ellas se fexarão as portas de seus aposentos.

14º

Se alguma pessoa da equipagem do Navio falar com alguma mulher, o qualquer dos paçageiros o fizer não tendo o parentesco q. fica dº, e sem preceder a d^a L^a o se algum dos sobredos por ousado acometer ao respº das molheres algu des-

comedim^{to} ou fizer na viagem algua outra desordem o desturbio com q. inquiete o cause molestia aos mais passag^{os} o equipagem, ou faltar a obediencia, ou ao respeito que dever as pessoas que mandarem ou em algua cousa transgredir o contheudo neste regim^{to} se fará ajunta do Canpp^m o M^e do Navio e os dous Mand^{tes} p^a arbitrarem por mais voc^{os} apenas q. deverem imporse ao culpado que a porpução do exceço q. tiver cometido será de prisão o de deminuição da razão o prisão na arca da bomba ou reclusão em ferros as quaes penas se emporão pello tempo q. parecer e sendo a culpa tão grave q. meressa mayor demonstração hira o Reo preso em ferros athé o porto do desembar^e onde se entregará a ordem do Gov^{or} pa. ter com elle o procedimento que for justo, e nestas penas incorrerão tão bem conforme as circumstancias do caso os Guarda q. ouverem consentido emqualquer exceço o transgreçam do q. fica d^o por malicia ou por negligencia.

15°

O Capp^{am} o M^e do Navio terá cuid^o de distribuir os melhores commodos, aos sacerdotes e as pessoas mais distintas conforme lhe for apontado pello sobred^{os} Ministros ou Juiz procurando m^{to} que todos os paçageiros vão contentes e bem tratados e q. haja nas cobertas e convez especial cuidado de se conservarem com limpeza.

16°

O manda^{te} a q. m tocar fará este regim. ^{to} seleya publicam^{te} e em alta vos na tarde precedente a partida como em todos os dias festivos acabada a missa p. ^a que cada hum possa melhor ter presente a lembrança da sua obrigação. El Rey N. Sr. o mandou por Alexandre Metello de Souza Menezes Thomé Gomes Moreira Conselheiros do seu conselho Ult^o. Theodosio de Cubellos Tr.^a o fez em Lx.^a a cinco de Agosto de mil settecentos e quarenta e sette o Conselheiro Alex. ^e de Gusmão a fez escrever. Alexandre de Metello de Souza e Menezes --- Thomé Gomes Mr. ^a — Manoel Caetano Lopes da Lavre.

CARTAS A CERCA DA PROVINCIA DE S. CATHARINA

POR

JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS SILVA

(Continuação do Vol IV---1915)

CARTA N. 10

Snr. Redactor

Na minha precedente publicada no seu n.º 113 deixei eu em Santa Catharina, de viagem para o Rio Grande, o Governador geral Gomes Freire de Andrade como Plenipotenciario e 1.º Commissario para effectuar o Tratado de Limites; proseguio elle em sua viagem e chegando á Villa do Rio grande de S. Pedro, creada, ha pouco tempo na maior povoação alli existente, pelo Ouvidor geral Manoel José de Faria em virtude das cit. Provisões de 1747 e 1749 e Carta de S. Ex. de 1750, e julgando mais conveniente outro local, distante uma legoa para o Sudoeste, mudou-a para ahi, sem intervenção do Ouvidor e por isso, não obstante ter sido Capital até ser tomada pelos Espanhoes em 1762 ou 1763, foi mandado por Alvará de 16 de Dezembro de 1812, o Ouvidor Antonio Monteiro da Rocha creala de novo não tendo na mudança sido erecta com a formalidade legal—Pizarro T. 9.º pag. 336—Ayres do Casal T. 1.º p. 148. De tudo o que, podem os leitores conjecturar a legalidade dessas criações de Villas pelos Governadores militares, como a de Lages, que provavelmente teve principio como posto militar para facilitar as respectivas com-

municações, sem a intervenção do Ouvidor geral da Comarca, estabelecida pela Provisão de 20 de Novembro de 1749 transcripta na minha n. 2, mesmo quando tivessem havido as conversações previas com o Vaqueano a que alludi na minha n. 7. e que terei de levar ao conhecimento dos leitores por serem as Cartas do Capitão-mór de Lages a base fundamental da accusação de injusta a pretensão desta Provincia reclamando os seus limites legaes. Antes porem tractarei da Villa de S. Francisco, quanto a limites; os quaes, com tudo sendo parte da historia geral me levão a tractar desta, a meu pesar; pois estando no prelo uma historia da Provincia, que é de esperar, pelos seus amplos fundamentos, seja satisfactoria, se ja publicada, redusiria a referencias o meu trabalho das transcripções com muita vantagem para a paciencia dos leitores, e espaço para as columnas do «Mensageiro».

Foi Gabriel Soares de Souza quem primeiro descobrio o Rio (e cultivou a Ilha) de S. Francisco do Sul no dia em que a Igreja solemniza a memoria deste Santo, o que assim deve ter sido em 3 de Dezembro por ser Xavier (como se vê na ordem do Erario na minha n. 8) e não de Assis, como suppõe Mr. Pizarro T. 3. p. 79. e 80: que igualmente diz a Igreja de N. S. da Graça anterior a 1636 em que o donatario Marquez de Casaes separou o termo da Villa de N. S. do Rosario de Paranaguá. Da existencia da Villa em 1660 ha documentos, veridados em 1720 pelo Ouvrdor Raphael Pires Paridiuho em Correição --- como segue:

«Devassa que se tirou da morte de Joaquim de Frias e de Pedro Lami, sendo Juiz ordinario Manoel de Santiago e Tabellião Francisco de Oliveira. Anno do Nascimento de N. S. Jesus Christo era de 1660 aos 13 dias do mez de Dezembro do dito anno nesta Villa de N. S. da Graça Rio de S. Francisco fui eu Tabellião ao diante nomeado com o Juiz ordinario Manoel de Santiago á Fazenda de Joaquim de Frias e Pedro Lami, que ambos vivão em uma caza, por ter chegado á noticia do dito Juiz em como nelle se havião morto aos doze

dias do dito mez ao dito Joaquim de Frias e a seu genro Pedro Lami, e chegando a vir a sua caza os achamos ambos mortos um junto do outro, o defunto Pedro Lami com uma pistola junto a si atravessado com uma lançada pelo *sovaco* direito e seu sogro Joaquim de Frias defunto tambem com uma lança perto a si com uma pelourada na teta esquerda, as quaes feridas lhe tomei e dou fé vêr com o dito Juiz e as testemunhas, que com nosco forão, abertas e sanguentadas nas mesmas partes acima ditas, e perguntando o dito Juiz as mulheres de um e de outro de quem se queixavão, responderão que elles mesmos havião morto um ao outro sobre umas *profias* que tiverão acidentalmente e para se saber e verificar a verdade de quem fizera as ditas mortes ou ajuda ou favor, mandou o dito Juiz fazer este auto para por elle devassar e proceder contra os culpados o que for justiça em que o dito Juiz assignou. Eu Francisco de Oliveira o escrevi—Manoel de Santiago ». Forão prezas as mulheres e o Enteadado de um e cunhado de outro morto; forão ouvidas trinta testemunhas a maior parte sabendo escrever e em concluzão «Vistos estes autos e devassa por mim acho não obriga a ninguem. N. S. da Graça Rio de S. Francisco 27 de Dezembro de 1660. Manoel de Santiago—Visto em correição Villa da Graça Rio de S. Francisco, Manoel de Santiago—Vista em correição, é esta devassa mais antiga, que se acha neste Cartorio, é a primeira que parece se tirou nesta Villa, e com as trinta testemunhas da Lei, que ja se não pratica pelo Juizo moderno. N. S. da Graça 29 de Fevereiro de 1720.—Pardinho.

Existe outra devassa por suborno em eleições, julgadas puras em 26 de Dezembro de 1670 pelo Juiz ordinario Luiz Rodrigues Canalinho, e tomarei a liberdade de tambem transcrever um manuscripto, que se diz copia da «Noticia que achou o Vereador 2º, o Alferes João Silveira de Miranda, que servio no anno de 1785, serem dignas de memoria, deduzida da lembrança de Pessoas mais antigas e de probidade desta Villa de S. Francisco.

Foi a mesma Villa fundada no anno de 1660, sendo seos fundadores Manoel Lourenço de Andrade e Luiz Rodrigues Canalinho, que com o limitado numero de seos povoadores igualmente fundarão sua primeira Matriz, que até o presente existe. Foi o seu 1.º Parocho Sr. (talvez Fr.) Fernando de tal Benedictino, e 1.º Capitão-mór Domingos Francisco Francice (T, ou F e talvez Francia). Succedeo que fallecendo um filho do Capitão mór pretendeo este se dêsse sepultura ao corpo do dito seu filho do arco cruseiro para dentro com o pretexto de seus paes terem dado grande adjutorio para a construcção da dita Matriz. Impugnando o dito designio o dito Sr. Rev. Parocho tomou o dito Capitão-mór a sacrilega resolução de mandar appromptar uma canôa velha violentamente mandou nella embarcar o dito seu Rev. Parocho e manda-lo conduzir até o pôrem fóra da Barra desta Villa, onde o deixarão á Divina Providencia, mandando-lhe dar para seu alimento uma cambada de peixe; e ignora-se o fim ultimo do dito Rev. Parocho.»

Sou, Snr. Redactor O seu Venerador

G. S.. S

Desterro 22 de Outubro de 1856.

CARTA N 11

Snr. Redactor

Na minha precedente, publicada no seu n. 114, comecei a transcripção do manuscrito, cuja continuação é como segue:

«Passados alguns tempos succedeo que vivendo em de-

sunião um Parente do Capitão—mór com sua mulher pretendeo *aquelle* que *este* se congraçasse em amizade (parecem-me trocados os dous relativos) e para esse fim mandou um Filho seu para que fôsse tractar desta dependencia convidando a mulher á sociedade de seu marido, porém desta diligencia não só senão tirou algum fructo, se não procedeo matarem-se ambos os Juizes Ordinarios nesse mesmo dia, de que enfurecido o dito Capitão mór, fôra onde se achava a sobredita mulher do seu Parente e a matou com um bacamarte e com o incendio das buchas ateado nas roupas esteve quasi por toda essa noite ardendo o corpo da dita fallecida, e com estes tyrannicos despotismos sem algum temor de Deus e das supremas Leis de S. Mag. viverão os Habitadores desta Villa alguns annos até que— Sendo Deos servido olhar por suas necessidades inspirou a S. Mag. que no anno de 1720 mandou a esta dita Villa o Doutor Desembargador Raphael Pires Pardinho Ouvidor então da Cidade de S. Paulo a criar com as suas sabias providencias a esta Villa, e com effeito não só pelos seus Provimentos se organizarão os desconcertados membros desta republica, como cessarão nellas os atrocissimos insultos, que de ordinario se estavão commettendo.

«*Desde essa crzação*» (1720) «pertenceo esta Villa á Comarca de *Paranaguá*, cuja Ouvidoria *nesse tempo foi creada*, não só tocou esta á sua repartição como todas as mais até o continente do Sul. Na era porem de 1750 mais ou menos» (Prov. de 20 de Novembro de 1749 transcr. na minha n. 2) «foi S. Mag. servido mandar dividir a dita *Ouvidoria de Paranaguá* mandando novamente crar a de Santa Catharina, e as suas divisões para a parte do Norte foi pela Barra austral desta Villa, mas esta divisão só se confirmou no anno de 1760, sendo Ouvidor desta Comarca o Dr. Antonio Pires da Silva e da de Santa Catharina o Dr. Manoel José de Faria; e desta forma se conserva esta Villa, sendo seos Habitantes da parte da Ilha ao Norte de uma comarca e da parte do Sul de outra: de onde muitas vezes procedem não haverem

nos individuos desta parte sujeitos idoneos para occuparem os cargos da republica, pois o maior numero delles tem as suas situações da parte da divisão pertencente a dita Ilha de S. Catharina sendo tambem causa de accostarem (talvez accoita-rem) todos os criminosos, tanto que commetem alguns delicto nesta Villa.»

Interromperei a transcripção para observar, que mesmo antes de encetar esta minha correspondencia achava certa ambiguidade nas expressões *Ouvidor* de S. Paulo ou de Paranaguá, que eu não podia admittir em documentos assignados pelos mesmos, que occupavão esses logares; nem tambem explica-la por falta de documento ou ao menos appontamento da Comarca de Paranaguá, cujos limites austraes forão os mesmos com que, pela Provisão de 20 de Novembro de 1749, ficou depois a Comarca de S. Catharina, cujos limites septentrionaes ficarão assim constituindo os austraes da Comarca de Paranaguá, e em 1812 (Alvará de 19 de Fevereiro) tambem da Curitiba, quando esta passou a ser Cabeça da Comarca: Pizarro T. 8 p. 299—Explicação que satisfactoriamente me dão os supra transcriptos 22, da inauthenticada copia, que tenho á vista para mim sufficientemente authorisada, por isso que se diz de um documento, não graciosamente mas, feito e authorisado pela Camara da Villa da Graça (S. Francisco) em cumprimento de uma Carta Regia dirigida ao Governador de S. Paulo, e por isso que não julgo natural, que o Copista, que assim se deo ao trabalho de transcrever diversos documentos, que hei colleccionado com authenticos, claudicasse neste.

He inadmissivel, que nas Leis haja absurdo, e como não tenho este como ponto mathematico, admitto-lhe extensão e e mesmo atmosphéra mais rarefeita na razão do maior raio; e estou convencido de que ninguem haverá que negue, que al-gures, dentro dessa esphéra, ou ao menos atmospherá, vagão essas inconveniencias locaes, a que a ultima parte do derradeiro § transcripto se refere, produzidas pela intelligencia, que relativamente ao limite pela marinha, então se deo á Provisão de 20

de Novembro de 1749, e que nem geographica, nem, á vista de Leis anteriores, juridicamente se pode ter pela mais accerta-da. Tomou-se a Barra austral como limite septentrional da nova Comarca o qual segundo a Provisão he no fim do Cubatão do mesmo Rio de S. Francisco, isto he servindo-me da Carta do Sr. Torresão 19 ou 20 m. de Lat. mais ao Norte do que a dita Barra, e 4 ou 5 m. de Lat. mais ao Norte do que a Ponta mais septentrional da Ilha de S. Francisco; e assim suppoz-se que a linha desde a Barra austral pelo Cubatão do mesmo rio de S. Francisco, isto é até o Palmitar ou Trez Barras, era a divisão septentrional, quando ella correndo mediamente entre o Norte e o Nornoroeste é a linha de divisão Oriental ou antes a continuação da linha da Costa começada na Lat. da Lagoa Imeri, prolongada até o Cubatão do Rio de S. Francisco, Palmitar a Trez Barras.

Geographicamente, as Ilhas pertencem ao continente a que são adjacentes; assim jamais ninguem poz em duvida que a do Arvoredo, a Feia e tantas outras mui apartadas da Costa para Leste, ou que a dos Mendovis ou dos Ganchos e outras que se achão separadas por canaes profundos, pertencessem a Comarca de Santa Catharina; então como se puderia não só pôr em duvida, porem não admittir que a Ilha de S. Francisco igualmente a Leste, e que só se acha separada da Costa por isso a que por engano se chamou Rio, não sendo mais do que um Esteiro, ou pouco mais, estivesse igualmente comprehendida nas disposições da Provisão, que de todas teve por supérfluo o fallar.

Juridicamente, por que sendo a nova Comarca a principal parte da Capitania mais austral das trez doadas a Pedro Lopes de Sousa por Carta de Doação d' El-Rei D. João 3.^o datada em Evora aos 21 de Janeiro de 1535—Mem. para a Historia da Capitania de Vicente p. 147 onde se lê: «e bem assim serão suas quaesquer outras Ilhas que houver até 10 legoas ao mar da frontaria e demarcação das ditas 80 legoas » que tantas tinham as tres Capitancias então doadas e por con-

sequencia as 40 desta. E tendo a Corôa comprado aos Herdeiros do Donatario por 40 mil cruzados (Provisão do C. Ultramarino de 22 de Outubro de 1709, Ibi. p. 229 e consequente Escriptura) parece-me que aquella Carta de Doação de 1535 era a base que havia a tomar e tanto mais que ella ia de accordo com a utilidade da Povoação e era soccorrida pelos principios geographicos.

O Facto porém foi o que o 2º refere, e ficou o municipio de S. Francisco limitado ao norte pelo Rio Guaratuba, como tinha em 1720 provido o Ouvidor R. P. Pardinho, até que crescendo Guaratuba em população formou-se Villa, e então vindo ao logar hum *Ajudante de Ordens do Governador Governador Geral de S. Paulo* e os Juizes e officiaes das duas Camaras no Rio Sahy em 2 de Maio de 1771 estabelecerão como limite entre os dous municipios esse Rio Sahy, e por este continuou e hoje é a divisa da Provincia; da qual, apezar de não contestada, ainda tractarei na seguinte carta.

Sou Sr. Redactor O seu venerador

G. S. S.

Desterro 25 de Outubro de 1856.

CARTA N. 12

Snr. Redactor

Na minha carta n. 11, publicada no seu n. 115, disse eu e parece-me que demonstrei que a linha divisoria desde a Barra austral pelo Cubatão de S. Francisco ou antes desde a Barra do Araquary a do Palmitar e do Trez Barras era divisa *oriental* e não *septentrional*, que só começa desse ponto

para o Oeste em direcção ao Rio Negro e Iguassú, e que assim a Ilha de S. Francisco era uma das adjacentes ao continente da Comarca de Santa Catharina, creada pela Provisão de 20 de Novembro de 1749, a qual deveria ter ficado pertencendo; ficára porem para a Ouvidoria de Paranaguá com cujo municipio partia pelo Rio Guaratuba, até que creando-se na margem deste a Villa de Guaratuba, vindo presidir a divisão entre os respectivos municipios um Ajudante de Ordens do Governador General de S. Paulo, independente do conhecimento (que não consta) do Ouvidor da Comarca, forão os municipios divididos pelo Rio Sahy, que hoje é o limite entre as Provincias de Santa Catharina e de S. Paulo ou do Paraná por subsequentes disposições legislativas; ficando comtudo então o municipio de S. Francisco em uma especie de *bigamia* com as duas provincias. O primeiro documento que encontro para desfazel-a é a Ordem de Erario Regio de 2 de Julho de 1810, transcripta na minha carta n. 8, que declarou ser *territorio da Ilha de Santa Catharina* a Villa do Rio de S. Francisco Xavier do Sul para a arrecadação dos novos impostos; declaração terminante de que com tudo não tiveram noticia os Ouvidores das duas Comarcas, pois ficarão como dantes, posto que os dous Capitães Generaes não duvidarão de que essa Declaração Regia mencionando *só a Villa* importasse o *Termo della*; note-se igualmente q, esta Ordem do R. Erario teve origem, como nella se diz, na informação da Junta da R. Fazenda em S. Paulo de 28 de Abril do mesmo anno 1810, em conformidade, ou contra (não importa) a qual fôra expedida a ditta Ordem: não obstante o que fica ditto, appareceu logo em 1812 a informação Chichorro (transcripta na minha n. 8) e nella: «Parte ao Sul pela Marinha com o Governo de S. Catharina, *subalterno ao Rio de Janeiro* pela Ribeira Sahy Guassú, que *desemboca* no grande Rio de S. Francisco do Sul. Por esta parte fôra para desejar que a divisão fosse feita *pelo mesmo Rio de S. Francisco por um dos seus grandes braços*, que *ambos*» (Sahy-Guassú e o mesmo Rio S. Fran-

cisco, como diz suppunha; e não braços, que era dever sahião separados sob pena de não haver Ilha formada por elles e o mar) «desembocão juntos...» Este 2.º daquella Informação he o mesmo em que já indiquei a *cunh*; e custa-me e nem mesmo posso crer, que o Autor da Informação tivesse tal descuido que dissesse que os dous braços do S. Francisco, que antigos crerão dous rios, desembocavão *juntos* na mesmo bahia, ou que fizesse o superfluo pedido de que a divisão fosse pelo rio de S. Francisco, que já, na hypothese de nelle desembocar o Sahy-Guassú, o deveria ser da basra d'este para baixo.

Ainda que não se dirija directamente a Santa Catharina com tudo faz parte da Informação, em que ella figura a par com outras Provincias, e assim pode suppôr-se tambem assombrar-a o seguinte trecho: «Porém para que me heide cançar mais? Tire-se de uma vez a mascara a este negocio e fallemos claro na presença do Soberano; as causas das continuadas usurpações do terreno, que os Mineiros fazem a esta Capitania são duas dimanadas de uma geral, que he —*Sacra fames auri*—» que se lê a pag. 20 do Folheto impresso, cujo contexto he um dos documentos referidos nas Fallas da Provincia do Paraná para reforçar a accusação de injustiça na pretensão legal de Santa Catharina; nada porem a respeito desse trecho observarei mais, do q, dizer aos leitores que na transcripção eu supprimia a palavra Mineiros, mas tive de restaura-la para evitar a muito accreditavel supposição de que a supprimida fosse a palavra Catharinenses, aos quaes a supposição seria desagradavel, e demais tornaria menos imparcial o Juizo, que formo, de que por ninguem jamais será esse trecho appresentado com primoroso typo de bem guardadas conveniencias.

Nessa ambiguidade e dupla sujeição continuou aquelle municipio, com grande vexame para os habitantes até que em 12 de Novembro de 1831 o Exmo. Presidente desta Provincia levou ao conhecimento Imperial os embaraços em que os mesmos Juizes ordinarios se vião, tendo a cumprir para a maior parte do Termo as ordens do Ouvidor de Santa Catharina, e para a

menor parte as do Ouvidor de Paranaguá e Curitiba, respondeo-lhe o Governo Imperial e em consequencia enviou S. Exa. o negocio ao Conselho geral, e foi feita ali a seguinte proposta: «Os negocios judiciaes da Villa de S. Francisco até agora unidos a jurisdição da Curitiba devem d'ra em diante serem annexados aos desta Capital entregues ás providentes vistas do Exm. Presidente desta Provincia»; esta proposta depois de passar pelos tramites regimentaes foi approvada e reduzida a Representação ao Poder Legislativo, o qual por Decreto de 3 de Outubro de 1832 ampliou o municipio, para este lado do Termo da Cidade do Desterro, a q' unio a Villa e terras desde o Sahy para o Sul, e logo depois tendo sido publicado o Codigo do Processo em virtude do qual o Conselho da Provincia dividio as Comarcas, ficando a do norte com os municipios de S. Miguel, Porto Bello S. Francisco e Lages e foi nomeado em o 1.º de Junho de 1833 seu primeiro Juiz de Direito o Desembargador A. J. de Siqueira: com o que cessou esse vexame dos Habitantes de que se queixa o § do Escripto, que transcrevo, e interrompi na minha n. 11, proseguindo com o qual resumirei os seguintes § §.

Em 1748, diz elle, houve tão grande tempestade, que derrubou os matos, deixando só os troncos das arvores; matou aves, quadrupedes e peixes, e cahio tanta saraiva que se conservou por trez dias sem o sol a derreter. Em 1762 houve crescimento grande da maré. Em 1768 houverão tantas chuvas, que pedaços de morros correrão e sepultarão grande numero de plantações—No mesmo anno por instancias do Vigario se juntarão os principaes da villa nobreza e povo e de seus espontaneo alvedrio offertarão para as obras da Matriz dez reis por alqueire de Farinha, que vendessem: em consequencia do que o senado e homens bons decidirão construir novo e magnifico Templo—Em 1777 por occasião da invazão dos Hespanhóes na Ilha de S. Catharina houve na Villa da Graça grande panico e tendo-se d'ahi retirado o Capitão-mór e a maior parte dos habitantes em canoas para o Cubatão e Coritiba, aproveitarão-se da auzencia alguns mal feitores que

arrombarão e roubarão Cazas e Lojas pelo que muitos ficarão criminosos quando depois veio o Ouvidor de Paranaguá A. B. de Mattos Coitinho tirar devassa. «Estas são as noticias mais memoraveis, que a minha rusticidade pode descobrir; e pelas antigas me reporto á verdade das pessoas que m'as participarão. Villa de N. S. da Graça do Rio de S. Francisco em 13 de Dezembro de 1785—o Vereador 2.º João Silveira de Miranda—Certifico serem estas noticias que pudemos averiguar das pessoas mais antigas e fidedignas desta Villa, as quaes reconhecemos por verdadeiras, o que affirmamos em Camara aos 30 de Dezembro de 1785—Magalhães—Camacho—Correia—Costa.

Sou Sr. Redactor O seu venerador

G. S. S.

Desterro 29 de Outubro de 1856.

CARTA N. 13

Snr. Redactor

Quando eu escrevi a minha n. 12 publicada no seu n. 116. foi-me confiado outro manuscrito, onde estão alguns documentos, que eu ja tinha no primeiro; assim servir-me-hei d'ambos para tirar noticias, e começarei colleccionando-os acerca do que ja escrevi. Na minha n. 10 no ultimo § acho *Cavaliinho* em vez de Canalinho, Fr., como indiquei, em vez de Snr. *Francisques*, em vez de Francice; e *Irmão* de ditto Capitão-mór em vez de Filho; na minha n. 11—acho do dito Capitão mór, em vez do de Capitão mór; a um *Irmão seu que servia de Juiz Ordinario*, em vez de a um Filho seu; na minha n. 12—

acho 1778 em vez de 1768, que eu expressei neste mesmo anno: ao que juntarei a seguinte nota da 2^a copia «Os Juizes Ordinarios erão Miguel Francisco Francisques e João MórVieira; e a mulher Anna Lami» Recorri aos apontamentos das duas Devassas de 1660, e 1670 que transcrevi e referi na minha n. 10 tendo cada uma 30 testemunhas diversas; e as duas mulheres e um moço prezos; ao todo 63 em terra pequena, e não acho nome que confira e me pudesse servir de guia para suppor uma data approximada para este acontecimento: que em 1785 nos inculcão anterior a 1720. Deixarei por isso a outros e transcreverei a seguinte Ordem: «Dona Maria... Rainha... Faço saber a vós Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, que Eu sou servida ordenar-vos, que pelos *Ouviãores das Comarcas* dessa Capitania façaes praticar o arbitrio de se fazer effectivamente todos os annos umas memorias annuaes dos novos estabelecimentos, factos e casos mais notaveis e dignos de historia, que tiverem succedido, desde a fundação dessa Capitania e forem succedendo, sendo estas escriptas pelo Vereador 2º attendendo o impedimento que pode ter o 1º servindo de Juiz, o qual no fim de cada um anno os appresentará em Camara, aonde lidas e examinadas, se farão registrar em um Livro determinado para esse fim, dando fé todo o Corpo de Vereadores por escripto, sendo aquelle facto e successo na verdade. *Recommendo* outro sim aos mesmos *Ouvideres em Correição* tenham uma particular inspecção em tão interessante materia. A Rainha N. S. o mandou pelos Conselheiros do seu C. Ultrama... em Lisboa em 20 de Julho de 1782.»

A' esta Ordem devemos hoje o existir na Camara de S. Francisco um «Livro das novidades ou Memorias annuaes» cujo termo de abertura é como segue. «Este Livro hade servir para nelle se registrarem, na conformidade da ordem de S. M. de 20 de Julho de 1782, todos os annos, as memorias annuaes dos novos estabelecimentos, factos e casos mais notaveis, e dignos de historia, que tiverem succedido e forem suc-

cedendo nesta Villa. O qual vai numerado e rubricado por mim com a minha rubrica de—Rendon—de que uso e leva no fim termo de encerramento. Villa do Rio de S. Francisco Xavier do Sul 20 de Novembro de 1786. (O Dr. Ouvidor) Francisco Leandro de Toledo Rendon—».

Receoso eu de que os Leitores notem de superfluidade a transcripção deste Termo, vou aqui já desculpar-me premunindo-os do motivo. Da Ordem Regia supra vê se que ella foi expedida ao *Governador e Capitão General* para este ordenar pelos *Ouvidores das Comarcas* a execução. A já transcripta Memoria de 1785, bem como as que haja de transcrever, registrados todos nesse Livro, cujo termo de abertura é esse acima transcripto, mostro que o *Ouvidor* da Comarca de Paranaguá e Coritiba transmitio circulares ás Villas da sua Comarca e fez cumprir essa ordem, e por consequencia á Villa de Lages, onde, se ésta pertencia á sua Comarca, deverá haver, em conformidade com essa ordem, semelhantes memorias annuaes e respectivo Livro de registro; mas se nem esta, nem este lá houverem, nem noticia da sua existencia, a natural illação será que esse Ouvidor como homem de Lei, que éra, não ousando ultrapassar os limites austraes da sua Comarca, Rio Negro e Iguassú, expressamente definidos pela Provincia de 20 de Novembro de 1749 como Septentrionaes da Comarca de Santa Catharina, considerava a villa de Lages não pertencente á sua Comarca, como quer que o Governo militar diferentemente a considerasse para os uzos e fins da guerra: e prevenindo, como alguém possa allegar que essa falta não é prova irrecusavel da illação, eu direi, e admittir-se-ha pelo menos, que essa falta não poderá chegar a inculcar a illação contraria. Voltando-me ao manuscripto diz este: «Primeiramente foi fundada ésta Villa no Rio chamado Paranaguá (Mirim, diz uma nota) forão povoadores della Luiz Rodrigues Cavalinho e Manoel Lourenço de Andrade, e vendo os ditos povoadores, que a paragem ou lugar não era sufficiente ou capaz de fundarem em boa disposição, a mu-

dárão em outro lugar chamado a Olaria (Rio de Paraty, diz outra nota) e vendo os ditos povoadores, que aquella paragem tambem não era sufficiente, a mudárão no lugar onde está estabelecida, ignora-se a éra em que se fundarão as ditas povoações. E foi primeiro Capitão mór que servio Manoel Lourenço de Andrade por ser este o mais entendido, e depois d'elle seguio-se o Capitão mór Domingos Francisco Francisque, Cabecinha. Estas são as noticias mais memoraveis etc... Villa de N. S. da Graça do Rio de S. Francisco em 31 de Dezembro de 1785. O vereador 2º Christovão Dias Bello, Certificamos... em Camara aos 31 de Dezembro de 1786. Eu João Silveira de Miranda, Escrivão da Camara que o escreveu — Dias — Pereira — Bello — Costa — Araujo ».

Nesta Memoria tambem assignada pelo 2º Vereador do anno anterior, e por consequencia mais correcta, dá-se como 2º Capitão-mór o que se déra como 1º em 1660 na anterior memoria; na Devassa de 1660, transcripta na Carta n. 10, documento de authoridade irrecusavel, vê-se que neste anno já ali havia *Villa, Tabellião e Juiz Ordinario*, o qual segundo o seu Regimento procedeo a Corpo de delicto, o q' tudo indica *Estabelecimento* anterior, que Mr. Pizarro diz anterior a 1656—e que eu suppozei coevo talvez, se não anterior á vinda de Velho Monteiro para Santa Catharina em 1651, com se lê em Pizarro T. 3 p. 75, 79, 80, 82 e 83, data a que Mr. L. Aubé se refere a p. 10 da sua muito prestimosa—*Notice sur la Province de S. Catharine*—dizendo-a de 1631, indubitavelmente erro typographico, como além da referencia ser como deixo dito, não me parece muito regular que tendo Monteiro trazido 2 Filhos e 2 Filhas, fossem éstas a cauza da sua morte ainda depois de 1654. Tocando no Impresso do Snr. Aubé julgo correr me o dever de rectificar algumas das suas informações chronologicas; para o que já me falta hoje espaço.

Sou Sr. Redactor O seu venerador G. S. S.

Desterro 1 de Novembro de 1856.

CARTA N. 14

Snr. Redactor

Prometti na minha precedente publicada no seu n. 117, rectificar informações chronologicas da prestimosa—*Notice de la P. de S. Catharine*--que devemos ao Sr., Leonce Aubé e assim incumbe-me dizer que a Villa, aliás hoje cidade de S. Francisco ja existia em 1656, e indubitavelmente em 1660 (minha carta n. 10) e foi regularisada em 1720 (m. c. n. 11) que a Villa, aliás Cidade da Laguna, foi creada em 1714 e regularisada em 1720 (m. c. n. 6; que a Villa, aliás Cidade do Desterro, foi creada em 1726 (m. c. n. 6); e que a Villa das Lages começou a chamar-se assim em 1771, como ainda direi (e já toquei na m. c. n. 7); o que não está de accordo com o que se diz na cit. *Notice* a pag. 11, 23, e 26. Para mais abonar-me transcreverei dous documentos, que tenho á vista per copia, que se diz extrahida do Archivo da Camara, quaderno 1.^o rubricado por Lobato e são: 1.^o «Anno do N. de N. S. Jesus Christo de 1726 annos aos 23 dias do mez de Março do dito anno nesta Villa de N. S. do Desterro desta Ilha de Santa Catharina nas Cazas da Residencia donde está em Correição o Dr. Antonio Alves Lanhas Peixoto, Ouvidor geral nesta Comarca da Villa de Paranaguá, nella Provedor das Fazendas dos Defuntos e auzentes, Capellas e Residuos com Alçada por S. Mag., que Deos Guarde, ahi por elle Dr. Ouvidor geral por ter procedido a eleição das Justiças, que nesta Villa hão de servir no presente anno de 1726, e nos seguintes de 27 e 28, e ser Creação de novo por haver separado as Justiças desta e as da Laguna; como declara nos Capitulos de Correição, razão porque não havia Juiz, nem Officiaes de Camara, que podessem abrir o Pelouro; á vista do que mandou convocar os moradores desta Villa e sendo presentes, lançou em um chapéo os trez pelouros dos trez annos e baralhando os mandou a um menino de 6 ou 7 annos tirasse um delles, e ti-

rando-o foi aberto por mim Escrivão, e dentro delle estava um escripto assignado por elle Dr. Ouvidor geral em que nomeava para Juiz a Domingos Lopes, para Vereador a Francisco Martins, e para Procurador do Conselho a Antonio de Castilho; aos quaes por estarem presentes deu o Juramento dos Santos Evangelhos em que puzerão suas mãos direitas, sob cargo do qual lhes encarregou que bem e verdadeiramente servissem os Cargos em que forão por Pelouros eleitos, guardando em tudo o serviço de S. Mag., que Deos Guarde, e as Partes seu Direito; o que prometterão fazer, de que tudo elle Dr. Ouvidor geral mandou fazer este Auto, que com elles assignou e comigo Escrivão, que dou fé passar o referido na verdade, eu Luiz de Almeida Barbosa, Escrivão da Provedoria, que por impedimento do da Correição o escrevi—Lanhas Peixoto—Luiz d'Almeida Barbosa—Domingos Lopes—Cruz do Vereador Francisco Martins—Antonio de Castilho» —2.º Auto de posse da Camara, escripto pelo Escrivão desta Sebastião Rodrigues Camacho e tambem assignado por Domingos Lopes *Certam*—Cruz de Francisco Martins *Pereira* e Antonio de Castilhos. 3.º. «Termo de Vereança com Assembléa dos Moradores convocados. Aos 7 dias do mez de Março de 1727 annos nesta Villa da Ilha de S. Catharina, estando o Juiz Ordinario e mais Officiaes da Camara juntos, sendo chamados a ella os Homens que de presente se acharão, na presença de todos, donde tambem se achava o *Capitão mór desta Villa* Sebastião Rodrigues Bragança, por elle me foi dada uma Carta do Capitão mór do Rio de S. Francisco, na qual o avisava, que tinha um Escaler do Navio Francez de que é Capitão Carlos Sevilha Boloro, por ter noticia, que este tinha levado uma Sumaca do Sargento mór Manoel Manço, e não havia noticia della, que pedia informe da certeza para effeito de fazer preza no dito Escaler e mais homens, que se achavão nessa, cuja Carta na presença de todos ali, e pelo dito Capitão mór desta Villa foi dito aos Officiaes da Camara e mais povo, que determinassem o que fosse mais conveniente para quietação e so-

cego deste Povo, bem commum e serviço de S. Mag., que Deos Guarde, se era justo mandar-se reter o dito Escaler e prender-se o dito Capitão Carlos Sevilha Boloro, que estava prompto para o fazer, sem embargo da dita Sumaca estava entregue neste porto a seu dono, sem prejuizo algum, o que visto por todos responderão em uma voz e requerião ao Capitão mór desta Villa da parte de Deos e de S. Mag. não consentisse que pessoa alguma molestasse ao dito Capitão C. S. Boloro, nem se fizesse preza no Escaler, a uma porque até ao presente o dito Capitão, ou gente da sua Nau, não tem feito prejuizo algum a moradores desta Villa, nem estes tem força ou armas para que se possa defender delles por mar tendo por exemplo ser esta Villa saqueada, e com algumas mortes, de outros da mesma Nação, em despique de semelhante aggravo por causa de um homem só. e tornava a requerer ao dito Capitão mór não admittisse qualquer requerimento contra o dito Capitão Boloro do qual lhe viesse algum prejuizo a elles moradores e ás suas Fazendas, e esperavão delle, como bom vassallo de S. Mag., que Deos guarde, os conservasse e governasse sempre em paz e quietação, *como até ao presente tem feito*, e de tudo mandára fazer este Termo para a todo o tempo constar, que todos assignarão, eu Sebastião Rodrigues Camacho Escrivão da Camara, que o escrevi—*Sebastião Rodrigues Bragança*—Domingos Lopes Certam—Cruz de Francisco Miz.—Pereira—Antonio de Castilho—Balthazar Soares Louzada—Manoel de Macedo Lobo—Cruz de Francisco Palacio—».

Vê-se do documento supra que Sebastião Rodrigues Bragança era Capitão-mór e Manoel Manço Sargento-mór desde antes de 7 de Março de 1727; e assim muito antes do que o Conde de Sarzedas começasse em 15 de Agosto de 1732 a governar S. Paulo, não pôde pois ser este quem os mandou, como diz Mr. Pizarro T. 9 p. 270 e 301, a quem seguiu o Sr. Aubé p. 11—do Folheto: no qual também a p. 7 nos dá noticia de um documento em que já em 1554 vem pôr este nome a Provincia de Santa Catharina; se disses-

se—Ilha—, talvez os Souzas em 1532, ou outro navegador lhe teria mudado o nome de *Patos* (que eu não tenho por muito congenial com os outros da lingua Brazilica que por ahi ouço) mas a Provincia ou Capitania, isto é esse terreno desde 12 legoas ao Sul do Cananéa até as terras de *Santa Anna* em Lat. S. 28° —20'—como refere a Carta Regia dada em Evora aos 21 de Janeiro de 1535, como ainda em 14 de Junho de 1621 lhe chama a Camara de S. Vicente (da qual ainda em 1679 foi um dos Juizes Ordinarios o Capitão Domingos de Brito Peixoto, que dera nome á Enseada de Brito em meado desse seculo) --Mem. da Cap. de S. Vicente p. 227 , cujo filho Francisco de Brito Peixoto foi mandado de Santos onde residia em 1715 e foi o 1.º Capitão-mór da Laguna—Annaes da P. de S. Pedro— Edicç. de 1839 pag. 350 e 445) territorio a que o Donatario Marquez de Cascaes chama Capitania de Paranaguá em carta dirigida em 10 de Janeiro de 1664 ao respectivo Capitão-mor, por certo que esse nome Santa Catharina não me parece daquella data de 1554, embora o mappa o seja.

Sou, Sr. Redator O seu venerador

G. S. S.

Desterro 5 de Novembro de 1856.

CARTA N. 15

Snr. Redactor

Tendo concluido a minha n. 14, publicada no seu n. 117, com referencia á Carta do Marquez de Cascaes—aqui a transcrevo, supposto que por authenticidade não tenha mais do

um desses manuscriptos, no qual respectivamente se diz e só o seguinte: «Recebi a carta de Vm. posto que é muito antiga a estimei muito, e que Vm. passe com boa saude, e a logre assim muitos annos. Vejo o que Vm. me diz acerca do Provimento de Salvador Corrêa, e ainda faze-lo em Vm. foi dita que o pudera fazer em outrem, que nos dera maior cuidado: e como Vm. tomou posse por mim primeiro que fosse provido pelo Governador Salvador Corrêa, vá Vm. servindo assim, e avize-me mandar-te-hei nova provisão para Vm. continuar em sua vida o Governo dessa Capitania em meu nome, pois é certo que está na minha demarcação como todos sabem. Grande falta me faz Antonio Raposa da Silvera, que como tinha tomado a sua conta essa demarcação tinha as noticias della, não sei se acharemos pessoa que nos assista a ella com o cuidado necessario: eu escrevo a S. Vicente e a S. Paulo, que me avizem de pessoa sufficiente, não sei se o farão, se por sua via de Vm. houver alguma pessoa não deixe de me avizar. Não tenho que lhe encommendar a Vm. o tomar muito á sua conta entabolar muito esses moradores, de que essa villa e Capitania é minha, porque quaesquer informações que ahi forem d'El-Rei se proponhão nesta forma. Deos Guarde a Vm. m. a. — Castello de Lisboa 10 de Janeiro de 1664 — Marquez de Cascaes — Para o Capitão-mór de Capitania de Paranaguá».

Em outro manuscripto encontro, extrahidos do archivo da Camara municipal da Cidade de S. Francisco, dados pelo Desembargador Raphael Pires Pardinho, Ouvidor Geral de S. Paulo em 29 de Abril de 1720, os seguintes Provimentos: «1. Achou elle Dez. Ouvidor geral, que tendo-se por diversas partes deste Rio feito sua povoação, *por ultimo se firmou* no sitio em que está, e nelle começou a ser Villa no anno de 1660... e ainda que não ha documento por cuja ordem se levantou Villa foi com principios tão bem formados, que promittião maior augmento do que hoje tem, sendo a fertilidade e commodidades das terras, melhor do que de outras Villas, que se vê com maiores cabedaes, mas

como se viu em seus moradores o zello do culto Divino ir a menos e a observancia da Justiça a peor, não podia Deos N. S. faltar-lhe com o castigo que tem experimentado.

«5. Proveo que tivessem entendido, que esta Villa é hoje da corôa Real e todas as mais terras que neste Estado são Capitania de S. Vicente, de que era donatario o marquez de Cascaes, que largou a dita Capitania por Contracto que fez com o Conselho Ultramarino, como o que se vê tantos abusos que nella houve, quantos forão os procuradores, que o dito Marquez cá mandou, que obravão segundo a vontade do dito donatario, e tal qual era o procedimento delles. E quando acaso venha alguma pessoa para desta Villa tomar posse como donatario della, lho não deve consentir a Camara e mais moradores; nem que use d'acto algum de jurisdicção sem trazer ordem expressa de S. Mag. que Deos G. e juntamente dos Governadores deste Estado, que determinadamente assim o mandem e o fação saber a esta Camara, por se evitar o gravissimo erro em que cahirão os officiaes da Camara, que nesta Villa em 14 de Fevereiro de 1666 deixarão tomar posse d'ella a um Procurador do dito Marquez, sem mais fundamento do que mostrar uma Procuração do dito Marquez e dizer que esta Villa estava na demarcação de sua doação e a fazia cabeça de Capitania e separava de outra qualquer que fosse annexa, sem o dito Marquez a mandar povoar ou fazer algum beneficio nella em utilidade de seos moradores etc.» A fls. 53 V. do mesmo Livro se acha registrada a Escriptura de venda e quitação que em 19 de Setembro de 1711 fez á Corôa, representada pelo C. Ultramarino, o Marquez de Cascaes em cuja pessoa fora em 11 Janeiro de 1692 confirmada a doação feita em Evora a Pedro Lopes de Souza aos 21 de Janeiro de 1535, sendo parte das 80 legoas as terras desde 12 legoas ao sul da Cananéa até as de Santa Anna na altura de 28 $\frac{1}{3}$ onde «se porá o Patrão e se lançará uma linha que corra a l'oeste... e bem assim serão suas quaesquer outras Ilhas, que houver até 10 legoas ao

mar da frontaria e demarcação das ditas 80 legoas. As quaes 80 legoas se entenderão e serão de largo ao longo da Costa e entrarão pelo sertão e terra firme a dentro tanto, quanto puderem entrar e for da minha (d'El-Rei) conquista.» Vide também Mem. de S. Vicente pag. 147, e outras entre as quaes diz a pag. 139 «e seos fundos chegavão até os limites das terras de Espanha».

Pude avistar-me com os Annaes da Provincia do Rio Grande do Sul—Edic. de Pariz 1839 e pelo que toca a Santa Catharina diz a p. 32. «Pelo septentrião não chegaão até seu territorio (do Rio grande) as 80 legoas de costa doadas a Pedro Lopes de Souza, *as quaes findavão mais ou menos no Rio de S. Francisco do Sul, e muito em dúbida abranjeria a Ilha de Santa Catharina*» duvida em que continúa a deixar o leitor quando diz a p. 391: «*tem-se entendido geralmente*, que a extenção da doação de Pedro Lopes de Souza, que ao todo constava de 80 legoas de costa, contando as 40 legoas da segunda disisão desde 12 legoas ao Sul de Cananéa acabavão em 28 1/3'. de Lat., consequentemente abrangia a referida Ilha»; apesar de na nota a p. 393 referir-se as Mem... de S. Vicente onde havia de ver tirada a duvida pela Carta de doação em 1535—Com razão me parece que elle diz a p. 391: «Cabe a proposito dissipar hum erro que tem grassado de que Dias Velho (Monteiro) fôra igualmente o donatario desta Ilha» mas discordo inteiramente em dizer elle a p. 322: «Em epocha posterior El-Rei D. Affonso 6'. fez della mercê a Agostinho Barbalho Bezerra....» porque em 1663 e 1665 a que se refere, estavam no calor das suas pretensões o Conde de Mosanto e Marquez de Cascaes com o Conde de Vimieiro e Conde da Ilha do Principe, de cujos litigios dão circunstanciada relação as cit. Mem.... de S. Vicente; e não é natural que Barbalho quizesse começar logo em contenda com pessoas daquella qualidade: não duvido porém que Barbalho obtivesse essa doação «das terras na enseada de Sucuay, sito entre a dos Alvo-redos e da Galé etc.»; mas ignore que em Santa Catharina ha-

jão essas trez enseadas; e ainda quando pelas duas últimas se quizesse entender as Ilhas do Alvoredó e Galé, estão estas tão distantes da terra, que serão más balizas, e a differença de Lat. é tão diminuta, que não supponho que Barbalho importunasse a El-Rei para obter a ponta dos Zimbros e Costão dos Bobos, que me parecem ser os que ficão leste oeste com essa abertura das duas Ilhas.

Outras observações me suggerio a leitura desses Annaes, mas tornar-me hião muito longa esta, por isso deixo-as para outra Carta.

Sou, Sr. Redactor O seu Venerador.

G. S. S.

Desterro 12 de Novembro de 1856.



Republica Juliana

O COMBATE DA LAGUNA

15 DE NOVEMBRO DE 1839

O que existe até aqui publicado sobre este acontecimento é deficientíssimo, devido á falta de noticias exactas e documentos, facto muito commum a quasi todo o periodo historico do primeiro imperio e regencias, epocas em que pouco se escrevia e em que a imprensa no nosso paiz iniciava apenas asu a carreira.

Nestas circumstancias, sem desprezar o subsidio dos dados existentes, recorremos amplamente á prova testemunhal, interrogando as reminiscencias de diversos officiaes que tomaram parte na acção e cuja honorabilidade nos merece plena confiança.

O resultado dessa iniciativa é a narração que damos em seguida.

*
* *

Havendo os republicanos rio-grandenses, em Julho de 1839, invadido a provincia de Santa Catharina, foi nomeado presidente e commandante das armas dessa provincia o general Andréa, posteriormente barão de Caçapava, que tomou posse do governo a 17 de Agosto do mesmo anno.

O general Andréa acabava de dar brilhantes provas de si na pacificação da provincia do Pará e nenhuma escolha poderia ser mais acertada. O illustre militar era apropriado para o governo em epocas de crise.

Apenas chegou a Santa Catharina, tratou com extraordinaria actividade e firmeza de organizar forças e, procedendo a rigoroso recrutamento, com as poucas praças existentes na provincia, conseguiu crear dois batalhões, o do *Desterro* e o da *Serra* e diversos esquadrões de cavallaria.

Para chegar a esse resultado em cerca de dois mezes, foi preciso empregar os meios mais vigorosos, e as primeiras familias do lugar, em relações de amizade com o presidente, foram coagidas. pela imparcialidade deste, a mandar alistar os seus filhos.

Em virtude de factos mal interpretados, tem-se feito ao general Andréa uma reputação de dureza e ferocidade que nada justifica.

Sem duvida, pela sua educação, pelo seu temperamento e habitos militares, era inclinado ás medidas promptas, ás impulsões absolutistas; mas os seus sentimentos cavalherescos. muito accentuados, lhe impedião a pratica de crueldades. Jamais o seu character maculou-se com a torpeza de uma atrocidade ou a mesquinhez de uma vingança.

O que o tornava respeitado e temido era o tom peremptorio, terminante, imperativo de suas palavras, a inabalavel firmeza de sua vontade, mas tudo isso sem aspereza, sem odio, antes temperado por um *humour* inextinguivel, que era um dos seus elementos de governo e um traço muito saliente do seu character.

Justamente com o general Andréa, viera do Rio de Janeiro o capitão de mar e guerra Frederico Mariath, que servira tambem no Pará, e melhor complemento não poderia encontrar o illustre presidente.

Frederico Mariath, homem activissimo, dotado de imaginação fervida, sempre architectando projectos, era a natureza mais emprehendedora e phantasia do mundo.

Para elle não havia plano imposivel. Na vida publica ou particula, Mariath foi sempre o impetuoso cavalleiro do ideal.

Dessas duas energias procedeu o emprehendimento teme-

rario da passagem da barra da Laguna, porquanto, como ver-se-á do correr desta narração, trata-se ahí menos de um projecto detidamente estudado do que de um feito aventuroso, arriscadissimo, realisado a todo o transe.

As forças republicanas, como dissemos, sob o commando de David Canabarro, procedentes do Viamão, pelas Torres, tomaram, a 22 de Julho de 1839, sem resistencia, a villa da Laguna, havendo o commandante da pequena guarnição, o tenente-coronel Villas Bôas, abandonado a povoação á aproximação do inimigo, retirando-se para o Morro dos Cavallos.

Após alguma resistencia, foram tambem tomadas pelos republicanos, além de diversas embarcações mercantes e grande quantidade de material, quatro pequenos navios de guerra, entre elles o *Itaparica*, *Caçapava* e *C. tharinense*, resistindo intrepidamente o commandante deste ultimo, Manoel de Jesus, um rude e destemido marinheiro mercante ao serviço da armada nacional, que, na ultima extremidade, incendiou o navio, retirando-se por terra para os legaes.

Não deixou-se tambem atemorisar o brigue escuna *Cometa*, commandado pelo capitão tenente Bernardino de Senna e Araujo, que, ao approximar-se o inimigo, fez-se de vela, sahindo barra fóra.

Ao mesmo tempo que a força partida do Viamão, havia Garibaldi prodigiosamente transportado, em duas enormes carretas puxadas por cem bois cada uma, dois grandes lanchões até a lagoa Tramandahy, donde, mais prodigiosamente ainda, conseguiu fazer sahir ambos a barra da referida lagoa e ganhar o mar alto; naufragando, no dia seguinte, o lanchão commandado por Garibaldi, emfrente á barra do Araranguá, entrando o outro lanchão, commandado por Griggs, no porto da Laguna.

Nesse naufragio pereceu metade da equipagem do lanchão, composta de 30 homens, dirigindo-se Garibaldi, por terra, com os restantes até a Laguna, a reunir-se aos seus.

O general David Canabarro entrou na Laguna a 22 de

Julho e a 25 do mesmo mez foi proclamada a Republica Catharinense pela camara municipal do mesmo logar, que nomeou, por aclamação, um governo provisorio, composto de Vicente Ferreira dos Santos Cardoso, como presidente da republica, e dois ministros, occupando as diversas pastas João Antonio de Oliveira Tavares e Antonio Claudino de Souza Medeiros. O presidente da republica, segundo Garibaldi, era «um padre veneravel e que exercia grande influencia sobre toda a população».

Este governo provisorio promulgou diversos decretos, elevando á cidade a villa da Laguna, com a denominação de *Cidade Juliana*, por ter sido ahi proclamada a republica no mez de Julho, nomeando general em chefe David Canabarro e instituindo a bandeira nacional com as côres verde, branca e amarella.

Segundo Garibaldi, os catharinenses acolheram com grande enthusiasmo e satisfação as tropas republicanas, mas o procedimento inconveniente e desdenhoso da soldadesca foi pouco a pouco alienando essas sympathias.

Após esses acontecimentos, Garibaldi foi encarregado de proceder ao corso pela costa, afim de obter alguns recursos e incomodar o inimigo, effectuando essa excursão com as escunas *Rio Pardo*, commandada pelo mesmo Garibaldi, *Caçapava* pelo norte-americano João Griggs e o lanchão *Seival*, pelo italiano Lorenzo, sahindo os referidos navios á noite a barra da Laguna, então bloqueada, sem serem presentidos pelas embarcações legaes.

Quando, porem, foi conhecido esse facto, seis navios legaes e a corveta *Regeneração*, commandada pelo capitão de fragata Joaquim Leal Ferreira, foram mandados por Mariath cruzar entre a embocadura do Rio da Prata e Cabo Frio, immensa vastidão para tão poucos navios de cruzeiro.

Percorrendo a costa, chegou Garibaldi até a altura da barra de Santos, onde encontrou a corveta *Regeneração*, que lhe deu caça durante dois dias sem resultado, porquanto, sen-

do a *Regeneração* navio de grande porte e calado, não podia approximar-se convenientemente da terra, havendo-se cosido com esta as pequenas embarcações de Garibaldi.

Refere Mariath que, de conserva com a *Regeneração*, andavam as canhoneiras 14 e 16, navios do mesmo calado que as embarcações de Garibaldi e que podiam perseguil-o com efficacia; mas isto não nos parece ser verdadeiro, a não ser que a proficiencia maritima do celebre *condottiere* conseguisse burlar todos os intentos. Entretanto, Garibaldi, sempre tão exacto em sua narração, sómente fala da perseguição da corveta.

No segundo dia de caça, perdida de vista a *Regeneração*, Garibaldi, chegando-se á ilha do Abrigo, na barra de Cananéa, aprisionou duas sumacas carregadas de arroz e, proseguindo a viagem para o sul fez diversas outras presas, as quaes guarneceu, arvorando nellas a bandeira da Republica Catharinense.

Cuidou, então, apprehensivo pelo que se estaria passando na Laguna, em voltar para esse logar; porem na altura da ilha de Santa Catharina, encontrou o brigue-escuna *Andorinha*.

Nessa occasião achava-se Garibaldi sómente com duas embarcações, havendo-se dias antes, durante uma noite, separado della a escuna *Caçapava*.

A' vista da superioridade dos legaes, alguns commandantes das presas fugiram para a costa e outros entregaram-se, arriando bandeirira. Apenas uma das presas, commandada por Ignacio Bilbao, resoluto marinheiro biscainho, dirigiu-se para a enseada de Imbituba, seguindo-o dahi a pouco um dos navios de Garibaldi, o *Seval*, com agua aberta e a peça desmontada, á vista do que, não dando resultado algum decisivo, o combate com o brigue escuna *Andorinha*, em consequencia do grande tempo e mar, e não podendo manter-se isolado na costa, Garibaldi entrou tambem em Imbituba.

Não podendo seguir para a Laguna nessa occasião por sér o vento contrario e vendo que o brigue-escuna *Andorinha*

inevitavelmente daria noticia da sua chegada a Imbituba onde as embarcações legaes o viriam atacar, Garibaldi preparou-se para o combate. Fez construir na ponta do sul da enseada uma bateria com parapeito de terra, onde collocou a peça desmontada do *Seival*, amarrando á terra, no fundo da enseada, a escuna *Rio Pardo*.

As suas previsões realisaram-se, porquanto, no dia seguinte, ao romper do dia, tres embarcações legaes, o brigue-escuna *Andorinha*, commandado pelo capitão-tenente Romano, o patacho *Patagonia*, pelo primeiro tenente Jorge Ottoni, e a escuna *Bella Americana*, pelo 1º tenente d'Houdain, vieram ataca-lo em Imbituba.

Durante grande parte do dia, esses navios conservaram-se sob a vela, dando bordadas e canhoneando a escuna de Garibaldi e o pequeno forte, sendo o ataque tão de perto que alem da artilharia, empregava-se de ambos os lados a fuzilaria.

Os estragos não poderiam deixar de ser consideraveis da parte de Garibaldi, que havia temerariamente travado combate tão desigual. A força de que dispunha era pequena: os mortos e feridos a seu bordo já eram em grande numero, tornando-se essas perdas muito sensiveis; a embarcação, alem disso, soffria grandes avarias.

Entretanto, depois de cinco horas de vivo fogo, os navios legaes, que haviam tido apenas dois mortos e alguns feridos, repentinamente, com grande admiração de Garibaldi, retiraram-se.

O illustre chefe italiano attribue esse facto á morte do commandante d'Houdain, da escuna *Bella Americana*, o que não é exacto, e devia ter sido produzido por qualquer outra causa.

Depois de reparados os estragos, aguardou Garibaldi, o dia seguinte, 4 de Novembro, a renovação do combate pelos navios legaes; mas, não reapparecendo estes, tornou a collocar o canhão no *Seival*, e com o *Rio Pardo*, sahindo á noite da enseada de Imbituba, sómente de madrugada ao en-

trar na barra da Laguna, foi percebido pelos navios legaes, que lhe jogaram alguns tiros sem resultado.

Garibaldi foi recebido na Laguna com grande jubilo e admiração pelos seus.

Esta excursão de Garibaldi, em navios frageis e insignificantes, constitue, sob o ponto de vista militar, uma serie de actos de arrojo, muito raros e notabilissimos, praticados pelo egregio *condottiere*.

Emquanto esses factos se passavam, o general Andréa, na capital da provincia preparava as forças expedicionarias de mar e terra destinadas á Laguna.

Da provincia do Rio Grande do Sul tinham-lhe sido enviadas quatro canhoneiras e um batalhão de linha commandado pelo tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira.

Como dissemos, havia já o referido presidente organizado na provincia, com grande celeridade, dois batalhões, o do *Des-terro*, sob o commando do major Moreira Freire, e o da *Serra*, sob o commando do major Mello, official distincto e prestimoso, já bem conhecido pelo presidente durante a revolução do Pará.

Com essas forças, e mais alguns esquadrões de cavallaria, formou o general Andréa uma brigada de cerca de 2.000 homens, dando o commando della ao tenente-coronel José Fernandes.

Essa brigada seguiu por terra para a Laguna e apesar de tratar-se de uma viagem de 4 ou 5 dias a pé, foi com extrema lentidão que fizeram o trajecto.

A força de mar sob o commando de Mariath foi mandada reunir, afim de aguardar ordens, na enseada de Imbituba, onde ainda encontraram incendiada uma das presas de Garibaldi.

Tendo chegado ao mencionado lugar diversos espiões ou *bombeiros* do exercito. declarando achar-se fechado a barra com correntes sobre embarcações e toda a força dissiden

concentrada na villa, mandou Mariath participar esses factos ao presidente da provincia.

Determinou então o general Andréa que fôsse organizada uma força de 300 homens, da melhor gente, sendo 150 marinheiros e 150 soldados da brigada expedicionaria que, nessa occasião, vinha chegando ás proximidades de Imbituba.

O plano, constante de instrucções escriptas enviadas a Mariath pelo presidente da provincia, consistia no seguinte: A mencionada força de 300 homens seria transportada por um vapor da linha de paquetes que estava a chegar á capital, até o norte do cabo de Santa Martha, no ultimo dia de vento sudoeste, que nessa occasião soprava, de modo a conseguir desembarcar a referida força a sotavento desse cabo, aproveitando a bonança do mar.

Essa expedição, desastrosa e absurda, era destinada não só a tomar de assalto a fortaleza da Barra pelo lado de terra e assim remover as correntes que fechassem a referida barra, como ainda a impedir a retirada do inimigo, quando as forças legaes entrassem na villa.

Pareceria mais natural que, em vez de estar formulando planos e amontoando disposições, fossem de Imbituba enviados alguns navios a logar tão proximo como a barra da Laguna, afim de ahi reconhecer e verificar o que havia de exacto relativamente a correntes passadas sobre embarcações fundeadas, o que seria facilimo e de simples inspecção ocular, mas foi justamente isso o que não se fez.

Não havendo, porem chegado o vapor esperado, tornou-se indispensavel abandonar o plano primitivo, e, começando a rondar o vento do sudoeste para leste e nordeste, era impossivel por mais tempo a permanencia da esquadilha em Imbituba, que nenhum abrigo dava a esses ventos.

As embarcações, segundo Mariath, começaram a garrar, perdendo ferros e amarras, sendo obrigadas a fazerem-se de vela, e um dos navios nessa occasião, a canhoneira n. 16, do commando do capitão-tenente João Maria Wandenkolk, este-

ve proximo a perder-se, tornando-se necessario picar o mastro do traquete.

Essa enseada de Imbituba, onde tem havido grande numero de naufragios, só dá abrigo aos ventos do sudoeste, sendo inteiramente desabrigada aos do nordeste, tornando-se então tempestuosa e revolta, o que é ainda aggravado pela extrema dureza do fundo de areia, que impede ás ancoras unhar. Nestas circunstancias urgentes, achando-se o exercito proximo da Laguna, em Villa Nova, e fazendo-se necessaria uma decisão prompta, resolveu Mariath forçar a todo o transe a barra, mandando disso immediatamente aviso ao commandante da força de terra.

Era a 15 de Novembro ao romper do dia.

O chefe da expedição fez immediatamente publicar uma ordem do dia dividindo a força em duas divisões: a 1.^a, a da frente, composta de tres canhoneiras n. 13, 14 e 6, commandadas pelo primeiro-tenente Francisco Pereira Pintô, actual barão de Ivinhema, official valoroso e activissimo, o segundo-tenente Manoel Moreira da Silva, valente e experimentado homem do mar, e o primeiro-tenente Francisco Luiz da Gama Rosa.

A essa primeira divisão tambem pertenciam 4 lanchões commandados os de n. 1 e 2 pelos guardas-marinhas Antonio José Pereira Leal e Joaquim Rodrigues da Costa, jovens officiaes apenas sahidos da academia e que nesse combate fizeram a sua estréia; e os lanchões n. 3 e 4 pelo piloto escrivão José Manoel da Silveira, um gaucho intrepido, official de cavallaria, e o patrão Bernardino Antonio de Souza, habil marinheiro.

A respeito dessa 1. divisão, diz o seguinte Mariath: «Bem conhecia eu a que perigo ia expor esses meus companheiros de armas, mas muitas vezes é necessario sacrificar os mais bravos para alcançar o bom exito de uma empreza arriscada.»

A 2. divisão era composta dos brigues-escunas *Eolo*,

commandado pelo 1º tenente Antonio José Francisco da Paixão, e *Cometa* pelo capitão-tenente Bernardino de Senna e Araújo, que, como vimos, salvara o seu navio do inimigo da Laguna; dos patachos *Desterro*, commandado pelo 2º tenente Marcos José Evangelista, e *S. Jose*, pelo piloto Jose de Jesus, o mesmo que se batera galhardamente na Laguna, recusando render-se aos dissidentes; das escunas *Bellico*, commandada pelo 1º tenente Manoel Jose Vieira, e *Bella Americana*, pelo 1º tenente João Custodio d'Houdain.

Refere Mariath ⁽¹⁾ haver mandado simular um desembarque no cabo de Santa Martha pelo brigue-escuna *Calliope* commandado pelo 1º tenente Augusto Cesar de Castro Menezes, e patacho *Patagonia*, pelo 1º tenente Jorge Ottoni. Cremos, porem, que o inimigo considerou esse desembarque como verdadeiramente simulado, porquanto não se moveu, sabendo perfeitamente ser impossivel nessa occasião desembarcar, quer ao sul do cabo, em vista do mar agitado ainda pelo vento sudoeste dos dias anteriores, quer ao norte do cabo, em consequencia do rijo nordeste que estão soprava.

Na já mencionada ordem do dia, havia o chefe determinado que, ao chegar-se á barra da Laguna, a divisão da frente forçasse a dita barra, quebrando as correntes e removendo todos os obstaculos, «fazendo cada um o que pudesse,» palavras com que terminava a ordem do dia.

Todos esses navios fizeram-se á vela da enseada de Imbituba, com um vento nordeste fresco, singrando na direcção da barra da Laguna e ao ser avistada, appareceu o signal de forçar a barra.

Era cerca de duas horas da tarde; o vento nordeste augmentava muito; as aguas corriam com impetuosidade em direcção á barra e, devido a essas circumstancias, muito raras, a profundidade do canal tornara-se consideravel, até o ponto de

1) Artigos publicados no "Correio Mercantil, em Novembro e Dezembro de 1860.

poder dar entrada a navios de 12 e mesmo 14 palmos, o que é caso muito extraordinario nessa barra.

Do lado de terra, o inimigo, ao avistar a esquadilha, tomou todas as disposições: alem da fortaleza armada de 6 peças e convenientemente guarnecida, Garibaldi fundeou as suas embarcações na mesma linha e prolongamento da fortaleza collocando 1.200 homens de infantaria extendidos em linha, desde o forte pelo prolongamento da montanha até a praia, concentrando toda essa força numa extensão de 300 ou 400 braças, de modo a acompanhar a sinuosidade do estreito canal, por onde inevitavelmente teria de passar muito rente a esquadilha.

Não havia correntes na barra: é certo que Canabarro dera ordens nesse sentido, mas Garibaldi julgara isso desnecessario, á vista das grandes difficuldades naturaes do logar.

Em presença do signal do navio chefe, de que precedentemente falamos, para forçar a barra, a 1.^a divisão fez força de vela, afim de occupar o seu logar na frente, demorando a 2.^a a sua marcha de modo a collocar-se á distancia de seis amarras da primeira. Todas as embarcações eram pequenas e teriam ao todo cerca de 300 praças. (2)

O Chefe Mariath tinha o seu pavilhão no Eolo e durante todo o combate, intrepidamente, conservou-se em ponto muito visivel e exposto da embarcação, em pé, sobre a retranca.

Os navios formaram em linha e, ao approximarem-se da

2) Alem dessa força de 300 praças. não havia a bordo dos navios nenhuma outra de abordagem ou desembarque, como tem-se dito. Convem ainda rectificar outro ponto. Mariath diz, na participação ao presidente da provincia. que as perdas do combate da passagem da Laguna foram de 17 mortos e 38 feridos, e, nos artigos publicados no "Correio Mercantil," refere terem ellas sido de 51 mortos e 12 feridos. Esta differença notavel só se pode explicar pelo prejuizo ou estylo de guerra de occultar-se nas publicações, na occasião, as perdas experimentadas. Isto constituia uma pratica quasi geral. Mas, ainda assim, a derradeira estatistica apresentada por Mariath não é restrictamente exacta, porquanto, depois do combate, quando os dados achavam-se ainda recentes, passou entre os officiaes como cousa corrente que a perda entre mortos e feridos havia sido de cerca de um terço dos combatentes. E' este o numero que mantemos.

fortaleza, rompeu ella o fogo, sendo vigorosamente respondido por estes.

Dahi por diante passou em cada navio um sopro de destruição; foi mais do que um combate, foi um turbilhão; os navios avançaram com velocidade regular, tocados pelo vento e maré, atraves de uma tempestade de ballas, nesse espaço de 400 braças, onde se achavam concentrados os fogos de 1.200 homens de fuzilaria e a metralha de grande numero de canhões jogados á queima roupa, a 3 ou 4 braças de distancia, a peito descoberto, sobre navios sem borda. Assim foi que, em 15 minutos apenas de fogo, que tanto duraria a passagem de cada navio, perdeu a esquadilha, entre mortos e feridos, cerca de um terço de sua tripolação, chegando as embarcações ao porto da Laguna desmantelladas, com os appparelhos rotos e grandes avarias no casco.

O inimigo por sua vez, havia sido quasi literalmente destruido. Garibaldi traça do facto uma descripção muito nitida. «O combate foi terrivel e mais mortifero do que poder-se-ia crer. Não perdemos muita gente, porque mais de metade da guarnição estava em terra; entretanto, dos seis officiaes existentes nos tres navios eu fui o unico que sobreviveu. Todas as nossas peças foram desmontadas; mas ainda depois de desmontadas as peças, o combate continuou á espingarda e não cessamos de atirar durante todo o tempo em que passou deante de nós o inimigo... Era um verdadeiro açougue de carne humana; pisava-se sobre bustos separados dos corpos; a cada passo tropeçava-se em membros dispersos. O commandante do *Itaparica*, João Henrique de la Laguna, achava-se deitado, no meio dos dois terços da sua equipagem, com uma bala que lhe fazia, no meio do peito, um buraco capaz de passar um braço. O pobre João Griggs ficara com o corpo cortado em dois por um tiro de metralha, recebido a queima-roupa. Em presença de semelhante espectáculo, apalpei-me e perguntei a mim mesmo como, não tenho poupado mais do que os outros, havia podido permanecer intacto.»

Seriam cerca de 5 horas da tarde, quando ancoraram dentro do porto da Laguna as divisões, sendo o ultimo navio a entrar o commandado pelo capitão-tenente João Maria Wandenkolk, que, tendo ficado em Imbituba, reparando diversas avarias, que mencionamos, viera digna e voluntariamente reunir-se á esquadilha.

As forças do exercito só chegaram á villa da Laguna ao anoitecer; vinham muito retardadas, apesar de terem andado as ultimas horas a marche-marche por movimento espontaneo dos soldados, ao ouvirem o canhoneio da esquadra que atravessava a barra.

Logo após a entrada da esquadilha, o inimigo tocou retirada, incendiando Garibaldi os seus navios.

Sem o menor motivo e, apesar das reclamações e censuras da marinha, a brigada, que contava aliás commandantes de batalhão e officiaes distintissimos, permaneceu inertemente na villa da Laguna, sem por nenhum modo incomodar os dissidentes em sua retirada. Este facto singular causou extranhela ao proprio inimigo, como se vê nas *Memorias de Garibaldi*.

Só no passo do Camacho, logar pouco distante da Laguna, o general Canabarro permaneceu dez dias.

Taes são os factos principaes do notavel acontecimento, a passagem da Laguna, que pôz termo, no litoral da provincia de Santa Catharina, á invasão republicana rio-grandense.

Rio de Janeiro, Dezembro de 1885.

Dr. Gama Rosa



Relação de todos os socios do Instituto

Historico de Santa Catharina

FUNDADORES

- 1 Affonso Cavalcante do Livramento—Official d'Armada
- 2 Alfredo Pinto de Vasconcellos—Official d'Armada
- 3 Amos L. Post—Industrial
- 4 Antonio Pereira da Silva e Oliveira—Proprietario
- 5 Antonio Moreira de Barros Oliveira Lima—Func. fed.
- 6 Augusto Fausto de Souza—Engenheiro civil
- 7 Emilio Gans—Professor
- 8 Feliciano Marques—Guarda-Livros
- 9 Felipe Schmidt—Coronel d'Engenheiros
- 10 Francisco Tavares da Cunha Mello Sobrinho—Magistrado
- 11 Gustavo Adolpho da Silveira—Func. estadual
- 12 Gustavo Richard—Proprietario
- 13 Hercilio Pedro da Luz—Engenheiro civil
- 14 Joaquim Thiago da Fonseca—Magistrado
- 15 José Arthur Boiteux (INICIADOR)—Bacharel em direito
- 16 Luiz Antonio Ferreira Gualberto—Medico
- 17 Manoel Cavalcante de Arruda Camara—Magistrado

FUNDADORES DEMISSIONARIOS

- 1 Amaro Pessôa—Professor
- 2 Thomaz Cardoso da Costa—Func. publico

FUNDADORES--FALLECIDOS

- 1 Abilio Justiniano de Oliveira—Jornalista
- 2 Euphrasio José da Cunha—Medico
- 3 Francisco da Cunha Machado Beltrão—Desembargador
- 4 João Maria Duarte—Professor
- 5 José Maria dos Santos Carneiro Junior--Capitalista
- 6 José Roberto Vianna Guilhon—Desembargador
- 7 Jorge de Lossio e Seibnitz—Engenheiro civil
- 8 Libero Guimarães—Industrial
- 9 Luiz Cavalcanti de Campos Mello—Engenheiro civil
- 10 Pedro Ferreira e Silva—Medico
- 11 Polydoro Olavo de S. Thiago—Engenheiro civil

EFFECTIVOS

- 1 Alberto Augusto Gonçalves—Official d'Armada
- 2 Alfredo Adolpho Goeldner—Engenheiro civil
- 3 Antero Francisco de Assis—Magistrado
- 4 Antonio Gomes Ramagem—Bacharel em Direito
- 5 Antonio Lopes de Mesquita—Agrimensor
- 6 Antonio Maria Barroso Pereira—Func. estadual
- 7 Archangelo Ganarini—Sacerdote
- 8 Bellarmino Corrêa Gomes—Professor
- 9 Carlos da Motta Azevedo Correia—Medico
- 10 Carlos Victor Wendhausen—Negociante
- 11 Dorval Melchiades de Souza—Official d'Armada
- 12 Eduardo Horn—Negociante
- 13 Emilio Blum—Proprietario
- 14 Emilio Gollois—Agrimensor
- 15 Eurypedes Gonçalves Ferro—Engenheiro civil
- 16 Felisberto Elysio Bezerra Montenegro—Magistrado
- 17 Fernando Caldeira de Andrade—Bacharel em Direito
- 18 Fernando Machado Vieira—Professor
- 19 Firmino Theotonio da Costa—Guarda-livros
- 20 Francisco de Salles Brazil—Coronel

- 21 Francisco Topp—Monsenhor
- 22 Francisco Xavier de Mattos—Medico
- 23 Fulvio Coriolani Aduci—Bacharel em direito
- 24 Godofredo de Oliveira—Capitão
- 25 Gustavo Lebon Regis—Ma'ior d'Engenheiros
- 26 Heitor Blum—Bacharel em Direito
- 27 Heitor Pinto da Luz e Silva—Pharmaceutico
- 28 Henrique de Almeida Valga—Bacharel em Direito
- 29 Henrique da Silva Fontes- Professor
- 30 Henrique Netto de Vasconcellos Lessa—Magistrado
- 31 Henrique Richard—Bacharel em Direito
- 32 Henrique Rupp Junior-- Bacharel em Direito
- 33 Honorio Hermeto Carneiro da Cunha—Magistrado
- 34 Horacio Nunes Pires—Funcionario estadual
- 35 Horacio Serapião de Carvalho—Profssor
- 36 Joaquim David Ferreira Lima—Medico
- 37 Joé Collaço—Jornalista
- 38 José Vieira da Rosa—Major do Exercito
- 39 Lucas Alexandre Boiteux—Official d'Armada
- 40 Luiz Zuber—Sacerdote
- 41 Manoel dos Santos Lostada—Professor
- 42 Nereu de Oliveira Ramos—Bacharel em direito
- 43 Nicolau Pederneiras—Engenheiro civil
- 44 Orestes Guimarães—Professor
- 45 Pedro Maria Trompowsky Taulois—Major d'Engenheros
- 46 Raulino Julio Adolpho Horn—Pharmaceutico
- 47 Salvio de Sá Gonzaga—Magistrado
- 48 Sergio Nolasco de Oliveira Paes—Func. estadoal
- 49 Ulysses Gersan Alvares da Costa Bacharel em direito
- 50 Vasco de Albuquerque Gama—Magistrado
- 51 Victor Francisco Lapagesse—Engenheiro militar
- 52 Vidal José de Oliveira Ramos—Proprietario

EFFECTIVOS--FALLECIDOS

- 1 Alfredo da Costa Albuquerque—Func. federal
- 2 Alfredo Theotonio da Costa—Func. federal
- 3 Aristides Ferreira de Mello—Bacharel em Direito
- 4 Bento Emilio Machado Portella—Magistrado
- 5 Candido Valeriano da Silva Freire—Magistrado
- 6 Domingos Pacheco d'Avila—Magistrado
- 7 Emilio Sada—Agrimensor
- 8 Ernesto Alvaro Pereira de Miranda—Medico
- 9 Francisco Tolentino Vieira do Souza—Advogado
- 10 Genuino Firmino Vidal Capistrano—Magistrado
- 11 José Bonifacio da Cunha—Medico
- 12 José Henriques de Paiva—Advogado
- 13 José Teixeira Rapozo—Jornalista
- 14 Lydio Martins Barbosa—Func. federal
- 15 Pedro de Freitas Cardoso—Agrimensor
- 16 Urbano Ferreira da Motta—Medico

CORRESPONDENTE

- 1 Adalberto Belizario Ramos—Bacharel em Direito
- 2 Adelino de Lima Freire—Professor
- 3 Adolpho José Del Vecchio—Engenheiro civil
- 4 Adolpho Konder—Bacharel em Direito
- 5 Affonso d'Escragnoille Taunay—Engenheiro civil
- 6 Alberto Couto Fernandes—Dr.
- 7 Alfredo de Toledo—Advogado
- 8 Alfredo Eugenio da Silva Maia—Engenheiro civil
- 9 Alfredo Moreira Gomes—Magistrado
- 10 Alfredo von Trampowsky—Bacharel em Direito
- 11 Alvaro Bittencourt Belford—Bacharel em Direito
- 12 Americo Nunes da Silveira—Bacharel em Direito
- 13 Americo Rabello—Dr.
- 14 Antonio Carlos Simoens da Silva—Dr.

- 15 Antonio de Toledo Piza e Almeida— Engenheiro civil
- 16 Antonio Olynto dos Santos Pires---Engenheiro civil
- 17 Antonio Selistre de Campos---Bacharel em Direito
- 18 Arthur Benigno Castilhos--Medico
- 19 Arthur Deocleciano de Oliveira—Official d'Armada
- 20 Augusto Teixeira de Freitas—Bacharel em Direito
- 21 Augusto Vieira Pamplona— Engenheiro civil
- 22 Barão de Studart—Medico
- 23 Barão Homem de Mello—Professor
- 24 Carlos Lix Klet—Consul
- 25 Candido Cesar Leão— Bacharel em Direito
- 26 Cornelio Evangelista de Queiroz—Bacharel em Direito
- 27 Edgard Schutel—Professor
- 28 Eduardo Duarte Silva- Bispo
- 29 Eduardo Justino de Proença—Official d'Armada
- 30 Eliezer Rodrigues dos Santos Saraiva—Professor
- 31 Elyseu Guilherme da Silva—Pharmaceutico
- 32 Erico Ennes Torres— Bacharel em Direito
- 33 Estanislau Vieira Pamplona—Engenheiro civil
- 34 Etienne Brazil—Sacerdote
- 35 Euclides Fausto de Souza— Engenheiro civil
- 36 Faulhaben—Pastor evangelico
- 37 Fausto Augusto Werner— Guarda-livros
- 38 Felipe Doerch— Advogado
- 39 Florentino Telles de Menezes—Advogado
- 40 Francisco Agostinho de Souza e Mello— Off. d'Armada
- 41 Francisco A. P. da Costa Filho—Dr.
- 42 Gercino de Sant'Anna e Oliveira—Sacerdote
- 43 Gregorio Thaumaturgo de Azevedo—General de Divisão
- 44 Gustavo de Toledo Piza ---Bacharel em Direito
- 45 Henrique Boiteux—Contr'Almirante
- 46 Henrique Book — Sacerdote
- 47 Heraclito Ribeiro Carneiro Monteiro—Bacharel em Di-
reito
- 48 Irineu Ferreira Pinto

-
- 48 Jeronymo Francisco Coelho Lessa—Official d'Armada
 - 49 João Arthur Regis—Official do Exercito
 - 50 João da Fonseca Nunes - Bacharel em Direito
 - 51 João Francisco de Lacerda Coutinho—Eng°. civil
 - 52 João Ladislau de Oliveira Ramos—Medico militar
 - 53 João Medeiros Filho—Bacharel em Direito
 - 54 João Nepomuceno Manfredo Leite—Conego
 - 55 João Pedro da Silva—Bacharel em Direito
 - 56 Joaquim Francisco de Assis Brazil—Bachaerl em Direito
 - 57 José Antonio Muniz—Da Biblioteca de Lisboa
 - 58 José Joaquim de Sá Freire—Engenheiro civil
 - 59 José Francisco da Rocha Pombo—Doutor
 - 60 José Leite de Vasconcellos—De Lisboa
 - 61 José Maria Moreira Guimarães—Engenheiro militar
 - 62 José Maria Vossio Brigido—Funcionario Federal
 - 63 José Mariano de Camargo Aranha
 - 64 José Vallois de Castro—Conego
 - 65 Jovino Jorge Carvalhal—Medico
 - 66 Julio Alves de Brito—Almirante
 - 67 Lauro Severiano Müller—General
 - 68 Leodegardo Heleodoro da Luz—Official d'Armada
 - 69 Liberato Bittencourt—Major de engenheiros
 - 70 Luiz Nunes Pires—Funcionario federal
 - 71 Luiz Pio Duarte Silva—Advogado
 - 72 Manoel Corrêa de Oliveira—Bacharel em Direito
 - 73 Manoel de Vargas—Sacerdote
 - 74 Manoel dos Passos Farias de Mendonça—Pharmaceutico
 - 75 Manoel Pimentel de Barros Bitencourt—Doutor
 - 76 Max Fleiuss—Doutor
 - 77 Nestor Sezefredo dos Passos—Major do exercito
 - 78 Norberto Ploes—Sacerdote
 - 79 Pedro E. Estellita Lins—Bacharel em Direito
 - 80 Raphael Valanti—Sacerdote
 - 81 Raul E. de Farias Ramos—Official d' Armada
 - 82 Roberto Trompowsky Leitão de Almeida—General

- 83 Reinaldo Pedro Machado—Medico
- 84 Sebastião Paraná—Advogado
- 85 Theophilo Nolasco de Almeida—Official d 'Armada
- 86 Thomaz Garcez Paranhos Montenegro—Desembargador
- 87 Tito Livio Lucio d'Oliveira Ramos—Official d' Armada
- 88 Victor Konder—Bacharel em Direito
- 89 Vitorino de Paula Ramos—Engenheiro civil
- 90 Virgilio dos Reis Varzea—Jornalista

CORRESPONDENTES FALLECIDOS

- 1 Antonio Pinto da Costa Carneiro—Negociante
- 2 Aristides Augusto Milton—Magistrado
- 3 Augusto Miranda de Azevedo—Medico
- 4 Augusto Schiefler Tees—Official d'Armada
- 5 Barão do Rio Branco—Diplomata
- 6 Carlos Valente de Novaes —Bacharel em Direito
- 7 Domingos Virgilio do Nascimento—Official do Exercito
- 8 Ernesto Senna—Jornalista
- 9 Evaristo Nunes Pires—Professor
- 10 Francisco Carlos da Luz—Marechal
- 11 Francisco de Paula Oliveira Guimarães —Medico
- 12 Henrique Raffard —Proprietario
- 13 João Justino de Proença—Almirante
- 14 João Silveira de Sousa— Bacharel em Direito
- 15 João Velloso de Oliveira—Official d'Armada
- 16 Joaquim dos Remedios Monteiro—Medico
- 17 José Augusto Domingues Codiceira—Major
- 18 José de Camargo Barros—Bispo
- 19 José Johanny—Advogado
- 20 José Maria do Valle—Magistrado
- 21 José Marques Guimarães—Almirante
- 22 José Pinto da Luz—Almirante
- 23 José Ramos da Silva Junior—Func. federal
- 24 Luiz Betim Paes Leme—Engenheiro civil
- 25 Manoel Francisco Correia—Dr.

-
- 26 Manoel da Silva Mafra—Magistrado
27 Marquez de Paranaguá—Magistrado
28 Miguel Antonio Pestana—Almirante
29 Pedro Alexandrino Pereira de Mello—Magistrado
30 Visconde de Ouro Preto—Magistrado







31.64065
N
7
et. 1

REVISTA TRIMENSAL

-- DO --

Instituto Historico e Geographico

DE

Santa Catharina

VOLUME VII--1918

1º TRIMESTRE

Assignatura annual . . . : 4\$000

Toda a correspondencia deve ser dirigida á séde do
Instituto á rua João Pinto n. 5 (sobrado)



FLORIANOPOLIS

Typ. da Escola de Aprendiz. Arteses

1918

THE LIBRARY OF THE

29 1918

UNIVERSITY OF ILLINOIS
AT URBANA-CHAMPAIGN

REVISTA TRIMENSAL

--DO--

Instituto Historico e Geographico

DE

SANTA CATHARINA

PUBLICADA SOB OS AUSPICIOS DO GOVERNO DO ESTADO

VOLUME VII---1918

(1.º TRIMESTRE)



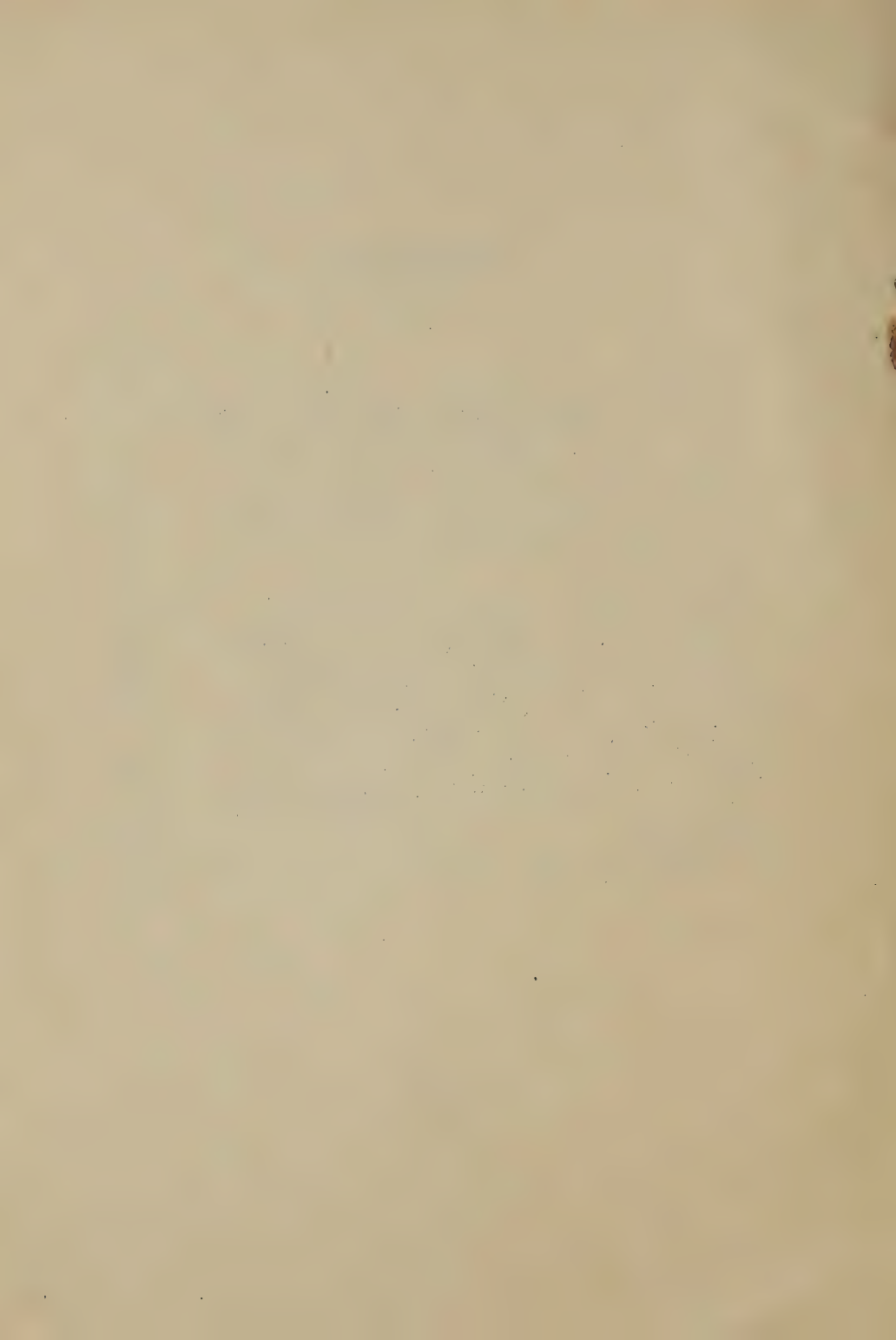
FLORIANOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATHARINA

INDICE

	PAGS.
Directoria.	1
Provincia de Santa Catharina—por <i>Ayres Cazal</i> .	7
Corsarios na Costa Catharinense—pelo Contr'Almirante <i>Henrique Boiteux</i>	23
Caldas da Imperatriz—pelo Dr. <i>Ismael da Rocha</i>	28
Archivo do Concelho Municipal de Florianopolis .	39
Governadores e Presidentes	54
Cartas de Taunay	59
Material Historico—pelo Dr. <i>Jacinto Mattos</i> .	67
Limites com o Rio Grande—por <i>Lucas A. Boiteux</i>	78
Ligeiros traços biographicos de socios fallecidos .	89
Costa do Governo do Rio da Prata até o Brasil .	95
Mestre Valentim e a arte Catharinense—pelo Contr'Almirante <i>Henrique Boiteux</i>	98
Cartas a cerca da Provincia de Santa Catharina—por <i>José G. dos Santos Silva</i> . . .	105
Bibliographia	114
A Abrilada em Santa Catharina	115





DIRECTORIA

Presidente--Capitão Tenente Lucas A. Boiteux
1.º Vice-- Bacharel Henrique da Silva Fontes
2.º Vice--Dr. Joaquim David Ferreira Lima
1.º Secretario--Professor Fernando Machado Vieira,
2.º Secretario-- Gustavo Adolpho da Silveira
Orador--Dr. Joaquim Thiago da Fonseca,
Thesoureiro--Major Arthur M. de Barros Oliveira Lima



REVISTA TRIMENSAL

DO
Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina

VOLUME VII

Florianopolis, 1918

1º TRIMESTRE

Provincia de Santa Catharina

— 1817 —

(Da COROGRAFIA BRAZILICA do P. Ayres Casal)

Esta provincia, que he um desmembramento da de S. Paulo, (20) comprehende a Ilha, que lhe dá o nome, e um terreno de sessenta leguas N. S. no continente vizinho contadas do rio *Sahy*, que a separa daquelloutra ao Norte, athé o *Mampituba*, onde confina pelo Sul com a de S. Pedro. Ao Poente tem as mesmas Provincias, servindo-lhe de limites os cabeços da cordilheira, que corre ao longo do mar. Sua maior largura não excede de vinte leguas. Occupa o Beyramar da maior porção da Capitania de Santo Amaro; e jaz entre os vintecinco gráus e cincoenta minutos, e os vintenove e vinte de latitude austral. Sendo passados cento e vinte annos, sem que os donatarios assentassem povoadores na Ilha de Santa Catharina, (que por algum tempo teve o nome de *Ilha dos Fatos*) El-Rey D. Joam o Quarto a deu em seiscentos cincoenta e quatro a Francisco Dias Velho, que foi assassinado por um corsario Inglez a tempo que começava o estabelecimento. Com este dezastre ficou a Ilha no seu primitivo estado por largo tempo. A' custa da Corôa foram nella estabelecidas varias colonias Açoritas em diversos tempos. O clima he temperado; o ar sadio, á excepção de certos sitios

(20) Desmembramento da de S. Paulo; considerada depois da união da de S. Vicente com a de Santo Amaro.

pantanzos; a face do paiz montuosa, regada de numerosos rios, e cuberta de matos; o terreno fecundo, e apropriado para a cultura da mandioca, milho, arroz, canas d'assucar, café, linho, legumes; e ainda trigo, e cevada em alguns districtos. Todas as hortalicas de Portugal aqui prosperam, principalmente as cebollas.

MONTES. *Camberella*, que fica sobre a entrada meridional do porto da Capital, he a mais alta montanha, que se avista desde Santos até as *Torres*; o monte *Bahul* he huma baliza dos navegantes.

MINERALOGIA. Pedra calcarea, granito, pedras d'amolar; indicios d'ouro. e outros metaes, segundo dizem.

FITOLOGIA. Carvalho mui diverso do de Portugal, e excellente para construcção; sassafrás, cedro, loiro, pau d'arco *guarabú*, *grapecique* sam arvores de preciosa madeira veuada para marceneiraria; como tambem o denominado aqui *páu d'oleo*, que he ondeado e compacto. Os pinheiros Brasileenses sam multiplicadissimos em varios districtos: ha diversidade de plantas medicinaes; e tambem a que nutre a *cochonilha*. (21)

ZOOLOGIA. O gado grosso, e miudo he ainda em pouca quantidade, e jámais será numerozo em razão de ser montuozo o terreno. Entr'outros quadrupedes selvaticos sam bem conhecidos os veados, tamanduás, os macacos, os pccos, onças, pacas, quatys. Entre numerozas especies de passaros, notam-se papagaios, macucos, rolas, *guarás*; varias castas do *colibri*,

(21) "A Cochonilha" é um insecto, que se cria, nutre, e propaga sempre pegado á folha da "opuncia", que o vulgo ordinariamente denomina "Figueira do Inferno", ou Figueira da India. Quando nasce, he tão pequeno, que mal se percebe com a vista; mas logo começa a andar, e a procurar lugar na planta para se fixar, e chupar della o seu alimento, depois de se pegar: nem se separa jámais daquelle lugar; começando logo a cubrir-se de hum pélo branco, com que nasce, mui fino, e raro; de sorte que não se lhe vê mais o corpo, que he vermelho. No fim de tres mezes chega á sua ultima grandeza, que não excede a de huma hervilha. Então pare os filhos, e morre. Os filhos seguem a mesma serie successivamente. O Estio he o tempo da sua producção. Nos paizes quentes da zona torrida tem-se observado que a "cochonilha" produz em todo o tempo, ao menos em partes; mas sempre em menor quantidade nos mezes do frio. O melhor modo de a separar da folha he com hum pincelinho de cerdas de porco, ou de boy, ou de coiza semelhante, a fim de não a esmagar, nem se molestar nos espinhos a mão, que a derruba.

Depois de apanhada, se deve logo matar, e secar. O melhor methodo he mettel-

ou beija-flôr. As lagoas sam povoadas de marrecos, e patos. Vem-se multiplicadas especies de lindissimas borboletas.

RIOS, LAGOS, e PORTOS. Os primeiros ordinariamente sam de curta extensão.

Obra de tres milhas ao Nornordeste das *Torres* (22) está a boca do Mampituba com cem braças de largura. Não tem mais de sete leguas de extensão, sendo formado de varios corregos, que descem da cordilheira. Sua corrente he violenta; porém assumacas sobem com a maré doze milhas athé o porto das *Forquilhas*. (23) Na sua margem septentrional desagua uma lagoa de cinco leguas de comprimento, e uma de largura, estendida parallelamente com a praia do Oceano athé os *Campos das Lagoínhas*; della sahe ao mar outro desaguadoiro com o nome d' *Arroyo grande*.

Segue-se a paragem denominada os *Conventos*: he um serro de penedia, e moderada altura, terminado em plataforma junto á praia, obra de seis leguas e meia adiante do Mampituba. Seis milhas mais adiante sahe o rio *Araranguá*, navegavel por espaço de cinco leguas athé o sitio dos *Tres Portos*, onde tem cem braças de largo, e maior fundo do que na barra: a sua corrente he rapida desde Junho athé Setembro. Tres leguas mais adiante desemboca o rio *Urussanga*, mais extenso que os precedentes, e mui rapido em quanto cheio. Nenhuma embarcação póde entrar na sua embocadura de quarenta braças de largo, por cauza da grande rebentação do mar sobre

la em taboleiros, ou folhas de Flandres dentro d'hum forno, cujo calor exceda pouco o do Sol, por espaço de vinte quatro horas; mexendo-a para que o calor a apanhe por igual. Acaba-se de seccar ao Sol, e na falta deste no forno; ou pondo a vasilha, em que ella está, sobre brazas mortas, a fim de não apanhar calor de mais, que a torre, e lhe faça perder a belleza da sua côr. Outro modo de matar a cochonilha he mettendoa, ou affogalla em agua fria, ou quente; e depois seccalla ao sol, ou pelo methodo insinuado; mas este não he bom; porque perde parte da tinta, especialmente, sendo affogado em agua quente. Convém que depois de secca se ponha sobre o calor do fogo em huma bacia de cobre, ou vazo de barro vidrado, no qual receba um gráu de calôr sufficiente a tirar-lhe o pêllo, que facilmente se moe, e que se deve assoprar, para ella ficar formosa. Esta ultima operação deve ser mexida com a mão, a fim de se conhecer o gráu do calor.

Sabe-se que a "*Cochonilha*" he huma das mais preziosas produções da Natureza

um banco. que o cruza. No interior da terra tem maior largura, e quatro braços de fundo em partes. Este rio communica com uma grande, e profunda lagoa, onde se vem bôtos, e outros peixes grandes, que sobem do Oceano. Fica-lhe ella da banda do Norte. Cinco leguas adiante está o *Morro de Santa Martha*, onde a costa muda de direcção para o Norte.

Tres leguas ao Norte do môro de Santa Martha está a espaçosa barra da *Laguna*, noutro tempo *Rio da Lagoa*, que he a foz do rio *Tubarão*, e juntamente o desaguadoiro de varias lagoas prolongadas em cadêa com o Oceano, e delle pouco afastadas. Este rio principia na serra, que limita a Provincia: a sua corrente he rapida d'Abril athé Setembro. As canoas sobem por elle oito ou nove leguas athé o porto da *Guarda*; as sumacas não passam da boca do *Capibary*, que se lhe une pelo lado esquerdo, e he navegavel por espaço de oito leguas athé *Pouzo Alto*. Na margem septentrional do Tubarão está o desaguadoiro do grande lago denominado *Laguna*, que tem cinco leguas de Norte-Sul, e perto de duas na maior largura, e fundo bastante para sumacas athé a extremidade septentrional.

Na margem meridional do Tubarão, defrcnte do desaguadoiro da Laguna está o da lagoa de *Santa Martha*, que terá um quarto de legua em quadro. No seu lado meridional desagua a lagoa *Garopaba*, que lhe fica uma legua arredada, e poderá ter a mesma grandeza. Nesta desemboca o

para o Commercio; e que a sua cultura he a mais lucrosa para os agricultores. A planta, em que se cria este insecto, multiplica-se instantaneamente, assim como tambem o mesmo vivente; mas para a colheita ser abundante, e de melhor qualidade, he preciso hum pouco de cuidado, trabalho destinado a este particular. Sem este ramo de Agricultura os Castelhanos d'America não recolheram a mesma quantidade, que annualmente reparam por todo o mundo. Não nos devemos contentar com a que se pôde colher da "opuncia" silvestre; deve-se multiplicar a quantidade desta planta, para que a quantidade da mercancia seja tambem abundante. A planta cultivada produz maior quantidade de "cochonilha"; e esta he sempre superior á silvestre. Pôde multiplicar-se a quantidade da "opuncia", ou plantando as folhas, ou semeando as sementes dos seus figos maduros: mas desorte que fiquem em linha recta, com ruas nos intervallos de capacidade bastante para por ellas se andar, não só na ocasião da colheita, mas quando for preciso alimpar a herva e tirar as têas de aranhas, e extinguir outros insectos, que destroem a "cochonilha". He tambem de advertir, que a "cochonilha", quando se cultiva a "opuncia", não se hade

sangradoiro da lagoa *Jaguarúna*, que lhe fica obra de duas leguas ao Sul, e he pouco maior. Todas tres dam passagem a grandes canoas para o rio das *Congonhas*, que não he consideravel, e desagua no lado occidental da derradeira; e sam comprehendidas debaixo do nome de *Lagoas do Camacho*, Todas sam piscozas. No lado occidental da Laguna, e perto da sua extremidade septentrional desemboca o rio *Una*, que dá navegação a canoas por algumas leguas até o morro de *Sam Joan*. Este rio estende um braço para o Norte de legua e meia de comprimento, e profundo, que termina nuns pantanos. Defronte da embocadura da Laguna está a ilhota dos *Lotos*.

Quatro leguas ao Norte está a ponta e porto da *Embituba*; e duas mais adiante a boca do rio *Piraquêra*, que he o desaguadoiro da lagoa do mesmo nome, chamada tambem *Lagoa encantada* com uma legua de comprido, e um quarto de largo.

Este rio só he corrente durante o Inverno, e tem defronte a pequena ilha do seu nome. Pouco mais de tres milhas ao Norte está o rio *Garopaba*, que he o desaguadoiro da lagoa deste nome, aliás da *Forquilha*, formada na confluencia de duas ribeiras, e terá uma milha em quadro. Depois de tres leguas encontra-se o rio *Embaku*, que não tendo na boca mais d'oito braças de largo, no interior chega a ter mais d'oitenta. As canoas sobem por elle um dia de viagem.

Pouco menos de meia legua ao Norte fica a ponta da

pôr nesta, em quanto fôr nova; porque ou a destroe consideravelmente, ou aniquilla de todo: o que acontece especialmente á 'opuncia' menor. De mais, quando na 'opuncia' robusta se vê que alguma, ou algumas folhas começam a contrahir nodos amarellas, ou que principia a envelhecer, ou murchar, deve-se tirar logo, aproveitando ao mesmo tempo toda a "cochonilha", que nellas houver pequena, e grande. Deve-se sempre deixar em cada folha alguns destes insectos, para hirem propagando a especie: o que naturalmente não acontecerá, tirando-se-lhe todos absolutamente; e deve ser a mais pequena, para que acabe de crescer ao mesmo tempo. Nos terrenos frios costumam os lavradores desta colheita recolher, durante o inverno, algumas plantas, em caza com "cochonilha" para não se perder no campo; a qual, chegando a Primavera, tornam a pôr sobre a planta.

(22) "Torres", sam dois môrros proximos á praia na latitude vintenove gráus e um terço.

(23) O Mampituba chamou-se por algum tempo Rio "Martim Affonso".

Pinheira, á qual se segue o sacco do mesmo nome, que he a entrada meridional do canal da ilha de *Santa Catharina*, cuja extremidade austral fica uma legua ao Norte da mencionada ponta.

Perto de seis milhas ao septentrião da mesma sahe o rio *Massambu* com trinta braças de largo, e bastante fundo; mas de curta extensão. (24)

Segue-se-lhe um pequeno sacco o com nome de enseada de *Brito*; e um pouco adiante a entrada do rio *Cubatão* com sessenta braças de largo, pelo qual sobem canoas grandes dois dias de viagem. Na proximidade deste rio ha varias fontes abundantes d'aguas thermaes de differentes graús de calor. O da mais distante, que ficará cinco leguas pelo rio acima, he de cento e dois graús. Depois de varias ribeiras encontra-se o rio *Maruhy*, tão largo como o precedente, e navegavel athé o lugar da *Guarda*. Junto a este rio está a enseada de *S. Jozé*.

Hum pouco ao Norte fica o estreito, que reparte o Canal em duas porções quazi iguaes; e mais adiante a embocadura do rio *Biquassu* com cincoenta braças de largo: por elle sobem canoas muitas leguas. *Rio dos patos* lhe chamaram os primeiros descobridores, porque servia de limite entre os Indios deste nome, que se estendiam athé o de *S. Pedro*, e os *Carijós* para o Norte athé a *Cananéa*.

Segue-se a grande enseada de *S. Miguel*; depois a *Ponta da Armação*, e mais adiante a dos *Ganchos*, que fica L. O. com a extremidade da Ilha, que dá o nome a Provincia. e he a meridional da espaçosa enseada das *Tijucas*, em cujo fundo desagua o rio do seu nome, que tem acima de cincoenta braças de largo, e dá navegação por dois dias. (25) Ao Norte está a enseada das *Garoupas* aberta ao Nordeste, de

(24) Rio de "Dom Rodrigo" foi o nome, com que a principio designavam o Massambú.

(25) O terreno adjacente á enseada das Tijucas he uma planicie pantanoza no Inverno por onde senão transita sem grande trabalho, e incommodo.

menor largura, mais abrigada, com capacidade para recolher uma Esquadra; nella desaguam o rio *Bupéba*, e os dois *Piraquês*, grande, e pequeno. A terra, que mêdea entre estas enseadas, he uma península, que se estende ao mar, e termina fazendo tres pontas, cuja central fica entre outras duas pequenas enseadas. Andando para o septentrião encontra-se o rio *Camboryguassu*, que he rapido no baixamar, e terá vinte braças de jargo.

Perto de tres leguas adiante está a embocadura do grande *Tajahy*, que tem pouco menos de sessenta braças no logar da passagem um pouco arredada da praia.

He o unico rio, que na estrada de Portalegre para S. Paulo se encontra fazendo caminho para o Nascente. Passa-se ainda a váu neste lugar. As sumacas sobem por elle tres milhas; as lanchas, e canoas grandes navegam livremente largo espaço de tres dias á cirga, e outros tantos a remo até outra cachoeira, donde senão passa. (26) Os principaes confluentes, que o engrossam sam o rio de *Luiz Alves*, que vem do Noroeste, e he navegavel por canoas pequenas, e o *Tajahy mirim*, que vem do Sudoeste, e dá navegação a canoas por espaço de dez leguas. Todos regam terrenos de grande fertilidade. (27)

Cinco milhas ao Norte sahe o rio *Gravatá*, aliás *Iriri-gua:sú* com trinta braças de largo, e navegavel por canoas. Segue-se-lhe a espaçoza enseada de *Itapacoroy*, onde ha uma Armação de Balêas. Passando adiante encontra-se o *Iriri-mirim*, e o *Caburiu*, pelos quaes sobem tambem canoas com o soccorro da maré; e logo o *Tajuba*, que he da mesma ordem.

Tres leguas ao Norte da mensionada Itapacoroya desagua o rio *Itapicú*, ao qual dam cincoenta braças de largo com muito fundo. Vem de muito longe, e dá navegação a pequenas canoas por espaço de muitas leguas, sem encontrar mais que uma cachoeira., que fica dez milhas acima da sua

(26) O Tajahy nasce entre o rio Negro, e o Correntes, que vem para o Poente.

(27) O rio de Luiz Alves corre junto da serra do "Bahil", que se avista do mar em grande distancia.

embocadura. A ressaca do mar não deixa entrargenero algum de embarcação para este rio, que logo dentro da barra fórma um lago denominado *Lagoa da Cruz* com duas leguas de comprido N. S. parallela com a praia, e muito estreita. Entre os rios que o engrossam, nota-se o *Piranga*, que lhe une pelo lado esquerdo, e dá navegação a canoas por espaço de cinco leguas; o *Upitanga*, que se lhe ajunta peia direita, e he navegavel por espaço de seis milhas; o *Itapicú-mirim*, que vem do Noroeste, e póde ser navegado por distancia de quinze milhas; o *Jaraguá*, que vem do Sudoeste, e mostra poder levar embarcações athé um sitio, que fica quatro leguas acima de sua foz; e o denominado *Braco*, que desce do Noroeste, e pode levar canoas por espaço de seis milhas. Todos correm tortuozamente por entre montes, e grandes matos, que mostram bem qual seja a substancia do terreno. (28) Obra de cinco milhas ao norte de Itapicú, está a ilha de *S. Francisco* com seis leguas de comprido N. S. em fórma d'arco, cuja corda fica em linha recta com a costa. O canal, que a separa do continente, he impropriamente chamado rio de *S. Francisco*. A entrada meridional, denominada *Aracary*, tem duzentas braças de largo, fundo só para lanchas, e um pouco fóra as tres Ilhas dos *Remedios* á direita; e as duas dos *Tamborettes* á esquerda. A barra do norte, denominada *Babitonga*, tem mil e quinhentas braças de largo, fundo para grandes sumacas. (29) O canal, ou pretendido Rio de *S. Francisco*, cuja fórma he semi-circular, alarga consideravelmente d'ambas as bocas athé o meio, onde tem mais de tres milhas de largura; e he um arquipelago d'ilhotas, cujo numero sobe a mais de vinte. Maior numero de rios vem aqui desaguar. O mais proximo á barra *Aracary* he o rio *Piraquê*, ao qual dam cinco legoas de curso, cinco bra-

(28) O Itapicú parece ser o "Rio dos Dragos", que os primeiros descobridores puzeram ao sul do de *S. Francisco*.

(29) Nos fins do Seculo dezaseis ainda não se sabia (segundo parece), que o terreno d'entre a barra *Aracary*, e *Babitonga* era uma Ilha: pensava-se ainda que ellas eram dois rios caudalozos: á meridional chamavam rio de *S. Francisco*, á septentrional rio "Alagado."

ças de largo na foz, e tres milhas de navegação de canoas. Segue-se o rio dos *Pinheiros* ainda menor que o precedente.

Depois o Rio *Paraty*, ao qual dam trinta braças de largura na barra, duas e meia de fundo no baixamar, e tres quartos de legua de navegação. O rio das *Aréas* pequeno, que he estreito, profundo, e navegavel por espaço de meia legua.

O das *Aréas* grande pelo qual sobem canoas com a maré por pouca distancia.

O rio *Paramaguá*, cuja origem fica proxima á do Piranga, ramo do Itapicú, como se disse: sumacas sobem por elle pequena distancia, lanchas meia legua, canoas tres milhas. O rio *Saguaçu* com um quarto de legua de largura na barra e quatro braças de fundo: as canoas sobem por elle obra de dez milhas. Os dois *Erirys* pequeno, e grande, cada um com cinco braças de largo, duas de fundo na barra, e navegaveis por espaço de duas leguas. O *Cubatão* grande, que tem vinte braças de largo, tres de fundo, e he navegavel por espaço de dez leguas athé o alto morro da *Tromba*. O rio d'*Antonio-Felis*, que he estreito, com pouco fundo, e só navegavel por distancia de meia legua. O *Ribeirão* com cinco braças de largo uma e meia de fundo, e navegado por canoas. O *Biquassú* com cinco braças de largo, mais d'uma de fundo, e navegado athé onde a maré leva as canoas. O *Pyrabyréba*, que tem consideravel largura com tres braças de fundo, e dá navegação a canoas athé um môrro, que fica pouco distante do lugar, onde a maré acaba.

O rio dos *Cavallinhos*, pelo qual sobem canoas por espaço de dez milhas. O rio das *Tres-Barras*, assim chamado, por ser embocadura eommum d'outros tantos, que se unem junto ao canal, que recolhe suas aguas: *Furta-enchente*, *S. Joam*, e *Tres Barras* sam os seus nomes: o segundo he o unico consideravel: dam-lhe cincoenta braças de largo, quatro de fundo: sua origem fica proxima á d'hum ramo do Guaratuba, as canoas sobem por elle obra de tres leguas. Os seus principaes confluentes sam o rio *Maria-Bahá*, e o das *Farinhas*, que vem

da serra de Curytiba, e dá navegação a canoas. Segue-se o *Barrancas*, o *Baculy*, o *Lamêm*, o *Batuly*, o rio dos *Fórnos*, o dos *Fernandes*, o do *Barboza*, os dois *Jaguarína* grande, e pequeno, que he o mais vizinho ao pontal do Norte da barra *Babitonga*. Os nove derradeiros sam pequenos, e só aparatozos durante a preamar. Todos geralmente correm mansos por entre margens baixas, e alagadiças, onde se cria, e passa grande quantidade de purpureos *guarás*, que recream a vista dos navegantes. Em alguns destes rios acham-se aljofares de varias cores, e grandezas mas imperfeitos, semeados no lodo. A ilha de *S. Francisco* he baixa, regada de varias ribeiras, e povoada. Na parte oriental ha uma lagoa estreita com tres leguas do comprido Norte Sul denominada Rio *Acarahy*: e pouco ao Norte della outra de meia legua de comprimento, e-cincoenta braças de largura, com pouco fundo. Duas leguas e meia ao Norte da Barra Babitonga desagua o rio *Sahy-mirim*, que não passa d'hum ribeira; e outra tanta distancia adiante está o *Sahy-grande*, que tambem não he consideravel. Pouco acima de suas embocaduras unem-se; porque sam duas fozes d'hum mesmo rio. A maior parte da população desta Provincia he oriunda das ilhas dos Açores: os Negros não sam numerosos, e os Mestiços ainda menos.

Dos Aborigenes os *Patos* entranharam-se pelo continente; os *Carijós*, por serem affaveis, foram os primeiros apprehendidos pelos Vicentistas: e daqui procedeu fazerem-lhes o nome commum a todos os domesticados de qualquer nação que fossem. Prezentemente ha nesta provincia:

Tres Villas	{	N. S. do Desterro—na ilha de S. Catharina
		Laguna—no Continente
		S. Francisco—na Ilha do mesmo nome

Sete Freguezias	(S. Jozé	}	no continente
	S. Miguel		
	N. S. do Rozario		
	Santa Anna	}	na Ilha de S. ^a C. ^a
	N. S. da Conceição		
	N. S. da Lapa		
	N. S. das Necessidades		

O numero das Ermidas iguala com o das Parroquias. Em setecentos noventa e seis havia:

Fogos, ou vizinhos	4.216
Habitantes adultos, excluindo a tropa paga	23.865
Engenhos d'assucar	3
Engenhocas de moer canas para lambiques (30)	192
Engenhos de pilar arroz	4
Moinhos, e Atafonas	297
Bolandeiras de mandioca	884
Cortumes de coiro	32
A população em oitocentos e doze subia a	31.530

ILHAS. As unicas consideraveis sam a que dá nome á Provincia, e a de S. Francisco.

A Ilha de Santa Catharina, que tem perto de nove leguas de comprido Norte Sul com uma athé duas e meia de largura, he montuosa, abundante d'agua, ainda cuberta de matos em parte. Não ha falta de pedra, nem de barro. Entre seus montes ha varzeas de maior, e menor largura; e ainda sitios pantanosos. As praias formam muitas enseadas, e abundam de conchas. Na parte oriental ha uma lagôa de duas leguas de comprimento N. S. e mais de mil braças na maior largura, e profunda em partes, a qual estreita muito em certa paragem, de sorte que parecem duas assaz desiguaes, unidas por uma garganta de cincoen-

(30) A carestia do vinho (em razão de sus falta) a abundancia e barateza da aguardente fazem que todo o mundo uze della tão apaixonadamente, que muitos experimentam cedo os seus funestos effeitos. Os homens sizudos dezejam que o Senado se appropriasse a veuda deste objecto, e lhe taxasse um preço tal, que os bebedores se vissem obrigados a uzar delle com a parcimonia de remedio medicinal.

ta braças de largo com uma grande ponte. Quando no Inverno começa a inundar as adjacencias mais baixas os moradores da vizinhança abrem-lhe um desaguadoiro para uma enseada, que lhe fica pouco arredada para o Nordeste, o qual he logo entupida pela ressaca do mar; em cessando a enchente, durante a qual lhe entra do oceano grande quantidade de tainhas, robalos, carápebas, acarás, linguados com outras castas de pescado, que a fazem piscoza em todo o tempo. Na extremidade septentrional desagua uma ribeira denominada rio *Vermelho*, em cujas adjacencias se criam as melhores melancias de toda a Provincia. Mais para o Sul ha ainda tres: a *Lagoinha grande* com mil seiscentas braças de comprido, e quinhentas athé seiscentas de largo, seis de fundo, em partes dez, segundo dizem; a do *Pantano* com quatrocentas de comprimento, e duzentas de largura, a *Lagoinha de Leste*, que tem trezentas e cincoenta de comprido, e cem de largo: em todas ha os mesmos pescados daquelloutra. Mandioca e linho sam os principaes objectos da agricultura, quasi geralmente exercitada por homens brancos, que cultivam milho, arroz, café, legumes, canna d'assucar, e algum algodão, que não he de boa qualidade. Tem-se naturalizado algumas arvores fructíferas de Portugal. As melancias, os ananazes, e as bananas sam em grande quantidade: as laranjas as mais abundantes.

As principaes torrentes desta Ilha sam o rio *Vermelho* já mencionado, o dos *Ratones*, que desagua pouco mais de duas leguas ao Norte da Capital, e o do *Taváres* que sahe obra de tres milhas ao Sueste da mesma Capital. O terreno regado pelo derradeiro cria os melhores melões da Provincia.

O canal, que a separa do continente, longe de ter sempre uma mesma largura, fórma dois grandes Portos, quazi iguaes no comprimento, e separados por um estreito de duzentas braças de largura entre duas pontas. O do Norte, que tem tres leguas de largo, fundo para as maiores Náus, he um dos melhores da America Meridional, e a chave do Oceano do Sul. O vento reina do Sul. durante o Inverno, que princi-

pia ordinariamente em Maio, e acaba em Outubro. As trovoadas sam frequentes no Estio; mas todas as tardes desta Estação sam refrescadas com virações do mar ordinariamente fortes. Junto á ponta meridional da Ilha de Santa Catharina estam seis ilhotas: as tres occidentaes denominam-se *Ilhas dos Papagaios*, e as Orientaes os *Tres-Irmãos*. A dos *Moleques*, a do *Campeche*, a do *Navier*, a das *Aranhas*, a do *Badejo* ficam sobre a costa oriental em distancias compassadas. Perto da ponta septentrional estam tres com o appellido de *Moleques*. Legua e meia ao Norte da mesma ponta está a Ilha do *Arvoredo* com meia legua de diametro, e ao Noroeste della a da *Gallé*. Dentro do porto principal estam entr'outras a Ilha *Tomarim* encostada ao continente, e a dos *Ratones* quazi defronte do rio do mesmo nome, ambas fortificadas. No meridional estam a Ilha dos *Cardos*, e a de *Muruhy*. A capital da Provincia he a consideravel, populosa, e abastada Vilia de Nossa Senhora do *Desterro*, situada no lado occidental da Ilha de Santa Catharina sobre uma enseada um pouco a Les-Sueste do Estreito, em terreno desigual entre dois môrros, atravessada por tres ribeiros, que passam por baixo de varias pontes de pedra. As ruas sam quasi geralmente tortuozas, as casas ou de pedra ou de madeira. Além da Igreja Matriz tem as capellas do *Menino Deus*, e de N. S. do *Rosario*, uma Orçem Terceira de S. Francisco d'Assis, um Hospital de Caridade. Os quarteis da Tropa sam bons; o Senado he prezidido por Juiz de Fôra; a mocidade instruida por mestres regios de Primeiras letras, e Latim, para cujos honorarios ha um tributo na aguardente.

As ollarias fazem aqui um ramo de industria, e commercio. Fabricam-se tecidos de linho, e d'algodão; e ainda d'hum com outro. Legua e meia ao Norte da Capital está a Freguezia de *N. Senhora das Necessidades*, mais conhecida pelo nome de *Santo Antonio*. He ainda povoação pequena com arredores vistosos, e apraziveis. O povo, que a habita, cultiva canas d'assucar, mandioca, milho, algum linho, e diversidade d'horta-

liças. Pouco mais de tres milhas para o Norte na enseada das Canasvieiras desembarcaram os Castelhanos em setecentos setenta e sete, e assenhorearam-se da Ilha sem a menor resistencia: tão valoroso era o seu governador. A Parroquia de *N. Senhora da Conceição*, que fica obra de'hum legua ao Oriente da Capital, sobre um tezo pouco arredado da lagoa grande com vista d'hum consideravel extensão do oceano, he abastada de pescado. Os seus parroquianos cultivam linho, canas d'assucar, mandioca com os outros viveres do paiz. No seu districto ha uma armação de balêas. Obra de duas leguas ao sul da Capital está a Parroquia de *N. Senhora da Lapa*, situada junto á embocadura d'hum ribeira, no fundo d'hum pequena enseada semicircular, em frente d'hum ilhota. Freguezia do *Ribeirão*, he o nome, com que vulgarmente a designam. He abastada de pescado, e dos mantimentos do paiz. *Laguna*. Villa mediocre, e vantajozamente situada sobre a margem oriental da lagoa, que lhe empresta o nome, a menos de meia legua distante da barra, junto a uma collina donde descem aguas excellentes. A sua fôrma he a d'hum quadrilatero com tres ruas parallelas encruzadas por outras, e uma praça a nm lado, sobre a qual está a Casa da Camara. Só tem a Igreja Matriz dedicada a *Santo Antonio dos Anjos*. Grande parte das cazas sam de pedra, algumas de sobrado, e alveijadas com cal de marisco. Seus habitantes cultivam mandioca, milho, arroz, feijão, favas, algum trigo e linho. A lagoa hé piscoza. Nos meses de Novembro e Dezembro entra nella prodigioza quantidade de *bagres* cuja pesca se faz um lucroso ramo de commercio. Fica dezoito leguas ao Sul da Capital.

Do seu porto, onde entram sumacas. sae farinha, arroz, milho, madeira, e peixe salgado. Obra de quatro leguas ao Norte da Laguna, e quatorze ao Sul do Capital está a Freguezia de *Santa Anna*, vulgarmente só conhecida pelo nome de *Villanova*, povoação ainda pequena, vistozamente situada sobre um tezo, perto da extremidade septentrional da mesma lagoa, junto ao morro de *Tapirua*, que lhe fica ao Meiodia,

e pouco distante da lagôa *Panêma*, que lhe demora ao Norte, com dois portos um em frente. outro por detrás no oceano, chamado *Porto da Embitábu*, abrigada do Sul, e Levante pela ponta do mesmo nome, onde ha uma meia armação de balêas sujeita á administração da de *Garopábu*. As cazas sam geralmente de madeira, havendo abundancia de pedra. Seus habitantes, entre os quaes ha muito macilentos, recolhem ás mesmas produções que os da Laguna, e cultivam maior quantidade de linho, o que faz haver aqui maior numero de tecedeiras do que em nenhuma outra povoação. As cebollas sam de grandeza extraordinaria e as outras hortaliças de boa qualidade. (31) A Freguezia de N. Senhora do *Rozario*, que está sobre a enseada de Brito entre dois regatos, dez leguas ao Norte de Villanova, tres e meia ao Sul da Capital, he ainda pequena, e seus Parroquianos cultivadores de mandioca, milho, e canas d'assucar: e tambem sam pescadores. No seu districto ha *Caldas*. Quatro milhas ao Sudoeste da Capital e menos de meia legua arredada da esquerda do rio Maruhý está a Parroquia de *S. Jozé* sobre a enseada do mesmo nome com uma ollaria de loiça vidrada.

Seus habitantes cultivam arroz, milho, canas d'assucar, mandioca, e péscam.

Duas leguas e meia ao noroeste da Capital está a aprazivel Freguezia de *S. Miguel* sobre a enseada do mesmo nome, que lhe fórma am bom surgidoiro. Os seus habitantes recolhem. e exportam grande quantidade d'arroz, e farinha com algum assucar. Perto della fica a principal Armação das balêas.

A villa de *S. Francisco*, que he mediana, abastada de pescado, e dos viveres do paiz com cazaria geralmente chan, e uma bella Matriz de pedra e dedicada a *N. Senhora da Graça*, está sobre a praia occidental da Ilha do mesmo nome, perto de tres leguas dentro da barra Babitonga em terreno pla-

(31) A lagoa "Panêma" tem mil braças de comprimento com pouca largura; e só desagua para o Oceano, quando chove muito.

no, e paragem vantajoza para o commercio. Só duas ruas sam calçadas. Seus habitantes, geralmente brancos, sam descórados, e quazi todos lavradores de mandioca, para o qual o terreno he muito apropriado. A colheita do milho, arroz, assucar, café, e tabaco que póde ser consideravel, he ainda de pouca monta. Não ha quem não possua ao menos uma canoa. Fazem-se aqui embarcações de bom porte. Madeira, e corda *d'imbé* sam os objectos mais importantes, que sahem do seu bom porto depois da farinha. Esta Provincia, que faz parte do Bispado do Rio de Janeiro, he da correição do Ouvidor de Portalegre.



Corsarios na Costa Catharinense

PELO

Contra-Almirante HENRIQUE BOITEUX

— « » —

(Vide vol. VI pag. 168)

Continuava a guerra que sustentavamos contra as Províncias Unidas do Prata...

No intuito de fazer levantar o bloqueio que mantínhamos á capital platina, contava o governo argentino com os navios adquiridos no Chile fazer uma demonstração naval ao porto do Rio de Janeiro. Com a perda de dous d'elles, antes de dobrarem o cabo de Horn, fraccassou tal projecto. Foi então resolvido preparar a corveta *Congresso* sob o mando do capitão Guilherme R. Mason, bergantim *Republica*, capitão Guilherme E. Grainville, escuna *Sarandi*, capitão João H. Cõe e fragata *Chacabuco*, vinda do Chile, porém ainda na costa da Patagonia, capitão James Jorge Bynon, todos sob ás ordens do almirante Guilherme Brown para uma arriada ás costas do Brazil afim de perturbar o nosso commercio marítimo.

Na *Sarandi*, içou o seu pavilhão o almirante argentino no dia 26 de outubro, e nesse mesmo dia fez-se de vela afim de reunir-se á *Chacabuco* que estava no cabo Corrientes; na mesma occasião sahio o corsario *Oriental Argentino*, commandado pelo francez Pedro Dautant.

Em vista do estado em que se achava a *Chacabuco*, deixou-a em reparos e fez rumo o almirante argentino a Cabo Frio, afim de piratear. Depois de ter feito algumas presas e despachado para a Patagonia, resolveo fazer ru-

mo ao sul em busca de seus companheiros e operar contra Santos e Santa Catharina evitando ao mesmo tempo a perseguição de nossos navios.

No dia 29 de outubro de 1826, os moradores do districto da Lagôa, na Ilha de Santa Catharina, viram approximar-se um bello navio apparelhado a lûgar com tres velas redondas de arriar o qual depois foi dar fundo ao abrigo da ilha do Campeche; aos olhos affeitos d'aquella gente, agglomerada pela curiosidade nas praias, não passou despercebido que era um corsario.

Pouco depois de ter ancorado, de bordo largou um escaler guarnecido, que em chegando á praia despejou um golpe de gente armada, a qual desde logo passou a obrigar os pescadores a que empregassem suas canôas em lhe fazerem aguada e lenha no Campeche. brutalmente maltratando os que a tal serviço se negavam.

Findo o supprimento exigido, obrigaram por fim os canoeiros ao transporte para terra do mestre e da tripulação da sumaca *Lilia* da praça do Rio de Janeiro, por elles apresada. A's 8 1/2 da noite levantou ferro, não deixando contudo de levar um escravo pertencente a um dos pescadores.

Levado o facto ao conhecimento do presidente da Provincia, que era então o brigadeiro Francisco de Albuquerque e Mello, não tardou em saber detalhadamente como se dera o aprisionamento e da nacionalidade do dito corsario pelo depoimento do mestre da referidas umaca. Disse o mestre da *Lilia*, João Ricardo Lima Cardoso que tendo sahido do Rio Grande do Sul no dia 24, com carregamento de carne secca, graxa, sebo, dous dias depois na lat- 34° 32' long- 53° gr; ás 6 horas da tarde fôra apresado pelo corsario, que outro não era senão o *Onze de Julho* que tinha por commandante, immediato e tripulação, os mesmos do corsario *Lavalleja* e que elle mestre como a tripulação, excepto quatro escravos que d'ella fizeram parte, deixados a bordo do corsario. Disse mais que o corsario, apparelhado a lûgar com tres vellas de arriar como as que usam os inglezes em seus escaleres, era armado com dous morteiros pequenos, 48 homens de differentes

nacionalidades bem armados; tinha de 65 a 70 palmos de quilha e 18 a 20 de bocca; a borda era formada por uma trincheira de lona de pouco mais de um palmo, cintada de verdê desmaiado por baixo e a trincheira negra: carregava 1500 alqueires de farinha. Arvorava a bandeira de Buenos Aires, donde havia dito o commandante haver sahido a quatro ou cinco dias e que em Maldonado tinha sido perseguido pelo bergantim *Imperial Pedro* que o fez encalhar, porém que de noite desencalhou e a força de remos dos quaes traz dez por bordo, fez se ao mar e com o emprego d'elles faz de tres a quatro milhas.

Logo que foi apresada a *Lilia* metteo a bordo um capitão de presas e cinco marinheiros e com os quatro escravos fez rumo do sul tomando o corsario o do norte sempre pela costa até que no dia 29 fundeou no Campeche.

Ao sahir d'aquelle ancoradouro foi rondar o *Onze de Julho* a entrada norte da bahia de Santa Catharina, onde foi visto junto á ilha do Arvoredo.

Não dispondo o presidente da Provincia de navio algum de guerra que pudesse mandar em perseguição do dito corsario, tomou o alvitre de mandar um correio pela costa até o Rio de Janeiro, com recommendação a todos os chefes locais para que não só devulgassem a noticia, como levassem ao ministro da marinha a comunicação. Uma segunda via dessa noticia mandou por terra, por mão de Antonio Mendes de Carvalho.

N'essa mesma occasião levava o presidente ao conhecimento do ministro da marinha da chegada ao porto do Desterro, no dia 17 d'aquelle mez, do bergantim *Josephina*, procedente de Montevideo com a noticia de ter chegado nos ultimos dias de Setembro uma embarcação estrangeira que fôra registrada já fôra do cabo de Horn pela esquadra argentina sahida do Chile; que se achava no porto do Desterro, entrada a 29, procedente de Valparaiso a galera ingleza *Rochester*, de cujo capitão soubera que a mesma esquadra composta de uma fragata e duas corvetas sahira do Chile depois de meiado de Junho.

No porto do Desterro achavam-se carregados e promptos a sahir, receiosos porém de cahirem em mãos dos corsarios as seguintes embarcações; para Montevideo: bergantins *Josephina* e *Senhor dos Passos*; escunas *Im-*

peratriz e S. João Baptista. Para Pernanbuco: bergantins *Alliança* e *Bom Successo*; para Bahia: brigue escuna *Brazileiro*. Para o Rio de Janeiro, brigue *Atrevido*, (transporte da marinha nacional); bergantim *Rio Lima*, sumacas *Bôa Hôra* e *Gratidão*. Para o Rio Grande: Patachos *Amizade* e *Clara*, sumacas *União*, *Flôr du America*, lancha *Espirito Santo* e hiate *Trindade*

—

Emquanto andava Brown pelo norte, no dia 9^{de} Novembro chegava ao porto do Desterro o hiate *Dous Amigos* e delle desembarcavam os mestres e passageiros desse e da escuna *Chiquinha*, apresados pelo brigue corsario *Oriental Argentino*, dous dias antes, na lat. 25° 50' S. long. 47° 33' OGr.

Da escuna *Chiquinha*, era mestre José Bernardino de Araujo, sahida do porto de Santos carregada de asucar, fumo, toucinho, arroz e café com destino ao Rio Grande; tripulada por onze pessoas, inclusive quatro escravos, levava como passageiros um official de caçadores com sua familia, a mulher do mestre e um pardo.

Informou o mestre que no dia 7 na posição referida, d'elle se approximou um brigue armado a redondo, com uma alcaixa pintada de branco que o intimou a atravessar e logo em seguida o capturou, fazendo transportar toda a guarnição, excepto os escravos marinheiros e tres negros do mestre, bem como os passageiros para bordo do hiate *Dous Amigos*, apresado na mesma occasião que elle, depois do que metteo gente á bordo da *Chiquinha*, ordenando que seguisse para a Patagonia e que o *Dous Amigos* rumasse para o Desterro.

Disse mais que o corsario era guarnecido por mais de 100 homens de diferentes nacionalidades, cujo commandante se dizia francez; era armado com quatro peças, duas em rodizio, duas de calibre 9 e teria 33 palmos de bocca.

Sobre o *Dois Amigos* referio o mestre Elias Francisco de Araujo que havia sahido da Laguna no dia 5 com destino ao Rio Grande, carregado de farinha; que sua tripulação constava de sete pessoas, inclusive cinco escravos e levava um passageiro; que fôra aprisionado na

mesma occasião que o fôra a escuna *Chiquinha*; que lhe haviam tirado o panno, massame e todo o facto da tripulação e 1:600\$000 em dinheiro, de sua propriedade. Deixaram-lhe a carga, levando-lhe porem, os escravos; para o hiate passaram tambem a tripulação da escuna *Chiquinha*, chegando ao porto da capital no dia 9.

(*Continúa*)



Caldas da Imperatriz

(CALDAS DO CUBATÃO)

Na provincia de Santa Catharina

Pelo Dr. Ismael da Rocha

(Continuação da pg. 158, Vol. VI)

Pelas informações do Engenheiro Director da obra, com vinte contos unidos ao producto da loteria, que actualmente se despende, se poderá construir o segundo lanço, e concluir o que existe em construcção.

“As vantagens, e os beneficios que provirão d'este estabelecimento á saude publica, são incalculaveis: na actualidade já pode accomodar de 40 a 50 enfermos; e sendo muito de esperar da philantropia da Assembléa Geral a sua poderosa concorrência para levar-se ao cabo uma obra de tanta conveniencia, acho acertado lhe representeis a necessidade da concessão de mais algumas loterias para esse fim, vista, como é sabida, a quasi impossibilidade de a fazer-se á expensas das rendas provinciaes, pois quando não fossem as rasões que dita a humanidade, bastaria considerar-se o dispendio de mais de 33:000\$000 rs. em que já importa a obra, para conhecer-se a urgencia de sua conclusão afim de se não perder o que está feito. E de mais, tendo este Hospital das Caldas de ser commum não só aos habitantes d'esta provincia, como aos de todo o Imperio, e de fôra d'elle, é mais uma rasão para continuar a merecer dos poderes Supremos do Estado aquella protecção, e auxilio, que até agora tem tido...”

Tendo n'este anno tomado posse da Presidencia o Dr. Antonio Pereira Pinto, entregou-a de novo ao 3.º Vice-Presidente Dr. Severo Amorim do Valle em 30 de

Novembro, dizendo: «Cabe agora tratar do Estabelecimento do Hospital das Caldas da Imperatriz, obra pia, util, e quiçá de não pequenas vantagens para a Província. A metade do edificio, segundo o plano, se acha em vespas de conclusão; faltão os quartos para os banhos: em pouco tempo estarão collocados todos os banheiros, um d'elles o sera n'estes dias, que é o que tem de servir desde já para os enfermos, no presente verão; as torneiras já foram compradas, e existem em poder do Snr. Coronel Sepulveda. Disse que esta obra, alem de util e caridosa, poderá dar lucros á provincia, é incontestavel esta proposição, attenta a multidão de pessoas que procuram os banhos, as quaes convem que se sujeitem a um modico tributo para conservação e conclusão do edificio. Brevemente será necessario tambem edificar-se uma capella e nomear-se um medico, que obste às imprudencias de muitos doentes, os quaes em vez de acharem melhoras a seus males n'este estabelecimento, deparam n' elle com a morte pelo pouco criterio com que experimentam a virtude das aguas.

Urge tambem que se fixem os limites d'este hospital, porque o seu patrimonio tem sido invadido pelos proprietarios que lhe ficam contiguos. Poucos fundos restam para ultimação d'esta obra, já isso mesmo levei ao conhecimento do Governo, e de certo V. Exa. renovarà essas solicitações no interesse publico.

1850— Extracto do Relatorio com que o Dr. Severo Amorim do Valle entregou a 24 de Janeiro a administração ao Dr. João José Coutinho: «Està em andamento a obra do magnifico Hospital das Caldas da Imperatriz, a cargo do Snr. Alferes de 1ª linha Agostinho Francisco Coelho, sob a direcção e inspecção do Snr. Coronel Sepulveda: esta quasi prompta a metade do edificio tanto interior como exteriormente, com commodos para 40 enfermos; trata-se dos banhos, para os quaes existem seis banheiros de marmore: dous d'elles cobriram-se e fecharam-se provisoriamente para uso dos enfermos. Não tendo servido as torneiras que se encomendaram para os tanques, em consequencia do demasiado tempo que gastam em dar sahida a agua para os banheiros, foi preciso reenvial-as para serem trocadas por outras mais singelas e com maiores dimensões. Esta

obra prosegue com o producto de Loterias, extrahidas na Corte; pouco existe hoje disponivel do resultado da ultima loteria, como já se fez vêr ao Governo Imperial» Conclue pedindo ao novo Presidente que se interessasse de modo a obter do Corpo Legislativo a concessão de novas loterias.

No mesmo anno o Presidente Coutinho, no seu relatorio á Assembléa, disse o seguinte em 1.º de Março: «Quando tomei conta da administração achava se em andamento a obra do Hospital das Caldas da Imperatriz; sabendo, porem, que para elle só restava disponivel a quantia de 1:300\$000 rs., pouco mais ou menos, e que se não tinham assentado as torneiras, por não terem servido as primeiras, que vieram, entendi ser melhor reservar o dinheiro para este fim, quando chegassem as novas, e por isso mandei parar com a obra. Assim, estando metade prompta, assentadas as torneiras, prestará o Hospital mais serviços aos doentes que o procuram. A parte concluida tem de frente 12 e meia braças; estão promptos 13 quartos illuminados; uma varanda e corredor commum; assentados os 6 banheiros de marmore, e feitas as represas d'agua e canalêtes de esgotamento. Tendo mandado retirar o Administrador e Officiaes da obra, enviei para ali um sargento e cinco soldados da companhia de Invalidos para guarda, policia e aceio do Estabelecimento.

1851 — 1852 — Os relatorios presidenciaes não se occupam das Caldas da Imperatriz, onde ficaram paradas as obras por falta de dinheiro. Em artigo editorial do *Conser-vador* n.º 78 de 17 de Dezembro de 1852, lê-se o seguinte: «Quando o Sr. desembargador Severo, então Vice Presidente da provincia, entregou, em 24 de Janeiro de 1850, as redeas da administração ao Exm. Snr. Dr. João José Coutinho, disse em seu relatorio que estava em andamento a obra do *Magnifico Hospital das Caldas da Imperatriz*.

Passados pouco mais de 40 dias d'essa entrega. S. Exa. declarou em sua falla de abertura da sessão da Assembléa provincial, em de 1.º de Março de 1850, que tinha resolvido mandar parar com a obra por entender que a quantia de 1:300\$00 rs.» pouco mais ou menos, unica

que restava, deveria ser applicada á aquisição de novas torneiras ?

Quando isto ouvimos e lemos, não deixamos de ter um tal ou qual presentimento desfavoravel a esse *Magnifico Hospital*, e dissemos a nós mesmos:

Mal vai a obra do hospital das Caldas, então a mais necessaria para os enfermos... a casa dos banhos?— Além d' essa circumstancia havia outra mais digna talvez de toda a attenção, e vem a ser o completo deterioramento da parte começada; porque é sabido que uma obra, como a de que se trata, uma vez começada e não concluida, em pouco tempo damnifica-se e por fim inutilisa-se completamente, causando por isso grande prejuizo aos publicos interesses. Não nos illudimos quando assim pensamos? poucos mezes faltam para completar tres annos que teve logar a suspensão da obra, e segundo somos informados por pessoas proximamente d' all vindas, não existem até o presente taes torneiras, e nem tão pouco fechou-se convenientemente a casa dos banhos com a parede que falta de lado do norte.

Esse fechamento tão necessario, não só para abrigar os enfermos na occasião de usarem dos banhos, mormente em tempo chuvoso; mas tambem para preservar o madeiramento da corrupção a que está sujeito, e mesmo para melhor conservação das importantes banheiras, que, não obstante serem de marmore, todavia estão expostas a quanto lixo lhes querem lançar.

As velhas e provisórias cosinhas ameaçam prompto desmoronamento, de modo que não se pôde entrar n'ellas sem correr risco de ficar sepultado em suas ruínas! De noite não ha uma luz em todo o longo corredor e espaçosos salões, permanecendo em completa escuridão o interior do edificio.

Portanto, da maneira porque actualmente se cuida d'esse importante e util estabelecimento, pôde-se dizer sem receio que está em abandono, e por isso mesmo sua duração será curtissima."

1853— Relatorio do presidente Dr. Coutinho: «Até o presente tinha-me abtido de continuar com a obra do Hospital das Caldas, esperando que houvesse quantia para concluir a casa dos banheiros, e fazer ao menos uma parte da cosinha de pedra e cal; estando, porém,

a cosinha proxima a desabar, preciso foi determinar a construcção de outra sobre esteios, por não dar a quantia existente para a fazer de alvenaria e para fechar os banheiros mesmo com taboado. Estão encommendadas as madeiras, e brevemente se dará começo a ella.»

1854—Relatorio do Presidente Coutinho: «A falta de fundos sufficientes tem obstado a conclusão da obra do Hospital das Caldas, entretanto alguma cousa se tem feito. Assentarão-se as torneiras, fecharam-se os banheiros com taboado, puzeram-se-lhes portas com bandeiras, e assentaram-se janellas e caixilhos na saleta em frente aos banheiros, e construiu-se sobre esteios uma casa para cosinha e empregados e guarda. Sendo preciso mais alguma commodidade, já dei ordem para que se fizessem móxos, cabides e mezas, para alcovas e um móxo e um pequeno cabide para cada um dos banheiros». Em seguida lembra a necessidade de um administrador para o Hospital, com amplas attribuições, tendo ás suas ordens um servente; e pondera: que, apesar da lei n.º 164 de 1842, o Hospital continúa a estar subordinado á Camara Municipal de São José, que não tem meios de pagar empregados, nunca nomeou pessoa para se encarregar da limpeza e guarda, nem dêo o Regulamento de que trata o artigo 5.º da antiga Lei n.º 16; e que lhe parece mais proprio entregal-o inteiramente á Presidencia, por dever ser considerado o Hospital não como municipal e sim como Provincial

1855—O mesmo presidente informa ter sido nomeado Administrador do Hospital Luiz Gonzaga Meyer, durante cuja administração já se nota aceio no edificio e regularidade no serviço. Diz ser preciso que se chame, quando houver necessidade, trabalhadores para a limpeza exterior, porque o serviço não pôde ser bem feito por um só servente. Esta despeza vai contemplada no orçamento miuda a de luzes e utensis, com 250\$000 rs.

1856—No seu relatorio o referido Presidente elogia o administrador Meyer, cujo ordenado de 300\$000 rs. por anno é insignificante; e accrescenta que é preciso fazerem-se no hospital duas salas para servir de infermarias ás pessoas pobres de um e outro sexo, que se vexão de residir com os mais abastados, tendo necessidade de passar pelo corrdor e salas geraes. Termina lembrando

que a renda do Patrimonio deve ser toda applicada ao Estabelecimento, subvencionando-o a Provincia quando essas rendas não chegarem.

1857—Relatorio do Presidente Coutinho: “A parte construida do Hospital compõe-se de 12 quartos, duas salas, casa de banhos com 6 banheiros e respectivos corredores; por detraz dos quartos fica a cosinha, e acima d’esta a casa do Administrador “A” vista da distancia em que se acha o Hospital, em cujas proximidades não ha medico algum, lembra a conveniencia de um professor de saude com uma pequena botica, para melhor classificar as molestias, instruir e acudir aos enfermos.

Insiste na necessidade de fazerem-se duas enfermarias geraes para os pobres, ficando os quartos para os que podem pagar; e de haver no estabelecimento os utensilios necessarios de cosinha e meza, cosinheiro e serventes, porque levando cada doente certo numero de pessoas para o seu serviço, a casa fica cheia e diminuem as commodidades; o edificio deveria ter uma dispensa geral, para os doentes não accumularem mantimentos nos proprios quartos de dormir; sendo precisos pelo menos 12:000\$000 réis para a construcção das enfermarias, augmento da cosinha, dispensa geral e outros accomodações; em 3:500\$000 rs. deveriam importar a despesa annual de reparos do predio, serviço de medico, administrador, cosinheiro e serventes; e como o hospital rendia menos de 400\$000 rs. annuaes, a provincia teria de subvencional-o com mais de 3:000\$000 rs. si quizesse dar-lhe o character de verdadeiro estabelecimento publico.

1858—O mesmo presidente menciona concertos feitos no assoalho, nos quartos dos banheiros e nos edificios adjacentes; o reparo do cano que conduz a agua servida para a cachoeira; a contrucção de uma latrina, e caiação de salas e quartos; e o começo da casa pequena para os atacados de molestias repugnantes.

O vapor d’agua thermal actuando sobre os quartos dos banheiros e varanda adjacente, tornava necessarios concertos annuaes n’essa parte, cujas madeiras apodreciam com rapidez.

1859—Segundo o relatorio do presidente Coutinho,

deu-se mais extensão á cosinha, fez-se um passadiço coberto da casa para a cosinha, construiu-se a casa para doentes de molestias repugnantes. Fizerão-se pequenos reparos, para conservação e accio da casa.

1860—O Presidente Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque diz ser mais regular o estado do estabelecimento, que tem os recursos indispensaveis, já que não pôde ter todos os necessarios. Elogia a boa ordem mantida pelo administrador, que foi incumbido de fazer alguns reparos mais urgentes, quando o Presidente visitou o estabelecimento.

1861—O Relatorio do Dr Araujo Brusque diz que ha ordem, accio e os recursos mais necessarios no Estabelecimento das Caldas da Imperatriz.

1862—O Relatorio do Conselheiro Vicente Pires da Motta refere que as informações recebidas sobre o Hospital das Caldas dão conta dos melhoramentos e concertos que se fazem precisos; o corredor e os quartos dos banheiros e os reservatorios d'agua acham-se em máo estado; a estrada da cachoeira do Goulart muito difficulta o transporte dos enfermos que se dirigem para o estabelecimento.

Por ordem verbal do Presidente anterior fôra o Capitão de Engenheiros Sebastião de Souza e Mello orçar a despesa necessaria para esses concertos, que calculou em 437\$000 réis.

1863—O Vice-Presidente Commendador João Francisco de Souza Coutinho, ao entregar a Presidencia ao Capitão-Tenente Pedro Leitão da Cunha, insiste na necessidade dos reparos apontados pelo antecessor.

1864—O Presidente Commendador Francisco José d' Oliveira diz em relatorio serem precisos reparos no asoalho o nos quartos dos banheiros, nas respectivas divisões de madeira; no reservatorio e cano conductor das aguas para os banheiros, no passadiço, nas vidraças, na casa do administrador, pinturas, etc, tudo orçado em mais de 600\$000 rs.

1865—O Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, Presidente, insiste, no seu relatorio, na necessidade dos mesmos reparos mencionados pelos seus predecessores, e diz que os 200\$000 réis mandados entregar ao administrador por conta da quantia decretada para reparos, fo-

ram por este applicados á compra de algum taboardo, barrotos etc. para o assoalho do corredor e dos banheiros.

1866—O Presidente Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque refere que acham-se reparados o reservatorio e o cano conductor de agua para as banheiras, de modo que a agua então apparecia em abundancia e abastecia todas as banheiras. Foi encarregado das obras Theodoro Todeschine, que se offereceo desinteressadamente para isso. A verba de 300\$000 rs. votada para os reparos era insufficiente. Termina lembrando a Conveniencia da construcção de uma boa estrada entre Caldas e São José.

1867—Referindo-se ao anno anterior, diz o mesmo Presidente ter autorizado as obras e reparos orçados e já feitos pelo Director da Colonia Theresopolis, Theodoro Todeschine; elogia a bôa ordem mantida pelo administrador; propõe augmento do ordenado de 600\$000 rs. percebido por este. Os melhoramentos realisados no encanamento no anno anterior faziam chegar ás banheiras mais do decuplo da agua que até ahi recebiam.

1868—O mesmo Presidente informa que a concorrência ás Caldas excedêo muito á mencionada em todos os relatorios dos ultimos annos. Trata do aperfeiçoamento da estrada e dos melhoramentos que a provincia precisa introduzir no estabelecimento para poder elle fornecer commodidades, e assim manter-se em grande escala a affluencia dos enfermos.

Em vez de ser o Estabelecimento gerido pela Provincia, seria melhor entregal-o por arrematação a quem se propuzesse conserval-o em boas condições.

1869—Presidente Dr. Carlos Augusto Ferraz de Aibreu. Insiste no máo estado da estrada e na ausencia dos melhoramentos.

1870—O Doutor André Cordeiro de Araujo Lima—Presidente, no Relatorio communica que o administrador das Caldas informara já ter feito e continuar fazer, com a exigua quantia de 300\$000 rs. recebida dos cofres provinciaes, alguns concertos mais indispensaveis; e urgia serem reparados os estragos produzidos pelas chuvas torrenciasaes que haviam pouco inundaram toda a parte do edificio occupada pelos banheiros.

A frequencia de doentes diminuiu.

1871—O relatorio d'esse anno nada apresenta digno de interesse.

1872—O presidente Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra communica no relatorio ter-se concedido aposentadoria ao administrador Luiz Gonzaga Meyer, e achar-se na direcção do Hospital das Caldas o cirurgião Alferes reformado do exercito José Felix de Moraes, nomeado em Julho de 1871, e reclamar o edificio onde funcionava a enfermaria os concertos já orçados pelo Engenheiro Dr. D. Eugenio Frederico de Lossio e Seiblitz. Pede providencias á Assembléa.

1873—O relatorio do Presidente Dr. Pedro Affonso Ferreira só apresenta um mappa da frequencia do estabelecimento das Caldas.

1874—Presidente Dr. João Thomé da Silva: pede á Assembléa authorisação para as obras (que não importarão em mais de 1:000\$000) indispensaveis ao Hospital, cujas rendas são escassas, tendo no anno anterior dado de rendimento 29\$500 rs! O máo estado dos caminhos e a falta de commodidades explicavam a pouca concorrência havida.

Lembra a conveniencia de ser a Presidencia authorizada pôr biennalmente em arrematação as rendas do Hospital, correndo por conta do arrematante a conservação do edificio e seus pertences.

1875—Relatorio do mesmo Presidente: —Insiste nas considerações exaradas no relatorio anterior, e accrescenta ter o Ministerio do Imperio, por Aviso de 5 de Novembro de 1874, declarado que, em virtude de resolução da consulta da secção dos negocios do Imperio do Conselho d'Estado, as fontes de aguas mineraes, de qualquer natureza, não devendo ser consideradas propriedade provincial e sim pertencentes á administração geral do Estado, não podiam ser objecto de contractos feitos pelos Presidentes das provincias com authorisação das respectivas Assembléas. Tendo prestado ao mesmo Ministerio todas as informações relativamente ás Caldas, esperava que as despesas ali feitas pela provincia ficassem á conta dos cofres geraes, sendo indemnizada aquella.

1876—Presidente Dr. João Capistrano Bandeira de Mello. Falla na urgencia de reparos, já orçados ha mais

de anno em 1:870\$400 rs , pelo Engenheiro Taulois; os estragos produzidos pelas chuvas torrencias obrigarão n'ò a mandar o engenheiro Alberto de Aquino Fonseca organizar novo orçamento. A provincia tem dispendido com o estabelecimento mais de 50:000\$000 rs.. e apesar da escassez de rendas do Hospital cumpre mantel-o. Accrescenta que, em virtude do Aviso de 5 de Novembro de 1874, solicitou do Ministerio do Imperio providencias para ser alliviada a Provincia do onus que lhe traz a conservação do Hospital, com o qual gasta annualmente 1:140\$000 rs., fóra as despesas extraordinarias. O administrador do Hospital foi substituido pelo cidadão Caetano José de Souza.

1877--Extracto do relatorio do Presidente Dr. Alfredo d'Escragnoille Taunay, agora Senador do Imperio por Santa Catharina.

Hospital das Caldas da Imperatriz.

«Com o intuito de conhecer o Hospital das Caldas da Imperatriz, no municipio de S. José, d'esta Provincia, e poder dar ao Governo Imperial informações exactas e minuciosas, a respeito d'essas aguas, que pelo Aviso Circular de 5 de Novembro de 1874, expedido em virtude de Resolução tomada sobre consulta do Conselho d' Estado, pertencem hoje ao Ministerio do Imperio, parti, no dia 3 de Agosto, d'esta Cidade, com direcção áquelle ponto, ao qual cheguei, depois de seis e meia legoas de viagem, por caminhos não totalmente mãos, lançados a principio em terrenos planos, e depois em outros accidentados, e por fim montuosos.

«O estabelecimento consiste em uma casa de proporções não pequenas, encravada entre morros altos que lhe interceptam a vista, com excepção do lado de S.S. O, onde abre-se uma como que garganta, dando mais amplitude ao olhar.

« Collocada na direcção de E.N.E. a O.S.O, tem de comprimento total na frente 31^m 39, dos quaes 3^m, 80 pertencem a um saguão de entrada, de largura 12^m, 69, e é dividida por um corredor central, no qual abrem 12 quartos bastante espaçosos, cada qual com sua janella, destinados aos hospedes e doentes, e que vai findar n'uma sala de jantar, de boas dimensões, correspondente na ala opposta ao saguão de entrada.

«As dependencias constão dos compartimentos balnearios, e de uma cosinha que se liga por uma passagem de chão cimentado, e coberta de telhas. Seis são os quartos de banhos, sendo o do fundo reservado para os morpheticos; todos elles munidos de optimas banheiras de marmore branco, de 1,79 de comprido sobre 0,70 de largura, e 0,58 de profundidade; e que são cheias de agua quente, que vem do reservatorio commum por meio de grandes e solidas torneiras, em estado de perfeita conservação. Esta parte do edificio, a mais importante sem duvida, é que se acha muito estragada.

Em Janeiro de mil oitocentos e setenta e quatro, houve uma grande enchente no ribeirão das Aguas Claras que corre a poucos passos de distancia, e que transbordando derrubou paredes, arrancou portas e divisões, e destruiu quasi completamente o que havia sido arranjado para maior beneficio dos que procuram o uso d'aquellas aguas.

Hoje o que existe é um simples tapume de taboas, que deixa livremente circular o ar externo, de modo que, a meu vêr, é verdadeiro perigo tomar-se em taes condições um banho d'esses, na temperatura de 32°. Reaumur, sujeitando-se quem n'elle entra, principalmente enfermo, a receber de repente uma corrente de ar frio, depois de ter por tal fórma aquecido o corpo. Assim na realidade se deu com diversas pessoas de minha comitiva, que, indo se banhar, se acharam logo á sahida indispostas, e indefluxadas: o menos que n'esse caso podia-lhes ter acontecido.

(Continúa)



Archivo do Conselho Municipal

DE

FLORIANOPOLIS

Registo de hua Patente do g^{or} Manoel esCudei-
ro ferr^a de souza

(do 2.^o livro das ordens do governo 1750-1757)

Dom João por grasa de D.^s Rey de Portugal e dos
Alges daq^m.e dalem mar em africa Su^{or}.de guiné eda Con-
quista navegação comersio de ethiopia Arabia e Percia
e da India etc. Fasso saber aos que esta minha Carta
Patente virem q: tendo concideração aos mericim.^{tos} serv.^{os}
q- concorrem na pessoa de Manoel escudeiro Fereira de
Souza e a que dava inteira satisfação a tudo o que lhe for
encaregado. Hei por bem fazerlhe mersê de o nomiar
governador da Ilha de S.^{ta} Ch.^a por tempo de tres annos,
com o qual governo vencerá o soldo de sinco mil cruzados
por anno emq.^{to} eu não mandar o contrario, e gozará de
todas as honras prevelegios izençoins e franquezas, que em
rezão d'elle lhe acharem Pello que mando ao Meu g.^{or} e
Capp.^m general da Capp.^a do Ryo de Jan^{ro} conheça ao
dito Manoel escudeiro ferr^a de Souza por governador
da d.^a Ilha e como tal honree e estime o deixe servir e exer-
citar o d. governo pelo d.^o tempo de tres annos e o ma-
is emq.^{to} não lhe mandar sucesor e haver o d.^o soldo como
dito he e a todos os officiaes e soldados da referida Ilha
desta Cn.^a ordeno tambem q. em tudo lhe obedesão e
cumprão suas ordens por escrito e de palavra como de-

vem e são obrigados e elle jurará em m.^a chancelaria na forma costumada de q. se fará asento nas costas desta Carta Patente que por firmeza de tudo lhe mando passar por mim assignada e sellada com o sello grande d m.^{as} armas e antes q. o d.^o Manoel escudeiro Ferr.^a de Souza parta desta c.^{de} fará em m.^s mãos preito omengem e juram. custumado pelo d.^o governo de que deq apresentará certidão do meu Secretario destado e pagou de novo direito duzentos e sincoenta mil réis q. se carregou ao Thesoureiro Manoel de faria e Souza a fl. 27 do L. 4.^o de sua receita e deo fiança no L. 2.^o dellas a ff. 120 a otra tanto quantia e mais outra no mesmo L. e ff... verso a pagar do mais rendim^{to} que tiver alem do ordenado; e pello mais que servir alem dos referidos tres annos deo outra fiança no reff. L. a fl. 222 como tudo contou por conhecim^{to} em formado sobredito Thesoureiro registada no L. 3.^o do registo geral aff. 290. Dada nesta C^{de} de Lisboa aos quinze dias do mes de Setembro Ano do nascim^{to} de nosso Sn^{or} Jezus Christo de mil setecentos e quarenta e oito—A Raynha. Patente porq. V. Mag.^{de} faz par.^{ce} bem fazer mersê a Manoel escudeiro Ferr.^a de Souza de o nomiar governador da Ilha de S.^{ta} Ch.^a como nella se declara—Para V. Mag.^{de} ver.—Por decretos de S. Mag.^e de vinte de Ag^{to} de mil setecentos e quarenta oito e treze de 7^{bro} do mesmo anno.—Alexandre Metello de Souza Menezes— Thomé Gomes Alves—Secretario Joaq^m Miguel Lopes de Lavre a fez escrever—fica apontada esta patente nos L^{os} das Mercês e pagou dois mil reis Fran^{co} Paullo Nog^{ra} de And^{ra}—Joseph de Carvalho—Pagou onze mil e duzentos reis e aos officiaes dous mil duz^{tos} e vinte e oito rs.—Lisboa quinze de 7^{bro} de mil sete sentos quarenta e oito e jurou na Cl^{ra} Mor da Corte e Reino —Dom Miguel Maldonado—Reg.^a off. 42 do L. 3.^o de of^{es} do Conselho Ultr^o Lisboa 25 dez^{bro} de 1748—Joaquim Miguel Lopes de Lavre—Cumprase

Como Sua Mag^{de} Manda e se registre nas g^{tes} a que tocar R^o a 20 de Dez^{ro} de 1748 gomes freire de Andrada—Cumprase como Sua Mag^{de} Manda e se reziste nos livros da faz^{da} Real R^o de dez^{bro} de 1748, fran^{co} cordovil de fig.^{ra} e mello Rag.^{do} na Chancharia Mor da Corte e Reino no Livro de of^s e m^{ces} Lix^a 15 dez^{bro} de 1748 —Fran^{co} Joze de S^a Aos catorze de setembro do anno prez^{le} de mil sete sentos quarenta e oito nesta c^{de} de L^a em os Pasos de Rib^a em que hora assiste o M^{to} Alto e M^{to} Podrozo Rey Dom João o quinto Nosso Senhor fez preito e homenagem em suas reaes mãos segundo a ordenansa Manoel escudeiro Ferr^a de Souza pelo governo da Ilha de S^{ta} Ca^a em que he provido pella patente atraz escrita de q. fes asiento no Livro das homenagens que o assignou com o Marques Mordomo Mor e o Marquez de Marialva q. se acharão prez^{tes} e a este acto e de como fez o d^o preito e homenagem se lhe pasou esta certidão. Lisboa dito dia. Marcos Antonio de Azevedo Coitinho—Reg^{da} no L^o g^o das patentes reais a ff. 52—20 de Dez^{ro} de 1748. Ant^o da Rocha Machado.

Registese e cumprase como S. Mage^e manda. Ilha de S^{ta} C^{na} 31 de Jan^{ro} de 1749. Jozeph da Sylva Paes—Theodozio de Cebellos Pereira a fez. Registada no Livro dss reg^{os} desta Providoria a fls. 185 e firmado seo asiento no L^o 13 dos filhos da folha... a ff 15. Ryo 20 de Dez^{bro} de 1748—André fran^{co} Xavier.

O plantio do Algódão

D. Jozé de Mello M^{el} Gor da Ilha de S^{ta} Catr.^a e seus contin^{tes} por Sua Mag^{de} q. D.^s g.^{de} er.^a por me ser prezen^{te} o gr.^{do} augm.^{to} e conviniencia q. resultará a esta mesma Ilha e as terras firmes dos seus Duminios e a todos seus abitadores, de se multiplicarem as suas plantaçoens e

produçoens, Especialm.^{te} as das Arvores de algodam que em todo este Pais se dam e criam admiravelmente, sendo este genero o mais proveitozo que produz assim pellas fabricas de pano que já delle há e de cujo beneficio se servem e aproveitam tambem já m.^{tos} dos seus povoadores, Como porque multiplicando e aumentando as referidas produçoens e fabricas cada vez mais poderá ter o mesmo genero sua grande extrasam para fora por ser estimavel em toda a parte, e farzerce por meio delle hum tal ramo de negocio que ajude m.^{to} a viver e a sahir da maior necessidade em q. actualm.^{te} existem e se acham todos os seus mesmos abitatantes, por nam haver athé ao prez.^{te} nesta mesma Ilha e seus contin.^{tes} outro algum coviniente trafigo, nem ainda neste pello pouco que nelle se tem cuidado, pella falta de se nam ter frequentádo e fomentádo as sobre ditas plantaçoens; Portanto ordeno a todos os moradores desta Ilha e das terras firmes de seu contin.^{te} q. tiverem cittios ou os cultivarem, que á porposam dellas haja em cada sincoenta brasas de terra lavrada e cultiváda sem Arvores ou péz de Algodam e por este mesmo numero de Arvores se regularam os que tiverem mayores ou mais piquenos sittios, penna de que qualq.^r pessoa que contravier e nam executár esta ordem ou se lhe nam acharem nos seus proprios sittios o referido numero de péz ou Arvores de Algodam á Sua proporsam, e grandeza, ficarem logo devolutas p.^a a faz.^{da} de S. Mg.^{de} q. tambem por sua grandeza as mandou dar so p.^a o fim de serem lavradas e cultivadas p.^a augm.^{to} dos seus Dominios, e produçoens do mesmo Pais, pello q. serem obrigados todos os sobreditos moradores desta Ilha e seus continentes que tem cittios a pôre plantar nelles as referidas arvores q. se comtaram do Dia em que esta hor-dem lhes for notificada em diente sobre cuja excusam faram os Juizes opidanos cada hum no seu Districto hu rigorozo exame duas vezes cada anno deq' pasará ser-

tidão com toda a clareza expresando nella as peesças q. faltaram e nam cumpriram esta mesma hordem, a qual cada hum dos ditos Juizes na sua freg^a fará notificar ao Povo della em hum Domingo ou Dia Santo ao sahir da missa do Dia por hum portero ao proq^m melhor lhe parecer para que asim chegue a noticia de todos de cuja delig^a e noteficasam pasaram ou faram pasar tam-bem sertidam de assim o haverem executado a qual entregaram ao Dtt^r Martinho X^{er} da Sa^a a q^m sou servido nomiar superetandente das ditas plantações e a q^m os ditos Juizes daram conta de tudo q^{to} notarem nesta matteria e acharem sobre os referidos exames q. ham de fazer de seis em seis mezes em todos os sittios dos seus Distritos sobre o numero das ditas Arvores de Algodam como lhes fica declarádo. Desterro o pr^o de Abril de mil sette sentos sincoenta e quatro annos—Rubrica do dito Sn^{or} G^{or}.

(2.º Livro de Registo das Ordem, pg 110, do Conselho Municipal)

Ordem d'El-Rei

Dom José por grasa de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem marem Africa, Senhor de Guiné etc. Faso saber a vós governador da Ilha de Santa Cr.^a que se vio a conta que me destes em carta de vinte e hu de Abril deste prez.^{te} anno sobre a obrigação que impuzestes a esses moradores de plantarem arvores de algodão mandando por hum edital que os q. tivessem citios ou os cultivarem tenham em cada cem brasas de terra duzentos pés ou arvores do d.^o algodão regulando-se pr. este mesmo numero de arvores os q. tiverem mayores ou mais pequenos citios e que tamben ordenareis q. pessoa algúa podece cortar madeyras sem expressa licen-

ça vossa p.^a mandareis prim.^o fazer nellas exame e saber se são ou não daquellas qualid.^{es} que servemp.^a construções de Naus grandes, e que para execução dèstas ordens nomeareis pessoa de intelligencia p.^a superintendente da d.^a cultura, e defeza das madeyras; e visto o mais q. insinuaveis nesta materia em q. respondeu o Procurador da minha Faz.^a Fui servido por resolução de onze do corr.^{te} tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino aprovar as vossas detriminaçoins tanto na prohibição do corte da mad.^a como na planta das Arvores; porem p.^a as penas da falta das mesmas plantas sou servido que pella primeira transgressão paguem dez tostoins por cada Arvore que tiverem de menos pella segunda em dobro e pella terceyra percão as terras; ese vos adverte que não deveis determinar tal numero de Arvores que embarace de todo as outras culturas. regulando tal forma de tal pr.^a essa plantação que fique a cada hu sempre lugar.

—

Termo de poce e juramento digo poce dada a Francisco de Souza de Menezes de governador desta ilha na forma que abaixo se declara.

Aos douze dias do mes de Julho de mil e seteenstos sesenta e sinco annos nesta villa de Nossa Senhora do Desterro ilha de Santa Catharina em os passos do Comcelho della e Cazas da Camera donde se achavam os Juizes ordinarios da mesma Villa e officiaes da camera della para efeyto de tomar poce do gouerno da mesma Ilha e seos continentes Francisco de Souza de Menezes o qual sendo vindo a dita caza da Camera com o governador actual o Coronel da Infantaria da praça da cidade do Rio de Janeyro Francisco Antonio Cardozo de Menezes e Souza na prezença de todos foi lida por mim escri-

vão da Camera abaixo declarado hua patente Rial de Sua Magestade fidelissima a qual vay registada no Livro dos rezistos a fl 110 em a qual nomeia Sua Mag.^{de} ao dito Francisco de Souza de Menezes para gouernador desta Ilha e seos comtenentes e por carta do mesmo Senhor emviada a esta Camera a mesma hordenou orden poce do dito Gouerno e por tal reconhecessem o q. visto e ouvião pelo dito Coronel e Governador actual e Juiz e mais officiaes da Camera em observancia da mesma patente e carta de Sua Magestade aqui declaradas ouverão ao dito Francisco do Souza de Menezes por empossado do Gouerno desta Ilha de Santa Catherina e de todos os seos continentes na mesma forma em que o estava o coronel do infantio Francisco Antonio Cardozo de Menezes e Souza ficando assim reconhecido da mesma Camera e mais povos que governará o dito Francisco de Souza de Menezes desta Ilha e seos comtenentes sem contradissam algua e para todo o tempo constar de semelhantes solenidade mandaram os ditos officiaes da Camera fazer este termo com autorida do mesmo Governador empossado e do que acabou que assignaram com os officiaes da Camera—Manoel de Souza da Sylva escrivam da Camera o escrevy e asigney. Fran.^{co} Ant.^o Card.^o de Mens e Souza—Fran.^{co} de Souza de M.^{es}—D.^{te} de Alm. de S. Payo—Bazillio Fr.^a—An.^o de Miranda Jordão—Ant.^o Corr.^a Borges--Thomaz Cardozo de Alm.^{da}—Gabriel Frr.^a da Cunha—e Ant.^o Dias dos Santos.

(Do Livro de vereanças de 1765 existente no Arquivo Municipal, pgs 15 v e 16.

Termo de posse dada a Pedro Antonio da Gama e Freytas do Governo desta Ilha como abaixo se declara

Aos sinco dias do mez de Setembro de mil sete setenta e sinco annos nesta villa de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina nas cazas da Camara della donde foy vindo o Ouvidor da Comarca o Ajudante Antonio dos Santos Xavier com o Juiz presidente Francisco Antonio Bitancurt e mais officiaes da Camara abaixo asignados e sendo ahi para efeito de se dar posse do Governo desta Ilha e seos continentes ao Coronel Pedro Antonio da Gama e Freytas o qual sendo vindo a mesma caza da Camara com o governador actual o Coronel Francisco de Souza de Menezes na presença dosditos officiaes foy lida a carta que o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Marquez do Lavradio Vice Rey do Estado escreveu a Camara em a qual ordenava se desse posse deste Governo ao Coronel Governador Pedro Antonio da Gama Freytas e que por talo reconhecessem o que visto e ouvido pelo Coronel Governador actual e mais officiaes da Camara em observancia da dita Carta ouverão ao dito Coronel Governador por empossado do Governo desta Ilha e seus continentes na mesma forma em que estava o actual Coronel Governador Francisco de Souza de Menezes ficando assim reconhecido da mesma Camara e Povo por seo Governador ao dito Coronel Pedro Antonio da Gama e Freytas e para todo tempo constar das solenidades desta posse mandarão fazer este termo em que assignarão todos perante mim Thomaz Cardoso de Almeyda escrivão da Camara que o escrevi Pedro Ant^o da Gama e Freytas — Fran^{co} de Souza de Mns. — Ant. dos Santos X^{er} — Fran^{co} Antonio de Bitancurt — Francisco de Souza Pim^{tel} — Antonio Roiz Rochadel — Lionardo Lour^{so} Denis — José da Costa Cidade.

**Termo de vereança e posse que se dá ao Doutor
Luiz Antonio Roberto Correa da Silva Garção
Auditor do Regimento da cidade do Porto
para Ouvidor Geral desta Comarca**

No primeiro dia do mez de Março de mil sete sentos setenta e seis annos nesta villa de Nossa Senhora do Desterro da Ilha de Santa Catharina nas cazas que servem de Passos do conselho della em Vereança donde se achavão os Juizes Presidentes o Tenente Domingos Gil da Silveira e Francisco Antonio Bitancurt e mais officiaes da Camara abaixo assignados e sendo ali apparecerão prezentes o Doutor Luiz Antonio Roberto Correa da Silva Garção Auditor do Regimento da Cidade do Porto para tomar posse do Cargo de Ouvidor geral desta Comarca e o Ajudante Antonio dos Santos Xavier que se achava servindo de Ouvidor desta Comarca e logo pelos ditos officiaes da Camara foy mandado a mim Escrivão abaixo nomeado lesse a carta que o Illustrissimo Senhor Coronel Governador Pedro Antonio da Gama e Freytas escrevera a este Senado para se dar posse do Ouvidor Geral desta Comarca ao Doutor Luiz Antonio Roberto Correa da Silva Garção em cumprimento do Provimento que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Marquez do Lavradio Vice-Rey do Estado foy servido mandar passar em oservança do Alvará de Sua Magestade de onze de Março de mil seissentos e setenta e nove que se acha registado no Livro segundo do registo deste Senado de folhas dez the folhas dezaseis verço como tambem lesse o mesmo Provimento o que tudoly em oservancia do dito mandato e fica registado no livro quinto dos registo das ordens reaes e Provisoens que servem nesta Camara a folhas sento e setenta e oito verço thé folhas sento setenta e nove verço. Em oservancia e cumprimento do dito Provimento ouverão ao dito Doutor Luiz Antonio Roberto Correa da Silva Garção por impossado do cargo de Ou-

vidor Geral desta Comarca na forma que o era o seu Antecessor o Doutor Duarte de Almeyda Sampaio com a mesma jurisdição e alçada ficando assim constituido em verdadeira posse e legitima jurisdição para poder usar da administração da justiça tudo em observancia do Provimento e Alvará de Sua Magestade que foy assim servido detreminar e para todo tempo constar da dita posse e solenidade nella praticada mandarão os ditos officiaes da Camara fazer este termo em que assignarão o dito Doutor Ouvidor Geral da Comarca eu Thomaz Cardozo de Almeyda Escrivão da Camara que o escrevi. *Luiz Ant.º Rob.º Corr.ª da S.ª Garção—Antonio dos S.ºs X.ºr—Domingos Gû da Silveira—Fran.º Ant.º de Bitancourt—Antonio Roz Rechadei—Antonio Fran.º de Mend.ª—Ant.º Al.ºes de Mm.ª—João Luiz Poyção.*

Invasão Castelhana em 1777

Vamos apresentar alguns documentos interessantes colhidos no Livro de Vereanças da Camara da nossa capital e referentes a tomada da ilha e fortes pelas tropas espanholas do general d. Pedro de Cevallos, em 1777.

O Senado da camara fizera a sua ultima reunião, antes da invasão, a 15 de Fevereiro do citado anno.

Estiveram presentes — *Pereira* (Thomaz Ignacio), juiz ordinario mais moço, *Vasconcellos* (Antonio José de) vereador, *Costa* (Alferes Antonio José) vereador, e *Poyção* (João Luiz) Procurador e Thezoureiro do Concelho e *Thomaz Cardozo de Almeida*, escrivão.

Logo em seguida ao termo dessa sessão encontra-se no referido livro a declaração seguinte: «Entrando no porto desta Ilha a vinte de Fevereiro de mil sete centos setenta e sete huma Armada Espanhola commandada pelo Marques de Caza Tellis que trazia a seu bordo o Gene-

ral das tropas de desembarque D. Pedro Cevalhos asenhoriarão infelizmente de toda a Ilha e suas Fortalezas e retirando-se os freis vassallos de S. Mag.^e Fidelissim^o a o contin.^e da terra firme desta Capitania aonde as tropas Espanollas nunca chegarão não exercitou este Senado da Cam.^a função alguma de seu cargo athé o dia q. constarão quando D.^s for serv. e p.^a memoria do q. fica expresado se fez este termo em q. assignarão o Juiz e mais of.^{es} da dita Camr.^a perante mim Bento M.^{ns} de Arruda escrivão interino q. o escrevy—*Antonio Correa Borges, Antonio José de Vasconcellos, Liornado Lour.^{co} Deniz—José da Costa Cidade.*

A primeira reunião do Senado da Camara, posteriormente á invasão, realizou-se aos tres de Agosto do anno seguinte. Vejamos o termo da vereança: «Aos tres dias do mes de Agosto do anno de mil sete centos sesenta e oito annos nesta villa de Nossa Senhora do Destr.^o Ilha de S.^{ta} Cath.^a nas cazas da Cam.^a della onde foi vindo o Juiz Prezid.^e e mais officiaes abaixo assignados p.^a ef.^o dese abrir huma carta do sn.^r Fran.^{co} Ant.^o da Veiga Cabral e Camara q. incluia huma commissão do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^{or} Marquez do Lavradio Vice-Rey deste estado e hum actho de entrega celebrado entre o mesmo S.^{or} Fran.^{co} Ant.^o da Veiga Cabral da Camara e o Gen.^{al} Espanhol Guilherme Vaughan cujos papeis vão aqui registados em observancia das Reaes ordens de S. Mag.^e Fidelissima ficou reconhecendo este Senado da Cam.^a por Governador da Capitania de S.^{ta} Cath.^a ao referido Sn.^r Fran.^o Ant.^o da Veiga Cabral da Camara e p.^a q. o referido conste a todo o tempo fiz este termo em q. assignou o d.^o Juiz e mais officiaes da sobred.^a Cam.^a perante mim Bento Miz. da Arruda escrivão interino q. o escrevy—*Antonio Correa Borges—Antonio José de Vasconcellos—Liornado Lour.^{co} Deniz—José da Costa Cidade.*

Em proseguimento vem registada a carta do Gover-

nador: «Em consequencia das Reais ordens de S. Mage^e Fidellissima me concedeo o Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Marquez do Lavradio Vice-Rey do Brazil todos os seus poderes p^a receber do Gen^{al} Espanhol Guilherme Vaughan a Ilha de Sta Cath^a e todas as suas dependencias como consta do officio junto q. Vm^{ces} farão registrar nos L^{os} dessa Cam.^a ordenandome o mesmo Snr. Vice-Rey q. ficase eu Governando esta Capitania emq^{to} S. Mage^e não mandase o contr^o e como D.^s foi servido q. se consegue felizm^e esta negociação como tambem consta do acto junto celebrado entre mim e o dito Gn.^{al} entrando eu nesta v.^a em o dia trinta e hum do mes proximo passado digo proximo achandose todas as Fortalezas guarnecidas com as tropas de S. Mag.^e Fedillisissima e evacuado das espanholas este Porto o partecipo a Vm^{ces} p.^a q. reconhecendome, em observancia das referidas ordens por seu Governador me acompanhem amanhã pelas quatro horas da tarde a render a D.^s as graças na Igreja Matriz e dela a rezidencia do Governo fazendo registrar igualmente nos L.^{os} da mesma Cam.^a o referido acto e esta minha carta —D.^s G.^e a Vm.^{ces} Nossa Senhora do Dester^o a tres de Agosto de mil sete centos setenta e oito.—*Francisco Ant.^o da Veiga Cabral*— Snr Juiz e mais off.^{es} da Cam.^a E não se continha. etc.

Segue-se o registo da Commissão do Vice-rei. «Dom Luiz de Alm^{da} Portugal Soares Alarcão Esa Mello Silva e Mascarenhas Marquez do Lavradio do Conselho da Raynha m^a SS.^a Fidellissima e do de Guerra Then.^e Gn.^{al} dos seus exercitos Vice-Rey Capitão Gn.^{al} de Mar e Terra do Estado do Brazil etc. na conformid.^e do tratado Preliminar de pás ajustado e assignado por Sua Mage^e a Raynha m^a SS.^a Fidellissima e S. Mg.^e Catolica nomeio a V. Sr.^a p.^a hir receber a ilha e o Porto de S.^{ta} Cath.^a e tudo o mais q. no mesmo Porto apresarão as tropas e esquadras de S. Mag.^e Catolica requerendo

V. Sr.^a a entrega de tudo o q. nos pertencer na conformi-
d.^e q. Suas Mag.^{es} tem determinado no sobred.^o tratado
p.^a o q. dou a V. Sr.^a todos os meus poderes afim q.
V. Sr.^a com toda o brevide^e pocivel haja de concluir o
q. neste resp.^{to} as reaes ordens da Raynha m.^a Sr.^a de-
treminar—R.^o de Jan.^o a vinte e sinco de Abril de 1778
—*Marques do Lavradio*—Sr. Fran.^{co} Ant.^o da Veiga
Cabral da Cam.^{ra} »

**Termo de posse do Governo desta Ilha dado pelo
Sn.^r Fran.^{co} Ant.^o da Veyga Cabral da Cam.^a
ao Sn.^r Governador Fran.^{co} de Barros Moraes
Ar.^o Teix.^a Homen.**

Aos sinco dias do mes de Julho de mil sete centos
setenta e nove annos nesta V.^a de N. Sra. do Destr.^o
da Ilha de S.^{ta} Cath.^a nas Cazas e Senado da Cam.^a della
em prez.^a do Ouv.^{or} Juiz prezide^e mais off.^s abaixo asig-
nados foi vindo o Sr. Fran.^{co} Ant.^o da Veiga Cabral da
Cam.^a q. governava esta Capitania depois q. com os Reaes
poderes de S. Mag.^e Fidellissima recebeu a Ilha que lhe
dá o nome do Gn.^{al} Espanhol Guilherme Vaughan e de
clarou q. em consequencia da Patente que a mesma
Sr.^{ra} havia conced.^o ao Snr. Fran.^{co} de Barros Moraes
Ar.^o Teix.^a Homem do Governador desta Ilha, e da
Carta em q. mandou dar-lhe posse do Governo della
asim o executava com todas as circumstancias q. requeria
a solenidade desta acção. Com o q. ficou reconhecido
por Governador o d.^o Sr. Fran.^{co} de Barros Moraes Ar.^o
Teix.^a Homem e p.^a q. conste a formalid.^e desta posse
e a cabal satisfação das reaes ordens de S. Mag.^e man-
darão fazer este ter.^o em q. com os sobred.^{os} Srs. assigna-
rão todos os off.^{es} da Cam.^a perante mim Bento Miz
da Arruda escrivão della que o escrevy. — *Frann.^{co}*
Ant.^o da Veiga. C.^{al} — *Fran.^{co} de Barros Moraes Araujo*

*Teix. a Omem—Basilio Ferr. a- Antonio Roiz Rechadel
 Fran.º Ant.º Batencurt — Fran.º M.º dos Passos—
 Miguel Fran.º da Costa—José Per.ª da Costa*

(Livro de Vereanças de 1771 a 1780 pg. 311)

Regimento dos Cappitains do Mato

« Todas as vezes que apanharem os escravos fugidos assim Rebeyróins como de Quilombos ou escravos que de outra terra venhão a estas evitando com essa deligencia, as mortes e roubos e perturbaçens que simillhantes costumão fazer Tanto que tiverem noticia que handão alguns escravos fugidos farão toda a deligencia p.^a os apanharem e assim mais tendo noticia que ha Quilombo ajuntarão os seus soldados e pedirão ajutorio a Justiça e hirão dar nelles e de todo escravo que apanhar nelle haverão dez mil reis de seu Selario e Tomadia e assim mais todas as armas que no d.º Quilombo apanharem advirtindo q. p.^a se dizer Quilombo hade ter rancho Negros Negras Armas Ferramentas Pannels Filam e resistindo os ditos escravos com as armas de fogo ou Frechas ou outras armas com q. possam, matar aos d.ºs Capp.ºs do Mato ou soldados estes poderão matar sem q. por isso se lhe pessa conta alguma nem se lhe faça crime algum e lhes cortarão a cabeça e a apresentarão a este Sennado o q. lhe dará de seu Selario por cada cabeça 4\$000.

Por cada escravo Rebeyrinho q.º apanharem desde o Saco de Tracuby rio de Prejubahé pelo morro da villa 1\$280.

Pelo escravo q. se apanhar de Cayacanga, Freg.^a de Lagoa, Freg.^a de S. José Cacupé 2\$560.

Pelo escravo q. se apanhar athé a Igreja da Cachoeira.^a de Manoel de Deus Cayacangacú 3\$200.

Pelo escravo q. se apanhar destas parages p.^a fora e de Barra dentro 5\$000.

Que todos os escravos que apanharem os poderão ter em sua caza em prizão segura vinte e coatro horas do montes dos quaes escravos darão p.^o a seus senhores para os hir buscar e lhe pagar o seu selario e não o fazendo no d.^o tempo os trarão a cadeya desta V.^a donde não sahirão sem q. pr.^o sientre que ao Carssareyr.^o o Sellarío que pertencer aos ditos Cappitanis do Mato e o Carcareyr.^o que o contrario fizer lhe será dado em culpa e pagarão o selario de sua Algibeyra. Aos Cappitanis do Mato e o mesmo se praticará com as mais pesoa que pór novo Regimento ou mandado trocherem os escravos a esta Cadeya e apanhando alguns escravos que suspeitem andão fugidos e desde que de seu Senhore este diga que não ande fugido porvia deste e não pagar os hirão soltar aonde seu Senhor o não veja. p.^a elle hir p.^a onde quizer e constando com evidencia que a tomadia digo pagarão a Tomadia em dobro. Que q.^{es} q.^r pessoa do povo que achar escravo fugido o poderá prender e haverá de sua Tomadia 1\$280. E para que chegue a noticia a todos se dará este Regim.^{to} aos Capp.^{es} do Mato e se pregará outro no pelourinho desta V.^a Cumprirão como nelle se declara etc. Dado e passado nesta sobredita V.^a em Cam.^a aos dezanove do mez de Fevereyro de mil e sete sentos e sincoenta e dois annos. E eu João Soares Lima Escrivão da Cam.^a que o escrevy.

João Soares Lima—Faria—Ant.^o Jorge Suzarte—Medeiros José Cardozo Ramalho—Henrique Cezar Berenguer—Joaquim de....—Manoel Ramos de A.^o—Thomaz de Souza Sardinha—José Mendes dos Reis—M.^{el} G.^{ls} Santos—Manoel de Souza Chares—Ant.^o Dias dos Santos—José Cardozo Roiz—Ant.^o Alves de Souza—Cruz de Dionisio Alves—Ant.^o de Araujo Borges.



Governadores e Presidentes

Tenente JOSÉ MARIANO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI

Nasceu a 20 de Maio de 1772 na fazenda Pau-ahido, na povoação e hoje cidade de Sant'Anna, (Ceará) e foram seus genitores o pernambucano Antonio Coelho de Albuquerque e D. Maria da Conceição do Bomfim, natural de Sobral.

Transportando-se para Pernambuco, onde vivia poderosa a familia paterna, apesar de lhe escassear a protecção que della esperava conseguiu as sympathias de João de Barros Lima, o *Leão coroado* das chronicas Pernambucanas, e a seu conselho abraçou a carreira das armas; isso levou-o a tomar parte conspicua na Revolução de 1817, que se iuciou pela morte do brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro e se estendeu a outras Provincias, o Ceará inclusive. Vencida a revolução, foi José Mariano recolhido ás prisões do Recife e remettido no brigue *Mercurio* para as da Bahia. Entre seus companheiros de infortunio figurava o Desembargador Antonio Carlos.

Victorioso em Portugal em 1821 e no Brazil o Partido da Constituição, El-rei d. João VI deu amnistia a todos os presos politicos, mas não aproveitando a José Mariano a amnistia porque, além de revoltoso, accusavam-o do assassinato do Brigadeiro Manoel Joaquim, foi elle condemnado a degredo perpetuo para um dos presidios da Asia, pena que tambem não foi cumprida.

Remettido para Lisbôa e logo depois perdoado graças ao valimento de amigos poderosos, voltou ao Recife e ahi foi do

numero dos patriotas que concorreram para a deposição da Junta organizada com a expulsão de Luiz do Rego. Restituído á sua patente de Tenente Secretario do Regimento a que pertencia, pediu e obteve reforma. Com a proclamação da independencia e convocada a Constituinte foi José Mariano um dos deputados, que representaram nella o Ceará e nesse posto jamais desertou das idéas e principios liberaes.

Após a abdicção do 1º Imperador, foi nomeado presidente do Ceará.

A carta de sua nomeação traz a data de 29 de Agosto de 1831. Entregou-lhe as redeas do governo o vice-presidente Rocha Lima a 8 de Dezembro do dito anno. Serviu-lhe de secretario o Padre Antonio Pinto de Mendonça, nomeado por acto de 16 de Dezembro.

José Mariano teve logo que enfrentar com Pinto Madeira, Vigario Antonio Manoel e seus partidarios, os quaes muito animados com a victoria de Burity haviam invadido varios pontos da Provincia. Em pessôa foi elle dar-lhes combate, fazendo-se preceder do Major Torres á testa de grande numero de praças. São peripecias dessa luta fraticida a derrota dos revoltosos em Missão Velha, a fuga de Pinto Madeira e do Vigario Antonio Manoel para Jardim e posteriormente para Souza pelo lugar Porteiras, a volta de Pinto Madeira ao Crato, a chegada do general Pedro Labatut ao campo das operações, a rendição dos revoltosos, inclusive os chefes, no lugar Correntinho, e o regresso de José Mariano para Fortaleza onde chegon a 16 de Setembro de 1832, havendo então grandes manifestações de regosijo, entre as quaes um espectáculo de gala no theatro Concordia com a representação da tragedia Bruto, e a fundação da Sociedade Philopatria da qual foi aclamado presidente o proprio José Mariano.

Durante seu governo, que se protrahiu até 26 de Novembro de 1833, teve logar a execução do Codigo do Processo Criminal (Maio de 1833), foi installada a Thesouraria da Fazenda (18 de Julho de 1833) e rebentou a sedição mili-

tar de 10 de Novembro chefiada por Torres, João Antonio de Noronha, Soares Carneviva e João Pedreira.

Substituiu a José Mariano na presidencia da Provincia o Tenente-coronel Ignacio Correia de Vasconcellos, chegado a 23 de Novembro a bordo da corveta *Bertioqa*.

Em Maio de 1834 José Mariano tomou assento na Camara Temporaria e encerrada ella presidiu as Provincias de S. Catharina (1835-36) e Sergipe (1837), retirando-se desta ultima por motivo da renuncia do regente Feijó.

Falleceu a 20 de Agosto de 1844 no seu sitio Guapé-mirim, provincia do Rio de Janeiro. Casara-se duas vezes, sendo a 1ª a 11 de Fevereiro de 1780 com D. Francisca das Chagas Pessoa, filha do Capitão-mór de Sobral Manoel José do Monte, e de D. Anna America Uchôa, e neta materna do Capitão-mór José de Chaves Furna Uchôa.

O casamento teve lugar no sitio Frecheiras, na serra da Meruôca, sendo testemunhas o dito Capitão-mór Furna Uchôa e José Tavares Pessoa, e celebrante o Cura e vigario da vara da freguezia (Sobral) Padre Bazilio Francisco dos Santos.

Casou-se em segundas nupcias com D. Candida Rosa de Albuquerque Cavalcanti, filha de José de Barros Lima, o *Leão Coroado*, tendo desse leito sete filhos:

D. Mariana, que casou com um rico negociante do Rio de Janeiro; Manoel Joaquim, filho de Santa Catharina; Dª Candida, que casou com o Dr. Sobral, medico de Minas Geraes; D. Maria da Conceição, casada com o Dr. Antonio Manoel de Campos Mello, que foi deputado geral por S. Paulo, presidente de Alagôas e Maranhão e ministro da Justiça em 1848; D. Dulce, casada com o Dr. Joaquim Augusto do Livramento, que foi deputado geral por Santa Catharina; José, official da Armada; Vicente, empregado no Thesouro nacional, e Carlos, morto na guerra do Paraguay.»

(Do "Diccionario Bio-bibliographico Cearense" pelo Barão de Studart, 2.º vol, pgs 152 a 155, 1913).

Vide "Notas para a historia catharinense" de L. A. Boiteux, pgs. 329 e 330.

Dr. Alfredo de Escragnolle Taunay

Visconde de Taunay

Em 1843, a 22 de Fevereiro, nasceu á rua do Rezende, no Rio de Janeiro, o dr. Alfredo de Taunay, filho legitimo do barão Felix Emilio Taunay e d. Gabriela de Escragnolle. Neto paterno do barão Nicolau Antonio Taunay, illustre pintor francez, contratado em 1816 para reger uma das aulas da nossa Escola de Bellas Artes, e neto materno do conde Alexandre de Escragnolle, que para o Brazil veio em 1808.

Alfredo de Taunay, dotado de privilegiados dotes intellectuaes, matriculou-se no Collegio Pedro II e aos quinze annos recebia a laurea de Bacharel em letras. A carreira das armas o fascinava e em 1861 assentou praça no Exercito, passando a cursar a antiga Escola central. Em 1862 era Alferes alumno. No anno seguinte bacharelou-se em matematicas e sciencias naturaes, passando, então, a occupar interinamente o cargo de repetidor do Curso preparatorio da mesma Escola.

Terminado o seu curso na Escola Militar de Applicação em 1864, foi promovido a 2.º Tenente de artilharia. Rompera a guerra contra o Paraguay e o nosso biographado partia a 1 de Abril de 1865 para os invios sertões de Matto-Grosso como Secretario de uma commissão de engenheiros. Lá, durante dois annos e meio, experimentou os rigores e as desditas da malfadada expedição, que teve por epilogo tragico e heroico — a Retirada da Laguna — que, «entretanto, teria ficado no esquecimento, se elle não tivesse sabido transfundir nas paginas de um livro immortal, toda a verdade e as detalhadas minucias dessa penosa campanha, com aquelle vigor que lhe dictava a recordação viva de tantos horrores de que participara.»

Em 1869 foi promovido a Capitão, passando a leccionar

na Escola Militar. Tendo sido nomeado General em chefe do nosso exercito em operações contra o Paraguay o Snr. Conde d' Eu escolheu o Capitão Taunay para seu Secretario e re-dactor do Diario da Campanha (1869-1870). Em 1871 voltou ao seu posto na Escola Militar como preparador de physica e chimica. Foi depois Official de gabinete do Visconde do Rio Branco. Em 1872 apresentou-se candidato á deputação por Goyaz, sendo eleito. Em Janeiro de 1874 contrahiou nupcias com D. Christina Teixeira Leite, filha do barão de Vassouras, de cuja união nasceram quatro filhos. De 1874 a 85 foi lente interino da cadeira de mineralogia, geologia e botanica da Escola Militar. Em Junho de 1875 foi promovido a Major.

Nomeado presidente de Santa Catharina em 26 de Abril, tomou posse do cargo a 7 de Junho de 1876.

A sua administração foi muito curta, pois deixou o governo a 2 de Janeiro de 1877, para occupar no parlamento o lugar de deputado por Goyaz, para que fôra reeleito (76-78). Partio em seguida para a Europa. De volta (1879) continuou a leccionar o 5.º anno da Escola Militar.

Apezar de se mostrar sempre muito bom brasileiro, dedicou-se á propaganda da emigração estrangeira de cuja Sociedade foi Vice-presidente. De 1882 a 84 e em 1886 foi representante de Santa Catharina na Camara. Em 1885 presidiu a provincia do Paraná. No mesmo anno pediu demissão do Exercito.

A 28 de Agosto de 1886 foi escolhido Senador pelo nosso Estado, tomando posse a 6 de Setembro do mesmo anno. Em 1889 foi galardoado com o titulo de Visconde de Taunay.

Com a proclamação da Republica retirou-se o prestimoso cidadão á vida privada, dedicando-se aos seus estudos litterarios. Ornavam-lhe o peito varias condecorações nacionaes e estrangeiras e as commendas de Aviz, Rosa e Christo. Membro de varias associações litterarias e scientificas tanto do paiz como

do estrangeiro, foi por longos annos o orador do Instituto Historico e Geographico brasileiro. Escriptor elegante e primoroso e musico notavel deixou innumerous trabalhos de grande valor e fama mundial. Entre os primeiros e os que mais de perto nos tocam citaremos: "Céos e terras do Brazil" em que nos dá bellissima descripção de Itapocoroy. "As caldas da Imperatriz», «Indios Caingangs», «Curiosidades da provincia do Paraná» e «Viagem ao Iguassú», etc.

Falleceu o illustre brasileiro, que deixou ligado o seu nome á terra catharinense, a 5 de Janeiro de 1900 na Capital Federal.

CARTAS DE TAUNAY

Ao nosso Instituto Historico offereceu o sr. professor Julio Machado da Luz, director do Grupo Escolar Conselheiro Mafra, oito cartas do illustre brasileiro Visconde de Taunay.

Estas cartas foram dirigidas ao sr. Francisco Machado da Luz, pae do offertante e dedicado amigo e correligionario politico do signatario.

Todas ellas visam sobre assumptos politicos, subministrando curiosos informes sobre o trabalho eleitoral dos ultimos annos do extincto regimen. A «Revista» do Instituto dá-lhes hoje publicidade.

E' muito de louvar a offerta do sr. professor Machado da Luz. Oxalá outros o imitem, confiando á guarda desta associação documentos que, sendo na apparencia de pequeno valor, têm, na mão dos entendidos, o prestigio de esclarecer muito ponto obscuro e de firmar muitas opiniões sobre homens e factos.

«11 de Maio

Amigo e Snr. Machado da Luz

Aqui vim achar as cousas bem paradas. A attitude nobre e digna dos collegios, repellindo ambições vulgares e que

poderião prejudicar-me pelo entrelaçamento de relações politicas vai produzindo bons fructos. O barão de Cotegipe mostrará o seu elevado tino e fará jus á gratidão da Provincia, deixando que ella se pronuncie livremente. Ha gente furiosa contra mim, mas bem sabe, não tenho culpa alguma. Marcho pela linha recta e como tenho bons e leaes amigos n'essa Provincia, os factos vão me ajudando. Será um bello triumpho para Santa Catharina. Seu amigo ob°.

Escragnolle Taunay

GABINETE DO PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS

Rio de Janeiro 23 de Novembro de 1883

Amigo e Snr. Francisco Machado da Luz.

Vi a votação de Joinville e não gostei, embora pouca significação pareça ter, pois o centro da capital desunido como está, não poderia ter força precisa para impôr um nome que ao Norte era um tanto desconhecido.

Convem, porem, não descansar e descuidar-se; pois os liberaes andão muito ufanos com aquelle resultado.

O estudo das cousas aqui parece dar como certo uma mudança breve da situação. E' impossivel maior desmoralisação. Será ella antes da abertura das Camaras? E' o que ninguem sabe; mas os liberaes se mostram desanimados d'uma vez. Escreva-me, ccntando o que ha por lá. A quem devo escrever? Quanto a mim, continuo a trabalhar como um mouro, acima até das minhas forças, pelo que me sinto adoentado. O que diz o alistamento? E'-nos favoravel ou não? O Dr. Brusttein retirou-se fóra de tempo, mas de facto parece-me que estava incompatibilisado. Cumpria porem ter tido a manifestação dos nossos amigos, pois é uma pessoa m.^{to} digna e distincta. Como tem ido o Dr. Barros? Adeus, lembranças aos

amigos todos, ao Bauller e outros. Escrevi ha pouco ao Celes-
tino.

O amigo obrigado.

Escragnolle Taunay

Rio de Janeiro 2 de Setembro de 1884

Amigo e Snr. Machado da Luz

Tambem me haviam dito que o tal Abdon não era formado. O caso porem foi elucidado já, pois mandei tirar uma certidão na faculdade da Bahia e por ella consta que o homem tem o seu diploma em regra.

E' deveras pena!

Muito me agradarão as noticias que são boas. Vou escrever aos homens de S. Bento e peço-lhe que não aprove na propaganda. A *União* tem ido bem. Apareceu lá um elogiosinho ao tal Carvalho que quer por força apparecer não se sabe porque, mas enfim elle tão pouca importancia merece que não importa.

Blasona muito e nada faz real.

Nem tem força para conseguir cousa alguma. Aliás eu sympathisava com elle, mas é inadmissivel que queira ser candidato, quanto mais deputado! Não, isto não!

Se o Taulois e o Lobo se excederem na cabala que entendão dever fazer, escreva-me logo porque serão chamados á ordem. O governo não póde consentir, nem admitte que fação os cabalistas jogo com o seu nome. São palavras formaes do presidente do Conselho o Snr. Dantas, que se declarou prompto para tomar serias providencias. Aliás vamos bem. E' impossivel que o eleitorado allemão não me sustente com entusiasmo. Fôra impossivel, depois de tudo quanto tenho feito e dito.

De todos os pontos da provincia chegão boas noticias,

embora em alguns lugares os amigos estejam um tanto divididos, mas sem divergencias radicaes e profundas, como acontece com a liberalada. O Pitanga ficou murcho quando vio e sentio que o governo não havia de intervir em seu favor. Talvez, á vista disto, faça o *acto de abnegação* de ceder ao Schutel. Veremos!

Adeus, respeitos á fam.^a Já lhe respondi sobre a comarca de Joinville. Como tem ido o Barros?

Dê-lhe lembranças. Não me esqueço do nosso D.^r Primitivo. Esteja bem certo. Seu amigo e Cr.^o ob.^o

Escragnolle Taunay

GABINETE DO PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARANÁ

Curitiba 26 de Abril de 1886

Amigo e Snr- Francisco Machado da Luz

Creio que a attitude tomada pelo Norte hade produzir bom effeito e affasta os obstaculos á realisação dos nossos votos. E o Oliveira que me excluia da chapa! Não o imaginava capaz d'isso, pois até hoje não tivera motivos de queixas delle. Isso porem é muito grave. Não acha? Causou-me prazer a sua nomeação para o correio, porquanto eu tinha sempre pouca confiança no energumeno Lange.

Elle e o filho verão que andarão caminho errado. E o Corrêa Maia? Não deixo de sympathisar com esse homem, embora tenha defeitos. Firmeza e attenção, amigo e chefe. Mais uma vez o baluarte Joinville tem de desfraldar a victoriosa e brilhante bandeira em que sempre se tem lido o nome Escragnolle Taunay. Hurrah Joinville! Hurah! Mande-me dizer a quem devo escrever. Embora confie em tudo no amigo. é sempre bom.

Precisão de circulares? Respeitos á Fam.^a Seu amigo ob.^o

Escragnolle Taunay

GABINETE DO PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARANÁ

Curitiba, 26 de Outubro de 1885

Amigo e Snr. Machado da Luz

Com muito prazer recebi o seu telegramma, dando-me o esplendido resultado que colheo o nosso amigo Lepper na eleição provincial. E' um bello presagio de que venceremos com grande vantagem a geral, lavando a vergonha de 1884. Para esse resultado conto com os amigos, cujos desejos acompanho sempre e aspirações manifesto, activando quanto possivel o Governo geral, que se tem mostrado duma morosidade espantosa em medidas indispensaveis não só ahi, como para outras Províncias.

Porque, por exemplo, não appareceu as demissões do Lobo e Taulois, que o m.^{tro} me prometteu logo e que elle mesmo reconhece serem á bem da moralidade e do serviço geral?

Não posso explicar, quando esses empregados como que provocão o governo, fazendo alarde de seu espirito de cabala. Emfim, é termos paciencia e confiança. Lembranças aos amigos todos, Bunstein, Barros, Trinks, Lepper parabens, e assim aos mais sem esquecer o Parucker. O amigo obº e crº

Escragnolle Taunay

GABINETE DA PRESIDENCIA DO PARANÁ

Curitiba, 14 de Dezembro de 1885

Amigo e Senhor Francisco Machado da Luz

Ahi vão as cartas pedidas. Trabalhem quanto possivel, pois o momento é grave.

Vamos ver como vão votar o padre Boerghausen, Wiegand e outros e se esforçar em favor do Maciel, que perseguiu tantos padres, frades e freiras, fazendo-lhes violencias inqualificaveis. Será curioso observar o que farão os homens da religião em Joinville e em todo o 1º districto.

Tome, meu amigo, todas as providencias precisas. E' caso de salvação publica e o que nos ameaça é a vergonha. Estou certo de que Deus nos ajudará. Veja o Celestino.

Tudo em movimento. O momento da batalha se approxima.

Seu amigo obº e crº.

Escragnolle Taunay

Rio de Janeiro 9 de Junho de 1889

Ill^{mo} Snr.

Em resposta á brilhante manifestação, que recebi dos mais importantes cidadãos d'esse bello Municipio de Joinville, por causa do alfandegamento do porto de S. Francisco, dirijo a V. S. este officio, pedindo-lhe dê a maior vulgarisação possível entre os nossos amigos politicos e signatarios d'aquelle documento que me é tão honroso, porquanto assignala o cumprimento de uma das primeiras obrigações e promessas com que me apresentei a esse eleitorado em 1871, 1884, e duas vezes em 1886. Não poucos esforços, digo-o á puridade, me custou a realisação desse justo *desideratum* dos habitantes da Comarca de S. Francisco, mas afinal cheguei a bom resultado, obtendo-a do gabinete de 10 de Março, que acaba de cahir. Tambem a este respeito julgo de dever fallar com franqueza a V. S.^a e a todos os meus amigos eleitores, vendo na inopinada ascensão do partido liberal o natural castigo aos erros dos dous grupos, em que infelizmente se dividiu o partido conservador, sendo um demasiado aferrado a idéas antiquadas e outro apathico e inerte, depois de ter triumphado tão bri-

lhante quão facilmente a 13 de Maio de 1888. Não faltavão, porem entre essas duas facções odios e rancores surdos e irreconciliaveis, de onde continuas e fundas desconfianças, que impedirão a formação de outra qualquer organização ministerial. Demais o gabinete João Alfredo adoptara, ha muito, um modo de viver e de proceder politico, que muito descontentou os seus melhores e mais desinteressados sustentaculos. Posso fallar com toda a isenção de animo, porque acompanhei, embora constrangido e sem enthusiasmo, até ao fim; mas tive innumeras occasiões de me desgostar com a inconsideração e leviandade por que respondia ás minhas reclamações e pedidos, deixando-me em posição desagradavel e è vexatoria perante o meu eleitorado, tão accommodado, em tudo, e nada exigente. Não quero insistir nos factos, nem tratá-los miudamente, porque a occasião é de união e não de retaliações; mas sou bem sincero, quando, á puridade, declaro, que não tenho saudades do ministerio João Alfredo, muito embora nós, conservadores, lhe devamos, bem como o Brazil, todo o enorme beneficio da Abolição. Emfim, no momento presente, devemos cuidar de cicatrizar as feridas feitas e pôr acima de tudo as conveniencias do partido conservador.

Que faremos nas proximas eleições? Cruzaremos os braços? A. V. S.^a e aos firmes amigos desse importante collegio de Joinville compete decidir.

Diz-me a consciencia, que não tenho uma só vez faltado aos compromissos que tomei nas conferencias ahi feitas e que sem cessar advoguei, como continuo a advogar as grandes medidas de que depende o futuro da nossa Patria. Pode V. S.^a conforme ficou acima dito dar a maior publicidade a este meu officio, que é dirigido ao eleitorado de Joinville e S. Bento, ao qual devo tantas e tão importantes provas de apreço e confiança.

Deus guarde a V. S.^a

Ill^m Sr. Francisco Machado da Luz.

Alfredo d'Escragnolle Taunay

Senador do Imperio

25 de Fevereiro de 1890

Amigo e Snr. Fran.^{co} Machado da Luz.

Dirijo-lhe estas linhas p.^a saber da sua saude e das cousas desta localidade, pelas quaes não posso ser indifferente, muito embora não saiba absolutamente o que fazer e dicidir quanto ao futuro. Peço-lhe conte-me as modificações que por lá tem se dado e a influencia do novo regimen no adiantamento geral. Tenho-me mantdo em completo retrahimento, ainda que poucos ou rarissimos politicos tenham como eu, a ponte natural e os meios de ser acolhido pelos homens do poder, pois todas as minhas idéas e indicações tem sido e estão sendo realisadas, dando-me razão contra os obscurantistas e pretendidos estadistas do tempo anterior a 15 de Novembro.

Santa Catharina teve, pelo menos, um representante que vio mais do que os outros politicos. Se pouco poudes fazer, foi pela resistencia que encontrou sempre, não por frouxidão de esforços e falta de zelo.

Ainda hoje continuo na m.^a propaganda, mostrando bem, que, na monarchia ou na republica, sou o mesmo homem mais occupado com questões sociaes, do que com interesses de pessoa. Isto é por todos reconhecido. Repito, não sei o que heide fazer, mas preciso saber do estado das cousas por esse Estado e sobretudo nos centros que outr'óra tanto me apoiaram e ninguem, melhor do que o amigo, com o seu espirito de observação póde pôr-me ao facto de tudo. Afinal o Primitivo ficou ahí ou não? Eu lhe escrevo tambem. Seu amigo ob.^e.

V. de Taunay



Material Historico

PELO

Dr JACINTHO MATTOS

II

Para muitos se afigurará lida esteril e improficua uma excursão pelos velhos registros, ainda existentes nos archivos das nossas igrejas. No entanto, sabidos certos antecedentes historicos e nomes n'elles envolvidos, vamos encontrar, n'esses registros, personalidades muito nossas conhecidas, com as respectivas assignaturas de proprio punho, graphando, cada uma, na originalidade dos seus traços e com o estylo da epoca, o accento mais forte do temperamento e character dos respectivos donos.

Outro lado interessante é a oportunidade do confronto com datas e incidentes historicos, tidos como liquidos e consumados em livros de reputação feita. Assim passou em julgado, que só depois do alvará de 5 de Março de 1732, creando a freguezia de N. S. do Deserto, é que os seus poucos habitantes passaram a ter serviço religioso recorrendo até então á freguezia da Laguna.

Prova o engano d'esse asserto o seguinte termo: "Aos sete dias do mez de Janeyro de mil setecentos e quatorze, perante o P.^e Frey Agostinho da Trindade. religioso.....sendo Vigario desta Matriz, se receberam em face da Igreja os contrahentes Domingos Martins e Domingas da Costa. Foram testemunhas Balthasar Soares, e Antonio Cardoso, Merencia Godinha e Maria Gerarda.

E não continha mais no dito assento q. do caderno em q. estava o lancey neste livro. p. todo o tempo constar". Assignado "O Vig.^{ro} Francisco Justo Santiago".

Este termo, considerado como do primeiro casamento aqui effectuado, é todo escripto em cursivo muito claro e firme e como este todos os firmados pelo P.^e Justo Santiago e que são assim encontrados até o ultimo, com a data 7 de Junho de 1729.

Os termos seguintes são firmados pelo vigario M.^{el} da Silva Albuquerque, até 14 de Dezembro de 1731, em que apparece o P.^e Estevão Simões Manso e a que Lucas Boiteux se refere á pagina 199, de suas «Notas», como sendo o primeiro vigario da freguezia em Março de 1732.

Estes termos são documentos irrecusaveis e que trazem muita luz aos primeiros dias da historia desta Capital, servindo mesmo para corrigir muita versão, que o tempo vae consagrando como a exactidão historica.

Voltemos aos primeiros termos.

Como vimos, o primeiro casamento foi effectuado, na parochia a 7 de Janeiro de 1714; o segundo teve lugar a 25 de Outubro do mesmo anno, escrevendo e assignando o respectivo termo o P.^e Santiago, e como no primeiro é indicado Frei Agostinho como presente; n'este encontramos Frei Thomé Bueno.

São testemunhas d'este casamento João Lopes Ricardo, Domingos de Carvalho Quintal, Merencia Godinho e Sebastião Fernandes Camacho.

O terceiro foi effectuado a 28 do mesmo mez e anno, e n'elle figuram como testemunhas o capitão Manoel Manso de Avellar, Domingos de Carvalho Quintal, Theodora Rodrigues Velho e Paula Moreira.

Parece alongar este estudo a enumeração d'essas testemunhas, mas justamente por encontrarmos personali-

dades conhecidas, isto é, primeiros habitantes da Ilha, é que julgamos de interesse a ellas referirmo-nos.

Em 1713 foi substituir o capitão-mór de S. Francisco, F.^{co} Francisque, o *Cabecinha*, F. Fernandes Camacho, necessariamente parente proximo d'esse outro Fernandes Camacho que aqui vimos encontrar e que, termos adiante, tem o nome precedido pela patente de capitão, membro portanto da mesma familia de abastados senhores de escravose que de S. Paulo, vierão povoar as terras do Sul. Ainda em 1727 apparece-nos outro Camacho, o capn. Diodo.

Foi Sebastião o escrivão da Camara e havia se casado, no mesmo anno, com Thereza Ribeiro, sendo que ahi, em vez de Fernandes, o segundo appellido é Rodrigues, como está no livro de Lucas Boiteux, á pagina 195.

Domingos de Carvalho Quintal, tambem capitão, senhor de escravos, já era habitante do povoado do Desterro em 1714, ao contrario do que affirmam historiadores, assegurando ter elle para aqui vindo em 1737, em companhia do capitão de linha Antonio de Oliveira Bastos, José Mendes dos Reis e outros (L. Boiteux, pag. 203). E' mais uma correcção necessaria á nossa historia.

Carvalho Quintal era analphabeto, assignando sempre de cruz.

José Mendes dos Reis, que era assistente da Igreja (sachristão) casou-se com Maria Ritta de Jesus, em 14 de Novembro de 1739. Tempo depois, 1760, 1769 e 1772, não mais este, mas sim serve como testemunha, Agostinho José Mendes, e que suppomos o pregador.

Manoel Manso de Avellar ahi está em 1714, coincidindo com o que se sabe de sua vinda, um anno antes como sargento-mór. A respectiva assignatura é clara, simples, sem as complicações em uso.

Era tambem senhor de escravos e o seu nome figu-

ra até 2 de Setembro de 1730, ao lado do capm. João Gonçalves Lamim.

Manso de Avellar era casado com Urbana Rodrigues Velho.

Existia então uma outra senhora Theodozia Rodrigues Velho com o mesmo cognome portanto.

Esta D. Theodozia, nascera em S. Francisco e era casada com o capitão Salvador de Souza Brito natural da Ilha Grande.

Teriam esses nomes alguma conexão com o do primeiro povoador? E' possível, porque não seria, em tão escassa população, muito facil igualdade de appellidos.

Linhas adiante surgem os nomes do juiz Domingos Lopes Sertão, casado com Paula Moreira, Balthasar Soares Louzada, F^{co} Palacio todos capms. e depois o do proprio Dezembargador Raphael Pires Pardinho testemunhando um casamento a 27 de Janeiro de 1720, justamente a data em que elle creou as justiças da povoação, depois do mesmo ter praticado na Laguna. N'esse termo em que é contrahente um outro Camacho, Manoel Duarte, filho de Antonio Bicudo Camacho, vê-se a naturalidade: «Nossa Senhora da Graça dos Pinhaes de Curityba»; esta palavra assim claramente expressa, ao contrario de *Coritiba*, de outros documentos aliás posteriores, provindos do reino.

Outros nomes vão apparecendo.

Agora é o nosso conhecido José Pires Monteiro, filho do primeiro povoador e que figura em um termo, a 25 do mez de Fevereiro de 1727, e com a sua assignatura muito clara, firme, sem atavios, escrevendo José com *ph*, ao lado da de Manso de Aveillar.

Monteiro era dado sempre como «morador em S. Paulo.» Possuia muitos escravos, cujos casamentos são encontrados a meúdo. Vemol-o figurando em termos de 20 de Abril de 1726, até Dezembro de 1728, justamente

(em 1724) com Antonio Novo Pendão, com a qualificação de «homem forasteiro», o tal do qual Avellar se queixava em carta de 18 de Fevereiro de 1725, de andar em contrabando com navios francezes.

Em 1724 já apparece o Novo Pendão o «homem orasteiro», *arrivista* portanto.

O capitão-mór Sebastião Rodrigues Bragança figura em termos desde Outubro de 1727 a Junho de 1729, em um d'estes com Manso de Avellar, com a respectiva patente e assignando ambos.

Ha a tradição de um desembarque de hespanhões desertores, na praia da Figueira em 1737, com resistencia dos habitantes. D'essa gente, segundo essa tradição (apadrinhada por L. Boiteux, pag. 202) fazia parte Francisco Antonio Branco e que teria vindo a casar-se com Clara, filha do sargento-mór.

Verificamos a inexactidão d'este facto, ao menos na data referida.

Um por um, com muita paciencia, corremos todos os termos e não encontramos nada que se refira a esse casamento. Mais: A 10 de Junho de 1727, dez annos antes, deparamos com F^{co}. Antonio Branco «natural da reyno da Galliza», servindo como testemunha, juntamente com Francisco Palacio, vereador da Camara. Por signal que este assignava de cruz e Branco com letras de meio centimetro e hesitantes, como de quem não tem o habito da escripta.

Annos a seguir ainda vemos Branco em diversos termos. Seria portanto lenda o caso do desembarque da Figueira?

Está ahi um bello thema para o nosso mais estudioso e competente historiador, o querido Lucas. E' isto uma provocação e está elle portanto citado para a primeira audiencia.....

Continuemos o nosso respigar.

Como habitantes da Ilha até 1728 anda encontramos Diogo Fernandes Camacho, o capm. Diogo de Souza Brito, João Gonçalves Passarinho, Domingos Roxadel, Paschoal Pereira, M.^{el} Pereira, e Francisco da Cunha e Barros. Eram as pessoas de mais destaque, quasi todas possuindo haveres, em terras, escravos, embarcações, etc.

Poucos naturaes da Ilha, a maioria era do continente luzitano, da Galliza, das Ilhas, de S. Paulo, Santos, Paranaguá, Ilha Grande, Angra dos Reis, S. Francisco, etc. Foi o que colligi attentamente dos assentamentos de 1714 a 1730, isto é, dos primeiros tempos da povoação.

Escravos havia do «gentio», de Guiné, Macau, Mina, Benguella, etc.

Os indios eram da aldêa de S. Lourenço, Carijos e até da aldêa da capitania do Espirito Santo. Deviam ser submettidos ao regimen de escravos, pois como estes, encontrei sempre a indicação que estavam sob á «administração» d'este ou aquelle proprietario e até do próprio vigario.

Mesmo um «mamaluco» vi, da «administração» de Manoel Pereira.

De 22 de Julho de 1742 a 25 de Abril de 1748 só foram realisados casamentos de escravos, em numero de 14 esses casamentos.

N'esta ultima data teve logar um casamento de brancos, testemunhado pelo alferes José Roque da Silva Paes. A seguir o casamento do soldado de artilharia José da Costa.

De 1749 a 1766, figura um sargento-mór Francisco Ferreira da Cunha, casando numerosos escravos seus. Era vigario celebrante o P.^o José Diogo dos Santos e da vara M.^{el} Cabral de Bittencourt.

Em outro estudo tentarei organizar uma relação

nominal de todos os vigarios, que serviram na Ilha, durante o seculo 18.

A povoação de Manso de Avellar, isto é, até 1730, devia estender-se pela orla do mar, desde a praia da Figueira até o Menino Deus, e centralisada pela igreja, modesta capella erecta, como era de costume, na elevação mais proxima, onde é a Matriz hoje. Era um aggregado de sitios, isto é, abertas, onde campeirava a casa do senhor, com as dos administradores em torno. Plantava-se nas proximidades e em frente, no Estreito. A producção devia ser a farinha de mandioca, algum assucar e o resto tirava-se do mar em peixe que trocava-se, secco, por fazendas, etc. com os navegadores, que de longe em longe vinham refrescar.

Não podemos atinar como essa população era de bandidos, foragidos das outras capitánias, como diz George Anson, em seu relatorio sobre a viagem de 1740, accrescentando mesmo que Avellar vestia andrajos e andava descalço ao tempo de Frezier, isto é, em 1712.

Apenas, com o espaço de dois annos, decorridos d'aquelle anno, isto é, em 1714 fui encontrar, residindo na Ilha, nada menos de quatro capitães, além da Avellar e do vigario e que eram: Quintal de Carvalho, Sebastião Rodrigues Camacho (provavelmente tambem José Pires Monteiro) Domingos Lopes Sertam e Balthazar Soares Louzada, que veio a ser Juiz ordinario.

Eram todos homens relativamente abastados, senhores de escravos, devendo constituir, com estes, a população de então.

Não se pôde comprehender portanto, que fossem mendigos e ao mesmo tempo salteadores e que com taes elementos Pires Pardinho em 1720 constituísse as justças da terra.

E' tempo de ir reparando juizos ligeiros, feitos por

viajantes, sempre propensos a apoucarem o que mal vê em e que imperfeitamente conhecem.

Forçosamente eram aventureiros, mas á feição do tempo, intrepidos e tenazes, e que trasladavam-se facilmente, com familia e haveres, para onde julgassem fazer fortuna rapida e fartamente. Dahi porem a criminosos foragidos, a distancia era muito grande, e nem para taes individuos era necessario tamanha distancia, quando então o matto era tão perto...

Afastemos formalmente o leve juizo dos navegadores e restituamos aos nobres antepassados, os pioneiros de Santa Catharina, o juizo que lhes devem a historia e os seus descendentes.

Registei aqui uma porção de nomes d'esses antepassado. com uma satisfação intima, recordando aos contemporaneos a memoria d'esses que a duzentos annos, aqui mourejaram e luctaram, sem os confortos que nos dá o progresso de hoje, mas embalados pelas mesmas illusões e tocados pelo mesmo destino.

Compulsando um registro de baptisados de 1751 a 1753, existente na Matriz, resolvi aqui transcrever um dos respectivos termos por ter ligação immediata, com o primeiro esculapio, que pussuo Santa Catharina.

Eis o termo: «Aos nove dias do mez de Maio de mil setecentos e cincoenta e hum annos Baritizei (sic) e puz os santos oleos a Raimundo, filho de Ventura Fagundes natural de Campos dos Atacazes (Goytacazes, certo) Bispado do Rio de Janeiro e de sua mulher Justa de Medi e na natural da V^a. do Goratignita (Guaratinguetá, de hoje), Bispado de S. Paulo, fôra Pardinho o licenciado Lopes Falcão, natural de L^a. (Lisboa, abreviatura do tempo), e madrinha Biscuda mulher do alferes José Ignacio Souto Maior, do q. para constar fiz este termo.»

Agora sobre o licenciado Paulo Lopes Falcão, as notas que possuímos e que foram retiradas do officio n. 242 de 7 de Dezembro de 1796, em que o T^{te}. Cel. Alberto de Miranda Ribeiro, Governador da Capitania, propunha ao Vice-Rei, Conde de Lavradio, a nomeação de um cirurgião para o hospital da villa.

Com o estabelecimento dos casaes, vindos das Ilhas, para os quaes ordenava o governo da metropole proporcionar todo o tratamento á custa da fazenda real, creou o brigadeiro José da Silva Paes, primeiro governador da Ilha, o logar de cirurgião, chamado do presidio, para o qual foi nomeado Paulo Lopes Falcão, e tambem um outro cargo de cirurgião do Banco e que foi Manoel Marques Sampaio.

O logar denominado cirurgião-mór do presidio passou a chamar-se cirurgião-mór do hospital, em 3 de Novembro de 1769, por creação do governador de então Francisco de Souza de Menezes, passando nombramente d'isso ao mesmo Paulo Lopes Falcão, e que o exerceu até 4 de Maio de 1796, data em que falleceu.

O logar chamado de cirurgião do Banco, tendo d'elle baixa Manoel Marques de S. Paio em 20 de Outubro de 1766, por despacho do Governador Francisco de Souza de Menezes, logo por portaria do mesmo, se proveo em Manoel Suzarte Pinto, e passando este a cirurgião-mór do Regimento, foi provido o logar por Vicente Suzarte Pinto, com o titulo de 2.º cirurgião do hospital em 8 de Novembro de 1769, e tendo depois mandado dar baixa a este, occupou o mesmo logar em 6 de Julho de 1772 Pedro da Costa dos Santos, a quem o governador Francisco de Barros Araujo Teixeira Homem mandou dar baixa em 14 de Julho de 1780, por entender que era superfluo.

Fica assim conhecida, pela ordem devida, a historia

do estabelecimento do primeiro medico da Ilha e dos seus immediatos successores.

* * *

Um outro documento, cuja transcripção julgo de interesse, é o registro do obito de T.^{te} C.^{el} Alberto de Miranda Ribeiro, fallecido no cargo de Governador a 18 de Janeiro de 1800. (Registro de 27 de Janeiro de 1772 a 16 de Outubro de 1804. Fls. 162)

«Aos dezoito dias do mez de Janeiro de mil e oitocentos, n'esta villa de N. S. do Desterro da Ilha de Santa Catharina, falleceu de vomitos, com todos os sacramentos, João Alberto de Miranda Ribeiro, natural da villa de Olivença, filho legitimo de Manoel Antonio Ribeiro e Dona Francisca Leonarda de Miranda, casado que foi com D. Maria do Carmo Thereza Bernardo da Silveira, de quem tem um filho. Foi seu testamenteiro o capitão Christovão Moniz Barreto; foi encommendado e sepultado nesta igreja em cova da fabrica, do que para constar fizeste termo—Assignado «Coadjutor Joaquim Sant' Anna Campos.»

Cova da fabrica quer ahi dizer, em carneiro, (na construção) isto é, nas paredes, cuja espessura ainda hoje é motivo de intriga e estranheza p aramuita gente.

Havia tambem a simples, sob a nave.

N'esse tempo sepultava-se na Matriz, no Rosario e no Menino Deus. Para os modestos existia o cemiterio chamado da Caridade, que era o terreno que ficava ao lado e nos fundos das igrejas.

A seguir ao termo acima, vem ouros, onde a *causa mortis* era attribuida á malina, á malaria, ao mal de barriga, á dureza..... Não vae nisto mófa ou pouco respeito aos que se foram. Não, registro apenas, a titulo de curiosidade, factos da época.

*
* *

Em o numero passado d'esta Revista escapou ao revisor um *inlegivel*. Este bicho não é meu e fica á intelligencia dar-lhe o devido destino.

O que é meu e faço por corrigil-a é a explicação que dei ao significado do imposto denominado "subsídio litterario."

Não andei acertado. Este imposto foi creado, pela lei de 10 de Novembro de 1772, por inspiração do Marquez de Pombal quando em visita á Coimbra procurou meios que o habilitassem a acudir ás grandes despesas, com a ampliação do ensino publico. (C. Cantu, tomo 17. pag. 303.)

Não teve o imposto na colonia o mesmo destino, porque escolas só muito tarde foram creadas

Isto sim é o que está certo.



Limites com o Rio Grande ⁽¹⁾

POR

Lucas A. Boiteux

I

A* memoria inolvidavel do Conselheiro Manoel da Silva Mafra

Alguns dias ha que a «Folha do Commercio» estampou um telegramma, confirmado pela noticia de ante-hontem, sobre o proposito do Governo do Rio Grande do Sul de ventilar os seus limites com o nosso Estado na zona de nordeste. A resolução do governo visinho não nos surprehendeu.

De ha muito que alguns estudiosos gaúchos têm procurado, pelo livro e pela imprensa, levantar esta ingrata questão.

Parece que os dous estados, entre os quaes nos achamos encravados, pretendem, numa perfeita communhão de vistas, fazer de nossa bella terra, tão feraz e cubigada, uma Polonia brasileira. (2)

O Paraná, nascido em 1853, vivendo unicamente do pinho e do mate, tem-nos disputado encarniadamente a zona de oéste onde a araucaria viceja desassombrada e o ilex domina denso.

Agora os nossos visinhos do sul, a quem tantos laços de sympathia nos prendem, após terem tentado arrebatá-los duas

(1) Estes artigos foram publicados pela primeira vez na "Folha do Commercio," desta capital, então sob a competente direcção do saudoso jornalista Martinho Callado, e em seguida reeditados pelo "Diario de Porto-Alegre."

(2) A questão do Paraná, já teve solução.

lidimas glorias—Annita Garibaldi e o brigadeiro Raphael Pinto Bandeira, á falta de uma barra franca que sirva de escoadouro aos seus innumerous productos, e projectando o porto das Torres, não sei baseados em que direitos, pretendem vir além do Mampituba, ao Araranguá.

E' de mais... Por felicidade os nossos archivos ainda guardam, embora maltratados pelo tempo, os documentos indispensaveis para a prova cabal do nosso direito.

A questão levantada pelo Governo Rio-grandense, no meu humilde pensar, virá apenas provar á saciedade o negativo direito que lhe assiste no territorio em vista.

Digo mais: si tivermos outro estrênuo Mafra patrocinando a nossa causa, poderemos plantar victoriosamente as nossas lindes meridionaes ás margens do rio Tramandahy, nosso antigo, historico e inconcusso limite com a antiga Capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Corramos, pois, aos archivos e armados dos elementos indispensaveis, façamos face á desmedida pretensão do Estado gaúcho. Na medida de minhas fracas forças procurarei, em artigos a seguir, historiar a questão, orientando assim a opinião publica catharinense.

II

O governo do Rio Grande do Sul tem, até hoje, reconhecido, sem uma unica reclamação, que os limites que separam os dous estados são perfeitamente definidos pelos *talwgs* dos rios: Mampituba, Verde, Barroco ou Barrocas, Touros, Cerquiinha (mais conhecido por Contas), Pelotas e Uruguay até a fóz do Pepery-guaçu.

Agora, notando que a abertura da unica barra daquelle estado é tentativa de resultado talvez problematico, e que, ella só, não satisfará ao grande desenvolvimento que a terra gaúcha vem experimentando, voltou suas vistas para o antigo e relegado projecto do porto de Torres.

A imprensa de Porto-Alegre, por sua vez, não tem descurado o assumpto, procurando orientar os poderes publicos, em bem lançados artigos.

Lemos n' «O Diario» de Porto-Alegre, de 23 de Agosto: — «Torna-se urgente deslocar para o Atlantico o melhor talvez das energias rio-grandenses: a zona do Norte do Estado».

«E' uma imprevidencia perigosa julgar-se que o nosso problema politico-economico ficaria resolvido com a abertura da Barra e a construcção do porto do Rio-Grande, aditadas da praticabilidade franca da nova navegação interior e dum activo trafego de aço, que irradiasse e se reticulasse em todos os sentidos pela vasta superficie do nosso mappa».

E mais adiante: «Uma de duas: ou o porto das Torres se escancela ao mundo, ou todo o norte deste Estado virá fatalmente, com o seu proximo progredimento, a se desafogar, como tributario forçado, por um porto da costa de Santa Catharina, certamente pelo futuro porto de S. Francisco».

«Não ha negar essa exigencia da fertil zona do Norte. Nunca os seus productos viriam contornar a barra do Rio Grande para seguirem a rumo do oceano.

Esse percurso desnecessario de 400 kms, mais ou menos, sendo vencidos á razão de 40 k. por hora representaria no minimo 10 horas de atrazo, sem contar o tempo dos transbordos, o que affligiria pesadamente a sorte economica daquellas vastas terras.

«E' por isso, que o Porto das Torres é uma causa rio-grandense. A abertura da Barra do Rio Grande só corrigirá as nossas fatalidades geographicas, resolvendo o problema dos interesses do Sul do Estado».

Sabemos que a villa de Torres, debruçada sobre uma pequena abra de muito fundo, dista apenas duas milhas do rio Mampituba, nosso limite no littoral com aquelle estado.

Temos ahi a explicação da manha rio-grandense procurando uma questão de limites que nunca existio, para, baseados não sei em que documentos authenticos e indiscutíveis, ab-

sorverem as campinas uberrimas dos valles do Mampituba e Araranguá.

Enficado que fôr o marco divisorio ás margens desse rio, terão elles a bella lagôa do Sombrio para transformal-a em amplo porto interno.

Não será tão facil assim, mercê de Deus, a realisação desse ideal sonhado, ha muito, por varios escriptores rio-grandenses e hoje abraçado pelo governo do estado visinho.

Antes de iniciarmos uma ligeira exposição de documentos que, esperamos, esboroarão as pretensões desmedidas do Rio Grande sobre o nosso territorio, façamos conhecer aos leitores a opinião de alguns filhos daquelle estado sobre o palpitante problema que nos preoccupa.

III

Ouçamos a opinião de varios escriptores que têm tratado da nossa linha divisoria com o Estado do Rio Grande do Sul.

O grande geographo Candido Mendes, no seu bem cuidado Atlas, 1868, a descremina assim: Pelo *talweg* dos rios Mampituba e *Sertão*, Barroco, Touros, Cerquinha, Pelotas, (Alto Uruguay) e Uruguay até a fôz do Pepery Guassú».

O moderno e esplendido trabalho do dr. Torres Homem (1909), affasta-se, apenas, da obra acima, dando a nascente do rio Sertão ligando-se por uma recta, que corta a Serra do Mar, á do rio das Contas; este lançando-se no Cerquinha, que desagua no Pelotas.

O visconde de S. Leopoldo, na primeira edição de seu trabalho «Annaes da Provincia de S. Pedro» (1819), ao descrever os limites septentrionaes daquelle Capitania, diz: — «Confronta pelo nascente com o mar Oceano, pelo Norte com os rios *Araranguá*, Pelotas e incultas serras do Uruguay...»

Na segunda edição do mesmo trabalho (1839), porém, rectifica o seu engano, assim: — «A provincia de S. Pedro.... demora.... desde a barra do Rio «Mombituba, ao Nordeste do

presidio das Torres, antiga guarda de S. Jorge, na latitude austral de 29° 5' 35" ...»

«Antes do anno, de 1805, diversa era a demarcação; recitou onze legoas, mais ou menos, aquem da barra do Araranguá, ou mais etimologico Ararérconguay, onde se acha ainda hoje postada a ultima guarda, que assinala o limite da provincia de S. Catharina....»

Mais adiante diz: — «Confronta pelo Nascente com o Oceano; pelo Norte com o Rio *Mombituba*, Pelotas, e incultas serras do Uruguay....»

No «Resumo historico da provincia de S. Catharina», *in fine* do trabalho citado, diz o douto Visconde: «A provincia de S. Catharina... se estende... desde o Sahy, que a divide da provincia de S. Paulo, até o Rio *Mombetuba* que a separa da de S. Pedro».

Em nota, referindo-se á incerteza dos limites, assim se expressa: — "Isto tambem de certo modo explica a apparente contradicção que se nota entre o limite marcado n'esta segunda edição dos *Annaes da Provincia de S. Pedro* pelo *Mombetuba*, e na primeira pelo *Araranguá*; naquella epocha de 1810, a que pertence a Tabella (G) demonstrativa dos rendimentos publicos da provincia, ainda se enumera o contracto das passagens dos tres rios da praia para a Laguna, o *Tramanday*, *Mombetuba* e *Araranguá* constituindo parte da renda d'aquella: foi por arranjos posteriores, que se assentou em fixar pelo *Mombetuba* o limite septentrional da provincia de S. Pedro, resultando d'ahi que continuando a persistir a guarda militar ultima de S. Catharina no Araranguá, fica o territorio intermedio, a hum e outro rio, reputado como neutro por não se seguirem os termos devidos, e os moradores d'aquellas nove legoas dubios á que jurisdicção pertencem, etc».

Alguns escriptores rio-grandenses, entre elles o sr. Vasques, que citaremos adiante, baseiam-se na opinião expendida pelo Visconde de S. Leopoldo na primeira edição dos «An-

naes» para declararem, que os limites do Estado do Rio Grande do Sul, no litoral, alcançam o rio Araranguá.

Vemos, pois, que desconhecem a retificação feita pelo citado titular na segunda edição de sua obra.

Essa primeira base fica assim destruída.

IV

O dr. Alfredo Varella, em o seu trabalho «Rio Grande do Sul», publicado em 1897, partilhando da opinião do Visconde de S. Leopoldo, vae mais longe, e assim se manifesta: «Os limites de seu vasto territorio (do Rio Grande) estão de ha muito perfeitamente traçados, com excepção da fronteira do Nordeste. «Nossas raias, ahi por muito tempo, *oraiam ao Araranguá ora vinham deste ao Mampituba*, ficando até hoje indeterminadas.

«*Provisoriamente*, os limites, por essa parte, têm sido o referido *Mampituba*, a começar da barra, no oceano, subindo a linha divisoria pelo leito do Rio até a confluencia do tributario chamado *Rio Verde*, continuando pelo álveo do mesmo Mampituba (d'ahi em diante tem elle o nome de *Rio Sertão*) até as cabeceiras, na serra do Mar, de onde segue em rumo norte-sul perfeito, a alcançar o paralelo da principal vertente do Rio Pelotas, por cujo álveo segue.

Em nota, diz: «Os catharinenses pretendem dominio até o Barrocas e Contas, *mas carecem de titulo com que possam firmar os direitos que allegam ter*».

Continúa: «O Uruguay nasce, com o nome de Pelotas no planalto da Vaccaria.... os seus affluentes em territorio Rio Grandense são os seguintes:

Arroio das Contas. Nasce na serra da Pedra e conflue no Pelotas acima do passo do Luizinho e abaixo do Malacara. Tem como tributarios o arroio do Silveira (m. e), que corre pelo campo, e o *Barrocas* (m. d.) que brota na serra de S. Bento.

Arro o Cerquanha. Tem origem na coxilha dos Ausentes como tambem o tributario (m. e) arroio do Leão.

Arroio Touros. Arroio Bandeirinha. Correm parallelamente, da Coxilha Grande, recolhendo este (m. e.) o arroio do Leão.»

Nas linhas que acabamos de transcrever do substancioso trabalho do distincto escriptor rio-grandense, hoje nosso consul no Japão, notamos compezar varios enganos manifestos, que procuraremos temperar com varios estudos geographicos que temos á vista.

Começaremos a descrever com minucia possivel essa meia duzia de rios cujos *thalwegs* ou álveos discriminam com natural perfeição as nossas fronteiras actuaes com o Estado gaúcho.

Da zona littorea seguiremos para o centro a alcançar o Pepery-guaçú.

Temos em primeiro lugar o rio Mampituba cuja barra está comprehendida entre as latitudes extremas de 29° 17' e de 29° 20 Sul.

Vamos traduzir a descripção que delle nos faz o engenheiro francez Charles Demoly que, por ordem do Governo, estudou a zona comprehendida entre a Laguna e aquelle rio.

«Comecei minhas observações no Rio *Mampituba* que se lança no oceano 53 mil braças além do cabo de Santa Martha e cuja embocadura é cortada por um banco que nunca dá a profundidade necessaria para tornal-o navegavel.

«Esta embocadura nem mesmo tem estabilidade; ella se encontrava antigamente na extremidade NE. de um curso d'agua chamado *Barra Velha*, que se abre agora na margem esquerda, e desde 1857 se tem affastado das *Torres* algumas centenas de braças.

«A profundidade interior do Mampituba augmenta até 22 palmos (4,84 metros) depois decresce e só apresenta 12 na sua extremidade superior, ao passo que sua largura de 50 a 60 braças (110 a 132 metros) se reduz a 30 no mesmo ponto, tem elle

uma extensão de 10,560 braças (23,23 kilometros) que seus cultivadores ribeirinhos diminuiram um pouco com a abertura de tres varadouros e nesta extensão a sua navegabilidade só é entravada, em certos momentos de seccas pela existencia de dous lageados que se evitariam facilmente,abrindo um quarto varadouro de uma á outra extremidade da volta que os contem.

«A influencia dos ventos (do Sul e Léste sobretudo) obra com mais força que a maré sobre as aguas do Mampituba, como sobre as de seus affluentes principaes que se reduzem a quatro: os rios *Monteiro*, *Verde*, *Sertão* e *Sangradouro* da Lagôa *Sombrio*; o primeiro destes se lança á margem direita de sua extremidade superior e serpenteia unicamente em territorio da provincia de S. Pedro, *ao passo que o segundo (o Verde) é, a bem dizer, a continuação do proprio Mampituba*. Até ao sopé da Serra Geral subi 4300 braças (cerca de 9,5 kilometros) do curso deste *Rio Verde* para chegar á pequena Freguezia da Gloria, assentada nessa altura sobre uma e outra de suas margens; atravessando para isso muitas cachoeiras, que nem todas tinham uma profundidade de dous a tres palmos, conclui que a extensão navegavel deste segundo affluente não deve ultrapassar 2000 braças nas epocha de seccas. «O terceiro (o *Sertão*) nascendo nas terras montanhosas do *Sombrio* e desaguando na margem esquerda do Mampituba, *pertence consequentemente á provincia (Santa Catharina)*.

«Dou-lhe uma extensão navegavel de 4 mil braças (8,8 kilometros)pelo menos, das quaes só percorri a metade, notando que a profundidade de 12 a 14 palmos (2,64 a 3,08 metros), existente na embocadura, varia no interior entre 18 e 24 (3,96 e 5,28 metros), ao passo que a largura se conserva entre 10 e 12 braças (22 a 26,4 metros).»

Do quarto affluente do Mampituba, o *Sangradouro*, rada diremos por não interessar a questãc. Descriminados que foram os outros, rectifiquemos os enganos do dr. A. Varella.

Diz elle:—... subindo a linha divisoria pelo leito do Rio (Mampituba) até a confluencia do tributario chamado *Rio*

Verde, continuando pelo álveo do mesmo Mampituba (d'ahi em diante tem elle o nome de *Rio Sertão*), até as cabeceiras na Serra do Mar.»

Nota-se logo o grave erro em que incidio o illustrado geographo rio-grandense.

Pela clara descripção de Ch. Demoly, que nenhum interesse teria em falsear a verdade, pois nunca se tratou, a não ser agora, desta irritante questão de limites, vimos que o *Rio Verde*, «*é, a bem dizer, continuação do proprio Mampituba.*»

Vimos, tambem, que o *Rio Sertão* não é o prolongamento do Mampituba, como quer o dr. Varella, mas um affluente deste, nascido em territorio do nosso estado e lançando-se á margem esquerda (margem catharinense) do citado Mampituba.

Proseguiremos.

V

Ainda, com o fito de corroborar o que dissemos anteriormente, vejamos o «Diccionario geographico» de Moreira Pinto no que diz respeito aos rios que nos delimitam com o estado gaúcho.

«**MAMPITUBA**—Rio que serve de *limite* aos Estados de Santa Catharina e Rio Grande do Sul. Nasce na serra do Mar, corre de N. para E, desagua no oceano na lat. sul de 29° 20' por uma pequena barra de cinco palmes de profundidade etc. *Da sua origem até a barra do rio Sertão tem o nome de rio VERDE.*

«Recebe á direita as aguas das lagôas do Jacaré e do Forno, onde affluem os rios Monteiro, do Forno e o arroio das Pacas, e á esquerda o Forquilhas, o Sertão e a sanga da Madeira, desaguadouro da lagôa Sombrio. Tem um leito profundo, etc».

«**VERDE**—Nome do Rio Mampituba, de de a origem até a barra do rio Sertão.

«**SERTÃO**—Rio que faz barra no Mampituba abaixo do Passo do Sertão no Estado de Santa Catharina.

«**BARROCAS** — Rio de Santa Catharina, que nasce na serra Geral e desagua no Rio dos Touros.

«**TOUROS** — Rio na *fronteira* dos Estados do Rio Grande do sul e Santa Catharina, desagua no Pelotas, no Passo de Santa Victoria. Tem de extensão 54 kilometros. Em algumas *Cartas* figura desaguando no rio Cerquinha.

«**CERQUINHA** — Rio affluente da margem esquerda do Pelotas, mais tarde Uruguay. E' engrossado por differentes tributarios entre os quaes o rio dos Touros.

Separa o Estado do Rio Grande do Sul do de Santa Catharina.

«**CONTAS** — Rio de Santa Catharina; origina-se nas vertentes occidentaes da serra do Tubarão e entra na margem esquerda do rio Pelotas.

«**PELOTAS** — Rio que nasce na serra do Mar, divide o Estado de Santa Catharina do Rio Grande do Sul, e, depois de receber as aguas de diversos arroios, entre os quaes o Pelotinhas, forma o rio Uruguay».

Segundo o illustrado cartographo Vieira da Rosa e outros, que estudaram a região serrana, o *Cerquinha* e o *Contas* são um e unico rio.

V. da Rosa na sua Chorographia nos diz:

«Ao Cerquinha chamam tambem rio das Contas, e por este ultimo nome é que elle é conhecido na alta região onde corre».

Vemos assim outras autoridades rectificando o que avançou o sr. dr. A. Varella.

Do exposto temos que os nossos limites com o estado vizinho são prefeitamente claros, conhecidos e assignalados por uma serie de rios e apenas por uma recta ligando as cabeceiras de dous delles.

A nossa linha divisoria tem, por conseguinte, este desenvolvimento: Começa na embocadura do *Mampituba*, no oceano, na latitude sul de 29° 20' e subindo pelo álveo desse rio chega á foz do rio Sertão; d'ahi segue o leito do rio *Verde* ou Gloria,

que é o proprio Mampituba como vimos, até alcançar a sua cabeceira, na Serra do Mar. Desta cabeceira parte uma recta de 50 kilometros, proximamente, ao rumo N. 4 E.—S 4 W, á nascente do rio Barroco ou *Barrocas* (segundo o mappa topographico de Nascentes de Azambuja) desce pelo caneiro desse rio que se lança no rio dos Touros; continúa pelo leito do rio dos Touros até a suabarra com o Cerquinha ou Contas e pelo *thalweg* deste prosegue até a sua confluencia com o rio *Pelotas*. Avança depois 142 kilometros pelo álveo do Pelotas, (entre o Cerquinha e o Canôas,) continuando pelo leito do mesmo, já denominado *Uruguay*, 581 kilometros até a barra do Pepery-guaçu, que está na latitude sul de 27° 09'53" e na longitude de 10° 44", oeste do Rio de Janeiro.

Apezar dos documentos, que possuímos, demonstrarem que as nossas fronteiras com o estado gaúcho poderiam caminhar muito mais para o sul, nós, os catharinenses, nunca delles lançamos mão para levantar uma tão irritante questão, como esta que acaba de apparecer, inesperadamente. Até o presente nos temos satisfeito com a linha divisoria descripta acima, perfeitamente assignalada por cursos d'agua importantes e sobejamente conhecidos. Essa raia tem sido acatada ha uma centena d'annos e sem um unico protesto por parte dos nossos visinhos meridionaes. Seria agora tempo de vir contestal-a?

Não se veja nestas palavras nenhum signal de receio. Não tememos, em absoluto, a questão; porque o nosso direito, escudado em documentos autenticos de mór valia, é historico, honesto, e incontestavel.

Achamos, apenas, que a questão é extemporanea. Mas, já que appareceu, esperaremos confiantes o seu resultado.

Continuaremos,



Ligeiros traços biographicos de socios fallecidos.

BARÃO DO RIO BRANCO

José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, filho do Visconde do mesmo titulo, nasceu na capital da Republica a 20 de Abril de 1845. Matriculou-se no Collegio Pedro II, onde fez os seus preparatorios; passou depois á Faculdade de Direito de S. Paulo, cursando-a até ao quarto anno.

Bacharelou-se na Faculdade do Recife. Em seguida (1867) fez uma viagem á Europa, assumindo na volta, interinamente, o cargo de professor de Chorographia e Historia do Brazil no Collegio Pedro II.

Foi nomeado Promotor publico de Nova Friburgo. Como Secretario da Missão especial ao Rio da Prata e Paraguay acompanhou seu pae em 1869, 70 e 71. De 1869 até 1875 representou na Camara dos deputados a provincia de Matto-Grosso.

De 71 a 75 batalhou brilhantemente na imprensa como redactor da *Nação*. Em 1876 foi nomeado Consul geral do Brazil em Liverpool. Nesse posto dedicou-se ao estudo da historia e geographia do nosso paiz, tornando-se verdadeira competencia na materia.

Em 1884 foi Commissario do Governo na Exposição internacional de Petrograd. Com a proclamação da Republica foi nomeado Superintendente em Paris dos serviços de immigração para o Brazil.

Tempos depois foi nomeado Chefe da Missão especial,

em Washington, afim de defender os direitos do nosso paiz na questão de limites com a Argentina.

Em 5 de Fevereiro de 1895 ganhava a esplendente victoria das Missões, com a incorporação ao Brazil de 30.622 kilometros quadrados de territorio litigioso. Pouco depois foi nomeado Commissario brasileiro para colligir e preparar a memoria para a arbitragem com a França na questão do Amapá. Em 1893 foi nomeado Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto ao governo Suisso. Em Dezembro de 1900 vio coroados seus esforços por outra victoria incruenta, incorporando á sua patria 260.000 k.²

O Congresso Nacional declarou-o Benemerito da Patria e votou uma pensão annual para o erudito brasileiro. Passou a occupar o cargo de nosso Ministro em Berlim.

Em 1902 o dr. Rodrigues Alves, presidente da Republica, chamou o grande brasileiro para reger a pasta do Exterior, cargo que occupou sempre com superior destaque nos governos de Affonso Penna, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca.

Logo no primeiro anno de governo resolveu, pelo Tratado de Petropolis, a questão existente entre o Brazil e a Bolivia, aumentando o territorio nacional de 191.000 K.²

Entrou, em seguida, em negociação com o Perú para a solução de limites, adquirindo para o Brazil 403.000 K.²

E assim, uma em seguida a outra, alcançou o immortal brasileiro liquidar todas as questões de limites que pendiam de solução com nossos vizinhos. O grande chanceller conseguiu sem derramar uma só gota de sangue brasileiro, ampliar o territorio de nossa patria de 900.000 K.² Foram assignados, durante sua fecunda administração, trinta e tantos tratados de arbitramento.

Falleceu a 10 de Fevereiro de 1912.

Membro de varias associações scientificas e litterarias, deixou o illustre socio correspondente do nosso Instituto muitos trabalhos historicos e geographicos.

HENRI RAFFARD

Descendente de emigrados francezes, nasceu no Rio de Janeiro a 26 de Dezembro de 1851. Com a idade de 8 annos partio para a Europa. Fez seus estudos em Paris e Geneva. Dedicando-se á vida commercial fez varias viagens á Belgica e Allemanha.

Regressando á terra natal, fundou em S. Paulo uma casa commercial e lá se casou. Transferindo-se para o Rio de Janeiro foi por longo tempo secretario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Escreveu varios trabalhos historicos muito apreciaves.

Era socio correspondente do nosso Instituto. Falleceu em 1906.

Dr. JOAQUIM REMEDIOS MONTEIRO

A bordo do navio *N. S. do Soccorro*, em viagem de Moçambique para o Brazil, nasceu a 16 de Novembro de 1827 o Dr. Remedios Monteiro. Foram seus progenitores Joaquim Eleuterio Monteiro e D. Maria Thereza Monteiro. Estabelecendo-se seu pae no Rio de Janeiro alli fez o nosso biographado a sua educação litteraria, tomando gráo na Faculdade de Medicina em 1851. Logo após passou a clinicar na cidade de Rezende. Em 1855 partiu para a Europa em viagem de aperfeiçoamento. De regresso ao Rio, em 1858, contrahio matrimonio com uma filha do Chefe de Divisão Costa Pereira e desse consorcio nasceu-lhe uma filha. Em 1860 em tratamento de sua saúde alterada, esteve em Santa Catharina, onde grangeou grandes sympathias. Regressando a Rezende continuou sua clinica e uma collaboração assidua na imprensa local, debatendo assumptos de interesse geral. Em 1867 foi encarregado do estudo e estabelecimento de agua canalisada naquella cidade.

Voltou de novo a Santa Catharina como Cirurgião do

Exercito. Entre nós prestou relevantes serviços não só como medico humanitario e proficiente, mas tambem como lente de Geographia e Historia no Lyceu Provincial. Batalhou grandemente na imprensa da terra em prol do abolicionismo e de outras medidas de alta relevancia. Deve-lhe a Bibliotheca publica e a do Club «12 de Agosto» grandes beneficios com a offerta de livros. Só a primeira de uma só vez recebeu 160 volumes de obras importantes. Em 1873 foi nomeado para servir no Realengo, mas por motivos de molestia pediu demissão do Exercito, partindo em 1875 para a Bahia. Alli continuou a sua faina de batalhador incansavel, dedicando toda a sua actividade á sua profissão, á imprensa e aos livros, escrevendo interessantes artigos, biographias, etc. Em 1879 escolheu para sua thebaida a Feira de Sant'Anna onde, como Presidente da Camara, prestou inestimaveis serviços áquella localidade, como a criação de uma Bibliotheca publica, a abertura de avenidas. Era membro de diversas associações litterarias e scientificas do nosso paiz e do estrangeiro.

O nosso Instituto o tinha como socio correspondente Falleceu o distincto medico, que—na phrase de Taunay—deixou em Santa Catharina a mais justa e invejavel reputação de clinico, tão caridoso e desinteressado, quanto zeloso e proficiente, a 4 de Julho de 1901.

Coronel ERNESTO SENNA

Nasceu no Rio de Janeiro a 22 de Setembro de 1858.

Começou sua vida como empregado no commercio. Em seguida passou a trabalhar na Repartição geral dos telegraphos, na Secretaria do Hospital do Carmo e na Companhia Garantia dos Proprietaries.

A sua vocação, porém, era para a imprensa; iniciou-se no mester jornalístico entrando para o *Diario do Rio de Janeiro*. Em 1886 passou para o *Jornal do Commercio* como reporter, adquirindo, pouco a pouco, a grande nomeada que o cercava.

Foi um abolicionista extremado e grande propagandista da Republica.

Era socio de varias associações scientificas, litterarias e beneficentes.

Deixou varios trabalhos de real valor.

Era socio correspondente do nosso Instituto. Falleceu na Capital Federal a 19 de Outubro de 1913.

Barão HOMEM DE MELLO

Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, nasceu em Pindamonhangaba, estado de S. Paulo, a 1 de Maio de 1837.

Iniciou seus estudos em Minas, no Seminario de Mariana, em Março de 1847, terminando-os em 52. Matriculando-se na Faculdade de Direito de S. Paulo forma-se em fins de 1858. De volta ao berço natal foi eleito presidente da Camara Municipal para o bienno de 1860-61.

Entrou em concurso para lente de Historia Universal do Collegio Pedro II, e foi nomeado cathedratico em 1861. Tres annos após pedia exoneração do cargo. Presidiu as provincias de S. Paulo (1864), Ceará (65-66), do Rio-Grande do Sul (67-68) e Bahia (78). Nessa provincia relevantes serviços prestou com a organização do 3º corpo do Exercito para combater no Paraguay. Representou sua provincia na Camara dos deputados (67 e 68) e (78-81). Foi Director do Banco do Brazil (69, 74 e 76-78). Inspector de Instrucção publica no Rio. Como Presidente de E. de ferro S. Paulo-Rio de Janeiro conseguiu a ligação provisoria das duas cidades.

Como presidente do Bahia deixou seu nome ligado a muitos melhoramentos Ministro do Imperio em 1878, e de guerra em 81.

Em Abril de 1889 foi nomeado professor do Collegio Militar. Leccionou tambem na Escola de Bellas Artes. Com a republica afastou-se da politica. Era socio do Instituto Historico

Brazileiro, da Sociedade de Geographia, membro da Academia de Lettras e de muitas outras associações scientificas e litterarias. O nosso Instituto o contava entre seus socios correspondentes. Escreveu o illustre titular preciosos estudos historicos e geographicos.

Falleceu na estação de Campo-Bello, estado do Rio de Janeiro, a 4 de Janeiro de 1918.

Coronel EMILIO BLUM

Aos 57 annos de idade falleceu no Estado do Rio este illustrado socio fundador do nosso Instituto, a 6 de Março do anno corrente.

Filho de paes francezes nasceu no Rio Grande do Sul e desde muito moço radicou-se entre nós.

Grande abolicionista e ardoroso propagandista da Republica, com a penna e com a palavra muito se bateu pela realisação destes idéaes.

Politico militante, occupou em nosso Estado importantes cargos de nomeação e eleição. Foi Deputado estadual e federal, Vereador, Leader da maioria no governo Richard. Coronel honorario do Exercito pelos serviços prestado á legalidade. Esteve no cerco da Lapa ao lado do General Carneiro e de outros bravos. Orador, era de palavra facil e elegante. A sua maior actividade foi dedicada ao commercio. Foi um dos grandes propugnadores da ligação ferrea da Serra ao littoral. Casado com D. Maria José Fragoso, deixa quatro filhos, entre elles o nosso distincto consocio Dr. Heitor Blum. A noticia de seu passamento causou geral consternação em nosso meio social onde o extincto gozava de fundas sympathias. Ultimamente occupava entre nós o cargo de Agente do Lloyd Brasileiro.



Costa do Governo do

Rio da Prata até o Brasil

Entre muitos Jornaes de diferentes Nações, nós nos firmaremos aos de Emmanuel Figueredo, Portuguez, e de Theodoro Reuter, Hollandez que passam pelos mais exactos.

Figueredo conta 72 leguas do Cabo de Santa Maria ao Porto de S. Pedro, e não nomeia nada n'este intervallo. Reuter põe, a dez leguas do mesmo Cabo, uma outra Ponta e diante della duas ilhas, das quaes uma se chama Ilha dos Castilhos, e a apresenta de longe com a apparencia de um forte. Sua situação, diz elle, é a 34° 40' do Sul. Desta ilha elle conta 26 leguas até Marmanto; e 26 de Marmanto ao Rio Grande, que é o mesmo que S. Pedro. Toda esta costa que se estende entre Oeste e Norte é continuadamente bordada de pequenas alturas arenosas. Vê-se que a differença de calculo entre os dous Pilotos é de 8 leguas.

O Rio Grande, ou de S. Pedro, tem pouca largura em sua embocadura mas alarga nas Terras, e sobe para NO. até ao Paiz dos Indios, que se chama *Patos*. Encara-se-o como um dos mais profundos e dos mais navegaveis desta parte do Continente.

Em seguida Figueredo chama rio Tamarandahú, sem explicar a distancia; e Reuter conta dez leguas entre estes dous Rios. Figueredo, põe 14 $\frac{1}{2}$ desde Tamarandahú até o Rio *Iboipetihí*; d'ahi dez até *Arerangue*, e mais cinco até o rio de *Lagoa*.

Reuter conta quatorze de Tamarandahú até *Araranguá*, e nove de *Ararangué*, á *Lagoa*. Este ultimo rio, que outros cha-

mam o Porto de *Biaza* não recebe senão pequenos navios do lado que enclina para o Meio dia e apresenta uma pequena ilha, chamada *Reparo*, sob a qual fundeia-se commodamente em uma enseada.

De *Lagoa* a *Upaba*, oito leguas segundo Figueredo e 6 segundo Reuter.

Os hespanhões dão indifferentemente á *Upaba* o nome *Ibuasup* e o de Rio *Upaba*; fazem-no subir tambem até o Paiz dos *Patos*. Sua embocadura tem pouca largura, e não tem mais do que seis palmos d'agua, porém é mais largo e mais profundo no interior. De *Upaba*, Figueredo conta dez leguas á Ilha de *Santa Catharina* em frente da qual faz sahir o Rio *Patos* do Continente a 29° de latitude sul; mas Reuter só põe 7 leguas entre *Upaba* e Rio de *Patos*, que faz sahir em frente á Ponta meridional da Ilha de *Santa Catharina*.

Toda a costa que se vem de percorrer é habitada por anthropophagos, cuja maior parte é inimiga mortal dos Portuguezes e não são menos terriveis para os outros Europeus. Aquelles mesmos que receberam o jugo de Portugal não estão mais bem dispostos para os Estrangeiros das outras Nações.

De outra parte o mar sendo aqui muito tempestuoso e o frio muito vivo desde o mez de Março até o mez de Agosto, não se aconselha a ninguem de se aproximar desta Costa.

A Ilha de *Santa Catharina*, cuja descripção dei em outro tomo, estende-se de 8 leguas em comprimento, do Meio dia ao Norte, não tem absolutamente estação commoda do lado de Leste, exceptuando talvez sob uma pequena ilha, que borda sua parte meridional, e que se chama *Ilha do Arvoredo*, porque ella é revestida de um grande numero de arvores.

Encontra-se ahi agua e lenha em abundancia; socorros assaz raros nesta Costa.

De *Santa Catharina*, os dous Pilotos contam tres leguas até a ilha que chamam *Galé*. Depois do *Cabo Mendovi*, para o sul, Reuter colloca no Continente uma Bahia cheia de pequenas ilhas, que não é conhecida, diz elle, que sob o nome

de *Toyagua*; elle põe a situação deste Cabo a 28° 15' de Lat. Austral.

Do Cabo Mandiú, segundo Figueredo ao Nordeste para os que seguem a costa, encontra-se uma bahia que os Portuguezes chamam *Enseada das Garoupas* e d'ahi uma costa alta, até o rio que os indios chamam *Tajahug*. O intervallo é de seis leguas. Do rio *Tajahug* até o de *S. Francisco*, o mesmo navegante conta 27 leguas e faz sahir no intervallo o rio *Tapuca*. Reuter conta somente cinco leguas do Cabo Mandiú ao rio *Tajahug*, e representa aqui a costa entre Oêste e Norte.

Colloca no intervallo uma grande bahia que chama *Garoupas*. O rio *Tajahug*, segundo sua observação, está a 28° de lat. austral.

O de *Tapuca*, que o segue na mesma Costa não é conhecido até o presente que de nome. D'ahi ao rio *S. Francisco*, Reuter conta doze leguas, entre NO. e NE; elle dá ao rio de *S. Francisco* duas embocaduras, que tem duas leguas de comprimento até o mar e que são fechadas por tres ilhas de maneira que os navios ahi entram do sul e do norte. O primeiro destes dous canaes, isto é o que se entra do sul se chama *Araçari*, e o outro *Bopitanga*, mas este rio é pouco frequentado pelos navegadores.

Do rio *S. Francisco* ao Lago de Parnaguá, Reuter conta doze leguas, Figueredo quinze.



MESTRE VALENTIM

E A

ARTE CATUARINENSE

PELO

Contr'Almirante Henrique Boiteux

A inauguração da herma de Valentim da Fonseca e Silva, o glorioso architecto nacional que delineou e construiu o Passeio Publico, vem trazer á lembrança os nomes de dous outros dignos obreiros, que associados a elle, formavam a trindade artistica verdadeiramente brasileira, para, naquella local tão cheio de encantos, deixar esculpido um ideal patriotico que pouco depois se realizaria.

Approvados pelo então Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza os riscos e modelos de toda a parte architectonica do projectado jardim, foram, por indicação de Valentim, incumbidos da ornamentação dos dous pavilhões quadrangulares que se levantam nas extremidades da varanda do dito passeio, fronteiro ao mar, Francisco Xavier Cardoso Caldeira, o *Xavier dos Passaros*, artista primoroso em trabalhos de pennas e escamas de peixe, ensinados pela familia Silva Mafra, e Francisco dos Santos Xavier, o *Xavier das Conchas*, não menos afamado, pela sua habilitade em trabalhos de conchas.

Segundo a descripção feita pelo Dr. J. M. de Macedo, vemos que o pavilhão da direita era denominado «Apollo» e o da esquerda «Mercurio».

Iguaes e semelhantes no exterior, os dous pavilhões differiam completamente nos seus ornamentos do interior.

O tecto do pavilhão da direita dividia-se em cinco

grandes quadros, dos quaes o culminante era quadrado e os quatro lateraes trapezoides e todos elles enfeitados de arabescos, palmas e flôres, sobre fundo branco, tudo tão perfeitamente acabado que produzia uma suave illusão, avultando o seu merecimento, por serem as palmas, flôres e arabescos formados de pennas de diversas côres. As sobre-portas, do mesmo modo se mostravam formadas das proprias pennas delles; á meia altura das paredes, emfim, apreciavam-se lindos quadros elypticos feitos a p'ncel, representando differentes fabricas e officinas do paiz.

No pavilhão da esquerda notava-se identica disposição nos ornamentos; estes, porém, eram de outra natureza; nos cinco grandes quadros do tecto as conchas substituíam as pennas, e o fundo, em vez de ser branco, tomava a côr azul; nas sobre-portas viam-se baixos-relevos de peixes dos nossos mares, feitos com as proprias pelles e escamas. Os quadros elypticos representavam as maiores armadas que tinham até então entrado na bahia do Rio de Janeiro, o incendio de embarcações e, finalmente, formosas vistas de sitios romanescos do littoral e do interior.

Todos estes encantos de arte gozavam-se tambem de noite, ao clarão de oito lampeões trabalhados com esmero e collocados na extensão do terraço.

A cascata e todas as obras de arte, que no jardim se ostentam, são triumphos do mestre Valentim. Todos os trabalhos de pennas, conchas e escamas pertenciam a Xavier Caldeira e Xavier dos Santos e «encantavam pela sua delicadeza e perfeição, chegando os baixos relevos a parecerem obras da natureza do que de arte.

Valentim e os dous Xavier tinham-se comprehendido e, ligados pelo mesmo pensamento, haviam executado as suas difficilimas tarefas, em tudo e por tudo *bravamente*, como propuzera «aquelle mestre».

Orgulha-se Santa Catharina de ter sido berço de Francisco Xavier Cardoso Caldeira e de ter sido alli que Francisco dos Santos Xavier aprendeu a arte que tanto o distingueo.

Francisco Xavier Cardoso Caldeira não só era artista como foi um scientista notavel.

Deixou elle, no dizer do illustrado Dr. Ladislau Netto, pranteado Director do Museu Nacional, na memoria de seus compatriotas como na antiga metropole tambem, a fama que deixa na terra uma intelligencia productiva e nma honestidade immaculada.

Nesse obreiro da sciencia, que tinha no rosto, como na alma, a contemplativa placidez que sóe implantar no espirito humano o exame da natureza, encontrou D. Luiz de Vasconcellos, Vice-Rei do Brazil, o homem talhado para crear e dirigir o museu de historia natural que resolvera fundar no Rio de Janeiro.

E nenhum outro, por seus acendrados conhecimentos e extremado amor ao trabalho, se achava tão nos casos de promptamente pôr em execução a idéa daquelle Vice-Rei do que o erudito Francisco Xavier Cardoso Caldeira, o Ilhéu *Barriga-verde*.

Emquanto, porém, occupava-se o Vice-Rei na construção do projectado edificio com os sentenciados das prisões da Capital, ás instancias de Cardoso Caldeira improvisou junto á dita edificação um deposito de productos zoologicos do Brazil, destinado, sobretudo a enriquecer as colleções brazileiras do museu da metropole, para o que havia recommendado aos governadores das capitancias a remessa de especimens raros.

Chamou-se officialmente o citado deposito—Casa de Historia Natural—que tornou-se conhecida do povo pelo suggestivo nome de *Casa dos Passaros*.

Com o titulo de Inspector, tendo sob suas ordens dous ajudantes, tres serventes e dous caçadores, foi en-

carregado da direcção do incipiente museu o distincto Catharinense, que assim podia, em campo proprio, revelar os seus estudos taxidermicos e ornithologicos, a que se dedicára especialmente. e ainda grangear outros para transmittil-os, como fez, áquelles que a elle foram pedir.

Incansavel na sua obra, zeloso e dedicado em extremo, não se poupava o naturalista para que o improvisado museu em pouco tempo se tornasse o mais completo relicario ornithologico brasileiro. A's vezes, quando a caçada havia sido abundante, trabalhava até depois de meia noite, para poder aproveitar as pelles, antes que apparecessem symptomas de putrefacção nos animaes e nesse dia todos se tornavam preparadores, inclusive os serventes, que eram caboclos escolhidos no Arsenal de Marinha.

Francisco Xavier Cardoso Caldeira, ainda no dizer do Sr. Ladislão Netto, bem pôde ser apontado como primeiro representante da admiravel predisposição dos naturaes de Santa Catharina para a confecção de objectos artisticos, de conchas, de pennas e de escamas, com que hão adornado as composições industriaes do Rio de Janeiro.

Durante vinte annos dirigio Francisco Xavier, vulgarmente conhecido por *Xavier dos Passaros*, a Casa de Historia Natural, accumulando, pacientemente, com amor e carinho, em seus mostruarios milhares de exemplares de passaros e de muitos outros animaes.

Falleceu este illustrado Catharinense em 1810.

Parece que sua morte arrastou a do museu, porque a *Casa dos Passaros* foi extincta, sendo destinada desde logo para officina de lapidaria: é que para a gananciosa côrte que acabava de chegar, qual bando de abutres esfaimados, mais valia o brilho das pedrarias arrancadas á terra do que as ricas e vistosas pennas das aves que povoavam as florestas.

As collecções tão pacientemente organizadas e classificadas por Francisco Xavier foram retiradas dos armarios, deixando desde então de figurar aos olhos deslumbrados do publico, para encaixotadas, sem o menor cuidado, por pessoas inconscientes do valor dellas, serem remettidas e entregues fóra á guarda de dous ajudantes do Dr. Luiz Antonio da Costa Barradas, seu substituto, os quaes nunca mais lhes puzeram os olhos no quarto onde as haviam emparedado e cuja entrada lhes foi formalmente vedada.

A incuria e o desleixo destruíram o trabalho de vinte annos do abnegado naturalista.

Poucos annos depois, tendo-se encarregado o General Napión de examinar as ditas collecções, apenas achou elle em estado de imperfeita conservação cerca de cinquenta exemplares, dos mil passaros e de muitos outros animaes que alli tinham sido depositados.

Por iniciativa do illustrado General e sua propria coadjuvação, foram os restos de tão rico patrimonio conduzidos ao Arsenal do Exercito e conservados algum tempo naquelle estabelecimento, juntamente com uma bella colleção mineralogica e instrumentos de physica e chimica. Estes salvados daquella derrocada bem pouco tempo allí se conservaram, pois foram destruidos como impres-taveis.

Como discipulo deixou Francisco Xavier Cardoso Caldeira a João de Deus Mattos que herdou do afamado mestre todas as virtudes e qualidades. Quasi menino recebeu desse mestre as primeiras lições de taxidermia na propria casa de Historia Natural ou dos *Passaros*.

Occupou as funcções de porteiro e guarda, sendo preparador desde 1814 no gabinete physico e mineralogico dirigido pelo sabio João da Costa Azevedo, por ter sido discipulo e depois ajudante de Francisco Xavier. Chegou a ser director interino do Museu creado mais tarde.

Francisco dos Santos Xavier, o digno companheiro de Cardoso Caldeira, sentou praça de soldado e em Santa Catharina, onde se conservou em serviço activo por mais de 32 annos, subindo successivamente aos postos de cabo de esquadra, condestavel, almoxarife das fortalezas e Ajudante de auxiliares. Durante esse tempo desempenhou diversas commissões difficeis e importantes, e entre estas a de examinar se era possível estabelecer navegação entre a serra e a costa do mar, rompendo-se as lagoas para fazer communicar a villa da Laguna com o rio Tramandahy, serviço este que só actualmente e muito morosamente, por falta de recursos, se vai fazendo.

Francisco Xavier executou a commissão a pé caminhando cerca de 50 leguas por pantanos, desertos, rios e lugares quasi intransitaveis, conseguindo apresentar em 17 de Fevereiro de 1765 um roteiro, em que deu informações detalhadas de todo o terreno.

Sendo sargento, commandou por espaço de 9 annos a fortaleza de N. S. da Conceição da Barra do Sul, hoje Araçatuba, e fez á sua custa nessa fortaleza um armazem e dous quarteis. Promovido em 27 de Junho de 1776 a ajudante do Terço de infantaria e cavallaria de Santa Catharina, teve de andar pelas freguezias disciplinando os soldados.

Tendo obtido tres mezes de licença, veio Xavier, muito a proposito, ao Rio de Janeiro, porque o Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza, conhecendo o seu grande prestimo, o encarregou, por portaria de 18 de Outubro de 1787, de trabalhos na obra do Passeio Publico e mandou que se lhe pagassem os seus soldos em quanto elle se demorasse na cidade do Rio de Janeiro, occupado naquelle serviço.

Já ficou dito como foram executados os trabalhos; a arte mimosa dos Cathar.nenses. aprendida por Francisco

Xavier, triumphou: tão famoso se tornou o artista re mereceu ser conhecido por *Xavier das Conchas*.

Por portaria do mesmo Vice-Rei, datada de 17 de Outubro, confirmada por patente dadá pela Rainha D. Maria a 13 de Fevereiro de 1789, foi promovido a Capitão de infantaria e Governador da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro, e encarregado da inspecção da Real Fabrica das Armas da mesma fortaleza, sendo a 15 de Junho de 1790, por portaria do Vice-Rei Conde de Rezende, reformado no mesmo posto com meio soldo dessa patente.

Continuou todavia no commando da fortaleza, onde foi encarregado de algumas importantes commissões como, por exemplo, do fornecimento dos petrechos bellicos para as náos e fragatas da esquadra real, e coube-lhe tambem a guarda de presos da Inconfidencia e outros.

Por portaria do Vice-Rei, datada de 16 de Outubro de 1801, foi promovido a Tenente-Coronel, com soldo de Sargento-mor, continuando a commandar a fortaleza da Conceição, sendo-lhe contado aquelle soldo desde 18 de Março de 1801, por carta régia de 18 de Maio de 1802.

Francisco dos Santos Xavier casára e enviuvára em Santa Catharina e dalli trouxera para o Rio de Janeiro dous filhos, fructos da sua legitima união.

Falleceu a 5 de Junho de 1814, sendo Tenente-Coronel e ainda Governador da fortaleza da Conceição.

Eis como a arte, outr'ora tão cultivada pelos Catharinenses e que embora hoje, um tanto desprezada, contribuiu para realce e encanto da obra de Valentim da Fonseca e Silva.



CARTAS A CERCA DA PROVINCIA DE S. CATHARINA

POR

JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS SILVA

(Continuação do Vol. VI---1917)

CARTA N. 22

Snr. Redactor

Finalmente principio. Não obstante a bem merecida risada não deixão o laconismo e a phrase de para mim serem precisos, nas varias accepções do termo: por que um satisfaz-me a necessidade de tirar o vezo das travesuras â penna, que ainda, qual Estudante á final remido dos Mestres, cuida estar em férias; e a outra indica sufficientemente o fim para recommear o Assumpto, cujo fio agora vou atar na minha Carta n. 18 publicada no anno passado; na qual prometti algumas observações respectivas ao que transcrevi de pag. 383 e 384 dos cit. Annaes; e serão:

Não sei como o A., tendo diante de si a propria explicação e applicação da phrase *accessões industriaes*, que diz de origem e vigor em S. Paulo, não suspeitou, que algumas dessas, assim dittas suas patricias, tivesse inspirado algum dos dizeres dessa Publicação, que de preferencia tomou por guia, desprezando a unica *regulação legal*, que igualmente tinha diante de si na Provisão de 20 de Novembro de 1749, que lhe dava os limites legais, bem definidos pelo Rio Negro, que se mette no *grande da Curitiba ou Iguassú*; limites legais que o A. anela e por isso devidamente prasma os de arbitrarios convenios das Camaras; os quaes com tudo não se appresentão, nem ao menos se lhes refere a data, ou os interventores. talvez porque o unico seja o que eu conheço

de 2 de Maio de 1771 entre a Camara do rio S. Francisco, parte da Provincia de Santa Catharina, e a Camara de S. Luiz de Guaratuba, parte da Provincia do Paraná, pelo qual a primeira cedeo á de Guaratuba todo o terreno que medea entre o rio Guaratuba (que em 1720 lhe fóra assignado para divisa pelo Ouvidor R. P. Pardinho) e o Rio Sahy, que desde então ficou sendo divisa entre os dous municipios por uma linha tirada da barra a rumo de leste-oeste até a Serra entre os morros Araquára e Ikrem, divisa hoje entre as duas Provincias no litoral até a Serra, e que se for continuada além da Serra no mesmo rumo, mostra exacta ou approximadamente a divisa pelo Rio Negro e Iguassú, salvo os accidentaes desvios destes Rios: limites sabia e geographicamente marcados; e pela cit. Provisão de 20 de Novembro de 1749 legalisados; convenio por certo, que em questão de limites só á Santa Catharina convem fallar, por ter sido a Camara de S. Francisco quem cedeo terreno; convenio, semelhante ao qual, nenhum houve da Serra para o Oeste, o que não receio affirmar, tanto por que tenho em meu poder e fornecerei as provas (cujo conhecimento devo aos Ilmos. Srs. Jorge Trueter e Major Antonio Saturnino de Souza e Oliveira de Lages que convencidos da utilidade publica, a que este meu trabalho se dirige, teem feito grandes esforços por ministraremme os meios de o tornar mais proficuo) como por que o Exmo. Presidente de S. Paulo respondendo em 21 de Setembro e 5 de Dezembro de 1844 ao desta Provincia que lhe havia pedido esclarecimentos, nenhum menciona e se refere a informações diversas; por que em outra Publicação tambem (como essa que o cit. A. refere) mandada imprimir pela Assembléa Provincial de S. Paulo, houve o attrevimento de faltar-lhe ao decóro, viciando o documento, que ella mandára imprimir, mettendo-lhe a innegavel cunha, que appon-tei (C. n 8); e porque provavelmente existirão tanto como as que a Falla da Provincia do Paraná em 1855 e supra cit. Officios de 1844 attribuem a Raphael Pires Pardinho, o qual (Carta n. 14) já em 1726 tinha sido substituido na Ouvidoria de Paranaguá por A. A. Lanhas Peixoto, e que desde 1747, ou antes (Cartas n. 6 e 7) já se achava em Lisboa Membro do Conselho Ultramarino; ou attribuem a Manoel José de Faria, primeiro Ouvidor des-

pachado (C. n. 18) para vir crear a Ouvidoria de Santa Catharina (C. n. 2) e exercel-a como exerceo desde o 1º de Junho de 1750, em que tomou posse, até 7 de Março de 1762 em que tomou posse o seu successor Duarte de Almeida Sampayo que a seu turno servio até Agosto de 1773, em que falleceo; e nem esse M. J. de Faria ousaria (C. n. 7) desviar-se, em desproveito da propria jurisdicção dos tão bem definidos limites marcados na Provisão de 20 de Novembro de 1749 (tambem data da nomeação delle) que viera expressamente a cumpri-la, como cumprio, tanto pelas razões dittas como por que nenhuns interesses então havia que indicassem a necessidade de tractar disso, pois que isso a que se chamou criação da Villa de Lages só teve logar em 1771 como direi quando tractar della; quanto á Capitania de S. Paulo acabava de ser *extincta* (Mr. Pizarro T. 8 pag. 285, referindo-se á R. Provisão de 9 de Maio da 1748) como se deprehende ou vê confirmado pela Ordem Regia de 17 de Junho de 1747 (Carta n. 7) dirigida a Gomes Freire de Andrade Governador Geral de Rio de Janeiro, então superior dos Ouvidores do Paranaguá e Santa Catharina, e Carta deste de 12 de Maio de 1750 distribuindo e encomendando a esse mesmo M. J. de Faria por competir-lhe pela novissima cit. Provisão de 20 de Novembro de 1749 a execução daquella Ordem Regia ;extincção, que continuou até 1763, morte do ditto Governador, e continuou no tempo do seu successor o Vice-Rei Conde da Cunha, a cujas instancias foi restabelecida essa Capitania de S. Paulo na pessoa do Morgado de Matheus D. Luiz, que só desembarcou em Santos em 1765 ou trez annos depois que o ditto Faria tinha entregue a Ouvidoria ao seu successor Sampaio; interesses, que tambem não havia militarmente, por que os do Governador de Santa Catharina, subalterno tambem do do Rio de Janeiro, se achavão definidos e reconhecidos já desde a tempo do Governador José da Silva Paes, a quem fora, secundariamente ao Governador do Rio de Janeiro, dirigida a Prov de 9 de Agosto de 1747 (Carta n. 6) nas terras adjacentes já a mesma Ilha desde o Rio de S. Francisco do Sul até o Serro de S. Miguel e no sertão correspondente a este Districto até os Espanhões confinantes; e continuavão a sê-lo no tempo do successor Manoel Escudei-

ro Ferreira de Souza (Carta n. 2) a quem o Secretario de Estado Marcos Antonio de Araujo Coutinho em resposta ao seu officio de 18 de Fevereiro disse em Aviso de 20 de Novembro de 1749 «... e devo advertir-lhe, que não he preciso, que os Cazaes que se forem mandando, se accomodem todos nessa Ilha, antes devem formar-se os logares em que houverem menos difficuldades e mais conveniencias para o seu primeiro estabelecimento desde o Rio de S. Francisco até o Forte de S. Miguel. » (Este Forte he em uma altura perto da Lagoa Mirim, do qual terei a fallar em relação ao que eu disse na Carta n. 7 pois deste Aviso combinado com outro anterior me esclarece um tanto a cerca do Bispado de S. Paulo).

Tornando pois ao Ouvidor Faria, não sei como em taes circumstancias se possa suppôr quee lle sem nenhuns interesses pendentes, oussasse tocar em limites, e nem sei melhor como as informações puderão dar lugar ao seguinte trecho da Falla do Paraná em 1855: « Chamei o anno passado vossa attenção sobre a *questão* de limites, que esta Provincia move, *contra toda a justiça*, a de Santa Catharina e tenho por sem duvida, que somente a grande affluencia de negocios, cada qual mais interessante e necessario ao novo estado de cousas resultantes da creação da Provincia, pode desviar vos do *exame*, que *solicitava* uma questão de tamanha gravidade para os interesses da terra, que representaes »

«*Isto por esse exame* e espero que na presente sessão envieis aos Poderes geraes a expressão genuína dos interesses da Provincia, nesse importante negocio.»

«Se o Poder competente houvesse de cingir-se em sua decisão ao que sobre a materia *existe de facto e de direito*, nada mais distituido de fundamento do que a pretensão da Provincia de Santa Catharina, conhecidos os terrenos da questão.»

«Com effeito por ter-se desannexado da Provincia de S. Paulo o Municipio de Lages, para ficar pertencendo á de Santa Catharina, he que esta ultima levanta as suas aspirações ao dominio dos terrenos ao sul do Iguassú.»

«Ora a descoberta do Municipio de Lages (erecta em 1771) he mui antiga, sendo a primeira designação de seus limites obra do Ouvidor «(Conselheiro Ultramarino em 1747 a 1758 ao menos)» Raphael Pires Pardiniho, rectifi-

cada por seu successor (1^o Ouvidor da Comarca da Ilha de Santa Catharina 1750 a 1762) Manoel José de Faria, e a descoberta dos terrenos que demorão ao Sul do Iguassú (Rio que a Prov. de 20 de Novembro de 1749 marcou com o seu afluente Rio Negro para divisa septentrional da Comarca, hoje provincia de Santa Catharina) é accrecimento de recente data, *como ninguem ignora*.

« Passando logo o Municipio de Lages a fazer parte da Provincia de Santa Catharina com os seus antigos limites“ (Rio Negro e Iguassú cit. Prov.)“ como podem estes comprehender terrenos, de que não cogitarão *Pardinho*, nem Faria, por serem então absolutamente desconhecidos.“

A respeito do qual eu perguntarei se haverá por ahi alguém, que accredite ou mesmo admitta a possibilidade de que *Pardinho*, Collaborador, e Faria 1^o cumpridor da Provisão de 20 de Novembro de 1749, que marcou o Rio Negro e o Iguassú como divisa septentrional da nova Comarca e hoje Provincia de Santa Catharina não *cogitarião* dos terrenos ao sul dessa divisa? Como he que elles puderião formar idéa de divisa e septentrional sem conjecturar que havia alguma couza austral a que essa divisa fôsse applicavel? E se o Leitor olhar na Provisão de 9 de Agosto de 1747 (Carta n 6) e attender as phrases *no sertão correspondente* ao rio de S. Francisco, cujo cubatão está approximadamente na parallela do Iguassú, ao sul do qual existe esse *territorio* (de Lages, confinando com os Espanhoes, cit. Prov.) até á Colonia, então (Aviso de 14 de Setembro de 1748) pertencente ao Bispado de S. Paulo; e se além destas phrases attender á intelligencia, que se deriva de outras espalhadas por esta correspondencia, e nesses Sertões, que orientalmente bordão os Rios Santo Antonio e Pepiri, á existencia de Pepe Pires em 1752, ou cerca (Carta n. 3), que provavelmente foi esse José Raposo Pires, que figurou na criação da Villa de Lages em 1771 e depois por annos na sua governança, estou convencido de que o Leitor convirá, em que esse transcripto trecho da Falla do Paraná em 1855, com essas tão graves accusações á Provincia de Santa Catharina, nunca teria sido escripto se o exame, por que nelle se insta, tivesse sido prévio.

Refiro-me acima ao Aviso de 14 de Setembro de 1748; he do Secretario de Estado Marcos Antonio de Araujo Coutinho em resposta a varios officios do Governador de Santa Catharina José da Silva Paes diz-lhe, que a cerca dos desertores dos navios Francezes e Espanhoes o expediente que convinha seguir era mandal-os "muito pela terra dentro" dando-lhes sesmarias para isso os convidar, aos Espanhoes para a parte da Curitiba e aos Francezes para a parte de Tibiquari e Vião; e que a cerca a jurisdicção Ecclesiastica destas terras devem cessar as disputas na certeza de que per ora esta costa até a Colonia pertencia ao Bispado de S. Paulo, porque assim foi determinado na Bulla de divisão do Bispado do Rio de Janeiro, e S. Magestade. que alcançou da Sé Apostolica "faculdade para regular os limites destes Bispados, conforme julga conveniente, não tem até o presente ordenado diversamente nesta materia. Deste Aviso, combinado com cit. Prov. de 1747 (Carta n. 6) vê-se claramente que o Governo de Santa Catharina abrangia todo o litoral desde o Rio de S. Francisco do Sul até o Serro de Miguel, e o sertão correspondente a esse litoral até encontrar os Espanhoes confinantes ou na phrase das Cartas Regias de doação em 1535 e de confirmação em 1692, até onde chegassem as conquistas d'El-Rei; e o Bispado de S. Paulo abrangia todo esse sertão ou territorio até a Colonia.

O Aviso, já em parre transcripto do mesmo Secretario de Estado em 20 de Novembro de 1749 em resposta ao Governador M. Escudeiro F. de Sousa. que succedeo a Paes, dizendo que esse litoral he desde o Rio de S. Francisco até o forte de S. Miguel, precisou ao Serro em que este fora levantado o Serro de S. Miguel a que se referia a cit. Prov. de 1747 (Carta n. 6.): e mostra evidentemente, que o Governo deste Governador abrangia o mesmo territorio, que o do seu predecessor; e continuando o mesmo aviso diz: «S. Magestade attendendo ao que Vm. representa he servido, que por ora fique sujeito esse governo e os mais, que depois d'elle se seguem para o Sul ao Bispado do Rio de Janeiro: e n'esta conformidade aviso ao Governador e Bispo daquella Cidade e ao Cabido de S. Paulo »

Esta alteração na Jurisdicção Ecclesiastica teve o seu

effeito, como além do facto geralmente sabido e em successão chegado até nós, e do referido por Mr. Pizarro T. 3. p. 8 de ter sido creada a Comarca Ecclesiastica de S. Francisco antes de 1751, isto he, logo depois da chegada d'essas ordens a que se refere esse Aviso de 20 de Novembro de 1749. dá prova irrecusavel da sua legal execução o Aviso de 29 de Julho de 1754, que declara a respeito das Congruas dos Parochos, Coadjuutores e Sacristães das Freguezias dessa Ilha — e seu continente, —, que não se podia resolver nada porque he negocio que toca á Meza da Consciencia, á qual devem requerer os sobreditos, ou ao Bispo do Rio de Janeiro, que he o seu Prelado.

Chamarei agora a attenção dos leitores para considerarem juntas essas diversas disposições legaes, que deixo referidas e verão que a provisão de 1747 inculca ao governador de Santa Catharina o seu districto do Rio de S. Francisco para o Sul com o correspondente sertão em rumo de Leste-Oeste até os confins Espanhóes e assim inegavelmente o territorio, então sertão, onde hoje está Lages e seu termo. Que o citado Aviso de 14 de Setembro de 1748 diz-lhe que esse seu districto pertence ao Bispado de S. Paulo em quanto S. Magestade não deliberar o contrario.

Que n'essa cit. Prov. se determina que informe sobre novas comarcas, e que assim he natural e indubitavel que essas informações havião de ser dadas tanto pelo Governador de Santa Catharina, como pelo Governador geral do Rio de Janeiro, que assim o era de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Que em virtude d'essas informações foi expedida a Provisão de 20 de Novembro de 1749 creando a Comarca de Santa Catharina dando-lhe por limites os mesmos que tinha o Governo de Santa Catharina e descrevendo-lhes os limites mais explicita e precisamente, ao Sul em vez de — Serro ou Forte de S. Miguel — os montes que desaguão para a lagôa Imeri; e ao norte em vez da — linha Leste Oeste do Rio de S. Francisco — o cubatão do mesmo rio e pelo Rio Negro e Iguassú (Carta n. 2). E nesse mesmo dia que o Conselho Ultramarino expedia esta provisão amoldando os limites da nova Comarca aos do Governo de Santa Catharina, expedia a Secretaria de

Estado em nome de S. Magestade ordens para que os mesmos limites fossem os da divisão Ecclesiastica entre o Bispado do Rio de Janeiro a que ficava pretendendo esse districto, agora desligado de S. Paulo. como se vê dos dous trechos acima transcriptos do Aviso de 20 de Novembro de 1749. E mais resumidamente que desde então forão essas as divisas Militar, Judicial, e Ecclesiasticamente postas entre a Provincia de Santa Catharina e a de S. Paulo; e que assim forão practicamente cumpridas onde alcançava a população; pois nos Sertões não havia quem as praticasse, e assim ahí só servirão quando lá chegasse a população, que deveria, ainda no caso das cit. accessões industriaes do Visconde de S. Leopoldo, submeter-se ás determinações das Leis preexistentes.

Ainda que acima eu não attribua essas divisas septentrionaes da Provincia tambem á administração da Fazenda Real ou Publica não foi porque não o deprehendesse da Legislação, que bem salientemente as incute nas expressões da já transcripta Prov. de 9 de Agosto de 1747 (Carta n. 6): «Hei por bem ordenar, que na alfandega do Rio de Janeiro, o que tambem mando executar na de Santos, haja um livro separado de Registo, em que se assentem todas as fazendas, que d'esses portos se transportarem para o da Costa do Sul do Rio de S. Francisco para diante até o de S. Pedro inclusive... e me dêem annualmente conta por este conselho... e outro sim que acabado o contracto actual da "Comarca de S. Paulo", em que presentemente se inclue os Dizimos daquelles districtos do Sul, se faça ramo a parte..., que tambem indubitavelmente mostrão o espirito governativo da epocha e da subsequente Legislação e administração; mas por me faltar base tão precisa como para as outras; pois que o 1.º Livro de Registo da Provedoria aberto pelo 1.º Provedor de Fazenda Felix Gomes de Figueiredo em 8 de Agosto de 1778, declara perdidos na invasão os livros de Registo, que havia; no entretanto esse mesmo Livro no Registo da correspondencia anterior havida com o Conde de Bobadella, durante a passagem deste, estada no Sul, e volta para o Rio de Janeiro não deixa duvida de que essa Repartição de Fazenda já existia em 1752, e a Provisão seguinte: D. José... Faço saber a vós Governador da Ilha de Santa Catharina... Fui servido por

resolução de 30 de Outubro do presente anno em Consulta do meu C. Ultramarino ordenar ao provedor da Fazenda Real do Rio Grande de S. Pedro mande á Provedoria dessa Ilha tudo o que lhe pedir necessario para a subsistencia e conservação dessa mesma Ilha. De que vos aviso para que assim o tenhaes entendido e haver n'esta materia a devida arrecadação nessa Provedoria, na qual se registrará esta ordem. El Rei N. S. o mandou pelos.... Lisboa 20 de Novembro da 1750... Cumpra-se como S. Magestade que Deos Guarde manda, e se registre na Provedoria. Desterro 21 de Março de 1571. M Escudeiro F. de Souza» mostra, que em 30 de Outubro de 1750 já em Lisboa se sabia da existencia das duas Provedorias no Rio Grande de S. Pedro e em Santa Catharina; e para estas Provedorias reverterão tambem a cobrança dos Dizimos e mais rendimentos, como de seguites ordens que seria longo inunmerar e de que não ha duvida. E assim concluo esta carta na persuasão de ter demonstrado que por essas ordens Regias e disposições e consequente cumprimento q' não podia deixar de dar-se-lhes, e se lhes deo,) ficarão por esse tempo (cerca de 1750) de facto e de direito, tendo por divisas legaes dos seus limites septentrionaes, o Cubatão do Rio de S. Francisco do Sul, e pelo Rio Negro e Iguassú até os confins Espanhóes, sujeito as duas Provincias do Rio Grande do Sul e de Santa Catharina (Militar, Financeira, Judicial e Ecclesiasticamente) sómente as suas Authoridades locaes, e estas subordinadas respectiva e sómente ao Governador geral (e mais tarde ao Vice-Rei) Bispo e Repartições superiores do Rio de Janeiro. Isto quando S. Paulo não era Capitania, e nem foi até 1765 em que, como já disse, deixou de ser parte subalterna da do Rio de Janeiro, pela nomeação do Morgado de Matheus D. Luiz, que chegando a Santos em 20 de Junho e recebendo do Governador subalterno e unico do districto de S. Paulo o respectivo Governo, começou a obrar em consequencia (M Pizarro T. 8 p 286 e 287) e só em 7 de Abril do anno seguinte foi reconstituir a nova Capitania geral na Cidade de S. Paulo, prestando Juramento na respectiva Camara, que então começou de novo a ser da Capital da restabelecida Capitania geral.

BIBLIOGRAPHIA

Desobrigando-se cabalmente de honrosa incumbencia ra que havia sido convidado pelo Governo do Estado, intermedio da Secretaria Geral, acaba o nosso digno consocio Dr. Jacintho A. de Mattos, Engenheiro agronomo e Inspector agricola entre nós, de apresentar um minucioso e importante estudo sob o titulo — "Colonisação do Estado de Santa Catharina-Dados historicos e estatisticos (1640-1916)."

Compulsando copia immensa de documentos esquecidos já em nossos confusos archivos, conseguiu o paciente escavador enfeixal-os em 241 paginas, apresentando-nos um historico bem apreciavel de todos os nucleos coloniaes estabelecidos em nossa terra, já no tempo do regimen colonial portuguez, já no imperio e na republica, tanto pelo governo geral como pelo provincial e, depois, estadual.

Alem disso reuniu quadros estatisticos, relações nominaes dos colonos, tabelas das despezas e receitas, producção agricola, etc, que tornam o seu trabalho muitissimo interessante. A obra preciosa do illustrado consocio apresenta todos os elementos indispensaveis a um juizo amplo e completo do valor real da immigração no desenvolvimento economico do nosso Estado.

A "Colonisação do Estado de Santa Catharina" é um trabalho que dá nitida ideia da competencia e cultivo do seu operoso autos. Apresentando os nossos cumprimentos ao digno consocio, agradecemos o exemplar de seu trabalho offerecido á Bibliotheca do Instituto e fazemos votos para que não arrefeça nunca o interesse e o carinho que tem manifestado sempre pelas cousas do nosso Estado.

A Abrilada em Santa Catharina

(UM DOCUMENTO)

«Illmo. Sr. José Gonçalves dos Santos Silva.—Tendo em consideração o pedido de V. S. acerca da sedição militar que teve lugar nesta Cidade na noute de 22 d'Abril de 1831, não posso deixar de encontrar-me, em parte, do que a respeito escreveo o major Manoel Joaquim d'Almeida Coelho, na sua "Memoria Historica da Provincia de Santa Catharina", impressa em 1856, porque a fls. 76 e 77 faz disso especial descrição, não obstante haver algumas inexactidões: a fls. 84 da sua "Memoria", tratando dos Ouvidores, diz "Agostinho de Souza Loureiro: tomou posse a 29 de Novembro de 1829". Quando eu cheguei a esta Cidade apresentei-me com o meu passaporte ao Ouvidor, que então era Loureiro, no dia 10 de Novembro de 1829, que me pôz no passaporte o —visto—, o qual ainda hoje conservo.

Chegando a esta Cidade a noticia da abdicação do Snr. D. Pedro 1º, representava-se no Theatro Particular, que então era na rua do Senado, em a casa que hoje pertence a Viuva do Major Sarmento, a Comedia "Frederico 2º Rei da Prussia, em Habelawert, no Condado de Glatz", por Falmeno; a qual, a pedido do Sr. Miguel de Souza Mello e Alvim, pela noticia foi repetida, apresentando-se as Sras. com ramos de Caffé no peito: toda a Cidade espontaneamente se illuminou: eu tinha relações com quasi todos os officiaes dos Corpos ns. 10 e 13 aqui então estacionados; aquelle tinha a poucos dias vindo da Freguezia de S. Antonio para a Cidade, por que quando chegou aqui em retirada de Montevidéo, esteve primeira-

mente aquartelado na Armação da Piedade, da qual. em consequencia da difficuldade de communicação com a Capital mudou-se para Santo Antonio, d'onde, como acima digo. a poucos dias havia-se mudado para a Capital.

O Alferes Franco Borges de Barros, do Bm. n. 13^a tinha grande influencia no Bm., não só com os officiaes e officiaes inferiores como com o Commandante, de quem era commensal; d'este Alferes eu era amigo: disse-me o Alferes Borges de Barros (não posso percindir o dia) que elle juntamente com os mais officiaes querião deitar fóra o Presidente Miguel de Souza Mello e Alvim e Commandante d'Armas Miguel d'Araujo Barreto; e, isto no dia em que a Camara Municipal dava um Baile, na sala das suas sessões pela elevação do Sr. D. Pedro 2^o ao Throno; o qual Baile havia sido arranjado á influencia do Major José Antonio da Luz.

Tratei por todos os modos da despersuadir o Alferes Borges de Barros, mostrando-lhe consequencias que d'ahi poderiam resultar: depois de lutar dias, prometeo-me que nada se faria até a chegada do Paquete: porem, eu, não satisfeito com a maneira por que me havia sido feita a promessa, e mesmo por ver que os Cadetes e inferiores do Bm. 8. muito se união aos officiaes da Bahia, e se escondião de mim..., havia reserva; tomei a deliberação de mandar prevenir o Presidente e Commandante d'Armas; este disse que já não éra criança para ter medo, e aquelle rio-se.

Chegou o dia 22 d'Abril; o enthusiasmo éra geral em todo o povo; na frente da Casa da Camara illuminação com arcos de flôres: ás ave-marias fui a Matto-Grosso, á sua casa, para trazer seus filhos para o Baile, por que na ausencia de V. S. desta Cidade, a Sra. D. Maria, não veio: ao entrar a porta da casa da Camara, notei que os Cadetes e sargentos dos Bms. n. 8 e 13, andavão pelas suas immediações em grupos a cochichar com alguns officiaes de permeio: fui pôr-me a uma janella; vi entrar o Presidente com sua familia, e logo quasi em seguida trepou a uma cadeira o Alferes Fran-

cisco Borges de Barros, do Bm. 13 da Bahia, e deo o grito de—fôra o Presidente e General d'Armas; este ainda não havia chegado: a esta vóz tudo quanto éra militar correo pela rua da Cadeia para o Campo do Manejo, e o povo principiou a dispersar-se; e eu fui em seguida levar seus filhos a casa, onde já havia chegado a noticia, e sua Senhora estava com cuidado.

Voltei para baixo, e dirigi-me ao Campo pela Rua do Vigario, em frente a casa do Capitão Francisco José Rebello encontrei os Corpos em marcha para a Praça; quando ahi chegarão meterão em linha com a frente a Palacio, os bms.n. 8 Commandante o Tenente-Coronel João Cardozo Vieira; n. 10 Commandante o Coronel Antonio Pinto d'Araujo Correia; n. 13 Commandante o Coronel effectivo José Leite Pacheco; porem, o 4.º Corpo d'Artilharia de posição, Commandante o Major Patricio Antonio de Sepulveda Everard; e o 7.º tambem de Artilharia a Cavallo, Commandante o Tenente-Coronel Pedro Luiz de Menezes, forão chamados, e vierão depois a encorporar-se na Praça com os outros corpos; por que ao toque de rebate os respectivos Commandantes os havião formado, porem no quartel.

Passado pouco tempo veio a Praça uma Commissão, por que o Presidente logo convocou o Conselho, composto do Vice Presidente Francisco Luiz do Livramento, João Prestes Barreto da Fontoura, e Joaquim Soares Coimbra: foi perguntado á tropa por Prestes, o que querião—que querião já a deposição do Presidente, e Commandante d'Armas; ao que Prestes retorquiu, dizendo que seria bom esperar que chegasse o Paquete, por que, éra possivel que já por elle a Regencia mandasse novas Authoridades; não annuirão a isso; voltou para Palacio, d'onde tornarão a Praça, e declararão que as Authoridades annuirão ao seu pedido, e no dia seguinte as 10 horas da manhã entregarão, o Presidente Miguel de Souza Mello e Alvim, ao Vice-Presidente Francisco Luiz do Livramento, e o Commandante d'Armas brigadeiro Miguel

Pereira de Araujo Barreto, ao Coronel Commandante do bm. n.º 10 Antonio Pinto d'Araujo Corrêa.

O Vice-Presidente, nesse mesmo dia, e no seguinte andou por caza dos negociantes pedindo dinheiro para pagar a Tropa, a quem devião onze mezes; e com effeito pode conseguir o dinheiro com que pagar dous mezes os quaes só em Agosto seguinte é que a Thesouraria teve ordem para sacar contra o Thesouro.

Os soldados nessa noute fizeram alguns insultos na chacara do Major Anacleto José Pereira da Silva, quebrando-lhe as vidrassas; porem, o socego ficou restituído.

Perguntando eu a João Prestes Barreto da Fonura, o motivo por que elle havia dirigido a palavra a Tropa, e não o Vice-presidente? respondeo-me, por que eu tive receio que algum soldado disparasse a espingarda fallando-lhe um tolo.

Parece-me que tenho satisfeito o seu pedido, a menos da maneira que me foi possível, segundo a minha reminiscencia, por que alguns outras pequenas circumstancias que se derão, em nada podem influir na parte principal.

Sou com estima

De V. S.
Velho Am. Obrig. Cr.

João Moreira da Silva.

Caza de V. S. 20 de Julho de 1867."



781.6005
IN
v. 7
pt. 2

REVISTA TRIMENSAL

-- DO --

Instituto Historico e Geographico

DE

Santa Catharina

VOLUME VII - 1918

2º TRIMESTRE

Assignatura annual 4\$000

Toda a correspondencia deve ser dirigida á séde do
Instituto á rua João Pinto n. 5 (sobrado)



FLORIANÓPOLIS

Typ. da Escola de Aprendizex Artifices

1918.

Revista Trimensal

--DO--

Instituto Historico e Geographico

DE

SANTA CATHARINA

PUBLICADA SOB OS AUSPICIOS DO GOVERNO DO ESTADO

VOLUME VII---1918

(2.º TRIMESTRE)



FLORIANOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATHARINA

INDICE

	PAGS.
Memoria sobre o Municipio de Joinville—pelo <i>Dr. Heraclito C. Ribeiro</i>	123
Biographia do Coronel Fernando da Gama Lobo Coelho e Brigadeiro J. da Gama Lobo Coelho —por <i>Manoel J. d'Almeida Coelho</i>	133
Limites com o Rio Grande—por <i>Lucas A. Boiteux</i>	148
A Abrilada em Santa Catharina	159
Concélho da Provincia—por <i>J. A. B.</i>	163
Um documento curioso	165
Duas cartas do Irmão Joaquim	167
Corsarios na Costa Catharinense—pelo Contr'Almirante <i>Henrique Boiteux</i>	170
Governadores e Presidentes—General Soares de Andrêa—por <i>Virgilio Varzea</i>	176
Caldas da Imperatriz—pelo Dr. <i>Ismael da Rocha</i>	195
Archivo do Concelho Municipal de Florianopolis	204
Ligeiros traços biographicos de socios fallecidos	215
Carta do Barão da Laguna	216
Cartas a cerca da Provincia de Santa Catharina—por <i>José G. dos Santos Silva</i>	217



Alciza ligou o nome do Principado a uma região do nosso Paiz.

Effectivamente, entre as condições estipuladas no contracto figurava a da fundação de um patrimonio em terras pertencentes á nação, ex-vi do disposto na lei n. 166 de 29 de Setembro de 1840.

Este patrimonio constava de 25 legoas quadradas de terras, situas ao Norte da então Provincia de Santa Catharina.

Dez annos depois, a 21 de Janeiro de 1850, os principaes de Joinville celebraram um contracto com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, fundada em 1849, devidamente representada por seu Presidente, o sr. senador Christiano Mathias Schroeder para levar a effeito a fundação de uma colonia agricola nos immoveis que lhes pertenciam.

Este contracto, approvado pelo Governo imperial por Decr. n. 537 de 15 de Maio de 1850, concedia áquella associação uma área de oito legoas quadradas e varios favores, como livre desembarque dos immigrants, das bagagens, instrumentos de seus officios, animaes destinados á lavoura e trabalhos da colonia; isenção dos impostos seguintes: de ancoragem para as embarcações que importarem colonos, dos direitos de consumo e expediente para aquelles objectos; de meia siza para a alienação onerosa das embarcações que se empregarem no commercio de cabotagem, pertencentes aos colonos naturalisados; de siza na primeira venda dos bens do paiz pertencentes a qualquer colono e de mais alguns outros.

O contracto deveria vigorar por cinco annos, podendo ser prorogado por mais cinco, como defacto occorreo, em conformidade com o Dec. n. 712 de 16 de Setembro de 1853.

Os favores concedidos á Sociedade, por outro lado a fertilidade exuberante do solo da colonia permittiram-lhe poder, sem grande delonga, desobrigar-se da missão que tomou aos hombros.

Realmente, no dia 9 de Março de 1851, desembarcaram nesta Cidade os primeiros colonos, transportados de Hamburgo.

e conduzidos daquelle porto e do Rio pelas barcas «Colon» e «Marreca».

O Dominio que então se constituiu chamou-se D. Francisca e ao humilde povoado Joinville, em homenagem a seus proprietarios.

Annualmente, grandes galeras em numero de 4, 5 e até 6, após morosa travessia, entravam pela majestosa bahia Babi-tonga, de S. Francisco do Sul, trazendo immigrantes, a maioria de nacionalidade allemã, porém em numero menor, suissos, suecos, dinamarquezes, holandezes, e noruegueses.

Sete annos após, o recenseamento accusava uma população de 2250 pessoas, das quaes 1192 homens e 1058 mulheres, sendo então pela lei n. 452 de 8 de Abril elevada a localidade á cathegoria de Freguezia, sob a invocação de S. Francisco Xavier.

Realisou-se a primeira eleição municipal a 7 e 8 de Setembro de 1868 e a instalação do Concelho a 7 de Janeiro de 1869.

Neste mesmo anno, o Municipio foi elevado á cathegoria de termo, recebendo um Delegado e um Juiz Municipal togado. Os conselheiros municipaes foram o Dr. Adolpho Haltenhoff, Presidente; F. Lange, B. von Frankenberg, B. J. Boschann, Ludovico von Lasperg, J. Bauer e Frederico Jordan; supplentes Eduardo Trinks e Dr. Ottokar Dörrfel, servindo de secretario Ulrich Ulrichsen.

A população foi augmentando gradualmente, como evidenciam os dados seguintes:

1867	4667
1868	5237
1869	6185
1870	6452
1871	6671
1872	6810
1873	7558
1874	7860

1875	8155
1876	9298
1877	11425

A lei n. 842 de 3 de Maio deste ultimo anno elevou a villa á cathegoria de Cidade e em 1883, a lei n. 1000 de 18 de Abril creou a Comarca que passou a ser de 2.^a entrancia a 11 de Fevereiro de 1892.

E hoje, decorridos 65 annos da chegada dos primeiros immigrantes a esta zona, então inculta, possuidora de mattas virgens, habitada pelos selvicolas, é com desvanecimento que a vemos transformada em centros industriaes, em povoações prosperas, á cuja testa se salienta Joinville que pelo progresso que se lhe nota, pelo seo desenvolvimento economico, é uma das cidades mais adiantadas do Brazil meridional.

Situação. Limites. Area

O Municipio está situado ao Norte do Estado de S. Catharina, entre 26,6 e 26, 38 graos de Latitude Sul e 5,34 e 6,21 graos de Longitude Oeste do Rio. Limita-se ao Norte pelo Municipio de S. Francisco, por uma recta que parte do rio Leão ao Monjollo; a Leste pelo mesmo municipio, do qual é separado pelo rio Pirabeiraba, por uma recta deste ao Cubatão, por este rio e pela Bahia de S. Francisco; o Municipio de Paraty pelo Riacho, por uma linha quebrada que se estende ao rio Cardoso; ao Sul pelos Municipios de Blumenau, separado pelos divisores das aguas, de Paraty, separado pelo rio Itapocú e a Oeste os Municipios de Campo Alegre e de S. Bento.

Compõe se do Dominio e Colonia D. Francisca, do Jaraguá e da Hansa, contendo a area de 3558 kilometros.

Aspecto.

O aspecto assemeiha-se ao dos Municipios littoraes do

Estado. O terreno vae gradualmente se elevando para o Occidente até a Serra do Mar. Salvo a O. os morros não apresentam alturas consideraveis: aqui e alli, notam-se collinas com 300 e 400 metros de elevação, que se prestam á cultura devido á qualidade argilosa de suas terras.

Duas planicies destacam-se: a primeira, de fórma triangular, entre os rios Aguas Vermelhas e Pirahy e atravessada pelo Botucas, é um extenso banhado que, por occasião das grandes chuvas, apresenta a feição de um lago e a segunda na estrada da Ilha, entre os rios do Braço e Cubatão, é dotada de terras fertilissimas, aptas á cultura, mormente á canna.

O terreno é adequado geralmente á agricultura e o que se não adapta á lavoura tem no sub-solo terra dura propria para olaria, não sendo rara a existencia de porcellana.

Orographia.

A Serra do Mar atravessa o Municipio de N. a S.

A communicação com o planalto é feita por uma excellente estrada de rodagem, uma das maiores do paiz, a D. Francisca e pela linha ferrea de S. Francisco ao Iguassú.

Tem os nomes de serra do Quiriri, do Cubatão, da Tromba, do Jurapé, do Corcovado, da Canastra, Duas Masas, do Jaraguá, cujo pico culminante fica no Paraty.

Notam-se na Hansa as serras do Boi, do Carvão; no Jaraguá, do Serro, Espinho, Aurora, Alma; no Bananal a do Defuntinho e na Cidade os morros do Ouro e Bôa-Vista.

Potamographia

Por serem escassos os dados que possuímos a respeito da extensão dos rios que banham o Municipio, consultamos a respeito a Chorographia do distincto escriptor, Capitão Vieira da Rosa.

Figura em primeiro logar o Itapocú que, depois do Itajahy, é o maior rio da zona septentrional do Estado. For

mam-no dois braços: o Humboldt e o Novo. Ambos nascem na Serra Geral; fundem-se na Hansa, e com aquella denominação, banham esta localidade e após um curso de 13 kilometros lançam as aguas no Oceano, formando na foz uma lagoa que tem identico nome.

O Humboldt, assim chamado em homenagem ao celebre sabio e explorador allemão, tem as nascentes na povoação do Rio Vermelho, no Municipio de S. Bento, e possui um curso de trinta kilometros. Recebe o Anno Bom, com 25 kil., que se para Joinville de S. Bento, o das Cobras, o Hoffmann e o Löffler.

O rio Novo recebe o Isabel com 19 kil., Paulo-Mirim, o Correia, o Bruacas, o Guarajuba e o Anna.

Muitos rios, regatos, arroios, recebe o Itapocú dentre os quaes: o Pedra de Amolar (18 kil.) o Poço d'Anta, o Cavallo, o Rupelato, da Ilha dos Momos, Retorcida, do Funil, Mamede, o Kern, o Bertoli, o Stulzer, o Tres Rios, Francisco de Paula, o Jaraguá, da Figueira, dos Borbas, da Clara, Bôa Vista, pela margem direita; pela esquerda affluem o Itapocusi-nho e o Pirahy-Piranga.

O Jaraguá desce da Serra do Mar e mede 45 kilometros. Numerosos são seus tributarios, como o Garibaldi A, o Garibaldi B, o Corina, o Rodrigues, Jararaca, Cacilda, Fausta, Alice, dos Hungaros, Cascata, das Pedras, Stulzer, Budal, Serro, das Pedras Brancas, Karsten, Stinghen e o Molha.

O Serro é o maior affluente do Jaraguá; conta 19 kilometros; aceita o Aurora com 7 kilometros como aff. o Javalý, o Alma com 6 kil., o Demarchi e o Hercilio Luz, communmente chamado da Luz. Este tem 16 kil. e recebe as aguas do Victoria (7 kil), o Macuco (9 kil), o Macuco-Mirim, o Mathias e o Grande com 10 kil.

O Pirahy-Piranga é o rio de maior curso que termina no Itapocú. Affluem-lhe ás margens o Bonito (6 kil.), o Campinas, o Pirahy (10 kil.), Aguas Vermelhas (2 kil.), o Botucas

(10 kil.), o Coati, o Christina (2 kil.), o Soada (25 kil.), o Cardoso e outros menores.

O Pirahy possui bellissima cachoeira que fornece luz e energia electricas á cidade; o Botucas abastece-a de agua.

Não ha exaggero em considerar a cachoeira do Pirahy uma das mais bellas do mundo.

O curso do Pirahy-Piranga é de 73 kilometros.

O Itapocusinho recebe os rios S. José, do Morro, Grande e mede 40 kilometros

São estes os rios e ribeirões que constituem a bacia do Itapocú.

Banha a cidade e Cachoeira que desce da serra da Tromba, e com um curso de 30 kilometros, vae terminar na lagoa Saguassú. E' estreito e sujeito á influencia das marés. Embora suas deficientes condições de navegabilidade, todavia seo movimento commercial é digno de menção. Na historia da civilisação da zona e da expansão economica, prestou serviços inestimaveis.

Ha poucos annos, abriu-se ao trafego a estrada de ferro S. Francisco—Iguassú que põe em communicação o porto de S. Francisco com o planalto; entretanto as permutas commerciaes continuam a effectuar-se em larga escala pelo Cachoeira.

O curso sinuoso, as multiplas curvas que se lhe notam offerecem ao viajante interessante panorama.

São seus tributarios os ribeirões Mathias, Jaguarão com as tres pontes das ruas do Mercado, Santa Catharina e S. Paulo, o Bucarein, o Itaum e o Bupeva.

Na lagoa Saguassú despejam tambem suas aguas o Saco Grande, o Velho, o Riacho, o Ephigenia e o Taquarembó.

Na bahia de S. Francisco, lançam-se o Iririú, o Iririú-mirim e o Cubatão Pequeno que têm pouca extensão.

O Cubatão do Norte, assim chamado para differenciar-se de um rio com identico nome existente na Palhoça, nasce na serra de S. Miguel, atravessa terras fertilissimas e após um curso de 8 kil., termina-o na bahia S. Francisco.

Seu curso é obstruido por saltos, dos quaes é de summa

importancia o conhecido pelo nome de Ascensão. São seus tributarios: o Quiriri originario da serra do mesmo nome com 22 kil., o Campinas, o Secco (20 kil.), da Prata (19 kil.), o Ocker, o Lindo, do Principe, o Isaac, do Braço (18 kil.), com seu affluente o Holzer e outros arroios que carecem de importancia.

Da Serra do Quiriri descem o Tres Barras (16 kil.), o Pirabeiraba (20 kil.), com o Canella, e o da Ribeira com 25 kil., alem de outros menores.

Clima

Observações climaticas durante alguns annos estabeleceram a seguinte media:

Janeiro 25 graos, Fevereiro 25, 1, Março 23, 7, Abril 21, 8, Maio 18, 3, Junho 17, 1, Julho 15, 1, Agosto 18, 2, Setembro 18, 2, Outubro 20, 3, Novembro 22, 3, Dezembro 24.

Geralmente o mez mais quente é o de Fevereiro; porém tem-se registrado annos em que a primazia cabe a Janeiro.

Os dados acima attestam a temperatura media; entretanto se verificam dias em que o calor nos mezes estivaes sobe a 33, 34 e até 37 graos.

No inverno, a temperatura desce a 6 e menos graos.

Raro o anno em que não cahe geada; ainda no corrente, em dias de Julho, reproduzio-se este interessante phenomeno.

Depois que começamos a residir nesta Cidade, a primeira vez que vimos a geada foi a 6 de Agosto de 1911, em que os campos, os telhados das casas amanheceraam brancos de gelo.

Vem a proposito registrar que a geada apparece quando o thermometro marca temperatura baixa; mas são condições indispensaveis estar o ceo limpo, sem nuvens, isento de neblina.

O granizo não é raro. Uma, duas e até tres vezes por anno tem se observado o caso da chuva de pedra, como vulgarmente é chamado.

O nevoeiro é frequente em fins de Julho, Agosto e começo de Setembro.

Os mezes mais seccos são Abril e Maio; os mais chuvosos, Setembro e Outubro, posto que haja muita irregularidade a este respeito. (O corrente anno foi muito chuvoso; durante quatro mezes houve abundantes chuvas, sendo raros os dias de sol).

Avultam duas endemias como em todo o littoral do Estado: o impaludismo e a anquilostomíase.

Varias vezes, o Municipio tem sido assolado pela dysenteria amebiana. A primeira, a par com o typho, irrompeu nos primeiros annos da fundação da colonia. A mortalidade foi tão elevada que em 1855 a população que constava de 1759 pessoas, sendo 1717 immigrantes e 42 nascidas já no Paiz, ficou reduzida a 901 pessoas, fallecendo 858. No anno seguinte, 40 victimas fez a epidemia.

Em 1893, grassou a mesma, fallecendo cerca de tresentas pessoas. Em fins de 1913 e começo de 1914 manifestou-se, sendo no primeiro Districto registrados 37 casos fataes.

Em 1873 houve a epidemia de variola e em 1892 a febre amarella.

Flora

E' riquissima. Entre os principaes vegetaes notam-se o araribá (*Centrolabia robustus*), o araçaseiro (*psidium*), canella preta, amarella e clara; cedro (*cedrella brasiliensis*), cupiuba, cangerana (*cabralia cajarana*), caovi, garuba, guarajuba (*terminalia acuminata*), guarapicica, guaraparim (*tecoma leucaxilon*), gicarana, ipé, jacarandá (*jacaranda brasiliensis*), louro (*cordio excelsa*), massaranduba (*mimosapa excelsa*), peroba (*aspidosperma peroba*), pindabuna, pão de oleo copahyba, pão novo, perovana, pão de peso, sassafráz (*laurus sassafráz*), tajuba.

As bellissimas madeiras brancas estão representadas pelo angeliu (*bursero balmacifero*), baguassú, bacopary (*platonía in-*

signis), bocuiva (*myristica officinalis*), cacheta, camboatá, carvalho (*quereus*), coquinho, caúna, caprovú, escovez, diversas qualidades de figueira, guamirim, guagipiroca, guanirova, guandandi, imbirussú, imbiuva (*cecropia peltada*), inhotinga, jacatirão guassú, jaboticabeira, laranjeira brava, matambú, mangue bravo, mamoeira, pecherica, páo de apá, páo sangue, páo canzil, páo de estopa, pitagoara, quatiguá, saboeiro, tucaneira, tapinhoan, taubaturú, tapiá-gussú.

Entre os vegetaes de capoeira eervas estão: araticum (*anona muricata*), araceiro, baporunga, capororoca, café do mato, corticeira (*anona palustris*), canellinha, canema, goiabeira (*myrtus sylvestris*), herva cidreira (*melissa officinalis*), ingaseiro, grandiuva, imbauva, jacatirão miudo, murta, marmelleiro, páo de cinxo, páo de imbira, tabocuva, tres qualidades de amoreiras, caparussoba, craveiro, caximbinho, capim azedo, catinga, branco, de angola, capivara e roxo, carrapicho, herva de embira, de bicho, de espeto, de veado, de barrela, guaxuma, juá-guassú, juá merim, guapesinho, japecanga, lingoa de vacca, orelha de gato, ortigas, pango, pimenteiras, periri, rinxão, S. Simão, manstrasto, tajuá.

Entre as palmeiras notam-se indaiá, gerivá, palmito, brejauva, guaniova, guaricana e miuda.

Ha bananas de diversas qualidades; abacaxi, laranjas, pecegos, ameixas, jaboticabas, uvas etc. (A este respeito, o municipio é relativamente pobre, não se podendo comparar com os municipios serranos que devido á benignidade do clima são tão apropriados á fructicultura).

Continúa



BIOGRAPHIA

OS SENHORES

Coronel Fernando da Gama Lobo Coelho e seu filho

o Brigadeiro José da Gama Lobo Coelho d'Eça

POR

MANOEL JOAQUIM D'ALMEIDA COELHO

(Continuação do vol. VI, 3^a e 4^a trimestress pg. 182)

«...Meu camarada e Snr. — A opinião publica designa a V. S. como o unico homem proprio para desempenhar n'esta occasião ás funcções de Commandante d'essa fronteira e departamento, e como seus feitos e patriotismo são assaz conhecidos, eu não duvidaria um só momento em nomear a V. S. se o Brigadeiro Rosado me não certificasse que V. S. tem repellido todas as proposições por elle feitas a este respeito. Deos me livre de vir a esta Provincia para sêr o instrumento do mais leve desgosto á V. S. a quem só desejo servir e obsequiar; mas permita V. S. que eu combata a sua repugnancia, tanto mais que combatarei com os seus mesmos factos.

Sempre que o inimigo se apresenta, é V. S. o primeiro que se reúne ás tropas cooperando com a sua pessoa e bens para o repellir. Ora sendo os ataques repetidos, e devendo continuar em quanto eu não me encontrar com o exercito de Alvear, segue-se que V. S. estará em frequente serviço, deixando comtudo de cooperar nos

intervallos dos ataques, os quaes intervallos muito convem aproveitar para reunir forças e meio de defeza. E' minha intenção mandar o Regimento 24 para o Ibicui; mas poderá o Commandante do Regimento reunir todas as praças e recrutar sem a eficaz cooperação do commandante da fronteira? certamente não! Poderei eu organizar de novo o 25 sem a cooperação do Commandante da fronteira? certamente não! Ha algum outro para commandante além de V. S.? Eu creio que não, e as desobediencias do Coronel... bem mostram que não deve ali estar. A' vista destas razões, espero, meu querido patriocio, que se digne reunir a mim, e por um esforço de curta duração, porque ferida a campanha, e antes de me retirar, nomearei outro para desempenhar as funções de Commandante da fronteira. Não se trata de ganhar ou perder uma Provincia; a presente guerra é entre o Imperio e a Republica...»

Por effeitos desta carta, e das mais sinceras instancias verbaes do referido General em chefe, o Snr. José Maria é investido e empossado do Commando da fronteira e departamento de Missões. Sem perda de tempo occupa S. Borja; mas com a aproximação ás nossas linhas do exercito inimigo lhe ordena o General, poucos dias antes da batalha do passo do Rosario, (1) «que cobrindo algum deposito se retire para o interior (indicando o lugar) sobre a serra de S. Francisco Xavier.

O Snr. José Maria da exacto cumprimento a esta ordem, e com a pequena força (200 ou 300 homens) que tem disponivel, occupa o ponto designado; mas nem o seu animo, nem o seu brio se conformam com uma ordem de abandonar a fronteira, por isso mesmo que ali a presença de uma força qualquer, se fazia muito necessaria, afim de conservar em respeito a cista do Uruguay correspondente

(1) 20 de Fevereiro de 1827

ás Missões orientaes; e n'este sentido dirige a sua proposta ao General, este annue, e o Snr. José Maria volta a S. Borja, activa reuniões, convida homens a reunirem se-lhe, estabelece guardas pela costa, e faz respeitar por aquella parte os limites da provincia, até que, passados mezes, pede demissão do commando, e o entrega ao Coronel Joaquim Antonio d'Alencastre, nomeado para o substituir (1) Mas antes de lhe ser concedida esta demissão, vejamos o trecho seguinte de uma carta que lhe dirige o General Marquez de Barbacena em 24 de Maio de 1827, que bem demonstra o distincto conceito que lhe merecia o Sr. José Maria.

«...Estou bem lembrado da minha promessa quando pedi a V. S. que acceitasse o commando, e não sei faltar á minha palavra. Qual não é porém neste momento o meu embaraço entre o dever de annuir á vontade de V. S. e as condições da nomeação do commando, ou o dever ainda mais sagrado de preferir o bem do serviço de S. M. I. á minha propria vida! No momento em que autorizo ao Commandante de Missões para fazer o pagamento e todas as despezas das tropas e marinha, construir novas ou reparar embarcações velhas, objectos

(1) Illmo. Snr. ---O Illmo. Exm. Snr. General Marquez de Barbacena, commandante em chefe, tendo em attenção as rep esentações de V. S. sobre o seu estado de saúde, e a promessa que lhe fez de o dispensar do commando logo que lhe fôsse possivel, não pôde sem grande pezar seu sujeitar-se a tão poderosos motivos e vacillante em o dispensar do commando, pelo muito bem que tem preenchido os seus deveres, ou attender a apreciavel saúde de V. S. pelos mesmos motivos, e pelos que lhe são pessoases, cede enfim a esta ultima consideração, e tem nomeado para succeder a V. S. no commando geral de Missões ao Coronel Joaquim Antonio d'Alencastre, a quem V. S. fará entrega de tudo, de que é o mesmo coronel portador para que elle se regule por ellas. Na mesma occasião vão tres peças de lona pedidas pelo commandante Yédros e tres contos e quinhentos mil reis segundo o pedido de V. S. e mais algum fardamento se poder ir. O Exmo. Sr. General decedio-se a fazer reunir em Missões os regimentos 24 e 25 e vêr se pela união no seu mesmo paiz estes soldados se reúnem, e depois de receberem alguma disciplina podem ser mais uteis do que tem sido.--- Deus guarde a V. S.---Quartel-general em S. Lourenço, 29 de Abril de 1827.---Illm. Snr. Coronel José Maria da Gama---Francisco José de Souza Soares de Andréa-Brigadeiro Ajudante General.

todos que exigem grande despeza, e que em mãos impuras tudo será perdido, como ousarei nomear outro Commandante, não conhecendo eu outro que o possa substituir!

Longe de mim pensar, ou dizer que V. S. é o unico homem de bem do exercito, mas o que pretendo dizer é que não conheço outro que esteja nas circumstancias de ir para Missões, e que ao mesmo tempo possua a minha confiança em que V. S. a tem...» Dizermos aqui as maneiras e actividade com que se houve o Snr. Gama no commando da fronteira de Missões, seria repetir o que já temos dito; mas accrescentaremos que sem exigencia de paga, mandou de suas fazendas fornecer de carne por algum tempo e as precisas cavalgadas a tropa que o acompanhou a S. Francisco Xavier e ainda na fronteira.

Retirado pois do serviço, não retirou, todavia, o pensamento de sua cooperação na conjunctura actual; nem o seu genio activo o permittia estar quieto quando seus concidadãos se achavam empenhados numa guerra que se prolongava com o governo do Rio da Prata, cujo exercito batia ás portas da Provincia de S. Pedro do Rio Grande. As differentes peças officiaes que temos presente, e que vamos extratar, nos ministram a evidencia do que vimos de dizer.

O Visconde da Laguna, General em chefe do exercito Imperial, em officio datado em S. Francisco de Paula a 11 de Dezembro de 1827, que dirige ao Snr. José Maria, diz:

«O inimigo vai tentar nova invasão nesta Provincia e illudido pelos successos passados inculca ousadia, que não deveria ter se se lembrasse que vem encontrar um exercito aguerrido e cheio de bravura, e entrar n'uma Provincia que é o berço de valerosos, distinctos e leaes Brasileiros, que têm dado as mais acrysoladas provas de patriotismo e generosidade; em consequencia, seria injusto se nesta crise deixasse de convidar a V. S. afim

de ter parte em nossos esforços, e cooperar para a segurança e bem estar da nossa Patria; e como fôsse contar com os seus sentimentos, convêm significar-lhe que poderá apresentar-se o mais breve que lhe fôr possível ao Ex^{mo} Tenente-General Barreto, com os seus famulos, peões, e aquelles individuos que puder reunir para que se forme em S. Gabriel um corpo respeitavel...»

O Visconde de Castro, commandante da fronteira do Rio Pardo, em officio de 14 de Maio de 1828, assim se exprime: ...«que estando inteiramente convencido do patriotismo de V. S., e dos sentimentos que o animam, que não são outros senão o zelo de ajudar a defender a causa que sustentamos contra os rebeldes que principiam a invadir a nossa Provincia; e sendo negavel a bôa opinião que V. S. abrange no coração de muitos dos cidadãos da fronteira do meu commando, que confiados no valor, discrição e conhecimentos de V. S. já desenvolvidos nas passadas campanhas; não fôsse deixar de aproveitar-me da coadjuvação de V. S. na presente luta em que nos achamos empenhados; portanto, autoriso a V. S. para reunir o maior numero de paisanos e cidadãos dos districtos da mesma fronteira, que puderem pegar em armas e com elles marchar immediatamente ao ponto de Santa Maria, afim de o fortificar e fazer todos os esforços possiveis para obter qualquer plano que o inimigo intente contra a nossa fronteira...». De outro officio do mesmo Visconde datado nesse mesmo dia se vê que autorisa o Snr. José Maria a nomear um official para fazer o fornecimento de carne, farinha e sal, bem como outro para servir de quartel-mestre, dando mais outras providencias; e logo em officio de 15 ratifica a autorização para todas e quaesquer determinações na defesa da fronteira de Missões. Do seguinte officio do Presidente da Provincia, Salvador José Maciel, se vê que o Snr. José Maria abraçára o convite que lhe fizeram os Ex^{mos} Vis-

conde de Castro e Laguna. «Apresso-me a significar a V. S. quanto me foi agradavel a sua generosa resolução de novamente se dedicar ás fadigas militares para repellir e debellar a iniqua aggressão do mais obstinado inimigo do Imperio; que, manejando as armas da intriga e da seducção, pretende entibiar e adormecer os nobres sentimentos dos Rio-grandenses. Deos guarde a V. S. Porto Alegre, 20 de Maio de 1828. *Salvador José Maciel*—Sr. Coronel José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça.

O referido Visconde da Laguna, em officio de 30 de Maio d'esse mesmo anno, responde ao Sr. José Maria com as expressões seguintes.... «Acabo de receber o officio de V. S. de 17 do corrente em que participa haver-se briosamente offerecido para ainda prestar seus serviços n'esta apurada crise, que sendo aceito pelo Ex^{mo} Visconde de Castro tão louvavel offerta fôra logo incumbido de reunir forças para com ellas marchar para a capella de Santa Maria da Bôca do Monte. Prezando, como devo, e como V. S. merece, este rasgo de seu patriotismo, não posso esperar menos que a prestação de bons serviços, e aquelle fervor que tem sempre distinguido a V. S. em conjuncturas semelhantes».

O extracto do officio, que vamos transcrever, do mesmo Visconde da Laguna, nos certifica a continuação dos serviços do Sr. José Maria. «... Não podendo ter melhores informações do seu distincto character e patriotismo, que mais bem se desenvolve quando por urgencia publica precisam-se bons servidores, ou a seguridade da Provincia e insta pelos esforços dos bons patriotas, e sendo esta a crise em que não se pôde prescindir da sua cooperação, e bons serviços, havendo V. S. já começado a patentear seus louvaveis desejos, offerecendo-se ha pouco ao Ex^{mo} Visconde de Castro, para tomar parte activa na honrosa tarefa de coadjuvar a defeza dessa fronteira,

vejo-me por isso animado a convidal-o para que aceite n'esta conjuntura o emprego de Commandante geral da fronteira de Missões e ao mesmo tempo impellido a assim fazel-o por não descobrir outro official que com as suas circumstancias possa capazmente desempenhar esta séria commissão, que durará se V. S. n'isso convier até o tempo em que se possa restaurar aquelle perdido territorio; e como tenho maior confiança que V. S. aceitará de bom grado esta commissão, desde já o considero como tal, podendo immediatamente dirigir neste sentido as suas ordens á mesma fronteira, assim como a todos os officiaes e tropas, que a ella pertençam, não só os que alli permanecerem, como os que estiverem em qualquer ponto de outro territorio e para cujo effeito nesta occasião ordeno ao Tenente Coronel Manoel da Silva Pereira do Lago, (nomeado por mim para commandar o regimento 24 em lugar do Coronel Palmeiro) que effectuando a marcha deste corpo para a capella de Santa Maria, como está a muito determinado, fique sujeito ás disposições de V. S. que poderá applicar taes forças como fôr mais conveniente, tanto para ir animando aos povos d'aquella fronteira que se não perde de vista o retomal-o, como para ir atrahindo a si as praças que alli ficaram, e todos os paisanos, que possam servir para a sua recuperação, no que deverá V. S. ser incessante, chamando e convidando-os para a nossa parte, e de um modo que lhes persuada confiança; do que espero de V. S. tirará a maior vantagem pelo conceito que merece áquelles povos, e pelo conhecimento que tem d'elles..»

Vamos agora entrar na época mais estrondosa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande: n'uma época de males, assassínios, crueldades, roubos, e insultos, filhos da horrorosa revolução de 20 de Setembro de 1835: n'essa época das facções geradas em tenebroso club onde se desenvolvem idéas de separar a provincia da communhão

brasileira; n'essa época de dous partidos oppostos, um seguindo os dictames do systema republicano, outro debaixo das bandeiras do Governo Monarchico Constitucional Representativo; n'essa época, enfim, de actos de bravura, onde se esmagam n'uma guerra fratricida Rio-grandenses herdeiros da fidelidade e amor do seu Rei e de sua Patria, e que outr'ora foram baluartes contra o poder d'Hespanha, e sigamos os passos do Snr. José Maria, desde o começo da rebellião.

Mal que consta pela Campanha a explosão do vulcão revolucionario na capital da provincia, fiel ao systema jurado corre a alistar-se nas fileiras do Governo legal e envidando os maiores esforços e sacrificios para o restabelecimento do socego publico, abandona sua familia e toda sua fortuna.

As peças officiaes que vamos extractar nos orientam do procedimento do Snr. José Maria e do conceito que merecera dos seus concidadãos.

O Coronel Bento Manoel Ribeiro, om officio de 9 de Fevereiro de 1836 responde ao Snr. José Maria:.. « Fico entregue do officio de V. S. conduzido pelo portador deste, e tenho a significar-lhe que motivos ponderosos exigem que a nossa junção seja em S. Rafael para onde sigo. Em quanto as providencias que reclama d'ahi, proverei da melhor sorte possivel. Resta-me sómente agradecer a V. S. seus esforços á prol da Patria, e congratular-me com V. S. pelos nobres sentimentos » « Em officios datados a 11 de Fevereiro d'esse anno, e a 14 de Janeiro e 12 de Março de 1837, ratifica o mesmo Coronel os serviços do Snr. José Maria na « importante luta ».

O Presidente então da provincia, o Dr. José de Araújo Ribeiro, em officio de 14 de Abril de 1836 responde ao Snr. José Maria: « ... Pelo mencionado officio fiquei inteirado dos esforços por V. S. praticados em prol da sustentação da Constituição, do nosso Joven Monarcha o Snr.

D. Pedro II, da Integridade do Imperio; e da bravura, coragem e constancia, que tem constantemente desenvolvido os cidadãos que V. S. fez reunir ás fileiras da legalidade. Convencido do patriotismo de V. S., e de todos os bravos que o acompanharam sempre, contei com estes resultados e com a continuação por mais algum tempo es-
pero que a santa causa que nos propozemos defender triumphará completamente.

Aproveito esta occasião para render, em nome do governo de S. M. o Imperador a V. S. e aos seus bravos companheiros, os devidos agradecimentos pelo seu honroso procedimento, que a Patria sempre applaudirá...»

Sua extremosa familia emigra para o Paraguay; elle vê com animo estoico o isolamento, o desamparo, os males e as privações das pessoas que lhe são mais caras, e, finalmente, o arrebatamento de seus bens.

O governo de S. M. o Imperador, a quem sem duvida, chegára alguma participação d'esse patriotismo e esforço, em officio de 26 de Fevereiro de 1840 dirigido á presidencia, ordena que seja o Snr. José Maria «empregado n'aquillo que fôsse util ao serviço nacional...». e é o mesmo presidente da provincia o Dr. Saturnino de Souza e Oliveira que em 2 d'este anno nos atesta da maneira seguinte: «que o Exm. Snr. Brigadeiro José Maria da Gama Lobo tem prestado relevantes serviços á causa da união do Imperio, e da Monarchia Constitucional entrando varias vezes em serviço effectivo; apesar de ser reformado, sua conducta civil, politica e militar tem sido de um bom cidadão, e como tal é considerado nesta provincia, onde geralmente goza de mui bom conceito, e igual sempre me mereceo. Tem abandonado seu valioso patrimonio, sendo um dos mais ricos estancieiros da Provincia; sua familia foi obrigado a fugir para o Paraguay, para evitar a perseguição dos rebeldes, mas mesmo assim tem contribuido com emprestimos de dinheiro e suprimentos de ca-

vallos para as forças leaes. Durante a minha administração se tem offerecido voluntariamente para todo o serviço em que podesse ser util, mostrando efficaz desejo de contribuir para o restabelecimento da ordem e da paz....»

A cidade da Laguna foi um dos lugares que os rebeldes da Provincia de S. Pedro do Rio Grande escolheram para implantar na de Santa Catharina o systema da rebelião e da republica que alli haviam proclamado, depois de terem mais de uma vez invadido o districto de Lages.

No dia 22 de Julho de 1839, um d'aquelles chefes, David Canavarro, com uma pequena força (150 homens pouco mais ou menos) passando livremente a barra da Laguna apoderou-se da cidade (para onde lhe vieram logo soccorros do Sul), e ahi proclamou a republica com um governo a seu modo, dando á cidade o nome de — Juliana — em honra do dia 22.

Ha circumstancias na nossa vida que, quaesquer que sejam os acontecimentos do paiz natal, abalam o nosso espirito; se felizes, nos causam prazer, se tristes, nos commovem. A noticia da invasão da Provincia de Santa Catharina, não podia deixar de causar abalo e commoção no espirito do Snr. José Maria, ainda quando elle não fôra, como era, tão dedicado ao systema de governo que o Brazil adoptára. Elle vê desde logo os males que vão pesar sobre o seu paiz natal, e que faz? dirige-se ao Presidente daquella provincia, communica-lhe a sua resolução e obtem permissão de marchar em soccorro de Santa Catharina. Encarrega-o o Presidente do commando de dous batalhões que destina para a restauração da Laguna e mais alguns officiaes de cavallaria da guarda nacional, e daquellas praças da mesma arma que podesse angariar. Apresenta-se na cidade do Desterro ao Presi-

dente da Provincia, disposto acoadjuvar no socego ou na restauração da Laguna; e com animo decidido, não lhe importando com a natureza do posto ou exercicio que deve occupar; tanto influe n'um peito nobre o verdadeiro amor da patria! Tanto incita n'uma alma grande o desejo de ser util!

Corre alguns districtos ao Norte da Provincia, a-lista grande numero de homens para a guarda nacional, anima com sua presença a reunião de outros, na actualidade, já com maneiras affaveis já com despeza do seu bolsinho.

Concluido este serviço, em que se houve com aquella dignidade que o caracteriza, tomando o commando de um batalhão, formado naquelles dias na cidade do Desterro, de artistas e moços solteiros, e alguma cavallaria que trouxera da guarda nacional, prosegue conforme as occurrencias do tempo e das circumstancias até a completa evacuação das forças rebeldes da Laguna.

Temos presente um officio do Exmo. General Francisco José de Souza Soares de Andréa, então Presidente da Provincia e Commandante das forças empregadas na mesma, datado de Villa Nova em 10 de Novembro de 1839, dirigido ao Snr. José Maria, no qual o instrue, detalhando sobre a restauração da Laguna; e um dos periodos deste officio é o seguinte, que julgamos sufficiente para corroborar o conceito que merecia, e os serviços que prestava... «Confiado na boa vontade com que V. Ex. se presta a toda a qualidade de serviço de que possa resultar a restauração da Provincia, o encargo de se passar hoje mesmo para aquelle lado (d'Imaruhi) levando debaixo das suas ordens as quatro companhias do batalhão do Desterro debaixo do immediato commando do seu chefe e mais o guarda-marinha Valle com 12 praças de marinbagem, e poderá V. Ex. levar mais os officiaes que bem lhe parecer para o melhor desempenho da sua com-

missão. Será o primeiro objecto de que V. Ex. se deve empregar o reunir e chamar a si por todos os modos conciliadores os homiens capazes de pegar em armas, a contar ao menos do rio Aratingaúba para o Norte e reunil-os em Imaruhy etc.»

Restaurada a cidade da Laguna, o Snr. José Maria dirige-se á Córte do Rio de Janeiro e d'ahi regressa á Provincia, de S. Pedro do Rio Grande, onde vai prestar seus serviços. O Presidente então da Provincia o Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, por carta que lhe dirige a 30 de Maio de 1842 o incumbe de ir á republica do Paraguay comprar cavallos para remonte do exercito imperial.

Desta carta se vê que o Snr. José Maria fôra proposto pelo mesmo Presidente ao Governo Imperial para o condecorar com poderes precisos para se haver com o governo d'aquella republica n'essa importante commissão, e não menos sobre objectos tendentes ao socego da Provincia, munindo-o para isso de instrucções e esclarecimentos, usando de todos aquelles termos que induzem a crêr na illimitada confiança que depositara no Snr. José Maria.

De uns apontamentos que nos foram ministrados dos serviços do Snr. José Maria durante a rebelião do Sul consta que verificara a sua viagem ao Paraguay chegando até a capital d'aquella Republica: que desempenhara com zelo e primor a compra de bastantes cavallos para o exercito imperial; e que nas immedições do Uruguay soffrera algumas tentativas de forças rebeldes com o fim de lhe arrebatarem uma cavallhada, mas que o não poderam conseguir.

Das peças officiaes que temos presente d'essa época, e que vamos transcrever, se collige a evidencia d'essa compra, e a continuação dos serviços do Snr. José Maria: «Illm. Snr. Recebi os officios de V. S. de 30 e 31 de

Março findo, e por elles fiquei sciente do que tem occorrido sobre a passagem das cavalladas no Uruguay, e da continuação da compra de outras. Nesta data marcha para o passo do Rosario o Brigueiro Bento Manoel Ribeiro á frente de uma columna de 2.200 homens de cavallaria e infantaria com o fim de cobrir o Municipio de Alegrete, e por consequencia facil se torna a vinda das cavalladas. V. S. deve até remettel-as por intermedio do Coronel José Ribeiro de Almeida, a quem encarrego o commando do districto e fronteira de Alegrete, e contando com a coadjuvação de V. S. para a pacificação da Provincia que me foi confiada, o encarrego do commando da fronteira e districto de Missões, podendo V. S. nomear os commandantes parciaes, que lhe parecer, que serão por isso approvados, devendo ser um delles João Guilherme Cathan que V. S. me informa ter já prestado importantes serviços. Nesta data respondo o officio que me dirigio o Coronel Cathan agradecendo-lhe seus favores e boas disposições a favor da causa Imperial.—Deus guarde a V. S.—Quartel General em marcha nas immedições de S. Gabriel, 9 de Abril de 1843—Barão de Caxias—Illm. Snr. Brigadeiro José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça»

«Tendo mandado para o Municipio de Alegrete 800 homens de cavallaria ao mando do Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, com o fim de bater o rebelde Guedes que em seguimento do Coronel Loureiro para ali seguio, convem que V. S. obre de accordo com o mesmo Brigadeiro, cumprindo o que elle lhe determinar em meu nome.—Deus guarde a V. S.—Quartel General em marcha nas Pontas de Cunhaperú 13 de Abril de 1843—Barão de Caxias—Snr. Brigadeiro José Maria da Gama.»

Finalmente, por officio do mesmo Ex^{mo} Barão de Caxias, datado da Capella de Sant'Anna do Uruguay, a 6 de Maio de 1844 é o Snr. José Maria dispensado do

commando da fronteira e districto de Missões (fazendo entrega ao Coronel Corrêa) com attenção ao seu estado de saude. Temos referido bastantes actos da vida militar e publica do Snr. José Maria, fundados em documentos e escriptos que temos presente, outros de que somos testemunha ocular. Vamos agora dar fim ao nosso pequeno, mais veridico, que bem elaborado trabalho. Antes, porém, de tocarmos o seu termo, vejamos se tem sido proporcionalmente remunerados seus importantes serviços prestados ao throno e a Patria, no longo periodo que decorre do anno de 1801 em que passou a Tenente, até o presente anno de 1858, em que escrevemos; se está galardoado com algum d'esses titulos honorificos. ou na posse de outras graças ou recompensas que a Constituição do Imperio garante pelos serviços prestados ao Estado; se todos esses Snrs. Titulares do Brasil descendem de uma arvore genealogica mais nobre ou mais antiga: se os serviços prestados ao Estado com suas pessoas ou com seus bens, são de um valor mais elevado: e, finalmente, se teem soffrido mais damnos e prejuizos por effeito d'esses mesmos serviços. E a tudo isto nos parece ouvir uma voz que nos responde.. «Não.— O Governo de S. M. o Imperador não tem sido informado...» Nem somos nós habilitados para prescrutar o segredo d'essa falta de informação. Somos muito fracos para julgar do merecimento d'esses serviços tão expontaneos, quão faltos d'attenção. Só nos toca respeitál-os, segundo nossa opinião, como valiosos e importantes...

O Snr José Maria da Gama, como temos visto, por motivos de saúde fôra ao Rio de Janeiro medicar-se no anno de 1818 (ou 1819).

Em caminho contratou o seu casamento, e na sua volta, em 1820, o verificou no dia 20 de Junho do mesmo anno com a Snra. D. Maria Alves da Gama Trilha, que vivia na companhia de sua mãe (e seus Avós) a Snra.

D. Maria Ignacia da Pureza, viúva do Snr. José Alves ... Trilha. Descrever as qualidades da esposa e da Sogra, d'essas duas virtuosas creaturas; descrever, dizermos, a honestidade e honradez d'essa estimavel Familia com quem se ligou o Snr. José Maria, não cabe á nossa penna.

FIM



Limites com o Rio Grande

POR

Lucas A. Boiteux

(Continuação da pg. 88)

VI

O sr. Julio Vasques, tratando tambem dos limites do Rio Grande com o nosso Estado, no « Anuario de A. Azambuja » de 1903, assim se manifesta: « Limites em sua maior extensão naturaes, acham-se perfeitamente demarcados com excepção apenas de uma parte que confina com o Estado de Santa Catharina, desenvolvendo-se pelo rio Uruguay até as suas vertentes e d'ahi (?) pela fralda da Serra do Mar até encontrar o rio Mampituba.

« Esta descripção feita pelo *Quadro Estatistico e Geographico*, unico trabalho neste genero que até hoje possuimos, deixa bem claro a absoluta incerteza dessa divisa, que dia a dia mais se compromette com o desenvolvimento que vae tendo a propriedade particular das terras encravadas nesta zona ».

Depois de citar as opiniões, de Candido Mendes (1868), Visconde de S. Leopoldo (1819), primeira edição dos » *Annaes* », e o livro do dr. A. Varella (1897), que já fizemos conhecidas dos leitores, deste modo expõe a sua: "Por estes apontamentos as nossas divisas continuam a ser em nossa humilde opinião as de 1819 descriptas pelo Visconde de S. Leopoldo que conformam-se perfeitamente com a carta

traçada, segundo os documentos mais acreditados, por Pedro Torquato de Brito, bacharel em mathematicas e maior socio do Instituto Polytechnico.

"Sóbe de importancia esta divisa considerando-se que o Estado de Santa Catharina originou-se da Capitania doada a Pedro Lopes de Souza cujo territorio terminava na margem do Rio Araranguá.

Das linhas acima transcriptas vemos que, tanto o sr. J. Vasques como o sr. Pedro Torquato, quando organisaram seus trabalhos, não conheciam a rectificação feita pelo Visconde de S. Leopoldo, na segunda edição (1839), de seus valiosos "Annaes", aos limites entre as Capitancias de Santa Catharina e S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Estamos certos de que outra seria a opinião de tão illustres senhores, si, no tempo, do exposto tivessem conhecimento.

Não precede, do mesmo modo, o parecer do sr. Vasques sobre a Capitania de Pedro Lopes de Souza, que terminava no rio Araranguá.

Sabe o digno rio-grandense que os estados maritimos do Brazil não estão, na actualidade, comprehendidos nos arbitrarios tractos de costa demarcados para as antigas Capitancias. Se assim fôsse a costa de Santa Catharina começaria doze leguas ao sul de Cananéa e terminaria, conforme o seu desejo, ás margens do Araranguá.

Os paulistas e principalmente os paranaenses se conformariam com isso?

Depois: os limites dessas Capitancias seguiam em linha recta para oeste até encontrar os castelhanos confinantes. Ora, se assim acontecesse, o parallelo que passa pela barra do Araranguá iria cortar quasi a meio o uberrimo territorio rio-grandense, ficando Santa Catharina admiravelmente aquinhoada.

Estaria de accordo o sr. Vasques?

Naturalmente que não.

Ao analysar a linha divisoria entre os dous estados, des-

cripta pelo dr. Alfredo Varella em seu bello livro «Rio Grande do Sul», diz o sr. J. Vasques: «Não nos consta que se ache determinada a principal vertente do rio Pelotas, nem a principal das cabeceiras do rio Mampituba ou Sertão, por essa razão e tambem por algumas informações que possuímos não podemos crêr que se accommode entre aquelles dous pontos (?) uma linha recta com o rumo *Norte Sul perfeito*, como pretende ou projecta o dr. Varella».

Quanto a isto vamos algo dizer ao digno rio-grandense.

A principal nascente do rio Pelotas está, segundo o illustrado official do nosso exercito Vieira da Rosa, em territorio incontestavelmente catharinense, na latitude sul de 28° 12' 30" e na longitude de 6° 30' oeste do Rio de Janeiro.

As coordenadas da nascente do Mampituba não conhecemos. Já explicámos em artigo anterior que o rio *Sertão* é um rio puramente catharinense e tributario da margem esquerda do Mampituba. O rio *Verde* ou Gloria é que é o prolongamento, ou melhor, o proprio Mampituba. O senador Candido Mendes como o dr. Varella e outros cartographos têm laborado nesse lamentavel engano, fazendo do rio Sertão o prolongamento do Mampituba.

A recta de que fala o dr. Varella deve correr entre as nascentes dos rios Verde e Barrocas ao rumo N. 4 N E.—S. 4 S. W, verdadeiro (carta topographica de N. Azambuja) e não N.—S. perfeito entre as cabeceiras do Sertão e Pelotas, como pretende o ex-deputado pelo Rio Grande.

VII

.

VIII

No «Annuario Azambuja» do anno transacto, o sr. A. Malan, sob o epigraphe «Limites do estado do Rio Grande do

Sul, nos dá uma interessante e rápida noticia de alguns dos rios que servem de natural divisa entre o nosso e aquelle estado visinho e amigo.

Transladaremos para aqui alguns topicos desse estudo, afim de continuarmos a esclarecer a questão que nos vem prendendo a attenção.

Diz elle: «Temahi (no passo de Santa Victoria) o Pelotas a largura approximada de 130 metros; muito caudaloso, não consente váo em época alguma; *recebe* pela margem esquerda *p* *ecisamente* no passo, o rio dos Touros, grosso arroio de 30 metros de largura, correntoso e profundo nas cheias, facultando porém, no estio, váo regular». Linhas abaixo, em prosegui-mento: «Com effeito, ao frontear pela primeira vez, no passo de Santa Victoria, com o rio dos *Touros*, estranhei e surprehendeu-me encontrar este curso d'agua no mencionado ponto, quando, com repectiva consulta aos mappas existentes, contava deixal-o muito a Léste».

De facto, a maioria das cartas que representam essa zona da região serrana fazem o rio dos Touros tributario do Cerquinha ou Contas.

O sr. Malan vem confirmar o que diz Moreira Pinto a respeito do Rio dos Touros, citação que já fizemos linhas atraz e que repetiremos ainda: «Rio na *fronteira* dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina, *desagua* no Pelotas, no Passo de Santa Victoria. Em algumas *Cartas* figura desaguando no rio Cerquinha».

Depois de referir-se o sr. A. Malan aos dous mappas, do Coronel Jacques de 1891 e do engenheiro Cunha Lopes de 1902, continúa: «A léste do rio dos Touros atravesssei, a oito leguas talvez, pelos caminhos seguidos, menos seguramente, em linha recta, outro affluente da margem esquerda do Pelotas, que, nas cartas acima, figura recebendo aguas do rio das Contas: o Cerquinha, arroio de 40 metros de largura, pouco caudalozo, pelo menos no ponto que o vadeei, a 4 leguas *acima* da fóz e a 5 abaixo de suas *nascentes*.

«Pelas informações obtidas, não é senão 6 leguas a montante do passo da Cadeia e portanto, seguindo o curso em torcicollos do Pelotas, perto de 12 leguas da fóz do Cerquinha, é que demora a embocadura do Contas, *limite provisório* do nosso Estado com o de Santa Catharina».

Moreira Pinto, no seu substancioso trabalho considera, como vimos anteriormente, os rios das Contas e Cerquinha como cursos d'agua diferentes e tributarios ambos da margem esquerda do Pelotas. Vieira da Rosa, porém, na sua explendida «Chorographia» diz-nos que elles são um e unico rio.

O moderno «Atlas» do barão Homem de Mello, grande auctoridade na materia, nos apresenta o rio Contas lançando-se no Cerquinha e éste no Pelotas.

E' deveras lamentavel a diversidade de opinião encontrada nesses livros, que quasi diariamente são consultados.

Temos assim, infelizmente, a demonstração flagrante do nosso grande atrazo ainda no conhecimento dos accidentes do solo patrio.

E' bem verdade que, nestes ultimos tempos a nossa geographia tem ganho muitissimo; mas é muito pouco ainda.

Si de facto o Barrocas se lança no rio dos Touros e este directamente no Pelotas, temos immensamente simplificada a linha divisoria, com a suppressão dos intermediarios Contas e Cerquinha.

IX

Vamos respigar ainda um pouco o interessante trabalho do sr. A. Malan, para em seguida entrarmos de vez no estudo historico que pretendemos fazer, como esclarecimento á questão em debate.

Diz elle: «Segundo o meu modo de vêr, a principal vertente do Pelotas não é, como pensa o Dr. Varella, formada pela união do Barrocas com o Contas, originando-se, por consequinte, na serra de S. Bento.

«E embora se não ache geographicamente determinado o ponto em que demora a principal vertente daquelle rio, supponho poder locar, baseado em informações obtidas em territorio catharinense, a sua existencia no banhado Santa Barbara, a oito leguas proximamente, a NE. da villa de São Joaquim ou, devido ás curvas do Pelotas, ainda seis leguas acima de sua confluencia com o Contas.»

Vamos esclarecer esta duvida.

Lê-se na «Corographia» do estudioso patricio Vieira da Rosa: «*Uruguay*» ou rio dos Caramujos, nasce com o nome de *Pelotas* nos Campos de Santa Barbara, no lugar denominado Alto do Bispo Velho, no municipio de São Joaquim da Costa da Serra. A fonte d'onde sahe acha-se n'uma altitude de mil e seiscentos metros, e na latitude de 28° 12' 30". Uma recta de noventa e cinco kilometros tirada de Imbituba para oeste, encontraria as nascentes do grande rio.

«A longitude em que nasce o Uruguay é de 6° 30' oeste do Rio de Janeiro.

«Noventa e um kilometros de seu curso percorre-os elle em territorio catharinense, e isto desde as nascentes até receber o Cerquinha. Do Cerquinha até receber o Canôas, já servindo de limite entre Santa Catharina e Rio Grande, elle conta cento e quarenta e dois kilometros.»

Fica assim esclarecida e confirmada a supposição do sr. Malan.

Continúa o mesmo sr.: «Julgo, pedindo licença para discordar do sr. Julio Vasques, perfeitamente accomodavel a raia divisoría ao rumo norte-sul perfeito, como projecta o dr. Varela.

«Reflecta-se que, tendo essa linha o seu ponto de partida nas cabeceiras do rio Sertão, segue em rumo N-S. a alcançar o paralelo da principal vertente do Rio Pelotas; por este paralelo então e depois pelo álveo deste rio, continuará aquella linha divisoria.

«Claro é presuppôr o projecto Varella a hypothese poi

mim partilhada, de demorar a principal vertente do Pelotas a oeste do meridiano que passa pelas cabeceiras do Sertão.

«Seria esta, parece-me, uma solução média, não precisando fazer remontar os nossos limites do Mampituba para o Araranguá, muito embora certamente se estribe o sr. Vasques na autoridade incontestada do Visconde de S. Leopoldo e na carta traçada pelo major de engenheiros Xavier de Brito.

«Ficaria dest'arte, de forma definitiva, até as suas cabeceiras, actualmente em territorio catharinense, sendo o Pelotas o limite natural entre os dous Estados: a linha divisoria, d'ahi em diante seguiria o paralelo que passa pelo banhado de Santa Barbara até encontrar o meridiano das cabeceiras do Sertão, pelo qual desceria, rumo norte-sul, em demanda do Mampituba».

O projecto do sr. Malan é inaceitavel por diversas razões:—1.) porque não ha documento que prove alcançarem as raias rio-grandenses as cabeceiras do Pelotas; 2.) porque até hoje a nossa divisa tem corrido, sem protestos, pelo álveo dos rios por nós citados anteriormente; 3.) porque a historia, a tradição e os melhores trabalhos cartographicos nacionaes têm respeitado e consagrado esta divisa; 4.) porque havendo accidentes naturaes, simples, claros, inconfundiveis, como os cursos d'agua citados, seria lamentavel contrasenso procurar meridianos e parallelos, que demandam pacientes e onerosos trabalhos geodesicos para o seu traçado sobre o terreno.

A opinião do V. de S. Leopoldo, (1ª edição), espousada pelo sr. Vasques já foi por nós contestada com a 2ª edição dos «Annaes» daquelle titular.

X

Sendo a questão de limites entre o nosso Estado e o do Rio Grande do Sul um pleito importante, embora não tanto quanto o sustentado com o nosso vizinho do norte, temos necessidade de começar o nosso estudo fazendo um retrospecto

historico dos dous Estados para, com ordem e methodo, precisão e clareza, apresentarmos todos os documentos comprobativos do nosso direito sobre o territorio reclamado pelo Rio Grande.

Na medida de nossas fracas forças procuraremos desobrigar-nos diariamente desta tarefa bem trabalhosa é certo, porém, assaz patriotica.

Vimos já que os limites que até hoje, sem uma unica reclamação ou protesto, nos separam do Rio Grande, são naturaes e perfeitamente descriminados. Repitamos: A linha divisoria começa no Atlantico á foz do rio Mampituba por cujo álveo segue até a barra do rio Sertão; d'ahi continúa pelo leito do rio Verde ou Gloria (que é o proprio Mampituba) até a sua nascente na Serra do Mar; desta nascente segue em linha recta ao rumo de N. 4 NE.—S. 4 SW., verdadeiro, a encontrar a nascente do rio Barrocas; continúa pelo caneiro deste até a sua barra no rio dos Touros; toma o leito do rio dos Touros e por elle avança até este lançar-se no rio Cerquinha ou Contas; prosegue pelo álveo deste rio até a sua barra com o rio Pelotas; e pelo álveo ou *thalweg* do Pelotasqu.e pouco depois toma o nome de Uruguay, segue até a embocadura do rio Pepery-guaçú.

Já que o Governo do Rio Grande pretende contestar-nos esta linha divisoria, perfeitamente definida, para estender a sua jurisdição sobre terrenos ao norte della, vamos provar-lhe, com documentos autenticos, que, da mesma fórma, á Santa Catharina cabe a suserania da faixa territorial comprehendida, no littoral, entre os rios Mampituba e Tramandahy e no interior limitada pelo «montes que desagoão para a Lagôa Imeri (Merim).»

*
* *

Sabem os leitores que na segunda metade do seculo XV, innumeratos rautas, luzos e castelhanos, perlustravam as aguas rumorosas do Atlantico numa porfiada lide de descobrimentos.

As prôas das caravelas e galés aligeras haviam feito em farrapos o manto tetérrio de lendas apavorantes que os protonautas sidonios e phenicios haviam ardilosamente tecido por sobre o grande mar Oceano.

O brasido dos tropicos deixára de existir. O cabo *Não*, deixára de ser o portico dantesco das perdidas esperanças para quem o ultrapassasse. A faixa equatorial não era mais o circulo ou banda de fogo que tudo calcinava.

Descobrira-se a verdade. As solidões do Atlantico povoavam-se dia a dia de brancas velas pandas em derrotas varias e os largos claros das cartas hydrographicas se enchiam de irregulares contornos das ilhas e continentes recém-descobertos.

Estes descobrimentos vieram suscitar sérias e lamentáveis desintelligencias entre as duas côrtes européas.

O tratado de Tordesilhas (7 de Junho de 1494) pareceu, por momentos, vir cohibir a desabusada cobiça de ambas.

Por que pontos deveria passar o meridiano demarcador afim de satisfazer, perfeitamente, as pretensões de luzitanos e hespanhões ?

O meridiano que mais favoravel se apresentava ás pretensões portuguezas era o que passava a 370 leguas das ilhas do Cabo Verde, cabendo as terras de oéste á Hespanha e as de léste a Portugal. Desse modo a America do Sul, ou melhor, o Brazil (que ainda vivia no incognito) era scindindo pelo meridiano estipulado no tratado acima, ao norte, na ilha do Marajó e, ao sul, apenas osculado na latitude de 28° 20'.

XI

Descoberto que foi o Brazil em 1500, para a sua costa enviou o governo portuguez varias expedições de reconhecimento e exploração. Estas emprezas maritimas foram, logo depois, seguidas de perto, por outras castelhanas.

A frota luza, que succedeu a de Cabral e que alcançou a latitude mais austral, foi a chefiada por André Gonsalves. Parece certo que avistou a costa de Santa Catharina a que deu o nome de *Terras de Sant' Anna*, seguindo até a latitude de 52° sul, donde voltou para Lisbôa.

A esta seguiram-se outras, portuguezas e hespanholas, que, na sua maioria, visitaram portos catharinenses.

Sabemos que aqui estiveram os grandes navegadores Nuno Manoel, Solis, Diego Garcia, S. Caboto, C. Jacques, R. de Acuña, etc.

Do littoral rio-grandense, por ser talvez a costa baixa, perigosa, de «terras safias e areientas», não se approximaram aquelles marujos e sempre dellas se affastavam em suas rotas para o sul. Ignora-se até hoje qual o ousado nauta que, afrontando perigos, reconheceu a costa gaúcha e á barra do seu porto deu o nome de *Rio Grande de S. Pedro*.

Emquanto permanecia ella inexplorada, os accidentes geographicos do littoral catharinense recebiam denominações originaes, algumas das quaes até, com o correr dos tempos, passaram a pertencer ao Rio Grande, como—*Patos*, por exemplo.

A propria expedição de Martim Affonso de Souza (1530—31) que percorria o nosso littoral com elle á vista, depois de reconhecer o rio *Mampituba*, a que deu o nome de—Martim Affonso, delle se affastou, indo aterrar no Chuy onde, por infelicidade, perdeu a nau capitanea a 26 de Setembro de 1531.

Vemos, pois, que desde aquella época ficou conhecido o rio *Mampituba*, nosso limite meridional na faixa littoralnea.

Ao voltar do Rio da Prata, onde plantou padrões de posse e conquista de Portugal, fundou Martim Affonso o povoado de S. Vicente na costa de S. Paulo.

El-rei, desejando galardoar os seus importantes serviços e ao mesmo tempo povoar o Brazil, dividio a costa da nova conquista em grandes tractos a que denominou «Capitanias hereditarias», cabendo a maior dellas, de cem leguas de terras, a Martim Affonso.

Seu irmão Pero Lopes de Souza recebeu tambem 80 leguas de costa em tres porções, pela carta regia de 1.º de Setembro de 1534.

Dessa doação de 80 leguas, diz a carta citada: « 40 leguas, que começarão 12 leguas ao sul da ilha da Cananéa e acabarão na terra de Sant'Anna, que está em altura de 28 grãos e um terço; e na dita altura se porá o padrão; e se lançará uma linha, que corra a loeste... »

E mais adiante: « As quaes 80 leguas se estenderão, e serão de largo ao longo da costa, e entrarão pelo sertão e terra firme dentro, tanto quanto puderem entrar e forem de minha conquista... »

Estas 40 leguas ao sul com outras 10 encravadas entre as terras de Martim Affonso formaram a Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Anna.

Vemos, pois, que o actual territorio catharinense ficava quasi todo contido nas 40 leguas do sul, que principiavam 12 leguas ao sul de Cananéa e acabavam em a latitude sul de 28° 20' (ilha das Araras, entre Imbituba e Laguna, pelas cartas modernas).

Si as conquistas portuguezas na America meridional terminavam de facto, segundo o tratado de Tordesilhas, na latitude de 28° 20' sul, como se explica ter Martim Affonso continuado sua exploração para o austro, chegando a mandar seu irmão Pero Lopes plantar padrões ás margens do Rio da Prata ?

Alguma razão politica havia por certo para justificar esse acto.



A Abrilada em Santa Catharina

Sessão extraordinaria de vinte e dous de Abril de 1831 (*)

Aos vinte e dous dias do mez de Abril de mil oitocentos e trinta e hum reunido o Ex.^{mo} Conselho extraordinariamente pelas onze horas da noite a convite do Ex.^{mo} Presidente, comparecendo unicamente os Membros abaixo assignados, foi pelo Ex.^{mo} Presidente participado que achando-se na Caza da Camara Municipal com toda a sua Familia por convite da mesma Camara para assistir ao Baile publico que éra dado em prova de regozijo que causou a Elevação do Snr. D. Pedro 2.^o ao Throno Constitucional deste Imperio, reunidas ali todas as Auctoridades Ecclesiasticas, Civis, e Militares com suas familias, e huma grande parte do Comercio, e pessoas de distincção igualmente convidadas: se ouvira pelas dez horas hum rumôr ameaçadôr na rua em frente das Cazas da mesma Camara não se persebendo o que se pronunciava pela confuzão dos gritos, e que elle Ex.^{mo} Presidente indagando o motivo, lhe participarão que hum grupo de Militares da 1.^a linha bradava abaixo elle Presidente e Commandante das Armas, e que a Officialidade dos diversos Corpos que todos ali se achavão corrião a Quartéis: Que elle Presidente se retirou então com a sua familia, e o mesmo fizeram todos os mais convidados, e que não querendo por si só deliberar em objecto de tan-

(1) Do Archivo da Municipalidade do Desterro. Copia do consocio Dr. José Arthur Boiteux.

tã monta mãdara convocar o Ex.^{mo} Conselho para se haver de proceder de acôrdo. Que devia mais acrescentar que acabava de chegar, e se achava na Sala o Commandante das Armas e certificando que a Tropa se reunia, e se armava nos Quarteis quando se ouviu soarem as cornêtas da Tropa em marcha para a praça onde se formou em linha de batalha os Batalhoens de Cassadôres n.º 8 commandado pelo Tenente Coronel João Carдозo Vieira, n.º 10 pelo Coronel Antonio Pinto de Araujo Correia, n.º 13 pelo Coronel José Leite Paxeco, 4.º Corpo de Artilharia de Pozição pelo Sarg.^{to} Mor Patriçio Antonio de Sepulveda Everard, o 7.º de Artilharia montada pelo Ten.^e Cor.^{el} Pedro Luis de Menêzes, commandando toda a Brigada o sobredito Cor.^{el} Pinto. O Ex.^{mo} Conselho então deliberou que o Commandante das Armas, prezente na Sala immediata mandásse saber da Tropa o que pretendia, o que immediatamente cumprio, enviando a esse fim o Coronel do Batalhão n.º 43 de 2.^a linha Joaquim Soares Coimbra que voltou com a resposta de que a Tropa exigia a depozição do Ex.^{mo} Presidente substituido pelo Ill.^{mo} Vice Presidente o Commandador Francisco Luis do Livramento, e do Ill.^{mo} Commandante das Armas pelo Coronel Antonio Pinto de Araujo Correia. A vista do referido acordou o Ex.^{mo} Conselho que se devião exgotar todos os meios a seu alcance para acalmar similhante rebelião Militar, e que devião os seus Membros acompanhados do Juiz de Paz o Major Francisco Machado de Souza tão bem do Ex.^{mo} Conselho, hirem pessoalmente a frente da Tropa a fazela entrar em seus deveres: ao que resolvendo-se o Ex.^{mo} Conselho, sahio ao centro da Brigada, e fez ver ao Chefe que era constante haver a Regencia do Imperio nomeado já Presidente e Commandante das Armas para esta Provincia, e que parecia proprio do nobre character Militar esperar-se por alguns dias pela chegada destas Auc-

thoridades, ao que respondeo o Chefe, que o Ex.^{mo} Conselho se dirigisse aos Commandantes dos Corpos, o que fazendo acordar hum de per si, achou a todos de humã mesma opinião, que não cedião de sua pretensão, acrescentando o Commandante do Batalhão 13 que a Tropa queria hum Chefe Militar e o Prezidente da sua confiança. Concluindo o Ex.^{mo} Conselho a sua missão, e dando vivas a Constituição, a Nação Brasileira, ao Imperador Constitucional o Snr. D. Pedro 2.^o, voltou a salla das suas sessoens, e ahi maduramente reflexionando a attitude ameassadôra da Tropa, e as consequencias funestas que se tinham a seguir sem meios algum..... de repelir tal aggressão, pelo abandono em que os sobreditos Batalhoens deixaião o Governo, e que o melhor serviço que podia prestarse a Publica tranquillidade seria demittirse o Ex.^{mo} Presidente, e Commandante das Armas: o Ex.^{mo} Presidente conhecendo que no estado de coação nada mais podia melhor resolver, promptamente annuo, e da mesma sorte o Commandante das Armas que foi consultado. Então o Ex.^{mo} Conselho voltando a praça, fez ver a Tropa que as Aucthoridades referidas se demitião, e no dia seguinte entrarião o Vice Presidente, e Commandante interino nas suas Funçoens: o que sendo ouvido pela Tropa entrou em vivas aos novos Empregados, prometendo os Commandantes dos referidos Corpos que conterião os seus soldados, afiançando a tranquillidade publica, do que para constar mandou o Ex.^{mo} Conselho lavrar a presente acta em que assinou e Eu Agostinho Leitão de Almeida Secretario a escrevi. — *Miguel de Souza Mello e Alvim — Fran.^{co} Luiz do Livramento — Antonio Fran.^{co} da Costa — Fran.^{co} Max.^{do} de Souza — João Prestes Barr.^{to} da Fontoura.*

Sessão extraordinaria de 23 de Abril de 1831

Aos vinte e tres dias do mez d'Abril de mil oitocentos e trinta e hum reunido o Ex.^{mo} Conselho extraordinariamente pelas onze horas da manhã havendo se convidado os cidadãos abaixo assignados, aos quaes foi lida a acta da sessão antecedente, e proguntao se approvavão as medidas tomadas ou se tinham algumas reflexoens a fazer abem do socêgo e tranquillidade publica, e sendo por todos aprovadas as medidas que se havião procurado deu se por impossado o Ill.^{mo} Vice Presidente o Commendador Francisco Luis do Livramento, declarando neste acto o Deputado por esta Provincia Diogo Duarte Silva, que baixando a praça no principio deste acontecimento procurando conter a exaltação que se observava bastante Povo reunido aos Militares, todos pretextando nenhuma disordem haveria, alem da pertençaõ acerca das duas Authoridades; e q. o mesmo prezenciou na praça no acto da formatura da Tropa; e constalle igual ajuntamento houvera na praça dos Quarteis: outro sim que não achava muito exacta a Acta quando diz que a officialidade corrêra aos Quarteis, pois que os Commandantes e parte da officialidade este facto lhes foi ordenado pelo Commandante das Armas, o que elle ouviu com o fim de conterem a Tropa, e o mesmo disse o Membro do Ex.^{mo} Conselho Francisco Antonio Cardôzo, e o Cidadão José da Costa Pereira; de que para constar se lavrou a presente Acta em que assignarão e Eu Agostinho Leitão d'Almeida Secretario a escrevi:—*Miguel de Sousa Mello e Alvim*—*Fran.^{co} Luis do Livramento*—*Antonio Fran.^{co} da Costa*—*Estevão Borcardo de Mattos*—*Francisco Antonio Cardozo*—*João Luis do Livram.^{to}*—*Fran.^{co} Max.^{do} de Souza*—*José Antonio Ferreira Carroz*—*Joaquim de S.^{ta} Anna Campos*—*Anacleto José Pr.^a S.^a*—*Manoel Per.^a dos Santos*—*José Perreira da Costa*—*João Prestes Barr.^{te}*

*da Fontoura—João Florencio Jordão—Joaquim Soares
Coimbra—José da Costa Pereira—Vicente José Duarte
—José Silveira de Souza—Miguel Joaq.^m do Livram.^{to}
—Jose Joaq.^m de Mag.^{es} Fontoura—Zeferino Antonio de
Souza—Manoel Antonio da Luz—José Antonio da Luz
—Marcos Antonio da S.^a Mafra—Manoel Marques
Guim.^{es}—Vicente José Ferreira Braga—Vicente Paulo
d'Oliv.^a Villas Boas—Diogo Duarte Silva.*

CONSELHO DA PROVINCIA

Do livro das actas das sessões do Conselho da Provincia, realisadas nos annos de 1824 a 1832, existente no Archivo da Municipalidade de Florianopolis, consta terem tomado parte do mesmo Conselho os seguintes cidadãos:

Anacleto José Pereira da Silva
Estevão Brocardo de Mattos
Francisco Antonio Cardoso
Francisco Luiz do Livramento
Francisco Machado de Souza
João Cardoso Vieira
João da Costa Pereira Diniz
João Lopes Falcão
João Luiz do Livramento
João Prestes Barretto da Fontoura
Joaquim de Almeida Coelho
Joaquim José de Oliveira
José Antonio Ferreira Carróz
José da Costa Pereira
José Dias de Siqueira
José Felix dos Santos Xavier
José Luiz do Livramento
Lourenço Rodrigues de Andrade (padre)

Manoel Alves de Toledo (Conego)

Mariano Antonio Corrêa Borges

Thomé Francisco de Souza Coutinho

Foram secretarios: Diogo Duarte Silva, Agostinho Leitão de Almeida e José Henriques de Paiva, que serviram com os presidentes João Antonio Rodrigues de Carvalho, Francisco de Albuquerque e Mello, Miguel de Souza Mello e Alvim, Francisco Luiz do Livramento (vice) e Feliciano Nunes Pires.

J. A. B.



Um documento curioso

CENTO E TRINTA E UM ANNOS

Da edição da tarde do *Jornal do Commercio* do Rio, extrahimos o seguinte:

«Ha pouco registravamos a existencia de um diploma mais que secular, offerecido á Academia de Medicina pelo dr. Emilio Gomes.

Agora tivemos occasião de vêr em mão de um dos descendentes da familia Silva Ramalho outro desses diplomas, documentos historicos e preciosos pela sua raridade, mesmo sob o ponto de vista artistico.

Com esse diploma deu-se um episodio interessante. O licenciado Joaquim da Silva Ramalha fôra roubado desse documento que o habilitava a «Sangrar, Sargar, Lançar ventosas e Sanguexugas». Chamado certo dia—vinte annos depois do desaparecimento—para vêr um doente, Joaquim da Silva Ramalho encontrou o seu diploma dependurado na parede e emoldurado. E, o mais curioso nesse incidente, é que o doente era a propria pessoa que lhe tirára o diploma, delle se valendo para lhe fazer concurrencia na clinica !

Não deixa de ser interessante inserir aqui os termos do diploma:

Os Deputados da Junta do Promedicato

Fazemos saber a todos os Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes, Officiaes e pessoas d'ella, com direito, e directamente deva, e haja de pertencer, que

damos licença a Joaquim da Silva Ramalho, filho do alferes José da Silva Pereira, natural da ilha de Santa Catharina, para que elle possa Sangrar, Sarjar, Lançar Ventosas, e Sanguexugas, o que poderá exercitar em todos esses Reinos, e Senhorios de Portugal, por quanto foi examinado na presença do Commissario Luiz Borges Salgado, e pelos examinadores Mauricio da Costa, e José Teixeira Guimarães, os quaes o derão por approvede abaixo de juramento que tinham recebido, como constou da Certidão, que nos apresentou, e ter praticado os annos, que dispoem o Régimento, e tambem o fez certo com a Certidão de seu Mestre com quem praticou, pelo que lhe mandamos passar a presente Carta, e requeremos da parte de sua Magestade, a todas as sobreditas Justiças, que não procedão por via alguma contra o dito Joaquim da Silva Ramalho, antes livremente o deixarão uzar de todo o sobredito, e não Sangrará sem ordem do Medico, ou cirurgião approvede, nem tirará Dentes sem ser examinado, e haverá o Juramento dos Santos Evangelhos dentro de trez mezes na Camara onde pertencer, e não o tomando será condemnado nas penas que dispoem o Regimento, para que bem, e verdadeiramente uze como convem ao serviço de Sua Magestade, e bem do Publico, o que assim cumprirão, indo primeiro assignada por dois dos Deputados desta Junta. Dada, e passada nesta Côrte, e Cidade de Lisboa aos 13 de Janeiro de 1787.

Pagou-se de feitio desta trezentos reis, e de assignar, mil duzentos reis. E eu José Manuel Correa Monteiro, Secretario da Junta do Protometicato a fiz imprimir e subscrevi—dr. João Francisco Rodrigues Paulo de Faria.»



Duas cartas do Irmão Joaquim ⁽¹⁾

I

Louvado Seja o Santissimo Sacramento

Minhas carissimas Irmãs só serve esta dar noticias da minha chegada a esta Cidade a qual foi acompanhada de muitas felicidades por q' o nosso bom Deos sempre me emcaminhou por caminhos dos seus altos fins por estas mesmas terras por onde andei, pois o meu progeto não he mais q. procurar agloria de Deos e beneficiar os miseraveis, visto a providencia do Altissimo ter servido daminha fraqueza, emfim o mesmo Senhor não deixa de obrar comsuavidade nisto mesmo. Agora me estou aprontando p^a todo o mes de Janr^o a hir a Lis^a a concluir a que se principie a grande fundação da obra do dezaggravo do SS^{mo} Sacramento. Assim não se esqueção com repetidas supplicas a Deos Nosso Senhor me encaminhe Sempre com asua graça, para poder vencer as difficul^{des} q poderei encontrar: São tantas as mizicordias com q o mesmo Senhor me tem favorecido q eu mesmo me acho confuzo. Eu heide estimar Que a nossa Irmã Maria, e Faustina vão amando mais a nosso bom D^s q se não desconssole q o mesmo Senhor lhe dará quando menos cuidar a consolação a q estão a espera, o q recomendão e q vão emcaminhando as suas dicipulas com muito temor de Deos, p^a

(1) (Copia de duas cartas pertencentes ao sr. Firmino Theotonio da Costa, um dos descendentes do Irmão Joaquim)

q ao depois ellas conheção q' só Devem amar ao mesmo Senhor,
e uão as vaidades do mundo.

A preça me não dá lugar p^a ser mas extenço.

D^s G^e m^s. a^s.

R^o, 26 de 9^{bro}. de 1794

Deste humilde Servo

Ir. Joaq^m

Vão os incluzos Traslados p^a. as meninas Escreverem por
elles.

II

Louvado Seja o SS^{mo} Sacramento

Snr. Rita de Jesus de Bitancurt

O Nosso Grande Deos nos assista sempre com sua graça para nos empregarmos nas obras do seu serviço e amor. Aqui estamos nesta Corte de Lx^a. na deligencia de conseguirmos o que tanto dezejamos, e parece que Deos Senhor Nosso nestes mesmos tempos mais calamitozos quer ser tambem por esses paizes desaggravado. Eu espero no seo poder se hade concluir hei de estimar que VM^{ce} vai continuando a fervorar as meninas, que querem serem espozas do Nosso bom Deos Sacramentado, bom he que se não descuide de orarem ao Senhor, se digne deramar nos seos coraçoens aquelle amor de preferencia a todas as coizas para estarem bem dispostas para quando chegar o venturozo dia de seunirem todas em ordem, emfim não sei explicar minha alma, pois tenho no meo coração mais, e mais dezejões de fazer nessa Ilha a caza das espozas do Senhor, ainda hoje o meo Padre espirital me fez lembrar essa obra, e creio, que Deos nosso Senhor o tem illustrado no seo coração a nescid^e que ha nessa Ilha de hum similhante estabelecim^{to}, animo e mais animo, que eu logo que chegar desta Corte pertendo la hir querendo N^o. Senhor, para darmos principio a essa

ditoza empreza, apesar das duvidas desses habitantes, q duvidão dos poderes de Deos, elles o verão para mais o louvarem a Deos. Muitas recomendações as minhas Scbrinhas e afilhada, que dezejo sejam todas desse felis numero pois já estão abençoadas desde da eternidade de toda a Santissima Trindade antes que nascessem. Aquellas que tiverem essa felicidade o Senhor as conservará comperseverança: não mando o Livro da Vida da Nossa Veneravel Madre Maria do Lado porqu quero ser o portador. Maria e Faustina vão tendo paciencia até a minha chegada, e sempre não cessem de pedir anosso Senhor se compadeça das minhas nescecid^{es}. Deos Guarde m^s, a^s, Hoje sextafr^a. 24 de março de 1797. De VM^{ce}

Humilde servo inutel

Ir^o. Joaquim



Corsarios na Costa Catharinense

PELO

Contr' Almirante HENRIQUE BOITEUX

— « » —

(Continuação da pg. 27)

O almirante Brown, depois de piratear pela altura do Cabo Frio, desceo á ilha Grande e depois a Ubatuba e S. Sebastião, onde teve de haver-se com a população que o repeliu a tiro de canhão; foi então postar-se em frente á barra de Santos onde se conservou até 21 de novembro. No intuito de buscar seus companheiros, afim de reunidos regressarem ao porto de Buenos Ayres, fez rumo para a costa catharinense, um dos pontos de reunião de antemão combinados onde pretendia fazer aguada se possivel e ao mesmo tempo alarmar as populações á beira-mar. Arvorando a nossa bandeira, no dia seguinte á sua partida apresou Brown a sumaca *S. Manoel Brasileiro*, de 112 toneladas, procedente da Bahia, de onde sahira no dia 19 com destino ao Rio Grande com carregamento de sal, aguardente e outros effeitos; tinha por capitão José Antonio Vieira Rabello e sua tripulação constava de dez homens e seis escravos. Deu-lhe Brown por capitão o tenente Diogo Johnson e mandou que seguisse para o cabo Corrientes.

«No dia 25 estavamos a 20 milhas da ilha de Santa Catharina e, forçando de vela, ás 11^h. estavamos á meia milha da praia existente na parte leste» diz o diario nautico do commandante da *Sarandi*. «Mandei a terra um bote com um official

afim de ver se encontraria agua, prevenindo-o de que se dous homens que se achavam na praia lhe perguntassem quem eram elles, lhes dissessem serem francezes, cuja bandeira traziam içada; que vinham de Montevidéo com destino ao Rio de Janeiro e que estavamos necessitados de agua. As' 12 horas regressou o bote, dizendo o official não poder atracar em um arroio que se via por causa dos muitos vagalhões; tivemos que nos fazer ao largo.

«*De Domingo 26 de Novembro ao meio dia de Segunda-Feira, 27 do mesmo:* Hoje ao meio dia, céu e horizontes claros, vento bonançoso de NE. Fomos sahindo com o desconsolo de não poder fazer aguada estando tão necessitados d'ella. A 1^h. 30^m mandou virar o General sobre a ilha dizendo que era preciso fazer agua a todo o transe. As' 3^{hs}. demos fundo em 3 1/2 braças, a tiro de pistola do arroio e foi mandado o bote com o commandante á terra e a gente armada.

«Vendo que se podia fazer agua mandamos barris á toda a pressa. As' 4^{hs}. apresentaram-se na praia como 50 homens a pé e a cavallo, sem quererem approximar-se de nossa gente, apesar de chamal-os o commandante. As' 4 1/2 se approximaram os que se achavam montados a fallar com os nossos, porém a bordo conteiramos sobre elles o canhão giratorio para caso intentassem algo. As' 6^{hs}. 30 já haviamos feito quatro pipas de agua que já se achavam no paiol.»

Não diz, porém, o diario nautico do corsarista que desde muito se achava a população em armas para prevenir qualquer insulto e que tendo sido intimados a abandonar o local tiveram de fazel-o.

«Depois mandámos o bote á terra com o sobrecarga da sumaca apresada e que dicesse áquelles homens que eramos navio de guerra de Buenos Aires, que elle era prisioneiro e oito mais que ficavam a bordo; que desejavamos desembarcal-os se permittissem e sendo feito signal affirmativo de terra, enviavamos todos E' de advertir que os prisioneiros estavam persuadidos de que o general Brown está na fragata *Buenos Ai-*

res, sobre o Rio de Janeiro, donde se achava toda a força do Chile e que vinhamos buscar outra corveta que estava sobre o Rio Grande do Sul e que juntos voltariamos para o norte.

«Perguntou-se com disfarce aos da ilha se haviam visto cruzar algum navio sobre este ponto, dizendo-nos que não. Anoticeo nublado, vento galerno do N. e demos de vela, rumo de S.S.E. afim de nos dirigimos ao Rio Grande, ultimo ponto de reunião.»

Ao anoitecer d'aquelle dia por um expresso teve o Presidente sciencia da presença do corsario na costa de leste da Ilha e achando-se no porto a escuna de guerra *Esperança*, que havia chegado no dia 15, com algumas avarias, entre ellas o leme partido, ordenou que o dito navio se fizesse de vela indo fundear na barra do sul, antes de seguir para o Rio Grande, na fôrma das ordens do marquez de Barbacena, general em chefe do exercito no sul.

Na manhã de 27, depois de reparada e satisfeita em diversas requisições, entre ellas a de seis marinheiros, fez-se de vela a escuna.

Ainda no dia 25 recebeo o presidente uma parte do governador militar da Villa de S. Francisco, que ali aportára o mestre da sumaca *Princeza Leopoldina*, pertencente áquelle porto, que fôra apresado por um lúgar inimigo (*Once de Julio*) á vista de Santos com outras embarcações. Havia dito o mestre Manoel Alves da Silva que no dia 5 de novembro fôra apresado, na barra de Santos, em frente á ponta Monduva: que no dia quatro fôra apresada a sumaca *Penha* no mesmo lugar e ás cinco horas da tarde a sumaca *Anna Maria*, estando fundeada sob as baterias da fortaleza da barra: ali chegou o inimigo á dita sumaca, cortou-lhe a amarra e afizeram seguir barra fóra, sem que a fortaleza fizesse cousa alguma; que no dia tres fôra apresada a sumaca *S. Francisco de Paula*, á vista das Queimadas; que no dia 6 fez signal o Monteserrate de avistar-se um patacho perseguido pelo dito corsario que unio-se a elle e o trouxe para junto das sumacas prisioneiras e ah;

estiveram todas até o dia 7, não sabendo se estava apesado, por não ter saltado a gente em terra.

Chegaram elle e dous marinheiros a S. Francisco.

Sobre estes aprisionamentos o Chefe de divisão Paulo Fretre de Andrade, Intendente de marinha em Santos, dirigio ao ministro da marinha, em 7 de novembro a seguinte communição: «Illmo. Exmo. Snr: Aproveito esta não esperada occa-
zião, para dar parte a V. Exa., que no dia 4 do corrente mez ás 6 horas da tarde hum pequeno corsario, que dizem ser um Lugre, que tem só hum pequeno morteiro e sessenta homens de Equiagem, tomou ao alcance de tiro das fortalezas desta barra, duas sumacas que ali se achavão fundiadas promptas asahir, huma do Capm-mór de Iguape, e outra do Rio de Janeiro, sem que as Fortalezas lhe fizessem hum só tiro; tem mandado as Guarnições para terra ellas dizem ter sido tomada pelo mes-
mo corsario, no dia anterior outra embarcação que vinha da Laguna. e no dia 5 pela manhã dentro já da Bahia deste porto, tomou outra Sumaca que vinha do Rio de Janeiro, que dizem ser a *Leopoldina*: nessa mesma tarde dizem que o dito Corsario tomou hum Patacho que vinha para o porto; a Guarnição desta ainda cá não chegou, dizem que das montanhas todos os dias se avistão estas embarcações, corsario, e presas; o corsario pouca guarnição já pode ter pelo ter distribuido pelas presas. Tres lanxa, vão a sahir este porto, cada huma com uma peça hoje sahirão, mas estas embarcações não podem sahir longo da costa. Deus G.^{de} a V. Exa muitos annos. Villa de Santos. 7 de Novembro de 1826. Illmo. Exmo. Snr. Marquez de Paranaguá. *Paulo Freire de Andrade.*

No dia 27 de novembro nova communicação recebeu o Presidente do districto de Cannasvieiras, que do outro lado de leste um corsario desembarcára o mestre e tripulação de uma embarcação apesada, ficando o commandante do districto em armas guarnecendo aquella parte da costa.

No dia 28 apresentou-se ás autoridades do Desterro o mestre da sumaca S. *Manoel Brasileiro*, Antonio José Vi-

eira Rabello e declarou que tendo sahido da Bahia para o Rio Grande do Sul com carregamento de sal, aguardente e fazendas, por conta de varios, de propriedade de Fransisco Cunha de Bittencurt Nogueira, da praça da Bahia, que na lat. 25° - 40'. long, 331° - 30' do m. do Ferro, fôra encontrado pelo corsario *Sarandí*, no dia 23 d'aquelle mez: commandado pelo commandante Brown, o qual depois de o tomar-lhe deu a direcção que o declarante ignorava. Declarou mais que e escuna teria 90 pés de quilha, 28 de bocca, guarnecida por 75 homens: quatro peças de ferro de calibre 9 por banda e uma de rodizio de bronze, de calibre 16, columbrina. Que estiveram a seu bordo cinco dias, findos os quaes os lançaram na praia das Aranhas, na costa da Ilha, sendo o total da companhia dezenove pessôas dos quaes ficaram a bordo dois escravos e na preza quatro escravos e um marinheiro.

Na mesma occasião apresentou a seguinte resalva que lhe fôra dada pelo commandante Cœ:-D^{on} Juan H. Cœ. Commandante de la Goleta de Guerra de las Provincias Unidas del Rio dela Plata mombrada *Serendy*, la que se halla en el crucero de Brazil. baxo las ordenes del General D. Guilherme Brown: Certifico que la zumaca Brasileira nombrada *San Manuel Brasileiro* ha sido prisionera por la Goleta de mi mando, em la lat. 25° — 40° S longitud 45° — 26° O meridiano de Londres. I para su resguardo doy esta al Capitan de dicha Zumaca, a bordo de la espresada frente la Isla de Santa Catalina 26 de Novembre del 1826. Assig. yn H. Cœ.»»

Querendo effectivamente saber o presidente se Brown se achava a bordo, indagou do mestre: este lhe disse que julgava ser elle um official a quem o commandante respeitava, homem idoso e côxo e que a mesma tripulação assim dizia. Disse mais que o dito corsario havia tomado mais quatro presas, sendo uma destas um bergantim de João Alves da Silva Porto, vindo de Serra Leôa, confiscando-lhe a escravatura que havia trazido da Africa e que sendo esta embarcação armada lhe mette-

ram gente e a mandaram cruzar na barra de Santos e que isto soubera por lheterem dito dous marinheiros prisioneiros do bergantim que se achavam a bordo da escuna.

Pelo exposto vê-se, pois, que, além de treis embarcações, isto é, um brigue, uma escuna e um lúgar, haviam apparecido na costa catharinense, mais aquelle bergantim apresado, navio esse que foi retomado em 4 de Janeiro do anno seguinte, e levado para o Rio de Janeiro, como deu a conhecer o Quartel General da Marinha.

De facto, no dia 11 de novembro á 1 h. 35^m da tarde, depois de ter a *Sarandi* dobrado o Cabo Frio, emquanto procurava fazel-o a corveta *Chacabuco* arvorando ambas a bandeira brasiliense, avistou a primeira dois bergantins, um reconhecido inglez, e outro nacional, que foi apresado.

Era o *Perpetuo Defensor*, precedente de Serra Leôa, com 30 dias de navegação em lastro, pois havia estado dez mezes prisioneiro dos inglezes, devido ao contrabando de escravos. Seu capitão era Antonio Mauricio de Mendonça, com doze homens de tripulação, inclusivé tres escravos e mais oito passageiros.

Para bordo do *Sarandi* foram mandados todos, tripulando elles o *Defensor Perpetuo* com quatorze homens sob o mando de um official Juan Gard, com ordem de esperar o almirante na ponta noroeste de S. Sebastião, seguindo a corveta *Chacabuco* e a presa *Urania* daquelle porto, porem para o do Desterro carregada de charque; tinha por capitão Francisco José de Rosa e era tripulada por onze brancos e dous escravos e trazia tres soldados como passageiros.

Emquanto seguiam para o sul continuou a piratear nas costas catharinenses e *Chacabuaca*.

(Continúa)



Governadores e Presidentes

GENERAL SOARES DE ANDRÉA

(BARÃO DE CAÇAPAVA)

O general Francisco José de Souza Soares de Andréa era, no Brazil, o vigoroso representante de uma illustre familia portugueza, fidalga e militar, cujas origens ascendiam, de um lado, aos tempos da dynastia de Aviz, do outro, a antepassados genovezes, dos quaes o mas celebre foi o almirante Andréa Doria, que estivera na Peninsula Iberica ao serviço de Carlos V. Da Hespanha um ramo dos Andréas de Genova passára para Portugal. Mas o general Soares de Andréa nada tinhado que caracteriza o typo peninsular: era antes um septentrional-- alto, alourado, corpulento, de constituição espessa, rosto tumido, de uma côr baça de cêra. Os olhos, pequenos, argutos, vivos, emmolduravam-se em palpebras salientes, pesadas. Possuia bôa intelligencia e grande cultura.

Nascido em Lisbôa a 29 de Janeiro de 1781, o general Andréa assentára praça como cadete, aos quinze annos, no regimento de infantaria 2, encetando logo o curso de engenharia e navegação, que concluiu com grande distincção e brilho.

Em Portugal fez a campanha de 1801 contra a Hespanha e foi promovido a segundo-tenente em 1805. Veiu para o Brazil na mesma náu que conduziu o principe

regente, depois D. João VI, e desembarcou no Rio de Janeiro a 7 de Março de 1808, sendo promovido no dia seguinte a primeiro-tenente. Dessa data a 1817 foi empregado no Archivo Militar e desempenhou varias comissões de engenharia. Nesse anno serviu na expedição de Luiz do Rego contra a revolução de Pernambuco, sendo encarregado da secretaria do governo e da organização militar dessa então capitania. Ahi prestou esplendidos serviços administrativos, "cabendo-lhe a honra de desagradar á crudelissima alçada, por intervir mais de uma vez em favor das victimas destinadas a supplicio», como diz Macedo no seu *Anno Biographico*.

Em 1826 foi promovido a brigadeiro, tomando parte na campanha Cisplatina e, entrando no anno seguinte na celebre batalha de Ituzaingo, como ajudante-general, foi um dos poucos officiaes generaes que, consultados nesse combate sobre a conveniencia da retirada, acompanhou o marechal Brown no protesto contra semelhante medida de guerra.

Achava-seno Pará em Maio de 1831 quando abdicou D. Pedro 1 e, apesar das tentativas de deposição dos liberaes a esta tropa, manteve-se como commandante das armas até que o governo geral determinou que regressasse ao Rio.

Suspeito ao partido dominante, taxado de membro proeminente da malfadada ou malsinada Sociedade Militar, que por esse tempo se fundára na capital do Imperio, com o intuito, dizia-se, de restaurar no throno a D. Pedro 1, associação essa que teve as mais funestas consequências e provocou em grande parte a chamada *guerra dos farrapos*; tido, além disso, como um dos chefes de peso do partido *caramuru*, que trabalhava pelo mesmo fim, — foi preso e enviado para o Rio-Grande do Sul, onde logo depois teve a incumbencia de trabalhos militares. Ahi demorou-se até 1835, data em que, continuando ainda a asso-

lar o Pará a revolução dos *cabanos*, o governo o nomeou presidente e commandante das armas daquella provincia.

A revolução dos *cabanos* ou *cabanada* era de ordem politica, scial, administrativa, mas principalmente, na massa popular, de natureza religiosa; uma sedição do contra povo a Maçonaria, feita pelos vigarios, os padres, tendo por chefe supremo o conego Baptista. A revolução começou proclamando a comarca do Rio Negro independente do Pará, Em seguida, pelas suas victorias, conseguiu ter a seu lado o proprio presidente da provincia, general José Joaquim Machado de Oliveira, que ia ser substituido pelo desembargador José Mariani e commandante das armas tenente-coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, o que assim não succedeu por terem sido estes repellidos e não poderem tomar posse (Abril de 1833), voltando immediatamente para o Rio.

O governo geral enviou então como novo presidente a Bernardo de Souza Lobo e commandante das armas o tenente-coronel Joaquim José da Silva Santiago, os quaes os insurrectos deixaram empossar-se de seus cargos para em breve os assassinar na praça publica (7 de Janeiro de 1835), acclamando presidente o tenente-coronel Felix Antonio Clemente Malcher e commandante das armas o celebrado Francisco Pedro, o *Vinagre*. Subito divergiram estes dois homens e, estando em luta, cada um com os seus partidarios, coube a victoria a *Vinagre*, que aprisionou o companheiro e immediatamente o mandou matar.

O governo imperial nomeou ainda um novo presidente, o marechal Manuel Jorge Rodrigues, que, assumindo a residencia, logrou a principio derrotar *Vinagre*, o qual, sob falso juramento de submissão, foi ganhando tempo a reunir maior numero possivel de sectarios, o que por fim obteve, atacando inopinadamente o Marechal Ma-

nuel Jorge e forçando-o a deixar a cidade de Belém pela ilha da Tatuóca, para onde se passou provisoriamente a séde da administração, que ahi esteve até á chegada do general Andréa.

II

Andréa chegou á Ilha da Tatuóca a 11 de Abril de 1836, empossando-se desde logo do governo; e, com a sua energia e actividade extraordinarias, dispondo de 1.000 homens de infantaria e apoiado nas forças navaes, ao mando do Capitão de mar e guerra Frederico Mariath, sitiou Belém, que tomou alguns dias depois, em Maio do mesmo anno, assenhoreando-se em seguida de todo o Pará, sendo assim jugulada a insurreição. Mas, na grande obra do estabelecimento da ordem (diz Macedo no seu *Anno Biographico*) foi ás vezes arbitrario, e, comprimindo resistencias cusadas ou fazendo castigar actos atrozes, fez-se temer pelo rigor ", o que lhe custou tremendas accusações movidas por Souza Franco na Camara dos Deputados, quando, ao deixar o general a administração da grande provincia do norte, voltou para o Rio de Janeiro em 1839.

Semelhantes accusações, porém, foram immediatamente batidas ou desfeitas pelo proprio Andréa, e de modo triumphal. Antes, comtudo de verificar-se como isso se passou, convém saber quanto devia o accusader á pessoa venerando do celebre estadista accusado.

Ao investir-se da presidencia do Pará, soube Andréa que a um moço, Souza Franco, estudando na Europa por conta dos cofres publicos, havia sido suspensa, por absoluta inopia dos mesmos cofres, a pensão que ali o mantinha. O illustre brigadeiro e administrador, homem de coração e de alto espirito de justiça, disse logo:—" Isto não é possivel! Ser'a um attentado, uma perfidia, dei-

zar-se atirado em terra estrangeira, e sem recursos, um moço digno e de merecimento». E mandou immediatamente restabelecer a pensão:

Como era natural, Souza Franco, achando-se na mais afflictiva situação na Europa, ao ter conhecimento da magnanimidade do general, apressou-se em agradecer, escrevendo-lhe reiteradas cartas, em que o chamava de "pae e protector incomparavel", não pondo limites ás palavras para exprimir a sua gratidão.

Andréa tinha por habito, systematicamente, guardar, bem classificados e rotulados, todos os seus papeis, quaesquer que elles fôsem. Por essa razão, quando falleceu, em S. José do Norte, no Rio-Grande do Sul, como no palacete das Laranjeiras—sua habitação quando estava no Rio—foram encontrados, entre as suas malas e moveis queridos, numerosos caixões repletos de papelada. «Porque—costumava dizer—sendo homem publico, ora exaltado, ora deprimido, convinha responder aos detractores com as proprias armas delles", o que fez em muitas conjecturas celebres e, entre outras, nesta que ora mencionamos.

Souza Franco, posteriormente visconde do mesmo nome, protegido do general, como acima se viu, apenas este chegou ao Rio, entrou a accusal-o com estranha violencia. Nestas circumstancias, Andréa usou de um estratagemma, surtindo magnifico effeito: supplente de deputado, conseguiu que o proprietario da cadeira não comparecesse ás sessões e, convocado clandestinamente, appareceu de repente na Camara deante de Souza Franco e, em resposta ás terriveis objurgatorias, defendeu-se plenamente, tornando publicas ahi as cartas em que era chamado» pai e maximo bemfeitor". A' leitura da terceira dessas cartas perante a Assembléa, esta e as galerias promperam em taes manifestações de horror e execração

ao accusador, que este teve de tomar a fuga, a salvar-se da apupada.

Obtida a colossal victoria, o general não compareceu mais ás sessões.

Nessas épocas de tumulto e organização social, o exito, sempre alcançado por Andréa em todas as investidas, quer de character propriamente militar, quer de character administrativo e de representação publica, era devido não só á sua capacidade intellectual e á sua illustração, como ás qualidades de ordem moral e physica, que possuia tambem em gráo eminente.

Aos 55 annos, era ainda Andréa um importante organismo de homem, de porte e estrutura athletica, rijo, membrudo, muscular. A sua voz imperiosa e retumbante de militar e de tribuno, falando muito rapidamente, exercia sobre todos incontestavel supremacia, e tinha sempre respostas incisivas e esmagantes para a generalidade dos assumptos. Como todo o bom general e administrador, manejando soldados ou multidões, conhecia bem os homens: os seus pequenos olhos de elephante, luzentes de vivacidade, sondavam, atravessavam os interlocutores. Duro, inflexivel, autoritario nas funções officiaes, tinha, entretanto, no trato particular e intimo, amenidades captivantes. Amigo, ninguem o excedia em dedicação e lealdade. Das longas e hereditarias tradições de côrte, conservára o uso medieval de ser invariavelmente gentil com as damas, cuja mãos beijava reverente, á maneira de um gentilhomem do tempo de Luiz XIV.

De severidade moral incomparavel, não admittia hesitações sobre este assumpto. Tinha uma larga vida de factos singulares. A altissima idéa que fazia da autoridade impellia-o a rigores, mesmo pessoaes, falando ás vezes asperamente ou fazendo retirar, a golpes de bastão, nas ruas e praças, o chapéo aos transeuntes que, ao passar por elle, inadvertidamente ou por audacia, o não sanda-

vam. De uma feita num theatro da Bahia, provincia que então presidia, acolheu com sorrisos approvadores e paternaes o filho, major Andréa, que acabava de chicotear num camarote um poeta que ousára recitar um soneto pilherico e tolo contra a tyrania, o neronismo do general.

Mas, ao terminar o spectaculo, em presença da sua comitiva, chamou o major Andréa—que era ajudante de ordens da presidencia—e disse: — «Como filho, cumpriu o seu dever e só merece luvores; como militar, exorbitou, e deve recolher-se preso, por oito dias, ao estado-maior.» Sua esposa e duas filhas ficaram desoladas com semelhante acto, que humilhava o filho e irmão adorado, pasmas, além d'isso, de que o general tal fizesse. E durante alguns dias desfizeram-se em rogativas e pranto em torno d'elle, para que soltasse o filho. Andréa, entretanto, foi inflexivel—e o major ajudante de ordens cumpriu toda a prisão.

Em Santa Catharina, quando foi da invasão dos *Farrapos* (revolução republicana de 1835), tendo de pôr em pratica a lei do recrutamento, obrigou o seu compadre e maior amigo ali, o coronel reformado do exercito Manuel de Almeida da Gama Lobo d'Eça, a assentar praça nos filhos, dizendo muito naturalmente que "era para dar o exemplo, pois a justiça começava por casa". O compadre, que o conhecia como ninguém, no dia seguinte levou os filhos a jurar bandeira na tropa de linha.

Por occasião da mencionada guerra dos *Farrapos*, ao assumir Andréa a presidencia da provincia e o commando das armas (17 de Agosto de 1839) no mesmo dia da chegada ao Desterro, á noite, em o salão de honra do palacio, presentes as principaes autoridades civis e militares, chefes politicos e pessoas gradas da terra, o presidente substituido, brigadeiro João Carlos Pardal, chamando-o de parte, depois de pô-lo ao corrente da mar-

cha dos acontecimentos publicos e da occupação da Laguna pela divisão revolucionaria de David Canabarro e Garibaldi, sacou do bolso uma folha de papel e disse-lhe que era aquella a lista nominal dos *Farrapos vermelhos* de Santa Catharina, que haviam dado mão forte aos revolucionarios rio-grandenses e estavam a embaraçar a acção da legalidade. Abria essa lista o nome do mais prestigioso dos chefes do partido conservador de Santa Catharina, o abastado fazendeiro Joaquim Xavier Neves, avô materno do Dr. Hercilio Luz, actualmente senador federal, e tambem o chefe politico mais popular e querido daquelle Estado.

Andréa tomou do papel e, approximando-o de um dos lampeões e queimando-o, disse humoristicamente ao brigadeiro Pardal:—“Eis a que estão reduzidos os seus *Farrapos*”.

Nessa época, achando-se em serviço militar a guarda nacional e tendo o novo presidente de organizar forças para expulsar o invasor que occupava a Laguna, desde 22 de Julho de 1839, o que conseguiu com o maior exito a 15 de Novembro do mesmo anno, em que foi totalmente aniquilada a esquadra da Republica Rio-Grandense ao mando de Garibaldi, escreveu elle proprio, rapidamente e de improviso, como sempre fazia, um dos seus singulares e estranhos despachos no requerimento de um carniceiro ou açougueiro que, já havendo prestado alguns serviços de guerra como simples soldado da guarda nacional, impetrava a sua promoção a alferes dessa mesma milicia, cujos officiaes usavam então um distinctivo apropriado na gola e no punho da farda. Sabe-se que nesse tempo os carniceiros ou açougueiros das pequenas cidades desempenhavam tambem as funções de magarefe; sabe-se egualmente que pelas ordenanças do conde de Lippe—que eram as portuguezas e as nossas—o official do exercito, depois de reformado, podia exercer todo e qual-

quer emprego, menos o de magarefe, para que não confundisse o militar que mata no campo de batalha em defesa ou desaffronta da patria, com o magarefe, que o faz —com os brutos, é verdade— mas friamente, descaroavelmente, por officio. Eis o curioso despacho de Andréa:

"Quem mata, pica, esfola
Não bota canhão nem golla".

um portuguez que fôra recrutado e procurava livrar-se da praça, allegando a sua qualidade de estrangeiro, o general indeferiu a petição do seguinte modo:

"Você é portuguez?
Eu tambem sou;
Siga para a guerra,
Que eu já lá vou".

Durante a presidencia do Rio-Grande do Sul, que durou de 27 de Julho a 30 de Novembro de 1840, ainda em plena revolução *farrapa*, Andréa, embora no meio dos mais complexos, difficeis e graves negocios da administração e da guerra a resolver, sempre na sua inexgotavel *veia* humoristica, porque era do seu temperamento, deu largas, como em toda a parte, no Pará, na Bahia e em Santa Catharina, aos seus despachos originaes e cheios de facécias, pois entendia que certos assumptos ficavam bem resolvidos por esse modo. Assim é que de uma vez, naquella ex-provincia do sul, andando muito impertinente e acirrada, entre dois lavradores, uma velha questão ou demanda sobre a posse de uns terrenos, o general apenas os respectivos papeis lhe foram ás mãos, deliberou dar-lhe um "golpe de morte!", como dizia; e, baseado no principio do *uti possidetis*, despachou:

“ O terreno possuido
Pertence a cada qual.
Soares de Andréa,
Tenente-général”.

Apezar de arbitrario e dictatorial—pois que sempre governou em épocas anormaes, e de outro modo não teria talvez conseguido realizar os altos feitos de administração publica que constituíram e constituem a sua gloria—era o general de uma grande lealdade e cavalheirismo.

Quando o governo conservador, depois de esmagar a revolução dos *Luzias*, em S. Paulo e Minas (1842), e o então Barão de Caxias voltou á Côrte, victorioso do terrivel encontro do arraial de Santa Luzia (20 de Agosto do mesmo anno), em que os rebeldes combateram heroicamente, desde ás 8 1/2 horas da manhã até noite fechada contra forças do exército tres ou quatro vezes superiores e muito bem armadas,—o ministerio de 23 de Março de 1841 enviou Andréa a presidir a ultima das mencionadas provincias, pensando encontrar nelle um energumeno apropriado para flagellar os vencidos.

Nessa época, a viagem da Côrte a Ouro Preto era uma tormentosa e difficilima jornada, em que se consumiam muitos dias. As alterosas montanhas e os profundos valles em estradas traçadas mais pelo uso que pela engenharia, eram um estendal infinito de penhascos e caldeirões. Os cavallos estropeavam-se, inutilizavam-se facilmente—e só a estrutura d'aço das mulas conseguia desempenhar a tarefa. Em excellentes destes animaes partiu do Rio o general com a sua comitiva, internando-se para o interior em demanda da capital da grande e rica ex-provincia onde nasceu Tiradentes. Na Serra da Mantiqueira, já nas proximidades de Ouro Preto, dizia elle ao seu intimo amigo e auxillar de toda a confiança, capitão-tenente Francisco Luiz da Gama Rosa:—“O go-

verno investiu-me desta commissão para martyrizar os vencidos; mas está enganado, porque eu não sou nenhum verdugo, nem venho armar pelourinho!”

A jornada proseguia. Numa madrugada de Setembro, cheia de uma brisa cortante e álgida, restos do inverno, que tinha sido frigido naquelle anno, sob um céo azul esgazeado batido pelos fulgôres alegres e lindos do rosicler, o presidente com a sua comitiva, consideravelmente augmentada agora pelas autoridades e vereadores municipaes, que se lhe reuniram no trajecto, entrou no tétrico e avernoso recinto de Ouro Preto, asperimo sólo de rocha requeimada, cahotico, labyrinthico, como toda região de origem vulcanica. A velha e historica cidade, de casas atarracadas e escuras, pousada em soccos de toda a ordem, tinha bem o aspecto de um cárcere colossal, guardado na solidão immensa pela gigantesca sentinella granitica do Itatiaia. Com a recente revolução a antiga Villa Rica, a vetusta cidade da Inconfidencia, com as habitações em parte abandonadas ou fechadas revestia uma apparencia melancolica e desolada. As ruas e praças, accidentadas e negras, permaneciam em geral desertas, varridas pelo pavor.

O general Andréa dirigiu-se immediatamente ao Paço Municipal a tomar pósse do governo; e logo após, ainda uniformizado á grande gala, desceu ás prisões do andar terreo, onde, encontrando a maior parte dos presos politicos sem o minimo conforto e carregados de algemas, disse, emocionado, ao chefe de policia:— ”Isto é um horror. Os presos não podem nem devem soffrer duas penas. Ou bem cadêa ou bem algêmas. Ou encerrados e desalgemados aqui dentro, ou livres e com algêmas lá fóra. ” E ordenou incontinentemente que os presos politicos fossem separados dos presos communs, fazendo-os tratar com humanidade e respeito.

Esses presos, que se tornaram depois amigos depi-

cados de Andréa, eram, entre outros, Theophilo Benedicto Ottoni, José Pedro Dias de Carvalho, conego José Antonio Marinho, João Gualberto Teixeira de Carvalho e vigario Joaquim Camillo de Britto, então os chefes mais proeminentes do partido liberal de Minas.

III

Uma das pilherias governamentais, constantemente usadas pelo general, consistia num *truc* curioso. Recomendava sempre, com toda a seriedade, aos commandantes das escoltas mandadas a prender alguém de certa importancia:— "Cerquem-lhe a casa, façam grande matizada, mas deixem-lhe um ponto livre por onde possa escarpar-se. Por tal fórma, accrescentava, assusta-se o homem, deixando-o em paz, sem o ter de aturar. Elle emendar-se-á, não cairá noutra, e julgará dever á propria astucia aquillo que, na verdade, só a mim me deve e á minha magnanimidade."

Em Santa Catharina recebeu, uma vez, um requerimento em que o peticionario, queixando-se amargamente dos cães de um visinho, reclamava instantes providencias sobre o caso. Andréa despachou logo: "Como o negocio é de cães, passa fóra !..."

Entre os episodios mais interessantes occorridos no Pará, durante a guerra da *cabanada*, conta-se o succedido com o coronel de engenheiros S. Pedro, então capitão commandando uma pequena força de linha. Um dia, esta força, levada pela longa miseria e pela fome, revoltou-se, quando em marcha nas mattas, contra o commandante e os officiaes, e, attribuindo-lhes toda a sua desgraça, resolveu assassinal-os e debandar depois, desertando. Para isso, numa occasião em que estavam acampados, dirigiram-se os soldados ao commandante, que descansava na sua barraca, intimando-o a conduzi-los ao po-

voado mais proximo e provel-os de tudo, sob pena de o matarem. Serenamente, corajosamente, sem o menor signal de inquietação, o capitão S. Pedro objectou-lhes:— "Não, da minha jornada não me afasto um passo. Hei de cumprir o meu dever, marchando ao encontro do inimigo para batel-o. Entretanto, se quizerem, matem-me; aqui estou. Mas lembrem-se de que nada alcançarão com isso, pois incorrerão num fuzilamento certo, irrevogavel. O general Andréa, apenas tenha conhecimento do facto, esmagará a todos vocês com a mais terrivel punição..." E era tal o panico que o nome do famoso presidente impunha a todos os espiritos, que a soldadesca indisciplinada voltou immediatamente á ordem nas fileiras.

Em questões de brevidade, de promptidão, de synthese na exposição do pensamento, quer falado, quer escripto, como na pratica e realização de actos de toda a especie, principalmente da administração publica e da militança, o marechal era tão exigente e intransigente que, a todo o requerimento prolixo despachava logo: *Resume e volte*; a todo o solicitante de exposição divagativa ou diffuza atalhava de repente, abruptamente, com uma palavra expressiva, concisa e facêta, mas dita com a maior seriedade e austeridade, obrigando logo o individuo a ser breve, resumido.

A todo aquelle a quem incumbia de um recado, diligencia, missão pequena ou importante fôsse civil ou militar, humilde ou de certa posição, e que, após receber as suas ordens, ousava ter um leve *mas* de objecção ou de ponderação. Andréa, com os seus olhos a faiscarem impaciencia e cólera, numa funda indignação, porque não admittia o menor retardamento, a menor molleza ou vacillação em coisas de serviço publico ou de guerra, despedia-o numa rajada aniquiladora:—"Não vale nada... retire-se!..." E o preopinante era para sempre apartado, escorraçado da sua presença.

A par disso, era um artista, um estheta em todos os assumptos. Não podia vêr nada em desordem, nem papel official, nem mesmo particular—officio, cartão ou carta—amarrotado, mal dobrado, mal cortado, offerecendo aspecto desagradavel, irregular. Se petições ou outros documentos lhe appareciam, como era muito commum então, num certo papel de linho ordinario e mal manufacturado, que apresentava as beiras ou extremos aparados imperfeitamente, com recôrtes, bicos, falripas impossiveis, como se houvera sido aparado violentamente, de rasgão e ao acaso, despachava infallivelmente: — *Faça a barba, e volte.*

O general Andréa teve sempre, através da sua vida prodigiosamente trabalhosa e activa, predilecções delicadas de coração e de espirito, que perfeitamente caracterizam uma organização superior. Adorava as creanças, as mulheres, os passaros. Quer no norte da Brazil, quer no Rio de Janeiro, vivia sempre cercado de corrupiões, as aves que elle amava.

Apenas erguia-se, pela madrugada, o seu primeiro cuidado era soltar-os, pôl-os fóra da gaiola, para que lhe andassem, durante o dia, em derredór. Esses passaros singulares, ricamente vestidos de pellucia negra e amarello côr de ouro, bico e pés pretos, e olhos azues de *miss*, com o seu grande ar perscrutador e audaz, de finos coscovilheiros, mettiã-se-lhe pelos papeis, escolhendo-os, separando-os, abrindo enveloppes, arrazando tinteiros, catando com os biquinhos folhas de livros preciosos. O general observava-os, acompanhava-os em todas as pequenas evoluções, sorrindo, com attenção e carinhos paternaes ou avoengos, encantado daquella faina executada ás vezes com excepcional agudeza e intelligencia. E só quando a affluencia de serviço era além de medida, atarefado, exacerbado, os expellia pelas janellas ou para o interior do palacio, chamando-os, porém, ao findar do expediente,

para o jantar, onde esses passaros lhe disputavam as iguarias no prato, ou entre os labios, dando-lhe accidentalmente uma ou outra ferroada que o fazia praguejar.

Nas funcções de engenheiro militar, abrindo estradas, fazendo o nivelamento do Rio de Janeiro, dissecando os paúes da Boa-Vista, reparando fortificações, levantando outras, construindo pharóes (o da Rasa e o da barra do Rio-Grande do Sul), tirando plantas, determinando posições para acampamentos, concentração de forças (em Caçapava por occasião da guerra contra Rosas em 1848), demarcando limites nas fronteiras do sul, em tudo isso, como no desempenho das attribuições complexas e incomparavelmente mais graves de estadista e administrador—o general Andréa foi sempre um forte, um poderoso, um infatigavel homem de talento e de acção.

A unica provincia, cujo expediente e trabalhos de administração conseguiram fatigar de algum modo esse privilegiado organismo, com o systema que tinha de fazer tudo por si mesmo, estudando e minutando todos os assumptos, indo em pessoa verificar todas as coisas, foi a de Minas. Della dizia sempre:—"Não é uma provincia, mas uma nação».

Altamente instruido, dotado de uma capacidade administrativa á Pombal, Andréa possuia uma educação classica completa, abrangendo generalizadamente os acontecimentos politicos, scientificos e litterarios de então. As suas leituras preferidas eram Molière, Racine, Voltaire, Pascal, Montesquieu, Lavoisier, Turgot, Laplace, Leibnitz, Herschell, Goethe, Milton, Bacon, Berkeley, Adam Smith, Walter Scott e os quincentistas portuguezes. Sabia de cór os *Lusiadas*, os poetas mais famosos da epocha em Portugal e Brazil, os sonetos de Bocage e as *Lyras* de Gonzaga, o que era aliás um cacoête de todos os homens cultos desse tempo.

Sempre muito gentil com as damas, conforme se

viu, á maneira gentil-homem e medieval, era de extrema solicitude e delicadeza para com a consorte, D. Germana Victoria, virtuosa e admiravel senhora de alta linhagem portugueza.

O general raramente voltava de um passeio ou pequena jornada que lhe não trouxesse uma lembrança, um mimo--flôres, fructas, rendas. Uma vez, o seu grande amigo capitão-tenente Gama Rosa interrogou-o sobre esse longo e incansavel *flirt*. O general respondeu-lhe, num enternecimento: — "Devo a Germana os meus dias de verdadeira felicidade, as minhas maiores alegrias. Tem sido a dedicada e carinhosa companheira de toda a minha vida. Quando veio de Lisboa para o Brazil, onde eu já estava havia dez annos, disse-me logo ao chegar:--"Tenis sido sempre, e serás até morrer, um cadête.. Olha, si houveste por ahi alguma creança,provinida de qualquer estroinice que porventura hajas feito, tral-a para casa, que será nosso filho..." Tão raro coração e virtudes me subjugaram eternamente, concluiu Andréa".

Existe nesta capital, á rua das Larangeiras, um predio — o que tem o n. 181 dessa rua— construido pelo general para habitação da familia, e sob planos inteiramente seus, que indica bem as tendencias fundamentaes da personalidade singular desse homem. E' um casarão fidalgo, sem grande elegancia architectonica, mas uma especie de fôrtealeza, atarracada, indistructivel, propria a resistir aos seculos. Era ahi que o general gosava, com a sua amada descendencia, os curtos descansos das suas longas commissões de engenharia, das repetidas campanhas civis e internacionaes do primeiro e segundo imperio, e das suas graves, trabalhosas administrações. Ainda como um dos assignalamentos caracteristicos da personalidade verdadeiramente superior de Andréa, deve registrar-se aqui que jamais nenhum dos seus amigos, dos seus intimos, logrou sorprendel-o num momento de tris-

teza ou desanimo. Estretanto, quando se falava em torno delle de fallecimentos, suicidios, desastres, combates, nunca deixava de commentar esses factos com a seguinte expressão favorita, saturada de sua philosophia individual: “ Ter de morrer, na verdade, é o diabo: mas ter morrido, sem duvida, é negocio ».

Achava-se no Rio-Grande do Sul, como Presidente da comissão de limites entre o Brazil e o Uruguay, quando recebeu a noticia de haver adoecido gravemente sua esposa. Embarcou logo para a Côrte, porque, como diz Macedo: “ O coração tem seus direitos: o velho marechal chegou a tempo de receber o ultimo suspiro da sua comahneira de quasi meio seculo “. Por essa occasião, o Imperador deu-lhe o título de Barão de Caçapava, pelos no taveis serviços de engenharia militar e pelo espirito de consumado estrategista ou grande chefe de guerra, salientado no preparo de rectificações e escolha dessa cidade dos pampas rio-grandenses para concentração de forças como vimos, mencionada na campanha de Rosas, em 1848. Fallecida a esposa, “ coberto de luto e confrangido de dôr, diz ainda Macedo, o Barão de Caçapava voltou, no cumprimento do dever, aos campos do Sul ”.

Como o fim de todas as coisas é triste, este homem extraordinario, de espirito desassombrado, individualidade de athleta, sadia e sóbria, sempre prompta para a luta entrou em crepusculo com um grande tédio dos acontecimento sociaes e dos homens.

Vinha de concluir a demarcação de limites com o Estado Oriental, demarcação muito melindrosa, quasi toda de ordem convencional, subjectiva ou abstracta na ausencia de assignalamentos naturaes do terreno. Este assumpto, sobre o qual existiam apenas duvidas de menor importancia, constituindo o ultimo precioso serviço prestado á nação pelo glorioso general, tornou-se no seu remate, ponto de viva e acrimoniosa discussão, por meio de cor-

respondencia official, entre Andréa e o ministro do exterior daquella época, por traz do qual sabia-se estar a figura poderosa do Imperador. Os officos de parte a parte nesa discussão renhida tornaram-se por fim, numerosos e violentos, principalmente os que saíam do punho do general, que não recuava um passo na luta.

Tão forte tempestade num organismo de 77 annos, dos quaes sessenta consagrados á vida militar e á administração publica, junto ao terrível golpe experimentado nos ultimos tempos com a perda de esposa adorada, não poderia deixar de trazer-lhe a total destruição. Foi o que succedeu a 2 de Outubro de 1858, na Villa de S. José do Norte, no Rio-Grande do Sul, onde jaz o excepcional administrador e estadista num grande tumulto construido pela piedade e gratidão popular. De uma vez, a familia quiz transportar para o Rio de Janeiro os despojos do seu eminente chefe, mas teve de desistir do enternecido e carinhoso intento, ante a imposição affectuosa da população daquella villa, que se empenhou para conservar ali o monumento celebre, encerrando os ossos do grande homem.



Estas impressões, em algumas de suas passagens, me foram de viva voz narradas pelo illustre marechal Visconde de Beaurepaire Rohan, pelo Barão de Batovy e pelo tenente-coronel Joaquim da Gama Lobo d'Eça; mas na sua maior parte, recebi-as eu do capitão de mar e guerra Gama Rosa, amigo intimo do general Andréa, em longas e saudosas palestras, ahi pelos annos de 1890-91.

O venerando commandante Gama Rosa, então com cerca de 80 annos de idade, era ainda um rosbusto martuheiro, escarlate, tostado, a barba em collar, com uma

physionomia larga, bonina, caracterisando bem a energia e a força.

Essas palestras prolongavam-se em tardes luminosas, inolvidaveis, no seu asceterio do Castello, um amplo pináculo rochoso, ao sopé do qual se desenrolam a vastidão e o esplendor sem par da bahia da Guanabara e do Atlantico mar em fóra... *Steamers* singravam, focgran-do as machinas, impelindo grossos rolos de fumo ao Azul abrindo estradas brancas nas aguas. Grandes cordões de gaivotas e procelarias, traçando no setim da atmosphera linhas, figuras, manobras complexas de vôos, demandavam velocemente o pouso das ilhas escavadas e desertas da barra.

Na penumbra, que lentamente se fazia na sala, o velho homem do mar erguia-se, ia até á janella, e, enquanto eu revia no espirito o legendario vulto do celebre general e os illustrativos episodios historicos que ouvira, o seu longo olhar nostalgico, já ennevoado por uma vida octogenaria, perdia-se como no passado remoto que a sua lembrança evocára, na linha cinzenta que o crepusculo desoladamente adensava nos horizontes longinquos do mar...

Rio de Janeiro.

Virgilio Varzea.



Caldas da Imperatriz

(CALDAS DO CUBATÃO)

Na Provincia de Santa Catharina

Pelo Dr. Ismael da Rocha

(Continuação da pg. 158, Vol. VI)

As aguas intitulasdas do Sul, pois existe outra fonte, tambem quente, do Norte, d'ahi a legua e meia, e perto de um affluente do rio Cubatão, para o qual corre o ribeirão das Aguas Claras, surdem do chão por traz do edificio, e no meio de um reservatorio de pedra e cal, d'onde são distribuidas em canos de chumbo até as torneiras das banheiras, formando e excedente um regato abundante, que, d'ahi a sessenta passos, se perde no ribeirão, em cujas margens notei, muito junto a ellas, uns dous ou tres lagrymaes, em geral cheios de limo, e com temperatura igual à da agua do reservatorio.

E' ella, como já disse, de 32° Reaumur.

Na tarde do dia 3, sendo o ar ambiente de 16°, apenas mergulhei o thermometro, subio o mercurio aos 32°, e parou.

Na manhã seguinte, ás 6 horas, novamente marcou 32°, quando a temperatura atmospherica era de 11°.

À uma consideração interessante presta-se este resultado: Em Junho de 1833, o Exm. Snr. Dr. José Martins da Cruz Jobim, achando-se nas Caldas da Imperatriz, procedeu a essas mesmas observações, e no trabalho que apresentou indicou aquelle gráo 32, como o da temperatura constante das aguas, o que quer dizer que, no intervallo de quarenta e tres annos, ellas não

soffrerão a menor alteração em seu calor natural. Que virtudes, porém, poderão ter ?

Sò uma analyse qualitativa e quantitativa, cuidadosa, deverá dar resposta cabal á pergunta, para o que tive a honra de remetter já a S. Exa. o Snr. Ministro do Imperio dous garrafões. ficando de enviar outros, logo que houvesse requisição n'esse sentido.

O Exm. Snr. Dr. Jobim, a tal respeito, depois de declarar que n'essas aguas não encontrára abundancia de substancia alguma mineral, que lhes dê grande actividade therapeutica, accrescenta:

« Nunca diremos, porém, que ellas sejam distituidas de utilidade, não só pelo que ouvimos contar de suas virtudes, como porque é possível que contenhão principios preciosos, inapreciaveis pelos reagentes chimicos. Nós sabemos que muitas aguas thermaes, parecendo identicas ao chimico, são com tudo muito differentes pelas suas virtudes, e que aquellas, em que se tem podido determinar os principios existentes e suas proporções, nunca podem ser exactamente imitadas pela arte, o que prova que n'ellas existem muitas vezes principios que as tornão summamente vantajosas na sua applicação na Medicina, e que não podem ser conhecidos. »

A ligeira analyse qualitativa das Aguas das Caldas, a que procedi, não me deu resultado algum notavel. Não turvam a côr amarella do chlorureto de ouro, o que indica que não contem quantidade sensivel de materias organicas; não alterão a côr das tinturas de turnesol, de curcuma e campêche; com o nitrato de prata ficão innovoadas, e de cor um tanto azul; depositado, com umas gottas de ammonia, um precipitado esbranquiçado, e floconoso, que se desfaz inteiramente; com o acetato de chumbo dão um precipitado branco, que desaparece com gottas de acido nítrico

A agua de cal, acido oxalico, ammonia, sulphydrato de ammonia não as perturbão. Com o acido sulfurico desenvolvem, segundo o Dr. Jobim, ligeira effervescencia com vapores brancos e cheiro de chloro, mas não observei essa reacção, apezar de todo o cuidado.

As circumstancias d'ellas dissolverem com facilidade o sabão, cosinharem bem legumes, como verifiquei, e tornarem se perfeitamente potaveis. depois dê frias, sem sa-

bor nenhum particular, parecerião indicar que são simplesmente thermaes, e indifferentes, se não fossem justas as palavras acima referidas do Dr. Jobim.

A analyse das aguas mineraes, apezar de toda a cautela empregada, é delicadissima e como mostram Merat e Delers, ha sempre differença entre os resultados da analyse do gabinete scientifico, e a verdade da natureza.

Debaixo do ponto de vista medico, em muitas d'ellas reconheceram os chimicos, em meticolosa série de observações, a presença não só de substancias organicas, como a barequia, materias extractoresinas, até plantas microscopicas, e tambem de principios mineralógicos especiaes como iodo, bromo, cobre, nikel, rubidium, casuim, estanho e outras.

Cumpre-me dizer que o engenheiro Dr. Antonio Florencio Pereira do Lago, mergulhando a mão no reservatorio d'essas aguas, declarou que experimentava uma impressão peculiar, e como que de resina.

Resta-me ponderar ainda n'esta parte que as banheiras de marmore, ali collocadas em 1874. isto é, ha vinte e nove annos, não apresentam o menor signal de corroídas por substancia alguma de acção constante.

As Caldas da Imperatriz tiveram já, em outros tempos, bastante reputação.

Muitas pessoas atacadas de rheumatismo, molestias-de pelle, e até morphêa, acudião a experimentar os seus effeitos; mas pouco a pouco, foi lavrando certa descrença, e hoje o estabelecimento jáz quasi abandonado de enfermos.

Annualmente o administrador apresenta um mappa do movimento, em que apparecem sempre de trinta a quarenta doentes, dos quaes sahiram declarando-se curados uns quinze a deseseis, e melhorados uns doze, resultados que são incluídos nos Relatorios dos Presidentes, sem a menor observação; mas, pedindo eu a relação diaria da frequencia do estabelecimento, reconheci que quasi sempre os doentes, em geral de rheumatismo, ou tomavão um unico banho, e retiravão-se, declarando-se bons e melhorados, ou então ficavão poucos dias, sem sensivel modificação em seu estado morbido.

O anno passado, uma familia veio do Rio de Janeiro, de proposito, para experimentar essas aguas; esteve me-

zes seguidos, e sahio sem que os enfermos, que havia trazido, experimentassem beneficio de vulto, em seus soffrimentos

Citarei alguns casos curiosos da estatistica d'este anno.

Antonio Bento de Camargo: entrou a 27 de Janeiro de 1876, soffrendo de rheumatismo agudo. Retirou se no dia 28 do mesmo mez, com muito proveito. Domigos de Souza Pereira e Thomé Machado Coelho; entrarão a 7 de Março, soffrendo de rheumatismo, retirarão-se no dia 1, do mesmolmez completamente bons. Manoel Adolpho Pereira entrou no dia 13, sahio a 17, com muitas melhoras. Manoel Jacintho Pereira entrou a 1º de Maio, sahio a dous com melhoras.

Mariano Alexandre Pinto entrou a 5 e sahio a 10, bom. Anselmo Antonio Tavares entrou a 14 de Maio, e sahio a 15, com melhoras.

D. Leonor Maria do Carmo entrou a 19, e sahio a 20, com muitas melhoras.

Será possivel que o rheumatismo, molestia de sua natureza tenáz, se modifique quasi repentinamente, em consequencia de um unico banho nas Caldas da Imperatriz?

Agora a questão economica.

Por Lei Provincial, numero deseseis de 12 de Maio de 1835, foi a Camara municipal de S. José autorizada para mandar construir quer nas Caldas do Sul, quer nas do Norte, um hospital com 12 quattros; mas, não sendo realisada essa autorisação em Março de 1842 a presidencia da provincia fez levantar o edificio, que actualmente existe e que, successivamente reparado e augmentado, veio a importar em perto de quarenta e cinco contos de reis, montando hoje todas as despezas feitas, com pessoal e melhoramentos, em cincoenta contos e quinhentos mil reis.

Além d'esse capital empatado, gasta todos os annos aprovincia de Santa Catharina, na sustentação d'esse estabelecimento um conto e quarenta mil réis, e as reparações que no presente são imperiosamente exigidas, importão em quatro contos de reis, segundo o orçamento ha mezes apresentado pelo engenheiro Aquino.

Que fazer n'estas circumstancias?

^a Continuarão os cofres provinciaes a carregar tão pezado onus, que não encontra compensação, nem sequer

em beneficios humanitarios, e de verdadeira efficacia?

Quererá o Governo Geral tomar a si, conforme a letra do Aviso Circular de 5 de Novembro de 1874, a conservação desse hospital, para, depois de verificada a importancia therapeutica daquellas aguas, transformal-o, e collocal-o em condições de prestar serviços?

"Deixando o Governo decidir como melhor entendesse em sua sabedoria, como cumpria-me, pedi entretanto, com instancia, authorisação para procurar arrendar a Hospital das Caldas da Imperatriz, caso não fôsse adoptado o segundo alvitre, libertando assim a Provincia de uma fonte de despeza, que lhe é sensivel, principalmente nas criticas contingencias, em que hoje se acha. A requisição teve agora solução, a 21 de Dezembro passado. Assim, pois, com proveito para as finanças, não mais gastarão os cofres provinciaes a quantia annual de 1:400\$000 rs. Continúa em larga escala a deterioração do edificio».

1878— Relatorio do Dr. José Bento de Araujo: "Tendo, em vista da authorisação concedida pelo Aviso do Ministerio do Imperio de 21 de Dezembro de 1876, ordenado á Thesouraria de Fazenda que mandasse annunciar á concurrencia publica o arrendamento do Hospital das Caldas da Imperatriz, com as condições declaradas no mesmo aviso, e não tendo apparecido proposta alguma para semelhante fim, conforme declarou a mesma Thesouraria em officio de 15 de Março, no qual tambem solicitou as providencias necessarias de maneira a não ficar aquelle estabelecimento abandonado com a retirada do ex-administrador Caetano José de Souza, exonerado por acto de 12 de Fevereiro, e que declarou não poder continuar por mais tempo na guarda do mencionado Estabelecimento e dos objectos n'elle existentes. tomei a deliberação de autorisar, em data de 19 de março, o cidadão Manoel Joaquim Soares a receber provisoriamente d'aquelle ex-administrador o referido Hospital, com a condição de o zelar mediante o rendimento do mesmo e a gratificação mensal de 20\$000, por conta dos cofres geraes, conforme a participação feita ao Exm.^o Snr. Ministro do Imperio em data de 18 de Abril, o qual por Aviso de 4 de Maio approvou esta resolução, expedindo as neecessarias ordens no sentido de ser paga a mencionado gratificação pela verba soccorros publicos."

Eis tudo o que podemos colher dos relatorios presidenciaes, si é que não nos escapou algum, tendo sido tantos os Presidentes que teve a Provincia, às vezes 2 e mais no mesmo anno.

Nos relatorios de 1879 em diante nada mais encontramos.

Em Agosto de 1884 o Snr. Eduardo Nunes Pires publicou no "Jornal do Commercio" do Desterro uma serie de artigos, muito interessantes, dos quaes extraímos o seguinte:

«Não ha na Capital quem não saiba que existe este hospital, mas poucas são as pessoas que fazem d'elle uma idéa sequer approximada, a menos que o tenham visitado...

“O corpo principal do estabelecimento é um espaço rectangulo de 32 metros de frente sobre 13 de fundo, correndo a linha da frente na direção E-O com um pequeno angulo de 13° N O.”

“O portão de entrada, que é na face lateral do edificio voltada para Oeste, e mede mais de 2 metros de abertura, dá para uma sala de 11^m, 40 de comprimento sobre 3^m, 70 de largura. Nesta sala ha ainda dous portões com a mesma abertura, um ao Sul, que dá para o passadiço que serve de communicação entre o edificio principal e as cozinhas, e outro ao norte, na frente do edificio, o qual, pela altura a que está a soleira não serve senão para arejar a sala e fazer symetria com o do Sul.”

“A mobilia da sala de entrada consta apenas de tres bancos compridos.”

“D'esta sala parte um extenso corredor de 21m, 70 de comprimento sobre 2m, 17 de largura, que dá para outra sala menor (de 6m, 86 sobre 4m, 88) no extremo leste do edificio. Para este corredor dão as portas dos quartos de hospedes, seis de cada lado: As portas estão dispostas de modo que as dos quartos de um lado enfrentam com os membros de paredes dos quartos fronteiros, em ordem a não se poder vêr de um quarto o que se passa no fronteiro. Cada quarto mede, em media, 4m, 48 sobre 4m, 4, ou pouco mais de 15 metros e 50 centímetros quadrados de área.”

“Todos os quartos do lado esquerdo do corredor

deitam janellas para o norte, os do lado direito para o Sul."

No fundo (sul) da sala de léste ha um decimo terceiro quarto que se diz o quarto de S. M. a Imperatriz-, e que só por pessoas distinctas costuma ser occupado.

E' um pouco menor que os outros, e deita janella para o Sul.

"Em cada quarto ha duas barras toscas de madeira, dous mochos, uma pequena meza com gaveta, uma cantoneira com duas prateleiras, e um cabide para roupa. No quarto de S. M. não ha barras, mas uma cama alta com grande armação, obra de gosto antigo. A mobilia da sala de léste, que é o refeitório, consta de uma meza grande muito arruinada e tres bancos, um grande e dous menores

"N'este primeiro corpo do edificio todas as janellas e portas de quartos e da sala de léste são bem rasgadas, tendo as janellas 2m, 20 por 1m, 32 de vão, e as portas 2m. 23 por 1m, 32, sem contar as bandeiras de vidraça, que teem 1m, 34 de altura, tendo portando as portas uma altura total de 3m, 57. Os quartos são pois, perfeitamente allumiados e arejados

"No corpo principal, a altura do edificio, medida do soalho ao fôrro, é de 4m, 40."

"O segundo corpo de edificio é aquelle em que se acham os quartos de banhos, e que communica com o corpo principal por um corredor de 2 metros de largura sobre 4m, 5 de comprimento, contiguo ao quarto de S. M., que dá para a sala de léste, e deita um escada de onze degraus para o segundo corpo."

"A differença de nivel entre os dous corpos é de 2m, 60 (sendo o segundo inferior ao primeiro), e a escada de onze degraus projecta-se sobre uma base de 2m, 70 de comprimento sobre 1m, 33 de largura: segue-se que a extensão do plano inclinado é de 3m, 75 (hypothénusa do triângulo rectângulo que tem por lados do angulo recto 2', 70 e 2m, 60)."

"Este segundo corpo tem um largo corredor de 2m, 65 de largura sobre 11m, 90 de comprimento (não computando o espaço occupado pela escada), correndo na linha N.-S. com pequena differença."

"Deita este corredor cinco janellas e uma porta para

léste e uma porta para o sul. As janellas teem de vão 1^m,98 por 1^m,18."

"A porta, que tem de dar entrada para a latrina que se vai construir, mede 2^m,98 de altura, inclusive a bandeira de vidraça, e 1^m,18 de largura. A outra porta que dá sahida para o Sul. tem de vão 3^m,11 por 1^m,33."

"Ao lado direito (oéste) estão dispostos os seis quartos de banhos, divididos por tabiques de 3 metros de altura. Mede cada um 3^m,35 de fundo por 1^m,90 de frente, e tem porta de 0^m,88 de largura e 2^m,85 de altura total, inclusive as bandeiras de vidraça que medem 0^m,69 de altura."

"As banheiras (que consta terem sido offerecidas ao hospital por S. M. a Imperatriz) são de marmore, e medem na bocca, exteriormente. 1^m,97 por 0^m,87, tendo 0^m,56 de profundidade. A acção da agua já tem corroido bastante a pedra, e isto deu motivo a certo ex-administrador do estabelecimento dizer, ha annos, por accasão de reclamar alguns reparos no edificio,— "que estava tudo arruinado, que o cupim até já tinha atacado as banheiras, esburacando-as em muitos logares (!!)!"

"Pelo fundo dos quartos de banho (a oeste) não ha parede, mas apenas um tapume de taboas, que deixa côar o vento pelas fendas numerosas que n'ellas tem aberto a acção da agua e do sol."

"Ha entretanto um alicerce feito e tres grossos pilares, não sendo excessivamente dispendioso construir-se uma parede em substituição d'aquelle tapume de taboas."

"Os quartos eram assoalhados, mas agora vão ser ladrilhados, por estar o soalho completamente apodrecido."

"A mobilia de cada quarto consiste unicamente em um mocho e um cabide, indo agora fazer-se um pequeno estrado de taboas para cada um."

"Pelos fundos do sexto quarto de banho, e encostada ao alicerce de que fallei ha pouco, está a caixa que recebe agua thermal e a distribue pelas banheiras por meio de um encanamento de chumbo com torneiras de bronze. Mede interiormente 1^m,07 por 6^m,71 e 1^m,22 da borda ao fundo. A agua eleva se a 0^m,80 do fundo, e a 0^m,22 acima do cano de distribuição "

"O canal que conduz a agua para a caixa de distri-

buição foi feito de tijollo, e completamente soterrado, de sorte que não se o encontra, nem se pôde saber qual a sua direcção.

“E’ evidente que elle soffreu um ruptura em qualquer parte, e que as aguas, abrindo-se caminho se extraviaram, porque na parte do alicerce, de que acima fallei, contigua á segunda banheira, irrompe uma veia d’agua com grande força, e escôa-se pelo cano geral de esgoto das banheiras. Avalio que o volume d’agua assim extraviasda seria bastantê para alimentar um tubo de seis a oito centimetros de diametro.”

“Este escoadouro acaba de ser solidamente obturado pelo empreiteiro das obras que se estão fazendo no estabelecimento, mas é certo que essa massa d’agua não deixará de procurar outra sahida, continuando a reada empobrecer o deposito geral.”

“Passemos ao terceiro corpo do estabelecimento. E’ a parte onde estão as cosinhas.”

“E’ uma casa de 15^m, 70 de comprimento sobre 5 metros de largura, construida de pau a pique, mal barbas eoberta de telha.”

“Está edificada parallelamente aos fundos (ao sul) do edificio principal, de que dista 14^m, 57, medidos no plano inclinado, pois ha uma differença de nivel, medida, sobre as soleiras das portas, de 2^m, 46, estando a cosinha superior, o que dá uma distancia horizontal de 14^m, 36.”

“Divide-se em tres compartimentos. O primeiro e mais espaçoso (8m 70 por 4m. 80) é a cosinha commum. Tem esta duas pequenas portas de 0m, 75 de vão que olham para o norte, e duas janellinhas de 0m, 73 por 0m. 83. que olham para oéste. Encostados ás paredes do Sul e de léste estão os fogões. se tal nome se deve dar a uns grandes caixões) de 3m, 20 de comprimento por 4 metro de largura) cheios de barro. e levantados do chão por meio de estacas. Um d’elles está quasi em completa ruina.”

Os arranjos da cosinha consistem em duas mezas, duas prateleiras e duas trempes. Nada mais.»

(Continúa)



Archivo do Conselho Municipal

DE

FLORIANOPOLIS

(Continuação)

(Vide Revista Anno VII pg. 53)

Continuamos a publicação dos termos de vereança extrahidos dos respectivos livros, pertencentes ao archivos do Concelho Muninicipal de Florianopolis.

Em vista do pouco espaço que dispomos na "Revista", resolvemos dar, apenas, os resumos dos termos.

*
* *

Vereança do dia 12 de Fevereiro de 1757.

Appareceu Antonio Machado Fagundes, morador da freguezia da Lagôa; prestou juramento para servir de Juiz da vintena do dito lugar.

Em seguida apresentou-se Mathias de Souza e prestou juramento para servir o cargo de Escrivão ventanario do lugar das Cannasvieira—Compareceram á sessão *Antonio Dias dos Santos* (presidente), *João Gls. Ferreira*, *Joseph de Souza Vieira*, *Agostinho Machado Velho*, *Manoel de Souza Mideyros*, e *Cardoso*.

Nas Vereanças dos dias 19 e 26 de Fevereiro nada houve.

Na vereança de 5 de Março appareceu o Capitão Henrique Cesar Beranguer e «por elle foi apresentada

ao Juiz e mais officiaes da Camara sua carta de confirmação do Doutor ouvidor geral em que o confirmava na occupação de Juiz ordinario desta Villa». Foi-lhe dado juramento de posse.

A' mesma compareceu Manoel Correia de Mello, morador na freguezia de N. S. das Necessidades, eleito para servir de Juiz da vintena daquelle lugar e prestou juramento.

Compareceu tambem Manoel Lourenço de Mello, nomeado para servir de Escrivão da vintena da freguezia de N. S. das Necessidades e prestou o juramento de posse.

Estiveram presentes os mesmos vereadores acima.

Na vereança de 9 de Março apresentou-se o Capm do Penque dos azeites João Ignacio Chavier (sic) e fez entrega de uma carta do Governo do Rio Janeiro para a Camara com a noticia da instituição da Companhia geral de agricultura das vinhas do Alto-Douro, cuja carta mandaram registrar e publicar «nas partes mais publicas desta villa.»

Presentes os mesmos vereadores.

Na vereança de 12 de Março o presidente Capm Henrique Cesar Beranguer fez entrega da vara de Almotacé a João Pereira Cardoso, juiz que tinha sahido para servir o dito cargo nos tres mezes de Abril, Maio e Junho, que lhe competia. Prestou juramento. Estiveram presentes Beranguer, Gonçalves Ferreira, Machado Velho, Souza Vieira e Souza Medeiros.

Na vereança de 29 de Março e na de 2 de Abril, em que foi chamado para substituir o Procurador o do anno anterior José de Souza Mendes, nada houve.

Na vereança de 15 de Abril compareceram Manoel Antonio Leyte e o Alferes Antonio Pereira da Cunha e Silva, aos quaes tocava servir de Almotacés nos tres mezes de Abril, Maio e Junho, e prestaram juramento.

Na vereança de 24 de Abril sahiram em correição os Juizes e officiaes da Camara com o Escrivão para o fim de proverem o bem commum, e correndo todos os logares, vendas e officios desta villa nada encontraram que cahisse em condemnação.

Presentes: Cesar, Santos, Gl's Ferreira, Machado Velho, Souza Medeyros.

Nass vereança de 30 de Abril e 7 de Maio nada houve, bem como nas de 14 e 18 de Maio.

Na de 28 de Maio abriram duas ordens de S. Magestade sobre a feitura de feyras nella declaradas e se mandaram registrar.

Na vereança de 4 de Junho deixou de comparecer o precurador Agostinho Machado Velho, sendo substituido pelo do anno anterior José de Souza Mendes. Abrio-se uma carta do governador da capitania.

Nas vereanças de 11, 18 e 25 de Junho nada houve.

Na de 29 foram mandados afixar «editaes para se proceder a eleição das pessoas do povo governança da villa, sabbado que se han de contar dous de Julho do anno presente se acharem em Camara pellas nove horas da manhã para sahirem os pillouros das justiças que han de servir o anno de mil sete sentos e sincoenta e oito por se achar de proximo a partir para o Rio Grande o Doutor Ouvidor geral da Comarca.»

O vereador mais velho, João Gonçalves Ferreira, como tivesse que seguir para o Rio de Janeiro, pediu que se nomeasse pessoa que o substituisse no cargo. Nomearam para supprir o dito lugar a Manoel Gonçalves dos Santos.

Na vereança de 2 de Julho de 1757 foram abertos os peloiros e *pelleas*(?) da governança da villa sendo eleitos Juizes ordinarios o alferes Manoel João e Manoel Dantas, vereadores Bento Martins da Ruda, Manoel

Marques de São Payo e Domingos Francisco Camargo, e procurador André de Souza.

Assignaram o termo de abertura dos peloiros: Cezar, Santos, Manoel Gls. dos Santos, Joseph de Souza Vieira, Agostinho Machado Velho, Manoel de Souza Medeyros, Miguel Francisco da Silva, (1757), Albano de Souza de Az.^{do}, Mar.^o do Amorim, José de Souza Mendes, José Rodrigues da Sylva, Jozé Mendes dos Reis, Bazilio Ferreira, Matheus Lourenço Coelho, Domingos Francisco de Araujo, Antonio dos Santos Pereira, Antonio Pereira da Cunha.

E á mesma vereança compareceram Albano de Souza de Azevedo e José de Souza Mendes aos quaes tocava servir de Almotacés nos mezes de Julho, Agosto e Setembro e lhes foi dado juramento.

Nas vereanças de 9, 16, 23, e 30 de Julho e 6 e 14 de Agosto nada houve.

Na de 20 desse mez apresentou-se o vereador mais velho João Gonçalves, que regressára do Rio de Janeiro.

Na de 27 de Agosto compareceu Luiz Martins declarando que a primeiro do «mez corrente (Agosto) lhe lançarão de noite á sua porta hum engeitado o qual por caridade o recolheu e deu uma pesoa a criar e porque assim dantes costumava este Senado concorrer com o vestuari e criação assim requeria aos ditos officiaes lhe mandasse continuar com o dito vestuario e sellario na forma que se pratica etc.»

Os officiaes da Camara mandaram que daquelle dia em diante lhe correria o salario de dez tostões por mez e que se passasse mandado ao Procurador para que lhe dêsse de vestuario pelo primeiro anno dois mil e quatrocentos reis.

Nas vereanças de 2, 10, 17 e 24 de Setembro nada houve.

Na vereança de 1 de Outubro foram eleitos Almo-

tacés para os mezes de Outubro, Novembro e Dezembro, Antonio Corrêa Lisboa, e o Alferes Manoel de Medeiros e Souza, os quaes prestaram juramento.

Nas vereanças de 8, 15 e 22 de Outubro nada resolveram os Vereadores.

Nado dia 28 compareceu Micaella Marianna da Conceição, moradora na villa e casada com Pedro de Souza, que apresentou aos officiaes um engeitado á sua porta, no dia treze, ao qual mandou baptisar e para o poder criar-requeria o vestuario e salario que costumavam dar. Foi-lhe concedido dez tostões de salario por mez e dous mil e quatrocentos de vestuario, obrigando-se ella a criar-o como filho.

Nada houve em a vereança de 5 de Novembro.

Na vereança de 12 de Novembro compareceu Francisco José Leitam Rombo que apresentou uma provisão pela qual se achava provido por um anno do cargo de Tabelião do publico, judicial e notas, por elle rematado. Apresentando escriptura de fiança e folha corrida requeria que a Camara fizesse publico seu provimento. Os officiaes mandaram que fôsse feito no Livro competente.

Na vereança de 26 de Novembro nada houve.

Na vereança de 3 de Dezembro sahiram os officiaes em correição e nada acharam sobre que cahisse condemnação.

Nada houve na vereança de 10 de Dezembro.

Na vereança de 17 rematou o contracto da aferição no anno de 1758 Antonio dos Santos Xavier como consta dos Livros das arrematações.

1758

A 1 de Janeiro de 1758 houve vereança e posse do novo Senado da Camara, composto dos Juizes ordinarios o Alferes Manoel João Pereira e Manoel Dantas, do ve-

reador Domingos Francisco de Araujo e André de Souza Bitancurt, procurador, que prestaram juramento. Assignaram o termo Henrique Cesar Beranguer, Manoel João Pereira, Manoel Dantas, Domingos Francisco de Araujo e André de Souza Bitancurt.

Na mesma vereança compareceu o licenciado Manoel Marques de Sampaio, que havia sido eleito nos pelouros para servir de vereador no anno de 1758, apresentando uma petição com despacho do Ouvidor excusando-o da occupação e ordenando se procedesse a eleição de barrete.

Na mesma vereança foi entregue pelo Presidente a vara de Almotaré ao Capitão Henrique Cesar Beranguer e Antonio Dias dos Santos o quem competia servir os mezes de Janeiro, Fevereiro e Março.

Na mesma mandaram os Officiaes afixar edital marcando o dia 6 para a eleição de barrete de dous vereadores que faltavam.

Na vereança do dia 6 de Janeiro, presentes os Juizes ordinarios, Alferes Manoel João Pereira e Manoel Dantas, com os officiaes da Camara Francisco de Araujo, novo vereador, e Joseph de Souza Vieira, vereador do anno passado, fez-se a eleição de barrete pelo impedimento de Manoel Marques e Martins da Ruda, sahindo mais votados o Capm. Manoel de Souza da Silva e Antonio Pereira Sarmiento.

Nada houve nas vereanças de 17 e 21 de Janeiro.

Na de 28 compareceu Domingos Pereira Quaresma morador na freguezia da «Anciada de Brito» que fôra eleito pela Camara para servir de Juiz da vintena na quella localidade.

Tomou posse e assignou de cruz o termo de juramento.

Compareceram mais: Manoel Correia de Mello, eleito Juiz «opidano» (pedaneo) de S. Miguel; Manoel Antonio Belicio, Juiz pedaneo da freguezia de N. S. das Necessi-

dades; Manoel Lourenço de Mello nomeado Juiz da Vintena da mesma localidade, os quaes prestaram juramento.

Compareceu tambem João Pereira de Avila, morador da Villa, declarando que na noite de 24 para 25 lhe haviam lançado á porta uma engeitada e requeria a Camara que lhe desse salario e vestuario. Foi satisfeito.

Ainda na mesma vereança compareceu Domingos Ferreira da Costa e prestou juramento do cargo de Juiz pedaneo de Cannasvieira.

Na vereança de 4 de Fevereiro appareceu Ambrozio de Mello, morador na Enseada de Brito para prestar juramento do cargo de Escrivão da vintena daquelle lugar.

E na mesma appareceu João Leal Nunes, morador em S. José, eleito Juiz pedaneo daquelle logar e prestou juramento assignando de cruz.

Na vereança de 11 de Fevereiro nada houve.

Na de 17 de Fevereiro compareceu Mathias de Souza Escrivão do pedaneo de Ponta Grossa. Os officiaes da Camara o reelegeram e lhe deram juramento.

Appareceu tambem João Betancurt que servia de Escrivão da vintena na freguezia de S. José e por ter servido sem nota alguma foi reeleito e prestou juramento.

Na vereança de 25 de Fevereiro compareceu Thomé da Silveira de Souza, morador na Lagoa e que servia o cargo de Escrivão da vintena e os officiaes da Camara o conservaram por mais um anno.

Compareceu Francisco de Souza Nunes nomeado para servir de Juiz pedaneo da freguezia da Lagôa e foi-lhe dado juramento.

Na vereança de 28 nada houve.

Na de 4 de Março compareceu Alvaro Cardoso nomeado para servir de escrivão do pedaneo da freguezia de S. Miguel e prestou juramento

Na mesma vereança se remetteu a renda..... a Francisco de Souza Monteiro como consta do Livro das arrematações a fls.....

Na vereança de 11 de Março se tomaram consta ao Procurador do anno passado como tudo contas do Livro das.....

Na vereança de 8 de Abril compareceram João Gonçalves Pereira e José de Souza Vieira aos quaes competia o cargo de Almotocés nos mezes de Abril, Maio e Junho e prestaram juramento. Era escrivão da Camara Joaquim Borges e Bitancourt do Canto.

Na vereança de 13 nada houve.

Na de 20 do mesmo mez compareceu Manoel Correia de Mello que tinha sido eleito Juiz do officio de serralheiro e ferreiro e tomou posse.

Na mesma apresentou-se Francisco de Leyvas eleito Juiz do officio de Sapateiro e tomou posse.

Na vereança de 29 compareceu Luiz Monteiro, mestre pedreiro e lhe foi dado juramento de Juiz do seu offilio pelo tempo de um anno.

Nas vereanças de 6 e 20 de Maio nada houve.

Na vereança de 27 o Juiz presidente e mais officiaes tendo sciencia que «era prejudicial ao povo da nova freguezia de S. Miguel a servir nella de Juiz ventarario do... actualmente e..... Manoel Correia de Mello por não dar cumprimento ás ordens deste Senado antes abusar dellas pelo que foy mandado vir a esta vereança adonde se o suspendeu».

Na vereança de 3 de Junho se expediram tres cartas, uma para a Relação d, Estado, outra para o general da provincia.... e outra para o Dr. Ouvidor geral da Comarca as quaes foram lançadas no livro de Reg.

Nas vereanças de 10 e 17 de Junho e 1 de Junho nada houve.

Na de 9 compareceram Manoel de Souza Medeiros⁹

e Agostinho Machado Velho que deviam servir de Almoto-cês nos mezes de Junho, Agosto e Setembro e prestaram uramento.

Nas vereanças de 16, 21 e 28 de Junho e 5 de Agosto nada houve.

Na vereança de 10 procedeu-se a abertura dos pelouros da eleição de Juizes e mais officiaes que tinham que servir no anno de 1759. Aberto o cofre pelo escrivão e bem assim os pelouros, sahiram eleitos: Juizes ordinarios Francisco de Souza Pimentel e Antonio Pallasso e por vereadores o Alferes Domingo Gil da Sylveira..... e Antonio Dias dos Santos e procurador Bazilio Ferreira.

Assignaram o termo: Dantas, Domingos Ferreira de Araujo, Manoel de Souza da Sylva, Antonio Pereira Sarmiento, André de Souza Bitancurt, Agostinho Machado Velho, Manoel de Souza Medeiros, Manoel de Medeiros e Souza, João Gonçalves Ferreira, Antonio Dias dos Santos, José de Souza Mendes, Jacinto Jaques Nicós, Antonio Correia de Souza, Bazilio Ferreira, Manoel Gonçalves dos Santos, Manoel Francisco da Silva 1758, Antonio Pereira da Cunha, Antonio Roiz Rochadel, Manoel Fernandes, Francisco de Souza Pimentel, José Mendes dos Reis, Pedro da Costa Cardoso.

Nas vereanças de 12 e 19 de Agosto nada houve.

Na de 26 compareceu a mulher de *Quelemente* (Clemente) da Silva, moradora em S. Miguel e por ella foi apresentada uma criança que em sua casa haviam engeitado, que a baptisara com o nome Manoel. Requeria que o dessem para criar sob juramento de que não sabia quaes os paes da dita criança e lhe mandassem dar 1\$000 por mez para alimento. Ao lado desse termo encontra-se a declaração do escrivão Mendes: «Não faz efeito este termo vir a engeitada outra vez pello não poder criar a mulher de Quelemente da Silva e ainda não se lhe pagou ainda do tempo que a criou e deu-se á Rita Maria como

o.... do termo feito a folhas sento e oitenta e duas verso».

Na vereança de 31 foi chamado o vereador Manoel Gonçalves dos Santos na falta de Manoel de Souza da Silva, para se abrir uma carta do Governador da capitania José de Mello Manoel reinettendo á Camara tres requerimentos para entrar a servir os officiaes da Camara.

Nada houve na vereança de 2 de Setembro.

Na de 10, com a falta do vereador Manoel de Souza da Silva, se abriu uma ordem do Governador mandando se admittisse a servir o officio de escrivão da Camara e mais annexos a José de Souza Mendes por nomeação e despacho de uma provisão de Antonio Francisco Muniz Barreto a qual os mesmos officiaes cumprirão sem embargo de não ter acabado o provimento do actual e não haver delle culpas.

Na mesma vereança o escrivão Borges do Canto protestou, assim: « E logo na dita variança do por mim escrivão foy requerido aos officiaes da Camara que os requerim^{tos} que a ella remetten o governador actual de Antonio Francisco Muniz Barreto e jun^{te} com elles huma provisão de Ant^o Fran^{co} Muniz Barreto e nella o trespase da sua serventia a José de Souza Mendes por o d^o Ant^o Fran^{co} tudo contra o Alvará de Sua Magestade que junto apresentou sobre a dita provizão não se devendo entender p^a estes off^{es} e isto sim p^a os mester (?) dos que se achão consedidos na como a dita ordem se espreça; em cump^{to} de cujos requerim^{tos} ouverão os ditos off^{es} da Camara revogar a provizão que eu tinha de Sua Excellência para actual atualmente servia e falando para se completar a sua concessão o tempo de trez mezes e como o d^o Ant^o Fran^{co} se achava impedido p^a servir menos que de nomiar serventuário; e porq. se alegava prejudoda fazenda Real o q. ella não.... porq. o mesmo tenha dado fiança e o donativo de seis mil e quatro sentos reis »

por anno; e logo por mim escrivão foy requerido e ofrecido por huma petição o dito donativo por tempo de tresmezes que me faltavão e sem embargo de se me não poder revogar a da provizão e sem embargo do dº requerim^{to} sup..... que endº cumprirão o dº trespase contra a formallidade da ley..... de sorte que..... que pode trespasar coiza que não podia (?) e só no cazo de ter entrado haveria lugar de se fazer e por se dº motivo a servir e nelle provido revogando a provizão que não..... e o Sup^{te} reclama mais tambem por justiça só por comprazer com a vontade e violencia do governador e por q. com este procedimento aprendº o Sup^{te} notavel prejuizo por tanto hade de haver de quem o direito lhe der..... todos os prejuizos e os emolumentos do tempo por q. estava provido.»



Ligeiros traços biographicos de socios fallecidos

Dr. Americo Rabello

Em Janeiro do anno corrente falleceu em Araran-
guá, onde occupava o elevado cargo de Juiz de Direito,
este distincto socio correspondente do nosso Instituto.
Natural do estado da Parahyba, para a nossa terra veio
logo depois de formado, desempenhando com criterio to-
dos os cargos para que fôra designado. Deixa viuva e
filhos.

Dr. Candido Cesar Freire Leão

A 14 de Abril deste anno falleceu repentinamente,
quando chegava a Florianopolis a bordo do vapor *Max*,
este distincto socio correspondente do nosso Instituto. O
Dr. Leão, que era natural da Bahia e filho unico de im-
portante familia, occupava com grande destaque o cargo
de Juiz de Direito da Comarca do Tubarão.

Ligado por laços de familia á primeira sociedade tu-
baronense, gozava o illustre extinto de grandes e reaes
sympathias.



Carta do Barão da Laguna

Ill^{mo}. Snr.

Quando Opartido Conservador á caba de alcançar por toda parte por força de união e de disciplina politica uma esplendida victoria e a situação actual recebe das urnas sua terrivel condenação é quando em S. Joze, onde o nosso partido se mostrou sempre unido e vigoroso, surge uma dessidencia donde lhe poderá vir morte e o completo desprestigio politico dos que caprichosamente concorrerão para este estado de couzas. Varias cartas dignas de fé da hi pormim recebidas affirmavão que de acordo com a designação do Directorio seria ahi sustentada a candidatura do Snr. M. G. de Oliveira. Esta resolução justa e natural fes conservar-me neutral emrelação ao assumpto, tanto mais quanto era consequencia immidiata a exclusão de qualquer outra candidatura do partido.

O rezultado porem, do primeiro escrutinio fazendo recahir inesperadamente para mim, votação sobre outro candidato determinou dous graves prejuizos politicos 1º adessidencia que é o esphacelamento dos partidos. 2º Collocação do candidato liberal em primeiro lugar e anesecidade e as alternativas de um segundo escrutinio E tempo, nos parece, ainda de sobreestar adissidencia e para isso faço um apello ao zelo partidario de V. Sa. Una-se opartido acompanhando o Directorio, e um brilhante treumpho coroarà nossos esforços

Disponha V. S. do seu Patricio e amigo.

Barão da Laguna

Corte 16 de 9bro. 1881.

CARTAS A CERCA DA PROVINCIA DE S. CATHARINA

POR

JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS SILVA

(Continuação do Vol. VI---1917)

CARTA N. 23

Snr. Redactor

Conclui a precedente na supposição de ter tornado evidente, que as duas (hoje) Províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catharina começaram no anno de 1750, ou cerca, a ter existencia propria, como embriões, collaças, e reguladas Militar, Financeira, Ecclesiastica, e Judicialmente pelas respectivas Authoridades constituídas em seu territorio, e somente subordinadas ao Governador geral, Bispo &c. a do Rio de Janeiro, e todas respectivamente ao Governo supremo da Monarchia; q' assim e respectivamente as constituiu, e lhes marcára para divisas do territorio conjuncto: ao Septentrião, o Cubatão do Rio de S. Francisco (Carta n.º 11) pelo Rio Negro e Iguassú (Carta n.º 2); Australmente, os montes que desaguão para a Lagoa Imeri; orientalmente, o litoral entre os dous respectivos pontos da Septentrional e Austral; e occidentalmente, e no Sertão correspondente a esse districto do litoral, os confins Espanhoes, ou por outra expressão, até onde chegasse a conquista de El Rei.

Era então mui pouco povoado esse territorio, a maior parte do seu sertão desconhecido, bem como os confins deste, que nunca tinham precisa e practicamente sido definidos. Constituição centros da sua população: a Villa de N. Senhora da

Graça do Rio de S. Francisco Xavier, que o já era em 1660 (Carta n.º 10); a Villa de Santo Antonio da Laguna desde 1714, regularisada em 1720 (Carta n.º 6); e a Villa de N. Senhora do Desterro, na Ilha de Santa Catharina desde 1726 (Carta n.º 24); além destas Villas, o Presidio de S. Pedro do Rio Grande do Sul, (que em 1751 foi creado Villa pelo Ouvidor de Santa Catharina, (Cartas n.º 9 e 7) originariamente creado em 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Paes, Governador de Santa Catharina até a Colonia; é o Forte de S. Miguel nas Serras do mesmo nome ali proximas (cit. Annaes do Rio Grande pag. 42 e seg.); havendo apenas alem destes algum nucleo talvez em Viamão (M^{or} Pizarro T. 9 p.^a 337, e 357, &c) e outros pontos aonde as necessidades da guerra tornarão necessaria alguma guarda ou eventualmente algum Corpo Militar. Espalhada a rara população nas proximidades desses pouco populosos nucleos, era totalmente deshabitada e mesmo quasi desconhecida a maior parte desse extenso territorio, cujos confins occidentaes inda erão incertos; mas que brevemente deverião ser demarcados por serem os do dominio de El Rei e confinantes com os Espanhóes, como forão partindo para esse fim do Rio de Janeiro o Governador geral Gomes Freire de Andrade, ou Conde de Bobadela, em Fevereiro de 1752 chegou a Santa Catharina (Carta n.º 9) proseguio para o Sul (Carta n.º 10) deu começo e eontinuou os trabalhos da demarcação desses limites, chegou mesmo a esses Rios Pepiri e Santo Antonio (Carta n.º 3) um correndo para o Sul e affluindo ao Uruguay, outro para o Norte e affluindo ao Iguassú, que a cit Prov. de 20 de Novembro de 1749 determinara como divisa de Santa Catharina: formando aquelles ambos a divisa oriental dos Hespanhoes conffinantes, e a occidental do Sertão e Termo de Lages: e n'essa demarcação de Limites se conservou elle Governador geral até que de volta à Santa Catharina estava na Fortaleza de Santa Cruz, Barra do Norte, em 5 de Abril de 1759 esperando, que chegasse a Nau em que devia embarcar para o Rio de Janeiro e chegada em 8

embarcava para ir dormir a bordo e seguir, como consta da Correspondencia d' elle com o Provedor da Fazenda Real F. G. de Figueiredo registrada a fs. 245 do Livro de Registo n.º 1.º N.º 1.º de Setembro d' esse anno escreveu do Rio de Janeiro a mesma Repartição (Ibi). E alli falleceo em o 1.º de Janeiro de 1763 (M.^{or} Pizarro T. 8 p. 286). Succedeo-lhe o 1.º Vice-Rei com assento no Rio de Janeiro Conde da Cunha tomando ahi posse a 16 de Outubro, e continuando dahi a governar tambem o districto da extincta Capitania de S. Paulo, até que representou a El Rei, que Resolveo repôr a extincta Capitania no seu antigo estabelecimento (Ibidem). E Nomeou para Capitão General o Morgado de Matheus—D. Luiz—o qual chegou á Villa de Santos em 23 de Junho de 1765 e recebeu do Governador subalterno ao do Rio de Janeiro o Governo, e começou a exerce-lo providenciando dali como antes, e em 7 de Abril do anno seguinte foi na Casa do Camara da Cidade de S. Paulo tomar posse da Capitania General, que assim reinstallou. Transcreverei o que em seguida diz M.^{or} Pizarro T. 8 p. 287: «Por instrucções sabias, que lhe déra na Côrte o immortal e incomparavel Ministro de Estado Marquez de Pombal (então Conde de Oeyras) tendo procedido ao exame dos *dous* Rios da Curitiba, *Iguaçu* e *Ivay*, e á observação das suas affluencias e correntezas, cujas indagações se continuárão tambem no Rio Igatemy, ahi na margem septentrional delle, e n'um lugar não só vantajoso pelas circumstancias de ser abundante de matos e campos, porem—assaz proveitoso, e mui proprio para segurar as nossas possessões—antigas até o Paraguay, contra os ingressos continuos dos Castelhanos confrontantes, erigio a Praça de N. S. dos Prazeres, que distava sessenta legoas de appartamento do famigerado sitio das Sette-Quê-das, a rumo de Oeste».

Relevem os Leitores, que eu lhes peça especial attenção para os nomes dos Rios Iguaçu e Ivay; bem como que advirta (pois mesmo Escriptores de nota as teem confundido pelo Orago) que a Praça de N. Sra. dos Prazeres do Iga-

temy distante 60, ou 80 legoas a rumo de Oéste das Sette-Quédas. no Rio Paraná éra estabelecimento diverso de N. Snr.^a dos Prazeres da hoje Villa das Lages, que a rumo de Sueste, ou cerca, dista das Sette-Quédas cem e mais legoas; e que uma era na Provincia de Cuyabá ou Matto-Grosso e ésta é na de Santa Catharina. Darei igualmente algumas informações a respeito das Sette-Quedas, porque muitos mapas não as nomeão; e mesmo porque tinha a tractar dos seguintes trechos dos Relatorios do Ministerio em 1844: «Navegação interna— Outra navegação, que o Presidente desta mesma Provincia (Minas) considera de grande importancia é a do Rio Grande (Carta n.º 8 e 17) ou Paraná, desde o lugar em que elle puder ser navegavel dentro da referida Provincia, que elle percorre por muitas legoas, até entrar na de S. Pedro, e dahi para baixo até o Rio Curitiba (Iguassú). Quando se suba um pouco este ultimo, *pode a Provincia de Minas communicar-se com o Sertão extremo da Provincia de Santa Catharina* no lugar em que ella confina com a Provincia Espanhola de Corrientes» — Em 1845: «No mesmo Relatorio» (O antecedente) «se fizerão considerações sobre a importancia da navegação... e do Rio Grande ou Paraná, pelo qual a Provincia da Minas póde vir a communicar-se com a de Santa Catharina no lugar em que esta confina com Corrientes....»

Chamo a attenção dos Leitores para notarem que o *Sertão extremo* é por outro nome o que chamamos Campos de Palmas &. ou o Corpo de delicto da accusação feita a ésta Provincia de Santa Catharina, a qual desta maneira tem um cumplice no Exmo. Ministro, em desempenho de um dos seus mais respeitaveis deveres, o qual além das informações a que o cargo de S. Ex. o habilitava, refere-se a informações do Exm. Presidente de Minas; e por certo usou dos conhecimentos pessoaes das localidades e suas circumstancias, que devia possuir por ter sido S Ex. Ouvidor da Comarca do Paranaguá e Curitiba em 1821 e 1822; e assim ser uma das mais, se não a Pessoa officialmente

mais habilitada, depois do Legislador do Alvará de 9 de Setembro de 1820 (Carta n. 4) para bem entender e practicamente saber, quaes as terras do Termo da Villa de Lages, regadas por muitos rios, habitadas por malfasejos selvagens onde era preciso que se sujeitassem, ou donde se retirassem (Carta n. 5) e dessa forma quaes os limites desse Termo de Lages, que esse Alvará desanexou da Provincia de S. Paulo e incorporou na Capitania de Santa Catharina; á qual assim reparou a accessão industrial de 1771, reunindo-lhe Lages e seu termo, isto é os Campos de Palmas visinhos; ou como S. Ex. quando Ministro, disse no Relatorio, *subindo o Iguassu no sertão extremo que confina com Corrientes*; ou ainda Rio Negro e Iguassú como determinou a cit, Provisão de 20 de Novembro de 1749.

Provisão, que mesmo antes do cit. Alvará sempre foi respeitada pelos mesmos Ouvidores antecessores de S. Ex, ainda quando em apuros por terem de obedecer a terminantes ordens dos Capitães generaes de S. Paulo como se vê do seguinte Edital: « O Dr. João Baptista dos Guimarães Peixoto do Desembargo de S. A. Real Fidelissima, seu Ouvidor geral e Corregidor da Villa e Comarca de Paranaguá com Jurisdicção no civil & tudo pelo Principe Regente N. S. q, Deos G. &. Faço saber a todos os moradores da *Villa de Lages e seu termo*: e, bem assim a todos os *desta minha Comarca de Paranaguá*, aquelles a quem a noticia deste chegar, que S. A. R. o sempre Augusto Principe Regente N. S. foi servido.. dirigir ao Illmo Exmo. Sr. general desta Capitania a Carta Regia de 28 de Agosto do anno p. p. de 1799 cujo theor é o seguinte:» He um indulto ou perdão aos criminosos que não tiverem parte e não forem dos ali exceptuados. Datado em Paranaguá aos 23 de Abril de 1800 Reg. a fs. 36 V. do Livro 2.º do Reg. da Camara da Lages.

Em semelhante apuro se vio outro, mas a meu vêr não sahio tão felizmente do embaraço: «Illmo, Sr. Juiz presidente e mais officiaes da Camara da Villa de Lages. Partecipo a V.

S. que cheguei a Paranaguá no dia 9 de Fevereiro e tomei posse da Ouvidoria *desta Capitania* a 11, e logo para *esta a donde* me acho de Correição, ficando-me o pezar de já não poder passar a essa a encorporar-me com V. S. para mostrar o claro conhecimento do quanto os vénero e mais povo, que estão sujeitos á Correição *da minha Capitania*, e por esse modo fiquem na esperança de que ainda pretendo lá ir, para cuja digressão me pretendo utilizar desse Destaçamento para este auxiliar a minha viagem na passagem *deste certão*. Remetto por copia o Alvará de S. A. R. com a copia da carta de S. Ex. para á vista desta darem-me uma exacta informação no tempo mais breve, que puder ser para tambem cumprir com o que se me *recommenda*. D. G. a V. S. (Não diz o lugar) 7 de Março de 1804. De V. S. muito attento venerador—O Corregidor da Comarca Antonio de Carvalho Fontes Henrique Pereira» Reg. Fs. 146 Ibidem.

«D. João... Principe Regente... Faço saber a vós governador e Capitão general de S. Paulo, que por Consulta do meu C. Ultramarino de 7 de Agosto do anno p.p. e R. Resolução de 3 de Novembro... pelo que ordeno, que em conformidade da mencionada Resolução, ouvindo os Ouvidoures das *diversas Comarcas* dessa *Capitania* e as *Camaras das Villas* notaveis della, me informeis com a precisa individuação dos Districtos e Villas onde ainda não ha Juizes de Fóra, e que pela sua população... e pelo estado da sua cultura e commercio precisa, para commodidade dos Povos, a sua administração da Justiça, que nelle se crie de novo semelhantes logares de Magistratura... em Lisbôa 12 de Julho de 1803—Reg. Ibidem.

Para informar a S. A. R. do que me é ordenado na Provisão junta por copia, *ordeno* a Vm; que na conformidade da mesma me envie o seu parecer com a possível brevidade, precedendo a attenta averiguação que exige um tão importante objecto D. G. a Vm. Santos 5 de Janeiro de 1804—Antonio José França e Horta—Conforme A. dos S. Pinheiro—Sr. Dr. Ouvidor da Comarca de Paranaguá». Reg. Ibi.

Rogo ao Leitor, que note na Provisão, que havia Camaras na Capitania, as quaes parece que não pertencião a nenhuma das diversas Comarcas della. Não sei se Lages estava nesse cazo, posso affiançar, que nada tenho visto, que me inculque a ida ali de algum Ouvidor; approvávão elles com tudo as eleições dos Juizes ordinarios; mas essa Jurisdição era regulada por fieira especial como se poderá vêr da seguinte crdem ou Portaria do Capitão General. «A respeito dos Corregidores da Comarca de Paranaguá quererem entrar de correição na Fronteira da nova Villa de N. Senhora dos Prazeres das Lages, ordeno, que se observe o mesmo, que se observa na Villa da Laguna e em Viamão. S. Paulo 18 de Janeiro de 1774 annos. P. S. Digo que se observe o mesmo, que em Viamão por ser o Districto de Lages *Fronteira* de igual importancia. Era ut supra D. Luiz». Reg. a fs. 4 V. de Lages. E melhor se verá quando eu chegar á historia de Lages, no decurso desta correspondencia, sem ser incidencia como agora.

Ainda que pouco pertinentemente ao meu trabalho principal, não é estranho as proximidades das Sette Quedas o seguinte §. do Expediente da Repartição geral das Terras Publicas no Jornal do Com. de 6 de Janeiro corrente: « Dezembro 24(1856) A' Presidencia do Paraná mandando remetter com urgencia um orçamento da despeza provavel que será preciso fazer para explorar por um lado o rio Ivahy» (ou D. Luiz, como alguns mappas lhe chamão, que era o nome do Morgado de Matheus, Governador de S. Paulo, e de quem tenho a tratar) « e pelo outro Itahy, Tibagy, e Parapanema, da confluencia deste ultimo até o Paraná, a fim de conhecerem-se as vantagens e inconvenientes, que offerece uma e outra destas vias de comunicação entre aquella provincia e a de Matto Grosso. « E não sendo estranho ás Sette Quedas, e por consequencia nem aos rios Igatemi e mais portos de Cuiabá ou Matto Grosso, e mesmo aos do Estado ou Republica do Paraguai, ou de quem forem os portos da margem occidental do Rio Paraná, é para mim fóra de duvida, que a Provincia de Santa Catharina

por esse *Certão extremo* ou Campos de Palmas tambem tem interesses especiaes; e por isso conto ser desculpado.

Tenho combinado diversos mappas, mais ou menos prolixos e em resultado conclui, que era o melhor e aqui vou transcrever o que respectivamente diz Ayres de Casal T.1, p. 205 e seguintes: « O Paraná (Rio) toma este nome na confluencia da Parahyba, que vem do centro de Goyaz, e do Rio Grande, que sahe do interior de collinas, ambos caudalosos. Pouco mais de trez milhas abaixo de... está a boca central do Rio Ivinheyma, que vem do Poente (Cuyabá ou Matto Grosso). O Paraná tem aqui pouco menos de duas leguas de largura e é um archipelago de grandes Ilhas. Oito leguas abaixo do Ivinheyma sahe o *Ivahy* ou D. Luiz, Prov. do Paraná que vem do nascente. E seis milhas, mais adiante começa uma ilha que tem, pouco menos de quatro legoas de comprimento; defronte de cujo meio desemboca o Rio *Amambahy* (antes deste rio encontro nos mappas um rio Amambahy-miri, que supponho ser o que Casal chama Ivinheyma, que lá não acho)» que vem do Poente (Matto Grosso). « Neste ponto começa a *Ilha grande*, que tem pouco menos de 20 legoas de comprimento com muita largura e acaba uma legoa acima das *Sette-quédas*. Pouco mais de 2 legoas acima da ponta meridional desta ilha entra pela margem occidental (Matto-Grosso) o Rio Iguatimy por Lat. 24° 40'. (No mappa 24.º). E em pouco maior latitude entra pela oriental (Prov. do Paraná) o Rio Pequiry.» (No mappa Cuytatú ou Ygri ou Peackeri; em um pequeno rio acima deste, acho marcada a *Ciudad real*, antiga Prov. de Guairá ou Taravera, e fui procurar em Casal e achei a p. 213— «o Piquiry, cujas cabeceiras estão no centro dos Campos Guarapuba, para onde dá navegação por espaço assaz consideravel, corre ao poente e desagua no Paraná 10 milhas acima das Sette-quédas. No angulo septentrional da sua embocadura, sitio aprazivel e vantajoso para uma povoação, esteve Ciudad real, aliás Guayra, demolida pelos Paulistas em 1631. O destacamento do Forte Iguatimim pretendeo reedifica-la em

1773; empreza, que foi abandonada depois de 3 mezes; por que toda gente que se lhe mandava, parecia em poucos dias de febres pestilentas, que reinão aqui em Janeiro, Fevereiro e Março». O nome deste rio, e a lembrança de que se um Inglez tivesse de exprimir o som, que damos a Paequeré (Carta n.º 5) escreveria provavelmente Piquiry, faz me mencionar a circumstancia que cada qual aproveitara segundo julgar). Cazal a p. 207 continua: «E coiza de trez legoas e meia ao Sul do primeiro (Iguatimy) entra tambem pela direita (Raia entre Matto Grosso e Estado do Paraguay), o pequeno *Iguarey* immediato as *Sette-quédas*.

«Na mencionada extremidade da *Ilha grande* já é mui despedida a corrente do Paraná; e vai em augmento á proporção que suas margens se approximão; e de uma legoa de largura que ainda tem defronte do *Iguarey*, se reduz a cincoenta braças com grandissima zoada dividido em sette Canaes, formados por seis ilhotes de rochedo com furiosa corrente a-travez da serra Maracajú.

«Alem das ilhas mencionadas ha neste rio ainda um vasto numero de outras menores no grande espaço, que medêa entre *Sette quédas* e *Urubu-pungá* (grande salto no Paraná logo abaixo da junção dos Paranhíba e Grande entre as Provincias de Goyaz e S. Paulo).» Suas aguas são turvas e ruins para beber; a margem occidental é baixa e em partes de arêa branca e grossa com variedade de pedras estimaveis por espaço de muitas legoas sem interrupção: a oriental (Prov. do Paraná) geralmente um pouco levantada; ao longo de uma e outra ha grandes matas; seu álveo nunca estreito e sem tortuosidade consideraveis é entre o Sul e o Sudueste; sua corrente pouco appressada e magestosa; mas, quando o vento é forte levanta ondas, como o Oceano. He abundantissimo de pescado de varias especies; algumas excellentes e de grandeza pasmosa.

«Doze legoas abaixo das *Sette quédas* entra no Paraná (rio) pela margem esquerda (Prov. do Paraná) o rio *Jaguaré*

(Mappa Yaguary ou Itapitahy),» e dezoito mais adiante o caudaloso *Iguassú*. Depois de grande espaço muda de rumo para o Poente a unir-se com o Paraguay..... O Rio Iguassú, que na lingua Brazilica significa *agua grande*, cuja principal cabeceira é a *Ribeira de S. José*, quando atravessa a estrada real de Lages para Sorocaba, já é de canôa e corre com o nome de *Curytiba*. Seu curso é sempre ao Poente, descrevendo poucas tortuosidades, formando muitas cachoeiras, que interrompem a navegação, engrossando sensivelmente com os que se lhe juntão por um e outro lado, principalmente pelo meridional (Lages e Alvará de 9 de Setembro de 1820) « e limitando pelo sul os vastos campos de *Guarapuaba*, habitados de Gentio. Suas margens (do Iguassú) « são povoadas de grandes matas. A primeira cachoeira grande, denominada *Cayacanga*, fica 4 a 5 legoas abaixo da mencionada estrada, e a maior dez milhas a cima da sua embocadura, onde tem 113 braças de largo. Esta catadupa tem 200 pés de altura perpendicular. As margens do Rio neste logar são de rocha a prumo, e a corrente furiosa.

« Hum certanista, que desceo por este rio diz que elle é navegavel sem embarço desde *Caracanga* até o salto da *Victoria*; mas não declara a extensão deste intervallo, nem os nomes das 7 grandes cachoeiras, que encontrou até a sua confluencia com o Paraná.

«No angulo de sua confluência existio por alguns annos a Aldea de *Santa Maria do Iguassú*. Uma fome a fez desaparecer». (O mappa a situa na margem direita, Provincia do Paraná; e a pouca distancia situa outra com o nome Poção nova).

«O que neste rio se encontra de mais notavel alem da derradeira catadupa, é o chamado *Furim* no centro do paiz, onde corre rapidamente apertado por entre ribanceiras de rocha talhada a pique com forma de uma rua de mediana largura. Na sua visinhança vive uma horda de Indios *Purys*.

e outra de *Guayanhás* com alguns homens alvos e espadaúdos.

«Os principaes confluentes do *Iguassú*, que se lhe juntão pela esquerda (Lages) são o *Rio Negro*, o da *Varge*, o *Bananal* e o de *Santo Antonio*; que sahe pouca mais de 20 legoas acima da ultima catadupa.

«Quinze legoas acima do *Santo Antonio* desagua o *Jordão*; e outras tantas acima deste sahe o de *São João*, ambos pela direita (do *Iguassú*)

«Nota—O *Rio Negro* e o da *Varge* nascem perto da *Serra do mar* ao Poente da *Ilha de S. Francisco*, e atravessão a estrada real obra de 6 legoas afastados um do outro. O derradeiro recolhe pela direita o *Rio dos Tres Irmãos* e desemboca poucas legoas abaixo do outro.

«O *Rio de Santo Antonio* tem sua origem perto da do *Peperi* (Carta n 3) que desagua no *Uruguay*; é navegavel por espaço de 10 legoas até uma cachoeira; e obra de 7 milhas acima da sua fóz recolhe outro do mesmo nome, quasi igual e cognominado *Mirim*.»

Os esclarecimentos, que pude colligir dos mappas, que tenho, concordão com a descripção supra; mas não pude illucidar-me ácerca dos da *Varge* e *Tres Irmãos* de modo a convencer-me da localidade precisa de um destes.

Desterro 20 de Janeiro de 1857

G. S. S.

CARTA 24

A analogiado objecto e o modo como elle começa a ser tractado no N. 138 do Mensageiro levão-me a mudar do proposito, de reservar para mais tarde o tractar das conveniencias dos limites legaes desta Provincia, submettendo, desde já,

ás lucubrações do Authór do artigo — Melhoramentos materiaes da Provincia — a idea de uma dessas conveniencias: isto he, da mais directa e curta via de communicação entre o Oceano e os Campos de Palmas e mais Sertão do municipio de Lages, orientalmente adjacentes aos Rios Santo Antonio e Peperi, ou por outros termos entre esses Campos e Sertão e o Porto da Barra do Itajahy pelas margens ou immediações, só ou promiscuamente com a longa navegação d'este Rio; mesmo atravez da grande Cordilheira, bem como da Estrada geral de communicação da Provincia do Rio Grande do Sul para as de Paraná, S. Paulo &c., no Municipio de Lages onde a estrada se cruza com o referido Rio

Pode ser que á primeira vista a idéa se apresente como demasiado atrevida, talvez o seja; mas eu avento-a com tanta seguridade de convicção da sua practicabilidade e consequente proficuidade, como quando em 1830 agitei a da reabertura da Estrada entre S. José e Lages, que já vejo especialisada no referido artigo; direi mesmo que não julgo a empreza tão gigantesca, que exceda os recursos da provincia, publicos e particulares; será por certo dispendiosa, e pode o ser mais ou menos segundo os accidentes, ainda não ou mal conhecidos, mas a proficuidade e mesmo o reddito especial, se a este se reccorer, repagarão o dispendio e produzirão incalculavel lucro.

Em 1829 no Rio de Janeiro e quando eu já tencionava vir com a minha Familia residir algum tempo em Santa Catharina, li em Ayres Cazal e fez-me impressão a declaração de que o Itajahy era o unico rio, correndo para leste, que se atravessava na Estrada geral do Rio grande para S. Paulo. Chegado a Santa Catharina, fui depois em 1831 a Itapocoroy, e quando do mar me apontarão ao Valle desse Rio a imaginação pagou respeitoso tributo ás Aguas, que unicas, desde o Parahiba (esse que sahe em Campos) até o Prata, nascidas ao occidente da magestosa Cordilheira, souberão abaixar parte do prolongado dorso desta para seguirem: em direitura ao Oriente, e assim ao grande Oceano em que eu

embarcado então fluctuava. Muitas vezes perguntei a pessoas practicas das respectivas visinhanças se o Rio mergulharia na Cordilheira, e sempre a resposta foi negativa. Nas diversas tentativas da hoje tão esperançosa colonisação daquelle rio, sempre alem d'esta me apparecia a idéa favorita. Levado a escrever sobre limites não me falhou ella, como uma das maiores conveniencias para a concentração da Familia Provincial. E appresso-lhe a publicação para ostensivamente dar sympathicas boas vindas ao cit. artigo, e pedir ao seu A. a consideração da idéa, afim de que, se concordamos na proficuidade, com a sua valiosa coadjuvação amadureça mais temporão o fructo.

Não me servem as aguas do Itajahy, provavelmente alli diminutas, senão para inculcar-me que a Cordilheira he por elle cortada, e que por consequencia existem alli duas margens; as quaes por muito escabrosas e alcantiladas que sejam não poderão resistir ao esforço humano, que n'ellas se empregue, para, sem galgar a Cordilheira, fazer trilho, estrada ou pôr carris de passagem; tudo pois se reduz ao emprego desse esforço, que segundo os meios que lhe forem applicados, diminutos ou correspondentes, farão, mais ou menos tarde, do Itajahy o porto oceanico dos Campos de Palmas, de S. João, Novos, &c. ou em geral de grande parte do municipio de Lages.

Desterro 27 de Janeiro de 1857.

G. S. S.

